



.....

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

VOLUME II

TENTATIVA DE
CONTRARREVOLUÇÃO

Leon Trotsky

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 240-B





Leon Trotsky, em comício na Praça de Sverdlov, Moscou. À direita, na escada ao palanque, está Lenine, que falaria depois. (Veja capa do volume III.)

.....

A HISTÓRIA DA
REVOLUÇÃO RUSSA



Mesa Diretora

Biênio 2017/2018

Senador Eunício Oliveira
Presidente

Senador Cássio Cunha Lima
1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza
2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel
1º Secretário

Senador Gladson Cameli
2º Secretário

Senador Antônio Carlos Valadares
3º Secretário

Senador Zeze Perrella
4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Eduardo Amorim
Senador Sérgio Petecão

Senador Davi Alcolumbre
Senador Cidinho Santos

Conselho Editorial

Senador Edison Lobão
Presidente

Joaquim Campelo Marques
Vice-presidente

Conselheiros

Carlos Henrique Cardim

Wilson Roberto Theodoro

Ewandro de Carvalho Sobrinho

.....
Edições do Senado Federal – Vol. 240-B

A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

2º VOLUME

A TENTATIVA DE CONTRARREVOLUÇÃO

Tradução de E. HUGGINS

Edição do centenário

Leon Trotsky



Brasília – 2017

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Vol. 240-B

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância relevante para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país, e também obras da história mundial.

Projeto gráfico: Achilles Milan Neto

© Senado Federal, 2017

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900 – DF

CEDIT@senado.gov.br

[Http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho)

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-7018-813-7 (obra completa)

ISBN: 978-85-7018-815-1

.....

Trotsky, Leon, 1879-1940.

A história da Revolução Russa / Leon Trotsky ; tradução de E. Huggins. –
Ed. do centenário -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

3 v. – (Edições do senado Federal ; v. 240 A-C)

Conteúdo: v. 1. A queda do tzarismo – v. 2. A tentativa de contrarrevolução
– v. 3. O triunfo dos soviets.

1. Revolução, Rússia, 1917. I. Título. II. Série.

CDD 947.841

.....

.....

Sumário

Introdução aos volumes II e III

pág. 9

CAPÍTULO I

As Jornadas de Julho:
preparativos e início

pág. 21

CAPÍTULO II

As Jornadas de Julho:
ponto culminante e esmagamento

pág. 50

CAPÍTULO III

Poderiam os bolcheviques ter tomado
o poder em julho?

pág. 82

CAPÍTULO IV

O mês da grande calúnia

pág. 105

CAPÍTULO V

A contrarrevolução levanta a cabeça

pág. 134

CAPÍTULO VI

KERENSKY E KORNILOV

(Os elementos do bonapartismo na Revolução Russa)

pág. 156

CAPÍTULO VII
A conferência de estado em Moscou
pág. 179

CAPÍTULO VIII
O complô de Kerensky
pág. 202

CAPÍTULO IX
A sublevação de Kornilov
pág. 222

CAPÍTULO X
A burguesia mede-se com a democracia
pág. 240

CAPÍTULO XI
As massas expostas aos golpes
pág. 267

CAPÍTULO XII
Maré montante
pág. 293

CAPÍTULO XIII
Os bolcheviques e os soviets
pág. 322

CAPÍTULO XIV
A última coligação
pág. 341

ÍNDICE ONOMÁSTICO
pág. 369

.....

Introdução aos volumes II e III

COM TAMANHO ATRASO realizou a Rússia sua revolução burguesa, que se viu forçada a transformá-la em revolução proletária. Em outras palavras: a Rússia estava tão atrasada em relação a outros países, pelo menos em certos setores, que foi obrigada a ultrapassá-los. Isto parece absurdo. A História, entretanto, está repleta de paradoxos semelhantes. A Inglaterra capitalista ultrapassou de tal maneira os outros países, que se viu forçada a deixar-se ultrapassar, depois, por eles. Imaginam os pedantes que a dialética não passa de simples jogo intelectual. Na realidade, ela reproduz o processus do desenvolvimento que vive e que se move dentro de contradições.

O primeiro tomo desta obra deveria explicar por que razão o regime democrático, tardiamente chegado à História para substituir o tzarismo se revelou totalmente inviável. O presente volume trata da conquista do poder pelos bolcheviques. A exposição, ainda aqui, é baseada em narrativa. O leitor deve procurar nos processus do desenvolvimento que vive e que se move dentro de deduções.

O autor não quer dizer em absoluto que tenha evitado as generalizações sociológicas. A História não teria valor algum se não nos ensinasse alguma coisa. O poderoso determinismo da Revolução Russa, a concatenação de suas fases, a invencibilidade do impulso das massas, a formação perfeita dos agrupamentos políticos, a nitidez das palavras de ordem – tudo isto facilita de maneira extrema a compreensão da revolução em geral e, por conseguinte, a compreensão também da sociedade humana. Porque pode-se avaliar, provar mesmo, através de toda a marcha da História, que qualquer sociedade, dilacerada por antagonismos internos, só consegue desvendar completamente, tanto a própria anatomia como a própria “alma”, precisamente em uma revolução.

De maneira mais imediata, a presente obra deve ajudar à compreensão do caráter da União Soviética. Nosso tema é atual não porque se tenha realizado a insurreição de outubro aos olhos de uma geração ainda viva – fato que, como é óbvio, não deixa de ter importância – mas pelo fato de que o regime decorrente da insurreição está bem vivo, desenvolve-se, e apresenta à humanidade novos enigmas. O problema apresentado pelo país dos soviets permanece, invariavelmente, na ordem do dia do mundo inteiro. Ora, não se pode conceber com exatidão aquilo que é, sem ter elucidado, previamente, a maneira pela qual se formou o que existe. As grandes avaliações políticas exigem perspectiva histórica.

Para a descrição de oito meses de revolução, de fevereiro a outubro de 1917, foram necessários dois volumes. A crítica, em geral, não nos acusou de termos sido prolixos. A amplitude da obra explica-se, sobretudo pela maneira de considerar os materiais. Pode-se fotografar uma das mãos: ocuparemos uma página com a fotografia. Todavia, para a exposição dos resultados do estudo microscópico dos tecidos da mão, será necessário um volume. O autor,

em absoluto, não se ilude quanto à plenitude e ao limitado da pesquisa por ele realizada. Não obstante, inúmeros foram os casos em que se viu obrigado a empregar métodos que mais se aproximam dos processos microscópicos do que dos aparelhos fotográficos.

Em certos momentos, quando percebíamos que estávamos abusando da paciência do leitor, suprimíamos passagens dos depoimentos de testemunhas, das declarações de coparticipantes, de episódios secundários; em seguida reincluímos, frequentemente, muito do que havíamos cortado. Nessa luta por detalhes, deixávamo-nos guiar pela intenção de mostrar, o mais concretamente possível, o processus mesmo da revolução. Afigurava-se-nos impossível não tentar utilizar amplamente a vantagem notória de ter sido esta história escrita enquanto vivida, no próprio ambiente em que se processava.

Milhares e milhares de livros são lançados ao mercado, anualmente, a fim de apresentarem ou uma variante nova de romance pessoal, ou a descrição das incertezas de algum melancólico, ou a história da carreira de certo ambicioso. Uma qualquer heroína de Proust precisa de numerosas páginas requintadas para chegar a sentir que em absoluto nada sente. Julgamos por isto que pelo menos nos assiste direito igual de pedir atenção para dramas coletivos que, na História, arrancam do nada centenas de milhares de seres humanos, transformam o caráter das nações e se inserem para todo o sempre na vida da humanidade.

A exatidão das referências e das citações do primeiro tomo não foi até agora contestada por pessoa alguma; o que, realmente, teria sido muito difícil. Os adversários se limitam, mais frequentemente, a considerações em torno do tema de a parcialidade pessoal poder manifestar-se através da seleção artificial e unilateral dos fatos e dos textos. Indiscutível em essência, esta consideração não se aplica à presente obra, e muito menos ainda a seus processos

científicos. Ora, tomamos a liberdade de insistir resolutamente no fato de o coeficiente do subjetivismo estar determinado, limitado e controlado, não tanto pelo temperamento do historiador, mas pelo caráter de seu método.

A escola puramente psicológica, que considera a tecitura dos acontecimentos como se fosse um emaranhado das livres atividades dos indivíduos, ou dos grupos de indivíduos, deixa a mais ampla das margens à arbitrariedade, mesmo quando se admitem as melhores intenções do pesquisador. O método materialista institui disciplina que nos obriga a tomar como ponto de partida os fatos dominantes da estrutura social. As forças essenciais do processo histórico são, para nós, representadas pelas classes; sobre estas apoiam-se os partidos políticos; as ideias e as palavras de ordem aparecem como moeda divisionária dos interesses objetivos. Todo o andamento do estudo conduz do objetivo ao subjetivo, do social ao individual, do que é fundamental à conjuntura. Ficam, por este modo, contrapostos rigorosos limites à arbitrariedade do autor.

Quando um engenheiro de minas, em certo setor ainda não investigado, descobre, pela sondagem, minério de ferro magnético, pode-se sempre supor que se trate de feliz acaso: ainda não há indicação para que se proceda à escavação de um poço. Quando o mesmo engenheiro, baseado, por exemplo, em desvios da agulha imantada, chega à conclusão de que a terra deve encerrar jazidas de minério, e quando, em seguida, em diversos pontos da mesma região, ele descobre efetivamente minério de ferro, nem mesmo o mais exigente dos cépticos ousará falar em acaso. O que é convincente é o sistema que põe em unísono o geral e o particular.

As provas da objetividade científica devem ser procuradas não nos olhos do historiador, nem nas inflexões de sua voz, mas na lógica íntima da própria narrativa, se os episódios, os testemunhos,

os dados e as citações coincidirem com as indicações gerais da agulha imantada da análise social, terá o leitor a mais séria das garantias da solidez científica das conclusões. De modo mais concreto: o autor mantém-se exatamente fiel à objetividade nos limites em que o presente trabalho revela efetivamente a inelutabilidade da insurreição de Outubro, e as causas de sua vitória.

O leitor sabe muito bem que, numa revolução, nós procuramos, antes de mais nada, a intervenção direta das massas nos destinos da sociedade. Por detrás dos acontecimentos, tentamos descobrir as modificações da consciência coletiva. Afastamos as alegações grosseiras concernentes a um movimento das “forças espontâneas”, alegações que, na maioria dos casos, nada explicam e nada ensinam. As revoluções realizam-se de acordo com certas leis. Isto não significa que as massas atuantes tenham a consciência nítida das leis da revolução; significa, porém, que as modificações da consciência das massas, em vez de serem fortuitas, subordinam-se a uma necessidade objetiva, sujeita ao esclarecimento teórico, e criando daí bases para as previsões e para a direção.

Alguns historiadores soviéticos, oficiais, tentaram, por mais surpreendente que isto pareça, criticar nossa concepção, acoimando-a de idealista. O professor Pokrovsky, por exemplo, insistia no fato de termos nós subestimado os fatores objetivos da Revolução: “entre fevereiro e outubro produziu-se formidável desorganização econômica”; “entretantes, o campesinato... sublevou-se contra o Governo Provisório”; é precisamente em semelhantes “deslocamentos objetivos”, e não em processos psíquicos variáveis, que seria conveniente reconhecer a força motriz da Revolução. Graças à louvável clareza em sua maneira de formular as questões, Pokrovsky deixa transparecer do melhor modo possível a inconsistência duma vulgar explicação econômica da História, bastante frequentemente impingida como sendo marxismo.

As mudanças radicais que se produzem no decurso de uma revolução são na realidade provocadas não pelos abalos episódicos da economia que se produzem no curso dos acontecimentos, mas pelas modificações capitais que se acumularam nas próprias bases da sociedade durante toda a época precedente. É absolutamente incontestável — e jamais perdemos de vista tal fato — que, tanto na véspera da deposição da monarquia quanto entre fevereiro e outubro, a desorganização econômica se agravou constantemente e manteve e aguçou o descontentamento das massas. Seria, entretanto, erro muito grosseiro julgar que a segunda revolução se tenha realizado oito meses após a primeira unicamente porque a ração de pão tivesse sido diminuída durante aquela fase, passando de libra e meia a 3/4 de libra. Durante os anos imediatamente consecutivos à insurreição de Outubro, a situação das massas, do ponto de vista do abastecimento, piorou continuamente. Todavia, as esperanças dos políticos contrarrevolucionários, que se voltavam para uma nova insurreição, sofriam decepções a cada passo. O fato pode parecer enigmático, mas somente para aquele que imagina a sublevação das massas como se fosse movimento de “forças espontâneas”, isto é, como se fosse o estouro da boiada habilmente aproveitado pelos seus condutores. Na realidade, as privações não bastam para explicar a insurreição — se assim fosse, as massas estariam em perpétua sublevação; é preciso que a incapacidade definitivamente manifesta do regime social tenha tornado intoleráveis as privações e que novas condições e novas ideias tenham deixado entrever a perspectiva de uma saída revolucionária. Ao tomar consciência de altos desígnios, as massas sentem-se capazes, em seguida, de suportar privações, dupla e mesmo triplamente mais pesadas.

A alusão feita à sublevação da classe camponesa, dando-a como segundo “fator objetivo”, denota um ainda mais evidente mal-entendido. Para o proletariado, a guerra camponesa era, e

isto se compreende muito bem, uma circunstância objetiva, na medida em que, em geral, os atos de uma classe se tornam impulsão exterior, para a formação da consciência de outra classe. Mas a causa imediata da insurreição camponesa propriamente dita baseia-se em modificações do estado de espírito do campo; um dos capítulos deste livro foi consagrado à pesquisa da natureza destas modificações. Não nos esqueçamos de que as revoluções são feitas por homens, mesmo quando anônimos. O materialismo não ignora o homem que sente, que pensa e que age; ele explica-o. E em que outra coisa consiste a tarefa do historiador?!

Alguns críticos do lado democrático, propensos a operar por meio de provas indiretas, quiseram ver na atitude “irônica” do autor em relação aos chefes conciliadores, a expressão de inadmissível subjetivismo que vivia o caráter científico da exposição. Tomamos a liberdade de achar que este critério não é convincente. O princípio de Spinoza: “Não chorar, nem rir, mas compreender”, acautela-nos apenas contra o riso intempestivo e contra as lágrimas quando este homem é historiador, de seu direito ao pranto e ao riso, quando isto se justifica pela compreensão adequada de sua própria finalidade.*

Uma ironia puramente individualista que, como tênue névoa de indiferença, se estende por todas as obras e por todas as concep-

1. A notícia da morte de M. N. Pokrovsky, com quem mais de uma vez tivemos ocasião de travar polêmica no decorrer desta obra, chegou-nos quando o trabalho já estava terminado. Vindo para o marxismo da facção liberal, quando já era um sábio completamente formado, Pokrovsky enriqueceu a literatura histórica contemporânea com trabalhos e com iniciativas preciosas, mas não se apossou completamente do método do materialismo dialético. É de elementar justiça acrescentar que Pokrovsky era homem dotado não somente de excepcional erudição e de grande talento, como também devotado à causa que servia.

* Trotsky omitiu parte desta sentença, que completa é: “não chorar, nem rir, nem de-
testar, mas compreender.” [Nota da tradutora.]

ções da humanidade, se apresenta com o pior aspecto do esnobismo: ela é tão falsa em qualquer obra de arte quanto em qualquer trabalho histórico. Há, entretanto, uma espécie de ironia que está na própria base das relações vitais. A obrigação do historiador, tanto quanto a obrigação do artista, é a de exteriorizá-la.

A rutura da correlação entre o subjetivo e o objetivo é, falando em linhas gerais, tanto a fonte essencial do cômico quanto a do trágico, na vida como na arte. O campo da política, menos ainda que qualquer outro, escapa ao efeito desta lei. Os homens e os partidos são heroicos, ou ridículos, não em si mesmos, nem por si próprios, mas pela atitude que mantêm diante das circunstâncias. Quando a Revolução Francesa entrou na fase decisiva, o mais eminente girondino fazia lamentável e ridícula figura ao lado de qualquer insignificante jacobino. Jean-Marie Roland, figura respeitável como inspetor das manufaturas de Lyon, tem a aparência de caricatura quando surge sobre o fundo do quadro de 1792. Os jacobinos, ao contrário, estão à altura das circunstâncias. Podem provocar hostilidade, ódio, terror, jamais ironia.

A heroína de Dickens que procura impedir a subida da maré com o auxílio de uma vassoura é, em consequência da incompatibilidade fatal entre o meio e o fim, um tipo notoriamente cômico. Se dissermos que esta personagem simbolizou a política dos partidos conciliadores na Revolução, parecerá exagero. Ora, Tseretelli, o animador real do regime da dualidade de poderes, confessava a Nabokov, um dos líderes liberais, após a insurreição de Outubro: “Tudo o que então fizemos nada mais era que vã tentativa de conter, com a ajuda de alguns pobres gravetos, a destruidora torrente dos elementos desencadeados.” Há nisto o tom de sátira maldosa; ora, estas são as mais verdadeiras palavras que os próprios conciliadores pronunciaram a respeito deles mesmos. Abster-se de fazer ironia ao descrever “revolucionários”

que tentam conter a revolução com gravetos seria, para a delícia dos pedantes, defraudar a realidade e faltar com a objetividade.

Peter Struve, monarquista outrora marxista, escrevia do exílio: “Na Revolução somente o bolchevismo foi que se manteve lógico e fiel à sua própria essência; e foi por isto que, na Revolução, ele venceu.” Foi aproximadamente em termos análogos que Mi-liukov, líder do liberalismo, se referia aos bolcheviques: “Sabiam aonde iam e marcharam numa única direção, adotada em definitivo, dirigida para o fim que, a cada nova experiência malograda dos conciliadores, mais se aproximavam.” Enfim, um dos menos conhecidos emigrados brancos, ao tentar compreender, a seu modo, a Revolução, assim se exprimia: “Para enveredar por aquele caminho eram imprescindíveis homens de ferro... revolucionários ‘profissionais’, que não temessem trazer à tona um devorador espírito de rebeldia.” Pode-se dizer dos bolcheviques, com muito mais razão do que dos jacobinos: são adequados à época e às tarefas deles exigidas; milhares de maldições têm-lhes sido dirigidas; a ironia, porém, não consegue atingi-los – porque não encontra alvo onde se engravar.

No prefácio do primeiro volume foi explicado por que razão julgou o autor mais adequado falar de si próprio, participante dos acontecimentos, na terceira pessoa em vez de fazê-lo na primeira: este procedimento literário, conservado nos capítulos seguintes, não é em si mesmo garantia contra o subjetivismo; pelo menos não faz ele do subjetivismo uma obrigação. Melhor: traz sempre, à mente, a necessidade de evitá-lo.

Em muitos casos hesitamos bastante porque não sabíamos se deveríamos ou não citar tal ou qual juízo de um contemporâneo sobre o papel do autor deste livro na marcha dos acontecimentos. Teria sido fácil renunciar a determinadas citações se não tratasse, aqui, de alguma coisa mais importante do que as regras convencionais do

bom-tom. O autor foi presidente do Soviete de Petrogrado após a conquista da maioria pelos bolcheviques; foi, em seguida, presidente do Comitê Revolucionário Militar que organizou a insurreição de Outubro. Ora, ele não pode, nem deve, apagar semelhantes fatos da História. A fração que atualmente governa a URSS teve bastante tempo, nestes últimos anos, para consagrar uma verdadeira multidão de artigos e não menos de livros ao autor da presente obra, consagrando-os à tarefa de demonstrar que a atividade dele tinha sido invariavelmente dirigida contra os interesses da Revolução; a questão de saber por que razão o Partido Bolchevique tomou a decisão de colocar um “adversário” tão encarniçado, durante os mais críticos períodos, nos mais pesados postos de responsabilidade, fica, neste caso, totalmente aberta a explicações. Deixar completamente em silêncio discussões retrospectivas seria, até certo ponto, renunciar ao restabelecimento, em toda a sua verdade, da marcha dos acontecimentos. Mas com que fim? Uma espécie de desprendimento é necessário somente para aquele que objetiva sugerir, em surdina, ao leitor, conclusões que não decorrem dos fatos. Preferimos chamar as coisas pelo seu próprio nome, em total conformidade com o vocabulário.

Não ocultaremos que, neste assunto, não se trata, para nós, apenas do passado. Assim como os adversários, ao atacarem a pessoa, se esforçam por atingir o programa, também a luta por determinado programa obriga a pessoa a se recolocar no seu lugar real no meio dos acontecimentos. Se alguém, na luta pela realização de grandes tarefas, ou na luta pela conquista de lugar sob uma bandeira, não se sentir capaz de perceber coisa alguma além da vaidade pessoal, podemos lamentá-lo, mas não nos encarregaremos de convencê-lo. Todavia, tomamos as medidas necessárias para que as questões “pessoais” não ocupem neste livro maior lugar que aquele a que tem direito de pretender.

Alguns amigos da União Soviética – e com frequência não passam de amigos das autoridades soviéticas atuais, e apenas por todo o tempo em que subsistirem estas autoridades – abriram campanha contra o autor em virtude de sua atitude crítica em relação ao Partido Bolchevique, ou em relação a alguns de seus líderes. Nenhum deles, entretanto, tentou sequer refutar ou corrigir o quadro que apresentamos quanto ao estado do partido no decorrer dos acontecimentos. Para governo de tais “amigos”, que se julgam conclamados a defender, contra nós, o papel dos bolcheviques na insurreição de Outubro, prevenimo-los de que nosso trabalho não ensina meio algum de se amar tardiamente uma revolução vitoriosa, na figura da burocracia que dela resultou, mas somente ensina de que modo se prepara uma revolução, como se processa o seu desenvolvimento, e a maneira pela qual ela alcança a vitória. O partido, para nós, não é um aparelho cuja infalibilidade devesse ser protegida por meio de repressões governamentais, mas um organismo complexo que, como qualquer coisa viva, se desenvolve dentro de contradições. O descobrimento das contradições e, a partir dessas contradições, os erros e as hesitações do estado-maior, absolutamente não enfraquece, segundo nossa opinião, a importância do gigantesco trabalho histórico de que o Partido Bolchevique suportou o fardo, pela primeira vez, na história mundial.

Leon Trotsky.

Prinkipo, 13 de maio de 1932.

P.S. – Os críticos sempre prestaram o seu tributo à tradução de Max Eastman. Ele deu ao seu trabalho não somente um dom criador de estilo, mas também o carinho de um amigo. Subscrevo com sincera gratidão a voz unânime dos críticos.

L. T.

.....

Capítulo I

AS JORNADAS DE JULHO: PREPARATIVOS E INÍCIO

EM 1915 A GUERRA CUSTOU, À RÚSSIA, dez bilhões de rublos; 19 bilhões em 1916; no primeiro semestre de 1917 já custara 10 bilhões e meio. A dívida pública, em princípios de 1918, devia elevar-se a 60 bilhões, isto é, quase igualar à totalidade do produto nacional bruto, avaliado em 70 bilhões. O Comitê Executivo central elaborara um projeto de conclamação popular a novo empréstimo de guerra, batizado com o nome sedutor de “Empréstimo da Liberdade”, ao passo que o governo chegara à dedução simplista de que, a menos que um novo e formidável empréstimo externo fosse concedido à Rússia, ela não somente não poderia saldar as dívidas das encomendas feitas ao estrangeiro como tampouco poderia fazer face às próprias obrigações internas. Crescia constantemente o passivo da balança comercial. A Entente dispunha-se, evidentemente, a abandonar em definitivo o rublo à própria sorte. No mesmo dia em que a conclamação ao Empréstimo da Liberdade encheu a primeira página do *Izvestia* soviético, o *Vyestnik** anunciou súbita queda na cotação do rublo.

* *Vestnik Pravitelstva* (Mensageiro do Governo) [Nota da edição francesa.]

A impressora de papel-moeda já não mais podia acompanhar o ritmo da inflação. Depois de consumidas as antigas e sólidas divisas que ainda haviam conservado vestígios do antigo poder aquisitivo, todo mundo se preparava para usar as cédulas avermelhadas, que apenas poderiam servir como rótulos de garrafas, e que o público imediatamente batizou de “kerenskys”. E tanto o burguês como o operário davam, cada um à sua maneira, àquela alcunha, um tom desdenhoso.

O governo, verbalmente, aceitava o programa de uma regulamentação estatal da economia geral e chegou mesmo a criar, para tal fim, nos últimos dias de junho, estorvantes órgãos. Mas a palavra e a ação, ao tempo do regime de Fevereiro, tal qual a carne e o espírito de qualquer cristão devoto, achavam-se em conflito incessante. Os órgãos de regulamentação, adequadamente selecionados, preocupavam-se mais em proteger os chefes de empresas, contra os caprichos de um poder governamental oscilante e vacilante, do que em tratar de refrear os interesses particulares. O pessoal administrativo e técnico da indústria diferenciava-se; os dirigentes, assustados com as tendências niveladoras dos operários, passavam resolutamente para o lado dos patrões. Os operários olhavam com repulsa as encomendas de guerra, com garantia de um ou dois anos de antecipação às indústrias desorganizadas. Os patrões, porém, iam perdendo o estímulo por um trabalho de produção que mais prometia amolações do que proveitos. A interrupção do funcionamento das empresas, premeditada pelos patrões, tomou caráter sistemático. A produção metalúrgica sofreu redução de 40% e a têxtil de 20%. Começou a faltar tudo o que constituía o estritamente necessário à existência. Os preços subiam proporcionalmente à inflação e à decadência econômica. Os operários batalhavam por estabelecer um controle sobre o mecanismo administrativo e comercial, o qual lhes era dissimulado, e do qual dependia a sorte deles. O ministro do Trabalho, Skobelev, por meio de manifestos prolixos, explicava aos operários a impossibilidade de uma intervenção direta nas empresas. A 24 de junho o *Izvestia* anunciou que se projetava fechar certo número de fábricas. Notícias idênticas chegavam das províncias. O tráfego pelas estradas de ferro sofria ainda mais profundamente do que a indústria. A metade das locomotivas tinha necessidade de grandes consertos; grande parte do material rodante se achava no *front*; o combustível começava a faltar. O Ministério

das Vias e Comunicações não conseguia pôr termo aos conflitos com os empregados e operários das estradas de ferro. O abastecimento tornava-se dia a dia mais precário. Em Petrogrado existiam apenas estoques de trigo para dez ou quinze dias; em outros centros as coisas não andavam melhor. A semiparalisação do material rodante e a ameaça de uma greve das estradas de ferro significavam que o perigo da fome era constante. Não se tinha diante dos olhos nenhuma perspectiva de evasão. E não era isto que os operários haviam esperado da Revolução.

A situação era ainda pior, se houvesse possibilidade de o ser, no terreno da política. A irresolução é o estado de espírito mais penoso tanto na vida dos governos, das nações, das classes, quanto na dos indivíduos. A Revolução é o mais implacável dos meios que se possui para resolver as questões históricas. E as escapatórias, em ocasião de Revolução, constituem a mais ruinosa dentre todas as políticas. Um partido revolucionário não deve hesitar mais do que o deve um cirurgião que começa a enterrar o bisturi no corpo de um doente. Ora, o regime do duplo poder, nascido da insurreição de Fevereiro, era a irresolução organizada. Tudo se voltava contra o governo. Os amigos condicionais transformavam-se em adversários, os adversários em inimigos – e os inimigos se armavam. A contrarrevolução se mobilizava abertamente, inspirada no comitê central do Partido Cadete, pelo estado-maior político de todos os que tinham alguma coisa a perder.

O comitê principal da União dos Oficiais, que funcionava no quartel-general, em Moghilev, e representava, aproximadamente, cem mil oficiais descontentes e o soviete da união das tropas cossacas, em Petrogrado, constituíam as duas principais alavancas militares da contrarrevolução. A Duma de Estado, apesar da decisão tomada pelo Congresso dos Sovietes, em junho, decidiu prosseguir em “sessões secretas”. O comitê provisório desta Duma servia de cobertura legal da atividade contrarrevolucionária, largamente financiada pelos bancos e pelas embaixadas da Entente. Os conciliadores viam-se ameaçados tanto pela esquerda como pela direita. Olhando inquietamente para todos os lados, o governo decidiu assinar um crédito para a organização de um serviço de contraespionagem social, isto é, para a organização de uma polícia política secreta.

E foi nesta mesma época, em meados de junho, que o governo resolveu fixar para o dia 17 de setembro as eleições à Assembleia Cons-

tituinte. A imprensa liberal, apesar de todos os cadetes participarem do governo, dirigia uma campanha encarniçada contra a data oficialmente fixada, coisa em que, aliás, ninguém acreditava e defendia seriamente. A própria imagem de uma Assembleia Constituinte, tão nítida nos primeiros dias de março, ia-se apagando, desvanecendo-se. Tudo se voltava contra o governo, inclusive contra as suas raras e anêmicas boas intenções. Foi somente a 30 de junho que ele se decidiu a suprimir os tutores nobres das aldeias, os *zemsky nachalniks*¹, cuja própria denominação era odiada em todo o país desde o dia em que foram instituídos por Alexandre III.

E esta reforma parcial, forçada e tardia, lançava sobre o Governo Provisório a pecha de uma humilhante covardia. Entrementes, a nobreza se refazia de seus terrores, os proprietários dos latifúndios se reagrupavam e retomavam a ofensiva. O comitê provisório da Duma exigiu do governo, em fins de junho, que tomasse medidas decisivas para proteger os proprietários contra os camponeses instigados por “elementos criminosos”. A 1º de julho iniciou-se em Moscou o congresso pan-russo, de proprietários rurais, que, em sua esmagadora maioria, eram nobres. O governo safava-se esforçando-se por hipnotizar, por meio de palavras, ora os mujiques ora os proprietários.

Mas era, sobretudo, no *front* que as coisas caminhavam mal. A ofensiva, que significava para Kerensky o último lance definitivo para enfrentar a luta interna, revelava apenas alguns movimentos convulsivos. O soldado não queria mais prosseguir na guerra. Os diplomatas do príncipe Lvov não mais ousavam olhar face a face os diplomatas da Entente. Tinha-se absolutamente necessidade do empréstimo. Para demonstrar força, o governo, incapaz e de antemão condenado, dirigiu uma ofensiva contra a Finlândia, a qual, como em todos os assuntos pouco limpos, levou a termo por meio dos socialistas. Concomitantemente, o conflito com a Ucrânia se agravava e ameaçava acabar em rutura declarada.

Quão longínquos estavam aqueles dias em que Albert Thomas cantara as loas da radiosa Revolução e de Kerensky! Em princípios de julho, Paléologue, embaixador da França, excessivamente impregnado dos

1. Oficiais nomeados, com poderes administrativos e judiciais sobre a população camponesa local.

odores dos salões rasputinianos, foi substituído pelo “radical” Noulens. O jornalista Claude Anet apresentou ao novo embaixador um relatório instrutivo sobre Petrogrado. Defronte da embaixada da França, do outro lado do Neva, estende-se o bairro de Vyborg. “É o quarteirão das grandes usinas, totalmente em mão de bolcheviques. É como senhores que Lenine e Trotsky ali reinam.” “No mesmo bairro estão as casernas do Regimento de Metralhadores, cujo efetivo é de cerca de 10 mil homens, com armamento de mais de mil metralhadoras: nem os socialistas revolucionários, nem os mencheviques, têm acesso às casernas do regimento. Os demais regimentos, ou são bolcheviques, ou são neutros.” “Se Lenine e Trotsky quiserem tomar Petrogrado, quem os impedirá?” Noulens ouvia com espanto. “Como se explica que o governo tolere semelhante situação?” “Mas que pode ele fazer?”, respondeu o jornalista. “É preciso que se compreenda que o governo, a seu favor, conta apenas com força moral, e esta mesma parece-me bastante fraca...”

Por não encontrar saída, a energia das massas, despertada, fracionava-se em movimentos espontâneos, em atos de *partisans*, em tomadas de posição arbitrárias. Os operários, os soldados e os camponeses, tentavam resolver ao menos parcialmente tudo aquilo que lhes recusava o poder por eles próprios criado. A irresolução dos dirigentes é o mais poderoso debilitador das massas. A expectativa estéril impele-as a bater, cada vez mais teimosamente, às portas que se lhes não querem abrir, ou então leva-as a verdadeiras explosões de desespero. Já durante o Congresso dos Sovietes, quando os provincianos com dificuldade contiveram a mão dos líderes que se levantavam contra Petrogrado, os operários e os soldados tiveram muitas ocasiões de constatar quais eram os sentimentos e as intenções dos dirigentes dos soviets em relação a eles. Tseretelli, depois de Kerensky, tornou-se personagem não somente estranho como também odioso à maioria dos operários e dos soldados de Petrogrado. Na periferia da Revolução crescia a influência dos anarquistas, que desempenhavam o papel principal no seio de um comitê revolucionário arbitrariamente criado na vila Dur-novo. Todavia, mesmo as mais disciplinadas camadas da classe operária, e mesmo as amplas esferas do Partido Bolchevique, começavam, ou a perder a paciência, ou a dar ouvidos àqueles que não mais podiam suportar as coisas. A manifestação de 18 de junho revelou, abertamente, que o governo

não mais dispunha de qualquer apoio. “Que é que estão esperando os lá de cima?”, perguntavam os soldados e os operários, quando se referiam não só aos líderes conciliadores como, agora também, às instituições dirigentes dos bolcheviques.

A luta pelos salários, devida aos preços inflacionários, enervava e extenuava os trabalhadores. Foi este um problema que se formulou com acuidade particular, no decorrer do mês de junho, na gigantesca fábrica de Putilov, na qual trabalhavam 36 mil homens. A 21 de junho, em vários setores da usina, estourou a greve. A esterilidade destas explosões parciais era demasiado clara para o partido. No dia seguinte, a reunião dirigida pelos bolcheviques, congregando representantes das principais organizações operárias e delegados de setenta usinas, declarou que “o caso dos trabalhadores de Putilov representava a causa de todo o proletariado de Petrogrado” e convidou os trabalhadores de Putilov a “conter sua legítima indignação”. Foi adiada a greve. Entretanto, os doze dias que se seguiram não trouxeram alteração alguma à situação. A massa operária das fábricas achava-se em processo de fermentação profunda, à procura de uma saída. Em cada empresa existia um conflito, e todos estes conflitos convergiam para cima, para o governo. Um relatório do sindicato dos mecânicos ferroviários (brigadas ligadas às locomotivas), dirigido ao ministro das Vias de Comunicação, dizia: “pela última vez declaramos que qualquer paciência chega ao fim. Não nos sentimos mais com forças para viver em semelhante situação...” Era esta uma queixa que se dirigia não só contra a miséria e contra a fome, mas também contra a duplicidade, contra a falta de caráter e contra a impostura. O memorial protestava com particular indignação contra “os incessantes apelos ao dever cívico e contra a abstinência das barrigas vazias”.

Em março era o poder restituído ao Governo Provisório pelo Comitê Executivo, sob a condição de que as tropas revolucionárias não fossem, de maneira alguma, evacuadas da capital. Estes dias, porém, pertenciam já a longínquo passado. A guarnição evoluíra para a esquerda e os círculos dirigentes do Soviete caminharam para a direita. A luta contra a guarnição estava constantemente na ordem do dia. Se os contingentes não eram de uma vez afastados da capital, os mais revolucionários, a pretexto de necessidade estratégica, eram sistematicamente enfraquecidos por meio de retiradas de companhias com destino ao *front*. Chegavam, inin-

terruptamente, à capital boatos de constantes remodelações nas unidades do *front*, em virtude da insubmissão, uma vez que se recusava a executar as ordens de combate. Duas divisões siberianas – há pouco tempo ainda não eram os caçadores siberianos reputados como os melhores? – foram dissolvidas, tendo sido necessário o emprego de força armada. Só no caso de 5º Exército, o mais próximo da capital, que havia recusado, em massa, obedecer às ordens de combate, oitenta e sete oficiais e 12.725 soldados foram pronunciados perante os tribunais. A guarnição de Petrogrado, verdadeiro acumulador dos descontentamentos do *front*, da aldeia, dos bairros operários e das casernas, não parava de agitar-se. Quarentões barbudos exigiam, com insistência exacerbada, o regresso aos lares para se dedicarem ao trabalho dos campos. Os regimentos acantonados no bairro de Vyborg – 1º de Metralhadores, 1º de Granadeiros, Regimento Moscovita, 180º de Infantaria e ainda outros – achavam-se constantemente submetidos ao jato ardente da vizinhança proletária. Milhares de trabalhadores passavam diante dos quartéis, e entre eles grande número de infatigáveis agitadores do bolchevismo. Improvisavam-se comícios quase que incessantemente sob as muralhas imundas que se tornaram odiosas. A 22 de junho, quando as manifestações patrióticas desencadeadas pela ofensiva ainda não se haviam extinguido, um auto do Comitê Executivo teve a imprudência de enveredar pela Perspectiva Sampsonievsky, a exhibir cartazes: “Avante, Kerensky!” O Regimento Moscovita prendeu os agitadores, rasgou os cartazes e remeteu o automóvel dos patriotas ao Regimento de Metralhadores.

Os soldados, via de regra, mostravam-se mais impacientes que os operários: primeiro porque estavam sob ameaça direta de serem enviados ao *front*; e segundo porque assimilavam com maior dificuldade as razões da estratégia política. E além de tudo mais, cada soldado tinha em mão o fuzil e, depois de fevereiro, o soldado se mostrava propenso a superestimar o poder específico daquela arma. Lizdin, velho operário bolchevique, contava, mais tarde, de que modo os soldados da reserva do 180º lhe haviam falado: “Que fazem os nossos no Palácio de Kshesinskaia? Será que dormem? Vamos expulsar Kerensky!” Nas reuniões de regimentos, votavam-se constantemente moções referentes à necessidade de agir contra o governo. Delegações de algumas fábricas apresentavam-se aos quartéis, perguntando aos soldados se sairiam às ruas. Os metralhadores enviavam os próprios representantes a

outras unidades da guarnição, convidando-as a se insurgirem contra o prolongamento da guerra. Mais impacientes que os outros, alguns delegados acrescentavam: “O Regimento Pavlovsky, o Regimento Moscovita e 40 mil operários de Putilov sairão ‘amanhã’.” As admoestações oficiais do Comitê Executivo mostravam-se ineficazes. Cada vez mais preciso desenhava-se o perigo de ver-se Petrogrado, sem apoio do *front* e das províncias, derrotado em separado. A 21 de junho, Lenine, no *Pravda*, concitava os operários e os soldados de Petrogrado a esperarem pelo dia em que os acontecimentos trouxessem volumosas reservas à causa da capital. “Compreendemos a amargura, compreendemos a efervescência dos operários de Piter.* Nós, porém, lhes dizemos: Camaradas, neste momento a ação direta não seria racional.” No dia seguinte, os bolcheviques dirigentes que, aparentemente, se colocavam “mais à esquerda” do que Lenine, concluíram que apesar do estado de espírito dos soldados e das massas operárias não se devia ainda aceitar a batalha: “Vale mais a pena esperar que os partidos do governo se tenham definitivamente coberto de vergonha, para iniciar a ofensiva. Nesta hora, então, teremos a partida ganha.” É o que narra Latsis, organizador de bairro, um dos mais impacientes naqueles dias. O Comitê cada vez mais frequentemente se via obrigado a enviar agitadores às casernas, a fim de evitar uma ação prematura. Os bolcheviques de Vyborg, meneando a cabeça, confusos, lamentam-se entre si: “Devemos fazer o papel de peça de decoração.” Entretanto, crescem dia a dia os apelos para sair às ruas. E muitos dos apelos são claras provocações. A organização militar dos bolcheviques viu-se constrangida a dirigir um manifesto aos soldados e operários: “Não deveis dar crédito a qualquer apelo lançado em nome da organização militar para sair às ruas. A organização militar não fez nenhum apelo para que vos manifesteis.” E mais adiante, com maior insistência: “Deveis exigir de qualquer agitador ou orador que vos incite a agir em nome da organização militar, que apresente um certificado assinado pelo presidente e pelo secretário da organização.”

Na famosa Praça Yakorny, em Kronstadt, onde os anarquistas levantam cada dia mais ousadamente a voz, preparam-se ultimatoss sobre

* Abreviatura de São Petersburgo. [Nota da tradutora.]

ultimatos. A 23 de junho, delegados da Praça Yakorny, sem o assentimento do soviete de Kronstadt, exigiram do Ministério da Justiça a liberdade de um grupo de anarquistas de Petrogrado, ameaçando, caso nada conseguissem, um assalto à prisão, pelos marinheiros. No dia seguinte, representantes de Oranienbaum declararam ao ministro da Justiça que a guarnição, da qual faziam parte, estava ela também perturbada com as prisões levadas a efeito tanto na vila Durnovo como em Kronstadt, e que na guarnição “já se armavam as metralhadoras”. A imprensa burguesa apanhou no ar essas ameaças e esfregou-as no rosto de seus aliados, os conciliadores. A 26 de junho chegavam da frente de batalha ao batalhão de reservas, onde serviam, alguns delegados do Regimento de Granadeiros da Guarda, trazendo a seguinte declaração: “O regimento está contra o Governo Provisório e exige que o poder passe aos Sovietes; o regimento recusa-se a participar da ofensiva iniciada por Kerensky; o regimento pergunta, com inquietação, se o Comitê Executivo com seus ministros socialistas tomou o partido dos burgueses.” O órgão do Comitê Executivo publicou, a respeito desta visita, um relatório cheio de reprovações.

Grande era a efervescência não apenas em Kronstadt mas também em toda a esquadra do Báltico, cuja base principal era Helsingfors. O mais ativo elemento bolchevique, na esquadra, era, incontestavelmente, Antonov-Ovseenko, o qual, ainda ao tempo em que era jovem oficial, participara do levante de Sebastopol, em 1905; menchevique durante os anos da reação, emigrado internacionalista durante os anos da guerra, colaborador de Trotsky quando da publicação, em Paris, do jornal *Nashe Slovo**, unira-se aos bolcheviques assim que retornou da emigração.

Pouco firme em política, porém pessoalmente corajoso, impulsivo, desorganizado, mas capaz de iniciativa e de improvisação, Antonov-Ovseenko, ainda mal conhecido na época, assumiu, em seguida aos acontecimentos da Revolução, um lugar que longe estava de ser o último. “Em Helsingfors, no comitê do partido – conta ele nas memórias que escreveu – compreendíamos a necessidade de ser paciente e de nos prepararmos com seriedade. Recebíamos, ainda, neste sentido, instruções do Comitê Central. Tínhamos, todavia, perfeita consciência da inelutabilidade de

* *Nossa Palavra*. [Nota da tradutora.]

uma explosão e olhávamos apreensivos para os lados de Petersburgo.” Ora, neste lado acumulavam-se, dia a dia, os elementos explosivos. O 2º Regimento de Metralhadores, mais atrasado do que o 1º, votou uma resolução pela transmissão do poder aos soviets. O 3º Regimento de Infantaria não permitiu que partissem para o *front* quatorze companhias que haviam sido destacadas. As reuniões nos quartéis assumiam um caráter de hora em hora mais tempestuoso. Um comício realizado no Regimento dos Granadeiros, a 1º de julho, proporcionou a ocasião para a detenção do presidente do comitê e para que obstruíssem os oradores mencheviques: Abaixo a ofensiva! Abaixo Kerensky! No centro da guarnição estavam os metralhadores que abriram os diques às torrentes de julho.

O nome do 1º Regimento de Metralhadores já nos passou sob os olhos no curso dos acontecimentos dos primeiros meses da Revolução. Este regimento que, por iniciativa própria, se trasladou de Oraniembaun para Petrogrado logo após a insurreição, “para defender a Revolução”, encontrou imediatamente a resistência do Comitê Executivo, o qual tomou a seguinte decisão: agradecer ao Regimento e fazê-lo voltar para Oraniembaun. Os metralhadores recusaram-se peremptoriamente a deixar a capital. “Os contrarrevolucionários podem investir contra o soviets e restabelecer o antigo regime.” O Comitê Executivo foi forçado a ceder e muitos milhares de metralhadores permaneceram em Petrogrado e com suas metralhadoras. Instalados na Casa do Povo, não sabiam sequer o que seria deles. Entre eles, entretanto, havia grande número de operários de Petrogrado e não foi simplesmente por acaso que o comitê dos bolcheviques se encarregou dos metralhadores. A intervenção do comitê assegurou o abastecimento dos soldados, sendo os víveres retirados da fortaleza de Pedro e Paulo. Estabeleceram-se a amizade. Em breve ela se tornaria incondicional. A 21 de junho os metralhadores, em assembleia geral, tomaram a seguinte resolução: “Daqui por diante só serão enviados efetivos para o *front* caso a guerra assumam caráter revolucionário.” A 2 de julho o regimento organizou na Casa do Povo um comício de despedida dedicado à “última” companhia que era enviada para o *front*. Nessa ocasião falaram Lunacharsky e Trotsky: as autoridades, mais tarde, tentaram dar a este incidente uma excepcional importância. Em nome do regimento responderam o soldado Zhilin e um velho bolchevique, o suboficial Lashevich. Grande era a excitação, estigmatizava-se Kerensky, jurava-se fidelidade à Re-

volução, mas ninguém propôs resoluções práticas para um futuro próximo. Entretanto, já desde alguns dias, na cidade aguardavam-se curiosamente os acontecimentos. As Jornadas de Julho projetavam, de antemão, a sua sombra. “Por toda a parte, de todos os lados”, escreve Sukhanov em suas notas, “no Soviete, no Palácio Mariinsky, nos lares, nas praças e nos bulevares, nos quartéis e nas fábricas, falava-se a respeito de certas manifestações previstas para qualquer dia... Ninguém sabia ao certo quem se iria manifestar, nem como, nem onde. A cidade, porém, sentia-se em vésperas de qualquer explosão.” E a manifestação realmente se desencadeou. O impulso partiu de cima, das esferas dirigentes.

No mesmo dia em que Trotsky e Lunacharsky falavam no Regimento de Metralhadores da incapacidade da coligação, quatro ministros cadetes, estourando a coligação, abandonavam o governo. E como pretexto escolheram o fato, para eles inaceitável – em razão das pretensões que acalentavam de desempenhar papel de grande poder – do compromisso que seus colegas conciliadores haviam assumido com a Ucrânia. A verdadeira causa desta rutura demonstrativa residia no fato de que os conciliadores não conseguiam refrear as massas. A escolha do momento foi sugerida pelo desastre da ofensiva, ainda não confessado oficialmente, mas que não oferecia a menor sombra de dúvida para os conhecedores do assunto. Os liberais julgaram oportuno deixar que os aliados de esquerda enfrentassem a derrota e os bolcheviques. O rumor da demissão dos cadetes propagou-se rapidamente pela capital e permitiu uma generalização política de todos os conflitos sob uma única palavra de ordem, mais exatamente, sob um só grito de angústia: é preciso acabar com toda esta palhaçada de coligação! Os soldados e os operários achavam que todas as outras questões dependiam da solução que fosse dada ao problema do poder, isto é, dependiam de ser o país governado ou pela burguesia ou pelos soviets: salários, preço do pão, obrigação de se deixar matar no *front* para fins ignorados. E nesta atitude de expectativa havia uma certa dose de ilusão já que as massas contavam conseguir, em virtude da troca do poder, a solução imediata de todos os problemas angustiantes. E no final das contas tinham razão: a questão do poder determinava a direção de toda a Revolução e, por conseguinte, fixava o destino de cada cidadão em particular. Seria subestimar deliberadamente Miliukov supor que os cadetes não pudessem prever as

repercussões do ato de sabotagem que haviam declarado em relação aos soviets. O líder do liberalismo evidentemente esforçava-se por arrastar os conciliadores a uma situação crítica, totalmente sem vias de saída, a não ser pelo emprego de baionetas: naqueles dias, julgava ele piamente que ainda era possível salvar a situação por meio de uma sangria desatada.

A 3 de julho, já pela manhã, vários milhares de metralhadores, interrompendo bruscamente uma reunião dos comitês das próprias companhias e do regimento, elegeram presidente um dos companheiros e exigiram que se pusesse em discussão, imediatamente, o assunto da manifestação armada. O *meeting* logo tomou aspecto tumultuoso. A questão da partida para o *front* se entrecruzava com a crise governamental. O bolchevique Golovin, presidente da assembleia, tentava frear a agitação por meio de proposta de entendimento prévio com as outras unidades do Exército e com a organização militar. Mas qualquer alusão a adiamentos enfurecia os soldados. Foi nesta reunião que surgiu o anarquista Bleichman, personagem apagado, porém que se destacara no quadro de 1917. Possuidor de bem modesta bagagem de ideias, porém de faro seguro perante a massa; sincero em seu espírito limitado, porém sempre inflamado; o blusão aberto ao peito, a cabeleira cacheada e hirsuta, Bleichman conseguia despertar nos comícios número apreciável de simpatias meio irônicas. Os operários olhavam-no, é bem verdade, com reservas e com certa impaciência – sobretudo os metalúrgicos. Os soldados, porém, sorriam alegremente aos discursos dele, cutucando-se uns aos outros e estimulando o orador com expressões mordazes: sentiam-se evidentemente com boa disposição a favor dele, em virtude de sua aparência excêntrica, de seu tom resoluto de homem de pouco raciocínio e por seu sotaque judeu-americano ácido como vinagre. Em fins de junho, Bleichman nadava por toda a sorte de *meeting* improvisado, tal como um peixe dentro d'água. Expressia sempre a mesma opinião quanto à decisão a ser tomada: *sair de armas nas mãos*. A organização? “É a rua que nos organizará.” O fim em vista? “Derrubar o Governo Provisório, tal como já se derrubou o czar, se bem que, até então, nenhum só partido se tivesse manifestado neste sentido.” Arengas semelhantes, no momento, correspondiam plenamente às disposições dos metralhadores, e não apenas deles. Numerosos eram os bolcheviques que não ocultavam a satisfação de ver a base desprezar as admoestações oficiais que eles mesmos faziam. Os

operários de vanguarda lembravam-se de que, em fevereiro, os dirigentes se haviam preparado para dar o sinal de retirada, justamente às vésperas da vitória; de que, em março, a jornada de trabalho de oito horas fora conquistada por iniciativa da base; e que, enfim, em abril, Miliukov tinha sido derrubado pelos regimentos que espontaneamente haviam saído à rua. A recordação destes fatos ia ao encontro da opinião das massas, opinião já por demais tensa e impaciente.

A organização militar dos bolcheviques, informada imediatamente da efervescência que reinava no *meeting* dos metralhadores, enviou à reunião, um após outro, diversos agitadores. Cedo chegou, em pessoa, o próprio Nevsky, dirigente da organização militar e muito estimado pelos soldados. Parece que lhe deram ouvidos. Mas, como o *meeting* se prolongava interminavelmente, as disposições do auditório iam mudando, assim como a sua composição. “Foi para nós grande surpresa”, narra Podvoisky, outro dirigente da organização militar, “quando, às 7 horas da noite, chegou a galope um estafeta para nos anunciar que os metralhadores haviam novamente decidido manifestar-se.” Em substituição ao antigo comitê do regimento, elegeram um comitê revolucionário provisório, constando de dois homens por companhia, sob a presidência do subtenente Semashko. Delegados especialmente designados iniciaram a ronda pelos regimentos e pelas fábricas a fim de solicitar apoio. É claro que os metralhadores não se esqueceram de enviar também emissários a Kronstadt. Deste modo, num plano abaixo das organizações oficiais e parcialmente sob a cobertura delas, se estendiam novos laços temporários entre as mais exasperadas usinas e os regimentos. As massas não tencionavam romper com o Soviete; ao contrário, desejavam elas que ele se apoderasse do poder. Muito menos ainda estavam elas dispostas a romper com o Partido Bolchevique. Mas este partido parecia-lhes irresoluto. Elas desejavam somente dar um empurrão, ameaçar o Comitê Executivo e impelir os bolcheviques para a frente. Foram improvisadas delegações, foram criados novos pontos de ligação e centros de ação, não permanentes, mas adaptados ao caso presente. As circunstâncias e os estados de opinião modificam-se tão rápida e tão bruscamente que mesmo a mais flexível organização, como a dos sovietes, inevitavelmente se atrasavam, obrigando as massas a improvisar, a cada passo, órgãos auxiliares destinados a resolver as necessidades do momento. Em semelhantes

improvisações, muito frequentemente, insinuam-se de surpresa elementos ocasionais nem sempre muito seguros. Os anarquistas jogavam lenha na fogueira, no que eram imitados por alguns noviços do bolchevismo, também presas de impaciência. Indubitavelmente incorporaram-se ao movimento alguns provocadores, talvez mesmo agentes da Alemanha, e sem dúvida sobretudo agentes da contraespionagem da reação russa. Como desmanchar, fio a fio, o complexo tecido dos movimentos de massas? O caráter geral dos acontecimentos desenha-se, não obstante, com toda a sua clareza. Petrogrado adquiria consciência da própria força, tomava impulso, esquecendo de olhar para trás, para as províncias, ou para a frente, para a *front*. E o próprio Partido Bolchevique já não era mais capaz de moderar a capital. Nesta conjuntura somente a experiência poderia ajudar.

Ao chamar os regimentos e os operários para a rua, os delegados dos metralhadores não se esqueciam de acrescentar que a manifestação devia ser armada. Sim, e como fazer de outro modo? É claro que ninguém vai, desarmado, expor-se aos golpes dos adversários. Além disto, e talvez fosse isto o essencial, era preciso mostrar a própria força; ora, soldado que não tem fuzil jamais é força. Neste ponto, porém, todos os regimentos e todas as usinas tinham a mesma opinião: caso se procedesse a manifestação, não se poderia prescindir de munições. Os metralhadores não perdiam tempo: comprometidos em negócio de vulto, deviam levá-lo a termo o mais depressa possível. Os atos do processo caracterizaram, algum tempo depois, os atos do segundo-tenente Semashko, um dos principais dirigentes do regimento, nos seguintes termos: “...requisitou automóveis às fábricas; armou os veículos com metralhadoras, enviou-os ao Palácio de Táuride e a outros locais, determinando os itinerários de cada um; ele em pessoa fez o regimento sair da caserna para levá-lo à cidade; dirigiu-se ao batalhão de reserva do Regimento Moscovita a fim de convencê-lo a manifestar-se, o que conseguiu; prometeu aos soldados do Regimento de Metralhadores o apoio dos regimentos da organização militar; manteve-se em ligação constante com aquela organização, sediada na casa de Kshesinskaia e com o líder dos bolcheviques, Lenine; enviou patrulhas para guardar a sede da referida organização.” A insinuação feita aqui contra Lenine visa completar o quadro: Lenine, nem naquele dia, nem nos dias precedentes, se achava em Petrogrado – por motivo de doença, desde 29 de junho passara a re-

sidir em uma vivenda na Finlândia. Quanto ao mais, o estilo conciso do funcionário da Justiça Militar traduz com precisão a agitação febril que se apoderara dos metralhadores durante os preparativos. No pátio do quartel trabalhava-se com ardor semelhante. Distribuía-se fuzis aos soldados não armados; granadas a alguns outros; e, em cada caminhão fornecido pelas fábricas, colocavam-se três metralhadoras com as respectivas guarnições. O regimento devia sair à rua em formação de combate.

Nas fábricas ocorria aproximadamente a mesma coisa: chegavam delegados, ora do quartel dos metralhadores, ora de qualquer fábrica das vizinhanças, procurando sempre atrair os operários para a manifestação. Dir-se-ia que os emissários eram de há muito esperados: suspendia-se imediatamente o trabalho. Conta um operário da usina Renault: “Depois do almoço chegaram apressadamente numerosos metralhadores que nos pediram que lhes entregássemos caminhões. Apesar do protesto de nossa coletividade bolchevique, foi preciso ceder os caminhões... A toda pressa instalaram metralhadoras Maxim nas viaturas e saíram em disparada, rumo da Nevsky. Daí por diante tornou-se impossível conter nossos operários... Todos saíram das oficinas, abandonando as ocupações, com as vestes de trabalho, envergando os aventais...” Devemos acreditar que os protestos dos bolcheviques nas fábricas nem sempre eram muito insistentes. Foi nas fábricas de Putilov que a luta mais se prolongou. Perto das duas horas da tarde correu pelas oficinas a notícia de que uma delegação de metralhadores chegara e estava convocando um *meeting*. Cerca de 10 mil operários reuniram-se diante dos locais da administração. Aclamados, os metralhadores revelaram que haviam recebido ordem de partir, a 4 de julho, para o *front*, mas que tinham resolvido “marchar, não contra o proletariado alemão, em direção ao *front* alemão, mas contra seus próprios ministros capitalistas”. Cresceu o entusiasmo geral. “Para a frente! Para frente!” – gritaram os trabalhadores. O secretário do comitê da usina, um bolchevique, apresentava objeções e propunha que se consultasse a opinião do partido. Romperam protestos generalizados: “Abaixo, Abaixo! Desejais continuar a arrastar indefinidamente a questão! Não se pode mais continuar a viver assim!..” Por volta das 6 horas chegaram representantes do Comitê Executivo, porém estes foram ainda menos bem sucedidos na tentativa de convencer os operários. O *meeting* continuava, aquele interminável, nervoso,

obstinado *meeting* de uma massa de milhares de homens em busca de uma saída e que não admitia absolutamente que lhe dissessem que tal saída inexistia. Foi proposto o envio de uma delegação ao Comitê Executivo, porém esta medida era novo protelamento. A assembleia mantinha-se em sessão permanente. Entrementes, um grupo de operários e soldados veio anunciar que o bairro de Vyborg já se movimentara em direção ao Palácio de Táuride. Impossível obstaculizar por mais tempo. Decidiram marchar. Um certo Efimov, operário da Putilov, correu ao comitê de bairro do partido para perguntar: “O que é que vamos fazer?” Responderam-lhe: “Não nos manifestaremos, mas não podemos abandonar os operários à própria sorte; e é por isso que marchamos com eles”. Naquele momento surgiu Chudin, membro de um comitê de bairro, anunciando que em todos os bairros os operários se punham em marcha e que os militantes do partido deveriam “manter a ordem”. Foi assim que os bolcheviques se viram atraídos e arrastados ao movimento, se bem que procurassem justificar os próprios atos, porque estes se chocavam com a decisão oficial do partido.

A vida industrial da capital cessara completamente lá pelas 7 horas da noite. Uma após outra, sublevavam-se as fábricas, formavam-se fileiras e destacamentos de guardas-vermelhos armavam-se. “Naquela massa de milhares de operários”, conta Metelev, militante de Vyborg, “iam e vinham, e fazendo estalar ruidosamente o gatilho dos fuzis, centenas de jovens guardas. Uns introduziam pentes de munições nas armas, outros apertavam correias, outros, ainda, prendiam aos cinturões cartucheiras e cantis, ou então armavam as baionetas; e os operários que não possuíam armas ajudavam os guardas a equipar-se...” A Perspectiva Sampsonovsky, principal artéria do bairro de Vyborg, regurgitava de gente. À direita e à esquerda – colunas cerradas de trabalhadores. No meio da rua desfilarva o Regimento de Metralhadores, espinha dorsal do cortejo. À frente de cada companhia – os caminhões com as Maxims. Atrás do Regimento de Metralhadores – os operários. A retaguarda, cobrindo a manifestação –, unidades do Regimento Moscovita. Acima de cada destacamento, um estandarte: “Todo o poder ao Soviete.” O cortejo de funerais realizado em março, ou a manifestação de 19 de maio, provavelmente haviam sido mais concorridos. Mas o desfile de julho foi incomparavelmente mais impetuoso, mais ameaçador e... de composição mais homogênea. “Sob as bandeiras

vermelhas marcham operários e soldados”, escreve um dos participantes. “Não se veem os distintivos de funcionários, nem os botões cintilantes dos estudantes, nem os chapéus de ‘senhoras simpatizantes’ – isto é, tudo aquilo que se viu quatro meses antes, em fevereiro – mas, no movimento desse dia, nada de semelhante; hoje marcham somente os sombrios escravos do capital.” Corriam pelas ruas, em diversas direções, automóveis carregados de trabalhadores e de soldados armados: delegados, agitadores, batedores, agentes de ligação, efetivos encarregados de recrutar operários e regimentos. Todos empunham fuzis. Os caminhões, erizados de baionetas, reproduziam o quadro das Jornadas de Fevereiro, eletrizando alguns e aterrorizando outros. Escrevia o cadete Nabokov: “Sempre as mesmas faces de dementes embrutecidas, bestiais, de que nos lembramos constantemente desde as Jornadas de Fevereiro”, isto é, desde as jornadas daquela mesma Revolução que os liberais oficialmente haviam chamado de gloriosa e incruenta. Perto das 9 horas, sete regimentos dirigiam-se para o Palácio de Táuride. Durante o percurso receberam a adesão das colunas provenientes das fábricas e de novas unidades militares. O movimento do Regimento de Metralhadores revelara formidável poder de contágio. Estavam abertas as Jornadas de Julho.

Aqui e ali improvisavam-se *meetings*. De um e de outro lado ouviam-se tiros. Segundo o operário Korotkov, “na Liteiny, retiraram de uma adega uma metralhadora e um oficial, que foi morto imediatamente”. Rumores de toda sorte precedem a manifestação e esta difunde, em torno de si, um terror que se irradia em todas as direções. Quanta fantasia não foi certamente transmitida através dos telefones dos quarteirões centrais amedrontados! Uma das comunicações, por exemplo, dizia que às 8 horas da noite um automóvel armado chegara a toda velocidade à estação de Varsóvia, à procura de Kerensky, que exatamente neste dia partia para o *front*; o carro porém chegara tarde demais, após a partida do trem, e a prisão não se efetuara. Este episódio foi mencionado em seguida, por mais de uma vez, como prova da conspiração. Quem, precisamente, se encontrava no automóvel, e quem havia descoberto as intenções misteriosas dos seus ocupantes? Nunca ninguém soube. Naquela tarde, carros cheios de homens armados corriam em todas as direções e é muito provável que também tivessem andado pelas imediações da estação de Varsóvia. Invec-

tivas em calão, contra Kerensky, ecoavam em muitos lugares. Esta deve ter sido, provavelmente, a origem da lenda, supondo-se que ela não tenha sido totalmente forjada.

O *Izvestia* traçava o seguinte esquema dos acontecimentos de 3 de julho: “Às 5 horas da tarde saíram à rua, armados: o 1º de Metralhadores, um contingente do Regimento Moscovita, um contingente de granadeiros e um contingente do Regimento Pavlovsky. Juntaram-se a eles massas de operários... As oito da noite começaram a reunir-se em torno do Palácio Kshesinskaia diferentes unidades de regimentos, armadas dos pés à cabeça, exibindo bandeiras vermelhas e cartazes que exigiam a transmissão do poder ao Soviete. Do alto das sacadas pronunciavam-se discursos... Às 10 horas e meia, na praça fronteira ao Palácio de Táuride, realizou-se um comício... As unidades elegeram uma deputação ao Comitê Executivo Central Panrusso, a qual, em nome delas, formulou as seguintes reivindicações: Abaixo os dez ministros burgueses! Todo o poder ao Soviete! Parar com a ofensiva! Confisco das oficinas dos jornais burgueses! Nacionalização da terra! Controle da produção!” Postos ao lado, acréscimos de interesse secundário: “unidades de regimentos”, em vez de “regimentos”; “massas de operários”, em vez de “fábricas inteiras” – poder-se-ia dizer que o órgão officioso de Tseretelli e Dan, no conjunto, não altera absolutamente o que se passou e, em particular, assinala exatamente os dois focos da manifestação: o palacete particular de Kshesinskaia e o Palácio de Táuride. Moral e materialmente, o movimento girava em torno daqueles dois centros antagônicos: na mansão Kshesinskaia iam procurar indicações, uma direção, uma palavra inspiradora; no Palácio de Táuride iam formular reivindicações e, mesmo, ameaçar pela força que representavam.

Às 3 horas da tarde, perante a conferência geral dos bolcheviques da capital reunida naquele dia no Palacete Kshesinskaia, dois delegados dos metralhadores chegaram para comunicar a decisão que o regimento tomava, de se manifestar. Ninguém esperava por isto. Tomsy declarou: “Os regimentos que se puseram em movimento não agiram com espírito de camaradagem porque não convidaram o comitê do nosso partido a discutir a questão. O comitê central propõe à conferência: 1º – publicar um manifesto destinado à contenção das massas; 2º – elaborar um memorial ao Comitê Executivo, propondo que se assuma o poder. Naquele momento

não se podia falar de manifestação sem desejar nova Revolução.” Tomsky, antigo operário bolchevique, cuja fidelidade ao partido era testemunhada por muitos anos de prisão, e conhecido em seguida como dirigente dos sindicatos, era, pela própria formação do caráter, mais favorável a impedir as manifestações do que a provocá-las. Desta vez, porém, ele nada mais fazia que desenvolver o pensamento de Lenine: “Não se poderia falar de manifestação neste momento, sem que houvesse o desejo de nova Revolução.” Porque, até a própria tentativa de manifestação pacífica de 10 de junho fora considerada pelos conciliadores como conspiração! A esmagadora maioria da conferência solidarizava-se com Tomsky. Era preciso adiar o desenlace, a qualquer preço. A ofensiva no *front* mantém o país inteiro em suspense. O malogro era previsto, assim como a intenção do governo era de lançar sobre os bolcheviques a responsabilidade da derrota. É preciso dar aos conciliadores o tempo necessário para que se comprometessem irremediavelmente. Volodarsky, em nome da conferência, respondeu aos metralhadores, dizendo-lhes que o regimento devia submeter-se à decisão do partido. Os metralhadores retiraram-se protestando. Às 4 horas, o Comitê Central confirmou a decisão da conferência. Seus membros dispersaram-se pelos bairros e pelas fábricas, a fim de impedirem a manifestação das massas. No mesmo sentido, foi enviado ao *Pravda* um manifesto para ser impresso na primeira página da manhã seguinte. Stalin foi encarregado de informar a assembleia unificada dos comitês executivos sobre a decisão do partido. As intenções dos bolcheviques não deixam, por conseguinte, lugar a qualquer dúvida. O Comitê Executivo dirigiu um manifesto aos operários e aos soldados: “Alguns desconhecidos... concitam-vos a descer armados para as ruas”, assegurando, através deste documento, que o apelo não provinha de qualquer partido soviético. Mas os comitês centrais, de partidos e de soviets, propunham, ao passo que as massas dispunham.

Lá pelas 8 horas da noite, o Regimento de Metralhadores e, atrás dele, o Regimento Moscovita, aproximaram-se do Palácio de Kshesinskaia. Bolcheviques populares, Nevsky, Lashevich, Podvoisky, tentaram, do alto da sacada, convencer os regimentos de que deviam voltar para os quartéis. Respondiam-lhes de baixo: “Abaixo!” Da sacada dos bolcheviques ainda não haviam sido ouvidos semelhantes gritos partidos dos soldados: era, portanto, um sintoma inquietador. Atrás dos regimentos apareceram as fábricas:

“Todo o poder aos sovietes!” “Abaixo os dez ministros capitalistas!” Eram as bandeiras de 18 de junho. Agora, entretanto, apresentavam-se enquadradas por baionetas. A manifestação tornara-se um fato que se impunha. Que fazer? Seria concebível que os bolcheviques se mantivessem afastados? Os membros do comitê de Petrogrado, juntamente com os delegados da conferência e representantes dos regimentos e das fábricas, decidiram o seguinte: rever a questão; pôr fim às crispações estéreis; dirigir o movimento desencadeado no sentido de convencê-lo de que a crise governamental seria resolvida de acordo com os interesses do povo; com este fim, convidar os soldados e os operários a marchar pacificamente em direção ao Palácio de Táuride, a eleger delegados e, por intermédio destes, formular as reivindicações de cada um perante o Comitê Executivo. Os membros do Comitê Central presentes naquele momento sancionaram a modificação de tática. A nova decisão, proclamada do alto da sacada, foi acolhida com aclamações e com o canto da *Marselhesa*. O partido legalizara o movimento: os metralhadores já podiam respirar com alívio. Uma parte do regimento entrou imediatamente na fortaleza de Pedro e Paulo para trabalhar a guarnição e, se necessário fosse, proteger contra qualquer golpe traiçoeiro o Palácio Kshesinskaia, que está separado da fortaleza pelo estreito canal de Kronvenvsky.

Os destacamentos que encabeçavam a manifestação insinuaram-se pela Nevsky, artéria da burguesia, da burocracia, e do corpo de oficiais, tal como se estivesse em país estrangeiro. Das sacadas, das janelas, das calçadas, milhares de olhos maldosos espionavam com circunspeção. A cada fábrica segue-se um regimento; a cada regimento segue-se outra fábrica. Incessantemente surgem novas massas. Todas as bandeiras, letras douradas em fundo vermelho, clamam o mesmo apelo: “Todo o poder aos sovietes!” O desfile se apossa da Nevsky e, como torrente irresistível, transborda sobre o Palácio de Táuride. Os cartazes “Abaixo a guerra!” provocam a mais viva hostilidade dos oficiais, entre os quais numerosos inválidos. A gesticular, a esbaforir-se, o estudante, a estudante, o funcionário, tentam persuadir os soldados de que os agentes da Alemanha, que estão por detrás dos operários, desejam apenas que as tropas de Guilherme tenham acesso a Petrogrado para asfixiar a liberdade. Os oradores acham que seus próprios argumentos são irresistíveis. “Eles estão sendo enganados por espíões!”, dizem os funcionários a respeito dos trabalhadores, que

respondem em tom irritado. “Arrastados por fanáticos!”, insistem os mais indulgentes. “Ignorantes!” – e neste ponto uns e outros se mostram de acordo. Os operários medem as coisas à sua maneira. Não foi com espões alemães que eles aprenderam a compreender as ideias que hoje os levam para as ruas. Os manifestantes afastam, sem qualquer urbanidade, os admoestantes importunos, e seguem para a frente. Isso exaspera os patriotas da Nevsky. Grupos de choque, comandados quase todos por inválidos e por cavaleiros de São Jorge, lançam-se contra certos destacamentos de manifestantes para arrancar-lhes as bandeiras. Conflitos explodem aqui e ali. A atmosfera esquenta. Espoucam tiros de um e de outro lado. De uma janela? Do Palácio Anichkin? A rua responde com uma salva de tiros para o ar, sem destino certo. Durante algum tempo toda a rua fica em polvorosa. Conta um operário da fábrica Vulcan que lá pela meia-noite, no momento exato em que o regimento de granadeiros passava pela Nevsky, nas imediações da biblioteca pública, espoucou uma fuzilaria, não se sabe oriunda de onde, e que durou alguns minutos. Estabeleceu-se o pânico. Os operários espalharam-se pelas ruas adjacentes. Os soldados, expostos ao fogo, lançaram-se por terra: não tinha sido em vão que grande número deles havia passado pela escola de guerra. Aquela Avenida Nevsky da meia-noite, onde os granadeiros da guarda se mantinham deitados de bruços na pista, sob a fuzilaria, apresentava fantástico espetáculo. Nem Puchkin, nem Gogol, que tanto celebraram a Nevsky, jamais a teriam representado assim! Aquela fantasmagoria, entretanto, era realidade: sobre o calçamento ficaram mortos e feridos.

Vivia o Palácio de Táuride, naquele dia, sua vida peculiar. Após os cadetes haverem apresentado pedido de demissão do governo, os dois comitês executivos, o dos operários-soldados e o dos camponeses, passaram a discutir, em comum, o relatório de Tseretelli sobre a questão de achar um meio de limpar a pelica da coalizão sem molhar o pelo. O segredo de semelhante operação teria sido descoberto, com toda a probabilidade, ao fim de certo tempo, se os arrabaldes turbulentos não o tivessem impedido. As comunicações telefônicas anunciadoras da movimentação do Regimento de Metralhadores, que estava sendo preparada, fazem surgir rictos de cólera e de contrariedade na fisionomia dos dirigentes. Será possível que os soldados e os operários não sejam capazes de esperar que os jornais lhes co-

muniquem uma decisão salutar. A maioria olha os bolcheviques com animosidade. Desta vez a manifestação ainda era imprevista para os próprios bolcheviques. Kamenev e outros representantes do partido ali presentes concordam em se dirigirem, após a sessão do dia, para as fábricas e para os quartéis, a fim de tentarem conter as massas. Esse gesto foi, mais tarde, interpretado pelos conciliadores como um estratagema. Os comitês executivos aprovaram com urgência um manifesto que declarava, como sempre, que quaisquer manifestações significaria traição à Revolução. Entretanto, como sair da crise de poder? Foi achada a saída: manter o Ministério truncado tal qual estava, adiando o exame da questão, em seu conjunto, até à convocação dos membros provinciais do Comitê Executivo. Protelar, ganhar tempo para sair de excitações, não será, por acaso, a mais sábia de todas as políticas?

Era somente no terreno da luta contra as massas que os conciliadores julgavam inadmissível a perda de tempo. O aparelho oficial foi posto imediatamente em movimento contra a insurreição – porque foi assim que se denominou, desde o início, a manifestação. Os líderes procuravam, com afincos, força armada para a proteção do governo e do Comitê Executivo. Assinadas por Cheidze e por outros membros do *presidium*, foram enviadas, a diversas instituições militares, intimações no sentido de que mandassem ao Palácio de Táuride carros blindados, canhões de três polegadas e munições. Concomitantemente, quase todos os regimentos receberam ordem de enviar destacamentos armados para a defesa do palácio. Entretanto, não se limitaram apenas a isso. Apressou-se o birô, no mesmo dia, a telegrafar ao *front*, para o 5º Exército – o mais próximo da capital – a imposição de “enviar a Petrogrado uma divisão de cavalaria, uma brigada de infantaria e carros blindados”. O menchevique Voitinsky, encarregado de zelar pela segurança do Comitê Executivo, declarava mais tarde, francamente, numa exposição retrospectiva: “Todo o dia 3 de julho foi empregado em reunir tropas para fortificar o Palácio de Táuride... Nossa tarefa era a de reunir pelo menos algumas companhias... Durante curto lapso de tempo faltaram-nos as forças completamente. À entrada do Palácio de Táuride havia uma patrulha de seis homens que não podiam conter a multidão...” Continua ele, depois: “No primeiro dia da manifestação, possuíamos apenas cem homens à nossa disposição – e não tínhamos

outras forças com que contar. Enviamos emissários a todos os regimentos, rogando-lhes que nos fornecessem soldados para a guarda... Cada regimento, porém, observava os outros, para ver como se conduziam. Era preciso, a qualquer preço, acabar com semelhante escândalo; apelamos para as tropas do *front*.” Seria difícil, mesmo intencionalmente, inventar contra os conciliadores uma sátira mais venenosa que essa. Centenas de milhares de manifestantes exigiam que o poder passasse aos soviets. Cheidze, colocado à frente dos soviets, e, por conseguinte, candidato ao posto de primeiro-ministro, procurava força armada para lançá-la contra os manifestantes. E o movimento grandioso, desencadeado para entregar o poder à democracia, era declarado pelos seus líderes como sendo um ataque de bandos armados contra a democracia.

No mesmo Palácio de Táuride reunira-se, após longo interregno, a seção operária do Soviete, a qual, durante os últimos dois meses, por meio de eleições parciais nas fábricas, havia de tal modo podido renovar seu efetivo, que o Comitê Executivo temia, e não sem razão, ver nela predominarem os bolcheviques. A reunião da seção, artificialmente protelada, fixada enfim pelos próprios conciliadores para alguns dias antes, coincidiu, por acaso, com a manifestação armada: e aqui, ainda uma vez, descobriram os jornais em mãos dos bolcheviques. Zinoviev desenvolveu convincentemente, em seu relatório à seção, a ideia de que os conciliadores, aliados da burguesia, não desejavam nem podiam lutar com a contrarrevolução, porque sob esta denominação eles compreendiam diversas manifestações de brutalidade dos cem-negros, e não a estreita união política das classes possuidoras, que visavam esmagar os soviets como centro de resistência dos trabalhadores. O relatório vinha a calhar. Ao sentir-se em minoria pela primeira vez no terreno soviético, os mencheviques propunham que se não tomasse decisão alguma, mas que se espalhassem pelos bairros a fim de manter a ordem. Tarde demais, todavia! A notícia da chegada de operários armados, e de metralhadores, diante do Palácio de Táuride, causou na sala a maior das superexcitações. Sobe à tribuna Kamenev. “Não apelamos para a manifestação”, disse ele, “mas as massas populares desceram à rua espontaneamente... E, uma vez que as massas já desceram, nosso lugar passa a ser no meio delas... Nossa tarefa, agora, é dar caráter organizado ao movimento.” Kamenev termina propondo que se eleja uma comissão

de vinte e cinco membros para dirigir o movimento. Trotsky apoia a proposta. Cheidze recebe a comissão bolchevique e insiste, em vão, para que a questão seja remetida ao Comitê Executivo. Os debates assumem caráter tumultuoso. Ao se convencerem de uma vez por todas de que não constituíam, em conjunto, senão a terça parte da assembleia, os mencheviques e os socialistas revolucionários abandonam a sala. Essa passou a ser, via de regra, a tática favorita dos democratas. Começaram a boicotar os soviets a partir do momento em que perderam a maioria. A resolução de apelos para que o Comitê Executivo Central tomasse em mãos o poder, é aprovada por 276 votos, com abstenção total da oposição. Procede-se imediatamente à eleição de quinze membros da comissão: dez lugares são deixados para a minoria; estes lugares permaneceram vagos. Essa eleição da comissão bolchevique significava, tanto para os amigos como para os inimigos, que a seção operária do Soviete de Petrogrado tornara-se, doravante, a base do bolchevismo. Grande passo para a frente! Em abril, a influência dos bolcheviques alcançara aproximadamente um terço dos operários de Petrogrado; no Soviete, ocupavam eles, naqueles dias, um setor absolutamente insignificante. Agora, entretanto, em princípio de julho, os bolcheviques davam à seção operária cerca de dois terços dos delegados: isso significava que, entre a massa, a influência deles se tornara decisiva.

Para as ruas adjacentes do Palácio de Táuride convergem colunas de operários, de operárias e de soldados, portando bandeiras, entre cantos e música. E surge também a artilharia leve, cujo comandante desperta entusiasmo ao anunciar que todas as baterias da divisão fazem causa comum com os operários. A avenida e a praça fronteira ao Palácio de Táuride estão repletas de gente. A multidão tenta comprimir-se em torno, diante da entrada principal do palácio. Com ar enfadado de quem foi inutilmente desviado de suas ocupações, apresenta-se Cheidze aos manifestantes. O popular presidente do Soviete foi acolhido em silêncio inamistoso. A voz fatigada e roufenha de Cheidze repetia lugares-comuns, frases já muito batidas. Voitinsky, que acorreu em sua ajuda, não foi melhor recebido. “Trotsky, pelo contrário”, segundo Miliukov, “ao declarar que era chegado o momento de se passar o poder aos soviets, foi acolhido com ruidosos aplausos...” Semelhante frase é intencionalmente equívoca. Nenhum dos bolcheviques havia dito que “era chegado o mo-

mento”. Um serralheiro da pequena usina Duflon, do bairro chamado de Petrogrado, narrou o que se passara no *meeting* ao longo do muro do Palácio de Táuride: “Lembro-me do discurso de Trotsky, o qual dizia que ainda não era chegado o tempo de se tomar o poder.” O serralheiro reproduz o sentido do discurso com maior exatidão do que o professor de história. Dos lábios dos oradores bolcheviques os manifestantes ficaram sabendo da vitória recentemente obtida na seção operária, esse fato lhes dava uma satisfação quase palpável, como se fosse uma espécie de introdução à época do poder soviético.

A sessão conjunta dos comitês executivos reabriu-se pouco antes de meia-noite: entrementes, os granadeiros lançavam-se de bruços sobre a Nevsky. De acordo com a proposta de Dan, ficou decidido que somente permaneceriam na assembleia aqueles que antecipadamente se comprometessem a defender e a fazer executar as decisões adotadas. Nova maneira de falar! Esse parlamento de operários e de soldados – que era como os mencheviques costumavam denominar o Soviete – eles tentavam transformar em órgão administrativo da maioria conciliadora. Quando ficarem em minoria – o que se dará dentro de dois meses, no máximo – os conciliadores defenderão firmemente a democracia soviética. Hoje porém, como em geral em todos os momentos decisivos da vida social, a democracia só é posta em disponibilidade. Certo número de Mezhrayontsi* deixaram a sessão em sinal de protesto. Os bolcheviques estavam todos ausentes: discutiam, no Palácio Kshesinskaia, a conduta para o dia seguinte. Como prosseguisse a sessão, os delegados internacionais voltaram à sala para declarar que ninguém lhes poderia cassar o mandato que lhes confiaram os eleitores. A maioria manteve-se em silêncio e a moção de Dan foi esquecida sem que ninguém se apercesse do fato. A sessão arrasta-se como em agonia. Os conciliadores procuravam, debilmente, demonstrar uns aos outros que tinham razão. Tseretelli, na qualidade de ministro dos Correios e Telégrafos, queixa-se do pessoal subalterno: “Só agora tomei conhecimento da greve dos Correios e Telégrafos... No que se refere às reivindicações políticas, a palavra de ordem deles é a mesma: “Todo o poder aos Sovietes!”

* Membros da organização “interdistrital” à qual o autor pertencia nessa época. [Nota de Max Eastman.]

Os delegados dos manifestantes, que cercavam o Palácio de Táuride por todos os lados, exigiram que fosse admitidos à sessão. Deixaram-nos entrar com inquietude e com hostilidade. Ora, os delegados julgavam sinceramente que, desta vez, os conciliadores não poderiam evitar ir ao encontro deles. Porque naquele dia os jornais dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, superexcitados pela demissão dos cadetes, denunciavam eles próprios as intrigas e a sabotagem dos seus aliados burgueses. Além disso, a seção operária pronunciara-se a favor da entrega do poder aos soviets. Que mais esperar ainda? Apelos ardentes, nos quais a indignação ainda mostra um sopro de esperança, caem, no entanto, impotentes e inoportunos, em pleno marasmo do parlamento conciliador. Os líderes preocupavam-se apenas com achar um jeito de se desfazerem, o mais depressa possível, dos intrusos. Convidaram-nos a subir às galerias: repeli-los para as ruas, para os manifestantes, seria imprudência muito grande. Da sacada, os metralhadores ouviram, com estupefação, os debates que se processavam e cujo fim único era ganhar tempo: os conciliadores esperavam a chegada de regimentos fiéis. “Nas ruas há um povo revolucionário”, declarava Dan, “mas este povo entrega-se à ação contrarrevolucionária...” Dan é apoiado por Abramovich, um dos líderes do *Bund* judeu, conservador pedante de quem todos os instintos estavam ofendidos pela Revolução. “Estamos testemunhando uma conspiração”, afirma ele, mentirosamente; e convida os bolcheviques a declararem francamente que “aquilo era obra deles”. Tseretelli aprofunda o problema: “Descer à rua com a reivindicação ‘todo o poder aos soviets’ seria apoiar os soviets? Caso o desejassem os soviets, ser-lhes-ia o poder imediatamente entregue. Não há obstáculo que se oponha à vontade dos soviets... Manifestações desta espécie levam com certeza, não à Revolução, mas à contrarrevolução.” Os delegados operários não conseguiam entender este raciocínio. Parecia-lhes que os grandes líderes batiam em retirada. A assembleia, por fim, mais uma vez confirmou quase unanimemente (contra 11 votos somente) que a manifestação armada não passava de golpe desferido pelas costas do exército revolucionário, etc. A sessão foi suspensa às 5 horas da manhã.

As massas pouco a pouco iam-se redistribuindo pelos respectivos bairros. Os carros armados correram durante toda a noite, no serviço de ligação dos regimentos, das usinas e dos centros de bairros. Tal como se dera

no fim de fevereiro, as massas, à noite, faziam o balanço da batalha travada durante o dia. Agora porém elas o faziam com a participação de complexo sistema de organização: as das fábricas, as do partido, e as das tropas, que em sessão permanente procediam ao cotejo dos resultados. Era opinião geral nos bairros que o movimento não poderia ser interrompido a meio caminho. O Comitê Executivo adiara a decisão sobre o poder. As massas interpretaram o fato como se o Comitê tergiversasse. Muito clara a dedução tirada: era preciso pressionar ainda. A sessão noturna dos bolcheviques e dos delegados intercantonais, realizada no Palácio de Táuride paralelamente à dos comitês executivos, ponderava também o resultado da jornada e tentava prever o que traria o dia seguinte. Os relatórios dos distritos testemunhavam que a manifestação do dia apenas abalara as massas, ao colocar perante elas, pela primeira vez em toda a sua acuidade, a questão do poder. Amanhã as fábricas e os regimentos exigirão qualquer resposta, e força alguma será capaz de contê-los nos arrabaldes. Os debates giraram em torno, não de saber se deveriam apelar ou não para a tomada do poder – como afirmaram mais tarde os adversários –, mas se tentariam liquidar a manifestação, ou, em caso contrário, se encabeçariam a manifestação na manhã seguinte.

Tarde da noite, por volta das 4 horas, diante do Palácio de Táuride, aglomerou-se a usina Putilov, massa de 30 mil pessoas, entre as quais, numerosas mulheres e crianças. O cortejo pusera-se em marcha às 11 horas da noite e, pelo caminho, juntaram-se a ele outras fábricas. À porta de Narva, apesar do avançado da hora, havia tanta gente que dava a impressão de que ninguém permanecia no bairro. Mulheres gritavam: “Todo mundo deve ir... tomaremos conta dos alojamentos...” Após o repicar do sino da igreja do Salvador, tiros foram disparados em rajadas, como se partissem de metralhadora. Uma salva respondeu de baixo, em direção ao campanário. “Diante do Gostiny Dvor*, um bando de *junkers* e de estudantes caiu sobre os manifestantes e conseguiu arrancar-lhes um cartaz. Os operários resistiram, houve um conflito; alguém atirou, o autor destas linhas ficou contundido na cabeça e foi brutalmente pisado nos flancos e no peito.” É o que nos conta o operário Efimov. Após atravessarem toda a cidade, já

* Gostiny Dvor – galeria dos comerciantes. [Nota de Max Eastman.]

silenciosa, os operários de Putilov chegaram ao Palácio de Táuride. Graças à intervenção veemente de Riazanov, que, naquele momento, mantinha ligação estreita com os sindicatos, uma delegação da usina foi admitida aos comitês executivos. A massa operária, faminta e extenuada, deitou-se na rua e no jardim, a maioria no lugar onde se achava, na esperança de receber uma resposta. A usina de Putilov, deitada no chão às 3 da madrugada, em torno do Palácio de Táuride, no qual os líderes democratas se encerravam aguardando a chegada de tropas do *front* – eis o mais comovente quadro da Revolução, linha divisória entre fevereiro e outubro. Doze anos antes, grande número destes mesmos operários havia participado da procissão de janeiro, que se dirigiu ao Palácio de Inverno transportando ícones e estandartes de igreja. Séculos haviam decorrido desde aquele domingo. Novos séculos decorreram nos quatro meses que se vão seguir.

A sombra da usina Putilov deitada ao relento pesava lugubrememente sobre a conferência dos líderes e dos organizadores bolcheviques que discutiam os problemas do dia seguinte. Amanhã os trabalhadores de Putilov não comparecerão ao trabalho: e, com efeito, que trabalho seria possível após semelhante vigília? Zinoviev, nesse ínterim, é chamado ao telefone: era Raskolnikov que chamava de Kronstadt para avisar que, no dia seguinte, logo à primeira hora, a guarnição da fortaleza marcharia sobre Petrogrado; ninguém, nem coisa nenhuma seria capaz de detê-la. O jovem guarda-marinha agarrava-se à outra extremidade do fio telefônico: seria possível que o Comitê Central ousasse ordenar-lhe que se afastasse dos marinheiros e se desprestigiasse perante eles? Àquela imagem da usina Putilov, que ali se conservava como um rebanho, vinha juntar-se agora outra, não menos importante – a da ilha dos marinheiros – que, naquelas horas noturnas de insônia, se preparava para apoiar os operários e os soldados de Petrogrado. Não, a situação era demasiado clara. Não mais havia lugar para hesitações. Trotsky pergunta pela última vez: “Quem sabe não se poderia tentar obter que a manifestação pelo menos não fosse armada?” Não, não se tratava mais disso. Bastará uma patrulha de *junkers* para expulsar dezenas de milhares de homens desarmados, como se fossem um rebanho de ovelhas. Os soldados e os operários vão, eles também, considerar com indignação um convite daquela espécie, como se se tratasse de armadilha. A resposta é categórica e convincente. Por unanimidade decidem todos

conclamar as massas para que no dia seguinte continuassem a manifestação em nome do partido. Zinoviev alivia a ansiedade de Raskolnikov, que se mantinha ao telefone. Redige-se *in loco* um apelo aos operários e aos soldados: À rua! O apelo do Comitê Central para que se suspendesse a manifestação malograra. Entretanto, era tarde demais para ser substituído por um novo texto. A página em branco do *Pravda* tornar-se-ia, amanhã, prova esmagadora contra os bolcheviques; ou talvez, quem sabe, tivessem renunciado ao primeiro apelo em favor da manifestação pacífica, a fim de levar avante o caso, até à insurreição? Entretanto, a verdadeira resolução dos bolcheviques apareceu sob forma de volantes. Convidava os operários e os soldados “a revelar a vontade própria, por meio de manifestação pacífica e organizada, aos comitês executivos, no momento da sessão”. Não, não se tratava de apelo à insurreição.

.....

Capítulo II

AS JORNADAS DE JULHO:
PONTO CULMINANTE E ESMAGAMENTO

A DIREÇÃO IMEDIATA DO MOVIMENTO passou definitivamente, a partir deste instante, às mãos do comitê peterburguês do Partido, cujo principal agitador era Volodarsky. A mobilização da guarnição foi confiada à Organização Militar. Tinha à sua frente dois veteranos bolcheviques, aos quais muito ficou devendo pelo seu desenvolvimento ulterior. Podvoisky – o brilhante original personagem das fileiras do bolchevismo, com traços de revolucionário russo de estilo antigo, egresso do seminário, homem de grande envergadura, se bem que de energia indisciplinada, dotado de fantasia criadora a qual, entretanto, facilmente se perdia em conjeturas. “Isto é puro Podvoisky”, dizia mais tarde Lenine, com bonomia irônica e circunspecta. Mas os lados fracos daquela natureza efervescente deviam salientar-se principalmente após a conquista do poder, quando então a abundância das possibilidades e dos meios deu impulsões em excesso à energia pródiga de Podvoisky e à sua paixão pelos empreendimentos decorativos. Nas condições da luta revolucionária pela conquista do poder, sua resolução otimista, sua abnegação e sua infatigabilidade tornavam-no dirigente insubstituível da massa dos soldados que despertara. Nevsky, que, no passado, fora livre-

-docente, de constituição mais prosaica do que a de Podvoisky, porém, tanto quanto ele devotado ao Partido, absolutamente destituído de senso organizador e, apenas por um acaso infeliz, encaixado, um ano após e por pouco tempo, no cargo de ministro soviético das Vias e das Comunicações, atraía os soldados pela sua simplicidade, pela sua sociabilidade, e por seu trato afável. Em torno desses dirigentes, reuniu-se um grupo de assessores muito íntimos, soldados e jovens oficiais, dentre os quais muitos deveriam em breve desempenhar papéis não sem importância. Na noite de 3 para 4 de julho, a organização militar passou bruscamente para o primeiro plano. Criou-se um estado-maior improvisado junto a Podvoisky, o qual, sem esforço, assumiu as funções de comando. A todos os efetivos da guarnição foram enviados apelos concisos e instruções. A fim de garantir aos manifestantes proteção contra os ataques, foi ordenado que se dispusessem carros blindados junto das pontes que levavam aos arrabaldes e junto às principais encruzilhadas das grandes artérias. Já durante a noite os metralhadores haviam colocado o corpo da guarda diante da fortaleza de Pedro e Paulo. Pelo telefone, por meio de estafetas, as guarnições de Oranienbaum, de Peterhoff, de Krasnoe-Selo e de outros pontos próximos da capital, foram informados a respeito da manifestação projetada para o dia seguinte. A direção geral, política, bem entendido, continuou em mãos do Comitê Central.

Somente pela madrugada é que, fatigados e tiritantes (apesar de ser julho), os metralhadores se recolheram às barracas do acampamento. Em consequência da chuva noturna, os operários de Putilov estavam encharcados até os ossos. Os manifestantes só se reuniram por volta de 11 horas da manhã. A tropa saiu ainda mais tarde. O 1.º Regimento de Metralhadores, completo, ainda estava na rua. Mas ele já não desempenhava o papel de instigador, como na véspera o fizera. O primeiro lugar fora tomado pelas fábricas. Comprometeram-se, também, no movimento, empresas que na véspera haviam se conservado afastadas. Nos locais em que os dirigentes hesitavam e se opunham, a juventude operária forçava o membro do comitê da fábrica que estivesse de serviço a tocar a sirena para suspender o trabalho. Na usina do Báltico, onde predominavam os mencheviques e os socialistas revolucionários, de cinco mil operários, cerca de quatro mil se puseram a caminho. Na fábrica de calçados Skorokhod, durante muito tempo considerada como cidadela dos socialistas revolucio-

nários, a opinião se modificara tão subitamente que um antigo deputado da fábrica, socialista revolucionário, se viu forçado, durante alguns dias, a abster-se de aparecer. Todas as fábricas estavam em greve e nelas realizavam-se *meetings*. Elegiam-se dirigentes para manifestação, assim como delegados que apresentariam reivindicações ao Comitê Executivo. Novamente centenas de milhares de homens formavam, convergindo para o Palácio de Táuride, e novamente dezenas de milhares deles desviavam-se, em caminho, na direção do Palácio Kshesinskaia. O movimento daquele dia era mais imponente e mais organizado do que o da véspera: percebia-se logo a mão do partido que o guiava. A atmosfera, porém, estava muito mais carregada. Os operários e os soldados procuravam obter o desenlace da crise. Achava-se o governo em transe angustioso, porque, ao segundo dia da manifestação, sua impotência era ainda mais evidente do que na véspera. O Comitê Executivo esperava pelas tropas fiéis e de todo o lado recebia notícias que lhe anunciavam a marcha de contingentes hostis sobre a capital. De Kronstadt, de Nova Peterhoff, de Krasnoe-Selo, do forte de Krasnaia Gorka, de toda a periferia circunjacente, por mar e por terra, avançam soldados e marinheiros, precedidos por música, armados e, o que era pior, trazendo cartazes bolcheviques. Tal como durante as Jornadas de Fevereiro, alguns regimentos arrastam os próprios oficiais, para darem a impressão de que se manifestavam sob comando deles.

“Ainda não terminara a reunião do conselho de ministros”, narra Miliukov, “quando o Estado-Maior mandou avisar que na Nevsky se travava uma fuzilaria. “Decidiu-se transferir a sessão para o Estado-Maior. Achavam-se lá o príncipe Lvov, Tseretelli, Pereverzev, ministro da Justiça, e dois secretários de Estado adidos ao Ministério da Guerra. Momento houve em que a situação do governo pareceu desesperada. O Regimento Preobrazhensky, o Semenovsky e o Ismailovsky, que não haviam aderido aos bolcheviques, declararam ao governo que se conservariam “neutros”. Na praça do palácio, para defender o Estado-Maior, não havia senão inválidos e algumas centenas de cossacos. O general Polovtsev, pela manhã de 4 de julho, mandou afixar um aviso que anunciava que Petrogrado seria libertada dos bandos armados: os habitantes eram severamente intimados a fecharem os pórticos e a não saírem, salvo em casos de extrema necessidade. Esta ordem ameaçadora teve o efeito de um tiro a esmo. O

comandante do corpo de exército apenas conseguiu lançar contra os manifestantes pequenos destacamentos de cossacos e de *junkers*. Durante o dia provocaram fuzilarias ineptas e escaramuças sangrentas. Um corneteiro do 1.º Regimento do Don, de sentinela no Palácio de Inverno, enviou o seguinte relatório à comissão de inquérito. “A ordem recebida fora para desarmar os pequenos grupos de pessoas que passavam à nossa frente, qualquer que fosse a composição dos grupos, e também de se desarmarem os automóveis. Para executar a ordem, saíamos de quando em quando, em acelerado, do palácio, e em formação de combate, e nos entregávamos à ocupação do desarmamento...” A narrativa ingênua do corneteiro de cossacos descreve, com fidelidade, tanto as relações de forças, quanto o quadro da luta. As tropas “amotinadas” saíam das casernas ora em companhias, ora em batalhões, e ocupavam as ruas e as praças. As tropas do governo agiam de emboscada, por meio de incursões, feitas por pequenos destacamentos, isto é, precisamente segundo a maneira usada pelos franco-atiradores. A mudança dos papéis explica-se pelo fato de quase toda a força armada do governo ser-lhe hostil ou, na melhor das hipóteses, permanecer neutra. O governo vive baseado na confiança do Comitê Executivo e este, por sua vez, se alimenta da esperança mantida pelas massas de que ele, o Comitê, acabe por refletir e tomar o poder.

A manifestação atingiu sua maior amplitude no momento em que apareceram em Petrogrado os marinheiros de Kronstadt. Já na véspera, delegados dos metralhadores haviam agido na guarnição da fortaleza marítima. De modo inesperado para as organizações locais, realizou-se, na Praça da Âncora, um comício, por iniciativa dos anarquistas que haviam chegado de Petrogrado. Os oradores incitavam a correr em auxílio de Petrogrado. Roshal, estudante de Medicina, um dos jovens heróis de Kronstadt e orador favorito da Praça Yakormy, tentou pronunciar um discurso de apaziguamento. Milhares de vozes cortaram-lhe a palavra. Roshal, que se habituara a ser recebido de outra forma, abandonou a tribuna. Foi somente à noite que se soube que os bolcheviques de Petrogrado convidavam as massas a saírem à rua. Isto decidia a questão. Os socialistas revolucionários da esquerda – não havia, nem poderia haver, uma direita em Kronstadt! – declararam que, eles também, tinham a intenção de participar da manifestação. Esta gente fazia parte do mesmo partido de Kerensky que,

neste meio tempo, agrupava no *front* tropas para esmagar os manifestantes. O estado de espírito reinante na sessão noturna dos organizadores de Kronstadt era tal que mesmo o tímido comissário do Governo Provisório, Partchevsky, votou em favor da marcha sobre Petrogrado. Traçou-se um plano, mobilizou-se uma flotilha para as necessidades de uma surtida de ordem política e o arsenal entregou mais de uma tonelada de munições. Ao meio-dia, conduzidos por navios de passageiros e rebocadores, aproximadamente 10 mil marinheiros, soldados e operários armados entraram no estuário do Neva. Após haverem desembarcado em ambas as margens do rio, uniram-se numa só formação, com os fuzis a tiracolo e precedidos da banda de música. Seguindo os destacamentos de marinheiros e soldados – formam as colunas de operários dos bairros de Petrogrado e de Vassiliervsky, por entre as companhias da milícia da Guarda Vermelha. Nos flancos, carros blindados e, pairando sobre as cabeças, inúmeras bandeiras e cartazes.

O Palácio de Kshesinskaia fica a dois passos dali. Pequeno, macilento, preto como piche, Sverdlov, um dos principais organizadores do partido, incorporado ao Comitê Central durante a conferência de abril, permanecia na sacada, com aspecto de homem sempre atarefado, e, lá de cima, dava ordens com sua poderosa voz de baixo: “mandar avançar a cabeça da manifestação, cerrar fileiras, reunir os retardatários”. Os manifestantes foram saudados por Lunacharsky, sempre pronto a se deixar contaminar pelo ambiente, imponente pelo seu porte e pela sua voz, orador eloquente, não muito seguro, porém, muitas vezes insubstituível. Foi acolhido com uma tempestade de aplausos pelos que estavam na rua. Os manifestantes, porém, desejavam, principalmente, ouvir o próprio Lenine – que, justamente naquela manhã, havia sido chamado de seu asilo provisório na Finlândia, e os marinheiros insistiram de tal forma que, apesar de seu precário estado de saúde, Lenine não pôde esquivar-se. Uma onda irresistível de entusiasmo, simplesmente a onda de Kronstadt, acolheu, de baixo, a aparição do chefe à sacada. Impacientemente e, como sempre, um pouco embaraçado, esperando o finalizar dos aplausos, Lenine começou a falar antes mesmo que as vozes se houvessem calado. Seu discurso, que durante semanas e semanas a imprensa adversária esmiuçou em todos os tons, consistiu em algumas palavras simples: saudação aos manifestantes; certeza

de que a palavra de ordem “todo o poder aos soviets” seria em breve vencedora; apelo à perseverança e à firmeza. Entre novos gritos a manifestação prossegue com banda de música.

Entre esta introdução festiva e a etapa mais próxima, durante a qual o sangue seria derramado, acontece um fato curioso. Os dirigentes socialistas revolucionários de Kronstadt, assim que notaram, no Campo de Marte, precedendo a manifestação, o enorme painel do Comitê Central dos bolcheviques, que surgiu após uma parada diante da casa de Kshesinskaia, exigiram, queimados por ciúmes do Partido, que este painel fosse suprimido. Os bolcheviques recusaram. Os socialistas revolucionários, então, declararam que se retirariam definitivamente. Entretanto, nenhum dos marinheiros ou dos soldados seguiu os líderes. Toda a política dos socialistas revolucionários de esquerda consistia nestas hesitações caprichosas, ora cômicas, ora trágicas.

Numa esquina da Nevsky com a Liteiny, a retaguarda dos manifestantes recebeu subitamente uma fuzilaria, havendo algumas vítimas. Fuzilaria ainda mais violenta se deu no encontro da Liteiny com a Rua Pantelimonov. O caudilho de Kronstadt, Raskolnikov, conta qual foi a violenta impressão dos manifestantes diante do “desconhecido: onde estaria o inimigo? De onde, de que lugar atiravam?” Os soldados empunharam os fuzis, um tiroteio desordenado partiu em todas as direções, muitas pessoas foram mortas ou feridas. Foi com grande dificuldade que conseguiram restabelecer uma aparência de ordem. O cortejo continuou a progredir ao som da música mas não restava sequer um traço de seu aspecto festivo. “Por toda parte acreditava-se ver um inimigo dissimulado. Os fuzis já não estavam pacificamente apoiados sobre os ombros: apontavam para a frente.”

Durante o dia, e em diversos lugares da cidade, houve muitas escaramuças sangrentas. De certo modo pode-se acusar o pânico como causador dos mal-entendidos, dos quiproquós, dos tiros a esmo. Estas casualidades trágicas constituem uma espécie de gastos extraordinários, inevitáveis em uma Revolução que é, em si mesma, um gasto extraordinário do desenvolvimento histórico. Todavia, o elemento da provocação sanguinária, absolutamente incontestável nos acontecimentos de julho, foi desvendado nestas jornadas e confirmado a seguir. “...Quando os soldados manifestantes”, narra Podvoisk, “começaram a desfilar pela Nevsky e

pelas ruas adjacentes, repletas sobretudo de burgueses, manifestaram-se os sinistros sintomas de choque: estranhos tiros que partiam não se sabe de onde nem por quem eram dados... As colunas de manifestantes ficaram, de início, perturbadas, em seguida os menos firmes e os menos moderados abriram uma fuzilaria desordenada.” No *Izvestia* oficial, o menchevique Kantorovich descreveu a fuzilaria contra uma das colunas operárias, nos seguintes termos: “Na Rua Sadovaia desfilava uma multidão de 60 mil operários de numerosas fábricas. No momento em que passaram pela igreja os sinos tocaram e, como se fosse um sinal, do alto dos telhados começou uma fuzilaria, com tiros de fuzis e de metralhadoras. Quando a massa de operários correu para o outro lado da rua, continuaram a dar tiros, dos telhados das casas fronteiriças.” Nas águas-furtadas e nos telhados, onde, em fevereiro, os “faraós” de Protopopov haviam-se instalado com metralhadoras, escondiam-se agora e agiam os membros das organizações de oficiais. Atirando contra os manifestantes tentavam – e não sem algum sucesso – espalhar o pânico e provocar colisões entre as diversas unidades do exército. Nas buscas realizadas nas casas de onde atiravam, encontraram-se ninhos de metralhadoras e algumas vezes os próprios metralhadores.

Porém, os principais causadores do derramamento de sangue foram as tropas do governo, impotentes para conter a manifestação, mas suficientemente poderosas na provocação. Pelas oito da noite, quando a manifestação atingira o auge, dois esquadrões de cossacos com artilharia ligeira puseram-se em marcha para proteger o Palácio de Táuride. Ao recusarem obstinadamente, durante o percurso, travar conversação com os manifestantes, o que já constituía mau augúrio, os cossacos se apoderavam, quando podiam, dos carros armados, e desarmavam os grupos pequenos. A artilharia dos cossacos, nas ruas ocupadas por operários e soldados, assumia aspecto de provocação intolerável. Pairavam presságios de luta. Perto da ponte Liteiny, os cossacos defrontaram-se com massas compactas do adversário que tivera tido tempo de erguer, no caminho que levava ao Palácio de Táuride, algumas barricadas. Foi um minuto de silêncio sinistro, rasgado dentro em pouco pelos tiros que partiram das casas vizinhas. “Os cossacos esvaziam pentes inteiros”, escreve o operário Metelev, “contra os operários e os soldados. Estes, espalhados por detrás dos abrigos, ou simplesmente deitados nas calçadas, replicam, sob fogo, de igual para igual.” A fuzilaria

dos soldados obriga os cossacos a um recuo. Conseguindo uma passagem no cais do Neva, os cossacos abriram fogo de artilharia – três salvas assinaladas também pelo *Izvestia* – mas, alcançados pela fuzilaria dos operários e dos soldados, bateram em retirada em direção ao Palácio de Táuride. Uma coluna de operários com que esbarraram no caminho desfere-lhes o golpe de misericórdia. Abandonando canhões, cavalos, carabinas, escondem-se os cossacos pelos vestíbulos das casas burguesas, ou então se dispersam.

O choque verificado na Liteiny, verdadeira batalha de pequenas proporções, foi o mais forte episódio de guerra das Jornadas de Julho, e numerosos participantes da manifestação registraram-no em suas memórias. Bursin, operário da fábrica Erickson, que marchara com os metralhadores, conta que, ao se achar frente a frente com eles, “os cossacos abriram imediatamente a fuzilaria. Numerosos operários caíram mortos no terreno. Eu também, naquele local, recebi uma bala que me transfixou uma perna e se encravou na outra... Como lembrança viva das Jornadas de Julho, trago sempre comigo esta perna inválida e esta muleta...” No choque da Liteiny, morreram sete cossacos, dezenove foram feridos ou contundidos. Dentre os manifestantes, seis foram mortos e cerca de vinte, feridos. Aqui e ali jaziam cadáveres de cavalos.

Possuímos interessante testemunho do lado contrário. Averin, aquele corneteiro que desde manhã cedo se entregava a ataques de emboscada, à feição dos guerrilheiros, contra os insurretos das tropas regulares, narra o seguinte: “Às 8 da noite, recebemos do general Polovtsev a ordem de avançar, com o contingente de duas *sotnias*, com dois canhões de tiro rápido, em direção ao Palácio de Táuride... Alcançamos a ponte Liteiny, na qual percebi operários, soldados e marinheiros armados... Com meu destacamento de vanguarda, aproximei-me deles e pedi-lhes que se rendessem. Não levaram em conta meu convite e todo o bando pôs-se em fuga através da ponte, na direção do bairro de Vyborg. Nem bem iniciara a perseguição, e eis que um soldado baixinho, sem galões, voltou-se repentinamente contra mim e atirou, mas errou. Esse tiro serviu como que de sinal e de todo o lado abriu-se contra nós desordenada fuzilaria. A multidão rompeu em gritos: “Os cossacos atiraram contra nós!” Realmente, assim estava acontecendo: os cossacos haviam apeado e puseram-se a atirar, tendo mesmo havido tentativa de canhoneio, mas as rajadas do fogo dos soldados obrigaram os cossacos a

recuar e a dispersar-se pela cidade”. Não era absolutamente impossível que um soldado atirasse contra os corneteiros: um oficial de cossacos devia mais esperar uma bala do que cumprimentos da multidão de julho. Entretanto, muito mais verossímeis parecem numerosos testemunhos que apontam os primeiros tiros como partidos, não da cidade, mas de algumas emboscadas. Um cossaco do mesmo contingente, pertencente ao mesmo esquadrão que o corneteiro, afirmou em depoimento, com toda a firmeza, que os cossacos haviam sido alvejados com tiros partidos do Palácio da Justiça e, logo em seguida, de outros edifícios, na Alameda Samursky, e na Liteiny. Na gazeta oficiosa do Soviete fora mencionado que os cossacos, antes de chegarem à ponte Liteiny, haviam recebido tiros de metralhadoras, partidos de uma casa de pedra. O operário Metelev afirma que, quando os soldados revistaram a casa, encontraram, no apartamento de um general, certo número de munições de tiro e, notadamente, duas metralhadoras com os respectivos pentes carregados. Nada há de inverossímil nesses fatos. O comandante, por todos os meios lícitos e ilícitos, colecionava, em tempo de guerra, armas de toda espécie e em profusão. A tentação de regar a “canalha” com uma chuva de chumbo era muito grande. É verdade que os tiros atingiram cossacos. Todavia, entre a multidão das Jornadas de Julho corria como certa a opinião de que os contrarrevolucionários atiravam premeditadamente contra as tropas governamentais, a fim de provocá-las a represálias impiedosas. O corpo de oficiais que, ainda na véspera, gozava de autoridade ilimitada, não conhecia, na guerra civil, limitações à perfídia e à crueldade. Petrogrado formigava de organizações secretas e semisecretas de oficiais altamente apadrinhados e generosamente apoiados. Em informação confidencial do menchevique Lieber, quase um mês antes das Jornadas de Julho, percebia-se que os oficiais conspiradores gozavam de entrada franca junta a Buchanan. E, com efeito, não seria plausível que os diplomatas da Entente se preocupassem ao máximo com a instauração o mais rapidamente possível de um poder forte?

Os liberais e os conciliadores procuravam, em todos os excessos cometidos, a mão dos “anarcobolcheviques” e dos agentes da Alemanha. Os operários e os soldados atribuíam, com toda a convicção, aos provocadores patriotas a responsabilidade das escaramuças de julho, que fizeram vítimas. De que lado estará a verdade? Os veredictos da massa, bem entendido, não estão isentos de erros. Mas comete-se falta grosseira julgar

que a massa é cega e crédula. Toda vez que é atingida em cheio, é através de milhares de olhos e de ouvidos que ela registra os fatos e as suposições, que verifica experimentalmente os boatos, aprovando alguns e eliminando outros. Quando as versões referentes a movimentos de massa têm aspecto contraditório, a mais aproximada da verdade será a interpretação que a própria massa formulou. Eis porque são tão estéreis para a ciência os sicofantas internacionais do tipo de Hipolite Taine, os quais, ao estudarem os grandes movimentos populares, desprezam a voz das ruas, para recolherem, cuidadosamente, os “cancãs” dos salões, gerados pelo isolamento e pelo medo.

Os manifestantes novamente sitiavam o Palácio de Táuride e exigiam resposta. No momento em que apareceram os homens de Kronstadt, um grupo de manifestantes pediu a Chernov que falasse com eles. Ao sentir o estado de espírito da multidão, o deserto ministro pronunciou, desta vez, curta arenga, esboçando revelações sobre a crise do poder, e evidenciando desprezo pelos cadetes que haviam abandonado o governo: “Boa viagem!” Foi interrompido por exclamações: “Mas por que não disseste isto há mais tempo?” Miliukov chega mesmo a garantir que, “certo operário de alto porte, encostando o punho na cara do ministro, gritou enfurecido: “Pois então, filho de uma cadela, toma de uma vez o poder já que te entregam!” Mesmo que isto não passe de anedota, não deixa entretanto de exprimir com precisão um tanto rude o aspecto essencial da situação de julho. As respostas de Chernov são desinteressantes; como quer que seja, nem mesmo assim conseguiram conquistar os corações de Kronstadt... Dois ou três minutos após, alguém irrompia na sala das sessões do Comitê Executivo, gritando que Chernov tinha sido preso pelos marinheiros que aparentavam a intenção de lhe pregarem uma peça. Em estado de agitação indescritível, o Comitê Executivo enviou, para libertar o ministro, alguns dos seus representantes mais em evidência, exclusivamente internacionalistas e bolcheviques. Em seu depoimento à comissão governamental Chernov narrou que, ao descer da tribuna, notara atrás das colunas, perto da entrada, o movimento hostil de alguns indivíduos. “Envolveram-me, impedindo-me de alcançar a porta... Um indivíduo suspeito, comandando os marinheiros que me haviam prendido, indicava um automóvel estacionado perto. Naquele instante, saindo do Palácio de

Táuride, Trotsky aproximou-se do automóvel e, subindo à capota do carro no qual me achava, pronunciou curta oração”. Propondo o relaxamento da prisão de Chernov, Trotsky pedia que aqueles que estivessem em desacordo levantassem a mão. “Mão alguma se ergueu; então, o grupo que me conduziu ao automóvel afastou-se com ar de grande descontentamento. Trotsky, ao eu me parece, havia dito: ‘Ninguém, cidadão Chernov, vos impedirá de regressar livremente a vossa casa... O quadro geral que aqui esboço não me deixa duvidar de que fora feita uma tentativa, de antemão preparada, por indivíduos tenebrosos que agiam à revelia da massa de operários e de marinheiros, com o fim de me fazer sair para depois prender-me.’”

Uma semana antes de sua prisão, dizia Trotsky à sessão unificada dos Comitês Executivos: “Estes fatos passarão à História e nós tentaremos restabelecê-los tal como se deram... Já havia reparado que, próximo à entrada, permanecia pequeno grupo de suspeitos. Afirmei a Lunacharsky e a Riazanov que se tratava de *okhranniki*¹ que tentavam penetrar no Palácio de Táuride. Lunacharsky, do lugar em que se achava, respondeu: ‘Exatamente!’... Eu poderia distingui-los no meio de uma multidão de 10 mil pessoas.” No seu depoimento de 24 de julho, quando já encerrado em sua cela da prisão de Kresty, Trotsky escrevia: “Eu, a princípio, decidira sair da multidão com Chernov e com aqueles que o queriam prender, dentro do mesmo automóvel, para evitar conflitos e pânico na multidão. Mas o guarda-marinha Raskolnikov, correndo para mim, extremamente emocionado, exclamou: ‘É totalmente impossível... Se o senhor sair de carro com Chernov, amanhã certamente correrá o boato de que os marinheiros de Kronstadt o queriam prender. É preciso libertar Chernov imediatamente. Assim foi que um toque de clarim convidou a multidão ao silêncio e me propiciou a possibilidade de pronunciar curto discurso que terminou por essa proposta: ‘Quem estiver pela violência levante a mão!’ Chernov encontrou imediatamente a possibilidade de, sem obstáculos, voltar para o Palácio.” Os depoimentos de duas testemunhas que foram ao mesmo tempo os autores principais do incidente relatam, na íntegra, o que constituiu o verdadeiro caso. Isto, porém, absolutamente não impediu que a impren-

1. Agentes da polícia secreta czarista.

sa hostil aos bolcheviques expusesse o episódio de Chernov e da “tentativa” de prisão de Kerensky, como a mais convincente prova da organização, pelos bolcheviques, de uma insurreição armada. E não faltou quem afirmasse, sobretudo através de agitação verbal, que a prisão de Chernov fora dirigida por Trotsky. Esta versão alcançou mesmo o Palácio de Táuride. O próprio Chernov, que, de modo mais ou menos verdadeiro, narrou as circunstâncias de sua detenção de meia hora, num documento secreto de inquérito, absteve-se entretanto de qualquer manifestação pública a esse respeito, para não impedir que seu partido fomentasse a indignação contra os bolcheviques. E, além do mais, Chernov era parte integrante do governo que encarcerava Trotsky na prisão*.

Na verdade, os conciliadores poderiam demonstrar que um pequeno bando de conspiradores vessos não teriam ousado tentativa tão temerária como a de prender um ministro, em plena multidão e em pleno dia, se não alimentasse esperanças de que a hostilidade da multidão em relação à “vítima” constituiria camuflagem suficiente. Até certo ponto foi exatamente isto o que se passou. Em torno do automóvel ninguém, por iniciativa própria, tentou obter a liberdade de Chernov. E se, por cúmulo de coincidência, Kerensky tivesse sido preso alhures, nem os operários, nem os soldados, teriam feito do caso motivo de tristeza. Neste sentido, a coparticipação moral das massas nos atentados reais e imaginários contra os ministros socialistas estava assegurada e tornava-se motivo de acusação contra os homens de Kronstadt. Entretanto, para enunciar fracamente esse argumento, os conciliadores sentiam-se atrapalhados pelos cuidados com que procuravam salvar alguns restos do próprio prestígio democrático: precavendo-se hostilmente contra os manifestantes, nem por isso deixavam eles de continuar à frente do sistema de soviets operários, soldados e camponeses, no Palácio de Táuride, então sitiado.

Perto de oito horas da noite, o general Polovtsev, pelo telefone, deu vislumbres de esperança ao Comitê Executivo: dois esquadrões de cossacos, armados de canhões, dirigiam-se ao Palácio de Táuride. Enfim, enfim. Mas as esperanças mais uma vez foram burladas. Os telefonemas,

* Na prisão de Kresty. [Nota da tradutora.]

a torto e a direito, apenas agravavam o pânico: os cossacos desapareceram sem deixar vestígios, como se houvessem se volatilizado junto com os cavalos, com os arneses, e com canhões de tiro rápido. Miliukov conta que, à noitinha, começaram a revelar-se “as primeiras consequências dos apelos dirigidos pelo governo às tropas”. Foi assim que, para libertar o Palácio de Táuride, correu a notícia de que o 176.º Regimento teria partido a toda pressa. Essa alegação, tão precisa aparentemente, caracteriza de modo muito curioso os quiproquós que inevitavelmente se produzem durante o primeiro período de uma guerra civil, quando os campos opostos apenas iniciam o desenlace. Com efeito, chegou um regimento equipado ao Palácio de Táuride: mochila às costas, capote à bandoleira, cantil, gamela no cinturão. Durante o percurso os soldados ficaram encharcados até os ossos e estavam extenuados: acabavam de chegar de Krasnoe-Selo. Era de fato o 176.º. Não demonstrava qualquer disposição de tirar o governo do encalcramento em que se achava: em ligação com os delegados intercantonais, o regimento movimentou-se sob a direção de dois soldados bolcheviques, Levinson e Medveiev, a fim de exigir a entrega do poder aos Sovietes. Os dirigentes do Comitê Executivo, que já estavam extenuados, foram imediatamente avisados de que embaixo, sob as janelas, acampava, para gozar merecido repouso, um regimento vindo de longe, perfeitamente em ordem, com seus oficiais. Dan, que envergava o uniforme de major-médico, pediu ao comandante que pusesse sentinelas a postos para a proteção do palácio. As sentinelas foram efetivamente colocadas. Dan, segundo parece, relatou o fato ao Presidium com grande satisfação, e, em vista disso, o acontecimento foi inserido nos comunicados enviados aos jornais. Sukhanov, em suas *Notas*, ridiculariza a docilidade com a qual o regimento bolchevique aceitou em executar a ordem do líder menchevique: mais uma prova “do absurdo” da manifestação de julho! Na realidade, o caso era simultaneamente mais simples e mais complexo. Convidado a colocar sentinelas, o comandante do regimento dirigiu-se a um adjunto de serviço, o jovem tenente Prigorovsky. Prigorovsky, por bem ou por mal, era bolchevique, membro da organização intercantonal, veio imediatamente se aconselhar com Trotsky, o qual, acompanhado de um pequeno número de bolcheviques, ocupava um posto de observação em uma das salas laterais do Palácio. É claro que Prigorovsky foi aconselhado a colocar, rapidamen-

te, nos pontos em que eram necessárias, todas as sentinelas pedidas: porque é muito mais vantajoso contar, nas entradas e nas saídas, com amigos do que com inimigos. Foi assim que o 176º, chegado para se manifestar contra o poder, passou a proteger o mesmo poder, e contra os manifestantes. Se realmente se tratasse de uma insurreição, o tenente Prigorovsky, com quatro soldados apenas, teria, sem dificuldade, prendido todo o Comitê Executivo. Mas ninguém pensava em prisão, e os soldados do regimento bolchevique montaram guarda conscienciosamente.

Logo após terem sido varridos os esquadrões de cossacos, único obstáculo que se erigia no caminho do Palácio de Táuride, grande número de manifestantes julgou estar a vitória garantida. Na realidade, o principal obstáculo se encontrava no próprio interior do Palácio de Táuride. Noventa representantes de 54 fábricas e usinas estavam presentes à sessão unificada dos comitês executivos, iniciada aproximadamente às 6 horas da tarde. Cinco oradores escalados para falar começaram por protestar contra o fato de os manifestantes estarem sendo caluniados nos apelos do Comitê Executivo, como se fossem contrarrevolucionários. “Vede bem o que se lê nos cartazes”, declara um deles. “São estas as decisões tomadas pelos operários... Exigimos a saída dos 10 ministros capitalistas. Confiamos no Soviete, porém, não nas pessoas em quem o Soviete coloca as suas esperanças... Exigimos que a terra seja imediatamente desapropriada e que se estabeleça o controle imediato da produção; exigimos que se lute contra a fome que nos ameaça...” Outro acrescentava: “Tendes diante de vós não um motim, porém, uma manifestação perfeitamente organizada. Exigimos que a terra seja entregue aos camponeses. Exigimos a ab-rogação dos decretos exarados contra o Exército Revolucionário... Agora que os cadetes recusaram colaborar convosco, vos perguntamos com quem ainda tentais fazer combinações? Exigimos que o poder passe às mãos dos Sovietes.” As palavras de ordem de propaganda da manifestação de 18 de junho passavam agora à categoria de ultimato das massas para o combate. Os conciliadores, porém, já se achavam fortemente atrelados ao carro dos possuidores. O poder aos Sovietes? Mas isto significa, antes de mais nada, uma ousada política de paz, a ruptura com os Aliados, a ruptura com a burguesia do país, isolamento completo e a catástrofe ao fim de algumas semanas. Não, a democracia, consciente de seu dever, não enveredará pelo caminho das

aventuras! “As circunstâncias presentes”, dizia Tseretelli, “não permitem que, na ambiência de Petrogrado, se ponham em ação soluções novas.” Restava então, somente, este recurso: “Reconhecer o governo tal qual fora constituído... Convocar um congresso extraordinário dos Sovietes dentro de 15 dias em local onde seja possível trabalhar sem obstáculos, parecendo ser Moscou o mais indicado.”

A sessão, porém, era constantemente interrompida. À porta do Palácio de Táuride acotovelavam-se os operários de Putilov: somente pela tarde é que haviam se movimentado, fatigados, enfurecidos, superexcitados. “Tseretelli! Que tragam aqui Tseretelli!” A massa de 30 mil homens envia seus delegados ao Palácio; grita alguém, à retaguarda, que se Tseretelli não quiser sair por bem, seriam obrigados a fazê-lo sair à força. Da ameaça ao ato ainda há grande distância, mas as coisas já estão muito mal encaminhadas, e os bolcheviques apressam-se a intervir. Algum tempo após, Zinoviev narra o seguinte: “Nossos camaradas convidaram-me a ir ao encontro dos operários de Putilov... Oceano de cabeças tal como jamais vira. Várias dezenas de milhares de homens aglomerados. Os gritos de: ‘Tseretelli!’ continuavam... Comecei: ‘Em vez de Tseretelli, sou eu quem sai?’ Risos. Este fato provocou reviravolta nos ânimos. Consegui discursar longamente... Em conclusão, roguei ao auditório que se dispersasse com rapidez, pacificamente, em ordem perfeita, sem se deixar levar, em caso algum, a gestos agressivos. A assembleia de trabalhadores aplaudiu tempestuosamente, os homens enfileiram-se e começam a dispersar-se.” Este episódio esclarece muito bem não só a acuidade do descontentamento das massas, como também a ausência nelas de qualquer plano de ofensiva, e ainda o papel real que o partido desempenhou nos acontecimentos de julho.

Ao passo que Zinoviev, do lado de fora, se explicava com os operários de Putilov, na sala das sessões houve veemente intervenção de numeroso grupo de delegados dos operários, sendo que alguns armados de fuzis. Os membros dos Comitês Executivos estremeciam de surpresa nas suas cadeiras. “Alguns deles não demonstraram bastante bravura, nem autodomínio”, escreve Sukhanov, que deixou viva descrição sobre aquele momento dramático. “Um dos operários, o *sans-culotte* clássico, com um casquete na cabeça, envergando o blusão azul, curto e sem cinto, fuzil em punho, saltou sobre a tribuna, trêmulo de cólera e de emoção: ‘Camaradas!

Por quando tempo ainda iremos nós, os operários, tolerar a traição? Nós nos entenderemos com a burguesia e com os proprietários fundiários... Nós, homens de Putilov, somamos aqui 30 mil... Obteremos o que bem quisermos!” Cheidze, diante do cano de um fuzil, soube conter-se. Inclinando-se tranquilamente de cima de seu estrado, deslizou à mão trêmula do operário um apelo impresso: “Camarada, toma isto aqui, por favor, e lê. Aí está escrito o que devem fazer os camaradas da usina Putilov...” O apelo apenas dizia que os manifestantes deviam regressar para o lar, caso contrário, seriam considerados traidores da Revolução. E que mais podiam dizer os mencheviques?

Em meio à azáfama que reinava do lado de fora do Palácio de Táuride, tanto quanto em geral, no turbilhão de agitação daquele período, Zinoviev, orador de excepcional poder, ocupou lugar de excepcional evidência. Sua forte voz de tenor ao primeiro movimento espantava e, em seguida, conquistava pela musicalidade original. Zinoviev era agitador nato. Sabia ceder ao contágio da massa, comover-se com as suas emoções, sabia achar, para traduzir-lhe sentimentos e os pensares, a expressão, talvez algo prolixa, mas empolgante. Diziam os adversários que Zinoviev era o maior demagogo dentre os bolcheviques. Com esta afirmativa pagavam eles, em geral, o tributo devido à mais forte das características de Zinoviev, isto é, à sua capacidade de penetrar na alma do *demos* e de fazer vibrar as suas cordas. Não se pode, entretanto, negar que, justo por ser apenas agitador, não teórico, nem estrategista revolucionário, Zinoviev, quando não retido por disciplina exterior, facilmente deslizava pelo caminho da demagogia, não no sentido vulgar de demagogia, porém no sentido científico desta palavra, isto é, mostrava-se inclinado a sacrificar interesses futuros aos sucessos do momento. Com o faro agitador que possuía, Zinoviev fazia dele um conselheiro extremamente precioso na medida que se tratasse de avaliação política de determinada circunstância, não mais além disso, em profundidade. Nas reuniões do Partido, ele sabia convencer, conquistar, enfeitiçar, quando ocorria com qualquer ideia política já confeccionada, verificada em *meetings* de massas e, direi mesmo, como que saturada das esperanças e dos ódios dos operários e dos soldados. Zinoviev, por outro lado, era capaz, numa assembleia hostil, mesmo em se tratando do Comitê Executivo daquela época, de dar às mais extremas e mais explosivas ideias forma envol-

vente, insinuante, que penetrava nos miolos daqueles que o consideravam com desconfiança preconcebida. Para chegar a estes resultados incalculáveis, não lhe bastava a consciência do direito que lhe assistia; para se tranquilizar, ele precisava saber, com toda a certeza, que estava isento de qualquer responsabilidade política, por algum pulso resistente e sólido. Esta tranquilidade vinha-lhe de Lenine. Armado de fórmula estratégica adrede preparada, que revelara a essência mesma da questão, Zinoviev, engenhosamente e com fardo, a enchia de exclamações improvisadas, de protestos, de reivindicações, colhidas naquele instante mesmo na rua, na usina, ou em qualquer caserna. Em semelhantes momentos era ele um mecanismo ideal de transmissão entre Lenine e a massa, e um mecanismo parcial de transmissão entre a massa e Lenine. Zinoviev acompanhava sempre seu mestre, exceto em casos muito raros; mas na hora dos desentendimentos, porém, chegava no exato momento em que se decidia a sorte do Partido, da classe e do país. O agitador da Revolução não tinha caráter revolucionário suficiente. Enquanto se tratasse apenas de conquistar as cabeças e os espíritos, Zinoviev mostrava-se militante infatigável. Perdia, entretanto, imediatamente, sua segurança combativa toda vez que se achava diante da necessidade de agir. Recuava então bruscamente perante a massa – assim como diante de Lenine também – e só tinha reações quando, perante vozes indecisas, recolhia dúvidas, via apenas obstáculos, e sua voz insinuante, quase feminina, deixando de ser persuasiva, traía sua franqueza íntima. Sob as muralhas do Palácio de Táuride, durante as Jornadas de Julho, Zinoviev mostrou-se extremamente ativo, de gênio inventivo, e forte. Elevou aos mais altos acordes a excitação das massas – não para conclamá-las a atos decisivos, senão, ao contrário, para impedir-lhes tais atos. É certo que isso correspondia às circunstâncias e à política do partido, Zinoviev estava, por inteiro, em seu elemento.

O combate da Liteiny provocou brusca ruptura no desenvolvimento da manifestação. Ninguém mais olhava o cortejo do alto das janelas ou das sacadas. A gente importante, assaltando as estações, desertava da cidade. A luta nas ruas transformava-se em escaramuças esparsas e sem fim determinado. Durante a noite houve luta corpo a corpo entre manifestantes e patriotas; desarmaram-se pessoas ao acaso, e os fuzis passaram de uma a outra mão. Grupos de soldados de alguns regimentos que haviam rom-

pido as fileiras desenvolviam atividade de um e de outro lado. “Elementos suspeitos e provocadores que se haviam insinuado entre eles incitavam-nos a cometer atos anárquicos”, acrescenta Podvoisky. À procura dos responsáveis pela fuzilaria que partira das residências, grupos de marinheiros e de soldados procediam a rigorosas revistas. A pretexto de revistar ocorriam pilhagens aqui e ali. Por outro lado começavam os *pogroms*. Comerciantes, nos bairros da cidade em que se sentiam fortes, lançavam-se enfurecidos contra os operários e surravam-nos impiedosamente. “Aos gritos de ‘malhai os judeus e os bolcheviques, lançai-os à água!’”, narra Afanassiev, operário da fábrica Novy-Lessner, “a multidão caiu sobre nós e nos surrou a valer”. Uma das vítimas morreu no hospital. O próprio Afanassiev, machucado e ensanguentado, foi retirado pelos marinheiros do canal Ekaterininsky.

Colisões, vítimas, luta sem resultado, cujo fim prático não se podia perceber – limitava-se a isto o movimento. O comitê central dos bolcheviques decidiu intimar os operários e os soldados a suspenderem a manifestação. O apelo agora, levado imediatamente ao conhecimento do Comitê Executivo, quase não encontrava mais resistência entre os da base. As massas refluíram para os arrabaldes e não mostravam mais disposição alguma de recomeçarem a luta no dia seguinte. Haviam compreendido que a questão do poder do Soviete se apresentava de modo muito mais complexo do que o tinham julgado.

Definitivamente levantado o sítio do Palácio de Táuride, as ruas circunvizinhas ficaram desertas. Os comitês executivos, porém, prosseguiram na vigília, com suspensões de sessões, com discursos que se arrastavam sem qualquer significação e sem objetivo. Foi somente mais tarde que se descobriu que os conciliadores permaneciam à espera de alguma coisa. Em salas vizinhas, os delegados das usinas e dos regimentos perdiam o entusiasmo. “Já passa muito de meia-noite”, conta Metelev, “e nós sempre a esperar uma ‘solução qualquer’... Exaustos de fadiga e de fome, errávamos à toa pela sala Alexandrovsky... Às 4 horas da manhã de 5 de julho, findaram-se nossas esperanças... Pela porta aberta, à entrada principal do Palácio, irromperam brusca e ruidosamente oficiais e soldados armados.” Todo o edifício ecoou aos sons metálicos da *Marselhesa*. O bater cadenciado das botas e a algazarra dos instrumentos, àquela hora matinal, provocam na sala de sessões uma extraordinária emoção. Os deputados erguem-

-se bruscamente. Novo perigo? Mas, na tribuna, Dan...: “Camaradas”, anuncia ele, “Sossegai! Não há perigo! São regimentos fiéis à Revolução que acabam de chegar.” Sim, acabam, enfim, de chegar, as tropas fiéis, por tanto tempo esperadas. Elas ocupam as passagens, atiram-se raivosamente contra os poucos operários que ainda se acham no Palácio, arrancam as armas dos que ainda estão armados, prendem-nos, levam-nos. Sobe à tribuna o tenente Kuchin, menchevique muito conhecido, em uniforme de campanha. Dan, que preside a sessão, abraça-o aos acentos vitoriosos da orquestra. Ofegantes de entusiasmo, fulminando as esquerdas com olhares triunfantes, os conciliadores apertam as mãos e, em altos brados, misturam seus entusiasmos aos sons da *Marselhesa*. “É a cena clássica de qualquer começo de contrarrevolução!”, rosna Martov, que sabia observar e compreender muita coisa. O sentido político da cena, ressaltada por Sukhanov, tornar-se-á ainda mais significativo se nos lembrarmos de que Martov era do mesmo partido que Dan, para o qual, entretanto, esta cena assinalava um triunfo supremo da Revolução.

Foi somente então, ao notar a alegria transbordante da maioria, que a ala esquerda do Soviete começou a compreender, com exatidão, a que ponto o órgão supremo da democracia oficial estivera isolado, enquanto a democracia autêntica descera para as ruas. Aquela gente, durante 36 horas, havia alternadamente desaparecido por detrás dos bastidores, para se pôr, pela cabine telefônica, em ligação com o estado-maior, com Kerensky no *front*, a fim de reclamar tropas, conclamar, convencer, suplicar, e de enviar agitadores sobre agitadores, para ainda esperar de novo. O perigo passara, mas o medo subsistia por força da inércia. E o ruído das botas dos “fiéis” perto da quinta hora da manhã repercutiu aos ouvidos deles como se fosse a sinfonia da libertação. Partiram, enfim, da tribuna, discursos francos, celebrando o esmagamento feliz do motim armado e acentuando a necessidade de, desta vez, liquidar com os bolcheviques. O destacamento que penetrara no Palácio de Táuride não tinha vindo do *front*, como geralmente se pensou ao primeiro momento de estupefação: havia sido selecionado da guarnição de Petrogrado, principalmente de três dos mais retrógrados batalhões da guarda: os dos regimentos Preobrazhensky, Semenovskiy e Ismailovskiy. A 3 de julho, ficaram declaradamente neutros. Foi em vão que se tentou impressioná-los com a autoridade do governo e

do Comitê Executivo: os soldados, melancólicos, permaneciam encerrados nos quartéis, em expectativa. Somente na tarde de 4 de julho foi que, enfim, as autoridades descobriram poderoso meio de ação: mostraram aos homens do Regimento Preobrazhensky documentos que provavam insofismavelmente que Lenine era espião da Alemanha. Este estratagema foi bem sucedido. Espalhou-se a notícia pelos regimentos. Os oficiais, os membros dos comitês de regimento, os agitadores do Comitê Executivo, todos eles redobravam o ardor dos trabalhos. Modificou-se bruscamente a opinião dos batalhões neutros. Pela madrugada, quando já não mais se precisava deles, conseguiu-se reuni-los e pô-los a marchar através das ruas desertas, em direção ao Palácio de Táuride, já então vazio. A *Marselhesa* foi executada pela banda de música do Regimento Ismailovsky, o mesmo regimento que, por ser o mais reacionário de todos, fora encarregado, a 3 de dezembro de 1905, de prender o 1.º Soviete dos deputados operários de Petrogrado que se achava em sessão sob presidência de Trotsky. O cego encenador da História obtém, a cada passo, surpreendentes lances dramáticos absolutamente involuntários: simplesmente soltar as rédeas à lógica das coisas.

Quando as ruas se esvaziaram, o jovem governo da Revolução espichou seus membros gulosos: representantes de operários foram presos; armas foram apreendidas e bairros da cidade foram isolados uns dos outros. Perto das 6 horas da manhã, parou, diante da redação de *Pravda*¹, um automóvel cheio de *junkers* e de soldados, com uma metralhadora que imediatamente foi apontada para a janela. Após a partida dos intrusos, a redação apresentava o aspecto da demolição: as gavetas das mesas tinham sido forçadas, o assoalho estava coberto de manuscritos rasgados, e os fios telefônicos haviam sido arrancados. Os homens da guarda e os empregados da redação e da administração tinham sido espancados e detidos. O saque foi ainda maior no recinto da impressora, para a qual os operários, durante os três últimos meses, haviam coletado fundos: rotativas destruídas, monotipos estragados, linotipos demolidos. Ficava assim demonstrado o erro dos bolcheviques ao acusarem o governo de Kerensky de falta de energia!

1. Órgão oficial do Partido Bolchevique.

“As ruas, de um modo geral, voltaram à normalidade”, escreve Sukhanov. “Quase não há mais reuniões, nem *meetings* do lado de fora. Os estabelecimentos comerciais quase todos reabriram-se.” De manhã cedo começou a divulgação do apelo dos bolcheviques convidando as massas a interromperem a manifestação, última produção da impressora demolida. Os cossacos e os *junkers*, indiscriminadamente, nas ruas, prendem soldados, marinheiros e operários e os enviam seja para as prisões, seja para as delegacias de polícia. Nas lojas e nas calçadas falava-se do dinheiro alemão. Quem quer que ousasse emitir uma simples palavra favorável aos bolcheviques era imediatamente preso. “Nem mesmo se pode mais dizer que Lenine é homem honesto: se o dissermos nos mandarão para a cadeia.” Sukhanov, como sempre, revela-se observador atento a tudo o que se passa nas ruas da burguesia, da *intelligentsia*, dos pequeno-burgueses. Nos quarteirões operários, porém, o caso é muito diferente. As fábricas e as usinas ainda não reabriram para o trabalho. O estado de espírito mostra-se ansioso. De acordo com certos boatos, haviam chegado mais tropas do *front*. As ruas do bairro de Vyborg enchiam-se de grupos que discutiam a conduta a ser mantida em caso de ataque. “Os guardas-vermelhos e, em geral, a juventude das fábricas”, conta Metelev, “preparam-se para penetrar na fortaleza de Pedro e Paulo, a fim de apoiar os destacamentos que ali se acham sitiados. Escondendo granadas nos bolsos, nas botas, por dentro da camisa, atravessam o rio em barcas, e alguns mesmo pelas pontes.” Smirnov, operários tipógrafo do bairro de Kolomensky, narra: “Vi chegarem pelo Neva rebocadores carregados de guardas-marinhas, provenientes de Duderhoff e de Oranienbaum. Perto das duas horas, a situação começou a evoluir em mau sentido... Comecei a perceber que marinheiros voltavam a Kronstadt, isoladamente, por caminhos desviados... Espalhava-se por toda a parte a versão de serem todos os bolcheviques espíões da Alemanha. Iniciavam-se infames perseguições...” O historiador Miliukov resume com satisfação: “O estado de opinião, e a composição do público nas ruas, haviam-se modificado completamente. Ao anoitecer, Petrogrado mostrava-se absolutamente calma.”

Enquanto as tropas do *front* não chegavam, o estado-maior de circunscrição, ajudado politicamente pelos conciliadores, conseguira mascarar suas intenções. Durante o dia apresentaram-se ao Palácio Kshe-sinskaia, para conferenciarem com os líderes bolcheviques, alguns mem-

bros do Comitê Executivo, levando Lieber à frente: esta simples visita era testemunha dos mais pacíficos sentimentos. O acordo conseguido obrigava os bolcheviques a recambiar os marinheiros para Kronstadt, a retirar a companhia de metralhadores da fortaleza de Pedro e Paulo, e a afastar das posições ocupadas os carros blindados e os destacamentos de guarda. O governo, por seu lado, prometia não tolerar *pogrom* algum, nem represálias contra os bolcheviques, e prometia, ainda mais, libertar todos os presos, exceto os criminosos de delito comum.

O acordo, porém, não durou muito. À medida que se espalhavam os boatos sobre o dinheiro alemão, e sobre a próxima chegada de tropas do *front*, iam aparecendo na guarnição, cada vez em maior número, pequenos ou grandes contingentes que passavam a se recordar da fidelidade que juraram à democracia e a Kerensky. Envia-se delegados ao Palácio de Táuride, ou então ao estado-maior da circunscrição. Por fim, começaram, realmente, a chegar os escalões vindos do *front*. Nas esferas conciliadoras o estado de espírito dominante se tornava, de momento a momento, mais feroz. As tropas chegadas do *front* preparavam-se para, em luta sangrenta, libertar a capital dos agentes do cáiser. Agora que já não havia necessidade das tropas, era preciso justificar o chamado delas. Temendo tornarem-se suspeitos, os conciliadores envidavam o máximo dos esforços para demonstrarem aos chefes militares que os mencheviques e os socialistas revolucionários formavam, com eles, mesmo e único lado, e que somente os bolcheviques é que constituíam o inimigo comum. Quando Kamenev tentou recordar aos membros do Presidium do Comitê Executivo o acordo firmado algumas horas antes, Lieber retrucou com o tom inflexível de homem de Estado: “Agora, modificou-se muito a relação de forças.” Segundo os discursos de vulgarização de Lassale, Lieber sabia que um canhão era elemento importante para qualquer Constituição. A delegação dos marinheiros de Kronstadt, com Raskolnikov à frente, várias vezes foi chamada à comissão militar do Comitê Executivo, cujas exigências, de hora em hora mais pesadas, chegaram a um ultimato de Lieber: consentir, imediatamente, que se desarmassem os homens de Kronstadt. “Ao sair da sessão da comissão militar”, narra Raskolnikov, “reencetamos nosso conciliábulo com Trotsky e Kamenev. Lyev Davidovich (Trotsky) aconselhou que se recambiassem, imediata e secretamente, os marinheiros

para Kronstadt. Foi tomada a decisão de enviar camaradas aos quartéis e de prevenir os marinheiros do desarmamento pela força, que se preparava.” A maioria dos homens de Kronstadt se retirara a tempo, não tendo permanecido no palacete Kshesinskaia e na fortaleza de Pedro e Paulo senão pequenos destacamentos.

Com o conhecimento e o consentimento dos ministros socialistas, o príncipe Lvov, desde 4 de julho, dera ao general Plovtsev, a ordem escrita de “prender os bolcheviques que ocupavam o palacete Kshesinskaia, de evacuar o referido palacete e de nele instalar tropas”. No momento, após o empastelamento da redação e da impressora, a questão do destino do quartel-general dos bolcheviques se apresentava com extrema delicadeza. Era preciso colocar a resistência no Kshesinskaia, de evacuar o referido palacete e de nele instalar Raskolnikov para o comando daqueles locais. Ele desincumbiu-se da tarefa plenamente, à maneira de Kronstadt; requisitou canhões, e, mesmo, exigiu a presença, na embocadura do Neva, de um pequeno navio de guerra. Mais tarde Raskolnikov explicou do seguinte modo aquelas providências: “bem entendido, de minha parte foram feitos preparativos militares, mas apenas para o caso em que nos tivéssemos que defender, visto que pairava no ar não somente um cheiro de pólvora como também um odor de *pogrom*... Julguei, e não sem razão, segundo me parece, que bastaria mandar vir para o estuário do Neva um bom navio, para que o Governo Provisório arrefecesse consideravelmente boa parte de sua Revolução.” Tudo isto é muito impreciso, e não muito sério. Talvez fosse melhor supor que, na jornada de 5 de julho, os dirigentes da organização militar, e com eles Raskolnikov, ainda não tivessem conseguido apreciar completamente a reviravolta da situação e que, no momento em que a manifestação armada devesse apressar-se em bater em retirada, para não se transformar em levante armado imposto pelos adversários, alguns dos dirigentes militares tivessem avançado alguns passos ao acaso e irrefletidos. Não era porém a primeira vez que os jovens líderes de Kronstadt ultrapassavam as medidas. Poder-se-á, entretanto, fazer uma Revolução sem a coparticipação de homens que ultrapassassem as medidas? E não haverá sempre, necessariamente, certa porcentagem de estouvamento em todos os grandes empreendimentos humanos? Desta vez, tudo se limitou a ordens que, aliás, foram em breve anuladas pelo próprio Raskolnikov. Ao pala-

cete particular, afluíam, entretanto, notícias cada vez mais inquietadoras: informava um que vira, às janelas de determinada casa no barranco oposto, metralhadoras apontadas para o palacete Kshesinskaia: dizia outro ter observado que uma coluna de carros blindados avançava sobre o palacete; ainda um terceiro anunciava a aproximação de patrulhas de cossacos. Dois membros da Organização Militar foram enviados para parlamentar com o comandante de circunscrição: Polovtsev garantiu aos parlamentares que o empastelamento do *Pravda* fora executado à sua revelia e que ele absolutamente não estava preparando represálias contra a Organização Militar. Na realidade ele apenas esperava que chegassem do *front* reforços em quantidade suficiente.

Ao passo que Kronstadt já batia em retirada, a esquadra do Báltico, em conjunto, estava ainda em fase de preparativos para a ofensiva. Era nas águas finlandesas que se mantinha o grosso da esquadra, contando com uma guarnição total de 70 mil marinheiros. Além disto, na Finlândia, acampava um corpo de exército, e a fábrica do porto de Helsinforgs empregava perto de 10 mil operários russos. Era impressionante o punho da Revolução. A pressão dos marinheiros e dos soldados era de tal modo irresistível que, mesmo em Helsinforgs, o Comitê dos socialistas revolucionários se pronunciou contrário à coligação, em consequência do que todos os órgãos soviéticos da Armada e do Exército, na Finlândia, exigiram unanimemente que o Comitê Executivo Central assumisse o poder. Para apoiar esta reivindicação, os homens do Báltico prontificavam-se a marchar a qualquer momento que fosse, em direção ao estuário do Neva; o que, entretanto, ainda os continha, era o temor de enfraquecer a linha de defesa marítima e de facilitar à esquadra alemã um ataque contra Kronstadt e contra Petrogrado.

Eis que, então, se produziu algo absolutamente imprevisto. O Comitê Central da frota do Báltico – chamado Centrobalt – convocou a 4 de julho os comitês de navios para a sessão extraordinária, na qual o presidente Dybenko revelou publicamente duas ordens secretas recentemente recebidas pelo comandante da esquadra, e assinadas por Dudarev, ministro adjunto da Marinha: a primeira ordem intimava o almirante Verderevsky a enviar quatro torpedeiros a Petrogrado a fim de impedirem, pela força, a marcha de revoltosos provenientes de Kronstadt; a segunda ordem exigia do

comandante da esquadra que não permitisse, sob pretexto algum, que seus navios deixassem Helsinforgs para irem a Kronstadt, e que não hesitasse em afundar, com a ajuda dos submarinos, os navios insubmissos. Por se achar entre dois fogos e por se preocupar principalmente com a salvação da própria pele, o almirante antecipara-se e transmitira os telegramas ao Centrobalt junto com a declaração de que ele, almirante, não executaria as ordens, mesmo se o Centrobalt as referendasse. A leitura dos telegramas transtornou os marinheiros. Em verdade, eles não perdiam nenhuma oportunidade de invectivar impiedosamente Kerensky e os conciliadores. Isto, entretanto, aos olhos deles, não passava de luta íntima dos soviets. Porque, aliás, no Comitê Executivo Central, a maioria pertencia aos mesmos partidos a que pertencia à maioria do Comitê Regional da Finlândia, o qual acabava de se pronunciar a favor da tomada do poder pelos soviets. É claro: nem os mencheviques, nem os socialistas revolucionários, poderiam aprovar o afundamento de navios que se manifestavam pelo Comitê Executivo. Como, então, aconteceu que o veterano oficial de marinha Dudarev tivesse podido intrometer-se em discussão de família dos soviets, para transformá-la em batalha naval? Ainda na véspera, os grandes navios de guerra eram oficialmente considerados como apoio da Revolução, ao contrário dos torpedeiros de espírito retrógrado e dos submarinos apenas atingidos pela propaganda. Como é possível que as autoridades se dispusessem naquele momento, seriamente, graças ao concurso dos submarinos, a afundar navios?

Fatos semelhantes não podiam entrar no espírito obstinado dos marinheiros. A ordem que, com justa razão, lhes parecia pertencer ao reino dos pesadelos era, entretanto, em julho, a legítima colheita da sementeira de março. Desde abril os mencheviques e os socialistas revolucionários haviam começado a convocar as províncias contra Petrogrado, os soldados contra os operários, a cavalaria contra os metralhadores. Haviam eles concedido, nos Soviets, representação mais avantajada às companhias do que às usinas; haviam protegido as pequenas empresas dispersas, de preferência as usinas gigantes da metalurgia. Como representassem o passado recente, procuravam apoio nos retardatários de toda espécie. Ao perderem pé, excitavam a retaguarda contra a vanguarda. A política possui a sua lógica particular, sobretudo em tempo de Revolução. Coagidos por todos os lados, os conciliadores viram-se forçados a impor ao almirante Verde-

revsky a precaução de afundar os navios, exatamente aqueles nos quais imperava espírito mais avançado. Infelizmente para os conciliadores, os espíritos retrógrados, nos quais desejavam apoiar-se, esforçavam-se cada vez mais por nivelar-se aos espíritos avançados; as tripulações dos submarinos indignaram-se tanto quanto as tripulações dos couraçados com a ordem de Dudarev.

À frente do Centrobalt achavam-se homens cujo temperamento não era de maneira alguma semelhante ao de Hamlet: de acordo com os membros dos comitês de navios, tomaram eles, sem perda de tempo, a seguinte resolução: o torpedeiro pesado *Orfeu*, escalado para afundar os navios de Kronstadt, seria enviado com urgência a Petrogrado, e, em segundo lugar, para prender o adjunto do ministro da Marinha: Dudarev. Por mais imprevista que pareça esta resolução, ela demonstra, com força peculiar, até que ponto os marinheiros do Báltico tendiam ainda a considerar os conciliadores como o adversário íntimo, pensando de outra forma a respeito de Dudarev, que eles julgavam o inimigo comum. O *Orfeu* penetrou no estuário do Neva vinte e quatro horas depois de ali haverem acostado no mesmo lugar 10 mil marinheiros armados de Kronstadt. Mas “a relação de forças havia-se modificado”. Durante todo o dia a tripulação ficou proibida de desembarcar. Somente à tarde foi que uma delegação composta de 67 marinheiros, do Centrobalt e das tripulações de esquadra, conseguiu ser admitida à sessão unificada dos comitês executivos, na qual se fazia o balanço dos primeiros resultados das Jornadas de Julho. Os vencedores nadavam em plena alegria da vitória recente. Voitinsky, o relator, descrevia, não sem contentamento, as horas de fraqueza e de humilhação, com o intuito de realçar tanto mais o triunfo que se seguira. “A primeira unidade que ocorreu em nosso socorro”, dizia ele, “foram os carros blindados. Havíamos tomado a resolução inabalável, caso o bando armado tentasse violências contra nós, de abrir fogo... Ao ver toda a extensão do perigo que ameaçava a Revolução, ordenamos a alguns contingentes do *front* que embarcassem e viessem até nós...” A maioria da alta assembleia transpirava o ódio para com os bolcheviques, particularmente contra os marinheiros. Foi em semelhante clima que caíram os delegados do Báltico munidos de mandato de prisão contra Dudarev. Foi com uivos selvagens, com algazarra de socos sobre mesas, com sapateado, que os vencedores acolheram

a leitura da resolução da esquadra do Báltico. Prender Dudarev? Mas se o valoroso capitão de fragata apenas cumprira um dever sagrado para com a Revolução, contra qual estes aqui, marinheiros, arruaceiros, contrarrevolucionários, desferiram um golpe traiçoeiro! A assembleia unificada, através de resolução especial, declarou-se, com toda a solenidade, solidária com Dudarev. Os marinheiros arregalavam os olhos, examinando atentamente os oradores, e se entreolhavam. Só agora é que eles começavam a compreender o que se passava diante deles. Toda a delegação foi presa no dia seguinte, e foi terminar na prisão a sua educação política. Prenderam em seguida o presidente do Centrobalt, o quartel-mestre Dybenko, que chegara no segundo escalão, e, após ele, o almirante Verderevsky, chamado à capital para explicações.

Pela manhã do dia 6 de julho, os operários voltaram ao trabalho. Nas ruas, como manifestantes, não havia senão as tropas chamadas do *front*. Os agentes da contraespionagem verificavam os passaportes e procediam a detenções aqui e ali. Voinov, jovem operário que distribuía os *Listok Pravda** que saíam em substituição ao jornal bolchevique empastelado na véspera, foi assassinado em plena rua por certa malta, talvez pelos mesmos agentes da contraespionagem. Os cem-negros, elementos da reação, compraziam-se em esmagar o motim. Pilhagens, violências, aqui e ali fuzilarias, perduravam em diferentes pontos da cidade. No correr do dia chegaram, de escalão em escalão, uma divisão de cavalaria, o regimento dos cossacos do Don, uma divisão de ulanos, o regimento Izborsky, o regimento Malo-rossinky, um regimento de dragões, e ainda outros mais. “Os contingentes de cossacos, chegados em grande número”, escreve o jornal de Gorky, “mostram-se com disposições muito agressivas”. Em dois pontos da cidade, abriram o fogo de metralhadoras contra o regimento Izborsky acabado de chegar. Em ambos os casos, descobriu-se que as metralhadoras haviam sido instaladas em sótãos, mas os culpados não foram descobertos. Outros atiraram, também contra contingentes que desembarcavam em outros pontos. A loucura calculada desta fuzilaria transtornava profundamente os operários. Era mais do que claro que provocadores de grande experiência acolhiam a bala os soldados, a fim de vaciná-los contra o bolchevismo. Os

* *Panfletos do Pravda* [Nota da tradutora.]

operários esforçavam-se ao máximo para explicar o que acontecia aos soldados que chegavam; mas não lhes permitiam que se aproximassem: pela primeira vez, depois das Jornadas de Fevereiro, entre o operário e o soldado colocavam-se ora os *junkers*, ora os oficiais.

Os conciliadores acolhiam alegremente os regimentos que vinham chegando. Na assembleia dos representantes das tropas, em presença de grande número de oficiais e de *junkers*, o mesmo Voitinsky exclamava pateticamente: “Agora, pela Rua Millionnaia, desfilam tropas e carros blindados em direção à praça do Palácio, a fim de se colocarem à disposição do general Polovtsev. Eis aí a força verdadeira sobre a qual nos apoiamos.” A título de cobertura política, quatro socialistas ficaram adjuntos ao comandante de circunscrição: Avksentiev e Gotz, do Comitê Executivo; Skobelev e Chernov, do Governo Provisório. Isto, porém, não salvou o comandante. Kerensky, em seguida, vangloriou-se diante dos guardas brancos, de ter, ao regressar do *front*, no decorrer das Jornadas de Julho, exonerado o general Polovtsev “por falta de decisão”.

Apresentava-se enfim a possibilidade de resolução do problema por tanto tempo adiada: destruir o ninho de vespas dos bolcheviques – o palacete Kshesinskaia. Na vida social, em geral, e em tempo de Revolução, em particular, assumem, às vezes, importância capital fatos de ordem secundária que atuam na imaginação através do sentido simbólico que encerram. Era assim que se atribuía importância despropositada, na luta contra os bolcheviques, à “tomada” por Lenine, do Palácio de Kshesinskaia, bailarina da corte, menos famosa por sua arte do que por suas relações com os representantes masculinos da dinastia dos Romanovs. Seu palacete particular representava os juros de tais relações, muito verossimilmente iniciadas por Nicolau II quando ainda não passava de *tzarevich* herdeiro. Antes da guerra, os pequenos burgueses cochichavam a respeito do refúgio situado em frente ao Palácio de Inverno, *rendez-vous* de luxo, de botas munidas de esporas, de diamantes, dando às conversações certa tonalidade de respeito invejoso, durante a guerra, afirmava-se a respeito dele, com maior frequência: “isto é um roubo”; os soldados referiam-se a ele ainda mais rudemente. Ao se aproximar da idade limite, refugiou-se a bailarina à carreira patriótica. O cândido Rodzianko conta-nos a este propósito: “O generalíssimo [o grão-duque Nicolau Nicolaievich] mencionou que estava

a par da ação e da influência, nos negócios da artilharia, da bailarina Kshesinskaia, por intermédio de quem diversas firmas obtinham encomendas.” Não é de espantar que, após a insurreição, o deserto palacete de Kshesinska tenha despertado no povo vivas simpatias. No momento em que a Revolução requeria insaciavelmente locais, o governo não ousava pôr a mão em nenhuma casa particular. Requisitar os cavalos dos camponeses para a guerra é uma coisa. Requisitar para a Revolução palacetes particulares vazios é coisa muito diferente. As massas populares, porém, raciocinavam de modo totalmente diverso.

À procura de local que lhe conviesse, a divisão de reserva dos carros blindados caiu, nos primeiros dias de março, sobre o palacete de Kshesinskaia e ocupou-o: a bailarina possuía ótima garagem. A divisão, de boa vontade, cedeu ao Comitê dos Bolcheviques de Petrogrado o andar superior do edifício. A amizade travada entre os bolcheviques e as guarnições dos carros blindados completou a amizade destes últimos com os metralhadores. A ocupação do palácio, efetuada algumas semanas antes da chegada de Lenine, passou inicialmente quase despercebida. A indignação contra os usurpadores crescia à medida que aumentava a influência dos bolcheviques. Os boatos dos jornais que afirmavam estar Lenine alojado no *boudoir* da bailarina e ter sido completamente destruído ou roubado todo o mobiliário do palacete, eram apenas mentiras. Lenine habitava o modesto apartamento de sua irmã, e, quanto à mobília da bailarina, fora arrumada e guardada em aposentos lacrados pelo comandante do edifício. Sukhanov, que visitou o palácio no dia da chegada de Lenine, deixou a respeito do local uma descrição bem interessante: “O apartamento da famosa bailarina apresentava aspecto bastante extravagante e ridículo. Os tetos e as paredes, feericamente adornados, absolutamente não se harmonizavam com o mobiliário rudimentar, com mesa, cadeiras e bancos primitivos, dispostos sem a menor ordem, visando apenas os fins únicos da utilidade. Peças, enfim, pouco guarnecidas. O mobiliário de Kshesinska havia sido retirado...” Suprimindo prudentemente o caso da divisão dos carros blindados, a imprensa apresentava Lenine como o responsável pela apreensão, a mão armada, da casa que pertencia àquela inofensiva sacerdotisa da arte. O tema alimentava os editoriais e os folhetins. Operários e soldados, enlameados, de permeio com os veludos, as sedas, e as tape-

çarias! Todas as sobrelojas da capital fremiram de indignação. Tal como outrora os girondinos haviam acusado os jacobinos de responsáveis pelos massacres de setembro, pelo desaparecimento de colchões de uma caserna e pela propaganda a favor da lei agrária – agora os cadetes e os democratas acusavam os bolcheviques de solaparem as bases da moral humana e de escarrarem nos assoalhos do palacete de Kshesinska. A dançarina da dinastia tornou-se o símbolo de uma cultura calcada pelas botas cheias de prego da barbárie. Esta apoteose deu asas à proprietária, que se queixou judicialmente; e o tribunal decidiu que os bolcheviques seriam expulsos do edifício. Mas isto não era assim tão simples. “Os carros blindados que vigiavam o pátio tinham ar suficientemente imponente”, anota Zalezhsy, membro do Comitê de Petrogrado naquela ocasião. Além disto, o Regimento dos Metralhadores, assim como outras unidades, estava pronto a apoiar as guarnições dos carros blindados, em caso de necessidade. A 25 de maio, o birô do Comitê Executivo, a rogo do advogado da bailarina, reconheceu que “os interesses da Revolução exigiam que se respeitassem as decisões dos tribunais”. Os conciliadores, porém, não ultrapassaram este aforismo platônico, com grande tristeza da bailarina, que absolutamente não mostrava tendência alguma ao platonismo.

No palacete particular continuavam a trabalhar, lado a lado, o Comitê Central, o Comitê de Petrogrado e a Organização Militar. “Na casa de Kshesinska”, conta Raskolnikov, “havia permanentemente uma multidão. Uns visitavam-na para tratar de assuntos de uma secretaria; outros se dirigiam ao depósito de livros... e outros ainda iam à redação do *Pravda* dos soldados e outros, enfim, a qualquer seção. Reuniões se realizavam seguidamente, muitas vezes sem interrupção – às vezes na grande sala do andar térreo, às vezes em cima, em volta de uma grande mesa, num aposento que, com toda a certeza, servira de sala de jantar da bailarina.” Do alto da sacada do palacete particular, sobre o qual flutuava a imponente bandeira do Comitê Central, diversos oradores organizavam *meetings* contínuos, e não somente durante o dia, mas também à noite. Muitas vezes, dentro de uma completa escuridão, contingentes de soldados marchavam em direção ao edifício, ou então grande massa de operários reclamando oradores. Em frente à sacada paravam também, às vezes, grupos de pequeno-burgueses cuja curiosidade era aguçada periodicamente pelas narrativas imaginosas

dos jornais. Durante as jornadas críticas, grupos hostis acercavam-se do edifício, exigindo a prisão de Lenine e a expulsão dos bolcheviques. Sob as torrentes humanas que desembocavam no palácio sentia-se crepitar as profundezas da Revolução. O caso do palacete Kshesinskaia atingiu o paroxismo durante as Jornadas de Julho. “O grande estado-maior do movimento”, conta Miliukov, “encontrava-se não no Palácio de Táuride, mas na cidadela de Lenine, o palacete Kshesinskaia, com seu clássico balcão.” O esmagamento da manifestação levaria, fatalmente, à destruição do quartel-general dos bolcheviques.

Às três horas da manhã, marcharam em direção ao palacete Kshesinskaia e à fortaleza de Pedro e Paulo, separados um do outro por um filete de água, o batalhão-reserva do Regimento de Petrogrado, um efetivo de metralhadores, uma companhia do Regimento Semenovsky, o efetivo dos alunos-oficiais do regimento de Volynsky, dois canhões e um destacamento de oito carros blindados. Às 7 horas da manhã, o ajudante do comandante de exército da região, o socialista revolucionário Kuzmin, exigiu a evacuação do palacete particular. Não querendo entregar armas, os marinheiros de Kronstadt, cujo número no palácio era apenas 120, dirigiam-se, em passo acelerado, à fortaleza de Pedro e Paulo. Quando as tropas do governo ocuparam o palacete não encontraram pessoa alguma, exceto alguns empregados... Restava a questão da fortaleza. Conforme nos lembramos, do bairro de Vyborg dirigiram-se para a fortaleza jovens guardas-vermelhos, a fim de prestar auxílio aos marinheiros, em caso de necessidade. “Sobre as muralhas da fortaleza”, conta-nos um deles, “foram colocados, a esmo com toda a certeza pelos marinheiros, alguns canhões... Aquilo começava a cheirar a sangue...” Confabulações diplomáticas, porém, resolveram o caso pacificamente. Encarregado pelo Comitê Central, Stalin propôs aos líderes conciliadores que tomassem, em comum, as medidas necessárias para liquidar, sem derramamento de sangue, as manifestações dos homens de Kronstadt. Juntamente com o menchevique Bogdanov, persuadiram os marinheiros de Kronstadt, sem maiores dificuldades, a se submeterem ao ultimato lançado na véspera por Lieber. Quando os carros blindados do governo se aproximaram da fortaleza, uma delegação saiu pela porta principal a fim de informar que a guarnição se rendia ao Comitê Executivo. As armas entregues pelos marinheiros e pelos soldados foram transportadas em caminhões.

Os marinheiros desarmados dirigiam-se para as barcaças a fim de voltar a Kronstadt. A rendição da fortaleza pode ser considerada como o episódio final do Movimento de Julho. Os contingentes de carros blindados que haviam chegado do *front* ocuparam o palácio Kshesinskaia e o forte, ambos evacuados pelos bolcheviques, e estes mesmos contingentes, por sua vez, iriam passar, às vésperas de outubro, para o lado dos bolcheviques.

.....

Capítulo III

PODERIAM OS BOLCHEVIQUES TER TOMADO O PODER EM JULHO?

APESAR DE INTERDITADA PELO GOVERNO e pelo Comitê Executivo, a manifestação apresentou caráter grandioso; no segundo dia contou com pelo menos 500 mil pessoas. Sukhanov, que não encontrava palavras bastante violentas para condenar “o sangue e a lama” das Jornadas de Julho, escreve, entretanto: “Independentemente dos resultados políticos, não se poderia considerar de outro modo a não ser com admiração este edificante movimento das massas populares. Não se poderia, mesmo julgando-o nefasto, deixar de ficar entusiasmado diante da amplitude gigantesca dos elementos desencadeados.” Segundo os cálculos da comissão de inquérito, houve 29 mortos, 114 feridos, aproximadamente, em partes iguais, de um e de outro lado.

Que o movimento começou pela base, independentemente dos bolcheviques e, em certa medida, contra eles, foi um fato constatado mesmo nas primeiras horas pelos próprios conciliadores. Mas lá pela noite de 3 de julho, e particularmente no dia seguinte, a apreciação oficial modificou-se. Declarou-se que o movimento não passava de uma insurreição da qual bolcheviques eram os organizadores. “Sob a palavra de ordem: ‘Todo o

poder aos soviets”, escrevia posteriormente Stankevich, muito chegado a Kerensky, “o que se dava, formalmente, era uma insurreição dos bolcheviques contra a maioria soviética de então, maioria composta dos partidos da defesa nacional.” A acusação de haver fomentado um levante não é apenas um procedimento de luta política: essa gente, no decorrer de junho, se havia convencido demasiadamente da forte influência dos bolcheviques sobre as massas e, agora, recusava-se simplesmente a acreditar que o movimento dos operários e dos soldados pudesse arrebentar passando por cima dos próprios bolcheviques. Trotsky tentou apresentar uma explicação durante a sessão do Comitê Executivo: “Acusam-nos de forjar a opinião das massas; não é verdade, tentamos apenas formá-la.” Nos livros que foram publicados pelos adversários, após a insurreição de outubro, especialmente no de Sukhanov, pode-se encontrar a afirmação de que os bolcheviques, unicamente em consequência da derrota do Levante de Julho, teriam dissimulado seus verdadeiros fins, alegando o movimento espontâneo das massas. É possível, entretanto, guardar, como se fosse um tesouro, um plano de Revolução armada, que arrasta em seu remoinho centenas de milhares de homens? Não é verdade que, às vésperas de outubro, os bolcheviques viram-se forçados a recorrer, de modo absolutamente claro, à insurreição, e para ela não se prepararam abertamente? Se ninguém descobriu semelhante plano em julho foi apenas porque ele não existiu. A insurreição dos metralhadores e dos marinheiros de Kronstadt na fortaleza de Pedro e Paulo, com o consentimento da guarnição permanente da mesma (sobretudo sobre essa “incursão” é que os conciliadores insistiam), não foi absolutamente ato de insurreição armada. O estabelecimento, situado numa pequena ilha – mais uma prisão do que um posto militar –, podia, a rigor, servir de abrigo para os que batiam em retirada e não de local adequado a uma ofensiva. Procurando atingir o Palácio de Táuride, os manifestantes desfilaram, indiferentemente, diante dos mais importantes edifícios governamentais para cuja ocupação seria apenas necessário um destacamento dos guardas-vermelhos da usina Putilov. A fortaleza de Pedro e Paulo foi tomada pelos manifestantes do mesmo modo como eles se haviam apoderado das ruas, de diversos postos e das praças. Havia ainda um estimulante a mais, pois o Palácio Kshesinskaia encontrava-se nas vizinhanças, podendo ser, em caso de perigo, socorrido pela fortaleza. Os bolcheviques tudo fizeram para li-

mitar o Movimento de Julho a uma simples manifestação. Mas, apenas disto, pela própria lógica das coisas, o movimento não ultrapassou aqueles limites? A semelhante pergunta política é muito mais difícil de responder do que a um simples ato de acusação criminal.

Fazendo uma apreciação sobre as Jornadas de Julho, logo após o seu término, Lenine escrevia: “Manifestação antigovernamental, tal seria, formalmente, a mais exata descrição dos acontecimentos. Mas a essência do caso consiste em que não nos deparamos mais com uma manifestação comum, mas com algo mais que simples manifestação e menos que uma Revolução.” Quando as massas conseguem assimilar uma ideia elas querem realizá-la. Confiando no partido dos bolcheviques os operários e, sobretudo, os soldados não tiveram tempo suficiente para formar a convicção de que não deveriam marchar senão a chamado e sob a direção do partido. A experiência de fevereiro e de abril ensinara exatamente o contrário. Quando, em maio, Lenine dizia que os operários e os soldados eram cem vezes mais revolucionários do que nosso partido, indubitavelmente ele generalizava a experiência de fevereiro e de abril. As massas, elas também, generalizavam aquela experiência ao modo delas. Elas diziam no foro íntimo: até mesmo os bolcheviques se arrastam e adiam. Os manifestantes estavam, durante as Jornadas de Julho – se a marcha dos acontecimentos o exigisse –, inteiramente dispostos a liquidar o poder oficial. E, no caso de resistência por parte da burguesia, estavam prontos a empregar as armas. Nesse sentido, havia na manifestação um elemento de insurreição armada. Se, entretanto, o movimento não foi levado nem sequer até meio caminho, quanto mais até o fim, foi porque os conciliadores embaralharam as coisas.

No primeiro tomo desta obra caracterizamos, detalhadamente, o paradoxo do regime de fevereiro. O poder foi recebido das mãos do povo revolucionário pelos democratas pequeno-burgueses, pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários. Eles, porém, não perseguiram tal fim. Não conquistaram o poder. Defendendo-se, eles se viram colocados no poder. Contra a vontade das massas, eles tudo fizeram para entregar o poder à burguesia imperialista. O povo não confiava nos liberais, mas tinha confiança nos conciliadores, os quais, entretanto, não confiavam neles próprios. E os conciliadores tinham razão a seu modo. Mesmo cedendo depois de ceder totalmente o poder à burguesia, os democratas pensavam

que conservariam alguma coisa. Tendo tomado o poder em suas mãos eles deveriam ficar reduzidos a nada. Das mãos dos democratas o poder, quase automaticamente, passou às mãos dos bolcheviques. A desgraça era irreparável porquanto tinha origem na nulidade orgânica da democracia russa.

Os manifestantes de julho desejavam entregar o poder aos soviets. E, para isto, era indispensável que os soviets consentissem em tomá-lo. Ora, mesmo na capital, onde a maioria dos operários e dos elementos ativos da guarnição seguiam os bolcheviques, a maioria no Soviete, em virtude da lei da inércia peculiar a qualquer assembleia representativa, pertencia, ainda, aos partidos pequeno-burgueses que consideravam um atentado ao poder da burguesia como um atentado contra eles próprios. Os operários e os soldados sentiam vivamente a contradição existente entre o estado de espírito deles e a política do Soviete, isto é, entre o que eles eram ontem e o que estavam sendo hoje. Ao se levantarem em prol do poder aos soviets eles não confiavam, de forma alguma, na maioria dos conciliadores. Todavia, não sabiam como se desembaraçar da maioria. Derrubá-la, pela violência, seria dissolver os soviets, em vez de transmitir-lhes o poder. Antes de encontrarem o caminho que deveria conduzir à renovação dos soviets, os operários e os soldados tentaram submetê-los pelo método de ação direta.

Em proclamação oriunda de ambos os comitês executivos, sobre os acontecimentos das Jornadas de Julho, os conciliadores queixaram-se, com indignação, aos operários e aos soldados, contra os manifestantes que, segundo pretendiam eles, “tentaram impor, pela força das armas, a própria vontade àqueles que vós elegestes”. Como se manifestantes e eleitores não fossem, se bem que sob duas denominações diferentes, os mesmos operários e os mesmos soldados! Como se os eleitores não tivessem o direito de impor a própria vontade aos eleitos! E como se essa vontade consistisse em algo diferente do que reclamar a execução dos compromissos: tomar o poder no interesse do povo. Ao se encontrarem em torno do Palácio de Táuride, as massas gritavam, aos ouvidos do Comitê Executivo, aquela mesma frase que um operário anônimo endereçara a Chernov. Ao mesmo tempo em que o ameaçava com punho rude: “Toma o poder, quando ele te é dado.” Em resposta, os conciliadores chamaram os cossacos. Os senhores democratas preferiram abrir a guerra civil contra o povo a tomarem o po-

der sem derramamento de sangue. Os guardas-brancos foram os primeiros a atirar. Mas a atmosfera política da guerra civil foi criada pelos mencheviques e pelos socialistas revolucionários.

Ao esbarrarem com a resistência armada do próprio órgão ao qual eles desejavam entregar o poder, os operários e os soldados perderam completamente a noção do fim que perseguiram. O eixo político foi arrancado do poderoso movimento das massas. A Campanha de Julho reduziu-se a uma manifestação parcialmente efetuada com os recursos de uma insurreição armada. Pode-se, igualmente, afirmar que ela não passou de semi-insurreição que visava um fim que não admitia métodos diferentes da manifestação.

Se bem que renunciando ao poder, os conciliadores não o entregavam totalmente aos liberais: primeiro porque temiam esses últimos – o pequeno burguês tem medo do grande burguês – e, segundo, porque temiam pela sorte desses últimos; um Ministério puramente cadete seria incontinentemente derrubado pelas massas. E mais ainda: como justamente indica Miliukov, “na luta contra as manifestações armadas espontâneas, o Comitê Executivo do Soviete consolida seu direito – direito declarado durante os distúrbios de 20 e de 21 de abril – de dispor a seu bel-prazer das forças armadas da guarnição de Petrogrado. Os conciliadores, tal como antes, continuavam a esconder deles próprios o poder que tinham sob o travesseiro. A fim de opor uma resistência armada àqueles que exigem, em seus cartazes, a entrega do poder aos soviets, o Soviete viu-se forçado a concentrar, de fato, o poder nas próprias mãos.

O Comitê Executivo foi mais longe ainda: proclamou, formalmente, naqueles dias, a própria soberania. “Se a democracia revolucionária reconhecia, como indispensável, a passagem de todo o poder às mãos dos soviets”, dizia a resolução de 4 de julho, “é somente à assembleia plenária dos comitês executivos que pode caber a solução dessa questão.” Ao mesmo tempo em que declarava a manifestação pelo poder aos soviets como sendo um levante contrarrevolucionário, o Comitê Executivo se constituía como poder supremo e passava a decidir da sorte do governo.

Quando, pela madrugada de 5 de julho, as tropas “fiéis” penetraram no edifício do Palácio de Táuride, o comandante delas deu a conhecer que o destacamento passava a subordinar-se, integralmente, e

sem reservas, ao Comitê Executivo Central. Nenhuma palavra a respeito do governo! Os rebeldes, porém, por sua vez, consentiam em submeter-se ao Comitê Executivo reconhecendo-lhe o poder. Quando a fortaleza de Pedro e Paulo se rendeu, a guarnição apenas declarou que obedecia ao Comitê Executivo. Ninguém exigiu que ela se submetesse às autoridades oficiais. Até mesmo as tropas chamadas do *front* punham-se inteiramente à disposição do Comitê Executivo. Qual a utilidade, em semelhante caso, de todo aquele sangue derramado?

Se a luta houvesse ocorrido, lá para os fins da Idade Média, os dois partidos, ao se massacrarem mutuamente, teriam citado os mesmos provérbios bíblicos. Os historiadores formalistas chegariam, em seguida, à conclusão de que a luta se verificara para decidir questões de exegese: os artesãos e os camponeses analfabetos da Idade Média, como se sabe, deixavam-se matar com estranho prazer, em defesa de sutilezas filosóficas nas revelações de João Evangelista, da mesma maneira como os dissidentes da Igreja russa deixavam-se exterminar para saber se o sinal da cruz deveria ser feito com dois ou três dedos. Na realidade, tanto na Idade Média quando presentemente, sob fórmulas simbólicas, dissimulava-se luta de interesses vitais que é conveniente discernir. Um simples e único versículo do Evangelho tanto significava, para uns, a servidão como, para outros, a liberdade.

Existem, entretanto, analogias muito mais recentes e muito mais próximas de nós. Durante as Jornadas de Junho de 1848, em França, repercutia, de ambos os lados da barricada, um único e mesmo grito: “Viva a República!” Os idealistas pequeno-burgueses consideravam, por conseguinte, os combates de junho como uma espécie de mal-entendido provocado ao mesmo tempo por um erro de alguns e pela exaltação de outros. Em realidade, os burgueses desejavam a república para eles e os operários queriam a república para todos. As palavras de ordem política servem, mais frequentemente, para mascarar os interesses do que para chamá-los pelo nome verdadeiro.

Por mais paradoxal que seja o regime de fevereiro, adornado, aliás, pelos conciliadores com hieróglifos marxistas e populistas, as verdadeiras relações de classes transparecem suficientemente. É preciso apenas não se perder de vista a natureza híbrida dos partidos conciliadores. Os pequeno-burgueses instruídos apoiavam-se nos operários e nos burgueses, mas con-

fraternizavam com os proprietários nobres e com os grandes industriais do açúcar. Ao inserir-se no sistema soviético, através do qual as reivindicações da base se elevaram até o Estado oficial, o Comitê Executivo também servia de biombo político à burguesia. As classes possuidoras “submetiam-se” ao Comitê Executivo na medida em que esperavam que ele se tornasse o órgão da dominação dos operários e dos camponeses. No Palácio de Táuride entrecruzavam-se tendências de classes contrárias, uma e outra acobertando-se com o nome de Comitê Executivo: uma, por falta de compreensão e por credulidade; outra, por um frio cálculo. Ora, a finalidade da luta era justamente saber quem governaria o país; a burguesia ou o proletariado?

Se os conciliadores, porém, não queriam tomar o poder, e se a burguesia não tinha bastante força para mantê-lo, poderiam, em julho, os bolcheviques apoderarem-se do leme? Durante as duas jornadas críticas caíra o poder em Petrogrado inteiramente das mãos das instituições governamentais. Pela primeira vez sentira o Comitê Executivo uma completa impotência. Tomar o poder em semelhantes condições não apresentaria aos bolcheviques qualquer dificuldade. Mesmo em certos pontos das províncias poderiam apoderar-se da autoridade. Em semelhante caso, teve razão o Partido Bolchevique, quando renunciou à tomada do poder? Não podia ele, após fortificar-se na capital e em algumas regiões industriais, estender, em seguida, seu domínio a todo o país? Esta questão é importante. Nada contribuiu tanto, ao fim da guerra, para o triunfo do imperialismo e da reação na Europa quanto àqueles curtos meses do kerenskismo, que extenuaram a Rússia revolucionária e causaram prejuízo incalculável à sua autoridade moral perante os olhos dos exércitos beligerantes das massas trabalhadores da Europa, que esperavam da Revolução alguma palavra nova. Se os bolcheviques houvessem reduzido de 4 meses – lapso de tempo formidável – as dores de parto da insurreição proletária, ter-se-iam achado diante de um país menos esgotado, e a autoridade da Revolução teria ficado menos comprometida na Europa. Isso não somente daria aos soviets vantagens enormes na condução dos entendimentos com a Alemanha, como teria, outrossim, exercido grande influência da marcha da guerra e da paz, na Europa. A perspectiva era extremamente sedutora!

A direção do Partido, entretanto, estava cheia de razões quando não quis insinuar-se pelo caminho da insurreição armada. Tomar o poder não

basta – é preciso conservá-lo. Quando, em outubro, os bolcheviques acharam que havia soado a hora para eles, o período mais difícil sobreveio após a tomada do poder. Foi necessária a mais alta tensão de forças da classe proletária para resistir aos incontáveis ataques dos inimigos. Em julho esta disposição para a luta intrépida ainda não existia, nem mesmo entre os operários de Petrogrado. Tendo a possibilidade de tomar o poder, eles, entretanto, propunham-no ao Comitê Executivo. O proletariado da capital, que, em sua esmagadora maioria, pendia, já naquela época, para os bolcheviques, ainda não tinha cortado o cordão umbilical de fevereiro que o ligava aos conciliadores. Eram ainda profundas as ilusões de que, por meio da palavra e por intermédio de manifestações, seria possível tudo alcançar; que por meio da intimidação dos mencheviques e dos socialistas revolucionários, poder-se-ia estimulá-los a seguirem política em comum com os bolcheviques. A própria vanguarda da classe não se apercebia, com clareza, dos caminhos pelos quais seria possível chegar ao poder. Pouco depois escrevia Lenine: “O erro verdadeiro do nosso partido, durante as Jornadas de 3 e 4 de julho, revelado agora pelos acontecimentos, consistia apenas no seguinte... o partido julgava ainda possível o desenvolvimento pacífico das transformações políticas, por meio da mudança da política nos soviets, ao passo que, na realidade, os mencheviques e os socialistas revolucionários já se achavam de tal maneira desnorteados e presos pelos entendimentos com a burguesia – e esta se tornara de maneira contrarrevolucionária – que não mais se podia pensar em qualquer espécie de desenvolvimento pacífico.”

Se o proletariado não era politicamente homogêneo, nem suficientemente resoluto, o mesmo se dava, e de um modo muito mais sensível, com o exército camponês. Em virtude de sua conduta durante as Jornadas de 3 e 4 de julho, a guarnição criava a possibilidade absoluta de os bolcheviques tomarem o poder. Mas havia, entretanto, nos efetivos da guarnição, contingentes neutros que, já pela tarde de 4 de julho, se inclinaram resolutamente para os partidos patriotas. A 5 de julho, os regimentos neutros formaram ao lado do Comitê Executivo, ao passo que os regimentos que simpatizavam com o bolchevismo se esforçavam por assumir atitude de neutralidade. Esse fato libertava as mãos das autoridades, e muito mais sensivelmente do que a chegada tardia das tropas do *front*. Se os bolcheviques, por um excesso de ardor, se tivessem apoderado do gover-

no a 4 de julho, a guarnição de Petrogrado não o teria conservado, como, também, teria impedido os operários de mantê-los no caso inevitável de um golpe qualquer vindo do exterior.

Menos favorável ainda apresentava-se a situação do exército no *front*. A luta pela paz e pela terra, sobretudo após a ofensiva de junho, tornava o exército do *front* extremamente acessível às palavras de ordem dos bolcheviques. Mas o que se denominava bolchevismo “elementar” entre os soldados, de maneira alguma se identificava com a confiança deles em qualquer partido determinado, no Comitê Central ou nos próprios líderes. As cartas dos soldados daquela época traduzem, com bastante nitidez, esse estado de espírito do exército. “Lembraí-vos disto, senhores ministros, e todos os principais dirigentes”, escrevia, do *front*, a mão rugosa de um soldado, “nós aqui compreendemos mal os partidos e apenas sabemos que o passado e o futuro estão próximos de nós; o tzar vos enviava para a Sibéria e vos trancafiava nas prisões, nós porém seremos atravessados com a baioneta.” O extremo grau de irritação contra as esferas superiores que os iludem soma-se, nessas linhas, à confissão de impotência: “Nós aqui, nós compreendemos mal o partido.” Contra a guerra, e contra o corpo de oficiais, estava o exército em revolta permanente, utilizando-se, para demonstrá-la, palavras de ordem do vocabulário bolchevique. Mas, quanto a se insurgir para transmitir o poder ao partido bolchevique, o exército ainda não estava preparado, longe disso. Os contingentes fiéis, destinados a esmagar Petrogrado, foram escolhidos pelo governo dentre as tropas mais próximas da capital, sem que houvesse resistência ativa por parte dos outros efetivos, e foram transportados, escalão a escalão, com ausência total de resistência por parte dos ferroviários. Descontente, rebelado, facilmente inflamável, o exército permanecia politicamente amorfo; em sua composição havia um número diminuto de núcleos bolcheviques sólidos, capazes de dar uma direção uniforme aos pensamentos e aos atos da inconsistente massa de soldados.

Por outro lado, os conciliadores, para opor o *front* a Petrogrado e aos rurais da retaguarda, utilizavam, não sem êxito, a arma envenenada que a reação, em março, em vão tentara usar contra os soviets. Os socialistas revolucionários e os mencheviques diziam aos soldados do *front*: a guarnição de Petrogrado, influenciada pelos bolcheviques, não quer vir

substituir-vos; os operários não mais querem trabalhar para satisfazer as necessidades do *front*; caso os camponeses deem ouvidos aos bolcheviques e se apoderem imediatamente da terra, nada mais restará para os combatentes. Os soldados ainda necessitavam de experiência suplementar, a fim de compreender se o governo preservava a terra em benefício dos combatentes, ou se o fazia somente em benefício dos proprietários.

Entre Petrogrado e o exército do *front* colocava-se a província. A reação delas diante dos acontecimentos de julho pode por si mesma, servir de importantíssimo critério *a posteriori* que permite concluir se os bolcheviques estavam ou não com a razão ao eludirem a luta imediata pela conquista do poder. Em Moscou, o pulso da Revolução batia bem mais fraco do que em Petrogrado. Numa sessão do Comitê moscovita dos bolcheviques, houve debates tumultuosos: alguns membros, pertencentes à extrema esquerda do Partido, como, por exemplo, Bubnov, propunham que se ocupassem os Correios, o telégrafo, a central telefônica e a redação do *Russkoe e Slovo*, isto é, propunham que se enveredasse pelo caminho da insurreição. O Comitê, muito moderado em seu estado de espírito geral, repelia resolutamente semelhantes propostas, julgando que as massas moscovitas ainda não estavam preparadas para agir assim. Apesar da interdição dos soviets, decidiu-se organizar a manifestação. Em direção à Praça Skobelevsky, correu multidão considerável de operários, exibindo as mesmas palavras de ordem que os de Petrogrado, porém longe de mostrarem o mesmo entusiasmo. A guarnição não respondeu em uníssono; alguns contingentes aderiram, mas somente um só saiu armado. Um soldado de artilharia, Davidovsky, que viria a participar seriamente nos combates de outubro, afirma em suas memórias que Moscou não estava pronta para as Jornadas de Julho, e que, em virtude do insucesso, instalou-se nos dirigentes da manifestação certo bolor.

Em Ivanovo-Voznesensk, capital da indústria têxtil, onde o Soviète já se encontrava sob a direção dos bolcheviques, a notícia dos acontecimentos de Petrogrado sobreveio concomitantemente com um boato segundo o qual teria caído o Governo Provisório. Na sessão noturna do Comitê Executivo, à guisa de medida preparatória, decidiu-se estabelecer o controle dos telefones e do telégrafo. Em 6 de julho foram suspensos 40.000 homens, dos quais muitos deles armados, participaram da mani-

festação. Quando se soube que a manifestação de Petrogrado não conduzia à vitória, o Soviete de Ivanovo-Voznesensk apressou-se a bater em retirada.

Em Riga, por influência das notícias relativas aos acontecimentos de Petrogrado, ocorreu, durante a noite de 5 para 6 de julho, uma escaramuça entre os caçadores letões, animados de espírito bolchevique, e o “Batalhão da Morte”, sendo que este último, batalhão de patriotas, foi obrigado a recuar. Na mesma noite o Soviete de Riga adotou uma resolução favorável ao poder dos soviets. Dois dias após, resolução idêntica foi votada em Ekaterinburg, capital do Ural. O fato de a palavra de ordem do poder aos soviets, lançada durante os primeiros meses, apenas em nome do partido, transformar-se, daquele momento em diante, no programa de diferentes soviets locais, assinalava, incontestavelmente, um grande passo para diante. Mas de uma resolução pelo poder aos soviets, até a insurreição sob a bandeira dos bolcheviques, havia ainda longo caminho a percorrer.

Em certos pontos do país, os acontecimentos de Petrogrado constituíram uma comoção que provocou a descarga de violentos conflitos particulares. Em Nizhni-Novgorod, onde os soldados evacuados durante muito tempo resistiram à marcha para a frente de batalha, alguns *junkers*, enviados de Moscou, provocaram, devido aos atos de violência, a revolta em dois regimentos. E como resultado da fuzilaria durante a qual houve feridos e mortos, os *junkers* se renderam e foram desarmados. As autoridades eclipsaram-se. Foi enviada de Moscou uma expedição punitiva, composta de três armas diferentes. À frente se encontravam: o comandante das tropas da região de Moscou; o impulsivo coronel Verkhovsky, futuro ministro da Guerra de Kerensky; o presidente do Soviete de Moscou e o velho menchevique Khinchuk, homem de temperamento pouco belicoso, futuro dirigente das cooperativas e, mais tarde, embaixador dos soviets em Berlim. Não encontraram, entretanto, a quem castigar porquanto um comitê eleito pelos soldados revoltados tivera tempo de restabelecer a ordem completamente.

Às mesmas horas noturnas, aproximadamente, e impulsionados pelos mesmos motivos, isto é, recusando seguir para o *front*, se sublevaram, em Kiev, os soldados do regimento do *hetman* de Poluboko, em número de 5.000 homens, que tomaram o arsenal, ocuparam a fortaleza e o estado-maior da circunscrição, prenderam o comandante e o chefe da milícia. O pânico na cidade durou muitas horas até o momento em que, devido aos

esforços combinados das autoridades militares, do comitê de organizações sociais e dos órgãos da Rada central ucraniana, os prisioneiros foram postos em liberdade enquanto que a maior parte dos amotinados era desarmada.

Na longínqua Krasnoyarsk, os bolcheviques, graças ao estado de espírito da guarnição, sentiam-se tão sólidos que, apesar da onda de reação que já começava a avançar através do país, eles organizaram, a 9 de julho, manifestação, da qual fizeram parte de 8 a 10.000 pessoas, soldados na maioria. Contra Krasnoyarsk foi enviado de Irkustk um destacamento de 400 homens com artilharia, sob a direção do comissário da circunscrição militar, o socialista revolucionário Krakovetsky. Durante os dois dias que duraram as conferências e as confabulações inevitáveis em um regime de duplo poder, a expedição punitiva foi de tal forma contaminada pela agitação dos soldados que o comissário apressou-se em trazê-la de volta a Irkustk. Krasnoyarsk, todavia, constituía ainda uma exceção.

Na maioria das cidades provinciais e distritais, a situação era infinitamente menos favorável. Em Samara, por exemplo, a organização bolchevique local, ao saber dos combates desenrolados na capital, “esperava um aviso, se bem que não fosse possível contar com pessoa alguma”. Um dos membros do partido local conta que “os operários começavam a simpatizar com os bolcheviques”, mas que era impossível esperar que eles se lançassem à luta e ainda menos se podia contar com os soldados; no que diz respeito à organização dos bolcheviques, “os efetivos eram bastante fracos, éramos apenas um punhado de homens; no soviete dos deputados operários havia alguns bolcheviques, e no soviete dos soldados não havia, parece, um sequer; aliás esse Soviete compunha-se quase que exclusivamente de oficiais”. A principal causa da fraca e incoerente reação do país residia no fato de que a província, aceitando sem combate a Revolução de Fevereiro das mãos de Petrogrado, assimilava muito mais lentamente do que a capital os fatos novos e as ideias novas. Era necessário um prazo suplementar para que a vanguarda tivesse tempo de arrastar, após si, politicamente, as reservas pesadas.

O estado de consciência das massas populares, na qualidade de instância decisiva da política revolucionária, excluía qualquer possibilidade de os bolcheviques tomarem o poder em julho. Ao mesmo tempo, a ofensiva no *front* levava o partido a opor-se às manifestações. O fracasso da

ofensiva era absolutamente inevitável. Na realidade, já havia começado. O país, porém, não estava informado. O perigo consistia em que, se o partido cometesse uma imprudência, o Governo poderia fazer recair sobre os bolcheviques a responsabilidade e as consequências das próprias loucuras dele, governo. Era necessário que se desse à ofensiva o tempo de esgotar-se. Os bolcheviques não duvidavam da violência com que as massas mudariam de opinião. Dir-se-ia, então, o que fazer. O cálculo era absolutamente justo. Todavia os acontecimentos têm sua lógica própria, lógica que não leva em conta os cálculos políticos, e, dessa vez, a lógica desabou brutalmente sobre a cabeça dos bolcheviques.

A 6 de julho o insucesso da ofensiva no *front* assumiu um caráter catastrófico, quando as tropas alemãs romperam o *front* russo numa extensão de mais de 12 verstas de largura por 10 de profundidade. A penetração no *front* foi conhecida na capital a 7 de julho, no momento em que a repressão, acompanhada de expedições punitivas, estava no auge. Muitos meses mais tarde, quando as paixões se apaziguariam um pouco ou, pelo menos apresentariam um aspecto mais sensato, Stankevich, que não era o mais encarniçado inimigo do bolchevismo, escrevia ainda “a respeito de um misterioso encadeamento dos fatos”, tal como a ruptura do *front* em Tarnapol, imediatamente após as Jornadas de Julho em Petrogrado. Essa gente não via, ou não queria ver, o encadeamento real dos acontecimentos e que consistia no fato de a ofensiva desesperada, empreendida sob a fórmula da Entente, só poderia conduzir a uma catástrofe militar e, ao mesmo tempo, só poderia fazer explodir a inclinação das massas ludibriadas pela Revolução. Mas importa saber como os fatos se passaram na realidade? Era bastante sedutor estabelecer uma ligação entre a manifestação de Petrogrado e o desastre no *front*. A imprensa patriota, longe de dissimular a derrota, exagerava-a, tanto quanto podia, e não vacilava sequer em revelar os segredos militares; publicava os nomes das divisões e dos regimentos e indicava a posição dos mesmos. “A partir de 8 de julho”, declarara Miliukov, “os jornais começaram a publicar, à vontade, telegramas verídicos oriundos do *front*, o que constituiu uma bomba, para a opinião russa.” O objetivo era este: comover, apavorar, aturdir, a fim de ligar, mais facilmente, os bolcheviques aos alemães.

A provocação desempenhou, inegavelmente, certo papel quer nos acontecimentos do *front* quer nas ruas de Petrogrado. Após a insurreição de

fevereiro, o governo jogara nas linhas de fogo grande número de antigos policiais e de sargentos da polícia militar. Nenhum deles, é claro, queria combater. Tinham mais medo dos soldados russos do que dos alemães. A fim de fazer esquecer o passado, afetavam as opiniões mais extremistas do exército, incitavam sub-repticiamente os soldados contra os oficiais, reagiam mais do que ninguém contra a disciplina e a ofensiva e, frequentemente, declaravam-se claramente bolcheviques. Mantendo contra eles uma ligação natural de cúmplices, representavam uma confraria de poltrões e de covardes. Por intermédio deles, rumores os mais fantásticos se insinuavam entre as tropas e se propalavam rapidamente, rumores esses que combinavam o espírito ultrarrevolucionário com o espírito reacionário dos cem-negros. Nas horas críticas, esses indivíduos eram os primeiros a dar o sinal de pânico. A obra desmoralizadora dos policiais e dos policiais-militares foi por mais de uma vez mencionada na imprensa. Frequentemente encontram-se indicações dessa natureza nos documentos secretos do próprio exército. O alto-comando, porém, silenciava, preferindo identificar os provocadores cem-negros com os bolcheviques. E agora, depois do fracasso da ofensiva, esse procedimento foi legalizado e o jornal dos mencheviques rivalizava em zelo com as mais ignóbeis folhas chauvinistas. Vociferando contra os “anarcobolchevistas” os agentes alemães, os ex-policiais-militares e os patriotas, com algum sucesso, conseguiram abafar, durante algum tempo, a questão a respeito do estado geral do exército e da política de paz. “Nossa profunda penetração no *front* de Lenine”, declara com verdadeira jactância o príncipe Lvov, “tem, segundo minha íntima convicção, importância infinitamente maior para a Rússia do que a penetração dos alemães no *front* sudoeste...” O honorável chefe do Governo parecia-se bastante com o camareiro Rodzianko na incapacidade para discernir quando era melhor calar-se.

Se nos dias 3 e 4 de julho tivéssemos conseguido deter as massas que se manifestavam, esta manifestação teria, inevitavelmente, explodido como resultado da penetração de Tarnopol. Um atraso de poucos dias teria, entretanto, trazido importantes modificações na situação política. O movimento, subitamente, assumiria proporções mais vastas, estendendo-se não somente às províncias, mas, também, em medida mais ampla, ao *front*. A política do governo ficaria a descoberto e seria muito mais difícil lançar a culpa sobre os “traidores” da retaguarda. A situação do Partido Bolchevique

seria muito mais vantajosa sob todos os aspectos. Entretanto, mesmo em tal caso, não se poderia pensar na conquista imediata do poder. Somente uma coisa pode-se afirmar com certeza: se o movimento tivesse explodido oito dias mais tarde a reação não teria podido manifestar-se de um modo tão vitorioso, em julho. Foi precisamente o “misterioso encadeamento” das datas da manifestação e da penetração no *front* que se explorou, ao completo, contra os bolcheviques. A onda de indignação e de desespero que afluía do *front* chocou-se contra a onda das esperanças perdidas que refluiu de Petrogrado. A lição que as massas receberam, na capital, foi por demais severa para que se pudesse pensar em retomar imediatamente a luta. Entretanto, a aguda irritação provocada pela estúpida derrota procurava uma saída. E os patriotas, em certa medida, conseguiram dirigi-la contra os bolcheviques.

Tanto em abril, como em junho e julho, os principais personagens que ocupavam a cena eram os mesmos: liberais, conciliadores, bolcheviques. As massas, em todas as etapas, esforçavam-se por afastar a burguesia do poder. A diferença, todavia, entre as consequências políticas da intervenção das massas nos acontecimentos era enorme. O resultado das Jornadas de Abril, foi a burguesia quem sofreu: a política de anexações foi condenada, pelo menos em palavras, e o Partido Cadete foi humilhado ao tomarem-lhe a pasta dos Negócios Estrangeiros. Em junho, o movimento teve resultado nulo: levantaram apenas os punhos contra os bolcheviques, mas o golpe não foi desfechado. Em julho o partido dos bolcheviques foi acusado de traição, cindido, proibiram-lhe a água e o fogo. Se, em abril, Miliukov pulou fora do Governo, em julho Lenine viu-se obrigado a procurar refúgio clandestino. O que foi, então, que determinou uma tão brusca mudança no espaço de dez semanas? É absolutamente evidente que, nos círculos dirigentes, uma séria evolução produziu-se, no sentido da burguesia liberal. Ora, foi precisamente durante esse período, abril/julho, que a opinião das massas se modificou bruscamente no sentido dos bolcheviques. Esses dois processos antagônicos desenvolviam-se numa estreita dependência mútua. Quanto mais os operários e os soldados se uniam em torno dos bolcheviques, tanto mais os conciliadores viam-se obrigados a sustentar, resolutamente, a burguesia. Em abril, os líderes do Comitê Executivo, preocupando-se com a influência que deviam preservar, poderiam ainda dar um passo ao encontro das massas e jogar fora Miliukov, munido,

é verdade, de um sólido salva-vidas. Em julho, os conciliadores, unidos à burguesia e aos oficiais, malhavam os bolcheviques. A modificação da relação de forças era provocada, ainda desta vez, pela reviravolta do menos estável dos elementos políticos, a democracia pequeno-burguesa, devido à brusca evolução no sentido da contrarrevolução burguesa.

Mas, se foi assim, agiram acertadamente os bolcheviques unindo-se à manifestação e assumindo a responsabilidade? A 3 de julho Tomsky comentava o pensamento de Lenine: “Não se pode falar, neste momento, em manifestação armada sem desejar uma nova Revolução.” Como então o partido, algumas horas mais tarde, punha-se à frente de uma manifestação armada sem fazer apelo algum à nova Revolução? Um doutrinário veria nisso uma inconseqüência, ou então, e ainda pior, uma leviandade política. Foi assim que, por exemplo, Sukhanov considerou o caso e, em suas *Notas*, consagrou grande número de linhas irônicas às oscilações da direção bolchevique. Ora, as massas intervêm nos acontecimentos não de acordo com as instruções doutrinárias, mas quando a intervenção decorrer do próprio desenvolvimento político delas. A direção bolchevique compreendia que a situação política só poderia ser modificada por meio de nova Revolução. Entretanto, os operários e os soldados ainda não o compreendiam. A direção bolchevique compreendia claramente que era necessário dar às grandes reservas o tempo de tirarem suas conclusões sobre a aventura da ofensiva. As camadas mais adiantadas, entretanto, saíam às ruas precisamente influenciadas pela aventura. Um radicalismo, e dos mais profundos, nos fins, combinava-se com as ilusões a respeito dos métodos. As advertências dos bolcheviques não obtinham resultado. Os operários e os soldados de Petrogrado só poderiam verificar a situação de acordo com a própria experiência. A manifestação armada foi, justamente, a verificação disso. Todavia, independentemente da vontade das massas, a experiência poderia transformar-se em batalha decisiva e, em seguida, em derrota decisiva. Perante tal situação o partido não poderia permanecer ao largo. Lavar as mãos no caminho de um julgamento estratégico significaria, simplesmente, abandonar os operários e os soldados aos próprios inimigos. O partido das massas deveria colocar-se no terreno em que se colocavam as massas a fim de ajudá-las a assimilar as deduções indispensáveis com o menor número de perdas possível sem participar absolutamente das ilusões de-

las. Trotsky, na imprensa, respondia às inúmeras críticas sobre as Jornadas: “Não julgamos necessário justificar-nos perante quem quer que seja do fato de não nos havermos mantido ao largo, na expectativa, deixando ao general Polovtsev a possibilidade de ‘conversar’ com os manifestantes. Em todo o caso, a nossa intervenção não poderia, de forma alguma, aumentar o número de vítimas, nem transformar a manifestação armada, caótica, em insurreição política.”

Encontramos a prefiguração das Jornadas de Julho em todas as revoluções antigas com resultados diversos, de um modo geral desfavoráveis e, frequentemente, catastróficos. Etapa desse gênero é inerente ao mecanismo de uma Revolução burguesa, na medida em que a classe que mais se sacrifica pelo seu sucesso, e nesse sucesso, põe as maiores esperanças, dela menos se beneficia. A lógica do *processus* é absolutamente clara. A classe possuidora, colocada no poder pela Revolução, inclina-se a considerar que, dali por diante, a Revolução preencheu completamente sua missão e passa a preocupar-se, apenas, em provar sua boa intenção às forças da reação. A burguesia “revolucionária” provoca a indignação das massas populares através das medidas com as quais ela tenta conquistar as boas graças das classes que foram por ela derrubadas. A desilusão das massas manifesta-se imediatamente, antes mesmo que a vanguarda tenha tido tempo de recuperar o alento após os combates revolucionários. O povo acredita ser possível, por meio de novo golpe, completar ou corrigir aquilo que realizou anteriormente com pouca decisão. Daí um impulso para nova Revolução, sem preparo suficiente, sem programa, sem levar em conta as reservas, sem refletir sobre as consequências. Por outro lado, a camada burguesa que chegou ao poder parece tão somente espreitar um impulso tumultuoso vindo da base para tentar um definitivo encontro de contas com o povo. Tal é a base social e psicológica da meio-revolução que, por mais de uma vez na História, constituiu o ponto de partida para uma contrarrevolução vitoriosa.

A 17 de julho de 1791, Lafayette mandou atirar, no Campo de Marte, sobre a manifestação pacífica de republicanos que tentavam apresentar uma petição à Assembleia Nacional, Assembleia que dissimulava a felonía do poder real, da mesma forma que os conciliadores russos, 126 anos mais tarde, dissimulavam a felonía dos liberais. A burguesia monarquista esperava, por meio de uma repressão sangrenta em tempo oportuno, acabar

de uma vez para sempre com o partido da Revolução. Os republicanos, não se sentindo suficientemente fortes para conseguirem a vitória, esquivaram-se ao combate, o que era perfeitamente razoável. Apressaram-se, mesmo, em retirar a sua solidariedade aos peticionários, o que era, de fato, uma indignidade e um erro. O regime do terror burguês obrigou os jacobinos a se manterem quietos durante alguns meses. Robespierre encontrou refúgio em casa do marceneiro Duplay, Desmoulins escondeu-se, Danton passou algumas semanas na Inglaterra. Mas a provocação realista, entretanto, não obteve sucesso: a repressão do Campo de Marte não impediu que o movimento republicano alcançasse a vitória. A grande Revolução Francesa teve assim suas Jornadas de Julho, tanto no sentido político quanto no calendário.

Cinquenta e sete anos mais tarde, as Jornadas de Julho deram-se, na França, no mês de junho e assumiram um caráter incomparavelmente mais grandioso e trágico. As jornadas chamadas de “Julho de 1848” originaram-se com força irresistível na insurreição de Fevereiro. A burguesia francesa proclamou, no momento da vitória, “o direito ao trabalho”, tal como vinha anunciando coisas magníficas desde 1789, e, do mesmo modo como em 1914 jurou que se tratava da última guerra que empreendia. Do direito ao trabalho, pomposamente proclamado, saíram as miseráveis oficinas nacionais em que 100.000 operários, após conquistarem o poder para os patrões, ganhavam 23 soldos por dia. Algumas semanas após, a burguesia republicana, generosa em palavras, porém avarenta em moedas, já não mais achava expressões que fossem bastante ofensivas para lançarem contra “vadios” que viviam à custa da ração da fome nacional. Na profusão das promessas de fevereiro e nas provocações conscientes que precederam junho, transparecem as características nacionais da burguesia francesa. Ainda que tal não acontecesse, os operários parisienses, que empunhavam o fuzil desde fevereiro, não teriam podido evitar qualquer reação diante da contradição entre o programa pomposo e a realidade lamentável, nem diante do intolerável contraste que os atingia, quotidianamente, tanto no estômago quanto na consciência. Com que perversidade tranquila e mal dissimulada, com o conhecimento de toda a sociedade dirigente, Cavaignac deixou progredir o levante criando condições de esmagá-lo de maneira mais definitiva! Houve nada menos de 12.000 operários massacrados pela burguesia republicana, nada menos de 20.000 encarcerados, a fim de que os demais se desgostassem

daquele “direito ao trabalho” que a própria burguesia havia proclamado. Sem planos, programas, direção, as Jornadas de Junho de 1848 assemelham-se a um poderoso e inelutável reflexo do proletariado comprimido pelas mais elementares necessidades e ofendido nas mais altas esperanças. Os operários insurretos foram não somente esmagados, como também caluniados. Flaucon, democrata de esquerda e camarada de ideias de Ledru-Rollin (este último precursor de Tseretelli), assegurava à Assembleia Nacional que os revoltosos foram comprados pelos monarquistas e pelos governos estrangeiros. Os conciliadores de 1848 não precisavam da atmosfera de guerra para descobrirem nos bolsos dos amotinados o ouro da Inglaterra e da Rússia. E, assim, os democratas abriram caminho ao bonapartismo.

Entre a explosão terrível da Comuna e o golpe de Estado de setembro de 1870, existe uma relação análoga à das Jornadas de Junho com a Revolução de Fevereiro de 1848. A insurreição de março levada a efeito pelo proletariado parisiense, não foi, absolutamente, resultado de qualquer cálculo estratégico. Ela surgiu da combinação trágica de circunstâncias, completada por uma daquelas provocações para as quais se mostra a burguesia francesa tão engenhosa quando o medo aguilha sua pérfida vontade. Contra os planos da camarilha dirigente que se esforçava, primordialmente, por desarmar o povo, os operários desejavam garantir a defesa de Paris, que eles pela primeira vez tentavam transformar na Paris “deles”, operários. A guarda nacional propiciava-lhes uma organização armada, muito semelhante ao tipo soviético, e uma direção política sob forma do Comitê Central soviético. Em consequência de condições objetivas desfavoráveis, e de erros políticos, achou-se Paris em oposição à França; não compreendido, nem apoiado, e parcialmente traído diretamente pelas províncias, caiu ele em mãos do exasperado povo de Versalhes, que Bismarck e Moltke apoiavam por detrás das cortinas. Os corrompidos e derrotados oficiais de Napoleão III mostraram-se incomparáveis carrascos a serviço da meiga Marianne, que os prussianos, de botas grosseiras, acabavam de libertar dos abraços do pseudo-Bonaparte. Na Comuna de Paris, por ação reflexa, o protesto do proletariado contra a impostura da Revolução burguesa atingiu, pela primeira vez, o nível da insurreição proletária, porém apenas subiu, para cair imediatamente.

A semana spartaquista, de janeiro de 1919, em Berlim, pertence ao tipo das semirrevoluções intermediárias, semelhantes às Jornadas de Julho

em Petrogrado. Em consequência da situação predominante do proletariado na composição da nação alemã, e principalmente em sua economia, a insurreição de novembro entregou, automaticamente, a soberania do Estado a um Conselho de operários e de soldados. Mas o proletariado identificava-se, politicamente, com a socialdemocracia que, por sua vez, se identificava com o regime burguês. O partido independente ocupava, na Revolução alemã, o lugar que pertencia, na Rússia, aos socialistas revolucionários e aos mencheviques. O que ali faltava era um partido bolchevique.

Depois de 9 de novembro, cada dia despertava, paulatinamente, nos operários alemães, a sensação nítida de que qualquer coisa lhes fugia das mãos, esquivando-se, escoando-se por entre os dedos. O esforço para conservar as posições conquistadas, nelas fortificar-se e oferecer resistência, aumentava dia a dia, semelhante tendência para a defensiva constituía os fundamentos dos combates de janeiro de 1919. A semana spartaquista não começou segundo cálculo estratégico do partido, mas sob pressão da base revoltada. Desencadeou-se em consequência de questão de terceira ordem, a respeito da manutenção do chefe de polícia em seu posto, se bem que, pelas tendências que apresentava, representasse o início de nova insurreição. Ambas as organizações que participavam da direção, os spartaquistas e os independentes de esquerda, foram apanhados de improviso, avançaram muito além do que desejavam, e, no entanto, não conseguiram ir até o fim. Os spartaquistas ainda eram fracos para assumirem, por eles próprios, a direção. Os independentes de esquerda estacavam, diante daqueles únicos métodos que os poderiam levar aos fins que se propunham, hesitavam e brincavam com a insurreição, combinando-a com entendimentos diplomáticos.

A derrota de janeiro, quanto ao número de vítimas, longe ficou de alcançar os algarismos elevados das Jornadas de Julho em França. A significação política de uma derrota, entretanto, não se mede, apenas, pela estatística dos homens mortos e fuzilados. Basta ver que o jovem Partido Comunista se achou fisicamente decapitado, e que o partido independente se mostrou, em virtude da própria natureza de seus métodos, incapaz de conduzir o proletariado à vitória. De um ponto de vista histórico mais amplo, as Jornadas de Julho decorreram, na Alemanha, em diferentes fases: a semana de janeiro de 1919, as Jornadas de Março de 1921, a retirada,

de outubro de 1923. Toda a história ulterior da Alemanha decorreu desses acontecimentos. A Revolução não concluída viu-se enxertada no fascismo.

No momento em que estas linhas estão sendo escritas – começos de maio de 1931 – a Revolução incruenta, gloriosa, pacífica (a lista dos adjetivos é sempre a mesma), prepara na Espanha, a nossos olhos, suas Jornadas de Junho, se considerarmos o calendário francês, ou então as Jornadas de Julho, segundo o calendário russo. O Governo Provisório de Madri, nadando em frases que geralmente parecem traduzidas do russo, promete tomar amplas medidas contra o desemprego e contra a penúria nos campos, mas não ousa tocar em quaisquer das velhas chagas sociais. Os socialistas de coligação ajudam os republicanos a sabotarem os problemas da Revolução. Será difícil prever um crescimento febril no grau de exasperação dos operários camponeses? A falta de concordância entre a Revolução das massas e a política das novas classes dirigentes, eis a fonte do conflito irreduzível que, em seu desenvolvimento, ou enterrará a primeira Revolução, isto é, a Revolução de abril, ou provocará a eclosão de uma segunda.

Se bem que o grosso das forças bolcheviques russas, em junho de 1917, pressentissem que ainda era impossível ultrapassar determinado ponto, o estado dos espíritos, entretanto, não era homogêneo. Grande número de operários e soldados tendiam a apreciar os atos em plena evolução, como se refletissem desenlace decisivo. Metelev, em suas memórias, redigidas cinco anos mais tarde, expõe o sentido dos acontecimentos, nos termos que se seguem: “Nesse levante, nosso grande erro foi o de propor ao Comitê Executivo dos conciliadores que tomasse o poder... Em vez de oferecer-lhe teria sido preferível que nós o tomássemos. Nosso segundo erro pode-se dizer que foi o fato de havermos desfilado pelas ruas, quase que ininterruptamente, durante 48 horas, em vez de ocuparmos, de assalto, todas as instituições, todos os palácios, todos os bancos, todas as estações ferroviárias, o telégrafo, e de prendermos todo o Governo Provisório”, etc. Caso se tratasse, realmente, de insurreição, essas afirmações seriam incontestáveis. Mas transformar o movimento de julho em insurreição teria sido, seguramente, promover o enterro da Revolução.

Os anarquistas que concitavam aos combates alegavam que “a insurreição de fevereiro produzira-se, ela também, independentemente da direção dos partidos”. A insurreição de fevereiro já tinha tarefas resolvidas,

elaboradas pelas lutas de gerações e, acima daquele levante, erigiam-se a sociedade liberal de oposição e a democracia patriota, herdeiros indicados do poder. O movimento de julho, ao contrário, tinha que desbravar um caminho histórico inteiramente novo. Toda a sociedade burguesa, inclusive a democracia soviética, era-lhe irredutivelmente hostil. A diferença radical entre as condições de uma Revolução burguesa e as de uma Revolução operária, ou não eram percebidas, ou não eram compreendidas pelos anarquistas.

Se o Partido Bolchevique, teimando em julgar doutrinarmente “inoportuno” o movimento de julho, tivesse voltado as costas às massas, a semi-insurreição teria, inevitavelmente, caído nas mãos da direção dispersiva e sem planejamento dos anarquistas, dos aventureiros, de intérpretes ocasionais da indignação das massas, e teria derramado todo o seu sangue em convulsões estéreis. Se o partido, em compensação, colocando-se à frente dos metralhadores e dos operários de Putilov, tivesse renunciado ao julgamento sobre a situação no seu todo, e tivesse deslizado pelo caminho dos combates decisivos, a insurreição, indubitavelmente, teria alcançado amplitude audaciosa, e os operários e os soldados, sob a direção dos bolcheviques, ter-se-iam, todavia, apoderado do poder, tão somente para prepararem o desmoronamento da Revolução. A questão do poder transportada para a escala nacional não teria sido, como em fevereiro o foi, resolvida por simples vitória em Petrogrado. As províncias não teriam acompanhado de perto a capital. O *front* não teria compreendido, nem aceitado, a mudança de regime. As estradas de ferro e o telégrafo teriam passado ao serviço dos conciliadores contra os bolcheviques. Kerensky e o quartel-general teriam criado um poder para o *front* e para as províncias. Petrogrado seria bloqueada. Dentro de suas próprias muralhas iniciar-se-ia a desagregação. O Governo teria a possibilidade de lançar, contra Petrogrado, massas consideráveis de soldados. E, em semelhantes condições, a insurreição terminaria na tragédia de uma Comuna de Petrogrado.

Em julho, por ocasião da bifurcação dos caminhos históricos, somente a intervenção do partido dos bolcheviques eliminou as duas variantes de um perigo fatal: a que conduzia a uma espécie de Jornadas de Junho de 1848, e a que enveredava no sentido da Comuna de Paris de 1871. Foi por ter audaciosamente encabeçado o movimento que o partido obteve a possibilidade de represar as massas no momento em que a mani-

festação começava a transformar-se em comprometimento geral de forças armadas. O golpe assestado em julho, contra as massas e contra o partido, foi muito grave. Mas não era golpe decisivo. Houve dezenas de vítimas, porém nunca dezenas de milhares. A classe operária, ao sair da prova, não estava nem decapitada nem exangue. Conservou integralmente os quadros de combate, e esses quadros aprenderam muito.

No decurso das Jornadas de Fevereiro, revelou-se todo o trabalho anteriormente executado pelos bolcheviques durante longos anos, e os operários adiantados, educados pelo partido, encontraram o lugar que lhes cabia na luta; mas não havia ainda qualquer direção imediata proveniente do partido. Nos acontecimentos de abril as palavras de ordem do partido descobriram a força dinâmica de que estavam possuídas, porém o movimento, em si mesmo, evolui espontaneamente. Em junho, exteriorizou-se a influência enorme do partido, mas as massas ainda marchavam dentro dos quadros de manifestação oficialmente organizada pelos adversários. Foi somente em julho, após experimentar em si mesmo a forças da pressão das massas, que o Partido Bolchevique saiu à rua contra todos os demais partidos, e determinou o caráter essencial do movimento, não somente devido às palavras de ordem, como também através de uma direção organizadora. A importância de uma vanguarda de fileiras cerradas aparece, pela primeira vez, com toda a sua força, no decurso das Jornadas de Julho, quando o Partido – pagando caro – ao preservar o proletariado de um esmagamento, garantiu tanto o futuro da Revolução quanto seu próprio futuro.

“A título de experiência técnica”, escrevia Miliukov, a respeito da importância das Jornadas de Julho para os bolcheviques, “a experiência foi para eles, sem dúvida alguma, extremamente útil. Mostrou-lhes com que elementos podiam contar; como deviam organizar tais elementos; e, enfim, que tipo de resistência poderiam opor o governo, o Soviete, e as tropas... Era evidente que, chegado o momento de repetir a experiência, eles o efetuariam de maneira mais sistemática e mais consciente.” Semelhantes termos apreciam, com justeza, a importância do experimento de julho, no desenvolvimento ulterior da política dos bolcheviques. Antes, porém, de utilizar os ensinamentos de julho, o partido deveria passar por algumas semanas extremamente penosas, no decorrer das quais adversários míopes imaginaram que a força dos bolcheviques fora definitivamente quebrada.

.....

Capítulo IV

O MÊS DA GRANDE CALÚNIA

EM PLENA NOITE DE 4 DE JULHO, enquanto cerca de 200 membros de ambos os comitês executivos, o dos operários e soldados e o dos camponeses, se enregelavam em duas sessões igualmente infrutíferas, um sussurro misterioso perpassou por entre eles: haviam sido descobertos indícios da ligação de Lenine com o estado-maior alemão. No dia seguinte, os jornais publicaram documentos denunciadores. Os sombrios augúrios do presidium, atravessando a sala para alcançar os bastidores por detrás dos quais se realizavam incessantes conciliábulos, respondiam, a contragosto e evasivamente, às perguntas, mesmo àquelas que lhes faziam os mais íntimos. No Palácio de Táuride, quase completamente deserto, pois o público se retirara, manifestou-se nova inquietação. Lenine a serviço do estado-maior alemão? A estupefação, o medo, a maledicência, reagruparam os deputados em pequeninos grupos superexcitados. “Sem dúvida”, observa Sukhanov, muito hostil aos bolcheviques nas Jornadas de Julho, “ninguém, entre todos os homens realmente ligados à Revolução, duvidou, por um instante que fosse, do absurdo de semelhantes rumores.” Mas os homens que tinham passado revolucionário, entre os membros do Comitê Executivo constituíam minoria ínfima. Os revolucionários de março, elementos

acidentais, arrastados pelos primeiros vagalhões, chegavam mesmo a predominar nos próprios órgãos dirigentes do Soviete. Entre os provincianos, escrivães, comerciantes, síndicos, encontravam-se deputados que sensivelmente deixavam transcender o espírito cem-negros. Esses últimos abriram o verbo: sabiam muito bem haviam previsto que era justamente isto que se devia esperar!

Atordoados pela feição imprevista e excessivamente brusca assumida pelas circunstâncias, os líderes tentaram ganhar tempo. Cheidze e Tseretelli, pelo telefone, convidavam as redações dos jornais a se absterem de publicar as revelações sensacionais, porque ainda “não haviam sido confirmadas”. Nenhuma redação ousou desobedecer ao “convite” do Palácio de Táuride, com exceção apenas de uma: o pequeno jornal impresso em papel amarelo, pertencente a um dos filhos de Suvorin, o poderoso editor de *Novoe Vremya** forneceu aos seus leitores, no dia seguinte, um documento de tonalidade oficiosa no qual afirmava que Lenine recebia do Governo alemão diretivas e dinheiro. A brecha fora aberta, e, apesar da interdição, toda a imprensa, um dia depois, enchia-se com a informação sensacional. Foi assim que se abriu o mais inverossímil dos episódios daquele ano fértil em acontecimentos: os líderes do partido revolucionário que, durante dezenas de anos, haviam consagrado a vida a lutar contra os poderosos deste mundo, coroados ou não, viam-se apontados ao país e ao universo como agentes remunerados de Hohenzollern. A calúnia, de envergadura inaudita, foi lançada ao mais profundo das massas populares cuja esmagadora maioria ouviu pronunciar, pela primeira vez, após a insurreição de fevereiro, os nomes dos líderes bolcheviques. A difamação transformou-se em fator político de primeira ordem. Eis por que se torna indispensável estudar com maior atenção seu mecanismo.

O documento sensacional tivera, como fonte inicial, os depoimentos de um certo Ermolenko. A figura desse herói é desenhada, com grande nitidez nas informações oficiais: durante o período entre a guerra, russo-japonesa e o ano de 1913 – agente de contraespionagem; em 1913, posto em disponibilidade, por motivos desconhecidos, com a patente de

* *Tempo Novo* [Nota da tradutora.]

subtenente; chamado ao *front* em 1914, deixou-se aprisionar valorosamente e aceitou o encargo da fiscalização policial de seus próprios camaradas. O regime do campo de concentração não correspondia, entretanto, aos seus gostos de espião policial e, “a instância de seus camaradas” – segundo ele próprio declarou – passou ao serviço dos alemães, claro está que com as melhores intenções patrióticas. Abriu-se novo capítulo em sua vida. A 25 de abril, o subtenente foi “remetido” pelas autoridades militares alemãs, através do *front* russo, com a missão de fazer saltar as pontes, de enviar relatórios de espionagem, de militar a favor da independência da Ucrânia e de promover a agitação em benefício da paz em separado. Os capitães Shiditski e Liebers, oficiais alemães que haviam comprado Ermolenko para tais serviços, informaram-lhe, como que por acaso, e sem qualquer utilidade prática, e evidentemente apenas para encorajá-lo, que, além dele, subtenente, havia ainda a trabalhar, no mesmo sentido, na Rússia.... Lenine. Essa é a base de todo o caso.

Quem ou o que teria sugerido a Ermolenko o depoimento que fez contra Lenine? Como quer que seja, o certo é que não foram oficiais alemães. Basta uma simples aproximação de datas e de fatos para introduzir-nos em pleno laboratório mental do subtenente. A 4 de abril, Lenine publicara as famosas teses que traduziam declaração de guerra ao regime de fevereiro. A 20 e a 21 realizou-se manifestação armada, contra o prolongamento da guerra. A perseguição contra Lenine aumentava sem tréguas. A 25, Ermolenko foi “enviado para o outro lado do *front* e, na primeira quinzena de maio, tomou impulso com o serviço de espionagem russa do grande quartel-general. Nos jornais, artigos equívocos, a demonstrarem que a política de Lenine era vantajosa para o cáiser, deixavam entrever que Lenine era um agente da Alemanha. No *front*, os oficiais e os comissários, lutando contra o insuperável “bolchevismo” dos soldados, escolhiam, ainda menos cerimoniosamente, as expressões que usavam quando falavam de Lenine. Ermolenko mergulhou imediatamente nesta caudal. Que tenha inventado qualquer frase sem lógica a respeito de Lenine, que esta frase lhe tenha sido segredada por um provocador ou que tenha sido confeccionada de acordo com o próprio Ermolenko, pelos agentes da contraespionagem, pouco importa. A procura das difamações relativas aos bolcheviques reforçara-se de tal maneira, que a oferta, não podia deixar de aparecer. O chefe

de estado-maior do quartel-general, o general Denikin, futuro generalíssimo dos brancos na guerra civil, e que em nada era superior aos agentes da contraespionagem czarista, em se tratando de perspicácia, atribuiu, ou aparentou atribuir, grande importância ao depoimento de Ermolenko e, a 16 de maio, comunicou em carta bem apropriada ao ministro da Guerra. É de acreditar-se que Kerensky teve qualquer troca de ideias com Tseretelli e Cheidze, os quais não conseguiram conter a nobre revolta: explica-se assim, evidentemente, o fato de o caso não ter seguido seu curso. Kerensky escreveu mais tarde que, se Ermolenko tinha revelado a ligação de Lenine com o estado-maior alemão, ele o fizera, entretanto, “sem provas convincentes”. O depoimento Ermolenko-Denikin ficou escondido durante seis semanas. A contraespionagem despediu Ermolenko como elemento queimado e o subtenente apressou-se a partir para o Extremo Oriente, onde iria beber todo o dinheiro recebido de duas fontes diferentes.

Os acontecimentos das Jornadas de Julho, tendo evidenciado, em toda a sua amplitude, o formidável perigo do bolchevismo, reavivaram a lembrança das denúncias de Ermolenko. Foi ele convocado, com urgência, para que viesse de Blagoveshchensk onde se achava, mas, graças à falta de imaginação que demonstrou, não pôde, apesar de todos os estímulos recebidos, acrescentar uma única palavra aos seus depoimentos primitivos. Entrementes a justiça e a contraespionagem já se achavam em pleno trabalho. A respeito das possíveis relações criminosas dos bolcheviques, interrogavam políticos, generais, guardas, mercadores, e um número infinito de pessoas das mais diversas profissões. Os alertados agentes da polícia czarista conduziram-se, no decurso daquele inquérito, muito mais prudentemente do que os representantes recentemente treinados, da Justiça democrática! “Informações”, escrevia o antigo chefe da Okrana de Petrogrado, o imponente general Glebathev, “segundo as quais Lenine teria trabalhado dentro da Rússia com o fim de prejudicar o país e graças ao auxílio de dinheiro alemão, não foram encontradas nos serviços da polícia secreta, pelo menos durante todo o tempo em que eu ali exercia minhas funções.” Yakubov, outro alto funcionário policial, chefe da seção de contraespionagem da circunscrição militar de Petrogrado, dizia em seu depoimento: “Nada sei a respeito de qualquer ligação de Lenine, e de seus asseclas, com o estado-maior geral alemão, assim como nada sei a respeito dos recursos com que

trabalhava Lenine.” Dos serviços da polícia militar czarista, que haviam fiscalizado o bolchevismo desde o nascedouro, nada se pôde tirar de útil.

Entretanto, quando homens, sobretudo armados do poder, insistem em procurar, acabam sempre achando alguma coisa, no final de tudo. Um certo Z. Burstein, oficialmente classificado como mercador, abriu os olhos do Governo Provisório para “determinada organização alemã de espionagem, sediada em Estocolmo, e à frente da qual se achava Parvus”, socialdemocrata alemão, muito conhecido e de origem russa. A acreditar-se nos depoimentos de Burstein, Lenine se achava em relações com aquela organização, por intermédio dos revolucionários poloneses Ganetsky e Kozlovsky. Kerensky ulteriormente escreveu: “Informações extremamente sérias mas que, infelizmente, não possuíam caráter jurídico, porque provinham de agências de espionagem, deviam obter confirmação incontestável quando da chegada à Rússia de Ganetsky, que estava com ordem de prisão na fronteira, e iriam transformar-se em dossiê judiciário, bastante convincente, contra o estado-maior bolchevique.” Kerensky sabia, com antecipação, em que esse fato se transformaria.

Os depoimentos do mercador Burstein referiam-se a operações comerciais de Ganetsky e de Kozlovsky, entre Petrogrado e Estocolmo. Essa espécie de negócio de tempo de guerra, que certamente usava na correspondência termos convencionais, não tinha relação alguma com a política. O Partido Bolchevique nada tinha a ver com esse comércio. Lenine e Trotsky, pela imprensa, denunciavam Parvus que tentava combinar bons negócios e má política, e convidavam os revolucionários russos a romper quaisquer relações com aquele cidadão. Quem, entretanto, teria a possibilidade de esclarecer tudo aquilo, em pleno turbilhão dos acontecimentos? Uma organização de espionagem em Estocolmo – soava bem. E a luz, desajeitadamente acesa pelo subtenente Ermolenko, foi reavivar-se do lado oposto. Na verdade, ainda aqui encontraram bastantes dificuldades. O chefe de seção de contraespionagem do estado-maior, o príncipe Turkestanov, interrogado pelo juiz Alexandrov, encarregado do inquérito, e ao qual competiam todos os casos de importância especial, respondeu que “Z. Burstein era indivíduo que não merecia confiança. Burstein é o tipo de empreendedor de altos negócios escusos, a quem não repugna qualquer função.” Acaso, a má reputação de Burstein poderia impedir que se tentas-

se macular a reputação de Lenine? Não, Kerensky não hesitou em declarar os depoimentos de Burstein “extremamente sérios”. O inquérito, a partir de então, enveredou pela pista de Estocolmo. As denúncias do subtenente que servia, concomitantemente, a dois estados-maiores, e as do equívoco homem de negócios, que “não merecia a menor confiança”, serviram de base à mais fantástica das acusações que foram feitas contra o partido revolucionário que um povo de 160 milhões de homens se preparava para elevar ao poder.

De que maneira, entretanto, os dados prévios do inquérito foram cair na imprensa, e justamente na ocasião em que a ofensiva fracassada de Kerensky começava a transformar-se em catástrofe, ao passo que a manifestação de julho em Petrogrado revelava a ascensão irresistível dos bolcheviques? Um dos iniciadores do atentado, o procurador Bessarabov, narrou, mais tarde, com toda a franqueza, pela imprensa, que, devido à completa ausência de forças militares fiéis ao Governo Provisório, revelada em Petrogrado, resolvera-se, no estado-maior da região, provocar, se fosse possível, uma reviravolta psicológica nos regimentos, graças ao emprego de grandes meios. “Os representantes do Regimento Preobrazhensky, que era o mais ligado ao estado-maior, receberam comunicação apenas do que de essencial constava nos documentos: os assistentes puderam convencer-se da impressão formidável que a divulgação produziu. A partir daquele momento viu-se claramente de que arma poderosa o governo dispunha.” Após uma verificação experimental tão bem sucedida, os conspiradores da Justiça, do estado-maior, e da contra-espionagem, apressaram-se a pôr o ministro da Justiça a par da descoberta. Pereverzev respondeu que não era possível redigir um comunicado oficial, mas, quanto aos membros atuais do Governo Provisório, “ninguém suscitaria obstáculos à iniciativa privada”. Os nomes dos oficiais do estado-maior, e dos funcionários da justiça, foram, não sem razão, reconhecidos como pouco compatíveis com os interesses da causa: para lançar em circulação qualquer calúnia sensacional era necessário “um homem político”. Na esfera da iniciativa privada, os conspiradores descobriram, sem dificuldade, o homem de quem precisavam. Antigo revolucionário, deputado à II Duma, orador tonitruante e caluniador apaixonado, Alexinsky, durante algum tempo, pertencera à extrema-esquerda dos bolcheviques. Lenine, a seus olhos, era um incorri-

gível oportunista. Durante os anos da reação Alexinsky criara um pequeno grupo ultraesquerdista, à frente do qual ele se mantivera na emigração, até à guerra, para, logo após o início das hostilidades, tomar uma posição ultrapatriótica e dedicar-se, em seguida, à especialidade de denunciar todo o mundo e qualquer pessoa como vendidos ao cáiser. Nesse sentido, em Paris, dedicou-se a uma extensa atividade policial-militar, em conivência com patriotas russos e franceses da mesma laia. A Associação parisiense dos jornalistas estrangeiros, isto é, dos correspondentes dos países aliados e neutros, associação excessivamente patriota e nada rigorista, viu-se forçada a declarar, por meio de uma resolução especial, Alexinsky como “caluniador desonesto” e também a expulsá-lo de seu próprio meio; Alexinsky que, após a insurreição de fevereiro, voltou a Petrogrado com esse atestado, tentou, devido à sua qualidade de antigo homem de esquerda, introduzir-se no Comitê Executivo. Apesar de toda a indulgência que lhes era peculiar, os mencheviques e os socialistas revolucionários decidiram, a 11 de abril, fechar as portas a Alexinsky, convidando-o a tentar reabilitar-se. Era muito fácil de dizer! Concluindo que seria muito mais fácil difamar os outros do que se reabilitar, pôs-se Alexinsky em contato com a contraespionagem e proporcionou aos seus instintos caluniadores uma expansão no plano estatal. Desde a segunda quinzena de julho ele começou a apertar, nos elos de suas calúnias, também os mencheviques. Dan, líder desses últimos, saindo da posição de expectativa, publicou, no *Izvestia*, órgão oficial do Soviete (22 de junho), uma, carta de protesto: “... É tempo de pôr fim às façanhas de um homem que, oficialmente, foi declarado caluniador desonesto.” Não está bastante claro que Themis, inspirada por Ermolenko e Burstein, não poderia encontrar, entre ela e a opinião pública, melhor intermediário do que Alexinsky? Foi sua assinatura que adornou o documento denunciador.

Nos bastidores, os ministros socialistas protestavam contra a comunicação dos documentos à imprensa, o mesmo acontecendo, aliás, com dois ministros burgueses: Nekrasov e Tereshchenko. No próprio dia da publicação, 5 de julho, Pereversev, de quem o Governo havia algum tempo estava disposto a desembaraçar-se, viu-se forçado a pedir demissão. Os mencheviques faziam crer que isso era uma vitória deles. Kerensky afirmou, mais tarde, que o ministro fora afastado por haver feito, cedo demais, revelações que prejudicaram a marcha das informações. Com a sua saída,

já que não o fez com sua permanência no poder, Pereversev, em todo caso, satisfaz todo mundo.

No mesmo dia, na sessão do birô do Comitê Executivo, Zinoviev se apresentou e, em nome do comitê central dos bolcheviques, exigiu que fossem tomadas imediatamente medidas para reabilitar Lenine e evitar as possíveis consequências da calúnia. O birô não se pôde recusar a constituir uma comissão de inquérito. Escreve Sukhanov: “A comissão compreendia muito bem que se tratava não de saber se Lenine havia vendido a Rússia, porém sim de descobrir a origem da calúnia.” A comissão, entretanto, esbarrou na rivalidade invejosa dos órgãos da justiça e da contraespionagem que tinham suas razões em não desejar intrometimento na esfera de suas atividades. A bem dizer, até aquele momento, os órgãos soviéticos resolviam, sem dificuldades, seus casos com os órgãos governamentais quando a isto se viam obrigados. As Jornadas de Julho, entretanto, provocaram um sério deslocamento do poder para a direita. Além disso, a comissão soviética não se apressava, absolutamente, em resolver um caso que estava em evidente contradição com os interesses políticos de seus mandatários.

Os chefes conciliadores mais sérios, propriamente falando, os mencheviques, preocupavam-se em demonstrar que eles, formalmente, nada tinham a ver com a calúnia, mas não iam além. Todas as vezes que se tornava impossível evitar uma resposta franca eles se apressavam em declarar que não tinham responsabilidade alguma na acusação; mas não empregaram todos os seus esforços para afastar o punhal envenenado que ameaçava a cabeça dos bolcheviques. Uma imagem de política semelhante universalmente conhecida é a conduta do procônsul romano Pôncio Pilatos, nos tempos de outrora. Sim, poderiam agir de outro modo sem se traírem? Foi somente a calúnia lançada contra Lenine que, durante as Jornadas de Julho, afastou dos bolcheviques parte da guarnição. Se os conciliadores tivessem lutado contra a calúnia, o batalhão do Regimento Ismailevich, como se deve pensar, teria deixado de tocar a *Marselhesa* em honra ao Comitê Executivo e voltaria para as casernas, a menos que não se dirigissem para o palácio Kshesinskaia.

Em consonância com a orientação geral dos mencheviques, o ministro do Interior, Tseretelli, que tomou a si a responsabilidade das detenções de bolcheviques que ocorreram de imediato, julgou necessário

declarar, é bem verdade, sob a pressão da fração bolchevique, na sessão do Comitê Executivo, que, pessoalmente, não suspeitava de espionagem dos líderes bolcheviques, mas que os acusava de complô e de insurreição armada. A 13 de julho, Lieber, apresentando uma moção que, no fundo, punha o Partido Bolchevique fora da lei, julgou indispensável fazer a seguinte reserva: “julgo, pessoalmente, que as acusações lançadas contra Lenine e Zinoviev não têm fundamento algum.” Tais declarações eram recebidas por todos sob um silêncio aborrecido: aos bolcheviques elas pareciam indignadamente evasivas e, aos patriotas, supérfluas por serem desvantajosas.

A 17, falando na sessão conjunta dos dois comitês executivos, dizia Trotsky: “Cria-se uma atmosfera insuportável em meio à qual sereis sufocados tanto como nós. Lançam-se imundas acusações contra Lenine e Zinoviev. (Uma voz: “É verdade.” Rumores. Trotsky continua.) Acontece que há na sala homens que aprovam essas acusações. Há neste lugar, homens que apenas penetraram na Revolução. (Barulho. A campanha do presidente esforça-se por restabelecer a ordem.) Lenine durante 30 anos combateu pela Revolução. Eu luto contra a opressão das massas há 20 anos. E nós só podemos sentir ódio contra o militarismo; uma desconfiança, neste sentido, em relação a nós, só pode ser manifestada por quem desconhece o que é ser um revolucionário. Fui condenado por um tribunal alemão a 8 meses de prisão por haver combatido o militarismo alemão... e isso todos o sabem. Não deveis permitir a ninguém, nesta sala, dizer que somos mercenários a serviço da Alemanha, porquanto isto não será a voz de revolucionários convictos mas sim a voz da covardia.” (Aplausos.) Assim foi o episódio apresentado nas publicações antibolchevistas daquela época: – as publicações bolchevistas já haviam sido interditas. É necessário, porém, explicar que os aplausos partiam apenas de um pequeno setor da esquerda; certo número de deputados vociferavam com animosidade e a maioria guardava silêncio. Ninguém, portanto, mesmo dentre os agentes diretos de Kerensky, subiu à tribuna para sustentar a versão oficial da acusação ou, pelo menos, para justificá-la indiretamente.

Em Moscou, onde a luta entre bolcheviques e conciliadores apresentava, em geral, um caráter mais moderado, e que somente em outubro iria apresentar formas ferozes, a sessão conjunta dos dois soviets, o dos operários e o dos soldados, decidiu, a 10 de julho, “publicar e afixar um manifes-

to no qual se denunciaria que a acusação de espionagem imputada à fração bolchevique era uma calúnia e provinha de uma cabala da contrarrevolução”. O Soviete de Petrogrado que dependia mais diretamente das combinações governamentais, não deu nenhum passo, aguardando as conclusões da comissão de inquérito, que, entretanto, não iniciara seus trabalhos.

A 5 de julho, Lenine, numa conversa com Trotsky, fez a seguinte pergunta: “Não irão eles nos fuzilar a todos?” Somente no caso de existir tal propósito poderia explicar-se o referendo oficioso a tão monstruosa calúnia. Lenine acreditava que os inimigos fossem capazes de ir até o fim no caso engendrado por eles e chegava à seguinte conclusão: não nos entreguemos às suas mãos. No dia 6, a noite, chegou Kerensky do *front*, entulhado de sugestões pelos generais, e exigiu medidas decisivas contra os bolcheviques. Lá pelas 2 horas da manhã, o Governo ordenou que comparecessem perante a justiça todos os dirigentes da “insurreição armada” e que se dissolvessem os regimentos que participaram do motim. A patrulha enviada à residência de Lenine, para revistá-la e para prendê-lo, viu-se limitada à revista, porque o locatário não mais se encontrava em casa. Lenine ainda residia em Petrogrado, mas escondia-se em habitação operária e exigia que a comissão de inquérito do Soviete o ouvisse, assim como a Zinoviev, em condições tais que excluíssem qualquer cilada por parte da contrarrevolução. Na declaração enviada à comissão, Lenine e Zinoviev escreviam: “Hoje pela manhã (sexta-feira, 7 de julho)”, foi Kamenev informado, pela Duma, que a comissão compareceria ao local combinado, ainda hoje ao meio-dia. Redigimos essas linhas às seis e meia da tarde de 7 de julho e verificamos que, até o presente momento, a comissão não se apresentou, nem mandou dizer nada... A responsabilidade pelo atraso do inquérito não nos cabe.” A abstenção da comissão do soviete, após a promessa de inquérito, convenceu Lenine definitivamente de que os conciliadores lavavam as mãos, deixando aos guardas-brancos o cuidado da repressão. Os oficiais e os *Junkers*, que durante aquele tempo haviam saqueado a tipografia do Partido, maltratavam e prendiam, em plena rua, quem quer que protestasse contra a acusação de espionagem atribuída aos bolcheviques. Foi então que Lenine decidiu, em definitivo, furtar-se, não do inquérito, porém a possíveis atentados.

A 15, Lenine e Zinoviev explicavam no jornal bolchevique de Kronstadt que as autoridades não haviam ousado interditar a razão pela qual não julgavam possível entregar-se em mãos do poder: “Segundo uma carta de Pereverzev, ex-ministro da Justiça, publicada domingo no jornal *Novoe Vremya*, tornou-se perfeitamente claro que o ‘caso’ de espionagem atribuída a Lenine e a outros teve todas as suas peças forjadas, conscientemente, pelo partido da contrarrevolução. Pereverzev confessa abertamente ter dado curso a acusações não comprovadas, com o fim exclusivo de provocar a fúria [expressão literal de Pereverzev] dos soldados contra nosso Partido. Esta é a confissão de quem ainda ontem era ministro da Justiça!... Não há presentemente na Rússia garantia alguma de justiça. Entregar-se às autoridades, seria entregar-se aos Miliukovs, aos Alexinskys, aos Pereverzevs, aos contrarrevolucionários enraivecidos, para os quais todas as acusações lançadas contra nós não passam de simples episódio da guerra civil.” Para destacar o sentido da frase a respeito do “simples episódio” da guerra civil, basta lembrar a sorte de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburgo. Lenine sabia prever.

Enquanto os agitadores do lado inimigo contavam com as mais diversas variantes que Lenine fugira para a Alemanha, ora embarcado num destróier, ora num submarino, a maioria do Comitê Executivo apressou-se a condenar Lenine pelo fato de se haver esquivado ao depoimento. Os conciliadores, deixando de lado a questão do conteúdo político essencial da acusação e das circunstâncias do *pogrom* nas quais e pelas quais a acusação foi formulada, pronunciavam-se como advogados da justiça pura. De todas as posições que lhes restavam esta era a menos desvantajosa. A resolução do Comitê-Executivo, a 13 de julho, não apenas considerava a conduta de Lenine e de Zinoviev “absolutamente inadmissível” como também exigiam da fração bolchevique “uma condenação imediata, clara e categórica” de seus líderes. A fração rechaçou unanimemente a exigência do Comitê Executivo. Entretanto, entre os bolcheviques, pelo menos nas cúpulas, havia quem vacilasse devido ao fato de se haver Lenine se esquivado ao depoimento. Por outro lado, entre os conciliadores, mesmo os que estavam mais à esquerda, a desaparecimento de Lenine provocou indignação geral, nem sempre hipócrita, como vemos pelo exemplo de Sukhanov. Para ele, como se sabe, o caráter de calúnia dos documentos da contraespionagem não

ofereceu, desde o início, a menor dúvida. “A absurda acusação”, escrevia ele, “dissipou-se como fumaça. Ninguém a confirmou em ponto algum e deixaram de nela acreditar.” Para Sukhanov, entretanto, restava ainda um enigma: como Lenine pôde decidir-se a fugir ao interrogatório? “Era algo absolutamente particular, inaudito, incompreensível. Qualquer mortal teria exigido um julgamento e um inquérito a seu respeito, em condições as mais desfavoráveis.” Sim, qualquer mortal. Mas qualquer mortal não poderia tornar-se em objeto de ódio encarniçado, das classes dirigentes. Lenine não era qualquer mortal e nem por um instante esquecia a responsabilidade que assumira, ele sabia tirar de uma situação todas as deduções, ele sabia ignorar as oscilações “da opinião pública”, considerando apenas os fins aos quais sua vida estava subordinada. O quixotismo e a pose eram-lhe igualmente estranhos.

Lenine, acompanhado de Zinoviev, passou algumas semanas nas imediações de Petrogrado, perto de Sestroretsk, numa floresta; passavam a noite ao relento e quando chovia abrigavam-se sob um monte de feno. Disfarçado em maquinista de uma locomotiva, Lenine passou, de trem, a fronteira da Finlândia e escondeu-se no aposento do chefe de polícia de Helsingfors, antigo operário de Petrogrado; em seguida, aproximou-se da fronteira russa, instalando-se em Vyborg. Em fins de setembro, passou a viver clandestinamente em Petrogrado onde deveria, no dia da insurreição e após uma ausência de quase 4 meses, reaparecer na arena, abertamente.

Julho foi o mês da calúnia desenfreada, vergonhosa e vitoriosa; em agosto ela começou a decrescer. Exatamente um mês após a calúnia ter sido lançada, Tseretelli, até para ele mesmo julgou necessário repelir em uma sessão do Comitê Executivo: “Logo no dia seguinte que se seguiu às prisões dei, abertamente, a seguinte resposta à questão dos bolcheviques: – Não julgo os líderes bolcheviques, acusados de haverem instigado o levante de 3-5 de julho, em ligação com o estado-maior alemão.” Não podia dizer menos. Dizer mais seria desvantajoso. A imprensa dos partidos conciliadores não ultrapassou as palavras de Tseretelli. Mas como denunciava ao mesmo tempo encarniçadamente os bolcheviques de serem auxiliares do militarismo alemão, a voz dos jornais conciliadores se confundia, no ponto de vista político, com os uivos de todo o resto da imprensa que tratava os bolcheviques não como “auxiliares” mas como mercenários de Ludendorff.

Os sons mais agudos do coro eram emitidos pelos cadetes. O periódico dos professores liberais moscovitas, *Ruskie Vedamosti**, comunicava que, no decorrer de uma batida na redação do *Pravda*, encontrou-se uma carta escrita em alemão, recebida de Haparanda, na qual um barão “felicitava os bolcheviques pela sua atuação” e previa a “alegria que se sentiria em Berlim”. O barão alemão da fronteira finlandesa sabia muito bem de que espécie de cartas necessitavam os patriotas russos. Informações desse jaez enchiam a imprensa da sociedade culta que se defendia contra a barbárie bolchevista.

Acreditariam os professores e os advogados naquilo que afirmavam? Admiti-lo, pelo menos no que diz respeito aos líderes da capital, seria subestimar demasiadamente o julgamento político dos mesmos. Já que lhes faltavam considerações de princípios e de psicologia, pelo menos simples motivos práticos deveriam revelar-lhes o absurdo da acusação e principalmente das considerações financeiras. Certamente o Governo alemão ajudaria os bolcheviques, não com ideias, mas com dinheiro. Ora, o dinheiro, precisamente, era o que faltava aos bolcheviques. O centro do partido no estrangeiro, durante a guerra, debatera-se em penúria cruel, a ponto de qualquer centena de francos dar-lhe a impressão de quantia importante, o órgão central aparecia uma vez por mês, ou duas, e Lenine vivia a contar, cuidadosamente, as linhas para não ultrapassar o orçamento. As despesas da organização de Petrogrado, durante os anos de guerra, calculavam-se por alguns milhares de rublos empregados principalmente na impressão de boletins ilegais: em dois anos e meio, em Petrogrado, não apareceram senão 300 mil exemplares desses panfletos. Após a insurreição, o afluxo das adesões e dos recursos, como é fácil de compreender, aumentou extraordinariamente. Os operários preenchiam listas de subscrição com muito entusiasmo, em proveito do Soviete e dos partidos soviéticos. “Dotações, depósitos de toda espécie, coletas e cotizações em benefício do soviete”, dizia em relatório ao primeiro congresso dos soviets Bramson, advogado trabalhista, “afluíram ao dia seguinte em que estacou nossa Revolução... Podia-se observar o tão comovente quadro da incessante peregrinação para nosso lado, no Palácio de Tauride, desde a primeira hora do dia até tarde da noite, de toda aquela gente

* *Informações russas*. [Nota da tradutora.]

que vinha efetuar depósitos.” Mais se avançava, mais os operários mostravam-se solícitos em se cotizarem em benefício dos bolcheviques. Entretanto, apesar do crescimento rápido do partido e da receita, o *Pravda* era, de todos os jornais partidários, o que se apresentava com menor formato. Pouco após sua chegada à Rússia, escrevia Lenine a Radek, então em Estocolmo: “Escrevi para o *Pravda* artigos sobre política exterior – arquivados e dentro do espírito do *Pravda* (dispomos de muito pouco espaço e fazemos esforços tremendos para crescer).” Apesar do regime espartano de economia aplicado por Lenine, o Partido não conseguia, sair da penúria. Quando se tratava de autorizar a despesa de 2 ou 3 mil rublos em tempo de guerra, em proveito da organização local, era sempre um problema sério para o comitê central. Para remeter jornais ao *front*, era preciso abrir, constantemente, novas coletas entre os operários. E, não obstante, os jornais bolcheviques alcançavam as trincheiras em quantidades infinitamente menores do que as gazetas dos conciliadores e dos liberais. Do que resultavam queixas ininterruptas: “Vive-se, aqui, praticamente, quase que do ruído que se faz sobre vosso jornal”, escreviam os soldados. Em abril, a conferência local do Partido, em Petrogrado, convocou os operários da capital para coletarem, em 3 dias, os 75 mil rublos que faltavam para que se pudesse comprar uma tipografia. Semelhante soma foi coberta amplamente e o partido conseguiu adquirir sua tipografia, aquela mesma tipografia que os *Junkers* empastelaram completamente em julho. A influência das palavras de ordem bolcheviques expandia-se como se expandem os incêndios nas estepes. Mas os recursos materiais da propaganda permaneciam em escala medíocre. Individualmente, o gênero de vida dos bolcheviques dava ainda menos substância à calúnia. Então, que restava? Nada, finalmente, além da passagem de Lenine através da Alemanha. Justamente esse fato, apesar de ser o mais frequentemente mencionado perante auditórios mal informados, como prova dos entendimentos de Lenine com o Governo alemão, demonstrava, na realidade, o contrário: um agente da Alemanha atravessou o país inimigo às escondidas e sob condições de estrita vigilância; para decidir-se a espezinhar abertamente as leis do patriotismo, em tempo de guerra, não podia haver senão algum que fosse um revolucionário absolutamente seguro de si.

O Ministério da Justiça, entretanto, não estacou diante da execução de tarefa tão ingrata: não fora em vão que herdara do passado qua-

dros educados no último período da autocracia, quando os assassinatos cometidos contra deputados liberais pelos cem-negros, cujos nomes todo o país conhecia, deixavam, sistematicamente, de ser divulgados; e que, em represália, em Kiev, um judeu, caixeiro de loja, era acusado de ter bebido o sangue de uma criança cristã. Assinada pelo juiz de instrução, Alexandrov, preposto aos negócios de importância especial, e de Karinsky, procurador do Palácio de Justiça, foi publicada, a 21 de julho, uma intimação de comparecimento perante o tribunal, por acusação de alta traição, dirigida a Lenine, Zinoviev, Kollontai e a certo número de outras pessoas, entre os quais Helphand (Parvus) socialdemocrata alemão. Os mesmos artigos 51, 100, e 108 do Código Criminal foram em seguida aplicados também a Trotsky e a Lunacharsky, presos a 23 de julho, por patrulhas de soldados. Segundo o texto da intimação, os líderes dos bolcheviques, “em vista de serem cidadãos russos, por entendimento prévio entre os acima mencionados e outras pessoas, com fim de cooperação com estados que se achavam em período de hostilidades com a Rússia, entraram eles em acordo com os agentes dos Estados acima mencionados, para ajudarem na desorganização do exército russo da retaguarda, e para enfraquecerem a capacidade combativa do exército. Pelo que, com os recursos financeiros recebidos daqueles Estados, organizaram eles propaganda no seio da população e das tropas, convidando-as a recusarem imediatamente as operações militares contra o inimigo, e, igualmente, com os mesmos fins, no período que vai de 3 a 5 de julho, organizaram, em Petrogrado, uma insurreição armada...” Se bem que qualquer pessoa capaz de ler, pelo menos na capital, conhecesse naqueles dias as condições segundo as quais Trotsky chegara de Nova York a Petrogrado, passando por Cristiânia e por Estocolmo, o juiz de instrução atribuía também a ele o crime de haver atravessado a Alemanha. A justiça, evidentemente, não queria que subsistisse dívida alguma quanto ao valor dos documentos que a contraespionagem pusera a sua disposição.

A instituição da contraespionagem em parte alguma do mundo pode ser tida como sementeira de moralidade. Na Rússia ela era a cloaca do regime rasputiniano. Os rebotalhos do corpo de oficiais, da política militar, da guarda civil, dos agentes expulsos do Serviço Secreto constituíam os quadros daquela instituição ignara, infame e todo-poderosa. Coronéis, capitães e tenentes, incapazes dos feitos próprios aos combatentes, haviam

inserido, nas próprias atribuições, todos os domínios da vida social e política, criando por toda a extensão do país a feudalidade da contraespionagem. “A situação tornou-se verdadeiramente catastrófica”, declara, lamentando-se, Kurlov, antigo diretor da polícia, “quando, na direção dos negócios civis, começou a intervir a célebre contraespionagem.” O próprio Kurlov possuía, em seu ativo, um número respeitável de negócios tenebrosos, destacando-se a participação indireta no assassinato do primeiro-ministro Stolipin; não obstante, a atividade da contraespionagem fazia-o tremer, mesmo apesar da sua experimentada imaginação. Enquanto que “a luta contra a espionagem inimiga... era conduzida com debilidade”, escrevia, “provocavam, a todo momento, casos conscientemente inventados, que comprometiam indivíduos inocentes com a simples finalidade de chantagem”. Kurlov esbarrou com um dos tais casos: “Foi com terror”, disse ele, “que ouvi o pseudônimo de determinado agente secreto que eu conhecia como tendo sido despedido em virtude de chantagem, ao tempo em que eu exercera funções no departamento de política.” Um dos chefes da contraespionagem no interior, um certo Ustinov, tabelião antes da guerra, retrata, em suas memórias, os costumes da contraespionagem, em termos aproximadamente idênticos aos de Kurlov: “Os agentes, nos inquiridos a que procediam, fabricavam, eles mesmos, a documentação.” E ainda é mais edificante verificar o nível da instituição, segundo as palavras do próprio denunciante. “A Rússia está perdida”, escrevia Ustinov a respeito de fevereiro, “porque caiu vítima da Revolução provocada por agentes da Alemanha e com o ouro alemão.”

A atitude do tabelião patriota em relação aos bolcheviques não necessita explicações. “Os relatórios da contraespionagem sobre a atividade precedente de Lenine, sobre a ligação dele com o estado-maior alemão, e sobre o fato de ter recebido ouro alemão, eram de tal maneira convincentes que deveriam tê-lo enforcado imediatamente.” Kerensky não tomou semelhante resolução apenas porque, segundo parecia, ele mesmo era um traidor. “Ficava-se particularmente estupefato ou, pelo menos, indignado, ao ver-se governando um advogadozinho de má qualidade, o judeuzinho Sachem Kerensky.” Ustinov testemunha que Kerensky “é bem conhecido como provocador que traía seus camaradas”. O general francês Anselmo, como se explica mais adiante, ordenou a retirada de Odessa em março de 1919, não sob

pressão dos bolcheviques, mas porque havia recebido “luvas” consideráveis. De quem? Dos bolcheviques? Não, “os bolcheviques nada tinham a ver com isto. Aqui tudo é obra da maçonaria”. Assim é esse mundo.

Logo após a insurreição de Fevereiro, a mesma instituição, composta de velhacos, de falsários e de “mestres-cantores”, foi colocada sob fiscalização de um socialista revolucionário patriota que regressara do exílio, chamado Mironov e caracterizado pelo subsecretário de Estado, Demianov, “socialista-populista”, nos seguintes termos: “Exteriormente, Mironov causava boa impressão... Mas eu não me espantaria se chegasse a meu conhecimento que este homem não é inteiramente normal.” Pode-se acreditar neste testemunho: duvidoso que um homem normal consentisse em assumir a chefia de uma instituição que era preciso dissolver lavando as paredes com corrosivo.

Em consequência da embrulhada administrativa, provocada pela insurreição, a contraespionagem ficou subordinada a Pereverzev, ministro da Justiça, homem de estouvamento inconcebível e pouco escrupuloso na escolha dos meios. O mesmo Demianov relata, em suas memórias, que seu ministro “não gozava de prestígio algum no Soviete”. Sob a égide de Mironov e de Pereverzev, os agentes da contraespionagem, aterrorizados pela Revolução, caíram em si e adaptaram a antiga atividade à nova situação política. Em junho, a ala esquerda da imprensa governamental começou a publicar informação a respeito de extorsão e de outros crimes cometidos pelos altos funcionários da contraespionagem, inclusive ambos os diretores da instituição, Shukin e Brog, auxiliares imediatos do malfadado Mironov. Oito dias antes da crise de julho, o Comitê Executivo, sob pressão dos bolcheviques, exigiu do Governo que procedesse a imediata revisão da contraespionagem, com a participação de representantes do Soviete. Os agentes da contraespionagem tinham, por conseguinte, razões de serviço ou, mais exatamente, razões de covardia, para golpear, o mais rápido e fortemente possível, os bolcheviques. O príncipe Lvov acabava, precisamente, de assinar um decreto concedendo à contraespionagem o direito de conservar detido qualquer réu, durante três meses.

O caráter das acusações e o dos próprios acusadores leva inevitavelmente à seguinte pergunta: Como seria possível que homens de mentalidade normal pudessem acreditar ou, pelo menos, fingir que acre-

ditavam em mentira patente e totalmente absurda? O sucesso da contra-espionagem, na realidade, teria sido inconcebível fora do ambiente geral criado pela guerra, pelas derrotas, pela desorganização, pela Revolução e pela exasperação da luta social. A partir do outono de 1914, coisa alguma dava certo para as classes dirigentes da Rússia; fugia-lhes o solo aos pés, tudo lhes caía das mãos, calamidades abatiam-se por todos os lados: como, então, não se procurar o culpado?

Zavadsky, ex-procurador do Palácio de Justiça, menciona em suas memórias que “pessoas absolutamente sãs de espírito estiveram inclinadas, durante os alarmantes anos da guerra, a desconfiar da existência de traição lá onde, possivelmente ou mesmo indubitavelmente, ela não existia. A maioria dos casos deste gênero, criados no tempo em que eu era procurador, foram exageradamente aumentados”. A iniciativa de semelhantes negócios, independente do maléfico espião, provinha do pequeno-burguês que perdera a cabeça. Muito cedo, entretanto, a psicose de guerra combinava-se com a febre política pré-revolucionária e começou a dar os mais estapafúrdios resultados. Os liberais, juntamente com os generais fracassados, procuravam, por toda a parte e em tudo, a mão da Alemanha. A camarilha era considerada germanófila. O clã de Rasputin, em conjunto, era considerado, ou ao menos declarado, pelos liberais, como agindo de acordo com as instruções de Potsdam. A czarina era abertamente acusada de espionagem: imputavam-lhe mesmo, nos círculos da corte, a responsabilidade de ter feito os alemães afundarem o navio no qual o general Kitchener viajava para a Rússia.

Os homens da direita, bem entendido, não ficavam atrás. Zavadsky conta que o subsecretário de Estado, na pasta do Interior, Bieletsky tentou, em princípios de 1916, tramocar um processo contra o industrial nacional-liberal, Guchkov, acusando-o “de atos que, em tempo de guerra, ficavam muito perto da alta traição...” Ao denunciar as façanhas de Bieletsky, Kurllov, ele também antigo secretário de Estado do Interior, pergunta, por sua vez, a Miliukov: “Que honesto trabalho prestou à pátria, para receber 200 mil rublos em dinheiro ‘finlandês’, remetidos pelo correio, em nome do porteiro de sua ‘casa?’” As aspas que cercam a palavra “finlandês”, em se tratando do dinheiro, demonstram que se referiam ao dinheiro alemão. Ora, Miliukov tinha reputação, e bem merecida, de germanófobo!

Nos círculos governamentais julgava-se como provado que todos os partidos da oposição agiam por meio do dinheiro alemão. Em agosto de 1915, como esperavam distúrbios por motivo da projetada dissolução da Duma, o ministro da Marinha, Grigorovich, considerado como um quase liberal, dizia em reunião de gabinete: “Os alemães realizam uma propaganda intensa e enchem de dinheiro as organizações antigovernamentais.” Os outubristas e os cadetes, indignados diante de insinuações deste gênero, não hesitavam, entretanto, em desviá-las para a esquerda. A respeito de um discurso semipatriótico do menchevique Cheidze no início da guerra, o presidente da Duma, Rodzianko, escrevia: “Os fatos mais tarde demonstraram as aproximações de Cheidze com as esferas alemães.” Em vão esperava-se ao menos uma sombra de prova!

Em sua *História da Segunda Revolução Russa* diz Miliukov o seguinte: “O papel das ‘fontes obscuras’ na insurreição de Fevereiro não foi completamente esclarecido mas, a julgar pelo que ulteriormente aconteceu, é difícil negá-las.” De modo ainda mais preciso se pronuncia um ex-marxista, atualmente eslavófilo reacionário, de origem alemã, Peter von Struve: “Quando a Revolução Russa, urdida e meditada pela Alemanha, obteve êxito, a Rússia praticamente saiu da guerra.” Tanto no que diz Struve quanto no que diz Miliukov, trata-se da Revolução de Fevereiro e não da Revolução de Outubro. A respeito da Ordem nº 1, a Carta Magna das liberdades do soldado, elaborada pelos delegados da guarnição de Petrogrado, escrevia Rodzianko: “Não duvido nem um instante sequer da origem alemã da Ordem nº 1.” O chefe de uma das divisões, a general Barkovsky, contou a Rodzianko que a Ordem nº 1 “fora distribuída em grande quantidade às tropas, pelos homens das trincheiras alemãs”. Assim que se tornou ministro da Guerra, Guchkov que, ao tempo do czar, tentaram incriminar de alta traição, tratou de fazer com que esta acusação escorregasse para a esquerda. A Ordem dirigida ao exército por Guchkov, em abril, dizia o seguinte: “Pessoas que odeiam a Rússia e que, indubitavelmente, estão a serviço dos inimigos, insinuaram-se nas tropas do *front* com uma perseverança que caracteriza nossos adversários e, possivelmente, obedecendo às exigências dos últimos, pregam a necessidade de terminar a guerra o mais depressa possível.” A respeito da manifestação de abril, dirigida contra a política imperialista, Miliukov escreve: “A tarefa de eliminar os dois ministros [Miliukov e Guchkov] foi nitidamente assentada

na Alemanha. Os operários, para participarem da manifestação, receberam dos bolcheviques 15 rublos por dia. A fonte de ouro alemão resolvia, para o historiador liberal, todos os enigmas contra os quais ele esbarrava como político.

Os socialistas patriotas que perseguiram os bolcheviques como se fossem aliados involuntários ou mesmo agentes da Alemanha dirigente, viam-se também sob os golpes de semelhantes acusações oriundas da direita. Conhecemos a opinião de Rodzianko sobre Cheidze. O mesmo Rodzianko também não poupou Kerensky: “Foi ele quem, sem dúvida alguma, devido às simpatias secretas que nutre pelos bolcheviques, mas talvez também em virtude de outros motivos, forçou o Governo Provisório a admitir os bolcheviques na Rússia.” Os “outros motivos” não podem significar outra coisa senão uma predileção pelo ouro da Alemanha. Em curiosas memórias, traduzidas para as línguas estrangeiras, um general da polícia militar, Spiridovich, assinalando o grande número de judeus nos círculos dirigentes dos socialistas revolucionários, acrescenta: “Entre eles brilhavam também nomes bem russos, tais como o do futuro ministro da Agricultura, o espião alemão Victor Chernov.” O líder do Partido Socialista Revolucionário não era apenas suspeitado pela polícia militar, longe disso. Após o *pogrom* realizado contra os bolcheviques, em julho, os cadetes, não perdendo tempo, iniciaram uma campanha cerrada contra o ministro da Agricultura Chernov, acusando-o de suspeito de manter relações com Berlim, e o infeliz patriota viu-se obrigado a demitir-se por algum tempo a fim de se limpar das acusações que sobre ele pesavam.

No outono de 1917, Miliukov, falando da tribuna do Parlamento sobre o mandato conferido pelo Comitê Executivo patriota ao menchevique Skobelev, para participar na conferência socialista internacional, demonstrava, fazendo uma análise escrupulosamente sintática do texto, “a origem” evidentemente “alemã” do documento. O estilo do mandato, como aliás o estilo de toda a literatura dos conciliadores, era realmente mau. A democracia atrasada, destituída de ideias e de vontade, olhando com pavor para a direita e para a esquerda, acumulava, em seus escritos, reservas sobre reservas, traduzindo-as, muito mal, de outras línguas, do mesmo modo que ela própria representava apenas a sombra de um passado estrangeiro. Ludendorff, entretanto, nada tem a ver com esse caso.

A passagem de Lenine pela Alemanha abriu à demagogia chauvinista possibilidades inesgotáveis. Mas para demonstrar de modo ainda mais claro o papel dócil do patriotismo na política, a imprensa burguesa que, nos primeiros tempos acolhera Lenine com fingida boa vontade, só levantou contra a sua “germanofilia” uma campanha desenfreada após haver elucidado o programa social de Lenine. “A terra, o pão e a paz.” Ele só poderia ter trazido semelhantes palavras de ordem da Alemanha. Nessa época ainda não se falava nas revelações de Ermolenko.

Quando Trotsky, assim como outros emigrados, ao voltarem da América foram detidos pelo controle militar do rei George, perto de Halifax, o embaixador da Grã-Bretanha em Petrogrado entregou à imprensa um comunicado oficial em inimitável estilo anglo-russo: “Estes cidadãos russos que viajavam a bordo do vapor *Christianiafford* foram detidos em Halifax por motivo de haver sido comunicado ao Governo inglês que eles estavam em ligação com o plano subvencionado pelo Governo alemão – destinado a derrubar o Governo Provisório russo...” O comunicado de *sir* George Buchanan estava datado de 14 de abril: nessa época, nem Burstein nem Ermolenko haviam surgido nos horizontes. Miliukov, na qualidade de ministro dos Negócios Estrangeiros, viu-se, entretanto, forçado a solicitar do Governo inglês, por intermédio de Nabokov, embaixador da Rússia, a liberdade de Trotsky e a autorização para que o mesmo voltasse à Rússia. “Conhecendo Trotsky pelas suas atividades na América”, escreve Nabokov, “o Governo inglês ficou estupefato: ‘Que será isto? Maldade ou cegueira?’” Os ingleses davam de ombros, compreendiam o perigo e nos punham sob vigilância. Lloyd George foi entretanto obrigado a ceder. Em resposta à pergunta formulada ao embaixador da Grã-Bretanha por Trotsky, na imprensa de Petrogrado, Buchanan, lastimosamente, retirou sua primitiva explicação, e desta vez declarou: “Meu Governo deteve em Halifax certo grupo de emigrados apenas visando e esperando o reconhecimento das respectivas personalidades pelo Governo russo... Reduz-se a isto todo o caso da detenção dos emigrados russos.” Buchanan, a par de ser um *gentleman*, era também um diplomata.

Em começos de junho, Miliukov, expulso do Governo pela manifestação de abril, reclamava, na conferência dos membros da Duma de Estado, a prisão de Lenine e de Trotsky, apontando em termos inequívoco-

cos a ligação que mantinham com a Alemanha. No dia seguinte declarou Trotsky ao Congresso dos Sovietes: “Enquanto Miliukov não retirar essa acusação trará na testa o estigma de caluniador infame.” Miliukov respondeu pela *Rech* que “estava, de fato aborrecido ao ver os senhores Lenine e Trotsky passearem em liberdade”, mas que ele motivou a necessidade da prisão de ambos “não pelo fato de serem agentes da Alemanha, mas porque já haviam pecado bastante contra o código criminal”. Miliukov era diplomata, sem ser *gentleman*. A necessidade da prisão de Lenine e de Trotsky tornara-se absolutamente clara para ele muito antes das revelações de Ermolenko: o modo de formular, juridicamente, a detenção, era simples questão de técnica. O líder dos liberais manobrava politicamente com a acusação grave, muito antes que ela fosse posta em execução sob forma “jurídica”.

O papel da lenda do ouro alemão evidencia-se, ao máximo, num episódio singular narrado pelo secretário-geral do Governo Provisório, o cadete Nabokov (que é preciso não confundir com o embaixador da Rússia em Londres, mencionado acima). Em uma das sessões do Governo, Miliukov, aproveitando a ocasião oportuna, observou: “Não é segredo para ninguém que o dinheiro alemão desempenhou seu papel entre os fatores que contribuíram para a Revolução...” Isto é típico de Miliukov, se bem que a sua fórmula tenha sido evidentemente atenuada. Kerensky – conta Nabokov – enrubesceu de raiva. Apanhou sua pasta e, lançando-a violentamente sobre a mesa, vociferou: “Desde que o senhor Miliukov teve a ousadia, em minha presença, de caluniar a causa sagrada da grande Revolução russa, não desejo permanecer aqui por um só minuto que seja.” Esse rasgo assemelha-se bastante a Kerensky, se bem que os gestos talvez estejam sendo relatados com exagero. Certo provérbio russo aconselha que não se deve escarrar no poço onde talvez se tenha que beber. Quando ameaçado pela Revolução de Outubro Kerensky não encontrou nada de melhor do que lançar contra ela o mito do ouro alemão. Aquilo que, partindo de Miliukov, “era uma calúnia lançada contra a causa sagrada”, transformou-se, para Burstein-Kerensky, na causa sagrada da calúnia contra os bolcheviques.

A cadeia ininterrupta de suspeitas de germanofilia e de espionagem que, começando na tzarina, em Rasputin, nos círculos da corte, passando pelos ministérios, pelos estados-maiores, pela Duma, pelas redações

liberais, para atingir Kerensky e parte da cúpula soviética, causa espanto principalmente pela uniformidade que apresenta. Os adversários políticos pareciam haver tomado a firme resolução de não fazer esforços imaginativos: limitavam-se apenas a passar e repassar uma única e mesma acusação de um lado para o outro, preferentemente da direita para a esquerda. A calúnia de julho lançada contra os bolcheviques, menos que qualquer outra caía de um céu sereno; ela era o resultado natural do pânico e do ódio, o último elo da vergonhosa cadeia, a transmissão de uma fórmula caluniosa já feita a um novo e definitivo endereço, o que permitia a reconciliação dos acusadores e dos acusados da véspera. Todas as ofensas, todas as apreensões, todas as exasperações que os dirigentes sofreram voltaram-se contra o partido que estava colocado mais à esquerda e que, de maneira mais integral, encarnava a força esmagadora da Revolução. Poderiam, por acaso, as classes possuidoras ceder lugar aos bolcheviques sem que fizessem uma derradeira tentativa para esmagá-los no sangue e na lama? O novelo da calúnia, bem apertado à custa de haver sido tão usado, devia fatalmente cair sobre a cabeça, dos bolcheviques. As revelações de um subtenente da contraespionagem representavam apenas a materialização do delírio das classes possuidoras, quando se viram encurraladas num impasse. E foi por esse motivo que a calúnia se tornou tão virulenta.

Está claro que a espionagem alemã não era um simples sonho. Ela estava muito melhor organizada na Rússia do que a espionagem russa o estava na Alemanha. Basta recordar que o ministro da Guerra, Sukhomlinov, fora detido sob o antigo regime, como sendo homem de confiança de Berlim. Também não resta a menor dúvida que os agentes da Alemanha se infiltravam, igualmente, nos meios palacianos e entre os cem-negros, mas também nos meios esquerdistas. As autoridades austríacas e alemães, logo nos primeiros dias da guerra, esmeravam-se em “coquetear” com as tendências separatistas, começando pelos emigrados da Ucrânia e do Cáucaso. E é curioso assinalar que Ermolenko, contratado por aquelas autoridades em abril de 1917, tivera como missão trabalhar pela emancipação da Ucrânia. Desde o outono de 1914 que Lenine e Trotsky, na Suíça, convidaram publicamente a que rompesse relações com os revolucionários que se deixavam colher no anzol do militarismo austro-alemão. No início de 1917, Trotsky, através da imprensa de Nova Iorque, renovou essa advertência aos

sociais-democratas alemães de esquerda, partidários de Liebknecht, com os quais os agentes da embaixada britânica procuravam travar ligações.

Mas apesar do namoro com os separatistas, com a finalidade de enfraquecer a Rússia e de intimidar o czar, o Governo alemão estava longe de pensar em derrubar o tzarismo. A melhor prova disso consiste em uma proclamação espalhada pelos alemães nas trincheiras russas, após a insurreição de Fevereiro e que, na sessão do Serviço do Soviete de Petrogrado, realizada no dia 11 de março, foi lida em público: “Inicialmente os ingleses caminhavam ao lado de vosso czar, mas agora eles levantaram-se contra o czar porquanto ele não estava de acordo com as exigências interesseiras desses ingleses. Os ingleses derrubaram vosso czar, os ungidos do Senhor. Por que isto aconteceu? Porque o czar compreendeu e revelou a mentirosa e pérfida intriga da Inglaterra.” Tanto na forma quanto no fundo este documento oferece garantia de autenticidade. Assim como não seria possível falsificar um tenente prussiano também é impossível falsificar a filosofia histórica dele. Hoffmann, tenente prussiano promovido a general, acreditava que a Revolução Russa fora combinada e arquitetada na Inglaterra. Semelhante pensamento, contudo, é menos absurdo que a teoria de Miliukov-Struve, porquanto Postdam continuou, até o fim, a esperar uma paz em separado com Tarskoe-Selo, enquanto que, em Londres, temia-se acima de tudo, esta paz em separado. Foi somente quando se tornou patente a impossibilidade de restaurar à ação do czar que o estado-maior alemão transferiu suas esperanças para a ação corruptora do processo revolucionário. Nem sequer na questão da passagem de Lenine pela Alemanha a iniciativa partiu dos círculos alemães, mas do próprio Lenine, e, em sua ideia primitiva, do menchevique Martov. O estado-maior alemão foi apenas ao encontro dela e provavelmente com hesitações. Ludendorff pensou: será talvez um alívio daquele lado.

Durante os acontecimentos de julho, os próprios bolcheviques procuravam descobrir, por detrás de diversos excessos inesperados e provocados, com evidente premeditação, a influência de mão estrangeira e criminosa. Escrevia Trotsky naqueles dias: “Qual o papel desempenhado, aqui, pela provocação contrarrevolucionária, ou então pelo serviço de espionagem alemão? No momento é difícil dizer sobre isso alguma coisa de preciso... É necessário esperar-se o resultado de uma verdadeira investiga-

ção... Desde já, porém, podemos declarar com segurança: os resultados de semelhante inquérito poderão projetar uma luz forte nas atividades dos bandos cem-negros e no papel clandestino do ouro, seja ele alemão, inglês ou mesmo da reação russa, ou provindo, ao mesmo tempo, da primeira, da segunda ou da terceira fonte; o sentido político dos acontecimentos, entretanto, não pode ser alterado por qualquer investigação judiciária. As massas operárias e as tropas de Petrogrado não foram e não poderiam ser compradas. Elas não estão a serviço nem de Guilerme II, nem de Buchanan nem de Miliukov... O movimento foi preparado pela guerra, pela fome iminente, pela reação que levanta a cabeça, pelo governo que não tem cabeça, pela ofensiva aventureira, pela desconfiança política e pelas inquietações revolucionárias dos operários e dos soldados...” Todos os dossiês dos arquivos, os documentos, as memórias, que chegaram ao conhecimento de todos, após a guerra e as duas insurreições, demonstram, de modo insofismável, que a ingerência da espionagem alemã no processo revolucionário da Rússia não ultrapassou, por um momento sequer, a esfera militar e policial, nos domínios da alta política. Será, por acaso, necessário insistir sobre isto após a Revolução que se realizou na própria Alemanha? Quão mísero e impotente revelou-se, no outono de 1918, perante os operários e soldados alemães, esse serviço de espionagem dos Hohenzolerns que se supunha todo-poderoso! “Os cálculos de nossos inimigos que enviaram Lenine para a Rússia eram perfeitamente acertados”, declara Miliukov. Mas o próprio Ludendorff julga de forma absolutamente diversa os resultados do empreendimento: “Não poderia supor”, diz ele a respeito da Revolução Russa, a fim de se justificar, “que ela se tornaria no túmulo de nosso poderio.” Isto significa tão somente que, das duas estratégias: Ludendorff, autorizando a passagem de Lenine e Lenine aceitando esta autorização, era Lenine quem via melhor e mais longe.

“A propaganda inimiga e o bolchevismo”, lamenta-se Ludendorff em suas memórias, “visavam, um único e mesmo fim nos limites do Estado alemão. A Inglaterra forneceu ópio à China, nossos inimigos nos deram a Revolução...” Ludendorff atribui à Entente aquilo que Miliukov e Kerensky atribuíam à Alemanha. É assim que se vinga, cruelmente, o sentido deformado da História! Ludendorff, entretanto, não parou aí. Em fevereiro de 1931 ele revelou ao mundo que, por detrás das contas dos

bolcheviques, encontrava-se o capital financeiro internacional, principalmente judeu, indo na luta contra a Rússia czarista e a Alemanha imperialista. “Trotsky chegou a Petersburgo, vindo da América e passando através da Suécia, trazendo grandes somas fornecidas pelo capital internacional. Outras somas foram fornecidas da Alemanha aos bolcheviques pelo judeu Solmssen.” (*Ludendorff Volkswarte*, 15 de fevereiro de 1931.) Por muito contraditórios que sejam os depoimentos de Ludendorff e de Ermolenko, eles coincidem, entretanto, num ponto: parte do dinheiro provinha efetivamente da Alemanha, não de Ludendorff, é verdade, mas de seu mortal inimigo Solmssen. Faltava apenas esse testemunho para dar à questão um arremate estático.

Todavia nem Ludendorff, nem Miliukov e nem tampouco Kerensky inventaram a pólvora, se bem que o primeiro dela se tenha utilizado em grande escala. Solmssen teve grande número de precursores na História, tanto como judeu quanto como agente alemão. O conde de Fersen, embaixador da Suécia em França, partidário apaixonado do poder real, do rei e principalmente da rainha, durante a grande Revolução, enviou por mais de uma vez ao seu Governo, em Estocolmo, relatórios deste tipo: “O judeu Efraim, enviado de H. Herzberg, de Berlim (ministro prussiano dos Negócios Estrangeiros), envia-lhes (aos jacobinos) dinheiro; não há muito tempo ele recebeu 600.000 libras.” Um jornal moderado, *As Revoluções de Paris*, emitia a seguinte hipótese: durante a insurreição republicana, “emisários da diplomacia europeia, tais como o judeu Efraim, agente do rei da Prússia, penetravam por entre a massa movediça e o mesmo Fersen dizia em um comunicado: “Os jacobinos... estariam perdidos sem o auxílio da plebe que eles compram.” Se os bolcheviques derramaram propinas diárias aos que participaram das manifestações, nada mais faziam senão seguir o exemplo dos jacobinos e, em ambos os casos, o dinheiro destinado a comprar “a plebe” tinha ordem berlinense. A analogia existente entre as maneiras de agir dos revolucionários do século XX e os do século XVIII seria espantosa se não se apresentassem cobertas pela identidade ainda mais assombrosa da calúnia oriunda dos inimigos. Não é, porém, necessário que nos limitemos aos jacobinos. A história de todas as revoluções e guerras civis prova invariavelmente que uma classe ameaçada ou derrubada propende sempre a procurar a causa de suas desgraças não em si mesma, mas

em agentes ou emissários estrangeiros. Não somente Miliukov, na qualidade de sábio historiador, mas também Kerensky, leitor superficial, o podem ignorar. Todavia, como políticos, eles são as vítimas da função contrarrevolucionária que ambos desempenhavam.

Debaixo das teorias referentes ao papel revolucionário dos agentes estrangeiros, existe, não obstante, da mesma forma que sob todos os erros típicos das massas, uma base histórica indireta. Conscientemente ou não, todos os povos, em períodos críticos de sua existência, fazem empréstimos amplos e audaciosos aos tesouros de outros povos. E não é raro, além do mais, que o papel dirigente seja desempenhado, em um movimento progressista, por pessoas que viveram no estrangeiro ou então pelos emigrados que voltaram à pátria. As novas ideias e as novas instituições apresentam-se, por conseguinte, às camadas conservadoras, antes de tudo como produtos exóticos, estrangeiros. A aldeia levanta-se contra a cidade, os recônditos da província contra a capital, o pequeno-burguês contra o operário, e se defendem, na qualidade de forças nacionais, contra as influências estrangeiras. O movimento bolchevique era apresentado por Miliukov como sendo “um movimento alemão”, e no final das contas, pela mesma razão que teve o mujiue russo, durante séculos, para chamar de alemão* todo homem que se vestia segundo os hábitos da cidade. Com a diferença que, entretanto, no caso, o mujiue agia de boa-fé.

Em 1918, por conseguinte, após a insurreição de outubro, o birô da imprensa oficial americana publicou solenemente uma coleção de documentos sobre a ligação dos bolcheviques com os alemães. Essa grosseira falsificação, que não resiste sequer a um ligeiro sopro da crítica, foi admitida por muitas pessoas cultas e perspicazes até o momento em que se descobriu que os originais dos documentos, provenientes, segundo se pretendia, de diversos países, haviam sido datilografados na mesma máquina. Os falsificadores não se mostravam escrupulosos perante os consumidores: estavam eles absolutamente convencidos de que a necessidade política de denunciar os bolcheviques abafaria a voz da crítica. E não se enganaram,

* A palavra *nemetz* (alemão) significa, no linguajar do povo, “o mundo”, “aquele que não fala a língua do país”, e o mujiue a aplicava, indiferentemente, a todos os estrangeiros. [Nota da edição francesa.]

porquanto os documentos lhes foram muito bem pagos. E, todavia, o governo americano, afastado do teatro da luta pelo oceano, só era interessado em segundo ou terceiro grau.

Não obstante, por que a calúnia política é, em si mesma, tão pobre e monótona? Porque o psiquismo social é econômico e conservador. Não gasta seus esforços além do que é necessário para atingir seus objetivos. Prefere tomar de empréstimo os métodos velhos quando não é forçada a forjar novos; e ainda nesse caso amontoa nos novos os elementos dos velhos. Cada nova religião que surge, em lugar de compor uma mitologia absolutamente nova, limita-se apenas a plagiar as superstições do passado. Foi dessa mesma maneira que surgiram os sistemas filosóficos, as doutrinas do direito e da moral. Os indivíduos, mesmo os dotados de gênio, se desenvolvem tão harmoniosamente quanto a sociedade que as educa. A fantasia audaciosa acomoda-se, num mesmo cérebro, às amarras servis dos modelos já prontos. As audácias mais insolentes se acomodam aos grosseiros preconceitos; Shakespeare alimentava suas criações com argumentos que até ele chegaram dos mais longínquos séculos. Pascal demonstrava a existência de um deus por meio da teoria das probabilidades. Newton descobriu as leis da atração e acreditava no Apocalipse. Depois que Marconi instalou um posto de T. S. F. no Vaticano, o vigário do Cristo propaga pelo rádio a graça divina. Em tempos normais essas contradições não saem do estado latente. Entretanto, em tempos catastróficos, adquirem violência explosiva. Quando se trata de interesses materiais ameaçados, as classes eruditas põem em movimento todos os preconceitos e todos os arras que a humanidade arrasta após si. Pode-se ser muito exigente com os padrões decaídos da Rússia antiga, se construíram a mitologia da própria queda mediante aquilo que, sem discernimento, tomaram de empréstimos às classes que eles próprios derrubaram? A bem dizer, o fato de Kerensky haver reproduzido, em suas memórias, muitos anos após os acontecimentos, a versão Ermolenko, nos parece, em todo caso, supérflua.

A calúnia dos anos de guerra e de Revolução, já o dissemos, é surpreendente pela uniformidade. Todavia, existe alguma diferença. De uma quantidade acumulada resulta nova qualidade. A luta dos outros partidos entre si assemelhava-se a uma briga de família, comparando-a como perseguição que travavam em comum contra os bolcheviques. Em

seus conflitos próprios, parecia que apenas treinavam para uma luta decisiva. Mesmo ao se acusarem mutuamente de ligações com os alemães, jamais levaram a caso até o fim. Julho apresenta outro quadro. No ataque contra os bolcheviques reúnem-se todas as forças dominantes: o Governo, a Justiça, a contraespionagem, os estados-maiores, os funcionários, as municipalidades, os partidos da maioria soviética, a imprensa e os oradores, aliás, tudo constitui um conjunto grandioso. As dissensões entre eles, assim como se fossem instrumentos diversos de uma orquestra, reforçam apenas o efeito geral. A absurda impostura de tais indivíduos desprezíveis foi elevada ao nível de fator histórico. A calúnia transbordada como o Niágara. Se levarmos em consideração as circunstâncias – a guerra e a Revolução – e o caráter dos acusados – líderes revolucionários de milhões de homens que levavam o partido deles ao poder – pode-se dizer sem exagero que o mês de julho de 1917 foi o mês da maior calúnia conhecida na história mundial.

.....

Capítulo V

A CONTRARREVOLUÇÃO LEVANTA A CABEÇA

DURANTE OS DOIS PRIMEIROS MESES, formalmente, o poder pertencia ao governo Guchkov-Miliukov, mas de fato estava concentrado em mãos do Soviete. Durante os dois meses subsequentes, o Soviete enfraqueceu-se: parte da influência sobre as massas transferiu-se aos bolcheviques e uma parcela do poder foi transportada, através das pastas dos ministros socialistas, para o governo de coligação. Ao iniciarem-se os preparativos da ofensiva, a importância do comando militar, dos órgãos do capital financeiro e do Partido Cadete foi automaticamente reforçada. Antes de derramar o sangue dos soldados, o Comitê Executivo procedeu a uma considerável transfusão de seu próprio sangue para as artérias da burguesia. Nos bastidores, os fios estavam nas mãos dos embaixadores e dos governos da Entente.

Na Conferência interaliada inaugurada em Londres, os amigos do “Ocidente” esqueceram-se de convidar o embaixador da Rússia; somente quando ele se fez lembrar é que o chamaram, dez minutos antes da abertura da sessão, e como não houvesse lugar para ele em volta da mesa, foi obrigado a intrometer-se entre os franceses. O trote de que foi objeto o embaixador do Governo Provisório e a significativa demissão dos cade-

tes do Ministério deram-se a 2 de julho; os dois acontecimentos tinham um único e mesmo fim: obrigar os conciliadores a arriarem a bandeira. A manifestação armada que, em seguida, se desenvolveu, deveria tanto mais exasperar os líderes soviéticos quanto eles, sob o duplo golpe, concentravam toda a atenção em sentido oposto. Já que não havia outro remédio senão arrastar o jugo sangrento a reboque da Entente, não se poderia achar melhores intercessores do que os cadetes. Chaikovsky, um dos mais antigos revolucionários russos que, durante os longos anos de emigração, transformara-se em liberal moderado, de tipo britânico, falava em tom moralizador: “É necessário dinheiro para a guerra, ora, os aliados não darão dinheiro aos socialistas.” Os conciliadores ficavam vexados com tal argumento, mas entendiam o quanto ele pesava.

A relação de forças modificara-se, nitidamente, com desvantagem para o povo, mas ninguém poderia dizer em que medida. Os apetites da burguesia, todavia, se haviam aguçado muito além de suas possibilidades. E nessa indeterminação encontrava-se a fonte dos conflitos, porquanto a força das classes são verificadas pela ação e os acontecimentos de uma Revolução se reproduzem segundo tais verificações renovadas. Qualquer que fosse, entretanto, a extensão do deslocamento do poder da esquerda para a direita, isso pouco afetava o Governo Provisório, que permanecia reduzido a nada. Pode-se contar pelos dedos os homens que, nos críticos dias de julho, se interessavam pelo Ministério do príncipe Lvov. O general Krymov, aquele mesmo que mantivera conversações, com Guchkov a respeito da deposição de Nicolau II – brevemente tornaremos a encontrar esse general, pela última vez – enviou um telegrama ao príncipe, telegrama que terminava com uma advertência: “É tempo de passar das palavras aos atos.” A advertência tinha um tom de brincadeira e acentuava nitidamente a importância do governo.

“Em princípio de julho”, escrevia ulteriormente o liberal Nabokov, “houve um breve instante em que o poder pareceu retomar a autoridade: foi após o esmagamento da primeira ofensiva bolchevique. O Governo Provisório, entretanto, não soube aproveitar-se do momento e as condições favoráveis de então não foram aproveitadas. Elas não mais se apresentaram.” É no mesmo sentido que se manifestam os demais representantes do campo da direita. Na realidade, durante as Jornadas de Julho

assim como, em geral, em todos os momentos críticos, os partidos que compunham a coligação perseguiram fins diferentes. Os conciliadores estariam dispostos a permitir que, após terem ajustado contas com os últimos, os oficiais, os cossacos, os cavaleiros de São Jorge e os batalhões de choque esmagariam também os próprios conciliadores. Os cadetes desejavam prosseguir até o fim para varrer não somente os bolcheviques, mas também os soviets. Entretanto, não era por mero acaso que, em todos os momentos sérios, os cadetes se encontravam fora do governo. No final das contas, eles eram expulsos pela pressão das massas, pressão irresistível, apesar dos tampões conciliadores. Mesmo que os liberais tivessem conseguido tomar o poder, não o poderiam conservar. Os acontecimentos, posteriormente, o provaram com superabundância. A ideia de que em julho haviam deixado escapar uma possibilidade é apenas uma ilusão retrospectiva. Em todo o caso, a vitória de Julho, longe de reforçar o poder, abriu um período de crises governamentais, prolongado, que encontrou formalmente uma solução a 24 de julho, solução que nada mais foi do que o começo da agonia do regime de Fevereiro, agonia que duraria 4 meses.

Os conciliadores lutavam entre a necessidade de restabelecer uma semiamizade com a burguesia e a necessidade de moderar a hostilidade das massas. Bordejar transformou-se para eles em uma espécie de existência; os zigzagues transformaram-se em oscilações febris, mas a linha essencial virou bruscamente para a direita. A 17 de julho o governo determinou uma série de medidas de repressão. Mas na mesma reunião, furtivamente, e aproveitando-se da ausência dos “antigos”, isto é, dos cadetes, os ministros socialistas propuseram ao governo que tomasse a iniciativa de realizar o programa organizado, em julho, pelo Congresso dos Sovietes. Isso imediatamente acarretou um novo deslocamento do governo. O príncipe Lvov, grande proprietário de bens de raiz, antigo presente da União dos *Zemstvos*, acusou o governo de “solapar”, devido à política agrária, “a consciência jurídica do povo”. Os proprietários nobres inquietavam-se, não pelo fato de terem, talvez, que perder seus patrimônios, mas por verem os conciliadores “esforçarem-se por colocar a Assembleia Constituinte perante um fato resolvido”. Todos os sustentáculos da reação monarquista transformaram-se, desde então, em partidários inflamados da democracia pura! O governo decidiu confiar o posto de ministro presidente a Kerensky,

mantendo, através dele, as pastas da Guerra e da Marinha. Tseretelli, novo ministro do Interior, foi obrigado a responder perante o Comitê Executivo a respeito das detenções dos bolcheviques. A interpelação partiu de Martov e Tseretelli replicou, sem cerimônia, a seu antigo camarada de partido, que preferiria lidar com Lenine a se entender com ele, Martov: com o primeiro ele saberia como se conduzir, ao passo que o segundo lhe atava as mãos... “Assumo a responsabilidade daquelas detenções!”: tal foi o desafio do ministro perante um auditório que escutava atentamente.

Ao mesmo tempo que desfechavam golpes na esquerda os conciliadores alegavam o perigo da direita. “A Rússia encontra-se perante uma ditadura militar”, declara Dan em seu relatório à sessão de 9 de julho. “Temos a obrigação de arrancar as baionetas das mãos da ditadura militar. E só o podemos fazer reconhecendo o Governo Provisório como Comitê de Salvação Pública. Devemos outorgar ao governo poderes ilimitados para que ele possa extirpar a anarquia da esquerda e a contrarrevolução da direita...” Como se o próprio governo, que lutava contra os operários, os soldados, os camponeses, pudesse trazer nas mãos outra baioneta que não fosse a da contrarrevolução! Por 252 votos e 47 abstenções, a Assembleia unificada tomou a seguinte resolução: 1º) o país e a Revolução acham-se em perigo. 2º) O Governo Provisório é declarado governo da salvação da Revolução. 3º) Concedemos-lhe poderes ilimitados. Esta decisão ressoava como um tonel vazio. Os bolcheviques que assistiam à sessão abstiveram-se de votar, o que atesta a incrível perplexidade que atingira a cúpula do partido, naqueles dias.

Movimentos de massas, mesmo esmagados, não passam jamais sem deixar rastro. O lugar do grão-senhor nobre foi ocupado, à frente do governo, por um advogado radical; o Ministério do Interior teve à sua frente um antigo condenado a trabalhos forçados. Constatava-se um retoque de tendências plebeias no poder. Kerensky, Tseretelli, Chernov, Skobelev determinaram, desde logo, a fisionomia do governo. Não seria isto a realização da palavra de ordem das Jornadas de Julho: “Abaixo os 10 ministros capitalistas”? Não, vemos apenas a revelação da inconsistência desta palavra de ordem. Os ministros democratas tomaram o poder apenas para devolvê-lo aos ministros capitalistas. *La Coalition est morte, vive la coalition!*

Representa-se solenemente a vergonhosa comédia do desarmamento dos metralhadores na praça do palácio. Diversos regimentos são dissolvidos. Muitos soldados são enviados, em pequenos destacamentos, como reforços para o *front*. Homens de 40 anos são reconduzidos à disciplina e enxotados para as trincheiras. São todos eles agitadores contra o regime do kerenskismo. São dezenas de milhares e realizarão, até o outono, um pesado trabalho. Paralelamente desarmam-se os operários, se bem que com menos sucesso. Sob a pressão dos generais – veremos em breve quais as formas que ela tomou – a pena de morte foi restabelecida no *front*. E, entretanto, no mesmo dia, 12 de julho, foi promulgado um decreto limitando as compras e vendas de terras. A meia-medida retardatária, sob a ameaça do machado do mujique, provocou sarcasmo da esquerda e ranger de dentes da direita. Ao interditar qualquer cortejo na rua – ameaça para a esquerda – Tseretelli levantou a mão contra as detenções arbitrárias – tentativa para intimidar a direita. Kerensky – ao demitir o comandante-chefe da circunscrição militar, apresentou à esquerda, como motivo, o fato desse oficial ter destruído as organizações operárias e, à direita, que aquele homem não demonstrara decisão.

Os cossacos transformaram-se em autênticos heróis da Petrogrado burguesa. “Aconteceu algumas vezes”, conta o oficial cossaco Grekov, “que um dos nossos, de uniforme, ao entrar em lugar público, num restaurante onde havia muita gente, todos os presentes se levantavam e acolhiam o recém-chegado com aplausos.” Os teatros, os cinemas e os parques de diversões organizaram diversas festas de benefício, destinadas aos cossacos feridos e às famílias dos cossacos mortos. O birô do Comitê Executivo foi forçado a eleger uma comissão, tendo à frente Cheidze, para participar da direção dos funerais “dos guerreiros que tombaram, no cumprimento do dever, durante as jornadas de 3-5 de julho”. Os conciliadores viram-se obrigados a beber até às fezes a taça da humilhação. O cerimonial começou com um serviço religioso na catedral de Santo Isaque. Os esquifes foram carregados por Rodzianko, Miliukov, o príncipe Lvov e Kerensky e seguiram em procissão para o monastério Alezandre Nevsky, onde seriam sepultados. Durante o percurso do cortejo, a milícia estava ausente; os cossacos encarregaram-se de manter a ordem: o dia das exéquias foi também o do domínio absoluto deles sobre Petrogrado. Os operários e os soldados que

os cossacos massacraram, irmãos de sangue das vítimas de Fevereiro, foram enterrados em segredo do mesmo modo que, ao tempo do tzar, foram sepultadas as vítimas de 9 de janeiro de 1905.

O Comitê Executivo de Kronstadt recebeu ordens para colocar imediatamente à disposição das autoridades judiciárias, Raskolnikov, Roshal e o subtenente Rennev, sob a ameaça de um bloqueio da ilha de Kronstadt. Em Helsingfors foram também detidos, juntamente com os bolcheviques, e pela primeira vez, socialistas revolucionários da esquerda. O príncipe Lvov, que pedira demissão, queixava-se nos jornais que “os soviets, inferiores à moral geral da alta política, nem sequer se desembaraçaram dos leninistas – estes agentes da Alemanha”. Era uma questão de honra, para os conciliadores, demonstrar a moral de estado que possuíam! A 13 de julho os comitês executivos, em sessão conjunta, adotam uma proposta apresentada por Dan: “Todas as pessoas incriminadas pelo poder judiciário são afastadas dos Comitês Executivos até que sejam pronunciadas as sentenças do tribunal.” Os bolcheviques, dessa maneira, ficavam efetivamente fora da lei, Kerensky interditou toda a imprensa bolchevista. Na província procedia-se ao embargo dos Comitês agrários. O *Izvestia* lamentava-se impotentemente: “Há apenas alguns dias fomos testemunhas da anarquia desencadeada nas ruas de Petrogrado. Hoje, nas mesmas ruas, derramam-se, sem que sejam impedidos, discursos contrarrevolucionários, discursos de cem-negros.”

Após a dissolução dos regimentos mais revolucionários e o desarmamento dos operários, o centro de gravidade desloca-se ainda mais para a direita. Considerável parte do verdadeiro poder concentrou-se abertamente nas mãos dos altos dirigentes militares, dos grupos de industriais banqueiros e dos cadetes. A outra parte do poder permaneceu como antes nas mãos dos soviets. A dualidade de poderes era evidente, porém não mais a dualidade de poderes legalizada, baseada em um contato ou numa coligação como nos meses precedentes, mas a dualidade de poderes explosivos de duas camarilhas: a dos militares e dos burgueses e a dos conciliadores, que se temiam mutuamente e mutuamente necessitavam uma da outra. Que restava fazer? Ressuscitar a coligação. “Após a insurreição de 3-5 de julho”, escreve com justeza Miliukov, “a ideia da coligação não foi abandonada, porém bem ao contrário, adquiriu, por algum tempo, muito mais força e maior significação do que tivera anteriormente.”

O Comitê Provisório da Duma de Estado acordou inopinadamente e adotou violenta resolução contra o governo de salvação. Foi o último golpe. Todos os ministros devolveram suas pastas a Kerensky transformando-o assim no centro da soberania nacional. Tanto para a sorte ulterior da Revolução de Fevereiro como para a própria sorte de Kerensky esse momento adquiriu importância considerável: no caos dos agrupamentos, das demissões, das nomeações, surgiu algo semelhante a um ponto fixo em torno do qual giravam todos os outros. A demissão dos ministros serviu apenas como introdução aos entendimentos com os cadetes e os industriais. Os cadetes apresentaram suas condições: responsabilidade dos membros do governo “exclusivamente perante as próprias consciências”; união completa com os Aliados; restabelecimento da disciplina no Exército; nem uma reforma social antes da convocação da Assembleia Constituinte. Um artigo, não escrito, era o que concernia à exigência de adiar as eleições para a Assembleia Constituinte. A isto chamava-se “um programa independente dos partidos e de caráter nacional”. Os representantes do comércio e da indústria, que os conciliadores tentavam em vão opor aos cadetes, responderam no mesmo sentido. O Comitê Executivo confirmou ainda a resolução de outorgar ao governo de salvação “plenos poderes”; isto significa que consentiam na independência do governo em relação ao Soviete. No mesmo dia Tseretelli, na qualidade de ministro do Interior, expediu uma circular na qual convidava a tomarem “medidas urgentes e decididas para pôr termo a todos os atos arbitrários na esfera das relações agrárias”. Por sua parte, o ministro do Abastecimento, Peshekhonov, exigia que se pusesse um fim “às violências e aos atos criminosos contra os proprietários de terras”. O governo de salvação da Revolução mostrava-se, antes de tudo, como um governo de salvação dos proprietários de latifúndios. Não era ele, porém, apenas isto. Um homem de negócios, o engenheiro Palchinsky, que acumulava as funções de diretor do Ministério do Comércio e Indústria, de principal encarregado do combustível e do metal e de chefe da comissão da defesa nacional aplicava energeticamente a política do capital de truste. O economista menchevique Cherevanin queixava-se, na seção econômica do Soviete, de que as felizes iniciativas da democracia se esboroavam devido à sabotagem de Palchinsky. O ministro da Agricultura, Chernov, acusado pelos cadetes de entendimentos com os alemães, viu-se obrigado, "a fim de

se reabilitar" a pedir demissão. A 18 de julho, o governo, no qual predominavam os socialistas, promulga um manifesto de dissolução da rebelde Dieta* finlandesa, na qual os sociais-democratas estavam em maioria. Em nota solenemente enviada aos Aliados, por ocasião do 3º aniversário da declaração de guerra mundial, o governo, não satisfeito em renovar a promessa ritual de fidelidade, comunica que teve a felicidade de esmagar o motim provocado pelos agentes do inimigo. Inaudito documento de needade! Concomitantemente é publicada uma lei draconiana contra as infrações da disciplina entre os empregados das estradas de ferro. Após haver, assim, o governo demonstrado maturidade política, Kerensky tomou, finalmente a decisão de responder ao ultimato do Partido Cadete no sentido de que as exigências formuladas pelo partido "não poderiam constituir um obstáculo à entrada do partido no Governo Provisório". Essa capitulação disfarçada, entretanto, não mais bastava aos liberais. Era-lhes necessário obrigar os conciliadores a se ajoelharem. O comitê central do Partido Cadete deu a conhecer que a declaração governamental, de 8 de julho, publicada após a ruptura da coligação – amontoado de lugares-comuns democráticos – era inaceitável e... rompeu as negociações.

O ataque era convergente. Os cadetes agiam em estreita ligação não apenas com os industriais e diplomatas aliados, mas também com o corpo de generais. O comitê principal da União dos oficiais, no quartel-general, encontrava-se sob a direção efetiva do Partido Cadete. Por intermédio do alto-comando os cadetes exerciam pressão sobre os conciliadores do lado mais sensível. A 8 de julho o general Kornilov, comandante em chefe do *front* sudoeste, ordenou que se abrisse o fogo das metralhadoras e da artilharia sobre os soldados que recuassem. Apoiado por Savinkov – comissário do *front*, antigo chefe da organização terrorista dos socialistas revolucionários –, Kornilov já havia precedentemente exigido o restabelecimento da pena de morte para o *front*, ameaçando, caso não conseguisse, abandonar espontaneamente o comando. O telegrama secreto imediatamente foi publicado na imprensa: Kornilov tomou o devido cuidado para que ele fosse conhecido. O generalíssimo Brussilov, mais circunspecto e evasivo, moralizava, ao

* Parlamento.

escrever a Kerensky: “As lições da grande Revolução Francesa, lições que parcialmente esquecemos, se impõem a nós de modo imperioso...” As lições consistiam em que os revolucionários franceses, ao tentarem, em vão, reconstruir o Exército “em bases humanitárias”, apegaram-se à pena de morte e “suas bandeiras vitoriosas percorreram a metade do mundo”. Afora isto, os generais nada mais haviam lido no livro da Revolução. A 12 de julho, o governo restabeleceu a pena de morte “em tempo de guerra, para os militares culpados de certos crimes graves”. Entretanto, 3 dias mais tarde, escrevia o general Klembovsky, comandante-chefe do *front* norte: A experiência já demonstrou que certas partes do Exército que receberam numerosos contingentes de reforço tornavam-se absolutamente incapazes de combater. “O Exército não pode estar são se a fonte de seus reforços está apodrecida.” A fonte apodrecida dos reforços era o povo russo.

A 16 de julho Kerensky convocou, no quartel-general, uma conferência dos altos chefes de guerra, com a participação de Tereshchenko e Savinkov. Kornilov estava ausente. O recuo na frente que ele comandava estava no auge e somente cessou alguns dias mais tarde quando os próprios alemães se detiveram na antiga fronteira russa. O nome dos participantes da conferência: Brussilov, Alexeiev, Ruzsky, Klembovsky, Denikin, Romanovsky, retiniam como o eco de uma época precipitada no abismo. Durante quatro meses os grandes generais sentiram-se como que meio mortos. Agora eles ressuscitavam e, considerando o ministro presidente como a própria encarnação da Revolução que os molestara, infligiam-lhe, impunemente, rancorosas indiretas.

Segundo os dedos do quartel-general, os Exércitos do *front* sudoeste, entre 18 e 6 de julho, perderam aproximadamente 56.000 homens. Insignificantes sacrifícios na escala da guerra! Duas insurreições, porém, a de fevereiro e a de outubro, custaram muito menos caro. O que resultou da ofensiva dos liberais e dos conciliadores senão mortes, devastações e calamidades? As convulsões sociais de 1917 modificaram a face da sexta parte do mundo e abriram à humanidade novas possibilidades. As crueldades e os horrores da Revolução, que não desejamos negar nem atenuar, não caem do Céu: Elas são inseparáveis de qualquer desenvolvimento histórico.

Brussilov, relatando os resultados da ofensiva empreendida um mês antes, declarava: “desastre completo”. E a causa residia no fato de que

“os chefes, desde o mais simples capitão até o generalíssimo, não tinham autoridade”. Como e por que eles a perderam ele não o diz. Quanto ao que concerne às operações ulteriores, “não as podemos preparar antes da primavera”. Insistindo com os demais sobre as medidas de repressão, Klembovsky imediatamente expressava suas dúvidas a respeito da eficácia das mesmas. “A pena de morte? – Pode-se, então, executar divisões por inteiro? Pronunciá-las? Então a metade do Exército iria parar na Sibéria...” O chefe do estado-maior comunicava: “Cinco regimentos da guarnição de Petrogrado foram dissolvidos. Os instigadores foram entregues ao tribunal... 90.000 homens no total serão evacuados de Petrogrado.” Essa medida foi adotada com satisfação. Ninguém pensava em perguntar quais as consequências que teria a evacuação da guarnição de Petrogrado.

“Os comitês”, dizia Alexeiev, “é indispensável suprimi-los... A história militar, que conta com milhares de anos, estabeleceu suas leis. Nós pretendemos violá-las e sofremos um fiasco.” Esse homem compreendia como leis da História o regulamento do serviço em campanha. “Os homens”, dizia jactanciosamente Ruzsky, “marchavam atrás das antigas bandeiras como se o fizessem atrás de algo sagrado, e sabiam morrer. O que, porém, nos deram as bandeiras vermelhas? O seguinte: rendem-se tropas de Exércitos inteiros.” O vetusto general esquecera-se de que ele mesmo, em agosto de 1915, apresentara um relatório ao Conselho dos Ministros: “As exigências contemporâneas da técnica militar estão acima de nossas forças; em todo caso, não saberíamos nos medir com os alemães.” Klembovsky frisava maldosamente que o Exército fora destruído não pelos bolcheviques, propriamente ditos, mas “por outros” que haviam instituído uma nefasta legislação militar, “por homens que não compreendiam o gênero da vida e as condições de existência de um Exército.” Era uma alusão direta a Kerensky. Denikin, ainda mais decididamente, atacara os ministros: “Haveis embebido na lama nossas gloriosas bandeiras de guerra e sois vós que deveis apanhá-las, se tiverdes consciência...” E Kerensky? Kerensky, sobre quem recaía a suspeita de não ter consciência, agradece humildemente ao veterano soldado, “por ter expressado aberta e sinceramente, a sua opinião”. E a declaração dos direitos dos soldados? “Fosse eu ministro na ocasião em que ela foi elaborada, a declaração não teria sido promulgada. Quem foi o primeiro a sevcicar os soldados siberianos de infantaria ligeira? Quem, em

primeiro lugar, derramou seu sangue para castigar os rebeldes? Um homem designado por mim, comissário meu.” O ministro dos Negócios Estrangeiros, Tereshchenko, diz dengosamente, à guisa de consolação: “Nossa ofensiva, mesmo fracassada, levantou a confiança que os Aliados depositavam em nós.” A confiança dos Aliados! Será para isto que a Terra gira em torno de seu eixo?

“No momento presente os oficiais são os únicos redutos da liberdade e da Revolução”, diz Klembovsky. “Um oficial não é um burguês”, explica Brussilov, “ele é o verdadeiro proletário.” Acrescenta o general Ruzsky: “Os generais também são proletários.” Suprimir os comitês, restabelecer os poderes dos antigos chefes, expulsar a política do Exército, isto é, a Revolução – tal é o programa dos proletários agaloados de generais. Kerensky nada objeta ao programa em si; o que o perturba é apenas a questão dos prazos. “No que concerne às medidas propostas”, diz ele, “penso que o próprio general Denikin não insistirá na imediata aplicação delas...” Os generais eram todos eles perfeitas mediocridades. E eles não poderiam deixar de dizer: “Eis a língua que é preciso falar com esses senhores!”

O resultado da conferência foi a mudança no alto-comando. O condescendente e o maleável Brussilov, nomeado para substituir o circunspecto oficial do gabinete Alexeiev, que opusera objeções à ofensiva, era agora destituído e substituído pelo general Kornilov. A permuta era motivada de diferentes maneiras: prometia-se aos cadetes que Kornilov implantaria uma disciplina de ferro; afirmava-se aos conciliadores que Kornilov era o amigo dos comitês e dos comissários; o próprio Savinkov garantia os sentimentos republicanos do general. Como resposta a tão alta designação, Kornilov enviou ao governo um novo ultimato: só aceitaria seu posto sob as condições seguintes: “responsabilidade perante sua própria consciência e perante o povo; proibição de intervir nas nomeações para os altos postos do comando; restabelecimento da pena de morte na retaguarda”. O primeiro ponto suscitava dificuldades: “responder perante sua própria consciência e perante o povo”, disto Kerensky já se havia encarregado e é um negócio que não admite concorrência. O telegrama de Kornilov foi publicado no jornal liberal de maior circulação. Os prudentes políticos da reação faziam caretas. O ultimato de Kornilov era o do Partido Cadete, apenas traduzido na linguagem imoderada de

um general de cossacos. O cálculo de Kornilov, porém, era justo: pelas pretensões extremadas e pela insolência do tom, o ultimato provocou o entusiasmo de todos os inimigos da Revolução e sobretudo, dos oficiais superiores. Kerensky ficou transtornado e quis imediatamente destituir Kornilov, porém não encontrou apoio entre os membros de seu governo. E no fim de tudo, aconselhado pelos seus inspiradores, Kornilov aceitou em reconhecer, dando explicação verbal, que por responsabilidade perante o povo ele entendia a responsabilidade perante o Governo Provisório. Quanto ao resto, salvo algumas pequenas reservas, o ultimato foi aceito. Kornilov foi nomeado generalíssimo. Ao mesmo tempo um oficial de engenharia, Filonenko, foi designado para comissário do generalíssimo e o ex-comissário do *front* sudoeste, Savinkov, foi colocado à frente do ministério da Guerra. Um, personagem acidental, arrivista; o outro, contando com um grande passado revolucionário; ambos aventureiros acabados, prontos a tudo tal como Filonenko, ou, pelo menos, a muito, como Savinkov. A ligação estreita que mantinham com Kornilov, e que contribuiu para a rápida carreira do general, como veremos o seu papel no desenvolvimento ulterior dos acontecimentos.

Os conciliadores cediam em toda a linha. Tseretelli continuava repetindo: “A coligação é uma união de salvação.” Nos bastidores, apesar da ruptura formal, as negociações prosseguiram. A fim de acelerar o desenlace, Kerensky, num acordo evidente com os cadetes, recorreu a uma medida simplesmente teatral, isto é, absolutamente dentro do espírito de sua política, mas ao mesmo tempo bastante eficaz para os objetivos que perseguia: demitiu-se e abandonou a cidade, deixando os conciliadores entregues ao próprio desespero. Disse Miliukov a esse respeito. “Como uma saída demonstrativa... ele provou aos adversários, aos rivais e aos partidários também, que, não obstante a apreciação que faziam a respeito das qualidades pessoais, ele se afirmava, naquele momento, indispensável à situação política que ocupava entre os dois campeões em luta”. A partida foi conquistada por quem-perde-ganha. Os conciliadores precipitaram-se sobre o “camarada Kerensky”, abafando maldições e com súplicas ostensivas. Os dois lados, cadetes e socialistas, impuseram ao gabinete decapitado, sem grande esforço, a resolução de se porem de lado e de confiar a Kerensky o encargo de reconstituir, à vontade, um governo.

A fim de intimidar definitivamente os membros do Comitê Executivo já suficientemente amedrontado, fazem-lhes chegar as últimas informações sobre a situação cada vez pior no *front*. Os alemães lançam-se sobre as tropas russas, os liberais lançam-se sobre Kerensky e Kerensky lança-se sobre os conciliadores. As frações dos mencheviques e dos socialistas revolucionários permanecem reunidas durante toda a noite de 24 de julho, consumindo-se desesperadamente, na própria impotência. Afinal de contas, os comitês executivos, por maioria de 146 votos contra 46 e 42 abstenções – oposição inaudita! – aprovam a resolução de remeter o poder a Kerensky sem condições e sem limitações. No Congresso dos cadetes que se realizava concomitante, algumas vozes levantaram-se pedindo que se derrubasse Kerensky, mas Miliukov fez os impacientes calarem-se, propondo que, no momento, se limitassem a uma simples pressão. Isso não quer dizer que Miliukov se tenha iludido a respeito de Kerensky. Via nele, porém, um ponto de apoio para as forças das classes. O governo se desembaraçara dos soviets, não haveria, agora, qualquer dificuldade em desembaraçá-lo de Kerensky.

Nesse entretanto, os deuses da coligação ainda sentiam sede. A ordem de prender Lenine precedeu a formação do governo transitório de 7 de julho. Era agora necessário assinalar, com um ato de firmeza, o renascimento da coligação. Já no dia 13 de julho aparecera no jornal de Gorky – a imprensa bolchevique não mais existia – uma carta aberta de Trotsky ao Governo Provisório. A carta dizia: “Não podeis ter nenhum motivo lógico de me excetuardes do decreto em virtude do qual os camaradas Lenine, Zinoviev e Kamenev são objeto de um mandado de prisão. No que concerne ao lado político do caso, não tendes motivo algum de duvidar que eu seja um adversário da política geral do Governo Provisório e tão irreconciliável quanto os camaradas acima mencionados.” Na noite em que o novo Ministério se constituía, Trotsky e Lunacharsky foram presos em Petrogrado enquanto que, no *front*, prendiam o tenente Krylenko, futuro comandante em chefe dos bolcheviques.

O governo que foi dado à luz após uma crise de 3 semanas apresentava um aspecto descarnado. Compunha-se de personagens de segundo ou terceiro plano, selecionados segundo o princípio do mal menor. O vice-presidente foi o engenheiro Nekrasov, cadete de esquerda que, a

27 de fevereiro, propusera que se confiasse o poder a um dos generais do czar a fim de esmagar a Revolução. O escrivão Prokopovich, sem partido e sem personalidade, situado nos limites entre os cadetes e os mencheviques, foi nomeado ministro da Indústria e do Comércio. Zarudny, antigo procurador, e depois advogado liberal, filho do ministro “liberal” de Alexandre II, foi convidado para a pasta da Justiça. O presidente do Comitê Executivo, camponês Avksentiev, obteve o cargo de ministro do Interior. O menchevique Skobelev permanecia como ministro do Trabalho, o socialista populista Peshekhonov, ministro do Abastecimento. Do lado dos liberais, fizeram parte do gabinete figuras absolutamente secundárias, que não tinham desempenhando antes nem desempenhariam depois, papéis dirigentes. Chernov voltou de inopino para o posto de ministro da Agricultura: durante os quatro dias decorridos entre a demissão e a nova nomeação ele tivera tempo de se reabilitar. Na *História* de Miliukov ele declara, impassivelmente, que o caráter das relações de Chernov, com as autoridades alemãs “não fora elucidado”; “é possível”, acrescenta, “que as indicações da contraespionagem russa, assim como as suspeitas de Kerensky, de Tereshchenko e de outros a tal respeito tivessem ido demasiado longe.” A reintegração de Chernov nas funções de ministro da Agricultura não era nada mais do que um tributo ao prestígio do partido dirigente por parte dos socialistas revolucionários, no qual Chernov, aliás, perdia dia a dia a influência. Em compensação, Tseretelli teve o bom senso de permanecer fora do gabinete ministerial: em maio supusera-se que ele seria útil à Revolução fazendo parte do governo; no momento atual ele se dispunha a ser útil ao governo dentro do Sovite. A partir de então, Tseretelli preencheu efetivamente as funções de um comissário da burguesia no sistema dos soviets. “Se os interesses do país eram obstaculizados pela coligação”, dizia ele na sessão do Soviete de Petrogrado, “nosso dever seria convidar nossos camaradas a se retirarem do governo.” Não se tratava mais de eliminar, pelo extenuamento, os liberais, como Dan outrora prometera, mas ao contrário, sentindo-se sem forças, deram abandonar o leme, em tempo oportuno. Tseretelli preparava a devolução integral do poder à burguesia.

Os socialistas revolucionários, na primeira coligação formada a 6 de maio, ficaram em minoria; eles, porém, eram os verdadeiros senhores da situação, no gabinete ministerial de 24 de julho os socialistas ficaram

em maioria, mas não passaram de sombra dos liberais... “Apesar de uma pequena preponderância nominal dos socialistas”, declara Miliukov, “a preponderância real do gabinete pertencia, incontestavelmente aos partidários convictos da democracia burguesa.” Seria mais exato dizer: da propriedade burguesa. Quanto à democracia, o caso apresentava-se menos claramente. Dentro do mesmo espírito, porém com argumentos inesperados, o ministro Peshekhonov compara a coligação de julho à de maio: em maio a burguesia necessitava do apoio da esquerda; no momento presente, sob a ameaça de uma contrarrevolução, o apoio da direita nos é indispensável: “quanto mais atraírmos para nós forças da direita menores forças restarão para atacar o poder”. Incomparável fórmula de estratégia política: para suspender o sítio da fortaleza é melhor abrir a porta principal pelo lado de dentro. Tal era a fórmula da nova coligação.

A reação tomava a ofensiva, a democracia batia em retirada. As classes e os grupos que, nos primeiros tempos, a Revolução apavorara, levantavam a cabeça. Os interesses que, ainda na véspera, estavam dissimulados, hoje se revelam abertamente. Os negociantes e os especuladores exigiam o extermínio dos bolcheviques e a liberdade do comércio; eles gritavam contra quaisquer limitações do tráfico, mesmo contra as que haviam sido instituídas ao tempo do czar. Os serviços de abastecimentos que tentaram lutar contra a especulação foram acusados como responsáveis pela falta dos gêneros alimentícios. O ódio contra esses organismos voltava-se contra os soviets. O economista menchevique Grohman declarava que a luta dos comerciantes “intensificara-se, particularmente, após os acontecimentos de 3-4 de julho”. Responsabilizavam-se os soviets pelas derrotas, pela vida cara e pelas cabriolas noturnas.

Alarmado pelas maquinações monárquicas e temendo uma explosão, em réplica, o governo enviou a 1º de julho, Nicolau Romanov e sua família para Tobolsk. No dia seguinte foi interdito o novo jornal dos bolcheviques *Rabochi i Soldat*.^{*} De toda parte chegam notícias das prisões em massa nos comitês de exércitos. Em fins de julho, os bolcheviques só puderam reunir-se, em congresso, numa semilegalidade. Os congressos de

* *Operário e Soldado* [Nota da tradutora.]

soldados foram proibidos. E aqueles que, anteriormente, ficaram encerrados em casa, começaram a se reunir: proprietários de terras, comerciantes e industriais, chefes de cossacos, clero, cavaleiros de São Jorge. As vezes tinham todas o mesmo tom e só diferiam pelo grau de insolência. O concerto era dirigido, indiscutivelmente, apesar de que nem sempre de modo claro, pelo Partido Cadete.

No Congresso do Comércio e da Indústria que se reuniu, em princípios de agosto, com mais ou menos 300 representantes das principais organizações da Bolsa e das empresas, o discurso programa foi pronunciado pelo rei da indústria têxtil, Riabushinsky que não mascarou as próprias intenções. “O Governo Provisório tinha apenas uma aparência de poder... Na verdade, nele se instalou um bando de charlatães da política... O governo esgota, com impostos, em primeiro lugar e rigorosamente a classe dos comerciantes e industriais... Será razoável dar dinheiro ao dissipador? Não será preferível, para a salvação da pátria, colocar os esbanjadores sob tutela?...” E finalmente, como conclusão, esta ameaça: “A mão esquelética da fome e da miséria populares pegará pelo pescoço os amigos do povo!...” A frase sobre a mão esquelética da fome, que dava sentido geral à política dos *lock-out*, incorporou-se desde então, fortemente, ao vocabulário político da Revolução. Ela custou muito caro aos capitalistas.

Inaugurou-se, em Petrogrado, o congresso dos comissários da província. Os agentes do Governo Provisório que, segundo a concepção inicial, deveriam levantar-se em torno dele como um verdadeiro baluarte, na realidade se agruparam contra ele e, sob a direção do centro cadete, eliminaram o infeliz ministro do Interior, Avksentiev. “Não é possível assustarmo-nos entre duas cadeiras: O Governo deve governar e não fazer o papel de marionete.” Os conciliadores procuravam justificar-se e falavam a meia-voz, temendo que as disputas entre eles e os seus aliados fossem ouvidas pelos bolcheviques. O ministro socialista saiu do congresso escaldado.

A imprensa dos socialistas revolucionários e dos mencheviques adquiriu, pouco a pouco, a linguagem das lamentações e das recriminações. Nas suas colunas, revoluções inesperadas começaram a aparecer. A 6 de agosto, o jornal socialista revolucionário *Diolo Naroda** publicou uma

* *A Causa do Povo* [Nota da tradutora.]

carta que os socialistas revolucionários de esquerda enviaram quando a caminho do *front*. Os signatários estavam surpreendidos com o papel desempenhado pelos *junkers*... Emprego constante de sevícias, participações dos *junkers* em expedições punitivas acompanhadas do envio ao pelourinho, sem julgamento, sem instruções, por simples determinações de um comandante de batalhão... Os soldados exasperados começaram a atirar, de emboscada, sobre determinados *junkers*... E era desse modo que se realizava a obra de saneamento do Exército.

A reação progredia, o governo recuava. A 7 de agosto foram postos em liberdade os mais famosos cem-negros, cúmplices dos círculos rasputinianos e dos *pogroms* antisemitas. Os bolcheviques permaneciam na prisão de Kresty onde se anunciava a greve de fome dos operários, dos soldados e dos marinheiros detidos. A secção operária do Soviete de Petrogrado enviou, naquele dia, uma saudação a Trotsky, Lunacharsky, Kollontai e a outros prisioneiros.

Os industriais, os comissários provincianos, o congresso dos cosacos de Novocherkassk, a imprensa patriota, os generais, os liberais – todos, enfim, julgavam que era absolutamente impossível realizar as eleições para a Assembleia Constituinte no mês de setembro; melhor seria adiá-la para o fim da guerra. O Governo, entretanto, não podia resolver-se a isto. Encontrou-se um ajuste: a convocação da Assembleia Constituinte foi adiada para o dia 28 de novembro. Não foi sem aborrecimento que os cadetes aceitaram o adiamento: eles tinham certeza plena de que, durante os três meses que faltavam, acontecimentos decisivos se produziriam e que colocariam a questão mesma da Assembleia Constituinte em outro plano. Essas esperanças se ligavam, cada vez mais, abertamente ao nome de Kornilov.

A publicidade em torno do novo “generalíssimo” passou a ocupar, daí por diante, o centro da política burguesa. A biografia do “primeiro generalíssimo” foi espalhada em grande número de exemplares, com o concurso ativo do quartel-general. Quando Savinkov na qualidade de ministro da Guerra, dizia aos jornalistas “Nós estimamos”, “nós” não significava Savinkov e Kerensky, mas Savinkov e Kornilov. O barulho feito em torno do nome de Kornilov obrigava Kerensky a pôr-se em guarda. Circulavam boatos, dia a dia mais persistentes, a respeito de um complô cujo centro seria o Comitê de União dos Oficiais junto ao quartel-general. Uma entre-

vista do chefe do Governo com o chefe do Exército, em começos do mês de agosto, só fez atizar a antipatia recíproca entre eles. “Esse tonto, esse falador, quer comandar-me?”, devia dizer Kornilov. “Esse cossaco limitado e inculto pretende salvar a Rússia?”, forçosamente pensou Kerensky. Ambos tinham razão a seu modo. O programa de Kornilov, que compreendia a militarização das usinas e das vias férreas, a extensão da pena de morte à retaguarda e a subordinação da circunscrição militar de Petrogrado juntamente com a guarnição da capital ao quartel-general, chegou, nesse meio tempo, ao conhecimento dos círculos conciliadores. Por detrás do plano oficial adivinha-se facilmente, outro, não expresso, mas tanto mais efetivo. A imprensa de esquerda deu o sinal de alarme. O Comitê Executivo propunha uma nova candidatura ao posto de generalíssimo, na pessoa do general Cheremissov. Começaram a falar abertamente da próxima demissão de Kornilov. A reação ficou inquieta.

A 6 de agosto, o Soviete da União dos doze corpos de cossacos – o do Don, o de Kuban, o de Tver, etc. – decidiu, com a participação de Savinkov, levar “alto e firmemente” ao conhecimento do governo e do povo que não assumiria qualquer responsabilidade pelo procedimento das tropas cossacas, no *front* e na retaguarda, caso o general Kornilov, “herói e chefe”, fosse destituído. A conferência da União dos Cavaleiros de São Jorge ameaçou ainda mais firmemente o governo: se Kornilov for demitido, a União lançará imediatamente, “como grito de guerra para todos os cavaleiros de São Jorge, a ordem de agir em comum com os cossacos”. Nem um dos generais protestou contra essa infração da disciplina e a imprensa da Ordem publicou, entusiasticamente, decisões que constituíam ameaça de guerra civil. O comitê principal União do Exército e da Marinha enviou um telegrama no qual declarava colocar todas as suas esperanças “no bem-amado chefe, o general Kornilov”, rogando “a todas as pessoas honestas” que manifestassem confiança no general. A conferência dos “homens públicos” da direita, que nesse dia se reunia em Moscou, enviou um telegrama a Kornilov, no qual unia seus clamores aos dos oficiais, dos cavaleiros de São Jorge e dos cossacos: “Toda a Rússia que pensa vos fita com esperança e fé”. Não era possível falar mais claramente. Tomavam parte na conferência industriais e banqueiros tais como Riabushinsky e Tretiakov, os generais Alexeiev e Brussilov, representantes do clero e do professorado, líderes do

Partido Cadete, com Miliukov à frente. E como camuflagem figuravam representantes de uma “união camponesa” meio fictícia, que se destinava a assegurar aos cadetes um apoio entre os elementos das altas camadas do campesinato. Na cadeira presidencial assentava-se a figura monumental de Rodzianko que agradeceu à delegação de um regimento de cossacos por haver reprimido o movimento bolchevique. A candidatura de Kornilov ao papel salvador do país foi assim, abertamente, colocada pelos mais autorizados representantes das classes possuidoras e cultas da Rússia.

Depois de semelhantes preparativos, o generalíssimo aproximou-se subitamente do ministro da Guerra, a fim de entabular conversações a respeito do programa que havia apresentado para a salvação do país. “Logo após a sua chegada a Petrogrado”, diz o general Lukomsky, chefe do estado-maior de Kornilov, ao relatar essa visita, “o generalíssimo dirigiu-se ao Palácio de Inverno”, acompanhado pelos cossacos *tekintsi** e com duas metralhadoras. Assim que o general Kornilov penetrou no Palácio as duas metralhadoras foram retiradas do automóvel e os cossacos do Tek montaram guarda diante da porta principal do palácio para que lhes fosse possível, em caso de necessidade, correr em socorro do generalíssimo. “Supunha-se que ele necessitasse deste auxílio contra o ministro presidente.” As metralhadoras do Tek eram as armas da burguesia dirigidas contra os conciliadores que se lançavam aos pés dela. E, desse modo, apresentava-se o governo da salvação, independente dos soviets!

Imediatamente após a visita de Kornilov, Kokoshkin, membro do Governo Provisório, declarou a Kerensky que os cadetes se demitiriam “caso o programa de Kornilov não fosse aceito naquele dia mesmo”. Mesmo sem metralhadoras, os cadetes mantinham com o governo a linguagem peremptória de Kornilov. E dava resultados. O Governo Provisório apresou-se em examinar o relatório do generalíssimo e admitiu, em princípio, a possibilidade de aplicar as medidas propostas, “inclusive a pena de morte na retaguarda”.

Para a mobilização das forças da reação aderiu, naturalmente, o Concílio Pan-Russo da Igreja Ortodoxa que oficialmente tinha como

* Cavalaria nativa caucasiana. *Tekintsi*, do Tek. (Nota da tradutora.)

objetivo terminar a emancipação da Igreja Ortodoxa, até então escrava da burocracia, mas que no fundo tinha como finalidade proteger a Igreja com a Revolução. Depois da abolição da Monarquia perdera a Igreja seu chefe oficial. Suas relações com o Estado multissecular defensor e protetor permaneciam em suspensão. A bem dizer, o Santo Sínodo, numa carta pastoral do dia 9 de março, apressara-se em abençoar a Revolução realizada e convidar o povo a “confiar no Governo Provisório”. Todavia, o futuro estava carregado de ameaças. O governo silenciava sobre a questão da Igreja assim como o fazia sobre outros problemas. O clero perdera completamente a cabeça. De tempos em tempos, chegava um telegrama de um ponto qualquer da periferia da cidade de Vermb na fronteira com a China ou de qualquer paróquia local, assegurando ao príncipe Lvov que a política dele estava inteiramente de acordo com os mandamentos do Evangelho. Acomodando-se com a insurreição a Igreja não ousava tomar parte ativa nos acontecimentos. Isto se fazia sentir mais nitidamente no *front* do que em outros lugares, onde a influência do clero caiu ao mesmo tempo em que a disciplina do medo. Denikin atesta:

“Se o corpo de oficiais lutou, entretanto, pelos seus direitos de comando e por sua autoridade militar, a voz dos pastores silenciou logo aos primeiros dias da Revolução e eles deixaram de participar, de qualquer modo, da vida ativa das tropas.” O congresso do clero no Grande Quartel-General e nos estados-maiores dos exércitos passou completamente despercebido.

O Concílio, que era, antes de mais nada, um negócio de casta para o próprio clero, sobretudo para as esferas superiores dele, não permaneceu, todavia, encerrado nos quadros da burocracia eclesiástica: a sociedade liberal a ele agarrou-se com todas as forças. O Partido Cadete, não tendo encontrado no povo alguma base política, esperava que a Igreja, após a reforma, lhe servisse de intérprete junto das massas. Na preparação do concílio desempenharam papel ativo, ao lado e mesmo acima dos príncipes da Igreja, os políticos leigos de diversas tendências, tais como o príncipe Trubetskoy, o conde Olsufiev, Rodzianko, Samarin, professores e escritores liberais. O Partido Cadete tentou em vão criar, em torno do concílio, um ambiente de reforma eclesiástica, temendo ao mesmo tempo abalar, com um movimento imprudente, o edifício carcomido. Nem o clero nem os reformadores leigos procuraram pensar na questão da separação da Igreja e do Estado. Os prin-

cipes da Igreja estavam, naturalmente, inclinados a enfraquecer o controle do Estado sobre os seus negócios internos, mas na condição do Estado continuar a proteger a situação privilegiada, que ocupavam as terras e as rendas da Igreja, como também continuar cobrindo a parte de leão dos seus gastos. De seu lado, a burguesia estava disposta a garantir à ortodoxia sua posição de Igreja dominante, mas com a condição de aprender a servir em novo estilo, entre as massas, os interesses das classes dominantes.

Aqui, porém, começavam as grandes dificuldades. O mesmo Denikin salienta, com consternação, que a Revolução Russa “não criou um único movimento religioso popular mais ou menos perceptível”. Seria mais exato dizer que, quanto mais as novas camadas populares eram arrasadas pela Revolução, mas voltavam, quase que automaticamente, as costas à Igreja, mesmo que anteriormente houvessem mantido ligações com ela. Nos campos alguns padres podiam ainda exercer uma influência pessoal, segundo a atitude que assumissem perante a questão agrária. Nas cidades ninguém, não apenas nos meios operários como também entre a pequena burguesia, tivera a ideia de se dirigir ao clero para conseguir a solução dos problemas levantados pela Revolução. Os preparativos para o concílio encontraram total indiferença por parte do povo. Os interesses e as paixões das massas encontravam expressão na linguagem e nas palavras de ordem socialistas e não nos textos de teologistas. A Rússia atrasada seguia sua história destruindo as etapas: viu-se obrigada a saltar por cima, não apenas da época da Reforma, como também do parlamentarismo burguês.

O concílio, concebido durante o mês do fluxo revolucionário, coincidiu com as semanas de refluxo. Esse fato acentuou ainda seu aspecto reacionário. A composição do concílio, os problemas tratados por ele, e até o cerimonial de abertura – tudo testemunhava as modificações radicais da atitude das diferentes classes em relação à Igreja. Ao officio divino, na catedral da Assunção, ao lado de Rodzianko e dos cadetes, estavam presentes Kerensky e Avksentiev. O prefeito de Moscou, Rudnev, socialista revolucionário, declarou no discurso de abertura que proferiu: “Enquanto viver o povo russo, a fé cristã inflamará sua alma.” Ainda na véspera toda aquela gente se considerava descendentes diretos do profeta do Iluminismo russo, Chernishovsky.

O concílio enviou, em todas as direções, apelos impressos, exigiu um poder forte, denunciou os bolcheviques e no mesmo tom em que fez

o ministro do Trabalho, Skobelev, rogou “aos operários que trabalhassem sem poupar forças e que subordinassem as reivindicações ao bem da pátria”. O concílio, porém, dedicou particular atenção à questão agrária. Os metropolitanos e os bispos não estavam menos apavorados e exasperados do que os proprietários nobres com a amplitude do movimento agrário e as apreensões deles, a respeito das terras da Igreja e dos monastérios, falavam muito mais violentamente às almas do que o problema da democratização das paróquias. As recomendações do Concílio exigem, sob a ameaça da cólera divina e da excomunhão, “a restituição imediata às igrejas, aos conventos, às paróquias, aos particulares, das terras, dos bosques e das colheitas que haviam sido pilhadas”. Aqui devemos lembrar a voz que clama no deserto! O concílio arrastou-se de semana a semana e só atingiu o apogeu de sua obra – o restabelecimento do patriarcado,* abolido por Pedro o Grande, 200 anos antes – após a Revolução de Outubro.

Em fins de julho o Governo decidiu convocar, para o dia 13 de agosto, uma conferência de Estado, a realizar-se em Moscou, na qual deveriam estar representadas todas as classes e instituições públicas do país. O próprio governo determinou a composição da conferência. Em absoluta contradição com os resultados de todas as eleições democráticas realizadas no país, sem excetuar uma sequer, o governo tomou medidas para assegurar antecipadamente à assembleia um número igual de representantes das classes possuidoras e do povo. Somente sobre a base desse equilíbrio artificial é que o governo de salvação da Revolução esperava ainda salvar-se a si próprio. Não foram outorgados aos Estados Gerais quaisquer direitos definidos. “A conferência... não conseguiu”, segundo Miliukov, “mais do que voz deliberativa: as classes possuidoras desejavam dar à democracia um exemplo de abnegação para se apoderar, em seguida, e de maneira segura, da totalidade do poder.” Oficialmente apresentou-se como objetivo da Conferência “a união do poder do Estado com todas as forças organizadas do país”. A imprensa falava da necessidade de dar coesão, de reconciliar, e de levantar os espíritos. Em outros termos: uns não desejavam, outros não eram capazes de dizer claramente com que finalidade propriamente dita Conferência se reunia. Também aqui se tornou tarefa para os bolcheviques dar às coisas seu verdadeiro nome.

* *A Centelha*. [Nota da tradutora.]

.....

Capítulo VI

KERENSKY E KORNILOV

(Os elementos do bonapartismo na Revolução Russa)

MUITO SE ESCREVEU PARA DIZER que as desgraças que se seguiram, inclusive o advento dos bolcheviques, teriam sido evitadas se, no lugar de Kerensky, à frente do poder, se encontrasse um homem dotado de pensamento claro e de caráter firme. É incontestável que a Kerensky faltavam tanto um quanto o outro. Por que motivo, porém, determinadas classes sociais viram-se forçadas a exaltar precisamente Kerensky?

Para refrescar nossa memória histórica, temos os acontecimentos da Espanha mostrando-nos, ainda uma vez como a Revolução, ao apagar os limites habituais da política, obnubila nos primeiros tempos, numa bruma rósea, a tudo e a todos. Até mesmo os inimigos da Revolução se esforçam, nessa primeira fase, por tomar as cores dela; e nesse mimetismo revela-se a tendência meio instintiva das classes conversadoras a se adaptar às transformações que as ameaçam, visando sofrer o menos possível. A solidariedade da nação, baseada em uma fraseologia inconsistente, transforma a atividade conciliadora em função política indispensável. Os idealistas pequeno-burgueses, que olham por cima das classes, que pensam segundo frases feitas,

que não sabem o que querem, e dirigem a todos os seus melhores votos, são, nesse estádio, os únicos líderes concebíveis para a melhoria. Se Kerensky possuísse um pensamento claro e uma vontade firme seria totalmente desnecessário para o seu papel histórico. Isto não é absolutamente uma apreciação retrospectiva. Era assim que julgavam dele os bolcheviques no fogo dos acontecimentos. “Defensor de processos políticos, socialista revolucionário que se achava à frente dos trabalhistas, radical absolutamente desprovido da menor doutrina socialista, Kerensky refletia, do modo mais completo, a primeira época da Revolução, isto é, a amorfia “nacional”, o “idealismo inflamado de esperanças e de anseios” –, escrevia o autor deste trabalho quando ainda na prisão de Kerensky, após as Jornadas de Julho: “Kerensky falava em terra e liberdade, em ordem na paz dos povos, na defesa da pátria, no heroísmo de Liebknecht, dizia que a Revolução Russa deveria espantar o mundo pela magnanimidade e, nesta ocasião, agitava no ar um lenço vermelho. O pequeno-burguês, no meio despertado, escutava com entusiasmo tais discursos: parecia-lhe que era ele próprio quem falava do alto da tribuna. O exército acolheu Kerensky como se fosse aquele que o deveria libertar de Guchkov. Os camponeses haviam escutado falar dele como se fosse um trabalhista, um deputado dos mujiques. Os liberais estavam seduzidos pela extrema moderação das ideias sob o informe radicalismo das frases...”

O período dos abraços gerais, porém, não dura muito tempo. A luta de classe apazigua-se, no início da Revolução somente para despertar sob a forma de guerra civil. O inevitável desmoronamento do movimento conciliador está incluído, antecipadamente, em sua subida feérica. Um jornalista francês oficioso. Claude Anet, explicava a rapidez com que Kerensky perdera a sua popularidade pela falta de tato que levava o político socialista à prática de atos que “pouco se harmonizavam” com seu papel. “Ele frequenta os camarotes imperiais. Mora no Palácio de Inverno ou em Tzarsko-Selo. Dorme no leito dos imperadores da Rússia. Um excesso de vaidade ostensiva; tudo isto choca nesse país, o mais simples do mundo.”* O tato, tanto nas pequenas como nas grandes coisas, pressupõe o

* Claude Anet, *A Revolução Russa – Junho-novembro de 1917*, pp.15-16. [Nota da tradutora.]

conhecimento da situação e o lugar que nela se ocupa. Não havia sequer a aparência disso em Kerensky. Elevado às alturas, pela confiança das massas, era para as mesmas absolutamente estranho, não as compreendia e não se interessava de modo algum em saber de que forma aceitavam a Revolução e quais as deduções que dela tiravam. As massas esperavam dele atos audaciosos e ele pedia às massas que não o importunassem em magnanimidade e em sua eloquência. Na ocasião em que Kerensky visitou, de maneira teatral, a família do czar, que se encontrava detida, os soldados que guardavam o Palácio diziam ao comandante: “Nós deitamos sobre tábuas, somos mal alimentados, mas Nicholashka, apesar de preso, tem carne até para jogar fora.” Essas palavras não eram absolutamente “magnânimas”, porém expressavam o que os soldados sentiam.

O povo, que havia quebrado as cadeias seculares, ultrapassava, a todo o momento, o limite demarcado pelos líderes instruídos. A esse respeito exclamava Kerensky, em fins de abril: “Será possível que o livre país russo seja um Estado de escravos revoltados?... Sinto não haver morrido há dois meses: teria morrido levando um grande sonho”, etc. Ele esperava influenciar, com esta péssima retórica, os operários, os soldados, os marinheiros, os camponeses. O almirante Kolchak narrou, posteriormente, perante o tribunal soviético, como o ministro da Guerra, radical, percorreria, em maio, os estaleiros da frota do mar Negro, a fim de reconciliar os marinheiros com os oficiais. Após cada discurso o orador supunha haver alcançado seus objetivos: “Vê o senhor, almirante, tudo está arranjado...” Nada porém estava arranjado: começava apenas a *débâcle* da frota.

Quanto mais avançava tanto mais Kerensky irritava as massas com coqueterias, fanfarrônicas, imposturas. Durante uma viagem ao *front*, gritava com irritação, em seu vagão, dirigindo-se ao seu ajudante de ordens, calculando certamente que seria ouvido pelos generais: “Fora com estes malditos comitês!” Ao chegar à frota do Báltico, Kerensky ordenou ao Comitê Central dos marinheiros que se apresentassem ao navio capitânia. O Centrobalt, na qualidade de órgão soviético, não estava subordinado ao ministro, e considerou essa ordem como um ultraje. O presidente do Comitê, o marinheiro Dybenko, respondeu: “Se Kerensky deseja conversar com o Centrobalt que ele venha nos ver.” Não era isto uma insolência intolerável? Nos navios onde

Kerensky entabulou conversações políticas com os marinheiros, a coisa não andava melhor, sobretudo no navio *República*, no qual reinava um estado de espírito bolchevique e onde o ministro foi interrogado ponto por ponto. Por que votou a favor da guerra da Duma e do Império? Por que acrescentara seu nome na nota imperialista de Miliukov, a 21 de abril? Por que concedera aos senadores do tzar 6.000 rublos por ano, a título de pensão? Kerensky recusou responder a essas pérfidas perguntas apresentadas por homens que “não eram seus amigos”. A equipagem declarou, secamente, que as explicações do ministro “não eram satisfatórias...” Envolvido em silêncio sepulcral Kerensky desceu do navio. “Escravos revoltados!”, dizia o advogado radical, rangendo os dentes. Os marinheiros, entretanto, experimentavam um sentimento de orgulho. “Sim, nós éramos escravos, mas nós nos sublevamos!”

Pela displicência de sua atitude relativamente à opinião democrática, Kerensky provocava, a cada passo, pequenos conflitos com os líderes dos soviets que marchavam na mesma direção que ele, porém voltando-se, mais frequentemente, para as massas. Já no dia 8 de maio, o Comitê Executivo, apavorado pelos protestos da base, declarou a Kerensky que a libertação dos policiais presos era inadmissível. Alguns dias mais tarde os conciliadores viram-se obrigados a protestar contra a intenção que manifestara o ministro da Justiça de enviar a família imperial para a Inglaterra. E, ainda, dois ou três dias mais tarde, o Comitê Executivo colocou a questão geral de “uma regularização nas relações” com Kerensky. Essas relações, porém, não foram nem puderam ser regularizadas. No que dizia respeito à linha do partido as coisas não apresentavam melhor aspecto. No congresso dos socialistas revolucionários, realizado em princípios de junho, Kerensky foi posto à prova nas eleições do Comitê Central e obteve 135 votos sobre 270. Como se esforçavam os líderes, explicando à direita e à esquerda que “muitos votos foram negados ao camarada Kerensky” porque o mesmo já estava “sobrecarregado de afazeres”! Na realidade, se os socialistas revolucionários do estado-maior e dos departamentos ministeriais adoravam Kerensky, como fonte de lucros, os velhos socialistas revolucionários, ligados às massas, o consideravam sem confiança nem estima. Porém, nem o Comitê Executivo nem o Partido Socialista Revolucionário podiam abrir mão de Kerensky: ele era indispensável como um elo da coligação.

No bloco soviético o papel dirigente pertencia aos mencheviques: eles inventavam as decisões, isto é, os meios de eludir os atos. No aparelho governamental, porém, os populistas tinham sobre os mencheviques uma evidente preponderância que se traduzia, mais claramente, pela situação dominante de Kerensky. Semicadete e semissocialista revolucionário, Kerensky era no Governo não o representante dos soviets, como Tseretelli ou Chernov, mas um vínculo vivo entre a burguesia e a democracia. Tseretelli-Chernov representavam um dos aspectos da coligação. Kerensky era a encarnação pessoal da própria coligação. Tseretelli lamentava-se de que em Kerensky predominavam os “motivos individuais”, não compreendendo que esses motivos fossem inseparáveis da função política de Kerensky. O próprio Tseretelli, na qualidade de ministro do Interior, emitiu uma circular na qual dizia que o comissário provincial devia apoiar-se em todas “as forças vivas” locais, isto é, na burguesia e nos soviets, e aplicar a política do Governo Provisório sem ceder “às influências dos partidos”. Esse comissário ideal, sobrepondo-se às classes e aos partidos hostis, para haurir nele próprio e na circular a sua vocação – era na realidade um Kerensky feito sob a medida de uma província ou de um distrito. Para coroar o sistema necessitava-se do independente comissário pan-russo do Palácio de Inverno. Na falta de Kerensky, o sistema conciliador seria uma cúpula de igreja sem a cruz.

A história da elevação de Kerensky está cheia de ensinamentos. Tornou-se ministro da Justiça graça à insurreição de Fevereiro, que ele temia. A revolta de abril, Revolução dos “escravos revoltados”, fê-lo ministro da Marinha. Os combates de julho, provocados pelos “agentes da Alemanha”, colocaram-no à frente do governo. Em princípios de setembro, o movimento das massas fez ainda do chefe do Governo um generalíssimo. A dialética do regime conciliador e, ao mesmo tempo, sua malvada ironia, consistia no seguinte: pela pressão das massas elas deviam elevar Kerensky ao mais alto cume antes de derrubá-lo.

Afastando com desprezo o povo que lhe dera o poder, Kerensky procurava com maior avidez as demonstrações de aprovação da sociedade culta. Logo nos primeiros dias da Revolução o doutor Kishkin, líder dos cadetes de Moscou, contava, por ocasião de seu regresso de Petrogrado: “Se não fosse Kerensky não teríamos isso que hoje temos. Seu nome será inscri-

to com letras de ouro nos anais da História.” Os elogios dos liberais transformaram-se em um dos mais importantes critérios políticos de Kerensky. Mas ele não podia e não devia depositar simplesmente a sua popularidade aos pés da burguesia. Bem ao contrário, ele adquiria dia a dia o gosto de ver todas as classes aos seus próprios pés. “A ideia de opor e de equilibrar entre elas as representações da burguesia e da democracia”, testemunha Miliukov, “não era estranha a Kerensky já nos começos da Revolução.” Esta orientação originava-se de todo o curso da existência de Kerensky, decorrida entre o tribunal liberal e os círculos clandestinos. Ao mesmo tempo em que assegurava obsequiosamente a Buchanan que o “Soviete morreria de morte natural”, Kerensky, a todo o momento, intimidava seus colegas burgueses com a cólera do Soviete. E nos casos, bastante frequentes, em que os líderes do Comitê Executivo ficavam em desacordo com Kerensky, ele os ameaçava com a mais temível das catástrofes: a demissão dos liberais.

Quando Kerensky repetia que não desejava ser o Marat da Revolução Russa, isto significava que ele recusava tomar medidas rigorosas contra a reação, mas não absolutamente contra a “anarquia”. Esta é em geral a moral dos adversários da violência na política: eles a afastam enquanto se trata de modificar o que existe; mas, na defesa da ordem, eles não recuam diante da opressão mais implacável.

Kerensky, durante o período da preparação da ofensiva no *front*, tornou-se personagem particularmente preferido das classes possuidoras. Contava Tereshchenko, a todo mundo, como os Aliados tinham em alta conta “os esforços de Kerensky”; muito severa para com os conciliadores, a *Rech* dos cadetes salientava, invariavelmente, a predileção deles pelo ministro da Guerra; o próprio Rodzianko reconhecia que “esse jovem... resuscita diariamente, com vigor redobrado, pelo bem da pátria e para o trabalho construtivo”. Com tais opiniões os liberais desejavam adular Kerensky. Mas, em suma, eles não podiam deixar de ver que Kerensky trabalhava para eles “...Pensai um pouco”, dizia Lenine, “no que aconteceria se Guchkov se pusesse a dar ordens para a ofensiva, a dissolver regimentos, a prender soldado, a proibir congressos, a gritar com os homens da tropa, tratando-os por tu e chamando-os ‘covardes’ etc. Kerensky, entretanto pode ainda dar-se a esse ‘luxo’ enquanto não tiver depilado a confiança, a bem dizer em decadência vertiginosa, que o povo lhe deu em crédito.”

A ofensiva que elevara a reputação de Kerensky nos meios da burguesia minou definitivamente sua fama entre o povo. A derrocada da ofensiva não foi mais que a derrocada de Kerensky nos dois campos. Porém, coisa estranha: o que o tornava, doravante, “insubstituível” era precisamente o fato de estar comprometido com os dois lados. A respeito do papel de Kerensky na criação da segunda coligação, assim se exprime Miliukov: “O único homem que era possível”, mas ai! “não aquele de quem necessitávamos...” Os dirigentes da política liberal, aliás, jamais levaram Kerensky muito a sério. E os grandes círculos da burguesia faziam recair sobre ele a responsabilidade de todos os golpes da sorte. “A impaciência dos grupos animados de espírito patriótico” incitava-os, segundo o testemunho de Miliukov, a procurar um homem forte. Durante algum tempo o almirante Kolchak foi designado para esse papel. A instalação de um homem forte no leme “era concebida de conformidade com outros processos que não fossem os das confabulações e dos acordos”. Pode-se acreditar nisso sem esforço. “Quanto a um regime democrático à vontade popular, à Assembleia Constituinte”, escreve Stankevich, referindo-se ao Partido Cadete, “as esperanças já haviam sido abandonadas: as eleições municipais, em toda a Rússia, já não deram esmagadora maioria dos socialistas?... E nesse caso, metem-se a procurar em transe o poder que fosse capaz, não de persuadir, mas apenas de dar ordens.” Ou mais exatamente: um poder que fosse capaz de estrangular a Revolução.

Na biografia de Kornilov e nas particularidades de seu caráter, não é fácil escolher traços passíveis de justificarem a candidatura dele ao posto de salvador: o general Martynov que em tempo de paz fora chefe de serviço de Kornilov, e durante a guerra seu companheiro de prisão numa fortaleza austríaca, caracteriza Kornilov nos seguintes termos: “Distinguiu-se por sua perseverança laboriosa e por grande presunção; para as capacidades intelectuais, era homem pertencente à média comum; desprovido de visão larga.” Martynov inscreve no ativo de Kornilov duas características: a bravura pessoal e o desinteresse. Num meio em que a preocupação de todos era, principalmente, a segurança pessoal e onde se roubava desmedidamente, semelhantes qualidades saltavam aos olhos. Quanto às capacidades estratégicas, sobretudo de apreciar determinadas situações em seu conjunto, em seus elementos materiais e morais, Kornilov não possuía

nem sombra delas. “E, além disso, faltava-lhe talento de organizador” diz Martynov, “e seu caráter tão irascível quão desequilibrado, tornava-o pouco apto às ações racionais.” Brussilov, que havia observado toda a atividade militar de seu subordinado, no decurso da guerra mundial, falava dele com absoluto desprezo: “Chefe de um intrépido destacamento de *partisans*, e nada mais...” A lenda oficial criada em torno da divisão de Kornilov era ditada pela necessidade que sentia a opinião patriótica de descobrir manchas claras sobre um fundo escuro. “A 48ª Divisão” escreve Martynov, “foi aniquilada, unicamente, em consequência da detestável direção... do próprio Kornilov, que... não soube organizar a retirada e que, principalmente, modificou repetidamente suas próprias decisões e perdeu tempo... No último instante, Kornilov abandonou à própria sorte a divisão que ele lançara na ratoeira, para tentar escapar, ele mesmo, ao cativo. Entretanto, após vagarear durante quatro dias, o general sem sorte rendeu-se aos austríacos e somente muito mais tarde se evadiu. De volta à Rússia, nas entrevistas concedidas a diversos correspondentes de jornais, Kornilov adornou a história de sua evasão com as cores berrantes da fantasia.” Não vemos motivo de demorarmos, por mais tempo nas retificações prosaicas feitas à lenda por testemunhas bem informadas. Parece que foi a partir daquela ocasião que Kornilov tomou gosto pela publicidade jornalística.

Antes da Revolução, Kornilov era um monarquista do matiz reacionário cem-negro. Prisioneiro, lendo as gazetas, por mais de uma vez repetiu que “teria mandado enforcar, com prazer, todos aqueles Guchkov-Miliukov.” As ideias políticas, porém não o preocupavam, como em geral acontece com homens desse tipo, senão na medida que elas o tocavam diretamente. Depois da Revolução de Fevereiro, Kornilov, muito à vontade, declarou-se republicano. “Ele diferenciava, com grande dificuldade”, diz ainda o mesmo Martynov, “os interesses emaranhados das diferentes camadas da sociedade russa, não conhecia os agrupamentos partidários, nem as personalidades.” Mencheviques, socialistas revolucionários e bolcheviques confundiam-se, na opinião dele, em uma única massa hostil que impedia os comandantes de comandarem, os proprietários fruírem das propriedades deles, os fabricantes prosseguirem produzindo, e os mercadores comerciarem.

O Comitê da Duma de Estado, a partir de 2 de março, aferrara-se ao general Kornilov, a pedido de Rodzianko, insistia com o quartel-general

para que nomeasse “o nobre herói, ilustre em toda a Rússia” comandante-chefe das tropas da região militar de Petrogrado. No próprio telegrama de Rodzianko, o czar que já deixara de ser czar escreveu: “Aprovado.” Foi assim que a capital revolucionária recebeu, como dote, o primeiro general vermelho. Nas atas do Comitê Executivo de 10 de março, acha-se consignada a seguinte frase sobre Kornilov: “general da velha guarda, que deseja liquidar com a Revolução”. Nos primeiros dias, o general, aliás, tentou mostrar-se simpático e, não sem algum espalhafato, celebrou o ritual da prisão da tsarina: o que lhe granjeou uma boa nota. De acordo com as memórias do coronel Kobylinsky, que Kornilov nomeou comandante de Tzarsko-Selo, descobre-se, entretanto, que Kornilov jogava duas cartas diferentes. Após ter sido apresentado à tsarina, narra Kobylinsky, em termos discretos, “disse-me Kornilov: ‘Coronel, deixa-nos a sós’. Ide e ponde-vos do outro lado da porta.’ Saí. Cinco minutos depois, Kornilov chamou-me de novo. Voltei. A soberana estendeu-me a mão...” Estava claro; Kornilov havia recomendado o coronel como pessoa amiga. Algum tempo após, soubemos de cenas de abraços e de beijos entre o czar e seu “carcereiro” Kobylinsky. Na qualidade de administrador, Kornilov, em seu novo posto, revelou-se o último dos médiocres. “Seus colaboradores imediatos em Petrogrado”, escreve Stankevich, “queixavam-se constantemente da incapacidade de Kornilov para o trabalho e para a direção dos negócios.” Kornilov, entretanto, não conseguiu manter-se por muito tempo na capital. Durante as Jornadas de Abril, ele tentou, não sem incitações por parte de Miliukov, efetuar uma primeira sangria na Revolução, esbarrando, entretanto, na resistência do Comitê Executivo; demitiu-se, obteve o comando de um Exército, e em seguida o comando do *front* sudoeste. Sem esperar pela instituição legal da pena de morte, Kornilov mandou fuzilar os desertores e expor os cadáveres adornados de letreiros, pelas estradas; ameaçou de punições rigorosas os camponeses que atentassem contra os direitos da propriedade das terras do Estado, formou batalhões de choque e, sempre que podia, ameaçava Petrogrado com os punhos. Foi assim que, em torno de seu nome, desenhou-se uma auréola aos olhos do corpo de oficiais e das classes possuidoras. Mas também muitos comissários de Kerensky disseram: a última esperança que resta é Kornilov. Algumas semanas após, o belicoso general, com sua triste experiência de comandante de divisão, tornava-se o generalíssimo de muitos milhões de homens, de um

Exército em decomposição, que a Entente desejava forçar a combater até a vitória final.

Kornilov perdeu a cabeça. A ignorância política e a estreiteza de perspectivas tornavam-se presa fácil para os caçadores de aventuras. Defendendo obstinadamente as próprias prerrogativas pessoais, “o homem de coração de leão e de cérebro de carneiro”, como o caracterizaram o general Alexeiev e depois Verkhovsky, “cedia, facilmente, a influências alheias toda vez que lhe agradassem a ambição particular”. Amistosamente predisposto em referência a Kornilov, Miliukov nota nele “uma confiança pueril nas pessoas que o sabiam adular”. O mais íntimo inspirador do generalíssimo, portador do modesto título de ajudante de ordens, foi um certo Zavoiko, personagem suspeito, antigo proprietário, especulador do petróleo e aventureiro, cuja pena se impunha de modo especial a Kornilov: Zavoiko possuía com efeito, o estilo vivo do flibusteiro que não respeita obstáculos. O ajudante de ordens era o empresário do reclame, o autor de uma biografia “popular” de Kornilov, o redator dos relatórios, dos últimos e, em geral, de todos os documentos que, segundo a expressão do general, exigiam “um estilo vigoroso e artístico”. Tinha Zavoiko um outro caçador de aventuras como companheiro, Alladin, antigo deputado à primeira Duma, tendo passado muitos anos emigrado, sempre com o seu cachimbo inglês na boca e que, por isso mesmo, se considerava especialista em questões internacionais. Um e outro situavam-se à direita de Kornilov, garantindo sua ligação com os bastidores da contrarrevolução. Seu flanco esquerdo era coberto por Savinkov e Filonenko: apoiando, por todos os meios imagináveis a opinião exagerada que o general tinha a respeito de si próprio, eles se preocupavam com impedir que o mesmo se tornasse, prematuramente, impossível aos olhos da democracia. “Acorriam a ele gente honesta e desonesta, sincera e intrigante, políticos, militares e aventureiros”, escreve em seu *pathos* e general Denikin, “e diziam todos em uníssono: Sede o salvador!” Qual seria a proporção dos honestos e dos desonestos? – não é fácil estabelecê-la. Kornilov, todavia, considerava-se, de fato, conclamado a “salvar” o país e em consequência disso, viu-se na posição de concorrente direto de Kerensky.

Os rivais detestavam-se completa e sinceramente um ao outro. “Kerensky”, segundo Martynov, “habituará-se a tratar altivamente os ve-

lhos generais. O modesto e trabalhador Alexeiev, e o diplomata Brussilov, deixavam-se tratar de cima para baixo, mas a tática era inaplicável ao vaidoso e susceptível Kornilov que... por seu lado, olhava do alto o advogado Kerensky.” O mais fraco dos dois mostrava-se disposto a concessões e oferecia sérios adiantamentos. Pelo menos em fins de julho, foi o que declarou Kornilov a Denikin, dos círculos governamentais eram-lhe dirigidos convites para tomar parte no gabinete ministerial. “Ah! Não! Aqueles senhores acham-se por demais ligados aos soviets... Respondi-lhes: entregai-me o poder e eu travarei uma luta decisiva.”

Kerensky pisava um solo movediço como o solo das turfeiras. E a saída que procurava, segundo velho costume, situava-se no domínio das improvisações oratórias: reunir, proclamar, declarar. O sucesso pessoal conseguido a 21 de julho, quando ele se elevou por sobre os campos hostis da democracia e da burguesia, sua qualidade de homem insubstituível sugeriu a Kerensky a ideia de uma conferência de Estado em Moscou. O que se passava, a portas cerradas no Palácio de Inverno, deveria ser projetado em cena aberta. É preciso que a nação veja, com seus próprios olhos, o estalar geral de todas as costuras, estalar previsível se Kerensky não empunhar as rédeas e o chicote!

Segundo a lista oficial, foram convidados à participação da Conferência de Estado, “os representantes das organizações políticas, sociais, democráticas, nacionais, comerciais e industriais, cooperativas, os dirigentes dos órgãos da democracia, os altos representantes do Exército, das instituições científicas, das universidades, e os membros da Duma de Estado das quatro legislaturas.” Previa-se a afluência de cerca de 1.500 participantes; reuniram-se aproximadamente 2.500 e o aumento verificou-se vantajosamente para a ala direita. O jornal moscovita dos socialistas revolucionários escrevia, admoestando intencionalmente o Governo: “contra 150 representantes do trabalho surgem, em oposição, 120 representantes da classe comerciante e industrial. Contra 100 deputados camponeses são convidados 100 representantes dos proprietários de terra. Em oposição aos 100 representantes dos Sovietes, contam-se 300 membros da Duma de Estado...” O jornal de partido de Kerensky duvidava que semelhante Conferência desse ao Governo “o apoio que ele buscava”.

Foi a contragosto que os conciliadores compareceram à conferência: é preciso, diziam eles tentando convencer uns aos outros, procurar

honestamente chegar a um acordo. Como, porém, proceder com os bolcheviques? Era indispensável, a todo o preço, impedir-lhes a interação no diálogo entre a democracia e as classes possuidoras. Graças a uma decisão especial do Comitê Executivo, as frações dos partidos viram-se privadas do direito de se pronunciarem sem o consentimento do *presidium* de cada uma delas. Os bolcheviques, em nome do partido, decidiram ler uma declaração e abandonar a Conferência. O *presidium*, que fiscalizava de perto cada um dos movimentos deles exigiu que renunciassem a semelhante intenção criminosa. Os bolcheviques, então, sem hesitar nem por um só momento, decidiram devolver os ingressos. Preparavam eles uma resposta diferente, mais convincente: a palavra estava com a Moscou proletária.

Quase desde os primeiros dias da Revolução, os partidários da ordem opunham, toda vez que surgia ocasião favorável, a “nação” calma à turbulenta Petrogrado. A convocação da Assembleia Constituinte em Moscou era uma das palavras de ordem da burguesia. O “marxista” Potressov, nacional-liberal, proferia maldições contra Petrogrado, que se julgava “um novo Paris”. Como se os girondinos também não houvessem ameaçado fulminar o velho Paris propondo reduzir seu papel a 1/83! Certo menchevique provinciano dizia, em junho, ao Congresso dos Sovietes: “Qualquer Novo Cherkassk reflete, com maior justeza, as condições de existência em toda a Rússia do que Petrogrado.” Tanto os conciliadores como a burguesia procuravam, no fundo, um apoio, não nas reais disposições do espírito do “país”, mas na consoladora ilusão que eles criavam para si próprios. E agora que eles seriam obrigados a tomar o pulso da opinião política de Moscou, os organizadores da Conferência estavam destinados a uma cruel desilusão.

As conferências contrarrevolucionárias que se sucediam, desde os primeiros dias de agosto, a começar pelo congresso dos proprietários fundiários e a acabar pelo concílio eclesiástico, não somente mobilizaram as esferas possuidoras de Moscou, como também alertaram os operários e os soldados. As ameaças de Riabushinsky, os apelos de Rodzianko, a confraternização dos cadetes com os generais cossacos – tudo isso ocorria sob as vistas das baixas camadas moscovitas, e tudo isso era interpretado pelos agitadores bolcheviques que acompanham as pegadas recentes dos relatórios dos jornais. O perigo de uma curta Revolução assumiu desta vez formas palpáveis e, mesmo, pessoais. Uma vaga de indignação perpassou

nas fábricas e nas usinas. “Se os soviets se mostram impotentes”, escrevia o jornal moscovita dos bolcheviques, “o proletariado deve cerrar fileiras em torno de organizações viáveis deles.” Na primeira fila avançaram os sindicatos que já se achavam, em maioria, sob direção bolchevique. O estado de espírito nas usinas era de tal modo hostil à conferência do Estado que a ideia de uma greve geral, vinda da base, foi adotada quase que sem oposição, durante a reunião dos representantes de todas as células da organização moscovita dos bolcheviques. Os sindicatos apoderaram-se da iniciativa. O Soviete moscovita, por maioria de 364 votos contra 304, pronunciou-se contra a greve. Mas como nas seções de frações, os operários mencheviques e socialistas revolucionários votavam pela greve e declaravam submeter-se unicamente à disciplina partidária, a decisão do Soviete, cuja composição havia muito tempo não se renovara, decisão tomada, aliás contra a vontade da maioria real, não tinha forças para entrar os operários de Moscou. A assembleia das direções de 41 sindicatos decidiu conchamar os operários e uma greve de protesto, durante 24 horas. Os soviets de bairros penderam, em maioria, para o lado do Partido e dos sindicatos, as usinas reclamaram, imediatamente, a realização de novas eleições ao soviete de Moscou que, não somente, se deixava distanciar das massas, como também caía em grave antagonismo com elas. No soviete de bairro de Zamoskvoretsky, subúrbio de Moscou,* de acordo com os comitês da usina, exigiu-se que os deputados que marchariam “contra a vontade da classe operária”, fossem substituídos, e isto se decidiu por 175 votos contra 4 e com 19 abstenções!

A noite que precedeu a greve foi, não obstante, cheia de alarmes para os bolcheviques de Moscou. A nação seguia as pegadas de Petrogrado, porém com algum atraso. A manifestação de julho fracassou em Moscou: não apenas a maioria da guarnição, mas também a dos operários, ninguém ousou descer às ruas contra a vontade do Soviete. Que iria dessa vez acontecer? A resposta chegou com a manhã. A oposição dos conciliadores não impediu que a greve se tornasse em poderosa manifestação de hostilidade tanto em relação à combinação quanto ao Governo. Dois dias antes, o

* Fica ao sul do rio Moscova. [Nota da tradutora.]

jornal dos industriais de Moscou escrevia com grande presunção: “Seria bom que o governo de Petrogrado viesse com urgência a Moscou, e que procurasse ouvir as vozes dos lugares sagrados, dos sinos, e das santas torres do Kremlin...” Hoje, as vozes dos lugares sagrados viam-se abafadas pelo silêncio que precede as tempestades.

Piatnitsky, membro do comitê moscovita dos bolcheviques, pouco depois escrevia: “A greve... decorreu magnificamente. Nem luz, nem bondes; as fábricas, as usinas, as oficinas e os depósitos das estradas de ferro não trabalharam, e os próprios garçons de restaurante fizeram greve.” Miliukov acrescentou a esse quadro um detalhe decalcado dos próprios acontecimentos: “Os delegados que se haviam reunido para a Conferência... não podiam viajar de bonde nem almoçar nos restaurantes.” Isto lhes permitia, segundo a própria confissão do historiador liberal, apreciar com tanto melhor precisão a força dos bolcheviques que não foram admitidos à Conferência. O *Izvestia* do soviete de Moscou definira integralmente a importância da manifestação de 12 de agosto! “A despeito da decisão dos sovietes... as massas acompanharam os bolcheviques.” Atendendo ao apelo do Partido que, durante cinco semanas suportara todos os golpes e cujos líderes ainda se achavam recolhidos à vida clandestina, ou então aprisionados, 400.000 operários entraram em greve em Moscou e nos arrabaldes. O novo órgão do Partido, em Petrogrado, o *Proletário* – antes de sofrer a interdição, tivera tempo de formular aos conciliadores a seguinte pergunta: “De Petrogrado a Moscou – porém, de Moscou, para onde tencionais ir?”

Os senhores da situação deviam fazer a mesma pergunta. Em Kiev, em Kostroma, em Tzaritzyn, realizaram-se greves de protesto durante um dia, gerais ou parciais. A agitação tomou conta do país inteiro. Por toda parte, mesmo nos mais retirados rincões, os bolcheviques avisavam que a conferência de Estado possuía um caráter muito pronunciado de conspiração contrarrevolucionária: ao findar agosto, o conteúdo desta fórmula patenteou-se aos olhos de todo o povo.

Os delegados à Conferência, assim como a burguesia moscovita, esperavam a manifestação armada das massas, as escaramuças, os combates, as Jornadas de Agosto. Para os operários, porém, sair à rua significava expor-se aos golpes dos cavaleiros de São Jorge, dos destacamentos de oficiais, dos *junkers*, de alguns contingentes de cavalaria que ardiam de desejo

de represálias, aproveitando a greve. Atrair a guarnição para as ruas seria provocar uma cisão e facilitar a obra de contrarrevolução que se levantava, dedo no gatilho. O Partido não pedia que se saísse à rua, os próprios operários, bem orientados pelo faro que possuíam, evitavam qualquer choque manifesto. A greve de um dia preenchia da melhor maneira os requisitos da situação: não seria possível dissimulá-la, tal como o fizera a Conferência, quando lançou à cesta de papéis a declaração dos bolcheviques. Quando a cidade mergulhou em trevas, toda a Rússia percebeu a mão bolchevista no comutador. Não, Petrogrado não está isolado! “Em Moscou, em cujo espírito patriarcal e em cuja resignação se fundavam numerosas esperanças, os bairros operários, subitamente, arreganharam os dentes”; foi assim que Sukhanov pôde determinar a importância daquele dia. Foi com a ausência dos bolcheviques, mas perante uma Revolução proletária que arreganhava os dentes, que a Conferência de coligação foi forçada a instalar-se.

Os moscovitas pilheriavam às custas de Kerensky, que fora a Moscou para “se fazer coroar”. No dia seguinte, porém, chegou vindo do quartel-general, e com o mesmo fim, Kornilov, que foi recebido por grande número de delegações entre as quais a do concílio eclesiástico. Na estação em que o trem parou, desembarcaram cossacos do Ték, envergando cafetãs vermelho-vivo, sabres curvos desembainhados e que fizeram barreira dos dois lados. Senhoras entusiastas cobriram de flores o herói que passava revista à guarda e às deputações. O cadete Rodizhev terminou seu discurso de recepção com a seguinte exclamação. “Salvai a Rússia e o povo reconhecido coroar-vos-á.” Romperam soluços patrióticos, Morosova, negociante milionária, precipitou-se de joelhos. Oficiais carregaram Kornilov nos braços em direção ao povo. Enquanto o generalíssimo passava em revista os cavaleiros de São Jorge, os *junkers*, a Escola Militar, e o esquadrão de cossacos enfileirados na praça fronteira à estação – Kerensky, em sua qualidade de ministro da Guerra e de rival de Kornilov, passava em revista as tropas da guarnição de Moscou. Enveredando pelo caminho tradicional dos tzares, Kornilov dirigiu-se da estação para a capela da Virgem Ivarsky, onde se realizou um ofício religioso, com a presença da escolta dos muçulmanos do Ték, cabeças cobertas com enormes bonés de pelo. “Essa circunstância”, escreve a respeito do ofício religioso o oficial cossaco Grekov, “predispôs ainda mais, a favor de Kornilov, todos os crentes de

Moscou.” A contrarrevolução, entretanto, fazia esforços por apoderar-se das ruas. Dos automóveis distribuíam amplamente uma biografia de Kornilov, acompanhada de retrato do mesmo. As paredes estavam cobertas de cartazes convidando o povo a ajudar o herói. Como se estivesse investido do poder Kornilov recebia em seu vagão os políticos, os industriais, e os financistas. Os representantes dos bancos apresentaram-lhe relatório sobre a situação financeira do país. “De todos os membros da Duma”, escreve significativamente o outubrista Shidlovsky, “somente Miliukov procurou Kornilov em seu vagão, e manteve com ele uma palestra cujo teor desconheço totalmente.” A respeito desta entrevista só mais tarde chegaremos a saber, contado pelo próprio Miliukov, apenas aquilo que ele julgar de utilidade revelar.

A preparação de um golpe de Estado militar atingia o auge. Alguns dias antes da conferência, Kornilov, a pretexto de apoiar Riga, ordenara que quatro divisões de cavalaria se apresentassem para marchar contra Petrogrado. O regimento de cossacos de Orenburg foi remetido pelo quartel-general para Moscou, a fim de “manter a ordem”, mas por injunção de Kerensky, foi retido a meio caminho. Ao depor ulteriormente, perante a comissão de inquérito, sobre o caso Kornilov, Kerensky declarou: “Tínhamos sido avisados de que durante a Conferência de Moscou, seria proclamada a ditadura.” Deste modo, durante dias solenes de união nacional, o ministro da Guerra e o generalíssimo ocupavam-se em contrabalançarem-se no terreno estratégico. Guardava-se o decoro, entretanto, na medida possível. As relações dos dois campos oscilavam entre garantias oficialmente amistosas e a guerra civil.

Em Petrogrado, apesar da reserva das massas – a experiência de julho não conseguira passar sem deixar vestígios – com persistência encançada propalavam-se, vindos de cima, dos estados-maiores e das redações, boatos sobre o próximo levante dos bolcheviques. As organizações do Partido, em Petrogrado, por meio de manifesto público, preveniram as massas da possibilidade de apelos provocadores lançados pelos inimigos. O soviete de Moscou, no intervalo, tomou medidas. Foi criado um comitê revolucionário, sem declaração pública, composto de seis pessoas, compreendendo dois delegados de cada um dos partidos soviéticos, inclusive os bolcheviques. Uma ordem secreta proibia que se permitisse aos cavaleiros

de São Jorge, aos oficiais e aos *junkers* a formação de alas nas ruas em que passasse Kornilov. Aos bolcheviques que, desde as Jornadas de Julho, não mais tinham acesso às casernas, distribuíam-se, agora, com grande solícitude, salvo-condutos: sem os bolcheviques, era impossível conquistar os soldados. Ao passado que, em pleno palco, os mencheviques e os socialistas revolucionários confabulavam com a burguesia a respeito da criação de um poder forte a ser dirigido contra as massas orientadas pelos bolcheviques – os mesmos mencheviques e socialistas revolucionários, nos bastidores, de acordo com os bolcheviques que eles não haviam admitido à conferência, preparavam as massas para a luta contra a conspiração da burguesia. Apesar de se terem oposto, na véspera, a uma greve demonstrativa, os conciliadores chamavam, hoje, os operários e os soldados para os preparativos de luta. A indignação desdenhosa das massas não as impedia de responder ao chamado com disposições combativas que mais aterravam os conciliadores do que propriamente os alegravam. Aquela duplicidade berrante, que assumira o caráter de traição quase aberta para com ambos os partidos, teria sido inconcebível se os conciliadores tivessem permanecido conscientemente na mesma política adotada: na realidade eles apenas sofriam as consequências da massa.

Graves acontecimentos, evidentemente, estavam em suspensão na atmosfera. Durante os dias da Conferência, porém, pessoa alguma, aparentemente, premeditava golpe de estado. Em todo caso, não existe confirmação alguma dos boatos mais tarde alegados por Kerensky, nem nos documentos, nem na literatura dos conciliadores, tampouco nas memórias da ala direita. Tratava-se, no momento, apenas dos preparativos. Segundo Miliukov – e seu testemunho está conforme com o desenvolvimento ulterior dos acontecimentos – o próprio Kornilov antes da conferência já havia prefixado uma data para desencadear a ação: 27 de agosto. Claro está que esta data era conhecida apenas de poucas pessoas. Os semi-iniciados, como sempre acontece em casos semelhantes, antecipavam o dia do grande evento e os rumores que o precediam por todos os lados confluíam para as autoridades: parecia que o golpe seria dado de uma hora para outra.

Mas, precisamente, a mentalidade exaltada dos círculos burgueses e do corpo de oficiais podia, com facilidade, levar até Moscou, se não uma tentativa de golpe de estado, ao menos qualquer manifestação contrarrevol-

lucionária que viesse medir as forças. Ainda mais provável seria a tentativa de destacar elementos da conferência para a formação de um qualquer centro de salvação da pátria, capaz de concorrer com os soviets: e a respeito disso a imprensa de direita falava abertamente. Não se chegou, entretanto, até lá: porque as massas atrapalharam. Se alguém, por um momento que fosse, tivesse tido a ideia de adiantar a hora dos atos decisivos, sob o golpe da greve teve que dizer com seus botões: não conseguiremos pegar a Revolução de improviso; os operários e soldados estão de sobreaviso; é preciso adiar. E mesmo uma procissão popular dirigida para o ícone Ivarsky, organizada pelos popes e pelos liberais, de acordo ambos com Kornilov, foi suspensa.

Do momento em que se tornou clara a inexistência de qualquer perigo imediato, os socialistas revolucionários e os mencheviques trataram de afetar a aparência de que nada de particularmente grave se produzira. Recusaram mesmo renovar os salvo-condutos concedidos aos bolcheviques para as casernas, apesar de as próprias casernas continuarem a reclamar, com insistência, oradores bolcheviques. “O mouro já desempenhou seu papel”, deviam murmurar entre eles, maliciosamente, Tseretelli, Dan, e Khinchuk, que então era o presidente do Soviete de Moscou. Os bolcheviques, porém, não estavam absolutamente dispostos a ocupar a posição de mouro. Na realidade ainda não haviam ultrapassado a fase preparatória da tarefa que lhes competia.

Qualquer sociedade de classes necessita de uma vontade governamental única. A dualidade de poderes é, em essência, um regime de crise social: assinalando um extremo fracionamento da nação, encerra, potencial ou abertamente, a guerra civil. Ninguém desejava mais a dualidade de poderes. Ao contrário, todos queriam avidamente um poder sólido, único, uma autoridade “de ferro”. Em julho o governo de Kerensky estava investido de poderes ilimitados. O propósito era colocar, de mútuo acordo, acima da democracia e da burguesia, que se paralisassem uma a outra, uma “verdadeira” autoridade. A ideia de um senhor do destino colocado acima das classes não é senão a ideia do bonapartismo.

Se introduzirmos, simetricamente, dois garfos numa rolha de cortiça, esta, após oscilar pronunciadamente, acabará por se manter equilibrada nem que seja sobre a cabeça de um alfinete: temos aqui o modelo mecânico do supremo arbítrio bonapartista. O grau de solidez de semelhante poder,

fazendo-se abstração das condições internacionais, é determinado pela estabilidade de equilíbrio das classes antagonistas no interior do país. Em meados de maio, na sessão do soviete de Petrogrado, Trotsky apontava Kerensky como sendo “o ponto matemático do bonapartismo russo”. A imaterialidade da definição demonstra que se tratava não do indivíduo, mas da função. Em princípios de julho, devemos estar lembrados, todos os ministros, por imposição de seus pátridos, se demitiram, deixando a Kerensky o cuidado de constituir um novo poder. A 21 de julho essa experiência renovou-se sob forma ainda mais demonstrativa. Os lados hostis entre si imploravam o auxílio de Kerensky, cada um vendo nele algo de si próprio, e ambos juravam-lhe fidelidade. Trotsky escrevia da prisão: “Dirigido por políticos que tudo temem, o Soviete não ousou tomar o poder. Representando todas as camarilhas da propriedade, o Partido Cadete não pôde ainda apossar-se do poder. Só faltava procurar um grande conciliador, um intermediário, um árbitro.”

Em manifesto publicado por Kerensky, e sob seu próprio nome, ele proclamava ao povo: “Eu... na qualidade de chefe do governo... não creio tenha o direito de deter-me diante do fator de que as modificações [na estrutura do poder] aumentarão a minha responsabilidade nos negócios da direção suprema.” Eis aí, sem misturas, a fraseologia do bonapartismo. E, entretanto, apesar do apoio da direita e da esquerda, o caso não ultrapassou os limites da fraseologia. E onde está a causa?

Para que o Pequeno Corso pudesse se elevar acima da jovem nação burguesa foi preciso que a Revolução resolvesse primeiro seu problema essencial: a distribuição das terras entre os camponeses e que, sobre novas bases sociais, fosse organizado um exército vitorioso. No século XVIII a Revolução não podia passar além; só podia recuar. E nestes recuos, todavia, suas principais conquistas ficavam em perigo. Era necessário, a todo preço, mantê-las. O antagonismo que se aprofundara, mas que ainda estava longe da maturidade, entre a burguesia e o proletariado, mantinha a nação fica abalada até às raízes, em extrema tensão. Nessas condições um “árbitro” nacional era indispensável. Napoleão garantia aos grandes burgueses a possibilidade de ganhar lucros, aos camponeses a posse de seus lotes, aos filhos dos camponeses e aos miseráveis a possibilidade de pilhagens durante a guerra. O juiz tinha o sabre na mão e desempenhava também o papel de meirinho. O bonapartismo do primeiro Bonaparte estava solidamente fundamentado.

O golpe de estado de 1848 não deu, nem podia dar, terras aos camponeses: não era uma grande Revolução que substituía um regime social por outro, era um arranjo político baseado no mesmo regime social. Napoleão III não trazia, após si, um exército vitorioso. Os dois elementos principais do bonapartismo clássico não existiam. Havia, entretanto, outras condições propícias e não menos eficazes. O proletariado, que em cinquenta anos crescera, demonstrou, em junho, sua força ameaçadora; mostrou-se, entretanto, ainda incapaz de tomar o poder. A burguesia temia tanto o proletariado quanto a vitória sangrenta conseguida contra ele. O camponês proprietário amedrontara-se perante a insurreição de junho e desejava que o Estado o protegesse contra os que queriam levar a termo a repartição das terras. E, enfim, o poderoso progresso industrial, que durara, com curtas interrupções, durante duas dezenas de anos, abria à burguesia fontes jamais igualadas de enriquecimento. Essas condições foram suficientes para um bonapartismo de epígono.

Na política de Bismarck que, ele também, se elevava “acima das classes”, houve, conforme mais de uma vez foi demonstrado, traços indubitáveis de bonapartismo, se bem que sob aparências de legitimidade. A estabilidade do regime de Bismarck estava assegurada pelo fato de que, nascido após uma Revolução impotente, ele dera solução, ou meia solução, a um problema nacional tão grande quanto o da unidade alemã, saíra vitorioso em três guerras, e contribuíra para um poderoso florescimento capitalista. Isso basta para uma dezena de anos.

A desgraça dos russos que posavam como candidatos a Bona- parte não consistia, absolutamente, no fato de que eles não se pareciam nem com o primeiro Napoleão nem mesmo com Bismarck: a história sabe fazer uso dos sucedâneos. Eles tinham, contra eles, uma grande Revolução que não resolvera os próprios problemas dela nem tampouco esgotara suas forças. O camponês que ainda não obtivera terra era forçado, pela burguesia, a guerrear em benefício dos domínios dos nobres. A guerra só trazia derrotas. Não havia sequer um florescimento industrial: ao contrário, a desordem ocasionava, constantemente, novas devastações. Se o proletariado recuou foi sempre para tornar a cerrar fileiras. A classe camponesa só se punha em movimento para uma derradeira investida contra os senhores. As nacionalidades oprimidas passavam à ofensiva contra o despotismo rus-

sificador. Em busca da paz, o exército unia-se cada vez mais estreitamente aos operários e ao partido deles. Embaixo se concentravam enquanto que em cima se enfraqueciam. Não havia pois equilíbrio. A Revolução permanecia em pleno verdor. E não causa, portanto, admiração o bonapartismo ter-se revelado anêmico.

Marx e Engels comparavam o papel do regime bonapartista, na luta entre a burguesia e o proletariado, ao da antiga monarquia absoluta na luta entre feudais e burgueses. Os traços de semelhança são indiscutíveis, mas eles não subsistem mais, exatamente ali onde se manifesta o conteúdo social do poder. O papel de árbitro entre os elementos da antiga e da nova sociedade fora, em certo período, realizável, na medida que ambos os regimes de exploração precisavam defender-se dos explorados. Entretanto, em se tratando de feudais e servos não poderia haver intermediário “imparcial”. Ao conciliar os interesses dos proprietários nobres e os do jovem capitalismo, a autocracia czarista agia no que se referia aos camponeses, não como intermediária, mas como procuradora das classes exploradoras.

O bonapartismo, além disso, não era árbitro entre o proletariado e a burguesia: porque, na realidade, ele era o mais concentrado poder da burguesia exercido sobre o proletariado. Tendo posto sua bota na nuca do país, o Bonaparte que veio depois só pôde executar uma política protecionista em favor da propriedade, das rendas e dos lucros. As particularidades do regime não ultrapassaram os meios de proteção. O guarda não se mantém diante da porta, está sentado no pináculo; sua função, porém, é a mesma. A independência do bonapartismo é, em alto grau, só aparência, simulacros, decorações: tem por símbolo o manto imperial.

Explorando, habilmente, o terror do burguês em face do operário, Bismarck em todas as suas reformas políticas e sociais conservava-se, invariavelmente, como o procurador das classes possuidoras que ele jamais traiu. Em compensação, a pressão crescente do proletariado permitiu-lhe, sem dúvida, elevar-se acima do corpo dos *junkers*, acima dos capitalistas, na qualidade de insubstituível árbitro burocrático: só nisso consistia a função de Bismarck.

O regime soviético admite considerável independência do poder em relação ao proletariado e ao campesinato, e, por conseguinte, também “uma arbitragem” entre um e outro, na medida em que os interesses de ambos, se bem que provocando atritos e conflitos, não se mostrem, no fun-

do, inconciliáveis. Mas não seria fácil achar um árbitro “imparcial” entre o Estado soviético e o Estado burguês, pelo menos naquilo que se relaciona com os interesses essenciais de ambas as partes. O que impede a União soviética de aderir à Sociedade das Nações são, no terreno internacional, as mesmas causas sociais que, dentro dos quadros nacionais, excluem a possibilidade de qualquer “imparcialidade” efetiva e não afetada do poder, entre a burguesia e o proletariado.

Sem dispor das forças do bonapartismo, o kerenskismo possuía todos os vícios. Ele só se elevava acima do país para corrompê-lo por meio de sua própria impotência. Se, por palavras, os líderes da burguesia e da democracia haviam prometido “obedecer” a Kerensky, na realidade o árbitro todo-poderoso obedecia a Miliukov e, sobretudo, a Buchanan. Kerensky levava adiante a guerra imperialista, protegia os domínios dos nobres contra os atentados, adiava as reformas sociais para tempos mais favoráveis. Se o governo de Kerensky era fraco devia-se ao fato de não ser possível à burguesia colocar no poder pessoas que pertencessem à própria burguesia. Entretanto, qualquer que fosse a nulidade do “governo de salvação”, seu caráter conservador capitalista acentuava-se, evidentemente, na medida em que aumentava a “independência” dele.

O fato de se compreender que o regime de Kerensky, para aquele período, era uma forma inevitável da dominação burguesa, não excluía, do lado dos políticos burgueses, nem um extremo descontentamento em relação a Kerensky, nem preparativos para se desembaraçarem dele o mais depressa possível. No seio das classes possuidoras não havia desacordo quanto à necessidade de se opor ao árbitro nacional, que progredira impelido pela democracia pequeno-burguesa, um personagem escolhido nas suas próprias fileiras. Mas, por que precisamente Kornilov? O candidato a Bonaparte devia corresponder, plenamente, ao caráter da burguesia russa, atrasada, isolada do povo, decadente e inepta. No exército, que não havia conhecido senão derrotas humilhantes, não era fácil achar-se um general popular. Kornilov foi inculcado após seleção entre outros candidatos, ainda menos aconselháveis.

Os conciliadores, desse modo, não se podiam unir em coligação com os liberais, nem entrar em acordo com eles quanto ao candidato ao papel do salvador: o que os impedia de assim fazer eram os problemas,

ainda não resolvidos, da Revolução. Os liberais não confiavam nos democratas. Os democratas, por sua vez, não confiavam nos liberais. Kerensky, em verdade, abria amplamente os braços à burguesia; Kornilov, porém, deixava compreender sem equívoco que, assim que se apresentasse a primeira oportunidade, torceria o pescoço da democracia. Decorrendo inelutavelmente da evolução precedente, o conflito entre Kornilov e Kerensky traduzia as incompatibilidades do duplo poder na linguagem explosiva das ambições pessoais.

Assim como, em começos de julho, entre o proletariado e a guarnição de Petrogrado formara-se uma ala impaciente, descontente com a política excessivamente circunspecta dos bolcheviques, acumulou-se também, em começos de agosto, nas classes possuidoras, muita impaciência para com a política contemporizadora da direção cadete. Esse estado de espírito traduziu-se, por exemplo, no congresso dos cadetes, quando certos elementos exigiram a deposição de Kerensky. Mais violentamente ainda, manifestou-se a impaciência política fora dos quadros do Partido Cadete, nos estados-maiores militares, onde se sentia temor perpétuo diante dos soldados, nos bancos afundados pela inflação, nas propriedades, onde o teto se incendiava sobre a cabeça dos donos. “Viva Kornilov!” tornou-se a palavra de ordem da esperança, do desespero, e da sede de vingança. Plenamente de acordo com o programa de Kornilov, Kerensky discutia os adiamentos: “Não se pode fazer tudo isto de uma vez.” Reconhecendo a necessidade de separar-se de Kerensky, replicava Miliukov aos impacientes: “Talvez seja ainda muito cedo.” Do mesmo modo que do *élan* das massas de Petrogrado despontara a semi-insurreição de julho, a impaciência dos proprietários suscitou o levante de Kornilov em agosto. E assim como os bolcheviques tinham sido constrangidos a colocar-se no terreno da manifestação armada para garantir, se possível fosse, o sucesso da mesma, ou, em todo caso, para protegê-la contra o esmagamento, os cadetes viram-se forçados, com os mesmos fins, a colocar-se no terreno da insurreição de Kornilov. É espantosa a simetria que se observa dentro desses limites. Mas nos quadros dessa simetria transparece a total oposição dos objetivos, dos métodos, e dos resultados. Ela se revelou a nós, integralmente, através da sequência dos acontecimentos.

.....

Capítulo VII

A CONFERÊNCIA DE ESTADO EM MOSCOU

SE UM SÍMBOLO É UMA IMAGEM CONDENSADA, a Revolução é a maior criadora de símbolos, porquanto ela apresenta todos os fenômenos e todas as relações sob um aspecto concentrado. É preciso, apenas, observar que o simbolismo de uma Revolução é demasiadamente grandioso e entra dificilmente nos quadros da criação individual. Daí ser tão pobre a reprodução artística dos maiores dramas da humanidade.

A Conferência de Estado Nacional em Moscou terminou em fracasso previsto antecipadamente. Ela nada criou, nada resolveu. Em compensação, deixou à História um clichê inapreciável, apesar de negativo, da Revolução, no qual a luz aparece como sombra, a fraqueza se alardeia como força, a cupidez como desinteresse, a felonía como a mais alta das virtudes. O mais poderoso partido da Revolução, que dentro apenas de 10 semanas deveria alcançar o poder, viu-se relegado fora da Conferência como se fora uma quantidade desprezível. E, entretanto, levava-se a sério o “partido do socialismo evolutivo” que ninguém conhecia. Kerensky apresentava-se como a própria encarnação da força e da vontade. Da coligação, cujo conteúdo já se esgotara totalmente, no passado, falava-se como de um meio de salvação para o futuro. Kornilov,

que milhões de soldados odiavam, era saudado como chefe bem-amado do exército e do povo. Os monarquistas e os cem-negros assinaram declarações de amor à Assembleia Constituinte. Todos aqueles que, em breve, deveriam desaparecer da cena, pareciam haver convencionado desempenhar pela última vez, no palco, os seus melhores papéis. Esmeravam-se eles, de todos os modos, para dizer: eis o que desejaríamos ser; eis o que poderíamos ser se não nos perturbassem. Mas os perturbavam: os operários, os soldados, os camponeses e as nacionalidades oprimidas. Dezenas de milhares de “escravos revoltados” impediam-nos de manifestar fidelidade à Revolução. Em Moscou, onde procuraram um refúgio, eram pisados pela greve. Perseguidos pela “falta de inteligência”, “pela ignorância”, “pela demagogia”, as 2.500 pessoas que enchiam o teatro comprometeram-se, tacitamente, a nada fazer para dissipar a ilusão cênica. Não se tratou da greve. Esmeraram-se em não mencionar os bolcheviques. Só Plekhanov mencionou de passagem “o Lenine de triste memória”, como se tratasse de um adversário definitivamente liquidado. As características do negativo eram assim mantidas até o fim: num reino de sombras meio sepulcrais, que se intitulavam as “forças vivas do país”, o verdadeiro líder popular só poderia figurar como se fora um defunto político.

“A brilhante sala de espetáculos”, escreve Sukhanov, “dividia-se, nitidamente, em duas metades: à direita a burguesia, à esquerda a democracia. À direita, no local da orquestra e dos camarotes, via-se bom número de uniformes de generais, mas à esquerda estavam os tenentes, os suboficiais, os soldados. Em frente ao palco, no antigo camarote imperial, estavam instalados os altos representantes diplomáticos das potências aliadas e amigas... Nosso grupo, a extrema-esquerda, ocupava um cantinho da orquestra.” A extrema-esquerda, na ausência dos bolcheviques, foi representada pelos partidários de Martov.

Entre 3 e 4 horas, ao levantar do pano, apareceu Kerensky acompanhado de dois jovens oficiais, um do exército, outro da marinha. Como se encarnassem a força do poder revolucionário, mantiveram-se os dois oficiais, durante todo o tempo da sessão, plantados em seus lugares, por trás do presidente. Para não aborrecer os homens da direita com o nome de República – isso ficara resolvido com antecedência –, Kerensky saudou “os representantes da terra russa”, em nome do governo do “Estado russo”. “O

tom geral do discurso”, escreve um historiador liberal, “em vez de ter sido o da dignidade e da certeza, sob a influência das últimas jornadas... traía um medo mal dissimulado que o orador parecia querer sufocar em si próprio ao fazer uso dos altos tons de ameaça.” Sem mencionar, diretamente, os bolcheviques, Kerensky, entretanto, começou por tentar intimidá-los: novas tentativas contra o poder “serão decididamente reprimidas com ferro e sangue”. E, entre uma tempestade de aplausos, fundiram-se as duas alas da Conferência. Em seguida ameaça para atingir Kornilov que ainda não havia chegado: “Quaisquer que sejam os ultimatos que me cheguem, e de qualquer pessoa, saberei submeter esse homem à vontade do poder supremo e a mim que sou o chefe” – provocou muitos aplausos entusiastas, mas dessa vez apenas na metade esquerda da Conferência. Kerensky volta a falar incessantemente em si mesmo, “chefe supremo”: ele tinha necessidade desses lembretes. “A vós que viestes do *front*, eu digo, eu, vosso ministro da Guerra e vosso chefe supremo... não existe no exército nem vontade nem poder acima da vontade e do poder do Governo Provisório.” A democracia está entusiasmada com essas ameaças feitas com pólvora seca, porque julga que, dessa maneira, se esquivará à necessidade de recorrer ao chumbo.

“Todas as melhores forças do povo e do exército”, assegura o chefe do governo, “uniram o triunfo da Revolução Russa à causa da nossa vitória no *front*. Nossas esperanças, entretanto, foram pisadas e escarraram em nossa fé.” Tal foi a conclusão lírica da ofensiva de junho. Entretanto, ele, Kerensky, se dispõe a guerrear até à vitória. A respeito do perigo de uma paz em detrimento da Rússia – esse caminho fora indicado na proposta de paz do Papa, a 4 de agosto – Kerensky enaltece “a nobre fidelidade dos aliados”. “E eu, em nome do grande povo russo, só direi uma coisa: não esperávamos, nem podíamos esperar outra atitude.” Uma ovação dirigida ao camarote dos diplomatas aliados faz com que todos se levantem, exceção feita a alguns internacionalistas e aos raros bolcheviques presentes, na qualidade de delegados dos sindicatos. De um camarote ocupado por oficiais gritaram: “Martov, de pé!” E Martov, é preciso que o digamos em sua honra, teve bastante firmeza para não se ajoelhar perante o desinteresse da Entente.

Às nacionalidades oprimidas da Rússia, que procuravam refazer seus destinos, Kerensky deu lições de moral de mistura com ameaças. “Torturados e exterminados pelas cadeias da autocracia czarista”, dizia ele,

vangloriando-se por haver suportado cadeias alheias, “não poupamos nosso sangue em nome da felicidade de outros povos.” Num tom de gratidão pelas nacionalidades oprimidas, Kerensky recomendava-lhes paciência sob um regime que lhes retirava todos os direitos.

Onde estava a saída? “Sentis vós mesmos esse grande ardor?... Sentis em vós a força e a vontade da ordem, dos sacrifícios e do trabalho?... Dareis aqui o espetáculo de uma grande força nacional solidamente unida?... Essas palavras eram pronunciadas no próprio dia da greve em Moscou e nas mesmas horas em que a cavalaria de Kornilov organizava deslocamentos misteriosos. “Nós perderemos a vida mas salvaremos o Estado.” Era tudo o que o governo da Revolução poderia declarar ao povo.

“Muitos provincianos”, escreve Miliukov, “viam pela primeira vez Kerensky, naquela sala, e dela saíram parcialmente decepcionados, parcialmente indignados. Perante eles erguia-se um moço pálido, com a fisionomia atormentada, numa pose estudada de ator... Esse homem parecia querer intimidar alguém e produzir em todos uma impressão de força e de poder, à moda antiga. Na verdade ele só despertava piedade.”

As declarações dos outros membros do Governo manifestaram, não tanto, a incapacidade pessoal de cada um quanto à falência do sistema de conciliação. A grande ideia apresentada pelo ministro do Interior, Avksentiev, ao julgamento do país, foi a da organização de comissários inspetores em viagem. O ministro da Indústria exortava os patrões a se contentarem com modestos lucros. O ministro das Finanças prometia abaixar os impostos diretos das classes possuidoras, aumentando os indiretos. A ala direita teve a imprudência de abafar essas palavras com uma tempestade de aplausos, no que Tseretelli, não sem mal-estar, discerniu pouco entusiasmo para os sacrifícios. O ministro da Agricultura, Chernov, recebeu ordens de ficar completamente calado para não agastar os aliados da direita, agitando perante eles a ameaça de expropriação das terras. No interesse da união nacional ficou decidido fingir que a questão agrária não existia. Os conciliadores não eram importunos. A verdadeira voz do mujique não foi ouvida na tribuna. Ora, justamente naquelas semanas de agosto, o movimento agrário se desencadeava no país para se transformar, no outono, em irresistível guerra camponesa.

Após uma suspensão de 24 horas, para tomar conhecimento das forças de ambos os lados e mobilizá-las, a sessão do dia 14 abriu-se numa

atmosfera de tensão extrema. Quando Kornilov apareceu num camarote, a ala direita da conferência prestou-lhe um acolhimento tumultuoso. A metade da Assembleia, à esquerda, permaneceu quase que por inteiro sentada. Os gritos “De pé!” foram acompanhados de injúrias grosseiras partidas de um camarote ocupado por oficiais. Quando o Governo se apresentou, a esquerda prestou longa ovação a Kerensky, da qual, segundo o testemunho de Miliukov, também demonstrativamente, a direita não participou, permanecendo sentada.” E nessas vagas contrárias de aplausos, ouviam-se os rumores das próximas colisões da guerra civil. Entretanto, no palco, sob o nome de governo continuavam a ter assento os representantes das duas metades de uma sala dividida, e o presidente que, às ocultas, tomava medidas militares contra o generalíssimo, não esquecia um minuto sequer de encarnar em sua própria pessoa “a unidade do povo russo”. Em seu papel estilizado exclamou Kerensky: “Proponho a todos que saúdem, na pessoa do generalíssimo aqui presente, o exército que morre valorosamente pela liberdade e pela pátria.” A respeito desse mesmo exército fora dito na primeira sessão: Nossas esperanças foram pisadas e escarraram em nossa fé. Mas, que importa! A frase salvadora fora encontrada: o auditório se levanta a aplaude entusiasticamente Kornilov e Kerensky. A unidade da nação foi salva ainda uma vez!

Estrangulada pela irremissível fatalidade da História, as classes dirigentes resolveram recorrer aos meios da mascarada histórica. Pareciam-lhes, evidentemente, que se elas se apresentassem ainda uma vez ao povo com todas as suas metamorfoses se tornariam mais consideráveis e mais fortes. Na qualidade de práticos da consciência nacional, trouxeram para a cena representantes das quatro Dumas do Império. As antigas dissensões, tão graves outrora, desapareceram, todos os partidos da burguesia se uniram, sem dificuldade, pelo “programa à margem dos partidos e das classes”, de homens públicos que, poucos dias antes, tinham enviado um telegrama de felicitações a Kornilov. Em nome da primeira Duma, a de 1906 — o cadete Nabokov afastava a “hipótese mesma de uma paz em separado”. O que não impediu o político liberal de contar em suas memórias que ele, e com ele, numerosos líderes cadetes haviam percebido na paz em separado o caminho único para a salvação. Exatamente, como Nabokov, os representantes das demais dumas czaristas exigiam, também, antes de mais nada, da Revolução, o tributo de sangue.

“A palavra é vossa, general!” Aproxima-se a sessão do momento crítico. O que dizer o generalíssimo exortado, insistentemente, mas em vão, por Kerensky a se contentar com fazer uma exposição da situação militar? Escreve Miliukov, como testemunha ocular: “Um personagem de baixa estatura, acachapado, mas sólido, com traços de calmuque, olhar incisivo, penetrante, cujos olhos negros por vezes se iluminavam com chispas malignas, aparece no palco. A sala explode de aplausos. Todos estão de pé excetuando... os soldados.” E contra os delegados que se não levantaram, a direita emite gritos de indignação de mistura com invectivas. “Lacaio!... De pé!” Dos bancos, de onde não se levantam, parte um clamor: “Servos.” A gritaria se transforma em tempestade. Propõe Kerensky escutar calmamente o “primeiro soldado do Governo Provisório”. Hirto, aos arancos, e auditório como convém a um general que se predispõe a salvar o país, Kornilov leu um discurso escrito para ele pelo aventureiro Zavoiko e ditado pelo aventureiro Filonenko. O discurso, porém, pelo programa exposto, era, entretanto, bem mais moderado do que os propósitos que lhe serviam de preâmbulo. Kornilov não se embarçou para descrever o estado do exército e a situação do *front* com as cores as mais sombrias, com a evidente intenção de incutir medo. O trecho essencial do discurso foi um prognóstico de ordem militar. “O inimigo bate às portas de Riga e, se a inconsistência de nosso exército não nos oferecer possibilidades de nos mantermos às margens do golfo de Riga, o caminho para Petrogrado ficará aberto.” Kornilov, aqui, assenta um duro golpe no Governo: “Devido a uma série de medidas legislativas aplicadas após a insurreição por pessoas estranhas ao espírito e à compreensão do exército, esse foi transformado em uma horda demente que só e exclusivamente preza a vida.” Está claro: para Riga não há salvação e o generalíssimo o declara abertamente, em tom provocador, perante o mundo inteiro, como se convidasse os alemães a ocupar a cidade indefesa. E Petrogrado? Eis aqui o pensamento de Kornilov: se eu obtiver a possibilidade de realizar meu programa, Petrogrado talvez ainda possa ser salva; apressai-vos, porém! O jornal moscovita dos bolcheviques escrevia: “Que será isso? um aviso ou uma ameaça? A derrota de Tarnopol fez de Kornilov um generalíssimo. A rendição de Riga dele poderá fazer um ditador.” Esta ideia correspondia aos propósitos dos conspiradores, e muito mais completamente do que o podia imaginar os mais perspicazes bolcheviques.

O Concílio eclesiástico, que participou da pomposa recepção feita a Kornilov, enviou, a fim de apoiar o generalíssimo, o mais reacionário de seus membros, o arcebispo Platão. “Acabais de ver o mais desolador quadro do exército”, disse esse representante das “forças vivas”. “E aqui subi para, deste lugar, dizer à Rússia: não te perturbes querida, não temas nessa muito afeiçoada... Se é necessário um milagre para a salvação da Rússia, Deus, graças às orações de sua Igreja, fará este milagre...” Para a proteção das terras do clero os altos dignitários ortodoxos preferiam contingentes de cossacos. O ponto forte do discurso, porém não estava ali. O arcebispo lamentava-se de não haver escutado, nos relatórios dos membros do Governo, “pronunciar, uma vez que fosse, o nome de *Deus*, mesmo incidentalmente”. Assim como Kornilov acusava ao governo da Revolução pela decomposição do exército, Platão acusava aqueles que presentemente se encontravam à frente de nosso povo, “fervorosamente religioso”, de serem criminosos incrédulos. Os clérigos, que se haviam espojado na poeira perante Rasputin, levavam a ousadia, hoje, até a confessar publicamente o Governo da Revolução.

Em nome dos 120 contingentes de cossacos foi lida uma declaração pelo general Kaledin, cujo nome era com insistência, naquele período, repetido como o de um dos mais firmes no partido militar. “Não desejando e não sabendo mesmo bajular a multidão, Kaledin”, segundo os termos de um dos seus panegiristas –, “afastou-se, nesse terreno, do general Brussilov e, como se fosse incompatível com o espírito da época, foi demitido do seu comando no exército.” De volta em princípios de maio à província do Don, o general cossaco foi imediatamente eleito hatmã das tropas daquela região. Foi ele quem, colocado à frente da mais antiga e da mais forte tropa de cossacos, ficou encarregado de apresentar o programa das altas esferas privilegiadas dessas forças. Afastando toda suspeita do espírito contrarrevolucionário, sua declaração lembrava, de modo impertinente, aos ministros socialistas como no momento de perigo ele solicitara o auxílio dos cossacos contra os bolcheviques. O lerdo general conquistou, subitamente, os corações dos democratas ao pronunciar, bem alto, uma palavra que Kerensky não ousava dizer: *república*. A maioria do auditório, e com socilidade particular o ministro Chernov, aplaudiu o general cossaco que, com toda a seriedade, exigia da república tudo aquilo que a

autocracia não fora capaz de dar. Napoleão predissera, outrora, que a Europa se tornaria cossaca ou republicana. Kaledin consentia em ver a Rússia republicana, sob condição de que não deixasse de ser cossaca. Tendo lido as seguintes palavras: “Os derrotistas não devem ter assento no governo”, o ingrato general virou-se insolentemente para o infeliz Chernov. A resenha de um jornal liberal anota o seguinte: “Todos os olhares se voltaram para Chernov que enterra a cabeça na mesa.” Não estando comprometido por uma situação oficial Kaledin desenvolveu o programa da reação até o fim: suprimir os comitês, restabelecer a autoridade “dos chefes”, colocar no mesmo nível, a retaguarda e o *front*, reversionar os direitos dos soldados, falando de outro modo, reduzi-los a zero. Os aplausos da direita misturaram-se com os protestos e os assobios da esquerda. A Assembleia Constituinte, “deve ser convocada em Moscou, para que se possa levar a termo um trabalho calmo e metódico”! Esse discurso, escrito antes da Conferência, foi lido por Kaledin ao dia seguinte da greve geral e a frase sobre um “trabalho calmo” em Moscou apresentava um tom de irrisão. A arenga do cossaco republicano elevou, finalmente, a temperatura da sala até à ebulição e obrigou Kerensky a demonstrar autoridade: “Não convém a quem quer que seja, na presente assembleia, dar ordens ao Governo.” Mas, neste caso, por que, então, foi convocada a Conferência? Purishkevich, reacionário em voga, gritou do seu lugar: “Nós desempenhamos o papel de comparsas do Governo!” Dois meses antes, esse fautor de *pogroms* não ousava ainda exhibir-se.

A declaração oficial da democracia, documento interminável, onde se tentava responder a todas as perguntas sem que se cuidasse de resolver uma única, foi lida pelo presidente do Comitê Executivo Central, Cheidze, recebido com calorosas felicitações pelas esquerdas. Aclamações tais como “Viva o chefe da Revolução Russa!” certamente perturbaram esse modesto caucasiano que se sentia tudo menos um chefe. Em tom de justificativa a democracia declarava que “não aspirava ao poder, não desejava dele fazer um monopólio para si”. Ela está pronta a sustentar qualquer poder capaz de salvaguardar os interesses do país e da Revolução. Não se pode, porém, abolir os soviets: somente eles salvaram o país da anarquia. Não se pode suprimir os comitês do exército: somente eles são capazes de assegurar a continuação da guerra. As classes privilegiadas devem fazer

algumas concessões no interesse do conjunto da nação. Entretanto, os interesses dos proprietários de terras devem ser protegidos contra as expropriações. A solução das questões nacionais devem ser adiadas até à Assembleia Constituinte. É necessário, portanto, realizar as reformas mais urgentes. A respeito de uma ativa política de paz, a declaração não pronunciava uma só palavra. Em resumo, esse documento parecia haver sido minuciosamente estudado para não satisfazer a burguesia e ao mesmo tempo provocar a indignação das massas.

Em discurso evasivo e incolor o representante do Comitê Executivo camponês lembrou a palavra de ordem “*A Terra e a Liberdade*”, sob a qual “morreram nossos melhores militantes”. Um resumo de um jornal de Moscou assinala um episódio cortado do estenograma oficial: “Todo o auditório se levanta e presta uma tumultuosa ovação aos antigos prisioneiros da fortaleza de Schlüsselburg, que estão presentes num camarote.” Estranha careta da Revolução! “Todo o auditório festeja os antigos presos políticos que a monarquia de Alexeiev, Kornilov, Kaledin, do bispo Platão, de Rodzianko, Guchkov e, no fundo, também de Miliukov, não teve tempo de estrangular nas prisões.” Os carrascos ou seus cúmplices desejam se enfeitar com a auréola de martírio de suas próprias vítimas.

Quinze anos antes, os líderes da metade direita da sala celebravam o 2º centenário da tomada da fortaleza de Schlüsselburg por Pedro I. A *Iskra**, jornal da ala revolucionária da social-democracia, escrevia naqueles dias: “Como pulsamos de indignação perante essa cerimônia patriótica na ilha maldita que serviu de lugar de execução de Minakov, Myshkin, Rogachev, Stromberg, Ulianov, Generalov, Ossipanov, Chevyrev, Andrushkin; diante desses sacos de pedra onde Klimenko se enforcou com uma corda, onde Grachevsky se embebeu com petróleo e se incendiou, onde Soia Ginsborg se perfurou com uma tesoura; sob essas muralhas nas quais Shchedrin, Iuvachev, Konashevich, Pokhitonov, Ignatius Ivanov, Aronchik, e Tikhonovich mergulharam para sempre nas trevas da loucura, enquanto que dezenas de outros morreram de esgotamento, de escorbuto e de tuberculose. Entregai-vos, portanto, a vossas bacanais patrióticas, por-

* *A Centelha*. [Nota da tradutora.]

quanto, hoje, ainda sois senhores em Schlüsselburg.” Na epígrafe, a *Iskra* trazia estas palavras, extraídas de uma carta enviada pelos decembristas forçados a Puchkin: *Da centelha surgirá a chama*. E ela surgiu. Ela reduziu a cinzas a Monarquia e sua prisão de Schlüsselburg. E eis que hoje, na sala da Conferência de Estado, os carcereiros da véspera ovacionavam as vítimas arrancadas às suas garras pela Revolução. O mais paradoxal, porém, foi que os antigos carcereiros e os antigos detentos fundiram-se, realmente, num ódio comum contra os bolcheviques, contra Lenine, que havia sido o inspirador da *Iskra*, contra Trotsky, autor das linhas acima citadas, contra os operários revoltados, os soldados insubordinados que enchiam as prisões da república.

O nacional-liberal Guchkov, presidente da 3ª Duma, que, ao seu tempo, não admitira deputados da esquerda na comissão da defesa nacional e que, por tal mérito, foi nomeado pelos conciliadores o primeiro ministro da Guerra da Revolução, pronunciou o mais interessante dos discursos onde, entretanto, a ironia procurava, em vão, combater o desespero: “Mas então por quê”... por que, dizia ele aludindo às palavras de Kerensky, “os representantes do poder vieram a nós” em meio a uma angústia mortal “em meio a um terror mortal”, dando gritos doentios, direi mesmo histéricos, de desespero, e por que essa angústia, esse terror, esses gritos, encontram em nossas almas a dor pungente dos estertores da agonia?

“Em nome daqueles que, precedentemente, haviam sido os soberanos senhores, haviam comandado, agraciado, castigado, o sólido comerciante de Moscou confessava, publicamente, aquelas sensações de “estertores da agonia”. “Este poder” dizia ele, “é uma sombra de poder.” Guchkov tinha razão. Mas ele também, antigo parceiro de Stolypin não era mais senão a sua própria sombra.

Exatamente no dia em que foi aberta a Conferência, apareceu no jornal de Gorky uma informação demonstrando como Rodzianko recebia lucros por meio de fornecimentos de ferrolhos, peças para a culatra de fuzis inúteis. Esta revelação inoportuna, feita por Karakhan, futuro diplomata soviético ainda desconhecido, não impediu que o lorde camareiro falasse com toda dignidade, na Conferência, em defesa do programa patriótico dos fornecedores do exército. Toda a desgraça provinha de que o Governo Provisório não marchara de mãos dadas com a Duma de Estado, “a única

representação inteiramente legal de todo o povo da Rússia”. Isso já parecia demasiado. Nos bancos da esquerda puseram-se a rir. Ouviram-se gritos: “O 3 de junho!” Outrora, essa data – 3 de junho de 1907 – dia em que a constituição promulgada fora pisoteada – ficou marcado a ferro na testa da Monarquia e dos partidos que a sustentavam. Agora nada mais era senão uma pálida lembrança. Mas o próprio Rodzianko, que tonitruava com voz de baixo, enorme e imponente, parecia, na tribuna, mais um vivo vestígio do passado do que uma figura política.

O Governo opõe, aos ataques internos, os estímulos que do exterior vieram tão a propósito. Kerensky lê um telegrama de felicitações enviado pelo presidente Wilson, no qual prometia “todo apoio material e moral ao Governo russo para o sucesso da causa comum aos dois povos e pela qual não perseguiriam qualquer fim egoísta”. Novos aplausos, dirigidos aos camarotes diplomáticos não conseguem abafar a ansiedade provocada na metade direita, pelo telegrama de Washington: o elogio feito ao desinteresse significava, por demais claramente, para os imperialistas russos, a ordem de se submeterem à dieta de fome.

Em nome da democracia conciliadora, Tseretelli, seu líder reconhecido, defendia os soviets e os comitês do exército como alguém que defende, por uma questão de honra, uma causa de antemão perdida. “Não se pode ainda retirar esses andaimes, uma vez que o edifício da livre Rússia revolucionária não está ainda inteiramente construído.” Após a insurreição, “as massas populares, propriamente ditas, não tinham fé em ninguém a não ser nelas mesmas”: somente os esforços dos soviets conciliadores proporcionaram às classes possuidoras a possibilidade de se manterem nos píncaros, pelo menos nos primeiros tempos, sem o conforto habitual. Tseretelli atribuía aos soviets o mérito particular “por terem cedido ao Governo de coligação todas as funções de Estado”. Esse sacrifício “fora arrancado à democracia pela força?” O orador lembrava um comandante de fortaleza que se vangloria, publicamente, por haver entregue, sem combate, a praça de guerra que lhe fora confiada... E, durante as Jornadas de Julho, “quem lutara de peito aberto para defender a pátria contra a anarquia?” Da direita partiu um grito: “Os cossacos e os *junkers!*” Como uma chicotada essas palavras fustigaram a onda de lugares-comuns democráticos. A ala burguesa da Conferência compreendia, perfeitamente, o efeito salutar dos serviços

prestados pelos conciliadores. A gratidão, porém, não é um sentimento político. A burguesia apressava-se em tirar conclusões dos bons ofícios que devia à democracia: o capítulo referente aos socialistas revolucionários e aos mencheviques estava em vias de ser concluído; colocava-se, na ordem do dia, o capítulo dos cossacos e dos *junkers*.

Foi com prudência toda particular que Tseretelli abordou o problema do poder. Nos últimos meses haviam sido realizadas as eleições para as dumas municipais e, parcialmente, para os *zemstvos*, na base do direito de sufrágio universal. E disso, que resultou? As delegações das municipalidades democráticas se encontraram, na Conferência de Estado, no grupo da esquerda, com os soviets, sob a direção dos mesmos partidos, os socialistas revolucionários e os mencheviques. Se os cadetes persistem na reivindicação: acabar com a dependência do Governo, frente à democracia, para que, então, uma Assembleia Constituinte? Tseretelli não fez senão assinalar os contornos de tal argumentação, uma vez que, se fosse levada até o fim, teria condenado a política de coligação com os cadetes, como contrária até à democracia formal. Acusa-se a Revolução de abusar de discursos sobre a paz? As classes possuidoras não compreendem então que a palavra de ordem de paz é, atualmente, o único meio de continuar com a guerra? A burguesia compreendia: ela queria apenas, juntamente com o poder, segurar esse meio *com as suas próprias mãos*. Tseretelli terminou com um hino em honra da coligação. Na Assembleia cindida, que não conseguiu descobrir qualquer saída, os lugares-comuns dos conciliadores retiniram pela última vez com vislumbres de esperanças. Tseretelli também não era mais do que o espectro de si mesmo.

Em nome da metade direita da sala, Miliukov, que representava, irremediavelmente sereno, as classes, cujas vias de condução de uma política serena a História cortara, replicou à democracia. Em sua *História*, o líder do liberalismo relata, de modo bastante expressivo, seu próprio discurso à Conferência de Estado. “Miliukov ... apresentou um levantamento sucinto, baseado nos fatos dos erros cometidos pela ‘democracia revolucionária’ e, de seu estudo, tirou conclusão: capitulação na questão da ‘democratização do exército’, acompanhada da demissão de Guchkov; capitulação a respeito da questão da política exterior ‘zimmerwaldista’, acompanhada da demissão do ministro dos Negócios Estrangeiros (Miliukov); capitulação

diante das reivindicações utópicas da classe operária, acompanhada da demissão de Konovalov (ministro do Comércio e da Indústria); capitulação diante das excessivas exigências das nacionalidades, seguida pela deserção dos cadetes que restavam. A 5ª capitulação diante das tendências espoliadoras das massas, no referente à questão agrária, ... provocou o pedido de demissão do príncipe Lvov, primeiro presidente do Governo Provisório". A história da doença não está mal contada. Quanto ao tratamento, Miliukov não conseguiu ultrapassar as medidas policiais: é preciso esmagar os bolcheviques. "Em presença de fatos evidentes", exprobrava ele aos conciliadores, "esses grupos mais moderados foram forçados a admitir que, entre os bolcheviques, há na realidade, criminosos e traidores. Não admitem entretanto, até o momento presente, que a própria ideia, isto é, a ideia fundamental que congrega esses partidários dos atos agressivos do anarco-sindicalismo, é criminosa." [*Aplausos.*]

O muito humilde Chernov parecia ser ainda o elo de junção entre a coligação e a Revolução. Quase todos os oradores da ala direita: Kaledin, os cadetes, Maklakov, e o Astrov, assestavam golpes em Chernov, que recebera ordem de calar-se e que não encontrava defesa por parte de ninguém. Miliukov, por seu lado, lembrou que o ministro da Agricultura, "estivera pessoalmente em Zimmerwald e em Kienthal e ali apresentara moções as mais violentas". Era um golpe, direto, na cabeça: antes de tornar-se ministro da Guerra imperialista.

Chernov, com efeito, assinara alguns documentos da esquerda de Zimmerwald, isto é, da fração de Lenine.

Miliukov não ocultou à Conferência que, desde o início, fora adversário da coligação, achando que ela "não seria mais forte, senão mais fraca, do que o Governo oriundo da Revolução," a saber: o Governo Guchkov-Miliukov. E, presentemente, ele "teme bastante que a composição atual do poder executivo... não possa garantir a segurança das pessoas e da propriedade". Como quer que seja, Miliukov promete ao Governo seu apoio "de bom grado e sem contestações". A felonía oculta nessa promessa magnânima aparecerá 15 dias mais tarde. O discurso, na ocasião em que foi pronunciado, não despertou entusiasmo algum, mas tampouco deu motivos a protestos veementes. O orador foi fracamente aplaudido, tanto ao subir a tribuna quanto ao retirar-se dela.

O segundo discurso de Tseretelli consistia em lamentações, imprecações e em garantias: é bem feito que tudo isso aconteça; os soviets, os comitês, os programas democráticos, as “palavras de ordem do pacifismo – tudo isso vos protege”. “A quem será mais fácil fazer marchar as tropas do Estado russo revolucionário – ao ministro da Guerra Guchkov, ou ao ministro da Guerra, Kerensky?” Tseretelli repetia quase que liberalmente o que dissera Lenine, mas com a única diferença de que o líder dos conciliadores entrevia mérito ali onde o líder da Revolução estigmatizava a traição. O orador justifica-se mais adiante, por ter poupado demais os bolcheviques: “Eu vos digo, a Revolução era ainda inexperiente na luta contra a anarquia que vinha da esquerda.” [*Tempestade de aplausos à direita.*] Mas, após “as primeiras lições terem sido ministradas”, a Revolução corrigiu seu erro: “Já foi posta em aplicação uma lei de exceção.” Naquele mesmo instante, Moscou estava sendo clandestinamente governada por um comitê de seis membros – dois mencheviques, dois socialista-revolucionários, dois bolcheviques – protegendo a cidade contra o perigo do golpe de Estado por parte daqueles, perante os quais os conciliadores se comprometiam a esmagar os bolcheviques.

A chave do último dia foi a arenga do general Alexeiev, cuja autoridade encarnava a falta de talento dos velhos burocratas militares. Debaixo de vivas desenfreados dos partidos da direita, o antigo chefe de estado-maior de Nicolau II, e organizador das derrocadas do exército russo, falou a respeito daqueles destruidores “em cujos bolsos tilintavam, melodiosamente, os marcos alemães”. Para a reconstituição do exército impunha-se a instalação de uma disciplina; para haver disciplina, era preciso que os chefes tivessem autoridade; e, para isso ainda, era preciso mais disciplina. “Qualquer que seja a denominação dada à disciplina férrea, consciente, ou verdadeira... as bases dessas disciplinas são sempre as mesmas.” A História estava delimitada para Alexeiev, pelos estatutos do serviço interior. “Será que julgaria, senhores, tão difícil assim o sacrifício de uma prerrogativa ilusória – a existência das organizações [*risos à esquerda*] durante algum tempo?” [*tumulto e gritos à esquerda?*] O general sugeria que lhe entregassem sob tutela, a Revolução desarmada; não para sempre, absolutamente, Deus o livrasse disso! Mas apenas “por algum tempo”: terminada a guerra, ele prometia restituir o objeto em perfeito estado de conservação. Terminou

seu discurso, entretanto, com um aforisma bem apropriado: “precisamos tomar medidas, e não meias medidas.” Essas palavras atingiam tanto a declaração de Cheidze, quanto o Governo Provisório, assim como a coligação e todo o regime de fevereiro. Medidas e não meias medidas. Sobre isso, os bolcheviques também estavam de acordo.

O general Alexeiev encontrou imediata oposição por parte dos oficiais de esquerda, delegados de Petrogrado e de Moscou, que apoiavam “nosso chefe supremo, o ministro da Guerra”. Depois deles, o tenente Kuchin, velho menchevique, orador do “grupo do *front* à Conferência de Estado”, falou em nome de milhões de soldados que, entretanto, absolutamente não se reconheceriam no espelho da conciliação. “Todos nós lemos, em todos os jornais, a entrevista do general Lukomsky, e na qual se diz: se os aliados não nos ajudarem, Riga será entregue...” Por que, então, o alto-comando, que sempre dissimulava os insucessos e os reverses, sentiu a necessidade de dar às cores um tom negro? Os gritos “É uma vergonha”, que partiam da esquerda, dirigiam-se a Kornilov que, na véspera, havia desenvolvido a mesma ideia em plena Conferência. Kuchin tocava no ponto mais sensível das classes possuidoras: as cúpulas da burguesia, o comando, toda a metade direita do auditório, estavam profundamente impregnados de tendências derrotistas nos domínios econômico, político e militar. A divisa daqueles patriotas sólidos e equilibrados era, desde aquela época: “quanto pior, tanto melhor!” O orador de conciliação, porém, apressou-se em evitar um tema que representava, para ele, terreno escorregadio. “Salvaremos o exército? Não o sabemos, mas, se não conseguirmos salvá-lo, não será o comando que o salvará...”. “Ele o salvará!”, exclamavam nas bancadas dos oficiais. Kuchin: “Não, ele não o salvará!” Romperam aplausos à esquerda. E assim, interpelavam-se mutuamente, e de maneira hostil; os comandantes e os comitês, sobre a solidariedade imaginária dos quais havia sido edificado o programa de um saneamento do exército. Assim interpelavam-se as duas metades da Conferência, que constituíam a base de uma “coligação honesta”. Esses conflitos não passavam do eco enfraquecido, abafado, parlamentarizado, dos antagonismos que sacudiam o país. De acordo com a encenação bonapartista, os oradores de direita e de esquerda alternavam-se, procurando equilibrar-se entre eles, tanto quanto possível. Se os primazes do concílio ortodoxo apoiavam Kornilov, os mo-

nitores dos cristãos evangélicos enfileiravam-se ao lado do Governo Provisório. Os delegados dos *zemstvos* e das municipalidades saíam dois a dois: um, pela maioria, apoiava a declaração de Cheidze; o outro, pela minoria, subscrevia a declaração da Duma de Estado.

Os representantes das nacionalidades oprimidas, um após outro, asseveravam patriotismo ao Governo, mas suplicavam-lhe que não os enganasse mais: nas respectivas regiões permaneciam os mesmos funcionários, as mesmas leis, e a mesma opressão. “Não se pode mais protelar. Povo algum pode viver somente de promessas.” A Rússia revolucionária deve provar que é “a mãe e não a madrasta de todos os povos”. As tímidas censuras e os apelos resignados não encontravam eco de simpatia, nem mesmo na metade esquerda do auditório. O espírito da guerra imperialista é, sobretudo, incompatível com uma política honesta na questão nacional.

“Até o presente momento, as nacionalidades da Transcaucásia abstiveram-se de qualquer manifestação separatista”, declarou em nome dos georgianos, o menchevique Chenkeli, “não o farão, ulteriormente”. Esse compromisso, coberto dos aplausos, caducaria dentro em pouco: a partir da insurreição de Outubro, Chenkeli passará a ser um dos líderes do separatismo. Não há, entretanto, nesse fato, contradição alguma: o patriotismo da democracia não ultrapassa os quadros do regime burguês.

Entrementes, novos espectros do passado, e os mais trágicos aparecem em cena. Os mutilados de guerra fazem-se ouvir. Mas nem mesmo eles se mostram unânimes. Os manetas, os pernetas, os cegos, possuem, também, aristocracia e plebe. Em nome “da imensa e poderosa associação dos cavaleiros de São Jorge e de suas 128 seções disseminadas por toda a Rússia”, um oficial, ofendido em seu patriotismo, apoia Kornilov [*aprovação da direita*]. A União pan-russa dos mutilados de guerra adere, por intermédio de seu delegado, à declaração de Cheidze [*aprovação da esquerda*].

O Comitê-Executivo da União dos ferroviários, acabado de organizar-se, e que devia, sob a denominação abreviada de Vikzhel, desempenhar, nos meses que se aproximavam, um papel considerável, votou pela declaração dos conciliadores. O presidente de Vikzhel, democrata moderado e patriota extremo, traçou um quadro muito vivo das negações contrarrevolucionárias na rede ferroviária: pérfidas ofensivas contra os operários, licenciamento em massa, restrições arbitrárias às jornadas de 8

horas, acusações perante os tribunais. Forças clandestinas, dirigidas por centros ocultos, porém influentes, tentavam, evidentemente, levar à luta os ferroviários esfomeados. O inimigo era inatingível. “A contraespionagem entorpeceu-se, a fiscalização do Ministério Público adormeceu.” E esse moderado entre todos os moderados terminou por uma ameaça: “Se a hidra da contrarrevolução levantar a cabeça, nós marcharemos para sufocá-la com nossas próprias mãos.”

Um dos ases dos ferroviários, portador de acusações em sentido contrário, apresentou-se imediatamente: “O manancial puro da Revolução está envenenado.” Por quê? “Porque os fins idealistas da Revolução foram substituídos por fins materialistas [*aplausos da direita*].” Com o mesmo espírito, Rodichev, cadete e proprietário de terras, acusa os operários de haverem assimilado a ignominiosa palavra de ordem recebida da França: “Enriquecei-vos!” Os bolcheviques garantirão, em breve, à fórmula de Rodichev um sucesso extraordinário, apesar de não ser aquele com o qual o orador contava. O professor Ozerov, homem de ciência pura e delegado dos bancos agrários, exclama: “O soldado, nas trincheiras, deve pensar na guerra e não na divisão de terras.” Não é de admirar: a confiscação das propriedades de terras individuais significaria a confiscação dos capitais bancários: a 19 de janeiro de 1915, as dívidas sobre propriedade privada de terras elevavam-se a mais de três bilhões e 500 milhões de rublos!

À direita, falava-se em nome dos altos estados-maiores, das Uniões industriais, das Juntas de Comércio e dos bancos, da Sociedade dos Haras e de outras organizações que reuniam centenas de personagens importantes. Da esquerda, falava-se em nome dos soviets dos comitês de exército, dos sindicatos, das municipalidades democráticas, das cooperativas, atrás das quais se entreviam, sobre fundo distante, milhões e dezenas de milhões de anônimos. Em tempos normais a preponderância recaía, invariavelmente, sobre o braço mais curto da alavanca. “Não se pode negar”, moralizava Tseretelli, “sobretudo em semelhante momento, a densidade e a importância daqueles que são fortes devido ao peso de possuidores.” Mas todo o negócio residia agora no fato de que esse peso tornava-se cada vez mais imponderável. Assim como o peso não representa uma qualidade íntima de tais ou quais objetos, mas apenas uma relação recíproca entre eles, a densidade social não é uma qualidade

inata de um indivíduo, mas apenas o valor de classe que as outras classes se veem forçadas a reconhecer nele. A Revolução, entretanto, chegara muito perto daquele limite onde se começa a desconhecer as “qualidades” mais essenciais das classes dominantes. Daí se haver tornado tão incômoda a situação da minoria notória, no segmento mais curto da alavanca. Os conciliadores faziam todos os esforços para manter o equilíbrio. Mas já se mostravam impotentes: as massas faziam pressão irresistível sobre o outro braço, o mais longo. Como os grandes agrários, os banqueiros, os industriais, defendiam prudentemente seus interesses! Por outra parte, será que, em geral, os defendiam? Quase nada. Defendiam eles os direitos do idealismo, os interesses da cultura, as prerrogativas da futura Assembleia Constituinte. Um magnata da indústria pesada, Von Ditmar, terminou mesmo com um hino em honra da “liberdade, igualdade e fraternidade.” Onde estavam metidos os barítonos metálicos dos lucros, os roucos baixos da renda fundiária? Do palco fluíam apenas os dulçorosos sons de tenores do desinteresse. Mas, um minuto de atenção: quanta bÍlis, quanto vinagre no melão! De que maneira inesperada os trinados líricos se quebram num falsete rancoroso! O representante da Junta de Agricultura pan-russa, Kapatsinsky, que se apega com toda alma à próxima reforma agrária não esquece de agradecer ao “nosso puro Tseretelli” pela sua circular que defendia o direito contra a anarquia. Mas, e os comitês agrários? Pois, enfim, eles transferem diretamente o poder aos mujiques! O mujique, “ser obscuro, quase analfabeto, louco de felicidade pela ideia de que, enfim... dão-lhe a terra, esse homem está encarregado de instituir o direito no país”. Se, na luta contra o obscuro mujique, os proprietários de latifúndios defendem a propriedade, não é para eles, não, mas para sacrificá-la, em seguida, no altar da liberdade.

Dir-se-ia que o simbolismo social já estava quase esgotado. Aqui, porém, Kerensky sentiu-se iluminado por feliz inspiração. Ele propõe, ainda, dar a palavra a um grupo – “um grupo histórico na Rússia, e de Breshkovskaia, de Kropotkin e de Plekhanov.” O populismo russo, o anarquismo russo e a social-democracia russa, surgiam personificados pela geração mais velha; o anarquismo e o marxismo pelos seus mais eminentes fundadores.

Kropotkin pede que juntem sua voz à “dos que convidaram o povo russo a romper, de uma vez por todas, com o zimmerwaldismo.” O apóstolo negador da autoridade prende-se, de um salto, à ala direita da Conferência. A derrota ameaça envolver não somente a perda de grandes territórios e de grandes contribuições: “Deveis saber, camaradas que há algo de pior que tudo isto: é a psicologia de um país vencido.” O velho internacionalismo prefere a psicologia de um país vencido... situado do outro lado da fronteira. Relembrando como a França vencida humilhara-se perante os tzares da Rússia – ele não previra de que maneira a França vitoriosa se humilharia perante os banqueiros americanos – exclama Kropotkin: “Será possível que tenhamos de passar por isso? Por nada no mundo!” Aplausos respondem-lhe em toda a sala. Em compensação, que radiosas perspectivas abre a guerra! Todos começam a compreender que é necessário edificar uma vida nova sobre novos princípios socialistas... Lloyd George pronuncia discursos penetrados de espírito socialista... Na Inglaterra, na França, na Itália, forma-se uma nova compreensão da vida, imbuída de socialismo, desgraçadamente estatal. “Se Lloyd George e Poincaré” “infelizmente” ainda não renunciaram ao princípio estatal, Kropotkin se acerca dele abertamente. “Penso” diz ele, “que não usurparemos os direitos da Assembleia Constituinte – reconhecendo perfeitamente que a ela cabe uma decisão soberana em semelhante questão – se nós, Assembleia da terra russa, exprimimos alto e bom som nosso desejo de que a Rússia seja proclamada República.” Kropotkin insiste sobre a questão de uma república federativa: “Temos necessidade de uma federação idêntica à que vemos nos Estados Unidos.” Eis em que dava a “federação das comunas livres” de Bakunin! “Prometamos-nos, enfim, entre nós”, termina Kropotkin, citando a Assembleia a “que não mais nos dividiremos, aqui nesse teatro, em frações esquerda e direita.... Porque, enfim, temos todos uma única e mesma pátria, e por ela nos devemos manter ou tombar, se necessário, nós todos, os de direita e os de esquerda.” Proprietários de terras, industriais, generais, cavaleiros de São Jorge – todos os que se negavam a reconhecer Zimmerwald, prestaram ao apóstolo da anarquia uma ovação merecida.

Os princípios do liberalismo, na realidade, vivem apenas em razão de uma combinação com a atividade policial. O anarquismo é uma tentativa de livrar o liberalismo da influência policial. Mas assim como o

oxigênio em estado puro é irrespirável, os princípios do liberalismo, sem o elemento policial, significam a morte da sociedade. Como sombra caricatural do liberalismo, o anarquismo, em seu conjunto, partilha da sorte dele. Após matar o liberalismo, o desenvolvimento dos antagonismos de classes mata também a anarquia. Assim como toda seita que baseia sua doutrina não no desenvolvimento real da sociedade humana, mas na exageração, até ao absurdo, de um dos traços dessa sociedade, o anarquismo arrebenta, tal qual uma bola de sabão, no momento mesmo em que os antagonismos sociais convergem para uma guerra ou uma Revolução. A anarquia representada por Kropotkin resultou ser o mais espectral de todos os espectros da Conferência de Estado.

Na Espanha, país clássico do bakuninismo, os anarcossindicalistas e aqueles que são designados como anarquistas “específicos” ou puros, recusando-se a tomar parte na política repetem, na verdade, a política dos mencheviques russos. Os enfáticos negadores do Estado inclinam-se, respeitosa e perante ele assim que ele muda um pouco. Alertando o proletariado contra as seduções do poder, sustentam, com abnegação, o poder da burguesia de esquerda. Amaldiçoando a gangrena do parlamentarismo, passam, sub-repticiamente, aos seus partidários, o boletim eleitoral de republicanos vulgares. Qualquer que seja a solução da Revolução Espanhola ela, em todo caso, acabará, para sempre, com o anarquismo.

Pela boca de Plekhanov, acolhido com tumultuosos aplausos por todo auditório – os de esquerda homenageavam o velho mestre, os de direita, o novo aliado – faliu o marxismo russo dos primeiros tempos, cuja perspectiva fixou-se, durante dezenas de anos, na liberdade política. Ali onde a Revolução, para os bolcheviques, apenas começava, para Plekhanov ela terminava. Aconselhando os industriais a procurarem uma aproximação com a classe operária, Plekhanov admoestava os democratas: “Incontestavelmente é para vós indispensável que haja entendimentos com os representantes da classe de comerciantes e industriais.” E a título de exemplo cominatório, Plekhanov citou “o Lenine de triste memória” que caiu tanto a ponto de incitar o proletariado “a tomar imediatamente o poder político”. Precisamente, visando impedir a luta pela conquista do poder, é que a Conferência necessitava da presença de Plekhanov, que depois o que lhe restava da armadura de revolucionário no umbral da Revolução.

Na tarde do mesmo dia em que os delegados “históricos” da Rússia se manifestaram, Kerensky deu a palavra ao representante da Câmara Agrícola e da União dos Proprietários de Haras, outro Kropotkin, igualmente membro de antiga família aristocrática, a qual, se acreditarmos na genealogia, tinha mais direito ao trono da Rússia do que os Romanovs. “Não sou socialista”, declarou o aristocrata-feudal, “mas respeito o verdadeiro socialismo. Portanto, quando vejo as espoliações, as pilhagens, as violências, devo dizer que... o Governo tem o dever de obrigar os homens que se imiscuíram no socialismo a abandonar a obra de edificação do país.” Este segundo Kropotkin, que lançava evidentemente uma flecha contra Chernov, nada objetava aos socialistas do gênero Lloyd George ou Poincaré. Concorrentemente com o antípoda da família, o anarquista, o Kropotkin monarquista condenava Zimmerwald, a luta de classes, as expropriações de terras – Ai! Ele estava habituado a chamar isso de “anarquia” – e exigia, igualmente, a unidade e a vitória. As atas não consignam, é pena, se os dois Kropotkins se aplaudiram reciprocamente.

Nessa conferência, corroída pelo ódio, falava-se tanto de unidade que ela, pelo menos por um momento, deveria materializar-se num inevitável aperto simbólico de mãos. Esse acontecimento foi narrado pelo jornal menchevique, com palavras inspiradas: “No momento em que Bublikov tomou a palavra, produziu-se um incidente de efeito profundo em todos os membros da Conferência...” Se, ontem, o nobre líder da Revolução, Tseretelli, estendeu a mão ao mundo industrial, saiba ele que essa mão não ficará suspensa! “Quando Bublikov terminou, Tseretelli aproximou-se dele e apertou-lhe a mão. [*Tempestade de aplausos*].

Quantas ovações! Ovações em demasia! Oito dias antes da cena aqui descrita, o mesmo Bublikov, personagem importante nas estradas de ferro, berrava, no Congresso dos Industriais, contra os líderes dos soviets: “Fora com os desonestos, os ignorantes, todos os que levaram o país à perdição!” – e essas palavras ainda não tinham eco na atmosfera de Moscou. O velho marxista Riazanov, que assistia à Conferência e que fazia parte da delegação dos sindicatos, relembrou, muito a propósito, nos beijos de Lamoutrette, bispo de Lyon: “O beijo que trocaram entre si duas partes da Assembleia Legislativa – não os operários e a burguesia, mas duas partes da burguesia, e sabeis que a luta jamais fora tão ardente e furiosa quanto

após esse beijo.” Com uma franqueza que não lhe era habitual, Miliukov também reconhece que a união, da parte dos industriais, era “insincera, mas praticamente indispensável à classe que tinha muito o que perder. Foi exatamente devido a essa rendição, com segundas intenções, que o aperto de mãos de Bublikov se tornou famoso”.

Acreditaria a maioria dos participantes na força dos apertos de mãos e dos abraços políticos? Acreditaria aquela gente nela mesma? Os sentimentos de todos eram tão opostos quanto os planos. Em verdade, em alguns discursos, sobretudo os que partiam da periferia, sentia-se ainda o frêmito dos primeiros entusiasmos, das primeiras esperanças, das primeiras ilusões. Numa assembleia, porém, em que a metade esquerda estava decepcionada e desmoralizada, a metade da direita, irritada, os ecos das Jornadas de Março adquiriam o tom de uma correspondência de noivos que luta em um processo de divórcio. Recolhendo-se ao reino dos espectros, os políticos procuravam, por meio de procedimentos espectrais, salvar um regime espectral. O arrepio mortal de desespero passava pela assembleia das “forças vivas”, nessa inspeção de condenados.

Pouco antes de terminar a Conferência, produziu-se um incidente que demonstrou profunda cisão no grupo considerado como modelo de unidade e de espírito de estado: o dos cossacos. Nagaiev, jovem oficial do corpo de cossacos, que tomava parte na delegação soviética, declarou que os trabalhadores cossacos não seguiam Kaledin: os homens do *front* não depositavam confiança no comando superior. Era verdade e o golpe feria no ponto mais doloroso. As comunicações da imprensa descrevem, em seguida, a mais tumultuosa cena verificada na Conferência. A esquerda aplaude Nagaiev, com entusiasmo. Ouvem-se gritos: “Glória à tropa de – cossacos revolucionários!” Protestos indignados partem da direita: “Respondereis por isso!” Uma voz, do camarote dos oficiais: “São os marcos alemães!” Se bem que inevitável como último argumento patriótico, essas palavras produzem o efeito de uma bomba. Rebenta, na sala, um tumulto infernal. Os delegados dos soviets pulam de seus lugares e ameaçam os camarotes dos oficiais com os punhos cerrados. Gritam: “Provocadores!” A campanha presidencial retine sem parar. “Parece que, dentro em pouco, teria início um motim.”

Após tudo aquilo que acabava de ocorrer, Kerensky, em seu discurso de encerramento, declarava o seguinte: “Creio e sei mesmo... que

chegamos a nos compenetrar perfeitamente que chegamos a ponto de uma grande estima recíproca...” Nunca a duplicidade do regime de fevereiro atingira tal ponto de falsidade repugnante e vã. Não conseguindo manter-se nesse mesmo tom, o orador, nos últimos períodos, arrebenta inesperadamente num grito de desespero e de ameaça. “Com uma voz sofredora, que alternava entre o grito histérico e o sussurro trágico, Kerensky ameaçava”, segundo a descrição de Miliukov, “um adversário imaginário, procurando-o, insidiosamente, no auditório, com olhar inflamado...” Na verdade Miliukov, melhor do que ninguém, sabia que o adversário não era, em absoluto, imaginário. “Hoje, cidadãos russos, não me entregarei mais aos sonhos... Que o coração se petrifique...”, exclamava Kerensky, em suas divagações, “que seque as flores e todos os sonhos sobre a natureza humana [*voz de mulher das galerias: “Não, que não aconteça!”*], que hoje, do alto da tribuna, foram pisados. Pois bem, ou os esmagarei! Eles não mais existirão! [*Voz de mulher, das galerias: “Não podeis fazer isso, vosso coração não o permitirá.”*] Jogarei bem longe de mim as chaves de um coração que ama a humanidade, pensarei exclusivamente no Estado.”

Na sala todos estavam em estado de estupor, e dessa vez tanto os de direita como os de esquerda. O simbolismo social da Conferência de Estado terminava num intolerável monólogo de melodrama. A voz feminina que se levantou em defesa das flores do coração, ressoou como um pedido de socorro, como um S.O.S. da pacífica, luminosa e incruenta Revolução de Fevereiro. Finalmente, no teatro da Conferência Nacional, o pano caiu.

.....

Capítulo VIII

O COMPLÔ DE KERENSKY

A CONFERÊNCIA DE MOSCOU só fez agravar a situação do Governo, pondo a descoberto, segundo a justa apreciação de Miliukov, que “o país estava dividido em dois campos entre os quais não poderia haver nem reconciliação nem acordo”. A Conferência elevou o estado de espírito da burguesia e instigou a impaciência dela. Por outro lado, deu um novo impulso ao movimento de massas. A greve moscovita abriu um período de reagrupamento dos operários e dos soldados em torno da esquerda. Desde então os bolcheviques começam a progredir irresistivelmente. Somente os socialistas revolucionários de esquerda e, parcialmente, os mencheviques, também de esquerda, conservam influência entre a massa. A organização menchevique de Petrogrado comprovou sua evolução política ao excluir Tseretelli da lista de candidatos à Duma municipal. A 16 de agosto, a conferência dos socialistas revolucionários de Petrogrado, por 22 votos contra 1, exigiu a dissolução da União dos Oficiais anexa ao quartel-general assim como outras medidas decisivas, a fim de sustar a contrarrevolução. A 18 de agosto, o Soviete de Petrogrado, apesar das objeções de Cheidze, seu presidente, colocou em ordem do dia a questão da supressão da pena de morte. Antes de votar a proposta, perguntou Tseretelli em tom provocante:

“Se, após a vossa decisão, a pena de morte não for revogada, chamaria a multidão a fim de exigir a derrubada do Governo?” – “Sim”, responderam gritando os bolcheviques, “sim, nós chamaremos o povo e procuraremos conseguir a derrubada do Governo.” “Agora levantai muito alto a vossa cabeça”, responde Tseretelli. Os bolcheviques levantavam a cabeça juntamente com as massas. Os conciliadores abaixavam a cabeça exatamente quando as massas levantavam a dela. A reivindicação de abolição da pena de morte foi adotada quase que unanimemente, mais ou menos por 900 votos contra 4! Tseretelli, Cheidze, Dan e Lieber! Quatro dias após, no congresso de unificação dos mencheviques e dos grupos afins, quando, juntamente com as questões essenciais, adotavam-se as resoluções de Tseretelli contra a oposição de Martov, foi admitida, sem debates, a exigência imediata da abolição da pena de morte: Tseretelli calava-se, não se encontrando mais em estado de resistir à pressa.

Os acontecimentos do *front* intervieram na atmosfera política que se carregava cada vez mais. A 9 de agosto os alemães romperam a linha das tropas russas, perto do Ikskul e, a 21, ocuparam Riga. A realização da profecia de Kornilov foi, conforme se anuíra de antemão, o sinal da ofensiva política da burguesia. A imprensa desdobrou sua campanha contra os “operários que não trabalhavam”, e “os soldados que não combatiam”. A Revolução aparecia como a responsável por tudo: ela abandonara Riga e se dispunha a entregar Petrogrado. A campanha contra o exército, tão encarniçada, quanto seis semanas ou mesmo dois meses antes, dessa vez não tinha sequer uma sombra de justificativa. Em julho os soldados, realmente, haviam recusado tomar a ofensiva: eles não queriam perturbar o *front*, tirar os alemães da passividade, recomeçar as batalhas. Mas, em Riga, a iniciativa da ofensiva pertencia ao inimigo e o estado de espírito dos soldados era bastante diferente. Foram exatamente os efetivos do 12º Exército, o mais impregnado pela propaganda, que se mostraram os menos suscetíveis ao pânico.

Um comandante do exército, o general Parsky, gabava-se, e não totalmente sem razão, de ver a retirada realizar-se “exemplarmente”, nem sequer podia ser comparada às retiradas da Galícia e da Prússia Oriental. O comissário Voitinsky dizia em relatório: “No setor em que o *front* foi aberto, nossas tropas realizam, sem réplica e valorosamente, as tarefas que lhes competem, mas não estão em estado de resistir durante muito

tempo à pressão inimiga e recuam lentamente, passo a passo, sofrendo terríveis perdas. Julgo indispensável assinalar o grande valor dos caçadores letões, cujos sobreviventes, se bem que completamente esgotados, foram novamente enviados ao combate...” Ainda mais elevado era o tom do relatório do presidente do comitê do exército, o menchevique Kuthin: “O estado de espírito dos soldados é surpreendente. Segundo o testemunho dos membros do comitê e dos oficiais, a capacidade de resistência é tal como jamais se viu.” Outro representante do mesmo exército apresentou, alguns dias mais tarde, na sessão do birô do Comitê-Executivo, o segundo relatório: “Na retaguarda do *front* que foi rompido encontrava-se apenas uma brigada de letões, quase que exclusivamente composta de bolcheviques. Ao receber ordem de marchar [*a brigada*] avançou com bandeiras vermelhas e com fanfarras, e bateu-se corajosamente”. Stankevich escrevia mais tarde, no mesmo sentido, porém de um modo mais reservado: “Mesmo no estado-maior do exército, onde se encontravam pessoas que, com o conhecimento de todos procuravam a possibilidade de lançar a culpa sobre os soldados, não pude receber comunicação de um único fato concreto, provando a não execução de apenas uma ordem de combate, mas, em geral, de qualquer outra ordem.” Durante a operação, desembarque em Mondsund, as guarnições da frota demonstraram, conforme podemos verificar em documentos oficiais, uma notável firmeza.

Para levantar o moral das tropas, principalmente dos caçadores letões e dos marinheiros do Báltico, não exerceu influência – longe disso – apenas o fato de se tratar, dessa vez, da defesa dos dois centros da Revolução: Riga e Petrogrado. Os contingentes mais adiantados já se haviam compenetrado da ideia bolchevista de que “cravar a baioneta na terra” não era resolver a questão da guerra; que a luta em prol da paz era inseparável da luta pela conquista do poder, isto é, uma nova Revolução.

Ainda que alguns comissários, intimidados pela pressão dos generais, exagerassem a resistência do exército, permanece o fato de que os soldados e os marinheiros executavam as ordens e se deixavam matar. Não podiam nada mais fazer além disso. A defesa, todavia, não mais se fazia sentir. Por mais inverossímil que pareça, o 12º Exército foi apanhado inteiramente desprevenido. Tudo faltava: homens, canhões, munições, máscaras contra gases. O serviço de ligação mostrou-se de-

sastradamente organizado. Os ataques deviam ser adiados pelo fato de que, para fuzis russos, recebiam-se cartuchos modelo japonês. Ora, isto não se referia, acidentalmente, a um único setor do *front*. O significado da queda de Riga não era um segredo para o alto-comando. Como, então, explicar-se a situação excepcionalmente miserável das forças e dos recursos da defesa do 12º Exército? “... Os bolcheviques”, escreve Stankevich, “puseram-se a espalhar os rumores de que a cidade seria entregue aos alemães voluntariamente, porque o comando desejava desembaraçar-se daquele ninho, daquela sementeira do bolchevique. Esses rumores só poderiam encontrar crédito no exército onde se sabia, em suma, não existir nem defesa nem resistência”. Efetivamente, desde dezembro de 1916, que os generais Ruzsky e Brussilov se queixavam de que Riga era “a chaga do *front* norte”, “um ninho conquistado pela propaganda”, contra a qual só se poderia lutar por meio de execuções. Abandonar os operários e os soldados de Riga à severa escola da ocupação militar alemã deveria ser o sonho secreto de muitos generais do *front* norte. Ninguém pensava, é claro, que o generalíssimo baixasse a ordem de abandonar Riga. Mas todo o alto-comando lera o discurso de Kornilov e a entrevista de seu chefe de estado-maior, Lukomsky. Isso valia inteiramente por uma ordem. O general em chefe das tropas do *front* norte, Klembovsky, pertencia à estreita camarilha dos conspiradores e, por conseguinte, aguardava a rendição de Riga como um dos atos de salvação. E, em condições mais normais, os generais russos preferiam abrir as praças da guerra e bater em retirada. Agora, como estavam de antemão livres de qualquer responsabilidade pelo quartel-general, e como o interesse político os empurrava para os caminhos do derrotismo, não fizeram eles uma tentativa de defesa sequer. Que tal ou qual general tenha acrescentado à sabotagem passiva uma atividade prejudicial é uma questão subsidiária, de difícil solução, devido a sua própria essência. Seria entretanto ingenuidade acreditar que os generais se tenham absterido de ajudar o destino em todas as ocasiões em que os atos de felonía podiam passar impunemente.

O jornalista americano John Reed, que sabia ver e ouvir, e que deixou um livro de crônicas imortal sobre as jornadas da Revolução de Outubro, declarou, sem rodeios, que parte considerável das classes pos-

suidoras da Rússia preferia a vitória dos alemães à vitória da Revolução, e não se acanhavam em dizê-lo abertamente.* “Durante um serão que passei em casa de um comerciante de Moscou”, conta John Reed entre outros exemplos, “perguntaram, durante um chá, às 11 pessoas presentes, quem preferiam, Guilherme ou os bolcheviques.” 10 pessoas contra uma pronunciaram-se por Guilherme. O mesmo escritor americano conversou, no *front* norte, com oficiais “que francamente preferiam o desastre militar à cooperação com os comitês de soldados”.

Para a acusação política formulada pelos bolcheviques, e não por eles apenas, era mais do que suficiente que a rendição de Riga fizesse parte dos planos dos conspiradores e tivesse data marcada no calendário. Isso se via com bastante clareza nas entrelinhas do discurso de Kornilov em Moscou. Os acontecimentos que se seguiram elucidaram completamente esse lado do caso. Temos, porém, um testemunho direto, ao qual a personalidade do autor empresta autenticidade incontestável no presente caso. Conta Miliukov em sua *História*: “Em Moscou, Kornilov indicou, no seu discurso, o momento além do qual ele não desejava adiar as medidas decisivas para salvar o país da perdição e o exército da *débâcle*. Esse momento foi a queda de Riga por ele predita. Esse fato, segundo sua opinião, deveria provocar um sobressalto patriótico... Segundo o que Kornilov me declarou pessoalmente, em nossa entrevista do dia 13 de agosto em Moscou, ele não queria deixar passar essa ocasião, e o momento do conflito aberto com o governo de Kerensky apresentava-se, ao seu espírito, de modo absolutamente determinado e tendo, até mesmo, a data fixada de antemão, 27 de agosto.” Pode alguém expressar-se mais claramente? Para realizar sua marcha contra Petrogrado, Kornilov necessitava da rendição de Riga, alguns dias antes da data previamente marcada. Reforçar as posições de Riga, tomar sérias medidas de defesa, seria anular o plano de uma outra campanha que, para Kornilov, era infinitamente mais importante. Se Paris vale uma missa, o poder vale muito bem Riga.

Durante a semana que passou entre a rendição de Riga e o levante de Kornilov, o quartel-general transformou-se no reservatório central das calúnias contra o exército. As informações do estado-maior russo e da

* Trata-se de *Dez dias que abalaram o mundo*. [Nota da tradutora.]

imprensa russa encontravam eco imediato na imprensa da Entente. Os jornais patriotas russos, por sua vez, reproduziam, com satisfação, as pilhérias e os ultrajes do *Times*, do *Temps* ou do *Matin* dirigidas ao exército russo. Os soldados do *front*, ofendidos, tremeram de indignação e cólera. Os comissários e os comitês, quase todos conciliadores patriotas, sentiram-se atingidos profundamente. Protestos partiram de todos os lados. Entre os mais notáveis conta-se a carta do comitê executivo do *front* da Romênia, da circunscrição militar de Odessa e da frota do mar Negro, agrupamento que, por abreviação, era designado por Rumcherod, carta esta que exigia do Comitê Executivo central “fosse restabelecida, perante toda a Rússia, a bravura e a dignidade sem par dos soldados do *front* romeno; que parassem a campanha da imprensa contra soldados que caíam, quotidianamente, aos milhares em combates encarniçados, em defesa da Rússia revolucionária...” Sob a influência dos protestos que vinham da base, as cúpulas dos conciliadores saíram da passividade. “Parece não haver lama que os jornais burgueses não tenham derramado sobre o exército revolucionário”, escrevia o *Izvestia*, a respeito de seus aliados do bloco. Nada, porém, resultava. Desmoralizar o exército era parte indispensável do complô em cujo centro mantinha-se o quartel-general.

Imediatamente após a entrega de Riga, Kornilov enviou, por telegrama, a ordem de fuzilar, a título de exemplo, diversos soldados, em plena estrada, aos olhos dos demais. O comissário Veitinsky e o general Parsky responderam que, na sua opinião, tais medidas não eram absolutamente justificadas pela conduta dos soldados. Kornilov fora de si declarou, em uma reunião de todos os representantes dos comitês que se encontravam no quartel-general, que ele pronunciaria Voitinsky e Parsky por haverem apresentado relatórios inexatos a respeito da situação do exército, isto é, segundo explica Stankevich, por “não haverem jogado a culpa sobre os soldados”. Para completar o quadro, é preciso acrescentar que, no mesmo dia, Kornilov ordenou aos estados-maiores de exércitos que enviassem listas de oficiais bolcheviques ao Comitê principal da União dos oficiais, isto é, a organização contrarrevolucionária à frente da qual se encontrava o cadete Novosiltsev e que era a mais importante alavanca do complô. E assim era o generalíssimo, o “primeiro soldado da Revolução!”

Decidindo-se a levantar uma ponta do véu, o *Izvestia* escrevia: “Uma camarilha misteriosa, bastante próxima das altas esferas do comando, realiza uma obra monstruosa de provocação...” Sob o nome de “camarilha misteriosa”, compreendiam-se Kornilov e seu estado-maior. Os fulgores da guerra civil iminente iluminavam, com nova luz, não apenas o dia de hoje, mas também o de ontem. Para se defenderem a si próprios, os conciliadores começaram a denunciar a conduta suspeita do comando, durante a ofensiva de junho. Penetravam na imprensa informações de detalhe, cada vez mais numerosas, sobre as divisões e os regimentos perfidamente caluniados pelos estados-maiores. “A Rússia está no direito de exigir”, escrevia o *Izvestia*, “que lhe desvendem toda verdade sobre nossa retirada em julho.” Essas linhas eram avidamente lidas pelos soldados, marinheiros, operários, e particularmente por aqueles que, pretensos culpados da catástrofe no *front*, continuavam a encher as prisões. Dois dias mais tarde, o *Izvestia* viu-se forçado a declarar, e jamais abertamente, que “o quartel-general, através de seus comunicados, jogava uma partida marcada contra o Governo Provisório e a democracia revolucionária”. O Governo, nessas linhas, figurava como a inocente vítima dos desígnios do quartel-general. Mas era possível pensar que o Governo tinha todas as possibilidades de colocar os generais em seu verdadeiro lugar e se não o fez foi porque não o quis. No protesto mencionado acima, contra a perseguição que atingia, de modo traiçoeiro, os soldados, Rumcherod salientava, com especial indignação, que “as informações do estado-maior... acentuando a nobre conduta do corpo de oficiais, parecia diminuir, conscientemente, o devotamento dos soldados à causa da Revolução”. O protesto de Rumcherod apareceu na imprensa a 22 de agosto e, no dia seguinte, publicou-se uma ordem de Kerensky, consagrada à glorificação do corpo de oficiais que, “desde os primeiros dias da Revolução, teve que sofrer uma diminuição em seus direitos”, assim como suportar ultrajes imerecidos por parte da massa de soldados “que dissimulavam a covardia sob palavras de ordem ideológicas”. Enquanto que seus auxiliares mais próximos, Satankech, Voitinsky e outros, protestavam contra a campanha de desmoralização relativamente aos soldados, Kerensky unia-se, demonstrativamente, à campanha, coroando-a com sua ordem provocadora do ministro da Guerra e do chefe do Governo. Ulteriormente Kerensky reconheceu que, já em fins de julho, tivera em mãos “indicações precisas” sobre a conspiração de oficiais

reunidos em torno do quartel-general. “O Comitê principal da União dos Oficiais”, segundo Kerensky, “escolhia em seu meio conspiradores ativos, e seus próprios membros eram agentes de conspirações nas províncias; eram eles, igualmente, que, nas manifestações legais da união, davam o tom adequado.” Isso é absolutamente justo. É preciso, apenas, acrescentar que “o tom adequado” era o da calúnia em relação ao exército, aos comitês e à Revolução, o mesmo tom que dominava na ordem de Kerensky, datada de 23 de agosto.

Como explicar esse enigma? O fato de Kerensky não realizar uma política refletida e consequente é absolutamente indiscutível. Mas era necessário que ele fosse um demente para que, conhecendo a existência do complô dos oficiais, fosse expor sua própria cabeça aos sabres dos conspiradores e ajudá-los, ao mesmo tempo, a se ocultarem. A explicação da conduta de Kerensky, à primeira vista tão inconcebível, é, na realidade, muito simples: ele próprio era, naquele momento, cúmplice da conspiração contra o regime oriundo da Revolução de Fevereiro.

Quando chegou o momento das confissões, Kerensky declarou que, dos círculos dos cossacos, dos corpos de oficiais e de alguns meios políticos burgueses, lhe haviam proposto, mais de uma vez, uma ditadura pessoal. “Isso, porém, caía em solo estéril...” A posição de Kerensky, em todo caso, era tal que líderes da contrarrevolução tinham a possibilidade, sem nada arriscar, de trocar com ele pontos de vista a respeito de um golpe de Estado. “As primeiras confabulações a respeito da ditadura, sob forma de uma leve sondagem” começaram, segundo Denikin, em princípios de junho, isto é, no momento em que se preparava a ofensiva do *front*. Kerensky assistia também, frequentemente, a essas conversas e, nesse caso, estava bem claro, principalmente para o próprio Kerensky, que seria precisamente ele que se colocaria no centro da ditadura. Diz Sukhanov, e com forte razão, dele: “Ele era korniloviano com a condição de se pôr à frente do kornilovismo.” Durante os dias da *débâcle* da ofensiva, Kerensky prometera a Kornilov e a outros generais muito mais do que aquilo que podia realizar. “Em suas inúteis idas e vindas ao *front*”, conta o general Lukomsky, “Kerensky gargarejava coragem e, com seus companheiros de viagem, discutiu, mais de uma vez, sobre a criação de um poder firme, sobre a formação de um diretório ou sobre a transmissão do poder a um

ditador.” Em consonância com seu caráter, Kerensky introduziu, em suas conversações, um elemento impreciso de negligência e de pedantismo. Os generais, ao contrário, sentiam-se atraídos por soluções mais concretas como as do estado-maior.

A participação voluntária de Kerensky em tais conversações de generais legalizava, por assim dizer, a ideia de uma ditadura militar à qual, por prudência, frente à Revolução ainda não abafada, dava-se mais comumente o nome de Diretório. Em que medida as reminiscências históricas sobre o governo da França, após o Termidor, desempenhavam aqui um papel, é difícil de dizer. Independentemente, porém, da camuflagem puramente verbal, o Diretório apresentava, para começo, a incontestável comodidade de admitir a cossubordinação das ambições pessoais. No Diretório caberia, sem dúvida, um lugar, não apenas para Kerensky e Kornilov, mas também para Savinkov e mesmo para Filonenko: em geral, para homens de “vontade de ferro” como diziam os próprios candidatos ao Diretório. Cada um de per si embalava-se na ideia de passar de uma ditadura coletiva à ditadura pessoal.

Para tratar na qualidade de conspirador, com o quartel-general, Kerensky não tinha, por conseguinte, necessidade de realizar qualquer reviravolta brusca: bastava apenas desenvolver o que já estava iniciado e prosseguir. Ele supunha, ainda, que poderia dar à conspiração dos generais uma direção conveniente, fazendo-a recair não apenas sobre os bolcheviques, mas também, e até certo ponto, sobre as cabeças de seus próprios aliados e aborrecidos tutores do meio dos conciliadores. Kerensky assim manobrava evitando desmascarar, a fundo, os conspiradores, a fim de inculcar neles boa dose de medo e de introduzi-los em suas combinações. E nesse sentido ele atingiu o limite além do qual um chefe de governo já se encontra transformado em conspirador ilegal. “Kerensky necessitava da enérgica pressão da direita, das camarilhas capitalistas, das embaixadas aliadas e, particularmente, do quartel-general”, escrevia Trotsky em princípios de setembro, “para ajudá-lo a ficar em plena liberdade de ação. Kerensky queria utilizar a sublevação dos generais para consolidar a ditadura dele.”

O momento da virada foi o da Conferência de Estado. Kerensky, que trouxera de Moscou o sentimento humilhado de uma derrota pessoal, juntamente com a ilusão de possibilidades ilimitadas, resolveu, enfim, aban-

donar as dúvidas e mostrar-se a “eles” tal como era. A “eles”? A quem, então? A todos. Antes de mais nada, aos bolcheviques que, por ocasião da pomposa encenação nacional, introduziram, sorratamente, a mina de uma greve geral. E ao mesmo tempo colocar nos devidos lugares as direitas, a todos os Guchkovs e Miliukovs que não o levam a sério, ridicularizam seus gestos, consideram seu poder como uma sombra de poder. Enfim, dar uma severa lição “àqueles outros” preceptores da conciliação, no gênero do detestado Tseretelli, que ousara corrigi-lo, admoestá-lo, a ele, o eleito da nação, até na Conferência de Estado. Kerensky decidiu firme e definitivamente provar ao mundo inteiro que não era, de modo algum, “o histérico”, o “cabotino”, a “bailarina” como o chamavam cada vez mais abertamente os oficiais da Guarda de Cossacos, mas que ele era um homem de ferro, que fechara o coração com duas voltas e jogara a chave no mar, a despeito das súplicas de uma bela desconhecida que se encontrava no camarote de teatro.

Stankevich notou em Kerensky, naqueles dias, “um esforço para pronunciar alguma palavra que fosse compatível com a ansiedade e a perturbação que reinavam no país. Kerensky... decidiu introduzir no exército sanções disciplinares. Provavelmente se dispunha a propor ao Governo outras medidas decididas”. Stankevich conhecia apenas, dentre as intenções do chefe, aquelas que ele julgava oportuno comunicar-lhe. Na realidade os desígnios de Kerensky, já naquela época, iam muito mais longe. Decidira arrasar, de um só golpe, o terreno sob os pés de Kornilov, realizando o programa do último e conquistando, assim, a burguesia. Guchkov não conseguira desencadear a ofensiva das tropas; ele, Kerensky, o conseguirá. Kornilov não pode realizar o programa de Kornilov. Ele, Kerensky, poderá. A greve de Moscou, em verdade, mostrara que, nesse terreno, os obstáculos surgiriam. Mas as Jornadas de Julho demonstraram também, nesse terreno, ser possível tomar a dianteira. Bastava, desta vez, levar o trabalho até o fim sem se deixar atrapalhar pelos amigos da esquerda. Antes de mais nada era indispensável modificar, totalmente, a guarnição de Petrogrado: substituir os regimentos revolucionários por contingentes “sãos”, que não se voltariam para os soviets. Nesse terreno não há possibilidades de se tratar com o Comitê Executivo, o que seria, aliás, inútil: o Governo era reconhecidamente independente, e, com essa insígnia, fora coroado em Moscou. A bem dizer os conciliadores compreendiam a independência com forma-

lidade, como meio destinado a apaziguar os liberais. Mas ele, Kerensky, transformará o formal em realidade: não foi em vão que, em Moscou, declarara não estar nem com a direita nem com a esquerda e nisso residia a força dele. Agora ele o provará de fato!

As linhas de conduta do Comitê Executivo e de Kerensky, durante os dias que se seguiram à Conferência, continuariam a divergir: os conciliadores se assustaram perante as massas e Kerensky perante as classes possuidoras. As massas populares exigiam a abolição da pena de morte no *front*. Kornilov, os cadetes, as embaixadas da Entente, exigiam a instituição dessa pena na retaguarda.

A 19 de agosto Kornilov telegrafava ao ministro presidente: “Insisto na necessidade urgente de colocar sob as minhas ordens a região de Petrogrado.” O quartel-general abertamente estendia a mão para a capital. A 24 de agosto o Comitê Executivo se armou de toda a coragem e exigiu publicamente do Governo que pusesse fim “aos procedimentos contrarrevolucionários” e empreendesse, “sem protelações e com toda a energia”, a realização das reformas democráticas. Era um novo modo de falar. Kerensky estava forçado a escolher entre uma adaptação à plataforma democrática que apesar de toda a debilidade poderia levar a uma ruptura entre os liberais e os generais, e o programa de Kornilov que inevitavelmente conduziria a um conflito com os soviets. Kerensky resolveu estender a mão a Kornilov, aos cadetes, à Entente. Ele queria a todo preço evitar uma luta aberta com a direita.

É verdade que a 21 de agosto foram submetidos à detenção domiciliar os grão-duques Mikhail Alexandrovich e Pavel Alexandrovich. Diversos outros personagens foram, na mesma ocasião, postos sob vigilância. Tudo isso, porém, era pouco importante e tornava-se necessário soltar os prisioneiros. “...Aconteceu”, diria muito mais tarde Kerensky, em seus depoimentos a respeito do caso Kornilov, “que conscientemente nos orientaram para um falso caminho.” Era necessário acrescentar: com o auxílio do próprio Kerensky. Porque enfim era evidente que para os conspiradores sérios, isto é, para toda a metade da direita da Conferência de Moscou, não se tratava de modo algum do restabelecimento da Monarquia, mas de implantar uma ditadura burguesa sobre o povo. Nesse sentido, Kornilov com todos os seus partidários afastavam, não sem rir, as incriminações con-

cernentes aos desígnios “contrarrevolucionários”, isto é, monarquistas. É certo que em alguma parte, entre os antigos dignitários, cochichavam ajudantes de campo, damas de honra, cem-negros ligados à corte, feiticeiros, monges, bailarinas. Representavam, entretanto, uma grandeza absolutamente insignificante. A vitória da burguesia só poderia surgir sob forma de ditadura militar. A questão da Monarquia só poderia ser considerada numa das etapas ulteriores, todavia, à base de uma contrarrevolução burguesa e jamais com o auxílio das damas de honra rasputinianas. Para o período observado, a realidade consistia na luta da burguesia contra o povo sob a bandeira de Kornilov. Kerensky, que havia procurado uma aliança com esse campo, estava também disposto a se camuflar perante as esquerdas suspeitas detendo ficticiamente os grão-duques. O mecanismo era tão claro que o jornal moscovita dos bolcheviques escreveu naqueles dias: “Prender um par de bonecas sem cérebro da camarilha Romanov e deixar em liberdade... a camarilha militar dos comandantes, Kornilov à frente, é iludir o povo”. E assim os bolcheviques se tornavam odiosos porque tudo viam e de tudo falavam em alto e bom som.

O animador e o guia de Kerensky nesses dias críticos foi Savinkov, aventureiro de grande envergadura, revolucionário do tipo esportivo que havia contraído na escola do terrorismo individual o desprezo pela massa; homem bem dotado e voluntarioso, o que aliás não impediu que durante muitos anos fosse um instrumento entre as mãos do famoso agente provocador Azef: céptico e cínico, considerando-se, não sem razão, com o direito de olhar Kerensky por cima do ombro e, ao mesmo tempo que levava a mão à viseira, conduzi-lo, respeitosamente, com a mão direita, pela ponta do nariz. Savinkov se impunha a Kerensky como homem de ação e a Kornilov como um autêntico revolucionário cujo nome era histórico. Miliukov descreve uma curiosa cena do primeiro encontro do comissário com o general, segundo o próprio Savinkov: “General”, dizia Savinkov, “sei que se as circunstâncias chegarem ao ponto de que seja necessário fuzilar-me, vós o fareis.” E, em seguida, após uma pausa, acrescentou: “Mas se as circunstâncias se apresentarem de tal forma que eu vos deva fuzilar, o farei igualmente.” Savinkov era apaixonado pela literatura, conhecia Corneille e Hugo e sentia inclinação pelo gênero sublime. Kornilov dispunha-se a terminar com a Revolução sem se preocupar com as fórmulas do pseudo-

classicismo e do romantismo. Mas também o general não era indiferente aos encantos de um “poderoso estilo artístico”: as palavras do antigo terrorista deviam lisonjear agradavelmente o que ainda subsistia de heroico no antigo cem-negro.

Em um artigo de jornal escrito muito mais tarde, evidentemente inspirado e talvez mesmo redigido por Savinkov, seus próprios planos eram expostos de maneira bastante transparente. “Ainda na época em que era comissário”, dizia o artigo, “Savinkov chegou à convicção de que o Governo Provisório não estaria em condições de tirar o país de uma situação penosa. Era preciso que entrassem em ação, naquele momento, outras forças. Entretanto, todo o trabalho naquele sentido não se poderia efetuar a não ser sob a égide do Governo Provisório e de Kerensky em particular. Seria com certeza uma ditadura revolucionária realizada por mão de ferro. Essa mão, descobriu-a Savinkov... era a mão do general Kornilov”. Kerensky como disfarce “revolucionário” e Kornilov como a mão de ferro. Quanto ao papel do terceiro personagem, o artigo silenciava. Não era duvidoso, entretanto, que Savinkov procurasse reconciliar o general em chefe com o primeiro-ministro, com a intenção todavia de eliminar os dois. Durante algum tempo esta segunda intenção tornou-se de tal maneira manifesta que Kerensky, apesar dos protestos de Kornilov, forçou Savinkov a demitir-se, exatamente às vésperas da Conferência de Estado. Como tudo o que em geral se passava naquela esfera, a demissão, entretanto, não possuía caráter definitivo. “A 17 de agosto verificou-se”, declara Filonenko, “que Savinkov e eu conservávamos nossos cargos e que o ministro presidente aceitava, em princípio, o programa que fora desenvolvido no relatório apresentado pelo general Kornilov, por Savinkov e por mim mesmo.” Savinkov, a quem Kerensky, a 17 de agosto, havia “ordenado que preparasse um projeto de lei sobre as medidas a serem tomadas na retaguarda”, criou com esta finalidade uma comissão presidida pelo general Apushkin. Seriamente amedrontado por Savinkov, Kerensky, entretanto, acabou resolvendo-se a utilizá-lo para a execução de seu plano grandioso, e não somente deixou-o no cargo de ministro da Guerra como também lhe concedeu “de quebra” o de ministro da Marinha. Significava isso, segundo Miliukov, que para o governo “era chegado o momento de ação, mesmo que fosse com o risco de provocar a *saída às ruas* dos bolcheviques”. Savinkov, naquelas circunstâncias, “dizia

abertamente que dois regimentos bastar-lhe-iam para esmagar facilmente a rebelião dos bolcheviques e para dissolver as organizações deles”.

Kerensky, tal como Savinkov, compreendia perfeitamente, sobretudo após a Conferência de Moscou, que o programa de Kornilov não seria de maneira alguma aceito pelos soviets conciliadores. O Soviete de Petrogrado, que ainda na véspera exigira a abolição da pena de morte no *front*, amanhã erguer-se-á com energia redobrada contra o estabelecimento da pena de morte na retaguarda! O perigo, por conseguinte, consistia no fato de o movimento contra o golpe de estado premeditado por Kerensky ser encabeçado não pelos bolcheviques, mas pelos soviets. Por conseguinte, não era possível parar diante disso: porque, enfim, tratava-se da salvação do país!

“A 22 de agosto”, escreve Kerensky, “Savinkov dirigiu-se ao quartel-general para, a mandado meu, exigir, entre outras coisas, (!) que o general Kornilov pusesse um corpo de cavalaria à disposição do governo”. O próprio Savinkov definia do seguinte modo aquela missão, como se fosse obrigado a justificar-se perante a opinião pública: “Solicitar do general Kornilov um corpo de cavalaria para apoiar de fato a realização do estado de sítio em Petrogrado e para proteger o Governo Provisório contra quaisquer atitudes e atentados, principalmente (!) contra as dos bolcheviques cujo ataque... segundo dados da contraespionagem estrangeira, estava de novo sendo preparado, em ligação com um desembarque alemão e com um levante na Finlândia...” Os dados fantásticos da contraespionagem deviam simplesmente dissimular o fato de que o governo, por ele mesmo, segundo os termos de Miliukov, assumia “o risco de chamar os bolcheviques às ruas”, isto é, estava prestes a provocar um levante. E como a promulgação dos decretos sobre a ditadura militar estivesse fixada para os últimos dias de agosto, para aqueles mesmos dias Savinkov fitava o esperado motim.

O órgão dos bolcheviques, *Proletarii**, foi interdito a 25 de agosto sem qualquer motivo aparente. O *Rabotchii***, publicado em substituição, escrevia que seu predecessor “havia sido interdito no dia seguinte àquele em que, por ocasião da ruptura do *front* de Riga, concitara os operários e os soldados a resistirem com tenacidade e a se conservarem calmos.

* *O Proletário*. [Nota da tradutora.]

** *O Operário*. [Nota da tradutora.]

Qual a mão que assim se preocupa em impedir os operários de saberem que o Partido procura acautelá-los contra a provocação?” Essa pergunta atingia em cheio o alvo. O destino da imprensa bolchevista achava-se nas mãos de Savinkov. A interdição do jornal oferecia duas vantagens: irritava as massas e impedia que o Partido as protegesse contra a provocação que desta vez provinha diretamente das alturas governamentais.

De acordo com as atas do quartel-general, talvez um tanto estilizadas, correspondendo porém, no conjunto, perfeitamente, ao caráter da situação e dos personagens em cena, Savinkov declarou a Kornilov: “Vossas exigências serão satisfeitas, Lavr Gueorguievich, dentro de poucos dias. O governo, porém, teme que nesse caso se originem sérias complicações em Petrogrado... A publicação de vossas exigências... impedirá os bolcheviques à ação... Ignora-se de que modo se comportarão os soviets perante a nova lei. Porque há possibilidade dos últimos se levantarem também contra o governo... É por isso que eu vos rogo que ordeneis ao 3º Corpo de Cavalaria que, lá para os fins de agosto, já esteja acantonado perto de Petrogrado e posto à disposição do Governo Provisório. No caso em que, também, os membros dos soviets entrassem em ação ao lado dos bolcheviques, ver-nos-íamos obrigados a proceder impiedosamente contra eles.” O emissário de Kerensky acrescentou que as medidas deviam ser das mais decididas e das mais impiedosas – ao que respondeu Kornilov “não compreendo medidas diferentes”. Quando se viu obrigado mais tarde a justificar-se, Savinkov acrescentava: “Se, no momento da insurreição dos bolcheviques, os soviets fossem bolcheviques...” Isso, porém, não passava de ardil grosseiro: os decretos proclamando o golpe de estado de Kerensky deviam aparecer dentro de três ou quatro dias. Tratava-se, por conseguinte, não dos soviets do futuro, mas daqueles que existiam em fins de agosto.

Para evitar mal-entendidos e para não provocar a ação dos bolcheviques “antes do tempo”, combinaram o seguinte dispositivo: concentrar em Petrogrado, com antecedência, um corpo de cavalaria; declarar o estado de sítio na cidade e, somente após, promulgar as novas leis destinadas a provocar o levante dos bolcheviques. Na ata do quartel-general esse plano está exposto preto no branco: “A fim de que o Governo Provisório saiba exatamente quando lhe será preciso declarar o estado de sítio na cir-

cunscrição militar de Petrogrado e quando promulgar a nova lei, é preciso que o general Kornilov telegrafe a ele, Savinkov, dizendo a data precisa em que o corpo de cavalaria se aproximará de Petrogrado”.

Os generais-conspiradores haviam compreendido, segundo os termos de Stankevich, “que Savinkov e Kerensky... projetavam um golpe de estado com a ajuda do quartel-general. Não era preciso mais nada. Eles se apressam a consentir em todas as exigências e a aceitar quaisquer condições...” Stankevich, muito devotado a Kerensky, faz a reserva de que no quartel-general, “associavam erroneamente” Kerensky e Savinkov. Como seria possível, entretanto, dissociá-los, a partir do momento em que Savinkov chegara como portador de um mandado de Kerensky, formulado com toda a nitidez? O próprio Kerensky escreve: “A 25 de agosto, Savinkov regressou do quartel-general e relatou-me que tropas seriam enviadas e postas à disposição do Governo Provisório, de acordo com a combinação.” O Governo fixou para a tarde de 26 a aprovação, pelo Governo, do projeto de lei sobre as medidas a serem tomadas na retaguarda, projeto esse que se deveria transformar no prólogo dos atos decisivos do corpo de cavalaria. Tudo pronto. Basta apenas comprimir um botão.

Os acontecimentos, os documentos, os testemunhos dos coparticipantes e, enfim, as confissões do próprio Kerensky demonstraram em unísono que o ministro-presidente, à revelia de um setor de seu próprio governo e por detrás das costas dos sovietes que lhe haviam passado o poder, ocultando-se do partido do qual se dizia membro, pôs-se de acordo com as sumidades do generalato para modificar radicalmente o regime do Estado com auxílio da força armada. Na linguagem da legislação criminal, esse modo de agir possui denominação perfeitamente fixada, ao menos para aqueles casos em que o empreendimento não consegue obter a vitória. A contradição entre o caráter “democrático” da política de Kerensky e o plano de salvamento do país por meio da ajuda do sabre não pode parecer insolúvel senão quando focalizada superficialmente. Em realidade, o plano de uma ação da cavalaria decorria inteiramente da política de conciliação. Ao descobrir semelhante causalidade, pode-se em grande medida fazer abstração, não somente da personalidade de Kerensky como também das particularidades do meio nacional: trata-se da lógica objetiva do movimento conciliador dentro das condições da Revolução.

Friederich Ebert, mandatário do povo na Alemanha, conciliador e democrata, não somente agia sob direção dos generais do Hohenzollern por detrás das costas de seu próprio partido, como também se acumpliciou diretamente, desde começos de dezembro de 1918, com uma conspiração militar que tinha por fim a detenção do órgão supremo dos conselhos e a proclamação do próprio Ebert como presidente da República. Não era por acaso que Kerensky apresentaria mais tarde a pessoa de Ebert como o tipo ideal do homem de Estado.

Quando todos os desígnios, os de Kerensky, os de Savinkov e os de Kornilov desmoronaram, Kerensky, encarregado da tarefa difícil de apagar os vestígios, afirmava o seguinte: “Após a Conferência de Moscou pareceu-me evidente que a mais próxima tentativa de golpe de estado viria da direita de não da esquerda.” É absolutamente incontestável, que Kerensky temia o quartel-general, como temia a simpatia com que a burguesia cercava os conspiradores militares. Desses fatos, porém, não deixava de resultar que Kerensky achava necessário travar luta com o quartel-general, não por meio de um corpo de cavalaria, mas aplicando o programa de Kornilov como se fosse iniciativa própria. O equívoco cúmplice do primeiro-ministro não desempenhou apenas a missão de negócios do Estado – para a qual bastava um telegrama cifrado do Palácio de Inverno em Mohilev – não, ele se apresentava como intermediário da reconciliação de Kornilov com Kerensky, isto é, como intermediário destinado a ajustar os planos daqueles e graças a semelhante sucesso fornecer ao golpe de estado, na medida do possível, as garantias de ocorrência legal. Kerensky parecia dizer, por intermédio de Savinkov: “Podeis agir, mas dentro dos limites de *minhas* intenções. Evitareis assim o risco e podereis obter quase tudo o que desejardes.” Savinkov, de seu lado, fornecia a seguinte indicação: “Não ultrapasseeis *prematuramente* os limites dos planos de Kerensky.” Tal era a original equação de três incógnitas. Somente assim se pode compreender o apelo de Kerensky ao quartel-general, por intermédio de Savinkov, para que fosse enviado um corpo de cavalaria. Os conspiradores eram solicitados por um cúmplice que ocupava um alto cargo, que se mantinha dentro da própria legalidade e esforçava-se por colocar sob o seu jugo o próprio complô.

Dentre as comissões confiadas a Savinkov, uma apenas parecia ser medida efetivamente dirigida contra o complô da direita: dizia respeito

ao Comitê Principal dos Oficiais, cuja supressão fora exigida pela conferência, em Petersburgo, do partido de Kerensky. Mas a própria fórmula da comissão é digna de nota: “Na medida em que for possível liquidar a União dos Oficiais.” É ainda mais digno de nota que Savinkov, longe de encontrar esta possibilidade, não a tenha sequer procurado. A questão foi simplesmente abandonada como inoportuna. Aliás, a comissão só foi autorizada para que se deixasse no papel um traço, uma justificativa perante as esquerdas: as palavras “na medida do possível” significaram que a execução não era exigida. E como para pôr em relevo o caráter decorativo da comissão, ela figurava em primeira linha.

Tentando atenuar tanto quanto possível o sentido comprometedor do fato de que, esperando um golpe da direita, ter feito sair da capital os regimentos revolucionários e, ao mesmo tempo, ter-se dirigido a Kornilov para obter tropas “seguras”, Kerensky alegou mais tarde as três condições sacramentais por ele apresentadas para fazer um apelo a um corpo de cavalaria. Foi assim que, acedendo a subordinar a Kornilov a circunscrição militar de Petrogrado, Kerensky impunha como condição que fossem separados da circunscrição a capital e seus arredores, a fim de que o governo não se visse inteiramente entregue em mãos do quartel-general, porquanto, conforme falava Kerensky entre os seus, “ali seríamos devorados”. Essa condição apenas prova que, sonhando subordinar os generais aos seus próprios desígnios, Kerensky nada mais tinha à sua disposição do que uma argúcia impotente. Que Kerensky não desejasse ser devorado, nós podemos acreditar, sem necessidade de provas. As duas outras condições estavam no mesmo nível: Kornilov não deveria incluir no corpo expedicionário a divisão chamada “selvagem”, composta de montanheses do Cáucaso, nem colocar o general Krymov à frente dos corpos. Do ponto de vista da defesa dos interesses da democracia era em verdade comer o camelo e engasgar com um mosquito. Mas, em compensação, do ponto de vista de dissimular o golpe assestado na Revolução, as condições de Kerensky tinham um sentido incomparavelmente mais profundo. Lançar contra os operários de Petrogrado os montanheses caucasianos, que nem sequer falavam o russo, seria por demais imprudente: o próprio czar, ao seu tempo, não ousara! A incômoda designação do general Krymov, sobre o qual o Comitê Executivo possuía informações bastante precisas, era justi-

ficada por Savinkov de modo persuasivo, alegando no quartel-general os interesses da causa comum: “Seria desagradável”, dizia ele, “que no caso de um levante em Petrogrado, o movimento fosse esmagado justamente pelo general Krymov. A opinião pública associaria ao nome dele aspirações que não o governavam...” E, finalmente, o próprio fato de um chefe de governo, ao chamar um destacamento de tropas para a capital, adianta-se com estranho pedido: não enviar a divisão “selvagem” e não designar Krymov – demonstra claramente que Kerensky não só conhecia de antemão o esquema geral do complô como também a própria composição da expedição punitiva e as candidaturas dos principais executantes.

Seja como for, apesar de tais circunstâncias secundárias, é absolutamente evidente que o corpo de cavalaria de Kornilov não poderia de forma alguma ser utilizado em defesa da “democracia”. Em compensação Kerensky não podia duvidar que de todas as unidades do Exército, aquele corpo seria o instrumento mais seguro contra a Revolução. A bem dizer, seria mais vantajoso ter em Petrogrado um destacamento pessoalmente devotado a Kerensky, pairando acima das direitas e das esquerdas. Entretanto, como o demonstrará toda a marcha ulterior dos acontecimentos, tais tropas não existiam na realidade. Para combater a Revolução não existiam outras tropas a não ser as kornilovianas: foi a elas que Kerensky recorreu.

As medidas militares só fizeram completar a política. A orientação geral seguida pelo Governo Provisório durante a quinzena que separou a Conferência de Moscou do levante Kornilov bastava, no fundo, para demonstrar que Kerensky se dispunha não a lutar contra a direita, mas a fazer frente única com ela e contra o povo. Abandonando os protestos do Comitê Executivo relativamente à política contrarrevolucionária, o Governo deu, a 26 de agosto, um passo audacioso em favor dos proprietários de terras decidindo de improviso elevar ao dobro o preço do pão. O odioso caráter dessa medida, tomada aliás a instâncias abertas de Rodzianko, dava a entender que ela visava provocar conscientemente as massas esfomeadas. Era evidente que Kerensky tentava comprar o extremo flanco direito da Conferência de Moscou por meio de grande suborno. “Sou vosso!”, dizia ele à União dos Oficiais, em um decreto adulator, assinado no mesmo dia em que Savinkov partia para entabular conversações com o quartel-general. “Eu sou vosso!”, apressava-se Kerensky a dizer aos proprietários

nobres, às vésperas de represálias da cavalaria contra tudo o que restava ainda da Revolução de Fevereiro.

Os depoimentos de Kerensky perante a comissão de inquérito por ele mesmo nomeada foram indignos. Comparecendo na qualidade de testemunha, o chefe do Governo Provisório sentia-se como o principal acusado e, ademais, apanhado em flagrante delito. Funcionários muito experimentados, que compreendiam perfeitamente o mecanismo dos acontecimentos, fingiram acreditar seriamente nas explicações do chefe do governo. Mas outros mortais, e dentre eles os membros do partido de Kerensky, perguntavam com franca estupefação como um mesmo e único corpo poderia ser útil tanto à realização quanto à repressão de um golpe de estado. Fora uma imprudência excessiva para um “socialista revolucionário”, introduzir na capital uma tropa destinada a estrangulá-la. É bem verdade que os troianos, outrora, introduziram em sua própria cidade tropas inimigas. Eles pelo menos não sabiam o que continha a carcaça de um cavalo de madeira. E ainda um historiador contesta a versão do poeta: segundo Pausânias, só era possível acreditar em Homero caso fossem julgados os troianos “imbecis, privados até de um vestígio de razão”. Que diria o velho historiador a propósito das declarações de Kerensky?

.....

Capítulo IX

A SUBLEVAÇÃO DE KORNILOV

JÁ EM PRINCÍPIOS DE AGOSTO, Kornilov ordenara a transferência da divisão “selvagem” e do 3º Corpo de Cavalaria do *front* sudoeste para a zona compreendida no triângulo ferroviário: Nevel-Novosokolniki-Velikie Luki – que oferecia uma base cômoda para a marcha contra Petrogrado sob a aparência de reserva para a defesa de Riga. Na mesma ocasião o generallíssimo determinava que uma divisão de cossacos fosse concentrada entre Vyborg e Bieloöstrov: no ponto mesmo que melhor ameaçava a capital – de Bieloöstrov a Petrogrado há apenas 30 quilômetros! – dava-se assim aparência de reserva para eventual operação na Finlândia. Dessa forma, mesmo antes da Conferência de Moscou puseram em movimento para um golpe contra Petrogrado quatro divisões de cavalaria, consideradas como as mais eficientes contra os bolcheviques. Quanto ao que dizia respeito à divisão caucasiana, fala-se simplesmente no círculo de Kornilov: “Aos montanhese pouco importa a quem massacrar.” O plano estratégico era simples. Três divisões provenientes do sul deveriam ser transportadas por estrada de ferro até Tzarsko-Selo, Gachina e Krasno-Selo, de onde “*assim que fossem informadas* de quaisquer desordens iniciadas em Petrogrado, e não mais tarde que a manhã de 1º de setembro”, elas avançariam em ordem de bata-

lha, a fim de ocuparem a parte sul da capital, à margem esquerda do Neva. A divisão acantonada na Finlândia devia, concomitantemente, ocupar a parte norte de Petrogrado.

Por intermédio da União dos Oficiais, Kornilov entrou em ligação com as sociedades patrióticas da capital, as quais dispunham, segundo os próprios termos, de 2.000 homens perfeitamente armados; precisando, todavia, de oficiais experimentados para a instrução, Kornilov prometeu-lhes fornecer chefes selecionados tirados do *front* a pretexto de licenças. Para controlar o estado de espírito dos operários e soldados de Petrogrado, assim como a atividade dos revolucionários, instituiu-se um serviço secreto de contraespionagem, à frente do qual foi colocado Heimann, coronel da divisão “selvagem”. A ação se enquadra dentro dos regulamentos militares e a conspirata dispunha do aparelho do quartel-general.

A Conferência de Moscou servira unicamente para fortificar os planos de Kornilov. A bem dizer, Miliukov, de acordo com seu próprio depoimento, opinava pelo adiamento em virtude de Kerensky, dizia ele, ainda gozar de certa popularidade nas províncias. Mas um conselho desta espécie não podia de modo algum influir no general já desenfreado: no final das contas não se tratava de Kerensky, mas dos soviets; e Miliukov, além disso, não era homem de ação: não passava de civil e, ainda pior, era um professor. Os banqueiros, os industriais e os generais cossacos tornavam-se insistentes, os metropolitanos abençoavam. Zavoiko, ajudante de ordens, garantia o sucesso. Chegavam de toda parte telegramas de felicitações.

A diplomacia aliada tomava parte ativamente na mobilização das forças contrarrevolucionárias. *Sir* George Buchanan tinha em mão os numerosos fios do complô. Os adidos militares aliados, junto ao quartel-general, afiançavam seus melhores sentimentos. “O representante da Grã-Bretanha particularmente”, testemunha Denikin, “fazia-o em termos comoventes.” Por detrás das embaixadas estavam os governos. A 23 de agosto, o comissário do Governo Provisório no exterior, Svatikov, comunicava de Paris por telegrama que, durante as audiências de despedida, Ribot, ministro dos Negócios Estrangeiros, “interessava-se com extrema curiosidade por saber no círculo de Kerensky qual seria o homem de caráter firme e enérgico, e o presidente Poincaré formulava inúmeras perguntas a respeito de... Kornilov”. Tudo isso era conhecido do quartel-general.

Kornilov não via justificativa alguma de protelar e de esperar. Lá para o dia 20, duas divisões de cavalaria progrediram em direção a Petrogrado. No dia da queda de Riga, foram convocados ao quartel-general quatro oficiais de cada regimento, num total de aproximadamente 4.000 graduados, a fim de “estudarem os morteiros ingleses”. Explicou-se imediatamente aos oficiais mais seguros que se tratava de esmagar para sempre “a Petrogrado bolchevista”. Naquele mesmo dia o quartel-general ordenou a remessa urgente de numerosas caixas de granadas para divisões de cavalaria: aqueles projéteis eram a última palavra em material de guerra para combates de ruas. “Convencionou-se”, escreve Lukomsky, chefe do estado-maior, “que tudo deveria estar pronto para o dia 26 de agosto”.

Logo que as tropas de Kornilov se aproximassem de Petrogrado, a organização interior “deve agir na capital, ocupar o Instituto Smolny e esforçar-se por prender os líderes bolcheviques”. Verdade é que esses líderes não apareciam no Instituto Smolny senão durante as sessões; em compensação ali se mantinha, em sessão permanente, o Comitê Executivo que fornecia ministros e continuava a considerar Kerensky como seu vice-presidente. Mas quando se trata de grandes ações, não há nem possibilidade, nem necessidade de salvar as aparências. Kornilov, todavia, não se preocupava. “Já é tempo”, dizia ele a Lukomsky, “de enforcar os agentes e espões da Alemanha, Lenine primeiro, e de expulsar o soviete de deputados operários e soldados, mas de expulsá-lo de tal modo que não lhe reste a menor possibilidade de se reunir em parte alguma.”

Kornilov decidira com firmeza confiar a direção da operação a Krymov, que naqueles meios gozava da reputação de general ousado e resoluto. “Krymov era então alegre e jovial”, escreve Denikin, “e encarava confiantemente o futuro.” No quartel-general também confiavam em Krymov. “Estou persuadido”, escrevia Kornilov a respeito dele, “de que ele não hesitará, se for necessário, em mandar enforcar todos os membros do soviete dos deputados operários e soldados.” A escolha de um general “alegre e jovial” era então das mais felizes.

Em pleno decorrer daqueles trabalhos que desviavam um pouco a atenção da frente alemã, Savinkov chegou ao quartel-general para firmar em definitivo os termos do antigo acordo, adicionando-lhe emendas de importância secundária. Para desferir o golpe contra o inimigo comum,

Savinkov sugeriu a mesma data já de há muito escolhida por Kornilov para desencadear a ação contra Kerensky: seis meses após a Revolução. Se bem que o plano do golpe de Estado se houvesse cindido em duas correntes, ambas as partes tentavam agir sobre os elementos comuns do plano: Kornilov com a intenção de camuflar-se, Kerensky tentando entreter suas próprias ilusões. A proposta de Savinkov era a que melhor convinha ao quartel-general: o próprio governo esticava o pescoço e Savinkov preparava-se para apertar o laço. Os generais do quartel-general esfregavam as mãos. “Já estão mordendo!”, diziam eles, como pescadores felizes.

Kornilov aceitou aquelas concessões com tão boa vontade quanto elas coisa alguma lhe iriam custar. Que importância poderia ter o fato de subtrair-se a guarnição de Petrogrado às ordens do quartel-general, desde que as tropas de Kornilov entrassem na capital? Após aceitar as duas outras condições, Kornilov violou-as imediatamente: a divisão “selvagem” foi destacada como vanguarda e Krymov foi posto à frente de toda a operação. Kornilov não julgava necessário salvar as aparências.

Os bolcheviques discutiam abertamente as condições essenciais da própria tática: um partido de massas não saberia realmente agir de outro modo. O Governo e o quartel-general não podiam ignorar que os bolcheviques se opunham às manifestações, longe de provocá-las. Mas, do mesmo modo que o desejo é, às vezes, o pai do pensamento, também a necessidade política torna-se mãe dos prognósticos. Todas as classes dirigentes referiam-se à insurreição iminente porque dela tinham necessidade custasse o que custasse. Ora dizia-se próxima, ora retardava-se de alguns dias a data da insurreição.

No Ministério da Guerra, isto é, em casa de Savinkov – comunicava a imprensa – encarava-se a manifestação “de maneira muito séria”. A *Rech* declarava que a iniciativa do movimento fora tomada pela fração bolchevista do Soviete de Petrogrado. Na qualidade de político, Miliukov empenhara-se de tal maneira na questão do levante imaginário dos bolcheviques que achou de bom alvitre, para sua reputação, sustentar semelhante versão como historiador. “Nos documentos da contraespionagem publicados mais tarde”, escreve ele, “foi precisamente naquele momento que denunciaram novas consignações de dinheiro alemão para as ‘empresas’”. Juntamente com a contraespionagem russa o sábio historiador esquece-se de que Trotsky, de-

signado pelo estado-maior alemão por seu próprio nome para a comodidade dos patriotas russos, “precisamente naquele momento” – de 23 de julho a 4 de setembro – achava-se recolhido à prisão. Embora o eixo da Terra não passe de linha imaginária, nada impede, como se sabe, que a Terra gire. Foi igualmente assim que o plano da operação korniloviana girou em torno de um movimento imaginário dos bolcheviques, tomado como eixo. Para o período preparatório, esses fatos podiam perfeitamente bastar. Mas para o desenlace era necessário, todavia, algo mais material.

Um dos dirigentes da conspiração militar, o oficial Winberg, em interessantes notas que desvendam o que se passa nos bastidores, confirmava inteiramente as indicações dos bolcheviques sobre o trabalho executado pela provocação militar. Miliukov viu-se forçado, pela pressão dos fatos e dos documentos, a reconhecer que “as suspeitas dos meios esquerdistas extremados eram acertadas; a agitação nas usinas constituía indubitavelmente parte das tarefas que as organizações de oficiais deviam cumprir”. O auxílio que isso prestava não era, entretanto, muito grande: os bolcheviques, como deles se queixa o mesmo historiador, decidiram “não se deixar arrastar”; as massas não se resolveram a marchar sem os bolcheviques. No plano levou-se também em conta a possibilidade desse obstáculo que, por assim dizer, foi paralisado com antecedência. O Centro Republicano, como se denominava o órgão dirigente dos conspiradores em Petrogrado, decidiu muito simplesmente tomar o lugar dos bolcheviques: o truque do levante revolucionário foi confiado ao coronel Dutov, dos cossacos. Em janeiro de 1918, Dutov, como seus amigos políticos lhe perguntassem “o que de verdadeiro se passava a 28 de agosto de 1917”, respondeu literalmente o seguinte: “Entre 28 e agosto e 2 de setembro, sob a aparência de bolchevique, era eu quem deveria agir.” Fora tudo previsto. Não fora em vão que os oficiais do estado-maior aprimoraram o plano.

Kerensky, por sua vez, quando Savinkov regressou de Mohilev, mostrava-se propenso a admitir que os mal-entendidos já estivessem desfeitos e o quartel-general integrado por completo em seu plano. “Houve momentos”, escreve Stankevich, “em que todos os personagens acreditaram agir em uma única direção, e conceber igualmente o método da ação.” Esses momentos felizes não duraram muito. Ao negócio misturou-se o acaso que, como todos os acasos históricos, abriu a válvula da neces-

sidade. Kerensky foi visitado por Lvov, outubrista, membro do primeiro Governo Provisório, aquele mesmo Lvov que, na qualidade de expansivo alto procurador do Santo Sínodo, afirmava naquele local estarem sentados “idiotas e patifes”. O destino de Lvov era o revelar a existência, sob as aparências de um plano único, na realidade dois, sendo um dirigido contra o outro.

Na qualidade de político desempregado, porém loquaz, Lvov tomava parte nos intermináveis falatórios sobre a transformação do poder e sobre a salvação do país, ora no quartel-general, ora no Palácio de Inverno. Dessa vez, chegou ele com a oferta de sua interferência para uma reforma do gabinete em bases nacionais, intimidando Kerensky com benevolência ao ameaçá-lo com os raios do quartel-general descontente. Inquieto, o ministro-presidente decidiu lançar mão de Lvov para controlar o quartel-general e ao mesmo tempo, segundo parecia, seu cúmplice Savinkov. Kerensky declarou-se a favor de uma corrente no sentido da ditadura, o que não era hipocrisia, e encorajou Lvov a continuar as atividades, o que não passava, nesse caso, de estratégia de guerra.

Quando Lvov regressou ao quartel-general, já investido dos plenos poderes de Kerensky, os generais consideraram a missão como prova de que o governo estava maduro para a capitulação. Por intermédio de Savinkov, ainda na véspera, Kerensky vira-se obrigado a aplicar o programa de Kornilov protegido por um corpo de cossacos; hoje, Kerensky propunha ao quartel-general reconstituírem de comum acordo o poder. É preciso empurrar a roda – decidiram mui justamente os generais. Kornilov explicou a Lvov que o levante previsto dos bolcheviques e que colimava “a derrubada da autoridade do Governo Provisório, a conclusão da paz com a Alemanha à qual os bolcheviques entregariam a esquadra do Báltico”, não permitia outra saída senão “a transmissão imediata do poder, pelo governo, às mãos do generalíssimo”. Kornilov acrescentava: “Qualquer que seja o generalíssimo.” Todavia ele não se dispunha a ceder seu lugar a qualquer outro. Sua inamovibilidade fora assegurada com antecedência pelo juramento dos Cavaleiros de São Jorge, da União dos Oficiais e do soviete das tropas cossacas. A fim de garantir a “segurança” de Kerensky e de Savinkov em relação aos bolcheviques, Kornilov rogava com insistência a ambos que viessem ao quartel-general colocar-se sob proteção pessoal dele. Zavoiko,

o ajudante de ordens, indicava a Lvov sem equívocos em que precisamente consistiria semelhante proteção.

De regresso a Moscou, como “amigo”, Lvov ardentemente procurou persuadir Kerensky a aceitar a proposta de Kornilov, “para salvar a vida dos membros do Governo Provisório e principalmente a vida dele próprio”. Kerensky não podia deixar de compreender, enfim, que o jogo político com a ditadura assumia um caráter sério e era capaz de acabar muito mal para ele. Decidido a agir, chamou Kornilov, em primeiro lugar, ao telefone, para confirmar: teria Lvov traduzido bem o que lhe fora confiado? Kerensky formulava as perguntas não somente por si, como em nome de Lvov, apesar deste último não estar presente à conversa. “Semelhante procedimento”, nota Martynov, “natural em um detetive, era, bem entendido, inconveniente quando usado pelo chefe do governo.” No dia seguinte, Kerensky falava de sua partida para o quartel-general em companhia de Savinkov, como se fosse coisa decidida. Em resumo, parecia inverossímil todo aquele diálogo travado pelo fio telefônico: o chefe democrata do governo e o general “republicano” discutiam a cessão do poder de um a outro, como se se tratasse de lugar num carro-dormitório.

Miliukov está cheio de razões quando, na exigência de Kornilov pedindo que lhe passassem o poder, via apenas “a constituição de todas essas negociações há bastante tempo iniciadas sobre a ditadura, a reorganização do poder, etc.”. Miliukov, porém, avança demais quando sobre essa base tenta apresentar o negócio encaminhando-o de tal modo que parece em suma não ter existido qualquer conspiração do quartel-general. Indubitavelmente, Kornilov não teria podido formular suas exigências por intermédio de Lvov se não tivesse sido anteriormente cúmplice de Kerensky. O que não impede, sob um complô comum, a Kornilov de dissimular outro, o dele próprio. No momento em que Kerensky e Savinkov se dispunham a liquidar os bolcheviques – e parcialmente, os soviets – Kornilov pretendia também liquidar o Governo Provisório. E era isso precisamente o que não desejava Kerensky.

Pela tarde de 26, o quartel-general pôde efetivamente pensar, durante algumas horas, que o governo capitulava sem combate. Isto não significava a inexistência de uma conspiração, mas, ao contrário, que a conjuração parecia próxima do triunfo. Qualquer conspiração vitoriosa

encontra sempre os meios de legalizar-se. “Vi o general Kornilov, após aquela palestra”, testemunha o príncipe Trubetskoy, diplomata que representava junto ao quartel-general o Ministério dos Negócios Estrangeiros. “Escapou-lhe um suspiro de alívio e, como lhe perguntasse se o governo se mostrava com boas disposições, respondeu-me que sim.” Kornilov enganava-se. Justamente a partir daquele momento o governo, na pessoa de Kerensky, deixava de mostrar-se com boas intenções em relação a ele.

O quartel-general, por conseguinte, também possui seus planos? Trata-se, portanto, não de uma ditadura em geral, mas da ditadura de Kornilov? A título de zombaria é que se propõe a Kerensky o cargo de ministro da Justiça? Na realidade Kornilov fora bastante imprudente ao mencionar tais projetos a Lvov. Kerensky, identificando-se com a Revolução, gritava a Nekrasov, ministro das Finanças: “Não lhe entreguei a Revolução!” Lvov, o amigo desinteressado, foi imediatamente preso e passou uma noite de insônia no Palácio de Inverno, com duas sentinelas a seus pés, a escutar, rilhando os dentes, “Kerensky triunfante, num aposento contíguo, justamente o de Alexandre II, manifestar a satisfação que sentia pelo bom andamento de seu negócio, trauteando sem descanso trinados de ópera.” Em horas como aquelas era que Kerensky sentia um extraordinário afluxo de energia.

Durante aqueles mesmos dias Petrogrado vivia de uma dupla ansiedade. A tensão política, exagerada propositamente pela imprensa, comportava uma exploração. A queda de Riga aproximou o *front*. A questão da evacuação da capital, imposta pelas circunstâncias da guerra muito antes da queda da Monarquia, tornou-se mais aguda. As pessoas afortunadas deixavam a cidade. A fuga da burguesia provinha mais de suas apreensões diante da possibilidade de nova insurreição do que perante a invasão do inimigo. A 26 de agosto, o comitê central do Partido Bolchevique voltou à carga: personalidades suspeitas... prosseguem na agitação provocadora, usando falsamente o nome de nosso partido. Os órgãos dirigentes do soviete de Petrogrado, dos sindicatos, dos comitês de fábricas e de usinas, declaravam naquele mesmo dia: nenhuma organização operária, nenhum partido político, apelam para qualquer manifestação que seja. Não obstante os boatos que corriam sobre a derrubada do governo marcada para o dia seguinte, não cessavam um minuto sequer. “Nos círculos governamentais”, dizia a imprensa, “revela-se a decisão unanimemente tomada de esmagar

qualquer tentativa de manifestação.” Tomavam-se mesmo medidas capazes de provocar a manifestação, a fim de esmagá-la.

Pela manhã de 27, os jornais não comunicaram coisa alguma a respeito das intenções de sedição do quartel-general, mas, pelo contrário, publicaram uma entrevista de Savinkov na qual ele garantia que “o general Kornilov gozava da confiança absoluta do Governo Provisório”. A data do primeiro semestre decorreu em rara calma. Os operários e os soldados evitavam tudo o que pudesse assemelhar-se a manifestação. A burguesia, temendo desordens, permanecia encerrada nas residências. As ruas estavam desertas. As sepulturas das vítimas de fevereiro, no Campo de Marte, pareciam esquecidas.

Pela manhã do dia longamente esperado, e que deveria trazer a salvação do país, o generalíssimo recebeu uma ordem telegráfica do ministro-presidente: depor seu cargo nas mãos do chefe do estado-maior e dirigir-se imediatamente a Petrogrado. A situação assumia instantaneamente um aspecto de todo imprevisto. O general compreendeu, segundo suas próprias palavras, “que havia um jogo duplo”. Com maior justeza deveria ele ter dito que o seu próprio duplo jogo havia sido descoberto. Kornilov decidiu não ceder. De nada adiantaram as exortações de Savinkov pelo fio direto. “Constrangido a agir abertamente”, dizia o generalíssimo em seu manifesto ao povo, “eu, general Kornilov, declaro que o Governo Provisório, pressionado pela maioria bolchevique dos soviets, age em completo acordo com os planos do estado-maior alemão, no exato momento em que vai acontecer um desembarque do inimigo nas praias de Riga, destrói o Exército e desorganiza o país no interior.” Por não desejar entregar o poder aos traidores, ele, Kornilov, “prefere morrer no campo de honra”. Miliukov, mais tarde, escrevia com um leve tom de admiração a respeito do autor desse manifesto: “Homem de grande resolução, que não reconhecia absolutamente quaisquer sutilezas jurídicas, e que ia direto ao fim, desde o momento em que o reconhecesse justo.” Um generalíssimo que retira tropas do *front* com a finalidade de derrubar seu próprio governo não pode efetivamente ser tachado de ter predileção “pelas sutilezas jurídicas”.

Kerensky destituiu Kornilov por um ato pessoal de autoridade. O Governo Provisório, àquela época, não mais existia: na tarde de 26, os senhores ministros pediram uma demissão que, por feliz concurso de cir-

cunstâncias, correspondia aos desejos de todos os partidos. Alguns dias antes da ruptura do quartel-general com o governo, já ao general Lukomsky avisara Lvov por intermédio da Alladin: “Não seria de todo mau que se prevenissem os cadetes que devem, no dia 27 de agosto, deixar todos o Governo Provisório, a fim de colocar esse último em situação difícil e, assim, esquivarem-se a coisas desagradáveis.” Os cadetes não deixaram de considerar devidamente a recomendação. O próprio Kerensky, por outro lado, declarou ao governo que ele julgava possível combater a quartelada Kornilov “somente sob a condição de ser entregue a ele mesmo, Kerensky, o poder integralmente”. Os outros ministros não pareciam esperar senão por esse feliz motivo para pedirem demissão em conjunto. Foi assim que a coligação se viu submetida a mais uma prova. “Os ministros do Partido Cadete”, escreve Miliukov, “declaram que, no momento, pediam demissão sem ideias preconcebidas sobre a participação futura deles no Governo Provisório”. Fiéis à própria tradição, os cadetes pretendiam esperar à parte os resultados dos dias de luta para então tomarem qualquer decisão segundo os resultados. Não duvidavam que os conciliadores conservariam incólumes os lugares deles, cadetes. Ao livrar-se da responsabilidade, os cadetes, juntamente com outros ministros demissionários, tomaram parte, em seguida, em várias conferências governamentais “de caráter privado”. Os dois campos que se preparavam para a guerra civil agrupavam-se, na ordem “privada”, em torno do chefe do governo, chefe este munido de todos os poderes imagináveis, porém jamais de autoridade real.

A respeito do telegrama de Kerensky recebido no quartel-general: “Todos os escalões dirigidos contra Petrogrado e contra os arrabaldes devem ser detidos e reconduzidos às posições anteriores.” Kornilov anotou: “Não executar esta ordem; dirigir as tropas contra Petrogrado.” A questão do levante armado era assim solidamente posta nos trilhos. Era preciso que se compreendesse literalmente o seguinte: três divisões de cavalaria, em comboios ferroviários, avançavam contra a capital.

A proclamação de Kerensky às tropas de Petrogrado dizia: “O general Kornilov, após declarar ao povo patriotismo e fidelidade... sublevou regimentos do *front* e remeteu-os contra Petrogrado.” Kerensky deixava em silêncio, prudentemente, o fato de os regimentos do *front* não somente terem sido retirados com a aquiescência dele, como também por injunção di-

reta dele, Kerensky, com o objetivo de exercer a repressão contra a guarnição perante a qual ele, agora, vinha denunciar a felonía de Kornilov.

O generalíssimo sublevado soltava a última língua: “Os traidores não estão entre nós”, dizia ele em seu telegrama, “porém lá, em Petrogrado, onde, por dinheiro alemão, e com a complacência criminoso do governo, a Rússia foi vendida e continua a vender-se.” E, dessa forma, a calúnia lançada contra os bolcheviques encontrava incessantemente novos caminhos.

O espírito de excitação noturna no qual o presidente do Conselho dos Ministros demissionários trauteava árias de ópera desapareceu em pouco tempo. A luta contra Kornilov, qualquer que fosse o aspecto assumido, ameaçava com as mais penosas consequências. “Na primeira noite do levante do quartel-general”, escreve Kerensky, “começou a espalhar-se, nos meios soviéticos de soldados e operários em Petrogrado, o boato obstinado da conivência de Savinkov com o movimento do general Kornilov”. O boato apontava Kerensky logo após Savinkov, e o boato não se enganava. Eram de temer-se para breve as mais terríveis revelações.

“O chefe do Ministério da Guerra”, narra Kerensky, “entrou tarde da noite de 25 para 26 de agosto, muito emocionado, em seu gabinete. ‘Senhor ministro’, declarou-me Savinkov, em posição de sentido, ‘rogo-vos que me prendais imediatamente como cúmplice do general Kornilov. Mas, se tendes confiança em mim, solicito-vos conceder-me a possibilidade de provar efetivamente ao povo que nada tenho em comum com revoltados...’. Em resposta a esta declaração”, continua Kerensky, “nomeei imediatamente Savinkov general-governador provisório de Petrogrado, atribuindo-lhe os mais amplos poderes para a defesa da cidade contra o general Kornilov.” Mais ainda: a pedido de Savinkov, Kerensky designou Filonenko para suplente daquele. O negócio do motim, tanto quanto o da repressão, ficava assim circunscrito ao círculo do “diretório”.

Uma tão rápida nomeação de Savinkov para o posto de general-governador impunha-se a Kerensky, em razão da luta, salvaguarda da própria situação política dele: se Kerensky denunciasses Savinkov aos soviets, Savinkov denunciaria imediatamente Kerensky. Ao obter de Kerensky, em compensação e não sem chantagem, a possibilidade de legalizar-se por meio de participação ostensiva nas manobras contra Kornilov, Savinkov deveria esforçar-se o mais possível por lavar a sujeira de Kerensky. “O gene-

ral-governador” tornava-se necessário, não tanto para combater a contrarrevolução, quanto para apagar os vestígios da conspiração. O bem tramado trabalho de cúmplice iniciou-se imediatamente visando tal fim.

“Às 4 da madrugada de 28 de agosto”, testemunha Savinkov, “regressei, a chamado de Kerensky, ao Palácio de Inverno e ali encontrei o general Alexeiev e Tereshchenko. Pusemo-nos os quatro de acordo a respeito do ultimato de Lvov não passar de um mal-entendido.” O papel de intermediário nesse conciliábulo da madrugada pertenceu ao novo general-governador. Miliukov era o dirigente dos bastidores: com o decorrer do dia, ele apareceu abertamente em cena. Alexeiev, se bem que qualificasse Kornilov “cabeça de carneiro”, formava ao mesmo lado deste. Os conspiradores e os respectivos assistentes fizeram uma derradeira tentativa por apresentar como “um mal-entendido” tudo o que se passara, isto é, tentaram enganar a opinião pública em conjunto a fim de salvar o que se pudesse do plano comum. A divisão “selvagem”, o general Krymov, os escalões de cossacos, Kornilov a recusar demitir-se, a marcha contra a capital – tudo isso não passava de detalhes de um “mal-entendido”! Assustado pelo sinistro emaranhado das circunstâncias, Kerensky já não mais gritava “não abandonarei a Revolução entre as mãos deles!” Imediatamente após se haver entendido com Alexeiev, ele entrou na sala de recepção dos jornalistas no Palácio de Inverno e solicitou-lhes retirar de todos os jornais o seu manifesto que declarava ser Kornilov um traidor. Quando, após as respostas dos jornalistas, ficou provado ser esta tarefa tecnicamente inexequível, exclamou Kerensky: “Sinto muito!” Esse insignificante episódio, revelado nos jornais do dia seguinte, esclarece com inigualável vivacidade o personagem do superárbitro da nação, definitivamente comprometido. Kerensky encarnava de modo tão perfeito tanto a democracia quanto a burguesia em que se encontrava agora, e ao mesmo tempo, o mais alto representante da autoridade de Estado e, perante a mesma autoridade, um conspirador criminoso.

Pela manhã do dia 28 a ruptura entre o governo e o generalíssimo tornou-se um fato acabado perante os olhos de todo o país. A Bolsa imediatamente se imiscuiu no caso. Se o discurso pronunciado por Kornilov em Moscou, ameaçando a queda de Riga, teve em consequência a baixa dos valores russos na Bolsa, a notícia da revolta aberta dos generais

provocou uma alta geral. Pela desastrosa cota do regime de fevereiro a Bolsa exprimiu de modo inatacável os estados de espírito de as opiniões das classes possuidoras que não duvidavam da vitória de Kornilov.

Lukomsky, chefe do estado-maior, designado na véspera por Kerensky para assumir provisoriamente o comando, respondeu: “Julgo não ser possível assumir as funções do general Kornilov, porquanto isso seria seguido de uma explosão no Exército que perderia a Rússia.” Exceção feita ao comandante em chefe do Cáucaso, que atestou não sem atraso fidelidade ao Governo Provisório. Os outros grandes chefes, em tons diversos, sustentavam as exigências de Kornilov. O principal comitê da União dos Oficiais, inspirado pelos cadetes, enviou a todos os estados-maiores do Exército e da Armada o seguinte telegrama: “O Governo Provisório, que mais de uma vez demonstrou sua impotência de Estado, agora desonrou seu nome por meio de uma provocação e não pode mais permanecer à frente da Rússia...” O presidente de honra da União dos Oficiais era o próprio Lukomsky! No quartel-general declararam ao general Krasnov, nomeado chefe do III Corpo de Cavalaria: “Ninguém tomará a defesa de Kerensky. É apenas um passeio. Tudo está preparado.”

Podemos ter uma percepção perfeita dos cálculos otimistas dos dirigentes e dos inspiradores do complô através de um telegrama cifrado do príncipe Trubetskoy enviado ao ministro dos Negócios Estrangeiros: “Examinando demoradamente a situação”, escreve ele, “devemos declarar que todo o comando e a esmagadora maioria do corpo de oficiais, assim como os melhores efetivos de combate, seguirão Kornilov. Na retaguarda e ao lado dele formarão todo o corpo de cossacos, a maioria das escolas militares e também as melhores tropas. É necessário acrescentar à força física... o assentimento moral de todas as camadas não socialistas da população e, em todas as classes baixas... uma indiferença que fará que se submetam à primeira chicotada. Não é duvidoso que grande número de socialistas de março não tardará a se passar para o lado “de Kornilov caso ele vença”. Trubetskoy traduzia não apenas as esperanças do quartel-general, mas também as intenções das missões aliadas. Com o destacamento de Kornilov, que marchava para a conquista de Petrogrado, encontravam-se autos blindados ingleses com pessoal inglês: era esse, deve-se pensar, o efetivo mais garantido. O chefe da missão militar inglesa na Rússia, o general Knox, admoestava o coronel

americano Robins por não apoiar Kornilov. “Não me interesso pelo governo de Kerensky”, dizia o general britânico, “é demasiado fraco; é necessária uma ditadura militar, são necessários cossacos, esse povo tem necessidade de chute! A ditadura é exatamente o que convém.”

Todas essas vozes, oriundas de lugares diversos, atingiam o Palácio de Inverno e agiam de modo a perturbar os habitantes do palácio. O sucesso de Kornilov parecia inelutável. O ministro Nekrasov deu conhecimento aos seus amigos que a partida estava definitivamente perdida e que só restava morrer honestamente. “Certos dirigentes em destaque no soviete”, afirma Miliukov, “pressentindo o destino que os aguardava no caso de Kornilov sair vencedor, apressavam-se em conseguir passaporte para o estrangeiro.”

De hora em hora chegavam informações, cada uma mais ameaçadora do que a outra, sobre a aproximação de tropas de Kornilov. A imprensa burguesa recolhia-se avidamente, exagerava-as e ampliava-as, criando assim uma atmosfera de pânico.

No dia 28 de agosto, ao meio-dia e meia: “Um destacamento enviado pelo general Kornilov concentrou-se nas proximidades de Luga.” Às duas horas e meia: “Pela estação de Oredezh passaram mais 9 trens com tropas de Kornilov. No primeiro trem encontrava-se um batalhão de ferroviários.” Às 15 horas: “A guarnição de Luga rendeu-se às forças do general Kornilov e entregou as armas. A estação e todos os edifícios governamentais de Luga estão ocupados pelas tropas de Kornilov.” Às 18 horas: “Dois escalões das tropas de Kornilov fizeram uma brecha partindo de Narva, e encontram-se a meia versta de Gachina. Dois outros escalões estão a caminho de Gachina.” Às duas horas da manhã do dia 29: “Iniciou-se um combate na estação de Antropshin – a 33 quilômetros de Petrogrado – entre as tropas de Kornilov e as do governo. Há mortos e feridos dos dois lados.” Durante a noite soube-se que Kaledin ameaçava isolar Petrogrado e Moscou, interrompendo as comunicações com o sul, celeiro da Rússia.

O quartel-general, os comandantes em chefe dos *fronts*, a missão britânica, o corpo de oficiais, os escalões, os batalhões de ferroviários, os cossacos, Kaledin – tudo isso é ouvido na sala de malaquita do Palácio de Inverno como se fossem os sons das trombetas do Juízo Final.

Com inevitáveis atenuações o próprio Kerensky declara: “O 28 de agosto foi o de maiores incertezas”, escreve ele, “de maiores dúvidas sobre

as forças dos adversários de Kornilov, de maior nervosismo nos meios da própria democracia!” Não é difícil representarmos o que se oculta sob tais palavras. O chefe do governo se devorava por saber não apenas qual era dos dois campos o forte, mas também qual seria para ele, pessoalmente, o mais temível. “Não estamos nem convosco, à direita, nem convosco à esquerda” – tais palavras fariam belo efeito no palco do teatro de Moscou. Traduzidas na linguagem da guerra civil prestes a estourar, elas significavam que o pequeno círculo de Kerensky poderia reconhecer-se inútil tanto para as direitas quanto para as esquerdas. “Todos”, escreve Stankevitch, “estávamos estonteados de desespero perante um acontecimento dramático que tudo arruinava. Podemos avaliar o grau de atordoamento pelo fato de que, mesmo após o rompimento público do quartel-general com o governo, foram feitas tentativas para conseguir uma reconciliação qualquer...”

“A ideia de uma mediação..., nessas circunstâncias, nascia de si mesma”, declara Miliukov, que preferia agir na qualidade de uma terceira pessoa. À noite do dia 28 ele apresentou-se ao Palácio de Inverno para “aconselhar Kerensky a renunciar ao ponto de vista rigorosamente formal de uma violação da lei”. O líder liberal, compreendendo que se deve saber diferenciar, em uma noz, o fruto da casca, era ao mesmo tempo o homem mais apto para desempenhar o papel de mediador leal. A 13 de agosto Miliukov soube, através do próprio Kornilov, que este fixara seu levante para o dia 27. No dia seguinte, 14 de agosto, Miliukov exigia em seu discurso na Conferência que “a tomada imediata das medidas indicadas pelo generalíssimo não se transformassem em motivos de suspeitas, de palavras ameaçadoras ou mesmo de revogações”. Até 27, Kornilov deveria permanecer acima de qualquer suspeita! Concomitantemente, Miliukov prometia a Kerensky seu apoio “voluntário e sem contestações”. Eis quando é conveniente lembrar a corda da força, que apoia também “sem contestações”.

Kerensky, de seu lado, confessa que Miliukov, ao se apresentar a ele com a oferta de mediação, “escolhera o momento a calhar para demonstrar-lhe que a força real pendia para o lado de Kornilov”. A conversa terminou de modo tão feliz que, ao retirar-se, Miliukov indicou aos seus amigos políticos o general Alexeiev para sucessor de Kerensky, contra o qual Kornilov não oporia objeções. Magnanimamente, Alexeiev concordou.

Depois de Miliukov vinha aquele que era maior do que ele. Tarde da noite, Buchanan, o embaixador britânico, entregou ao ministro dos Negócios Estrangeiros uma nota através da qual os representantes das potências aliadas unanimemente ofereciam os melhores préstimos, “com propósitos humanitários e o desejo de evitar catástrofe irreparável”. A mediação oficial entre o governo e o general amotinado nada mais era do que um apoio e um prêmio de seguro à revolta. Expressa Tereshchenko, em resposta, e em nome do Governo Provisório, “um espanto extremo” a respeito do levante de Kornilov, cujo programa, entretanto, fora em grande parte adotado pelo governo.

Em estado de prostração e desânimo, Kerensky nada de melhor encontrou do que organizar nova e interminável conferência com seus ministros demissionários. Entrementes, no instante em que ele se entregava a essa ocupação desinteressada, chegaram informações particularmente alarmantes sobre o avanço dos escalões inimigos. Nekrasov julgava que “dentro de algumas horas as tropas de Kornilov, muito provavelmente, estariam em Petrogrado...” Os antigos ministros caíram em conjecturas: “De que maneira seria conveniente estruturar, em semelhantes condições, o poder governamental?” Voltou à tona a ideia de um diretório. A direita e a esquerda encararam com simpatia a sugestão de se incluir o general Alexeiev na composição do “diretório”. O cadete Kokochkin julgava que Alexeiev deveria ser colocado à frente do governo. Segundo algumas testemunhas, a oferta de ceder o poder a quem quer que fosse partira do próprio Kerensky, que mencionou com toda a clareza a conversa mantida com Miliukov. Ninguém objetou. A candidatura de Alexeiev reconciliava todo mundo. O plano de Miliukov parecia aproximar-se da concretização. Naquele momento, entretanto – como é de boa conveniência nas ocasiões de elevada tensão – uma pancada dramática foi dada na porta: uma deputação do Comitê achava-se na sala vizinha aguardando ordens para combater a contrarrevolução. E chegava a tempo: um dos perigosos ninhos da contrarrevolução era justamente a lamentável, covarde e desleal conferência dos kornilovianos, dos mediadores e dos capitulacionistas em certa sala do Palácio de Inverno.

Novo órgão soviético foi construído em sessão unificada de ambos os comitês executivos, o dos operários e soldados, e dos camponeses,

na noite de 27, órgão esse que se compôs de representantes especialmente delegados pelos três partidos soviéticos, por ambos os comitês executivos, pelo centro dos sindicatos e pelo Soviete de Petrogrado. Com a criação de um comitê de combate *ad hoc* reconhecia-se sumariamente que as instituições soviéticas dirigentes se consideravam caducas e que necessitavam, para as tarefas revolucionárias, de uma transfusão de sangue fresco.

Constrangidos a procurarem o apoio das massas contra o general, os conciliadores apressavam-se a insinuar-se por intermédio do ombro esquerdo. Esqueceram-se instantaneamente dos discursos nos quais se afirmava a necessidade de serem postas de lado todas as questões de princípios até a Assembleia Constituinte. Os mencheviques declararam que exigiram do governo a proclamação imediata da República democrática, a dissolução da Duma de Estado e a aplicação das reformas agrárias: foi por este motivo que o nome "república" apareceu pela primeira vez na declaração do governo, quando se referiu à traição do generalíssimo.

Os comitês executivos, a respeito do poder, reconheceram que era indispensável deixar naquele momento o governo tal qual estava substituindo apenas os cadetes que se demitiram por elementos democráticos; e, para que se resolvesse em definitivo a questão, acharam de convocar para o mais breve possível um congresso de todas as organizações que se haviam unido em Moscou em torno da plataforma de Cheidze. Após as confabulações noturnas verificou-se, entretanto, que Kerensky repelia resolutamente qualquer controle democrático sobre o governo. Sentindo que o terreno lhe fugia aos pés à direita e à esquerda, agarrava-se com todas as forças à ideia má de um "diretório", que passava a ser para ele o depositário dos sonhos ainda não congelados de um poder forte. Após novos debates, cansativos e estéreis, no Instituto Smolny, ficou decidido mais uma vez que se apelasse para o único e insubstituível Kerensky, rogando-lhe consentir no projeto inicial dos comitês executivos. Às sete e meia da manhã, Tseretelli voltou para anunciar que Kerensky recusa-se a fazer concessões, exige "um apoio sem reservas", mas consentia em combater com "todas as forças do Estado" a contrarrevolução. Extenuados pela noite em claro, os Comitês Executivos capitularam, enfim, perante a ideia inconsistente de um "diretório".

Kerensky, apesar do compromisso solene que assumira de lançar as "forças do Estado" na luta contra Kornilov, não se sentiu impedido,

como já se conhece, de entrar com Miliukov, Alexeiev, e com os ministros demissionários, em confabulações sobre uma capitulação pacífica perante o quartel-general, confabulações essas interrompidas à noite por pancadas na porta. Alguns dias mais tarde o menchevique Bogdanov, um dos membros ativos do Comitê de Defesa, expunha em termos circunspectos, porém não equívocos, ao Soviete de Petrogrado, a prevaricação de Kerensky. “Quando o Governo Provisório começou a tergiversar, e quando não se pôde mais saber de que modo acabaria a aventura de Kornilov, apresentaram-se mediadores como Miliukov e o general Alexeiev...” O comitê de defesa apressou-se em intervir e “com toda a energia” exigiu que se travasse luta aberta. “Por influência nossa”, prosseguiu Bogdanov, “o governo interrompeu todas as confabulações e repeliu todas as propostas de Kornilov...”.

A partir do momento em que o chefe do governo, ainda ontem conspirador contra o campo de esquerda, verificou que não passava de prisioneiro político do mesmo campo, os ministros cadetes que se demitiram no dia 26, a fim de ganhar tempo para refletir, declararam que abandonavam definitivamente o governo, por não desejarem endossar a responsabilidade dos atos de Kerensky na repressão de uma tão patriótica, tão leal e tão salutar revolta. Os ministros demissionários, os conselheiros e os amigos abandonavam, um após o outro, o Palácio de Inverno. Segundo os termos do próprio Kerensky, “foi o êxodo em massa de um lugar manifestamente condenado à perdição”. Houve uma noite, a de 28 para 29, na qual Kerensky “perambulava quase que inteiramente só pelo Palácio de Inverno”. As árias de bravura não mais lhe ocorriam à memória. “A responsabilidade que sobre mim pesava naquelas jornadas atrozmente longas era verdadeiramente desumana.” Tratava-se, no entanto, principalmente de responsabilidade pela sorte do próprio Kerensky: e tudo mais já se efetuava independentemente da pessoa dele.

.....

Capítulo X

A BURGUESIA MEDE-SE COM A DEMOCRACIA

A 28 DE AGOSTO, enquanto que o Palácio de Inverno era sacudido por uma febre de medo, o príncipe Bagration, comandante da divisão “selvagem”, comunicava por telegrama, a Kornilov, que os “alógenos cumpririam com o dever devido à pátria e, por ordem do supremo herói que os comandava.... derramariam a última gota de sangue”. Algumas horas depois, o movimento da divisão se interrompia e, a 31 de agosto, uma deputação especial, à frente da qual encontrava-se o próprio Bagration, garantia a Kerensky que a divisão se submetia inteiramente ao Governo Provisório. Tudo isto aconteceu não apenas sem combate, mas sem um único tiro. O caso não foi até à última gota de sangue, nem mesmo até à primeira. Os soldados de Kornilov não tentaram sequer empregar armas para abrir caminho na direção de Petrogrado. Os chefes não ousaram comandá-los. Em parte alguma as tropas do governo precisaram recorrer à força para paralisar o impulso dos destacamentos de Kerensky. A conjuração se decompôs, se pulverizou, se volatizou.

Para que este fato seja explicado, basta examinar detidamente as forças que entraram na luta. Antes de mais nada seremos forçados a esclarecer – e esta descoberta não seria inesperada – que o estado-maior dos

conspiradores era ainda o antigo estado-maior czarista, uma repartição de gente sem cérebro, incapaz de meditar, antecipadamente, no grande jogo no qual empenhavam dois ou três golpes a um só tempo. Se bem que Kornilov houvesse fixado, algumas semanas antes, a data do golpe de estado, coisa alguma fora prevista ou calculada convenientemente. O preparo puramente militar do levante foi realizado desastrosamente, com negligência e leviandade. Foram efetuadas, tanto na organização como no comando, já na véspera de se porem na marcha e mesmo durante a caminhada, modificações complicadas. A divisão “selvagem” que deveria desfechar o primeiro golpe na Revolução, contava, ao todo, com 1.350 homens, faltando ao todo 600 fuzis, 1.000 lanças e 500 sabres. Cinco dias antes da abertura das hostilidades, Kornilov ordenou que se transformasse a divisão em corpo do Exército. Tal medida, condenada mesmo nos manuais de instrução, era evidentemente considerada como indispensável a fim de atrair os oficiais elevando os vencimentos. “O telegrama comunicando que as armas que faltavam seriam fornecidas em Pskov”, escreve Martynov, “Só foi recebido por Bagration a 31 de agosto, após o desastre definitivo do empreendimento.” Quanto a enviar instruções do *front* para Petrogrado, e ao quartel-general também só se preocupou no derradeiro momento. Os oficiais que aceitavam a missão eram largamente pagos e viajavam em vagões especiais. Os heróis do patriotismo, porém, e podemos acreditar não se apressavam suficientemente para salvar o país. Dois dias mais tarde as ligações ferroviárias entre o quartel-general e a capital foram cortadas e a maioria dos que foram mandados não conseguiram atingir os lugares onde deveriam executar as façanhas projetadas.

Na capital, entretanto, existia uma organização filiada aos kornilovianos e que contava com 2.000 membros. Os conspiradores dividiam-se em grupos encarregados de missões especiais: apreensão dos carros blindados, prisão e assassinato dos membros mais em destaque no Soviete, detenção do Governo Provisório, tomada dos estabelecimentos mais importantes. Segundo Vinberg, presidente da União do Dever Militar, “à chegada das tropas de Krymov as principais forças da Revolução já deveriam estar esmagadas, destruídas, impossibilitadas de reagir, de sorte que Krymov nada mais teria a fazer senão restabelecer a ordem na cidade”. Em Mohilev, entretanto, a bem dizer, julgavam esse programa de ação exagerado e depositavam nas mãos de

Krymov as principais tarefas. O quartel-general esperava também, dos destacamentos do Centro Republicano, importante auxílio. Ora, os conspiradores de Petrogrado não se manifestaram absolutamente, não levantaram a voz, não se empregavam nem mesmo com um dedinho, como se jamais tivessem existido. Vinberg explica esse enigma com grande simplicidade. Aconteceu que o coronel Heimann, encarregado da contraespionagem, passara as horas mais decisivas num restaurante dos arrabaldes e o coronel Sidorin, diretamente encarregado por Kornilov de unificar a atividade de todas as sociedades patrióticas da capital, assim como o coronel Ducemetière, comissionado na seção militar, “desapareceram sem deixar rastro e não foi possível achá-los em parte alguma”. O coronel dos cossacos, Dutov, que deveria marchar “sob aparências do bolchevismo”, queixou-se mais tarde: “Eu corria... chamando para que descessem à rua, mas ninguém me seguia.” Os fundos destinados à organização foram, segundo Vinberg, desviados e dilapidados pelos principais participantes. O coronel Sidorin, afirma Dimikin, “fugiu para a Finlândia levando os últimos recursos da organização, qualquer coisa que orçava lá pelos cento e cinquenta mil rublos”. Lvov, do qual narramos a prisão no Palácio de Inverno, contou mais tarde que um dos financiadores secretos, que devia entregar aos oficiais considerável soma, dirigiu-se ao lugar conveniado e, lá chegando, encontrou os conspiradores em tal estado de embriaguez que decidiu não entregar-lhes o dinheiro. O próprio Vinberg julga que, não fossem tais “imprevistos” verdadeiramente desagradáveis, o plano poderia ter obtido um completo sucesso. Resta porém uma questão. Por que motivos, em torno de um empreendimento patriótico, encontraram-se agrupados principalmente ébrios, dilapidadores e traidores? Não será por que todas as tarefas históricas mobilizam os quadros adequados?

A própria composição dos efeitos da conjuração não era brilhante, a começar pelos altos dirigentes. “O general Kornilov”, declara o cadete da direita Izgoyev, “era um dos mais populares... entre a população pacífica, mas não no meio da tropa, pelo menos entre as da retaguarda por mim observadas.” Sob o nome de população pacífica Izgoyev subentende o público da Perspectiva Nevsky. Quanto às massas populares do *front* e da retaguarda, Kornilov era para eles um estranho odioso, detestado.

O general Krasnov, monarquista, que tentará em breve pôr-se como vassalo a serviço de Guilherme II, nomeado comandante do 3º Cor-

po da Cavalaria, espantou-se por ver que “Kornilov, tendo concebido um grande desígnio, permanecera em Moghilev, em um palácio, cercado de turcomanos e de brigadas de choque, como se ele próprio não acreditasse no sucesso”. Como o jornalista francês Claude Anet perguntasse a Kornilov por que no minuto decisivo ele não marchou contra Petrogrado, o chefe da conspiração respondeu: “Estava doente, tinha um forte acesso de malária e minha energia habitual falhou.”

Numerosos acidentes infelizes: tal acontece toda vez que um empreendimento está de antemão condenado à derrota. No estado de espírito em que se encontravam, os conspiradores hesitam entre uma embriaguez jactanciosa que não conhece obstáculos e uma completa prostração perante o primeiro obstáculo verdadeiro. O caso consistia não na malária de Kornilov, mas em uma doença muito mais íntima, fatal, incurável, que paralisava a vontade das classes possuidoras.

Negavam fortemente os cadetes que Kornilov tivesse intenções contrarrevolucionárias, e com isso entendiam a restauração da monarquia dos Romanovs. Como se se tratasse disso! O “republicanismo” de Kornilov não impedia, absolutamente, que a seu lado se encontrasse, como companheiro o parceiro, o monarquista Lukomsky e nem o presidente da União do Povo Russo*, Rimsky-Korsakov, de telegrafar a Kornilov, no dia do levante: “Suplico ardentemente a Deus que vos ajudeis a salvar a Rússia, ponho-me, inteiramente, a vossa disposição”. Os cem-negros, partidários do czarismo, não eram repelidos pelo barato estandarte republicano. Compreendiam que o programa de Kornilov consistia nele mesmo, em seu passado, em seus alamares de cossaco, nas amizades e nos fundos financeiros e, sobretudo, na sincera disposição de estrangular a Revolução.

Denominando-se em seus manifestos “filho de camponês”, Kornilov alicerçava seu plano de golpe de Estado, inteiramente nos cossacos e nos montanheses. Entre as tropas enviadas contra Petrogrado não se encontrava um único efetivo de infantaria. O general não tinha acesso junto ao mujique e não tentava sequer consegui-lo. Encontrou-se, é verdade, no quartel-general, na pessoa de um certo “professor”, um reformador agrário

* Assim se chamava a organização dos cem-negros. [Nota da edição espanhola.]

disposto a prometer a todo soldado uma quantidade fabulosa de deciatinas de terras. O manifesto preparado sobre tal assunto não foi sequer publicado: o que deteve os generais, para que não fizessem demagogia agrária, foi o temor, aliás fundamentado, de afastar os proprietários nobres.

Um camponês de Moghilev, Tadeush, que observara de muito perto o círculo do quartel-general durante aqueles dias, conta que, entre os soldados, e nos campos ninguém acreditava nos manifestos do general: “Ele quer o poder, mas não diz uma palavra sequer a respeito da terra e nem tampouco sobre o fim da guerra.” As massas aprenderam de um modo ou de outro, em seis meses de Revolução, a resolverem as questões capitais. Kornilov trazia para o povo a guerra, a defesa dos privilégios dos generais e da propriedade dos nobres. Nada lhe poderia dar, além disso, e o povo não esperava dele outra coisa. Nesta impossibilidade, de antemão evidente, para os próprios conspiradores, de se apoiarem no soldado camponês, sem falar de apoio dos operários, está manifesta a atitude socialmente rejeitada da camarilha korniloviana.

O quadro das forças políticas que o diplomata do quartel-general, Trubetskoy, desenhara, era verdadeiro e justo em muitas coisas, porém errado num ponto: no povo não existia sequer um traço da indiferença que o predispõe a “engolir qualquer chicotada”: ao contrário, as massas esperavam apenas a ameaça do chicote para revelar que fontes de energia e de abnegação se ocultavam nas suas profundezas. O erro cometido na apreciação do Estado do espírito das massas reduzia a pó todos os outros cálculos.

A conjuração estava sendo organizada em círculos habituados a nada fazer, que nada sabem fazer sem os elementos da base, sem a força operária, sem a carne para canhão, sem os ordenanças, domésticos, notários, condutores, entregadores, cozinheiros, lavadeiras, guarda-linhas telegrafistas, cocheiros, moços de estrebaria, etc. Ora, todas essas pequenas engrenagens humanas, imperceptíveis, incontáveis, indispensáveis, estavam do lado dos soviets e contra Kornilov. A Revolução era onipresente. Ela por toda parte penetrava, envolvendo o complô. Por toda parte tinha olhos, ouvidos e mãos.

O ideal da educação militar consiste em que o soldado possa agir fora da vigilância dos chefes como se estivesse sob os olhos deles. Ora, os soldados e os marinheiros russos de 1917, que nem mesmo sob os olhos

dos comandantes executavam as ordens oficiais, apanhavam no ar, avidamente, as ordens da Revolução, e no mais das vezes as executavam por iniciativa própria antes mesmo de as terem recebido. Os incontáveis servidores da Revolução, os agentes, inspiradores e militantes, não sentiam a necessidade nem de exortações nem de vigilância.

Formalmente a liquidação da conjuração estava em mãos do Governo. O Comitê Executivo também concorria para isso. Na realidade, porém, a luta era conduzida através de outros caminhos. Enquanto Kerensky, curvado sob o peso do fardo “da responsabilidade sobre-humana”, palmilhava sozinho o assoalho do Palácio de Inverno, o comitê da defesa, que se chamava também Comitê Militar Revolucionário, desenvolvia larga atividade. Desde manhã foram expedidas instruções telegráficas aos ferroviários, aos empregados dos Correios e Telégrafos e aos soldados. “Todos os movimentos de tropa”, transmite Dan no mesmo dia, “cumprem-se segundo as ordens do Governo Provisório e são supervisionadas pelo Comitê da Defesa Pública.” Se abandonarmos os termos convencionais, isto significa que o Comitê de Defesa dispunha de tropas sob a rubrica do Governo Provisório. Concomitantemente, foi empreendida a obra de destruição dos ninhos kornilovianos situados dentro do próprio Petrogrado, procedeu-se a inquéritos e a prisões nas escolas militares e nas organizações de oficiais. Sentia-se, por toda parte, a mão do Comitê. Já ninguém se preocupava com o governador-geral.

As organizações soviéticas da base não davam atenção aos apelos vindos de cima. Concentrava-se nos bairros o trabalho principal. Por aquelas horas em que maiores se manifestavam as hesitações do Governo e em que se prolongavam as fastidiosas confabulações no Comitê Executivo com Kerensky, os soviets do bairro uniram-se estreitamente e decidiram declarar a conferência intercantonal aberta em sessão permanente; tomaram a iniciativa de introduzir os respectivos representantes do estado-maior formado pelo Comitê Executivo; resolveram criar uma milícia operária; decidiram estabelecer o controle do soviete de bairro sobre os comissários do Governo, e organizar equipes volantes destinadas à detenção dos agitadores contrarrevolucionários. Em conjunto, semelhantes medidas significavam que aqueles soviets atribuíam a eles próprios, não somente consideráveis funções governamentais, como também as próprias funções

do Soviete de Petrogrado. De acordo com a própria lógica da situação, os mais altos órgãos soviéticos viram-se forçados a fortes restrições, a fim de cederem lugar aos da base. A entrada dos bairros de Petrogrado na arena de luta modificou, instantaneamente, a direção e a amplitude dessa última. A experiência permitiu que se descobrisse de novo a inesgotável vitalidade da organização soviética: paralisada de cima pela direção dos conciliadores, reanimava-se ela, no momento crítico, na base, sob o impulso das massas.

Para os bolcheviques que inspiravam os bairros, o levante de Kornilov não era de maneira alguma inesperado. Haviam-no previsto, denunciado, e, na ocasião necessária, foram os primeiros a ocupar as posições devidas. Sokolnikov, desde a sessão unificada dos comitês executivos, realizada a 27 de agosto, havia comunicado que o Partido Bolchevique já tomara todas as medidas ao seu alcance para avisar o povo que o perigo se aproximava, e para preparar a defesa; os bolcheviques declaravam-se dispostos a combinar a própria ação combativa com a dos órgãos do Comitê Executivo. Em sessão noturna da organização militar dos bolcheviques, na qual participaram delegados de numerosos contingentes de tropas, decidiu-se exigir a prisão de todos os conspiradores, armar os operários, fornecer-lhes instrutores escolhidos dentre os soldados, garantir a defesa da capital com os elementos da base e, ao mesmo tempo, preparar-se para a criação de um poder revolucionário de operários e de soldados. A organização militar iniciou *meetings* em toda a guarnição. Os soldados eram convidados a manter-se de sobreaviso, fuzil na mão em condições de poderem sair ao primeiro sinal de alarme.

“Se bem que os bolcheviques estivessem em minoria”, escreve Sukhanov, “tornou-se absolutamente indiscutível que no Comitê Militar Revolucionário a hegemonia lhes pertencia.” E ele explica a razão: “Se o Comitê queria agir seriamente devia fazê-lo revolucionariamente”, e, para atos revolucionários, “somente os bolcheviques dispunham de meios reais”, porquanto as massas os seguiam. A tensão da luta impelia por toda parte os mais ativos e os mais ousados dentre os elementos. Essa seleção automática destacava inevitavelmente os bolcheviques, consolidava-lhes a influência, concentrava entre as mãos deles a iniciativa, e lhes transmitia de fato a direção, mesmo naquelas organizações em que se achavam em minoria. À medida que se aproximavam do bairro, das usinas, da caserna,

mais incontestável e completo era o predomínio dos bolcheviques. Todas as células do Partido encontravam-se em pé de guerra. Nos grupos corporativos das grandes usinas, foram organizados plantões permanentes dos bolcheviques. No Comitê do bairro do Partido permaneciam, também, representantes das pequenas empresas. A ligação se alongava, vinda de baixo da oficina, através dos bairros, até o comitê central do Partido.

Sob pressão imediata dos bolcheviques e das organizações dirigidas por eles, o Comitê de defesa reconheceu a necessidade de armar grupos de operários para a proteção dos quarteirões deles, das fábricas e das usinas. As massas não esperam senão esta ordem. Nos bairros, segundo a imprensa operária, formaram-se imediatamente “filas impressionantes de homens desejosos de participarem do contingente da Guarda Vermelha”. Abriam-se cursos de instrução para o manejo do fuzil e para o tiro. Soldados treinados foram chamados para desempenharem o papel de monitores. A partir do dia 29, formaram-se companhias em quase todos os bairros. A Guarda Vermelha declarou-se pronta a lançar em ação, imediatamente, um efetivo de 40.000 fuzis. Os operários que não possuísem armas formariam companhias para cavarem trincheiras, e erigir defesas, estender arame farpado. Palchinsky, o novo governador-geral que havia substituído Savinkov – Kerensky não conseguira conservar seu cúmplice por mais de três dias – não pôde evitar reconhecer, em comunicado especial, que, a partir do momento em que houve necessidade de trabalhos de sapa, para a defesa da capital, “milhares de operários... ofereceram-se sem reclamar pagamento, e executaram, em algumas horas, um trabalho imenso que, se não fosse o auxílio deles, teria exigido muitos dias. Isto porém, não impediu que Palchinsky, seguindo o exemplo de Savinkov, interditasse o jornal bolchevique, o único que os operários consideravam como pertencente a eles.

A gigantesca empresa de Putilov tornou-se centro da resistência no bairro de Peterhof. Foram criados, apressadamente, companhias de combate. O trabalho na usina prosseguia ininterrupto noite e dia: ocupavam-se na montagem de novos canhões destinados a formarem divisões proletárias de artilharia. O operário Minichev narra o seguinte: “trabalhou-se, naqueles dias, à razão de 16 horas diárias... foram montados cerca de 100 canhões”.

O Vikzhel*, recentemente criado, viu-se forçado, imediatamente, a receber o batismo de fogo. Os ferroviários tinham motivos particulares de temerem a vitória de Kornilov, que inscrevera, em seu programa, o estado de sítio nas vias férreas. Mais uma vez, aqui, a base ultrapassava de muito seus próprios dirigentes. Os ferroviários desmontavam e obstruíam as linhas, a fim de paralisarem as tropas de Kornilov: a experiência da guerra estava servindo para alguma coisa. Tomaram eles, outrossim, medidas para isolar o foco da conspiração, sediado em Moghilev, interrompendo a circulação dos trens, tanto no sentido do quartel-general quanto no sentido oposto. Os empregados dos Correios e Telégrafos puseram-se a interceptar e a remeter ao Comitê os telegramas e as ordens do quartel-general ou, então, cópias dos mesmos. Os generais haviam-se habituado, durante os anos de guerra, a pensar que os transportes e os serviços de ligação fossem meras questões de técnica. Eram agora obrigados a constatar que aqueles serviços também constituíam questões de política.

Menos inclinados à neutralidade política, do que outros quaisquer, os sindicatos não esperavam convites especiais para ocuparem posições de combate. O sindicato dos operários ferroviários armava seus membros, remetia-os através das linhas para fiscalizarem e destruírem a via férrea, para montarem guarda às pontes, etc.; pelo ardor e pela resolução que demonstravam, os operários impeliam para a frente o Vikzhel moderado e mais burocrático. O sindicato dos metalúrgicos colocou à disposição do Comitê de Defesa numerosos empregados e depositou elevada quantia para cobrir as próprias despesas. O sindicato dos motoristas pôs à disposição do comitê seus meios de transporte e seus recursos técnicos. O sindicato dos tipógrafos, em poucas horas, organizou a saída dos jornais para segunda-feira, a fim de manter a população a par dos acontecimentos, e realizou, ao mesmo tempo, o mais eficaz de todos os possíveis controles sobre a imprensa. O general rebelde batera com o pé no solo – e as legiões brotaram da terra. Nesse caso, entretanto, tratava-se de legiões inimigas.

Em torno de Petrogrado, nas guarnições vizinhas, nas grandes estações, na esquadra, dia e noite, o trabalho prosseguia: verificavam-se

* Comitê Pan-Russo dos Ferroviários. [Nota da tradutora.]

os contingentes formados, armavam-se os operários, enviavam-se destacamentos para guarnecer a via férrea, e estabelecia-se a ligação tanto com os pontos circunjacentes, quanto com o Smolny. O Comitê de Defesa trabalhou mais com os registros e com a direção, do que com os esforços de exortação, ou com o lançamento de apelos. Seus planos invariavelmente eram ultrapassados. A resistência contra o motim do general transformava-se em golpe de rede popular contra os conspiradores.

Em Helsingfors, a assembleia geral de todas as organizações soviéticas, criou um Comitê revolucionário que enviou comissários à casa do general-governador, à *kommandantur*, à contraespionagem, e a outras instituições muito importantes.

E desde então ordem alguma era digna de crédito sem que estivesse assinada pelos comissários. Os telégrafos e os telefones foram colocados sob controle. Os representantes oficiais do regimento de cossacos, aquartelado em Helsingfors, principalmente os oficiais, tentaram proclamar a própria neutralidade: eram kornilovianos disfarçados. No dia seguinte, cossacos da tropa apresentaram-se ao comitê e declararam que todo o regimento era contrário a Kornilov. E, pela primeira vez, representantes dos cossacos foram introduzidos no Soviete. Nesse caso, tal como em muitos outros, um agudo conflito de classes projetava os oficiais para a direita e os homens das fileiras para a esquerda.

O Soviete de Kronstadt, tendo tido tempo de se refazer dos ferimentos de julho, comunicou, por telegrama, que “a guarnição de Kronstadt estava pronta, como um só homem, a tomar a defesa da Revolução, ao primeiro apelo do Comitê Executivo”. Os homens de Kronstadt ainda não sabiam, naqueles dias, até que ponto a defesa da Revolução os protegia contra as medidas de extermínio; eles não podiam senão adivinhá-lo.

Logo após as Jornadas de Julho, com efeito, fora decidido, no seio do Governo Provisório, dismantelar a fortaleza de Kronstadt, porque não passava de um ninho de bolcheviques. Semelhante medida, tomada de acordo com Kornilov, explicava-se oficialmente “por motivos estratégicos”. Ao sentir que as coisas assumiam mau aspecto, os marinheiros opuseram certa resistência. “A lenda da existência de traição no quartel-general – escrevia Kerensky, após ele mesmo haver acusado Kornilov de traição – enraizara-se de tal maneira em Kronstadt, que qualquer tentativa para a

retirada das peças de artilharia desencadeava, na praça, verdadeiros acessos de furor da multidão”. Fora o Governo que encarregara Kornilov de encontrar meios adequados para liquidar Kronstadt. O general encontrara o seguinte meio: logo após o esmagamento da capital, Krymov devia lançar contra Oranienbaum uma brigada de artilharia e, sob ameaça das baterias costeiras, exigir da guarnição de Kronstadt que desarmasse a fortaleza e remetesse as tripulações ao continente, onde os marinheiros seriam submetidos à repressão em massa. Mas, no justo momento em que Krymov iniciava a execução do projeto do Governo, viu-se este forçado a pedir proteção aos homens de Kronstadt, contra o próprio Krymov.

O Comitê Executivo, por telefonograma, pediu a Kronstadt e a Vyborg a remessa de importantes efetivos de tropas para Petrogrado. Os contingentes começaram a chegar desde a manhã de 29. Eram, principalmente, destacamentos bolcheviques: para que o apelo do Comitê Executivo se mostrasse eficaz, fora necessária a confirmação prévia do Comitê Central dos bolcheviques. Um pouco antes, lá para o meio-dia de 28, a guarda do Palácio de Inverno, por ordem de Kerensky – ordem que muito se assemelhava a uma solicitação obsequiosa – ficaria constituída de marinheiros do cruzador *Aurora*, sendo que uma parte ainda estava encarcerada da prisão de Kresty, por motivo de haver participado da manifestação de julho. Durante as horas de folga, os marinheiros acorriam à prisão, para visitar os homens de Kronstadt ali detidos, assim como para visitar Trotsky, Raskolnikov e outros. “Já não é tempo de prender o Governo?”, perguntavam os visitantes? “Não, ainda não é,” ouviam como resposta: “colocai o fuzil no ombro de Kerensky, e atirai contra Kornilov. Acertaremos depois as contas com Kerensky.” Em junho e julho, esses marinheiros absolutamente não se dispunham a atender aos argumentos da estratégia revolucionária. Nesses dois meses, ainda não totalmente decorridos, já haviam aprendido muito. Quando apresentavam a questão da prisão do Governo, faziam-no por autocrítica e para adquirirem a consciência nítida do fato. Já podiam, pelos próprios recursos, compreender a inelutável continuidade dos acontecimentos. Na primeira quinzena de julho – derrotados, condenados, caluniados: – ao fim de agosto – a mais segura guarda do Palácio de Inverno contra os kornilovianos, romperão eles, ao fim de outubro, contra o mesmo Palácio de Inverno, o fogo dos canhões do *Aurora*.

Quando, entretanto, os marinheiros consentem em adiar ainda, até certo ponto, o ajuste geral de contas com o regime de Fevereiro, já não desejam mais suportar, por nem um dia, a autoridade dos oficiais kornilovianos. O comando, que lhes fora imposto pelo Governo, após as jornadas de julho, evidenciara-se quase que unanimemente, e por toda parte, partidário dos conspiradores. O soviete de Kronstadt desistiu, imediatamente, o comandante designado pelo Governo, e nomeou para o cargo outro oficial de sua escolha. Os conciliadores já não mais denunciavam a secessão da república de Kronstadt. O caso, entretanto, não se limitou a simples destituições generalizadas: em diversos lugares, atingiu o nível das represálias sangrentas.

“A coisa começou em Vyborg”, diz Sukhanov, “com sevícias contra os generais e oficiais exercidas por magotes de marinheiros e de soldados enfurecidos e tomados de pânico.” Não, aquelas turbas não estavam enfurecidas, nem tampouco era adequado falar em pânico naquele caso. Pela manhã do dia 29, o Centroflot remetera ao general Oranovsky, comandante de Vyborg, um telegrama sobre a revolta do quartel-general, para que a guarnição também tomasse conhecimento. O comandante, por conta própria, ocultou o telegrama durante um dia inteiro, e, quando lhe perguntavam o que se passava, respondia que não recebera informação alguma. Quando os marinheiros investigaram, encontraram o telegrama na casa dele. Apanhado em flagrante delito, o general declarou-se partidário de Kornilov. Os marinheiros fuzilaram-no, bem como dois outros oficiais que se declararam partidários das mesmas ideias. Os marinheiros exigiram dos oficiais da frota do Báltico que assinassem declarações de fidelidade à Revolução, como 4 oficiais do navio de carreira, o *Petropavlovsky*, recusaram assinar, declarando-se kornilovianos, foram, por decisão da equipe, fuzilados no mesmo lugar.

Os soldados e os marinheiros estavam em perigo de morte. O expurgo sangrento fora previsto não apenas para Petrogrado e Kronstadt, mas para as guarnições de todo o país. Por meio da conduta dos oficiais que recuperaram a coragem, através do tom de voz e dos olhares oblíquos, os soldados e marinheiros poderiam adivinhar, seguramente, o que os aguardava em caso de vitória do quartel-general. Nos lugares onde a atmosfera se mostrava particularmente alta, apressavam-se eles a barrar o

caminho aos inimigos, opondo a depuração prevista pelo corpo dos oficiais à própria depuração deles, marinheiros e soldados. A guerra civil, como sabemos, tem suas leis próprias e essas leis jamais foram consideradas como sendo leis humanitárias.

Cheidze enviou imediatamente a Vyborg e a Helsingfors um telegrama no qual condenava os linchamentos que eram considerados como “um golpe mortal na Revolução”. Kerensky, pelo seu lado, telegrafava a Helsingfors: “Exijo que ponham imediatamente fim às abomináveis violências.” Se procurarmos a responsabilidade política de certos linchamentos – sem esquecer que a Revolução é, em seu conjunto, uma espécie de linchamento – a responsabilidade nesse caso recairia totalmente sobre o próprio Governo e sobre os conciliadores que, no momento de perigo, recorriam às massas revolucionárias para abandoná-las, em seguida, ao corpo de oficiais contrarrevolucionários.

Assim como no decorrer da Conferência de Moscou, quando era esperado a todo o momento um golpe de Estado, agora ainda, após haver rompido com o quartel-general, Kerensky dirigiu-se aos bolcheviques, rogando-lhes “exercer a influência que tinham sobre os soldados para que tomassem a defesa da Revolução”. Ao mesmo tempo em que chamava os marinheiros bolcheviques para protegerem o Palácio de Inverno, Kerensky não soltava os prisioneiros de julho. Escreve Sukhanov a esse respeito: “A situação no momento em que Alexeiev se derretia com Kerensky, enquanto Trotsky continuava na prisão, era absolutamente intolerável.” Não é difícil imaginar-se a emoção que reinava nas prisões superlotadas. “Nós fervíamos de indignação”, conta o tenente-naval Raskolnikov, “contra o Governo Provisório que, em dias tão angustiantes... continuava a deixar apodrecer, em Kresty, revolucionários como Trotsky... – como eles são covardes, ah! Como são covardes, dizia Trotsky, durante o passeio, dando voltas conosco – eles deveriam imediatamente pôr Kornilov fora da lei para que qualquer soldado devotado à Revolução se sentisse com direito de acabar com ele.”

A entrada das tropas de Kornilov em Petrogrado significaria, antes de mais nada, o extermínio dos bolcheviques que estavam prisioneiros. Em uma ordem enviada ao general Bagration, que deveria com a vanguarda penetrar na capital, Krymov não esqueceu de indicar, especialmente, o

seguinte: “Pôr sob uma boa vigilância as prisões e detenções, porém, em caso algum, podiam libertar quaisquer das pessoas que nelas se encontram presas.” Era um programa completo cujo inspirador, desde as Jornadas de julho, fora Miliukov: “Não libertar em caso algum.” Nesses dias não houve em Petrogrado um único *meeting* em que não se formulasse a exigência da libertação dos prisioneiros de julho. Delegações sobre delegações dirigiam-se ao Comitê Executivo que, por seu lado, enviava seus líderes para conferenciar no Palácio de Inverno. Tudo em vão! A teimosia de Kerensky, nesse caso, era tanto mais significativa, quanto, durante um ou dois dias, ele havia considerado a situação do Governo desesperada e, por conseguinte, condenava-se ao papel de principal carcereiro, guardando os prisioneiros bolcheviques e reservando-os à força do general.

Não é, portanto, de admirar que as massas dirigidas pelos bolcheviques contra Kornilov não tenham depositado em Kerensky um mínimo de confiança. Tratava-se para elas não de proteger o Governo, mas de defender a Revolução. E tanto mais resoluta e intrépida era a luta que travavam. A resistência ao motim saía dos trilhos, das pedras e do próprio ar. Os ferroviários da estação de Luga, onde chegara Krymov, recusavam, obstinadamente, pôr os trens em marcha para transportar tropas, alegando falta de locomotivas. Os escalões de cossacos viram-se também envolvidos pelos soldados armados que faziam parte da guarnição de Luga, num total de vinte mil homens. Não houve colisões; o que se passou foi bem mais perigoso: contatos, entendimentos, compreensão mútua. O soviete de Luga tivera tempo de imprimir a declaração do Governo destituindo Kornilov e o documento foi largamente espalhado entre os escalões. Os oficiais procuravam dissuadir os cossacos a acreditarem nos agitadores. Mas a própria necessidade de dissuadir era de um augúrio sinistro.

Assim que foi recebida a ordem de Kornilov: *avante!* Krymov, ameaçando com baionetas, exigiu que as locomotivas estivessem prontas em meia hora. A ameaça pareceu eficaz. As locomotivas, se bem que com novos obstáculos, foram postas em movimento; não podiam, entretanto, andar porquanto a via férrea fora demolida e bloqueada e sua construção e a desobstrução levariam mais um dia inteiro. Procurando fugir à propaganda corrupta, Krymov, na noite do dia 28, retirou suas tropas para algumas verstas longe de Luga. Os agitadores, porém, imediatamente penetraram nas aldeias:

eram soldados, operários, ferroviários, – e não era possível deles escapar, pois eles se intrometiam em toda parte. Os cossacos começaram então a se reunirem em *meetings*. Sob o assalto da propaganda e maldizendo seu estado de impotência, Krymov esperava em vão a chegada de Bagration: os ferroviários impediram os escalões da divisão “selvagem”, os quais também, durante as horas seguintes, teriam que suportar um ataque mortal.

Por muito fraca, muito covarde mesmo que em si fosse a democracia dos conciliadores, as forças de massas sobre as quais novamente ela se apoiou, em parte contra Kornilov, abriam diante dela inesgotáveis fontes de ação. Os socialistas revolucionários e os mencheviques achavam que a tarefa não consistia em vencer as tropas de Kornilov em uma luta, mas sim em conquistá-las. Era apreciar acertadamente. Nessa linha os próprios bolcheviques nada objetavam, eles também, contra a “coligação”: ao contrário, era o método essencial dos próprios bolcheviques; os bolcheviques pediam apenas que, por trás dos agitadores e dos parlamentares, os operários e os soldados, sob as armas, estivessem preparados. Foram subitamente encontrados meios e modos ilimitados para influenciar, moralmente, os efetivos de Kornilov. E assim ao encontro da divisão “selvagem”, enviou-se uma delegação muçulmana à qual foram agregadas autoridades indígenas, que imediatamente se manifestaram, começando pelo neto do ilustre Chamil, aquele que, heroicamente, defendera o Cáucaso contra o tzarismo. Os montanhese não permitiam que os oficiais detivessem a delegação: isto estaria em contradição com os seculares hábitos da hospitalidade. Iniciaram-se as conversações e, de repente, foi o começo do fim. Os comandantes enviados por Kornilov, para explicar toda aquela campanha, alegaram motins provocados por agentes da Alemanha e que haviam estourado em Petrogrado. Ora, os delegados que tinham vindo diretamente da capital não apenas negavam o motim, mas com documentos em mãos, provavam que Krymov era um rebelde e que conduzia as tropas que comandava contra o Governo. O que podiam replicar a isso os oficiais de Krymov?

No vagão do estado-maior da divisão “selvagem” os soldados hastearam a bandeira vermelha com a seguinte inscrição: “Terra e liberdade”. O comandante do estado-maior mandou que enrolassem a bandeira na haste: “apenas para evitar qualquer confusão com os sinais da via férrea”, explicou o senhor coronel. A equipe do estado-maior não ficou satisfeita

com essa covarde explicação e deteve o coronel. Não se enganavam, por acaso, no quartel-general quando diziam que, para os montanheses, seria indiferente matar qualquer um?

No dia seguinte pela manhã um coronel apresentou a Krymov a seguinte ordem, enviada por Kornilov: concentrar o corpo de Exército, marchar rapidamente contra Petrogrado e ocupá-la “inesperadamente”. Tentava-se ainda, evidentemente, no quartel-general, fechar os olhos à realidade. Respondeu Krymov que os contingentes do corpo estavam dispersos em diversas vias férreas e que, em alguns lugares, os efetivos estavam descendo dos trens; que, no momento, só tinha à sua disposição oito esquadrões cossacos; que as vias férreas haviam sido estragadas, bloqueadas, impedidas com barricadas e que só se podia avançar em marcha de campanha; e que, enfim, não se poderia mesmo pensar em uma ocupação inesperada de Petrogrado, porquanto os operários e os soldados já se haviam disposto em linha de combate, armados de fuzis, na capital e nos arrabaldes. O caso se complicava ainda, uma vez que não havia mais possibilidade de efetuar a operação “de modo inesperado”, mesmo pelas tropas de Krymov: sentindo que as coisas tomavam mau aspecto, as tropas exigiam explicações. Foi necessário revelar o conflito existente entre Kornilov e Kerensky, isto é, pôr oficialmente na ordem do dia a prática dos *meetings*.

A ordem ao Exército baixada por Krymov naquele momento dizia: “Recebi esta noite, do quartel-general e de Petrogrado, uma informação na qual se dizia que os motins haviam começado na capital...” Essa impostura servia para justificar uma luta, desde então aberta, contra o Governo. Uma ordem do próprio Kornilov, do dia 29 de agosto, dizia: “O serviço da contraespionagem da Holanda nos comunica: *a*) está previsto para esses dias um ataque simultâneo em todo o *front*, com o fim de deslocar nosso Exército visando desalojá-lo e obrigá-lo a fugir; *b*) está sendo preparado um levante na Finlândia; *c*) há propósitos de fazer explodir as pontes do Dnieper e do Volga; *d*) organiza-se, em Petrogrado, um levante de bolcheviques.” A 23, Savinkov alegou o mesmo comunicado: a Holanda só era mencionada para jogar cinza nos olhos; o documento, segundo todas as indicações, fora fabricado na missão militar francesa ou, pelo menos, com sua colaboração.

No mesmo dia Kerensky telegrafava a Krymov: “Calma completa em Petrogrado. Não se espera manifestação alguma. Não temos, em absoluto, necessidade de vosso corpo de Exército.” A manifestação deveria ser provocada pelos decretos de estado de sítio assinados pelo próprio Kerensky. Como o Governo foi obrigado a adiar a provocação, Kerensky tinha razão em julgar que “não eram esperadas manifestações”.

Não encontrando nenhuma saída, Krymov fez a absurda tentativa de marchar contra Petrogrado com seus oito esquadrões. Foi mais um gesto de desencargo de consciência e do qual, bem entendido, nada resultou. Ao encontrar, em algumas verstas de Luga, os postos avançados, Krymov voltou sobre seus passos, sem tentar sequer travar batalha. Krasnov, chefe do 3º Corpo de Cavalaria, escreveu, mais tarde, a respeito dessa “operação” única e absolutamente fictícia: – “Era necessário atacar Petrogrado com uma força composta de 86 esquadrões e brigadas, e o atacaram com uma única brigada constante de 8 fracos esquadrões e faltando pelo menos a metade dos chefes. Em vez de bater com os punhos, bateram apenas com o dedinho: isso machucou o dedinho e aqueles que apanharam nada sentiram.” Não houve, nem mesmo, no fundo, um golpe com o dedinho. Ninguém sofreu as consequências.

Durante esse tempo, os ferroviários faziam aquilo que deviam fazer. Por meios misteriosos os escalões eram dirigidos para outros caminhos, que não os que lhes estavam destinados. Os regimentos caíam sobre divisões, que não era as deles, os efetivos da artilharia eram encurralados, os estados-maiores perdiam o contato com os contingentes. Todas as grandes estações tinham sovietes, comitês de ferroviários e de soldados. Os telegrafistas mantinham-se ao corrente de todos os acontecimentos, de todos os deslocamentos, de todas as alterações. Os mesmos telegrafistas interceptavam ordens de Kornilov. As informações desfavoráveis aos kornilovianos eram, imediatamente, transcritas em numerosos exemplares, transmitidas e afixadas, passadas de boca em boca. O mecânico, o guarda-chaves, o lubrificador, transformavam-se em agitadores. E era em tal atmosfera que os escalões de Kornilov avançavam, ou melhor, permaneciam no mesmo lugar. O comando ao sentir, imediatamente, que a situação era desesperadora não se apressavam, evidentemente, em avançar e, devido à atitude passiva que assumiu, facilitava o trabalho dos contraconspiradores do transporte. Os elementos do exército de Krymov foram assim

espalhados pelas estações, pelas bifurcações e encurralados nos becos sem saída de oito vias férreas. Quando estudamos, num mapa, qual foi o destino dos escalões de Kornilov, podemos ter a impressão de que os conspiradores brincavam, na rede da via férrea, de cabra-cega.

“Por toda parte quase”, diz o general Krasnov, anotando suas observações da noite de 29 para 30 de agosto, “vimos um único e mesmo quadro. Aqui, na via férrea, lá, num vagão, ou então sentados nas selas perto de cavalos pretos ou castanhos que inclinavam para eles as cabeças, por toda parte, em grupos acorados ou de pé, os dragões e, entre eles, alguma figura que gesticulava, vestindo túnica de soldado.” A “figura que gesticulava” transformou-se, muito cedo, em legião. Continuavam a chegar, de Petrogrado, inúmeras delegações de regimentos, enviadas ao encontro dos kornilovianos: antes de combater todos desejam explicar-se. As tropas revolucionárias tinham a firme esperança de que tudo se arranjaria sem batalha. Isso confirmou-se: os cossacos voluntariamente acediam. A equipe de ligação do corpo de Exército, ao se apoderar de uma locomotiva, enviou delegados através de toda a linha. Explicava-se a cada um dos escalões a situação que se havia criado. Organizaram incessantes *meetings* no decorrer dos quais ouvia-se um grito: enganaram-nos!

“Não eram apenas os chefes de divisão”, declara o mesmo Krasnov, “mas também os chefes de regimentos não sabiam onde se encontravam os esquadrões e os grupos que comandavam... A falta de alimentos e de forragens, naturalmente, ainda mais irritava os homens. Os homens... viam toda a incoerência dos fatos que se passavam em torno deles e começaram a deter os oficiais e os superiores.” A delegação do Soviete, que organizara um estado-maior, comunicava: “Constantemente os soldados confraternizam... Estamos absolutamente certos de que se pode considerar o conflito liquidado. Chegam delegações de todos os lados...” A direção dos contingentes era assumida pelos comitês que substituíam os chefes. Rapidamente criou-se um soviete de deputados do corpo de Exército e destacaram-se uns 40 homens que seriam enviados ao Governo Provisório. Os cossacos começaram a declarar, abertamente, que só esperavam uma ordem de Petrogrado para deterem Krymov e outros oficiais.

Stankevich, que partira a 30, em companhia de Voitinsky com destino a Pskov, descreve o quadro que vira no caminho. Em Petrogrado acreditava-se que Tsarskoe-Selo havia sido ocupada pelos kornilovianos,

mas lá não se encontrou ninguém. Em Gashina, ninguém... Na estrada, até Luga, ninguém. Em Luga reinava a calma e a tranquilidade... Chegamos até à aldeia onde devia estar acampado o estado-maior do corpo de Exército. Deserto... Acontecera que, muito cedo, de manhãzinha, os cossacos se haviam retirado do lugar e tomaram a direção oposta à de Petrogrado. A revolta recuava, fracionava-se, era absorvida pelo solo.

No Palácio de Inverno, porém, ainda se temia um pouco o adversário. Kerensky tentou entabular conversações com o comando dos rebeldes: esse caminho parecia-lhe mais seguro do que a iniciativa “anarquista” da base. Enviou delegados a Krymov pedindo-lhe que, “pela salvação da Rússia” viesse até Petrogrado e garantiu-lhe, em nome da honra, toda segurança. Comprimido por todos os lados e tendo perdido completamente a cabeça, o general apressou-se em aceitar o convite. Atrás dele partiu, para Petrogrado, uma deputação de cossacos.

Os *fronts* não apoiaram o quartel-general. Somente o *front* sudoeste fez uma tentativa mais séria para apoiá-lo. Na hora oportuna o estado-maior de Denikin tomara as medidas preliminares. Os efetivos destinados à guarda do estado-maior, e com os quais não era possível contar, foram substituídos pelos cossacos. Na noite de 26 para 27, a impressora fora ocupada. O estado-maior procurava desempenhar o papel de senhor da situação, seguro de si mesmo, e proibiu o Comitê do *front* de fazer uso de telégrafo. As ilusões, porém não duraram muitas horas. Os delegados de diversos contingentes apresentaram-se ao comitê oferecendo apoio. Apareceram carros blindados, metralhadoras, canhões. O comitê pôs, imediatamente, sob seu controle as atividades do estado-maior, que ficou apenas com as iniciativas das operações da guerra. E lá pelas 3 horas do dia 28 toda a autoridade no *front* sudoeste estava concentrada entre as mãos do Comitê. “Jamais”, queixava-se Denikin, “o futuro do país pareceu tão sombrio, nossa impotência, tão vexatória e acabrunhadora”...

Nos outros *fronts* o caso tomou aspecto ainda menos dramático: bastava aos chefes de Exército olharem em torno de si, para verificarem o afluxo de sentimentos amistosos para com os comissários do Governo Provisório. Pela manhã do dia 29, chegaram ao Palácio de Inverno telegramas portadores da fidelidade do general Sherbachev, do *front* romeno, do general Valuiev, do *front* oeste, e de Prezalski, do *front* caucasiano, no

front norte, onde o comandante em chefe era um korniloviano declarado Klembovsky. Stankevich nomeou, para suplente dele um certo, Savitsky. “Savitsky, até então desconhecido, nomeado por telegrama exatamente no momento do conflito”, escreve o próprio Stankevich, “poderia, com toda segurança, dirigir-se a qualquer tropa de soldados – infantaria, cossacos, ordenanças, e mesmo *junkers* – transmitindo qualquer tipo de ordem, mesmo que fosse para deter o comandante em chefe – e a ordem seria executada sem discussão...” Foi sem complicações de qualquer espécie que Klembovsky foi substituído pelo general Bonch-Bruevich que, por intermédio de seu irmão, bolchevique conhecido, foi um dos primeiros chamados, posteriormente, para servir junto ao governo bolchevique.

Os negócios também não corriam tão bem para o baluarte do partido militar do sul, o hatmã das tropas do Don, Kaledin. Em Petrogrado dizia-se que Kaledin estava mobilizando contingentes de cossacos e que os escalões do *front* viriam encontrá-lo nas margens do Don. Ora, o hatmã, segundo um de seus biógrafos, percorria as aldeias cossacas, a boa distância da estrada de ferro... e conversando, pacificamente, com os habitantes da região”. Kaledin, efetivamente, manobra com mais circunspeção do que se supunha nos círculos revolucionários. Ele escolheu o momento do levante declarado, cuja hora sabia de antemão, para percorrer “pacificamente” as aldeias cossacas e encontrar-se, assim, durante os dias críticos, afastado do telégrafo e de qualquer outro controle, para tatear, ao mesmo tempo a opinião da população cossaca. A 27 ele telegrafou, durante a caminhada, ao seu substituto Bogaiovsky: “É necessário sustentar Kornilov por todos os meios.” Entretanto, seus entendimentos diretos com a população cossaca provaram, exatamente, que os meios e as forças absolutamente não existiam: os cossacos, plantadores de trigo, não pensavam, de modo algum, em se levantar para defender Kornilov. Quando o desastre do levante tornou-se evidente, aquilo a que se denominava de “governo militar” do Don, decidiu adiar a manifestação da opinião que formara, “até a elucidação da verdadeira relação de forças”. Graças a tal manobra as cúpulas dos cossacos do Don conseguiriam lançar-se ao largo, em tempo oportuno.

Kornilov tinha simpatizantes partidários e amigos por toda parte: em Petrogrado, no Don, no *front*, nos caminhos seguidos pelos escalões. O número deles parecia enorme, a julgar pelos telegramas, pelas mensagens

de felicitações, pelos artigos dos jornais. Mas, coisa estranha: agora que era chegado o momento de todos se manifestarem eles desapareceram. Em muitos casos a causa do desaparecimento não residia, absolutamente, na covardia individual. Entre os oficiais kornilovianos havia grande número de bravos. A bravura deles, porém não encontrava ponto de apoio. A partir do momento em que as massas começaram a agitar-se, os indivíduos isolados não tiveram mais oportunidade de acesso aos acontecimentos. E não apenas os grandes industriais, banqueiros, professores, engenheiros, mas também os estudantes, os oficiais temperados, viram-se afastados, apagados, desprezados. Eles observavam os acontecimentos que se desenvolviam perante eles como se estivessem no alto de uma sacada. Do mesmo modo que o general Denikin, só lhes restava maldizer a importância vexatória e acabrunhadora.

No dia 30 de agosto, o Comitê Executivo enviou, a todos os soviets, uma alegre notícia: “Completa decomposição entre as tropas de Kornilov.” Durante algum tempo ficou esquecido o fato de haver Kornilov escolhido, para seu empreendimento, os mais patrióticos contingentes, os mais aptos para o combate, os mais preservados das influências bolcheviques. O processo da decomposição consistia em que os soldados deixavam definitivamente de confiar nos oficiais por descobrirem, neles, seus inimigos. A luta pela Revolução contra Kornilov aprofundava a decomposição do Exército, isto é, aquilo que, precisamente, se censurava aos bolcheviques.

Os senhores generais tiveram, enfim, a possibilidade de verificar a força de resistência da Revolução que lhes parecera tão friável, tão débil e somente, por acidente, vitoriosa do antigo regime. Desde as Jornadas de Fevereiro que se repetia, a três por dois, a fórmula jactanciosa da soldadesca: dai-me um Regimento sólido e mostrarei o que resultará. A experiência do general Khabalov e do general Ivanov, em fins de fevereiro, nada ensinou os grandes capitães do tipo daqueles que só mostram os punhos após a batalha. E era, com frequência, segundo as vozes deles que os estrategistas civis sintonizavam seu canto. O outubrista Shidlovsky afirmava que, se, em fevereiro, tivessem surgido na capital contingentes não muito numerosos, mas solidamente unidos pela disciplina e pelo espírito militar, “a Revolução de Fevereiro teria sido esmagada em alguns dias”. O famoso Bublikov, agitador dos meios ferroviários, escrevia: “Bastaria uma única divisão disciplinada enviada

do *front* para que a insurreição fosse, radicalmente, esmagada.” Diversos oficiais que tomaram parte nos acontecimentos afirmaram a Denikin que “um só batalhão sólido, tendo à frente um chefe que compreendesse bem o que queria, teria revirado toda a situação”. Ao tempo em que Guchkov era ministro da Guerra, o general Krymov veio, do *front*, para procurá-lo e ofereceu-se para “limpar Petrogrado com uma única divisão – mas, bem entendido, não sem derramamento de sangue”. O fato não se processou unicamente porque Guchkov “não o consentiu”. Savinkov, enfim, que preparava para o futuro Diretório o seu próprio “27 de agosto”, afirmava que dois regimentos seriam suficientes para reduzir os bolcheviques a pó e cinza. Agora o destino apresentava esses senhores com a possibilidade de verificar, na pessoa de um general “alegre e prazenteiro” até que ponto os cálculos heroicos que faziam eram fundados. Krymov chegou ao Palácio de Inverno sem disparar um único tiro, cabeça baixa, humilhado e em estado lastimável. Kerensky não deixou passar a ocasião de representar para ele uma cena patética, da qual os efeitos baratos estavam de antemão garantidos. Ao voltar da residência do primeiro-ministro para o Ministério da Guerra, Krymov disparou um tiro na cabeça. E foi nisso que deu a tentativa de reprimir a Revolução e “não sem derramamento de sangue”.

No Palácio de Inverno deveram um suspiro de alívio ao pensarem que um caso tão cheio de complicações terminava a gosto, e apressaram-se a voltar à ordem do dia, isto é, à retomada dos negócios interrompidos. Kerensky nomeou-se, a si próprio, generalíssimo: para que a aliança política com o corpo de velhos generais fosse mantida, era-lhe excessivamente difícil encontrar um personagem mais conveniente. Para chefe do estado-maior do quartel-general, ele escolheu Alexeiev que, dois dias antes, estivera a ponto de ser o primeiro-ministro. Após tergiversações e consultas o general, não sem caretas de desprezo, aceitou a nomeação com o fito, explicou ele aos amigos, de liquidar, pacificamente o conflito. O antigo chefe do estado-maior do generalíssimo Nicolau Romanov viu-se, novamente, com as mesmas funções sob Kerensky. Havia de que se admirar! “Somente Alexeiev, graças aos seus entendimentos com o quartel-general e à sua enorme influência nas altas esferas dos militares – foi assim que mais tarde Kerensky tentou explicar a extravagante nomeação – poderia desempenhar, com sucesso, a transmissão, sem dor, do comando das mãos de Kor-

nilov para outras mãos”. Justamente o contrário. A designação de Alexeiev, isto é, de um correligionário, poderia apenas inspirar aos conspiradores a ideia de prolongar a resistência, se para tanto lhes restasse qualquer possibilidade. Em realidade, Alexeiev foi posto num plano de vanguarda por Kerensky, após a liquidação do levante, pela mesma razão que o fez chamar Savinkov no início da rebelião: era necessário, a todo custo, conservar as pontes do lado direito. O novo generalíssimo, naquele momento, julgava absolutamente indispensável refazer a amizade com os velhos generais: após o forte abalado ele deveria restabelecer efetivamente a ordem e, por conseguinte, teria necessidade de um poder duplamente firme.

Nada mais restava já no quartel-general, do otimismo que ali imperara dois dias antes. Os conspiradores andavam em busca de meios de retirada. Um telegrama enviado a Kerensky dizia que Kornilov, “em considerando a situação estratégica”, mostrava-se disposto a demitir-se pacificamente do comando, se em compensação fosse declarado que “ficava instituído um governo forte”. Após esse substancioso ultimato, daquele que capitulava, chegava outro, dessa vez menos consistente: ele, Kornilov, julgava “em resumo, inadmissíveis as detenções de generais e de outras pessoas, que eram antes de mais nada, indispensáveis ao Exército”. Kerensky, imensamente feliz, deu logo um passo em direção a seu adversário, ao anunciar, pelo rádio, que as ordens do general Kornilov, a respeito das operações de guerra, eram obrigatórias para todos. O próprio Kornilov escrevia, a esse respeito, a Krymov, no mesmo dia: “Eis um episódio único na história do mundo: um generalíssimo acusado de prevaricação e de traição contra a pátria, e, por esse motivo, pronunciado perante um tribunal, acaba de receber a ordem de se manter no comando dos exércitos...” A nova manifestação da pusilanimidade de Kerensky restituiu imediatamente a coragem aos conspiradores, que ainda temiam fazer um mau negócio. Apesar de o telegrama enviado, algumas horas antes, e que declarava inadmissível qualquer luta interna “naquele momento espantoso”, Kornilov, semirrestabelecido em seus direitos, enviou dois homens a Kaledin ordenando-lhe que “fizesse pressão” e, ao mesmo tempo, fez a Krymov a seguinte proposta: “Caso a situação o permita, agir independentemente dentro do espírito das instruções que vos dei.” O espírito das instruções era o seguinte: derrubar o Governo, e enforcar todos os membros do Soviete.

O general Alexeiev, novo chefe do estado-maior, movimentou-se a fim de ocupar o quartel-general. Essa operação ainda era considerada de natureza séria, pelos do Palácio de Inverno. Na realidade, dispunha Kornilov, diretamente, de um batalhão de Cavaleiros de São Jorge, um regimento de infantaria “korniloviano”, e um regimento de cavalaria do Tek. O batalhão dos Cavaleiros de São Jorge formara, desde o início, ao lado do Governo. O regimento “korniloviano” e o do Tek eram considerados fiéis; certa parte deles, entretanto, já havia também desertado. O quartel-general não dispunha de artilharia alguma. Em semelhantes condições, não era possível falar em resistência. Alexeiev estreou na missão que lhe fora confiada visitando, cerimoniosamente Kornilov e Lukomsky e, no decorrer das visitas, é muito possível que, de ambos os lados, tenham usado unanimemente o vocabulário da soldadesca ao referir-se a Kerensky, o novo generalíssimo. Tanto para Kornilov, como para Alexeiev, era evidente que se deveria, quando mais não fosse, adiar para outra oportunidade a salvação do país.

Mas, ao passo que no quartel-general se tramava, com tanta felicidade, a paz sem vencedores nem vencidos, a atmosfera, em Petrogrado, aquecia-se de maneira extrema e era com impaciência que se esperavam, no Palácio de Inverno, notícias tranquilizadoras de Moghilev, para serem transmitidas ao povo. Alexeiev era constantemente importunado com perguntas incessantes. O coronel Baranovsky, homem de confiança de Kerensky, queixava-se por telefone: “Os soviets estão em efervescência e não se pode descarregar a atmosfera, senão manifestando autoridade e prendendo Kornilov e outros tipos...” Esse fato não correspondia, em absoluto, às intenções de Alexeiev. “Reconheço profundamente contristado”, replica o general, “que minhas apreensões sobre nossa queda definitiva, neste momento, nas garras tenazes dos soviets, correspondem a um fato incontestável.” Sob o pronome “nós”, familiarmente empregado, está subentendido o grupo de Kerensky, no qual Alexeiev, para atenuar sua alfinetada, se inclui, também, convencionalmente. Respondeu-lhe, no mesmo tom, o coronel Baranovsky: “Com a ajuda de Deus, escaparemos das garras tenazes do Soviete, entre as quais fomos apanhados.” Mal haviam as massas libertado Kerensky das garras de Kornilov, eis que o líder da democracia logo se apressa a pôr-se de acordo com Alexeiev, contra as

massas: “Escaparemos das garras tenazes do Soviete.” Alexeiev, não obstante, foi obrigado a submeter-se à necessidade, e a proceder à prisão ritual dos principais conspiradores. Kornilov, sem oferecer resistência, foi posto incomunicável a domicílio quatro dias após haver declarado ao povo: “Prefiro a morte a ver-me destituído de minhas funções de generalíssimo.” A Comissão extraordinária de inquérito, chegada a Moghilev, prendeu, por sua vez, o ministro adjunto das Vias de Comunicação, vários oficiais do estado-maior-geral, o desastrado diplomata Alladin, assim como todos os membros presentes do Comitê principal da União dos Oficiais.

Durante as primeiras horas consecutivas à vitória, os conciliadores gesticulavam vivamente. O próprio Avksentiev tonitruava. Durante três dias os rebeldes deixaram desprovidos de instruções os setores do *front!* “Morte aos traidores!”, gritavam os membros do Comitê Executivo. Avksentiev servia de eco à gritaria: sim, a pena de morte fora restabelecida a pedido de Kornilov e de seus comparsas “e seria, por conseguinte, aplicada aos últimos com mais firmeza”. [*Prolongada tempestade de aplausos.*]

O Concílio eclesiástico de Moscou que, na quinzena precedente, inclinara-se diante de Kornilov na qualidade de restaurador da pena de morte, suplicava agora por telegrama ao Governo. “em nome de Deus e do amor de Cristo pelo próximo”, que salvaguardasse a vida do general malogrado. Outras forças também foram movimentadas. O Governo, porém, absolutamente, não pensava em exercer repressões sangrentas. Quando a delegação da divisão “selvagem” se apresentou a Kerensky, no Palácio de Inverno, como em resposta às frases vagas do novo generalíssimo, um dos soldados disse que “os comandantes traidores deveriam ser impiedosamente golpeados”, Kerensky interrompeu-o com as seguintes palavras: “Sua função, presentemente, é a de obedecer aos seus chefes e, de nosso lado, faremos o que for necessário.” Positivamente esse homem achava que as massas deveriam entrar em cena toda vez que ele batesse com o pé esquerdo, e sair de cena toda vez que batesse com o pé direito!

“Faremos o que for necessário”. Entretanto, tudo que eles fizeram parecia às massas uma coisa inútil, senão suspeita e perigosa. As massas não se enganavam: nas cúpulas a preocupação era a do restabelecimento da situação da qual saíra a campanha de Kornilov. “Desde os primeiros interrogatórios a que procederam os membros da comissão de inquérito”,

narra Lukomsky, “verificou-se que todo mundo nos tratava com a maior benevolência.” Eles, em suma, não passavam de cúmplices e de farsantes. Shablosvsky, o procurador militar, dava consulta aos acusados, a fim de lhes ensinar como enganar a justiça. As organizações do *front* enviavam protestos. “Os generais e os cúmplices deles estão sendo tratados como se não fossem criminosos perante o Estado e o povo... Os rebeldes desfrutaram de inteira liberdade de comunicações com o mundo exterior.” Lukomsky confirma: “O estado-maior do generalíssimo informava-nos a respeito de todas as questões que nos interessavam.” Indignados, os soldados mais de uma vez tentaram pronunciar os generais perante a própria justiça deles, soldados, e os detentos somente puderam escapar às represálias, graças a uma divisão polonesa contrarrevolucionária acantonada em Bykhov, local onde estavam encarcerados.

A 12 de setembro, o general Alexeiev escreveu do quartel-general uma carta a Miliukov, na qual exprimia a legítima indignação dos conspiradores diante da conduta da alta burguesia que, a princípio os havia impelido e que, após a derrota, os havia abandonado à própria sorte. “Já sabeis, até certo ponto”, escrevia, não sem causticidade, o general, “que alguns círculos de nossa sociedade não somente estavam a par de tudo e simpatizavam ideologicamente com Kornilov, e também o ajudavam como podiam...” Em nome da União dos oficiais, Alexeiev exigia de Vichinegradsky, de Putilov, e de outros capitalistas importantes – que haviam voltado as costas aos vencidos – a subscrição imediata de trezentos mil rublos em benefício “das famílias famintas daqueles com os quais estiveram ligados pela comunhão de ideias e de preparação!” Terminava a carta com uma verdadeira ameaça: “Se a imprensa honesta não tomar a cargo, imediatamente, a explicação enérgica da questão... o general Kornilov ver-se-á constrangido a revelar, amplamente, perante o tribunal, toda a preparação, todas as confabulações com os personagens e com os círculos, a coparticipação de todos eles”, etc. A respeito dos resultados práticos desse ultimato lamentável, Denikin comunica: “Foi somente em fins de outubro que Kornilov recebeu de Moscou cerca de 40.000 rublos.” Miliukov, nesse meio tempo, ausentara-se, sumariamente, da arena política: segundo versão oficial dos cadetes, ele partira “para descansar na Crimeia”. Depois de tanta azáfama, o líder liberal precisava, de fato, de repouso.

A comédia do inquérito arrastou-se até a insurreição bolchevique, quando Kornilov e seus cúmplices não somente foram libertados, como foram também, pelo quartel-general de Kerensky, providos de todos os documentos indispensáveis. Foram esses generais fugitivos que desencadearam a guerra civil. Em razões das intenções sagradas que ligavam Kornilov ao liberal Miliukov, e ao cem-negro Rimsky-Korsakov, centenas de milhares de homens foram mortos, o leste e o sul da Rússia foram pilhados e devastados, a economia do país foi definitivamente abalada e a Revolução viu-se obrigada ao terror vermelho. Kornilov, tendo escapado sem obstáculos, à justiça de Kerensky, caiu, dentro em pouco, no *front* da guerra civil, atingido por um obus bolchevique. O destino de Kaledin não foi diferente: O “governo militar” do Don exigiu, não somente que a ordem de prisão contra Kaledin fosse revogada, como também que ele fosse reintegrado nas funções de *hatmã*. Kerensky, mais uma vez, não deixou fugir a oportunidade de recuo. Skobelev chegou a Novocherkassk, como portador de pedidos de desculpas ao “círculo militar cossaco”. O ministro democrata foi alvo de sarcasmos requintados e, ali, o próprio Kaledin foi quem iniciou a zombaria. O triunfo do general cossaco não foi, entretanto, duradouro. Comprimido por todos os lados, em seus domínios às margens do Don, pela Revolução Bolchevique, Kaledin suicidou-se alguns meses mais tarde. A bandeira de Kornilov passou, em seguida, às mãos do general Denikin e do almirante Kolchak, cujos nomes estão intimamente ligados ao principal período da guerra civil. Mas tudo isso já se refere a 1918 e aos anos seguintes.

.....

Capítulo XI

AS MASSAS EXPOSTAS AOS GOLPES

AS CAUSAS IMEDIATAS dos acontecimentos de qualquer Revolução consistem nas modificações da consciência das classes em luta. As relações materiais de uma sociedade apenas determinam a corrente seguida por aqueles *processus*. Pela própria natureza, as modificações da consciência coletiva têm caráter meio oculto; assim que alcançam determinada tensão, os novos estados de espírito, e as ideias, despontam no exterior sob forma de ações de massas que estabelecem novo equilíbrio social, aliás, bastante instável. A marcha da Revolução, em cada fase nova, põe a nu o problema do poder para, imediatamente após, mascará-lo de novo – enquanto espera de novo desnudá-lo. Esse é, também, o mecanismo das contrarrevoluções, com a diferença de que, aqui, o filme roda em sentido contrário.

O que se passa nos píncaros governamentais e soviéticos não é, de maneira alguma, indiferente para a marcha dos acontecimentos. Mas não se pode compreender o sentido real da política de um partido, nem decifrar as manobras dos líderes, senão quando se consegue descobrir os profundos processos moleculares na consciência das massas. Em julho, os operários e os soldados haviam sofrido uma derrota, mas, em outubro, com um assalto irresistível, eles se apoderaram do poder. O que se teria

passado na intimidade de cada um deles, durante aqueles quatro meses? De que maneira haviam eles reagido aos golpes que choviam de cima? Com que ideias e com que sentimentos tinham eles considerado a tentativa da burguesia de apoderar-se do poder? É preciso, para responder a essas perguntas, que o leitor volte um pouco atrás, até a derrota de julho. Frequentemente somos forçados a recuar para saltar melhor. Ora, diante de nós, está o prenúncio do salto de outubro.

Na historiografia oficial soviética, firmou-se e se tornou numa espécie de lugar-comum, a opinião segundo a qual o assalto desencadeado contra o Partido em Julho – repressões combinadas com a calúnia – teria ocorrido e passado sem deixar quase que sinal algum nas organizações operárias. Isto é absolutamente inexato. Para dizer a verdade, o desfalecimento nas fileiras do Partido e o refluxo dos operários e dos soldados que dele se afastaram, duraram pouco tempo; algumas semanas. O novo surto despontou tão rápido e, sobretudo, de tal modo tempestuoso, que apagou, pela metade, a própria lembrança das jornadas de desânimo e de prostração: é que as vitórias projetam, em geral, uma luz diferente sobre as derrotas que as prepararam. Mas, à medida que se publicam as atas das organizações locais do Partido, vê-se que surge, cada vez mais nitidamente, o declínio da Revolução em julho, declínio esse que, naqueles dias, se resentia tanto mais dolorosamente quanto a subida precedente apresentava um caráter mais constante.

Toda derrota que procede de uma determinada relação de forças, modifica, por sua vez, essa relação, com desvantagem para a parte vencida, porque o vencedor ganha em segurança, ao passo que o vencido perde a confiança em si próprio. Ora, a maneira de se apreciar a força que se tem, constitui elemento extremamente importante da relação objetiva das forças. Os operários e os soldados de Petrogrado, que no próprio impulso para a frente, esbarraram, de um lado, com a falta de clareza e com as contradições dos próprios objetivos e, de outro lado, com o atraso das províncias e do *front*, sofreram uma derrota direta. Eis por que, na capital, as consequências da derrota manifestaram-se imediatamente, e com a máxima violência. Entretanto, absolutamente inexatas são as afirmações, tão frequentes na própria literatura oficial, segundo as quais, a derrota de julho teria passado quase que despercebida nas províncias. Isto é teórica-

mente inverossímil e é desmentido pelo testemunho dos fatos e dos documentos. Todas as vezes que se formulavam problemas de grande porte, espontaneamente todo o país voltava a cabeça para Petrogrado. A derrota dos operários e dos soldados da capital devia, justamente, produzir enorme impressão nas camadas mais evoluídas das províncias. O terror, a desilusão e a apatia produziam-se em diversas partes do país, às vezes sob aspectos diferentes, mas sempre observados em todos os lugares.

O declínio da Revolução traduziu-se, primeiramente, por um enfraquecimento extremo da resistência da massa aos adversários. Ao passo que as tropas introduzidas em Petrogrado procediam, oficialmente, a ação punitiva, desarmando os soldados e os operários, bandos de semivoluntários, protegidos por elas, cometiam, impunemente, atentados contra as organizações operárias. Após a destruição da redação do *Pravda* e da tipografia dos bolcheviques, foram saqueadas as dependências do sindicato dos metalúrgicos. Em seguida, os golpes foram assestados contra os soviets de bairro. Os conciliadores não foram poupados: no dia 10 verificou-se um ataque contra uma das sedes do Partido, à frente do qual se achava Tseretelli, ministro do Interior. Foi preciso que Dan empregasse boa dose de abnegação, para escrever, a respeito das tropas recém-chegadas: “Em vez de assistir o perecimento da Revolução, testemunhamos, agora, seu novo triunfo.” Esse triunfo ia tão longe que, segundo o menchevique Pruchisky, os transeuntes, nas ruas, se tivessem aspecto de operários e fossem suspeitos de bolchevismo, corriam perigo de sofrer sevícias cruéis. Esse sintoma é afirmação irrecusável da brusca mudança de toda a situação!

Latsis, membro do comitê bolchevique de Petrogrado e, em seguida conhecido como agente da *Tcheca*, anotava em seu jornal: “9 de julho. Na cidade saquearam todas as nossas tipografias. Ninguém se atreve a imprimir nossos jornais e nossos volantes. Recorremos à montagem de uma tipografia clandestina. O bairro de Vyborg transformou-se em refúgio para todos. Para Vyborg transportaram-se o Comitê de Petrogrado e os membros do Comitê Central, que estão sendo perseguidos. No posto da guarda da usina Renault o Comitê está em conferência com Lenine. Foi lançada a hipótese de uma greve geral. Entre nós, no Comitê, as opiniões estão divididas. Votei pelo apelo à greve. Lenine, após explicar a situação, propôs que se renunciasse a semelhante solução... 12 de julho. A contrar-

revolução está vitoriosa. Os soviets são impotentes. Os *junkers*, desembestados, já estão caindo mesmo sobre os mencheviques. Alguns elementos do Partido mostram-se hesitantes. O afluxo de membros interrompeu-se... Mas, ainda não há casos de fuga nas nossas fileiras.” Após as Jornadas de Julho, “a influência dos socialistas revolucionários nas usinas de Petrogrado foi grande”, escreve o operário Sisko. O isolamento dos bolcheviques fazia crescer, automaticamente, quer o peso específico, quer o sentimento íntimo dos conciliadores. No dia 16 de julho, um delegado de Vassilie-Ostrov relatou, à Conferência Bolchevique da cidade, que o estado de espírito do bairro estava “em conjunto” cheio de entusiasmo, com exceção de algumas usinas. “Na usina Báltica, os socialistas revolucionários e os mencheviques esmagam-nos.” Naquele local, o caso ultrapassou os limites: o comitê de usina decidiu que os bolcheviques compareceriam às exéquias dos cossacos mortos e a ordem foi cumprida... As defecções oficiais de membros do Partido são, para dizer a verdade, insignificantes: em todo o bairro, de 4.000 membros, não passaram de 100 os que se retiraram abertamente. Um número bem maior, entretanto, nos primeiros dias, afastou-se silenciosamente. “As Jornadas de Julho”, dizia em seguida o operário Minichov em suas memórias, “mostraram-nos a existência, mesmo em nossas fileiras, de indivíduos que, temendo pela própria pele, ‘engoliam’ os cartões de inscrição do Partido e renegavam-no. Não foram, porém, muito numerosos...”, acrescenta ele em tom tranquilizador. “Os acontecimentos de Julho”, escreve Shliapnikov, “juntamente com toda a campanha de violências e de calúnias que decorrem deles, interromperam o crescimento de nossa influência que, em princípios de julho, já haviam alcançado um formidável vigor... Mesmo o nosso partido se encontrava em semilegalidade e mantinha uma luta defensiva, apoiando-se, principalmente, nos sindicatos e nos comitês de fábricas e usinas.”

A acusação lançada contra os bolcheviques de que estavam a serviço da Alemanha não poderia deixar de causar impressão nos operários de Petrogrado ou, pelo menos em parte considerável deles. Aquele que hesitou retirou-se. O que estava prestes a aderir tornou-se hesitante. E mesmo, dentre aqueles que já haviam aderido, grande número recuou. Além dos bolcheviques, tomaram parte importante nas manifestações de julho, operários pertencentes aos socialistas revolucionários e aos mencheviques. Sob

o golpe desfechado, foram os primeiros a recuar encobertos pelas bandeiras de seus respectivos partidos: parecia-lhes então que, ao infringirem a disciplina, tinham, verdadeiramente, cometido uma falta. Imensa camada de operários sem partido, mas que seguiam o Partido Bolchevique, afastou-se, igualmente, dele, influenciados pela calúnia oficialmente espalhada e juridicamente apresentada.

Os golpes repressivos produziam efeito muito mais forte, desfechados como eram numa atmosfera política modificada. Olga Ravich, uma das antigas e ativas militantes do Partido, membro do comitê de Petrogrado, dizia, mais tarde em um relatório: “As Jornadas de Julho causaram à organização tal atordoamento que, durante as três semanas que a elas se seguiram, não se podia sequer tratar de qualquer atividade.” Ravich visa aqui principalmente à atividade externa do Partido. Durante muito tempo foi impossível tratar do aparecimento do jornal do Partido: não encontrávamos impressora que consentisse em servir aos bolcheviques. E a resistência não provinha sempre dos proprietários: houve uma tipografia onde os operários ameaçaram paralisar os trabalhos no caso em que se pretendesse imprimir o jornal dos bolcheviques, e o patrão cancelou o contrato já concluído. Durante algum tempo Petrogrado foi servido pelo jornal de Kronstadt.

Na arena aberta, o flanco de extrema-esquerda, nessas semanas, estava representado pelo grupo dos mencheviques internacionalistas. Os operários, voluntariamente, iam escutar Martov cujo instinto de militante despertou durante o período de recuo, quando todos se viam obrigados, não a abrir novos caminhos à Revolução, mas a lutar para conservar o que restava de suas conquistas. A coragem de Martov era a do pessimista. “Aparentemente”, dizia ele na sessão do Comitê Executivo, “já se pôs o ponto final na Revolução... Se chegarmos ao ponto em que... a voz do campesinato e dos operários não puder mais encontrar lugar na Revolução Russa, desceremos da cena honestamente e levantaremos este desafio, não por motivo de renúncia silenciosa, mas por meio de uma batalha aberta.” Martov propunha descer da cena combatendo, abertamente, camadas de seu partido que, como Dan e Tseretelli, julgavam que a vitória conseguida pelos generais e pelos cossacos contra os operários e soldados era uma vitória da Revolução contra a anarquia. Sobre o pano de fundo da campanha

desenfreada dirigida contra os bolcheviques e da atitude vil e rastejante dos conciliadores perante os cossacos agaloados, a conduta de Martov elevava-o bastante aos olhos dos operários, durante essas semanas dolorosas.

A crise de julho foi em particular acabrunhadora para a guarnição de Petrogrado. Os soldados, do ponto de vista político, encontravam-se muito atrasados relativamente aos operários. No Soviete, na seção dos soldados, permanecia o apoio dos conciliadores enquanto que a seção operária já seguia os bolcheviques. E o fato de os soldados se mostrarem particularmente dispostos a brandir as armas não contradiz absolutamente o que asseveramos. Desempenharam eles, durante a manifestação, um papel mais agressivo do que os operários, mas, depois de desfechados os golpes, recuaram muito longe, para trás. A onda de hostilidades contra os bolcheviques subiu muito na guarnição de Petrogrado. “Após a derrota”, conta o antigo soldado Mitrevich, “não aparecemos em minha companhia, pois o fazendo estaríamos expostos a morrer, enquanto que a tempestade não passe.” Foi exatamente nos regimentos mais revolucionários, e que marcharam nas primeiras linhas durante as Jornadas de Julho, recebendo, conseqüentemente, os mais duros golpes, que a influência bolchevique caiu a tal ponto que se tornou impossível, mesmo três meses mais tarde, reconstituir a organização: sob o abalo excessivamente violento esses efetivos foram, moralmente, reduzidos a migalhas. A organização militar viu-se obrigada a dobrar-se violentamente sobre si mesma... “Após a derrota de julho”, escreve o soldado Minichev, “não consideravam, a organização de um modo bastante amistoso, e não apenas os camaradas da cúpula de nosso partido, mas também em alguns comitês de bairro.”

Em Kronstadt o Partido perdeu 250 membros. O estado de espírito da guarnição na fortaleza bolchevista enfraqueceu-se consideravelmente. A reação foi desencadeada mesmo até Helsingfors. Avkesentiev, Bunakov e o advogado Sokolov chegaram para conseguir o arrependimento dos navios bolcheviques. Eles conseguiram alguma coisa. Prendendo os bolcheviques dirigentes, fazendo uso da calúnia oficial, ameaçando, conseguiram obter declarações de lealdade até mesmo do couraçado bolchevique *Petropavlovskh*. Em todo caso, sob a exigência formulada de entregar os “instigadores”, todos os navios opuseram uma recusa.

Não foi de outra forma em Moscou. “A odiosa campanha da imprensa burguesa”, diz Piatnitsky, “provocou o pânico até mesmo entre certos membros do Comitê de Moscou.” A organização, após as Jornadas de Julho, diminuiu em número. “Jamais poderá ser esquecido”, escreve o operário moscovita Ratekhins, “um momento tão terrivelmente penoso. O *plenum* se reúne (o do soviete do bairro de Zamoskvoresky)... Os camaradas bolcheviques, como vejo, não são muito numerosos... Sobre mim cai diretamente Steklov, um dos camaradas mais enérgicos, pronunciando apenas algumas palavras, e pergunta-me se era verdade que Lenine e Zinoviev tinham vindo em um vagão selado; se era verdade que eles recebiam dinheiro alemão... Meu coração comprimia-se dolorosamente ao ouvir semelhantes perguntas. Aproxima-se outro camarada, Konstantinov: Onde está Lenine? Fugiu, dizem... O que vai acontecer agora? E assim por diante. “Esta cena, tomada ao vivo, introduz-se no íntimo dos estados de espírito por que passavam então os operários mais avançados.” “O aparecimento de documentos publicados por Alexinsky”, escreve Davydovsky, artilheiro em Moscou, “provocou um terrível transtorno na brigada. Nossa bateria, a mais bolchevista, foi terrivelmente abalada sob o golpe da infame mentira... Parecia que tínhamos perdido toda a confiança.”

“Após as Jornadas de Julho”, escreve V. Yakovleva, que era membro do Comitê Central e dirigia o trabalho na imensa província de Moscou, “todos os relatórios locais eram unânimes em salientar não apenas a brusca desmoralização nas massas, mas também uma clara hostilidade em relação a nosso Partido. Em diversos e numerosos casos espancaram nossos oradores. O número de membros diminuiu enormemente e algumas organizações, principalmente no sul, deixaram praticamente de existir.” Em meados de agosto ainda qualquer modificação sensível não se produzira. O trabalho que se faz entre as massas é para conservar a influência e não se observa, de modo algum, o crescimento das organizações. Nos distritos de Rizazan e de Tambov não se criam mais novas ligações e não surgem mais novas células bolchevistas; em conjunto, são o patrimônio dos socialistas revolucionários e dos mencheviques.

Evreinov, que militava na proletária Kinechma, lembra-se de quão penosa se tornou a situação após os eventos de julho, quando, na grande conferência de todas as organizações públicas, foi lançada a questão

da exclusão dos bolcheviques do Soviete. As defecções no Partido assumiam proporções tão consideráveis, certas vezes, que, somente após nova revisão das listas de membros, foi que a organização começou a viver vida normal. Em Tula, graças a uma seleção rigorosa preliminar dos operários, a organização não sofreu a provação dos desligamentos, mas, mesmo assim, ficou enfraquecida sua ligação com as massas. Em Nizhni-Novgorod, após a campanha de repressão dirigida pelo coronel Verkovsky e do menchevique Khinchuk, sobreveio acentuada depressão: nas eleições para a Duma municipal, o Partido somente conseguiu eleger quatro deputados. Em Kaluga, a fração bolchevique contava com a possibilidade de ser eliminada do Soviete. Em certos pontos da região moscovita, os bolcheviques viram-se forçados a sair não apenas dos sovietes, como também dos sindicatos.

Em Saratov, onde os bolcheviques mantinham relações muito pacíficas com os conciliadores, e ainda em fins de junho se dispunham a apresentar para as eleições à Duma municipal uma lista em comum com aqueles, os soldados, depois da tempestade de julho, foram a tal ponto açulados contra os bolcheviques, que eles invadiam as assembleias eleitorais, arrancavam as cédulas das mãos dos bolcheviques e maltratavam os agitadores. “Torna-se difícil”, escreve Lebedev, “nosso comparecimento às assembleias eleitorais. Gritavam frequentemente dirigindo-se a nós: espíões da Alemanha, provocadores!...” Nas fileiras dos bolcheviques de Saratov, havia quantidade regular de pusilânimes: “Muitos dentre eles declararam que abandonavam o Partido e outros se esconderam.”

Em Kiev, que desde muito tempo gozava da reputação de centro de cem-negros, a campanha de perseguição contra os bolcheviques desencadeou-se com particular violência e em breve estendeu-se também aos mencheviques e aos socialistas revolucionários. A depressão do movimento revolucionário foi ali fortemente sentida: nas eleições para a Duma municipal, o total dos sufrágios que os bolcheviques conseguiram não ultrapassou os 6%. Na conferência geral da cidade, queixavam-se os relatores “de estarem notando por toda parte o império da apatia e da inação”. O jornal do Partido viu-se forçado a tornar-se semanal, em vez de cotidiano.

A dissolução e o deslocamento dos mais revolucionários dentre os regimentos por si sós já deviam, não somente de baixar o nível político das guarnições, como também atuar de maneira deprimente sobre os ope-

rários das localidades, os quais se sentiam mais seguros quando percebiam o apoio de tropas amigas. Foi assim que a transferência do 57.º Regimento de Tver modificou bruscamente a situação política, tanto entre os soldados quanto entre os operários: mesmo nos sindicatos tornou-se insignificante a influência dos bolcheviques. Esse fenômeno mostrou-se com mais força ainda em Tíflis, onde os mencheviques, de mãos dadas com o estado-maior, substituíram os contingentes bolcheviques por outros regimentos totalmente atrasados.

Em alguns lugares, em desacordo com a composição da guarnição, com o nível dos operários da localidade e das causas acidentais, a reação política assumia uma expressão paradoxal. Em Yaroslavl, por exemplo, os bolcheviques, em julho, foram quase que totalmente excluídos do soviete operário, mas conservaram influência preponderante no soviete dos deputados soldados. Em algumas localidades, os acontecimentos de julho parece que passaram, efetivamente, sem deixar vestígios, e sem interromper o crescimento do Partido. Tanto quanto se possa ajuizar do fato, esse foi observado em casos nos quais a retirada geral coincidia com a entrada de novas camadas atrasadas na arena revolucionária. Foi assim que, em julho, em certos bairros de tecelões, começou-se a observar um afluxo sensível de operários para as organizações. Mas o quadro de conjunto do refluxo nem por isso foi modificado.

A inegável e mesmo exagerada acuidade da reação perante a derrota parcial era, em seu gênero, o resgate pago pelos operários, e, sobretudo, pelos soldados, por terem aderido muito facilmente, demasiado rapidamente, e ininterruptamente, aos bolcheviques, durante os meses precedentes. A brusca reviravolta do estado de espírito das massas produzia seleção automática e, além disso, acertada, nos quadros do Partido. Daí por diante poder-se-ia contar com todos aqueles que, naqueles dias, não se acovardaram. Eles constituíam o núcleo dentro das oficinas, das usinas, dos bairros. Às vésperas de outubro, os organizadores, por mais de uma vez, lançaram, em torno deles mesmos, olhares perscrutadores, toda vez que se tratava de nomeações ou de confiar missões, procurando rememorar o modo pelo qual este ou aquele camarada havia se conduzido durante as Jornadas de Julho.

No *front*, onde se põem a nu, com maior facilidade, todas as relações, a reação de julho assumiu caráter particularmente violento. O

quartel-general utilizou os acontecimentos principalmente para a criação de efetivos especiais, aqueles efetivos “do dever perante a pátria livre”. Nos regimentos, foram organizadas brigadas de choque. “Inúmeras vezes eu vi os *udarnki* [membros das brigadas de choque]”, narra Denikin, “e sempre os achei bastante ensimesmados e tristes. Nos regimentos, olhavam-nos com reserva e muitas vezes mesmo com hostilidade.” Não era sem razão que os soldados viam naqueles “contingentes do dever” os núcleos de futura guarda pretoriana. “A reação não remanchava”, narra, a respeito do *front* romeno, atrasado em relação aos demais, o socialista revolucionário Degtiarev, que aderiu mais tarde aos bolcheviques. “Bom número de soldados foram presos como desertores. Os oficiais levantaram a cabeça e alardearam desprezo pelos comitês de exército; aqui e acolá, tentaram os chefes impor novamente a saudação militar.” Os comissários punham em execução o expurgo do exército. “Mais ou menos em cada divisão”, escreve Stankevich, “existia o bolchevique dela cujo nome era mais conhecido, pela tropa, do que o do comandante da divisão... Eliminávamos progressivamente uma notabilidade após outra.” Concomitantemente, em todo o *front*, tratava-se de desarmar os contingentes insubordinados. Comandantes e comissários, para isso, apoiavam-se nos cossacos e nas brigadas especiais que eram odiadas pelos soldados.

No dia da queda de Riga, a conferência dos comissários da frente norte e dos representantes das organizações de exércitos reconheceu como indispensável a aplicação, mais sistemática, das medidas de repressão rigorosas. Homens foram fuzilados por haverem confraternizado com os alemães. Muitos comissários, exaltados pela evolução de vagas imagens da Revolução Francesa, tentaram demonstrar punhos de ferro. Não compreendiam que os comissários jacobinos tinham-se apoiado na base, sem poupar os aristocratas e os burgueses e que somente a autoridade plebeia é que os armava implacavelmente para implantar, nas tropas, uma disciplina rigorosa. Os comissários de Kerensky não tinham qualquer base popular sob os pés, nem qualquer auréola moral circundando-lhes a cabeça. Não passavam, aos olhos dos soldados, de agentes da burguesia, furriéis da Entente. Podiam eles, durante algum tempo, intimidar o exército – e, até certo ponto, conseguiram-no efetivamente – mas eram incapazes de insuflar-lhes vida nova.

No birô do Comitê Executivo, em Petrogrado, um relatório, no começo de agosto, dizia que, no estado de espírito do exército, produzira-se reviravolta favorável e que a tropa havia recomeçado os exercícios; mas que, por outro lado, observava-se certa agravação nas denegações de justiça, e certa acentuação nos atos arbitrários e na opressão. É com particular acuidade que se apresentou a questão do corpo dos oficiais: esse “acha-se completamente isolado, formando organizações próprias, muito estanques”. E outros dados provam que, aparentemente, no *front*, passou a existir mais ordem, e o que os soldados deixaram de amotinar-se por motivos insignificantes e acidentais. O descontentamento deles, entretanto, crescia em proporções idênticas, perante a situação em seu conjunto. No discurso prudente e diplomático do menchevique Kuchin à Conferência de Estado, um aviso inquietador ressoava em surdina através das notas apaziguadoras. “Há uma indubitável reviravolta; incontestavelmente, reina a calma, porém, cidadãos, há também outra coisa, há um certo sentimento de desilusão, e nós receamos extremamente tal sentimento.” A vitória temporária conseguida contra os bolcheviques era, antes de mais nada, uma vitória sobre as novas esperanças dos soldados, sobre a fé que possuíam em um futuro melhor. As massas tornaram-se mais circunspectas e a disciplina parecia haver aumentado. Mas, entre os dirigentes e os soldados, cavara-se um abismo ainda mais profundo. Quem é que seria por ele tragado no dia seguinte?

A reação de julho traça, de qualquer maneira, uma linha divisória definitiva das águas entre a Revolução de Fevereiro e a de Outubro. Os operários, as guarnições da retaguarda, o *front*, mesmo parcialmente como mais tarde se verá, e os camponeses, recuaram, deram um salto para trás, tal como se houvessem recebido um golpe em pleno peito. Na realidade o golpe possuía caráter muito mais psicológico do que físico, porém nem por isto deixava de ser verdadeiro. Durante os quatro primeiros meses todos os *processus* de massas seguiam direção única: para a esquerda. O bolchevismo crescia, fortalecia-se, ganhava audácia. Eis, porém, que o movimento choca-se contra uma barragem. E de fato descobriu-se que, dentro dos caminhos da Revolução de Fevereiro não se poderia mais passar adiante. Muita gente acreditou que, naquele momento, a Revolução houvesse chegado a um ponto morto. Em verdade, porém, era a própria Revolução de Fevereiro que dera tudo de si, até o fundo. Semelhante crise

interior da consciência das massas, combinada com a repressão e com a calúnia, conduziu às perturbações e aos recuos e, em alguns casos, mesmo, ao pânico. Os adversários tornaram-se atrevidos. Na massa a crise fez subir à superfície tudo o que existia de atrasado, de inerte e de descontente, em consequência das comoções e das privações. Esses movimentos de massa, na torrente da Revolução, são de violência irresistível: dir-se-ia que eles obedecem a determinadas leis de hidrodinâmica social. É impossível repressar semelhante fluxo de retorno – só restando não se abandonar, não se deixar submergir, manter-se, à espera que a onda da reação se esgote, a fim de preparar durante todo esse tempo, pontos de apoio para a nova ofensiva.

Ao observar alguns dos regimentos que, a 3 de julho, haviam marchado sob bandeiras bolcheviques, e que, uma semana após, passavam a reclamar rigorosos castigos contra os agentes do cáiser, os cépticos esclarecidos poderiam cantar vitória: aí estão as vossas massas, eis como resistem e como são capazes de compreender. É cepticismo, porém, muito barato. Se, na realidade, as massas modificassem os próprios sentimentos, e os pensamentos íntimos, por influência de circunstâncias acidentais, não se poderia explicar a poderosa casualidade característica do desenvolvimento das grandes revoluções. Quanto mais profunda for a ação exercida em milhões de pessoas do meio do povo, tanto mais regular será o desenvolvimento da Revolução, e é com tanto maior certeza que se poderá prever o encadeamento das etapas seguintes. Apenas é necessário não esquecer que o desenvolvimento político das massas se verifica, não em linha reta, senão de acordo com uma curva completa: tal é, em suma, a órbita de qualquer *processus* material. As condições objetivas impeliam, imperiosamente, os operários, os soldados e os camponeses, a colocarem-se sob a bandeira dos bolcheviques. As massas, porém, enveredando por esse caminho, entravam em luta com o próprio passado, com as credices de ontem e, se bem que parcialmente, com as de hoje. Em qualquer curva, o difícil em momentos de fracasso e de desilusão, os preconceitos antigos, ainda não bem fermentados, sobem à superfície e os adversários, muito naturalmente, a eles se agarram, como a um salva-vidas. Tudo o que apresentavam os bolcheviques, de pouco nítido, de fora dos hábitos, e de enigmático – ideias novas, audácia, desdém por todas as autoridades antigas e novas – tudo isso encontrou, naquele momento, e instantaneamente, uma explicação

simples e persuasiva pelo absurdo que encerrava: espões da Alemanha! A acusação formulada contra os bolcheviques não passava de aposta que se fazia no passado de escravidão do povo, na herança tenebrosa de barbárie e de superstição – e semelhante aposta estava mal colocada. A grande impostura patriótica, no decorrer de julho e de agosto, continuava sendo fator político de primeiríssima importância, que acompanhava todas as questões de atualidade. A esfera da calúnia ampliava-se pelo país graças à imprensa dos cadetes, alcançava as províncias, os territórios limítrofes com o estrangeiro, penetrando até nos mais perdidos recantos. Em fins de julho, a organização bolchevique de Ivanovo-Voznesensk ainda exigia a abertura de uma campanha mais enérgica, contra a perseguição! A questão do peso específico da calúnia na luta política de uma sociedade civilizada está ainda à espera de seu sociólogo.

E, não obstante, a reação, entre os operários e os soldados, nervosa e efervescente, não era nem profunda nem sólida. Em Petrogrado, as usinas de vanguarda reergueram-se poucos dias após a derrota, protestaram contra as detenções e contra a calúnia, bateram às portas do Comitê Executivo e restabeleceram as ligações. Na fábrica de armamento de Sestroretsk, os operários, ao fim de pouco tempo, reapossaram-se do leme: a assembleia geral de 20 de julho, decidia pagar operários pelas jornadas de manifestação, desde que o montante dos salários fosse totalmente empregado em publicações para o *front*. O trabalho de agitação aberta dos bolcheviques, em Petrogrado, recomeçou, segundo o testemunho de Olga Ravich, lá pelo dia 20 de julho. Nos *meetings*, que lá conseguiram reunir, de 200 a 300 pessoas, em diversos pontos da cidade, três homens tomavam a palavra: Slutsky, mais tarde morto pelos brancos na Crimeia, Volodarsky, morto pelos socialistas revolucionários em Petrogrado, e Yefdokimov, metalúrgico de Petrogrado, um dos mais destacados oradores da Revolução. Em agosto, a agitação levada a efeito pelo Partido ganha em amplitude. Segundo uma nota de Raskolnikov, Trotsky, detido a 23 de julho, forneceu, na prisão, o seguinte quadro da situação na cidade. “Os mencheviques e os socialistas revolucionários... continuam a perseguir, encarniçadamente, os bolcheviques. Não param de prender nossos camaradas. Mas, nos círculos do Partido, não há desânimo. Ao contrário, todos encaram o futuro com esperança, julgando que as medidas de repressão apenas servirão para

consolidar a popularidade do Partido... Nos quarteirões operários, não se nota qualquer desmoralização.” Com efeito, dentro em pouco, em uma assembleia dos operários de 27 empresas do bairro de Peterhoff votaria uma resolução de protesto contra o governo irresponsável e contra a política dele, contrarrevolucionária. Reanimavam-se os bairros proletários.

Ao passo que nas cúpulas, no Palácio de Inverno e no Palácio de Táuride, tratavam de edificar nova coligação, entre descomposturas, rompimentos e apaziguamentos – naqueles mesmos dias e naquelas mesmas horas, de 21 a 22 de julho, produziu-se, em Petrogrado, um acontecimento da mais alta importância, certamente apenas notado pelo mundo oficial, mas que assinalava a consolidação de uma outra coligação, muito mais forte: a dos operários de Petrogrado com os soldados do exército, no *front*. Surgiram, na capital, delegados dos exércitos em campanha, os quais protestavam, em nome dos respectivos contingentes, contra a asfixia da Revolução nas trincheiras. Durante alguns dias bateram, em vão, às portas do Comitê Executivo. Não eram recebidos, eram evitados, procurava-se, a todo custo, desembaraçar-se deles. Chegavam, entretantes, novos delegados, destinados a passarem pela mesma via-sacra. Repelidos, caíam uns sobre os outros nos corredores e nas salas de recepção; lamentavam-se, deblateravam, procuravam juntos uma saída qualquer. Os bolcheviques ajudavam-nos a encontrá-la. Decidiram os delegados trocar pontos de vista com os operários, os soldados, os marinheiros da capital, que os acolheram de braços abertos, deram-lhes abrigo e hospitalidade. Em uma conferência que não fora convocada pelos dirigentes, mas organizada pela base, participaram delegados de 29 regimentos do *front*, de 90 usinas de Petrogrado, marinheiros de Kronstadt e guarnições dos arredores. No centro da conferência encontravam-se delegados vindos das trincheiras; entre eles estavam também alguns jovens oficiais. Os operários de Petrogrado ouviam os homens do *front* avidamente, procurando não perder uma palavra sequer daquilo que diziam. Aqueles narravam de que modo a ofensiva e as consequências dela devoravam a Revolução. Obscuros soldados, que não eram absolutamente agitadores, descreviam em conversas simples, o ramerrão cotidiano da vida do *front*. Esses detalhes eram perturbadores, porquanto demonstravam, claramente, a subida à tona de tudo o que havia de mais detestável no antigo regime. O contraste entre as antigas esperanças e a

realidade do momento caiu, diretamente, nos corações e fez com que os pensamentos se unissem em uníssono. Se bem que, dentre os delegados do *front*, os socialistas revolucionários estivessem, inegavelmente, em maioria, foi adotada, quase unanimemente, uma violenta resolução bolchevique: houve apenas quatro abstenções. A resolução adotada não permaneceria letra morta: uma vez separados, os delegados contariam a verdade, diriam de que modo foram afastados pelos líderes conciliadores e de que maneira foram recebidos pelos operários. As trincheiras acreditarão nos relatores, e esses não enganarão.

Na guarnição de Petrogrado o início da reviravolta manifestar-se-á lá para o fim do mês, sobretudo após os *meetings* nos quais tomaram parte representantes do *front*. É bem verdade que aqueles regimentos que mais tinham sofrido ainda não se poderiam reerguer do estado de apatia em que se encontravam. Em contraposição, nos regimentos que haviam permanecido, durante mais tempo, em posição patriótica e que, durante os primeiros meses da Revolução, tinham mantido a disciplina, a influência do Partido crescia sensivelmente. A Organização Militar, que particularmente sofrera com o esmagamento, começou a se refazer. Como sempre, após as derrotas, nos círculos do Partido, olhava-se com malquerença os dirigentes do trabalho no exército, inculcando-os das faltas verdadeiras ou imaginárias e de incitamento. O Comitê Central associou mais intimamente a Organização Militar, exerceu sobre ela, por intermédio de Sverdlov e Dzerhinsky, um controle mais direto e o trabalho recomeçou, mais lentamente do que antes, porém, com maior firmeza.

Lá pelos fins de julho, a situação dos bolcheviques, nas usinas de Petrogrado, já havia se restabelecido; os operários reuniram-se, estreitamente, sob a mesma bandeira; todavia, já eram outros homens mais amadurecidos, isto é, mais prudentes, porém mais resolutos. “Nas usinas, desfrutamos de influência formidável, ilimitada”, relatava Volodarsky a 27 de julho, no Congresso dos Bolcheviques. “O trabalho do Partido é executado, principalmente, pelos próprios operários... A organização subiu de baixo para cima e eis por que temos razão de pensar que ela não se desviará.” A União da Juventude contava, naquela época, perto de 50.000 membros e submetia-se cada vez mais, à influência dos bolcheviques. A 7 de agosto a seção operária do Soviete adotou uma resolução para abolir a pena de mor-

te. Em sinal de protesto contra a Conferência de Estado, os trabalhadores de Putilov subscreveram um dia de salário para auxílio à imprensa operária. Na Conferência dos Comitês de Fábricas e de Usinas, foi aprovada, unanimemente, a proposta que declarava ser a Conferência de Moscou, “uma tentativa de organização das forças contrarrevolucionárias...”

Kronstadt estava em processo de cicatrização de suas feridas. A 20 de julho, um *meeting* realizado na Praça da Âncora, exigiu a entrega do poder aos soviets, o envio dos cossacos, dos guardas-civis e dos policiais para o *front*, a abolição da pena de morte, a admissão, em Tsarskoe Selo, de delegados de Kronstadt para verificarem se Nicolau II, na prisão, estava sendo suficiente e rigorosamente fiscalizado, o deslocamento dos “batalhões da morte”, a confiscação dos jornais burgueses, etc.... Ao mesmo tempo, o novo almirante Tyrkov, ao assumir o comando da fortaleza, ordenava o arreamento das bandeiras vermelhas, hasteadas nos navios de guerra, e a substituição delas pela bandeira que trazia a cruz de Santo André. Os oficiais e parte dos soldados tornaram a envergar os galões e as dragonas. Os marinheiros de Kronstadt protestaram. A comissão governamental de inquérito sobre os acontecimentos ocorridos de 3 a 5 de julho foi obrigada a abandonar Kronstadt para voltar a Petrogrado, sem haver obtido resultado algum: foi acolhida com assovios, com protestos, e mesmo com ameaças.

Em toda a esquadra produzia-se o movimento de opinião. “Era fins de julho e em começos de agosto”, escrevia Zalezhsy, um dos dirigentes na Finlândia, “percebia-se, nitidamente, que a reação exterior não conseguira quebrar as forças revolucionárias de Helsingfors, como, também, além disso, notava-se, ali, um movimento bastante nítido em direção à esquerda e um grande aumento de simpatia pelos bolcheviques.” Os marinheiros foram em grande medida, os instigadores da manifestação de julho, independentemente do partido, e parcialmente contra o mesmo, por suspeitarem de moderação e quase que de espírito conciliador. A experiência da manifestação armada mostrou-lhes que a questão do poder não era de solução tão simples. As tendências anarquistas na opinião cedia a vez à confiança no Partido. Muito interessante a esse respeito é um relatório que o delegado de Helsingfors apresentou em fins de julho: “Nas pequenas unidades navais, predomina a influência dos socialistas revolucionários; mas, nos grandes vasos de guerra, cruzadores e couraçados, todos os mari-

nheiros, ou são bolcheviques, ou simpatizantes. Tal era (e precedentemente também) o estado de espírito dos marinheiros do *Petropavlovsky* e do *República* e, após os episódios de 3 a 5 de julho, aderiram nossos camaradas do *Gangut*, do *Sebastopol*, do *Rurik*, do *Anrei*, do *Pervozvanny*, do *Diana*, do *Gromoboi* e do *Índia*. Possuíamos, assim, em mãos, formidável força de combate... Os eventos de 3 a 5 de julho ensinaram bastante aos marinheiros, mostrando-lhes que não bastava estar num certo estado de espírito para conseguir os fins colimados.”

Um pouco atrasada em relação a Petrogrado, Moscou enveredou pelo mesmo caminho. “A atmosfera, asfixiando, começou, pouco a pouco, a dissipar-se”, conta o artilheiro Davidovsky, “a massa dos soldados começou a recuperar-se, e reiniciamos a ofensiva em todo o *front*. Aquela impostura que, por um momento, conseguiu deter o movimento da massa para a esquerda, somente pôde reforçar o afluxo das massas para nosso lado.” Sob os golpes, apertaram-se os laços de amizade entre as usinas e as casernas. Strelkov, operário de Moscou, conta o modo pelo qual se estabeleceram, progressivamente, relações estreitas entre a usina Michoelson e o regimento vizinho. Os comitês de operários e de soldados, em sessões unificadas, tomavam, frequentemente, decisões sobre questões práticas da vida na usina e no regimento. Os operários organizavam, para os soldados, reuniões educativas e instrutivas, compravam, para eles, jornais bolcheviques e empenhavam-se, com afincos, em ajudá-los. “Quando algum deles é punido”, conta Strelkov, “logo os outros nos procuram para queixar-se... Durante os *meetings* de ruas, se alguém brutaliza um operário da Michoelson, basta que um soldado tome conhecimento do fato para que, logo, grupos inteiros acorram a fim de libertá-lo. Ora, as afrontas eram, por aquela ocasião, em grande número. Envenenavam-nos com as lendas do ouro alemão, da traição e com todas as mentiras covardes dos conciliadores.”

A conferência moscovita dos comitês de fábricas e de usinas, em fins de julho, assumiu, a princípio, tons moderados, porém evoluiu fortemente, para a esquerda com uma semana de trabalho, e, ao chegar ao fim, adotou uma resolução nitidamente colorida de bolchevismo. Naqueles mesmos dias, Podbelsky, delegado de Moscou, relatava o seguinte ao Congresso do partido: “Seis soviets de bairros, de cada 10, acham-se em nossas mãos... Diante da perseguição, atualmente organizada, só nos

é possível encontrar salvação na classe operária que, fortemente, apoia o bolchevismo.” Ao começar o mês de agosto, por ocasião das eleições nas usinas de Moscou, foram os bolcheviques que se elegeram, em substituição aos mencheviques e aos socialistas revolucionários. O crescimento da influência do Partido manifestou-se impulsivamente na greve geral, às vésperas da Conferência. O *Izvestia* oficial de Moscou escrevia: “Já é chegado o tempo de se compreender que os bolcheviques não constituem agrupamentos irresponsáveis, que formam um dos destacamentos da democracia organizada, por detrás da qual se colocam grandes massas, nem sempre, talvez, disciplinadas, porém, em compensação, inteiramente dedicadas à Revolução.”

O enfraquecimento das posições do proletariado, em julho, encorajou os industriais. Um congresso de 13 das mais importantes organizações de empresas, incluídos nesse número alguns estabelecimentos bancários, criou um comitê de defesa da indústria que se encarregou da direção dos *lockouts* e, em geral, de toda a política de ofensiva contra a Revolução. Os operários replicaram com a resistência. Espalhou-se, por todo o país, uma onda de grandes greves, assim como de outras coalisões. Se os mais experimentados dentre os destacamentos do proletariado mostraram-se prudentes, as novas camadas, ao contrário, recentemente formadas, empenharam-se na luta com resolução muito maior. Ao passo que os metalúrgicos permaneciam em expectativa, enquanto se preparavam, os operários das indústrias têxteis irrompiam no terreno, no que eram acompanhados pelos das indústrias de borracha, de papel e de couro. E as mais atrasadas e submissas das camadas de trabalhadores, já começavam a agitar-se. Kiev foi perturbada por violenta greve da guarda noturna e de porteiros: percorrendo os edifícios, os grevistas apagavam as lâmpadas, retiravam as chaves dos elevadores, deixavam abertas as portas exteriores dos prédios, etc. Qualquer conflito, fosse qual fosse o motivo dele, tendia sempre a estender-se por todo o ramo da indústria interessada, e a adquirir caráter de princípio. Com o apoio dos operários de todo o país, os empregados nos curtumes de Moscou abriram, em agosto, uma prolongada e obstinada luta com o fim de conseguir que os comitês de fábricas tivessem direito de decidir sobre a admissão e sobre a dispensa dos trabalhadores. Em numerosos casos, sobretudo nas províncias, as greves assumiram caráter dramático, indo

até a detenção dos empresários e dos administradores pelos grevistas. O governo pregava a abnegação aos operários, coligava-se com os industriais, enviava cossacos à bacia do Donetz e aumentavam, em dobro, as tarifas sobre o trigo e sobre as encomendas de material de guerra. Ao mesmo tempo que levava ao auge a indignação dos operários, essa política também nada conseguia para os empresários. “Com a clarividência de Skobelev”, declara queixosamente Auerbach, um dos capitães da indústria pesada, “os comissários do trabalho, nos distritos, não tinham conseguido ainda ver as coisas claramente... No próprio Ministério... não confiavam nos agentes que foram enviados para a província... Os representantes dos operários foram chamados a Petrogrado e, no Palácio de Mármore, exortavam-nos, invectivavam-nos, procuravam reconciliá-los com os industriais e com os engenheiros.” Tudo isto, porém, não conduzia a qualquer resultado: “as massas operárias, naquele tempo caíam, cada vez mais, sob a influência de dirigentes mais resolutos e audazes, no uso da demagogia.”

O derrotismo econômico constituía o principal instrumento dos empresários contra a dualidade de poderes nas usinas. Na conferência dos comitês de fábricas e de usinas, realizada na primeira quinzena de agosto, foi detalhadamente denunciada a política nociva dos industriais, tendente a desorganizar e a paralisar a produção. Além das artimanhas financeiras, aplicava-se, largamente, o processo de subtração dos materiais, o fechamento das oficinas de fabricação de instrumentos ou de restauração, etc. Sobre a sabotagem dos patrões, John Reed dá clássicos testemunhos, ele, que na qualidade de correspondente americano, tinha acesso aos círculos os mais diversos, obtinha informações confidenciais dos agentes diplomáticos da Entente e podia escutar as francas declarações dos políticos burgueses russos. “O secretário da seção de Petersburgo do Partido Cadete”, escreve Reed, “dizia-me que a decomposição da economia fazia parte da campanha empreendida a fim de desacreditar a Revolução. Um diplomata aliado, a quem prometi, sob minha palavra, não revelar o nome, confirmava o fato, baseado em informações pessoais. Conheço minas de carvão, perto de Kharkov, que foram incendiadas ou invadidas pelas águas pelos próprios proprietários. Conheço fábricas têxteis da região moscovita, onde os engenheiros, ao abandonarem o trabalho, deixavam as máquinas imprestáveis. Conheço empregados das estradas de ferro que os operários

surpreenderam quebrando as locomotivas.” Tal era a atroz realidade econômica. Ela correspondia não às ilusões dos conciliadores, não à política de coligação, mas à preparação do levante korniloviano.

No *front*, a união sagrada resultava tão má quanto na retaguarda. “A prisão de certos bolcheviques”, declara Stankevich, lamentando-se, “não resolvia a questão.” A criminalidade pairava na atmosfera, seus limites não eram nítidos, porquanto havia contaminado toda a massa. “Se os soldados tornaram-se mais moderados foi porque, em certa medida, aprenderam a disciplinar o ódio. Mas quando ficavam fora de si, os verdadeiros sentimentos que os animavam manifestavam-se ainda mais claramente. Uma das companhias do Regimento de Dubensty, que recebera ordem de se dissolver por se ter recusado a aceitar o capitão recentemente nomeado para comandá-lo, sublevou algumas outras companhias e, em seguida, todo o regimento e, quando o coronel tentou restabelecer a ordem, pelas armas, foi morto a golpes de bordão. Isso se passou a 31 de julho. Se, em outros regimentos, o caso não foi levado a tal ponto, poderia sempre, segundo o sentimento íntimo do *corpus* de oficiais, atingir o mesmo nível.

Em meados de agosto, comunicava o general Sherbachev ao quartel-general: “O estado de espírito dos contingentes da infantaria, exceção feita aos Batalhões da Morte, é extremamente instável; muitas vezes, durante alguns dias, as disposições de certos elementos de infantaria são, bruscamente, modificadas, em sentido diametralmente oposto.” Muitos comissários começaram a compreender que os métodos de julho não constituíam uma saída. “O emprego dos tribunais militares no *front* oeste – comunica, a 22 de agosto, o comissário Yamandt – provoca terríveis dissensões entre o comando e a massa da população, desacreditando a simples ideia de tais tribunais...” O programa de salvação de Kornilov, mesmo antes da rebelião do quartel-general, fora suficientemente experimentado e conduzia ao mesmo impasse.

O que mais apavorava as classes possuidoras eram os sintomas de decomposição dos corpos de cossacos: lá, viam a ameaça do desmoroamento do último reduto. Em fevereiro, os regimentos de cossacos, em Petrogrado, abandonaram a monarquia sem resistência. É verdade que, entre as autoridades cossacas, em Novocherkassk, tentaram dissimular o telegrama que anunciava a rebelião e celebraram a habitual solenidade, a 1º

de março, com um serviço fúnebre em honra de Alexandre II. Mas, afinal de contas, os cossacos estavam prontos e se passaram ao czar e descobriram mesmo, nas tradições do passado, sentimentos republicanos. Eles, porém, não desejavam ir além. Desde o começo, os cossacos recusaram enviar delegados ao Soviete de Petrogrado para não descerem ao nível dos soldados e dos operários e organizaram um soviete de tropas cossacas, reunindo nele as 12 formações de casta, na pessoa do dirigente deles, na retaguarda. A burguesia esforçava-se, não sem sucesso, por apoiar-se nos cossacos contra os operários camponeses.

O papel político dos cossacos era determinado pela situação particular que ocupavam no Estado. Há séculos que eles representavam uma original casta inferior, privilegiada. O cossaco não pagava impostos e possuía um lote de terra muito maior do que o do camponês. Nas três regiões vizinhas, a do Don, a do Kuban e a do Tver, 3 milhões de habitantes cossacos possuíam 23 milhões de deciatinas de terras, enquanto que, para 4 milhões, 300 mil almas da população camponesa nas mesmas regiões, não tocavam senão 6 milhões de deciatinas; cada cossaco possuía, em média, 5 vezes mais do que um camponês. E, bem entendido, entre os próprios cossacos, a terra era distribuída com muita desigualdade. Havia, entre eles, grandes proprietários, e culaques mais poderosos do que os do norte; mas também, havia pobres. Todo cossaco comprometia-se a corresponder ao primeiro apelo do Estado, com seu cavalo e seu equipamento. Os cossacos ricos cobriam, amplamente, essa despesa, graças à isenção de impostos. Mas os da base vergavam sob o peso das obrigações de casta. Esses dados essenciais explicam, suficientemente, a situação contraditória que reinava entre os cossacos. Tocando de perto o campesinato por intermédio das camadas inferiores, os cossacos, pelas cúpulas da casta, nivelavam-se aos proprietários nobres. Concomitantemente, as camadas elevadas e as baixas estavam unidas pela consciência das próprias peculiaridades, pela convicção da elite que formavam, e estavam acostumadas a considerar sobranceiramente o operário como, também, o camponês. Era o que possibilitava ao cossaco médio aptidão para exercer repressões.

Durante os anos de guerra, enquanto as jovens gerações se achavam nas trincheiras, as aldeias cossacas eram administradas pelos velhos, portadores de tradições conservadoras, e estreitamente ligados com o corpo

de oficiais. Sob a máscara de ressuscitarem a democracia cossaca, os grandes proprietários da região, durante os primeiros meses da Revolução, convocaram o que se chamou de círculos militares, os quais elegeram atônitos; presidentes *sui generis* e, ligados a eles, “governos militares”. Os comissários oficiais e os soviets da população não cossaca não tinham poder sobre aquelas regiões, porquanto os cossacos eram ali mais sólidos, mais ricos e mais bem armados. E socialistas revolucionários tentaram criar soviets comuns, de deputados camponeses e cossacos, mas os últimos não concordavam, temendo, não sem razão, que a Revolução agrária lhes arrebatasse parte das terras. Não foi em vão que Chernov, na qualidade de ministro da Agricultura, deixou cair esta frase: “Os cossacos deverão apertar-se um pouco nas terras deles.” Mais importante ainda era o fato de os camponeses da região e os soldados dos regimentos de infantaria dizerem, cada vez mais frequentemente, referindo-se aos cossacos: “Acabaremos tomando vossas terras, porque já reinastes bastante.” Era assim que se apresentava o problema na retaguarda, na aldeia cossaca e, parcialmente também, na guarnição de Petrogrado, bem no centro da vida política. E assim se explica, também, a conduta dos regimentos cossacos na manifestação de julho.

No *front*, a situação era essencialmente diferente. Ao todo, durante o verão de 1917, as tropas cossacas, empenhadas na ação, compunham-se de 162 regimentos e de 171 esquadrões. Afastados das aldeias natais, os cossacos compartilhavam das provações da guerra com todo o exército, e, se bem que com atraso considerável, passavam também pela evolução da infantaria, perdiam a fé na vitória, exasperavam-se contra o lamaçal das trincheiras, murmuravam contra os chefes, viviam ansiosos pela paz e pelo regresso aos lares. Para o policiamento do *front* e da retaguarda foram destacados, pouco a pouco, 45 regimentos e até 65 esquadrões! Transformavam-se de novo os cossacos em policiais militares. Os soldados, os operários e os camponeses rosnavam contra eles, reavivando-lhes na memória o papel de cossacos que haviam desempenhado em 1905. Inúmeros cossacos que, precedentemente, se mostravam orgulhosos com a própria conduta em fevereiro, mostravam-se, agora, bastante arrependidos. Começava o cossaco a maldizer de seu chicote e por mais de uma vez recusou-se a usá-lo em serviço regular. Os desertores, entre os homens do Don e do Kuban, eram cossacos: tinham medo dos velhos que ficaram nas aldeias. Em

conjunto, os contingentes cossacos permaneceram, por muito mais tempo do que a infantaria, nas mãos do comando. Do Kuban e do Don chegava a notícia ao *front* de que os mais elevados personagens cossacos, apoiados pelos velhos, haviam estabelecido um poder próprio, sem procurar sondar a opinião do cossaco da trincheira. Despertavam-se, com esse fato, os antagonistas sociais adormecidos: “Quando voltarmos a casa, eles verão”, disseram por mais de uma vez os homens do *front*. Krasnov, general cossaco, um dos chefes da contrarrevolução no Don, descreveu, pitorescamente, o modo pelo qual os sólidos contingentes cossacos iam se desagregando nas trincheiras: “Começaram a fazer *meetings*, onde foram adotadas as mais extravagantes resoluções. Os cossacos deixaram de ocupar-se, regularmente, com o curativo e com a alimentação dos cavalos. Inútil tornava-se pensar em obrigá-los aos exercícios. Ornaram-se com laços carmesins, enfeitaram-se com fitas vermelhas e, no que se refere a respeitar os oficiais, não queriam mais ouvir falar em tal.” Entretanto, antes de chegar, definitivamente, a semelhante estado de espírito, durante muito tempo o cossaco hesitou, coçando a cabeça, procurando o lado para o qual se voltaria. Nos minutos críticos, por conseguinte, não era fácil adivinhar-se, antecipadamente, o modo pelo qual se conduzira tal ou qual contingente cossaco.

A 8 de agosto, o círculo militar do Don formou o bloco com os cadetes para as eleições à Assembleia Constituinte. O fato difundiu-se, imediatamente, no exército. “Entre os cossacos”, escreve um deles, o oficial Ianov, “o bloco foi vivamente repellido. O Partido Cadete não tinha raízes no exército.” O exército, com efeito, detestava os cadetes, porque os identificava com todos aqueles que oprimiam as massas populares. “Os velhos venderam-vos aos cadetes!” – diziam os soldados, causticantes. “Nós lhe mostraremos!” – replicavam os cossacos. No *front* sudoeste, em uma resolução especial, os contingentes de cossacos declararam os cadetes como sendo “inimigos jurados e opressores do povo trabalhador”, e exigiram que se excluíssem do círculo militar todos aqueles que tivessem tido a ousadia de formar acordo com os cadetes.

Kornilov, cossaco também, contava, firmemente, com a ajuda dos cossacos, sobretudo daqueles do Don, e havia completado com efetivos cossacos o destacamento destinado a executar o golpe de estado. Os cossacos, porém, não se mexeram para sustentar “o filho de um campo-

nês”. Nas próprias aldeias, mostravam-se prontos a defender, encarniçadamente, as terras que possuíam, mas não se mostravam, absolutamente, propensos a empenhar-se em rixas entre terceiros. O terceiro corpo de cavalaria tampouco justificou as esperanças. Se, por um lado, os cossacos olhavam com hostilidade a confraternização com os alemães, por outro lado, no *front* de Petrogrado, eles, espontaneamente, anteciparam-se aos desejos dos soldados e dos marinheiros, e, devido a essa confraternização, o plano de Kornilov fracassou sem derramamento de sangue. Assim, sob as castas dos cossacos, enfraquecia-se e desmoronava o derradeiro suporte da velha Rússia.

Entrementes, longe, muito além das fronteiras do país, em território francês, procedia-se, a uma tentativa minúscula de “ressurreição” das tropas russas, muito fora do alcance dos bolcheviques e, por conseguinte, de maneira tanto mais probatória. Durante o verão e o outono, na imprensa russa, penetraram, mas passaram quase despercebidas no turbilhão dos acontecimentos, informações sobre a revolta armada que rebentara entre as tropas russas que se encontravam na França. Os soldados das duas brigadas russas que se encontravam naquele país, desde janeiro de 1917 e, por conseguinte, muito antes da Revolução estavam “fortemente persuadidos de haverem sido vendidos aos franceses em troca de munições”, segundo o oficial Lissovsky. Os soldados não se enganavam inteiramente. Não sentiam, em relação aos patrões aliados “a menor simpatia” e, em relação aos próprios oficiais – a menor confiança. A notícia da Revolução encontrou as brigadas exportadas, por assim dizer, politicamente preparadas – e, entretanto, as pegou de improviso. Não havia possibilidade de esperar dos oficiais explicações quanto à insurreição: o aturdimento revelava-se tanto mais intenso quanto mais alto era o posto do oficial. Patriotas democratas, vindos dos meios de emigração, surgiram nos campos. “Pudemos observar, mais de uma vez”, escreve Lissovsky, “como certos diplomatas e oficiais dos regimentos da guarda... aproximavam, amavelmente, as cadeiras aos antigos emigrados.” Surgiram nos regimentos instituições eletivas e, à frente do Comitê, foi colocado um soldado letão que logo se distinguiu. Lá, também, por conseguinte, encontravam o seu “alógeno”. O 1.º Regimento, organizado em Moscou e composto inteiramente de operários, caixeiros e empregados de lojas, em geral de elementos proletários ou semiproletá-

rios, fora o primeiro a chegar à França um ano antes e, durante o inverno, haviam combatido no *front* camponês. Mas, “a doença da decomposição atingiu, antes de qualquer outro, esse mesmo regimento”. O 2.º Regimento, que incluía em suas fileiras maior número de camponeses, conservou a calma durante mais tempo. A 2.ª Brigada, quase que completamente composta de camponeses siberianos, parecia absolutamente segura. Muito pouco tempo após a Insurreição de Fevereiro, a 1.ª Brigada abandonara a subordinação. Não desejava combater nem pela Alsácia, nem pela Lorena. Não desejava ela morrer pela bela França. Desejava experimentar viver na nova Rússia. A brigada foi levada para a retaguarda e ficou acantonada no centro da França, no campo de Courtine. “Nas aldeias burguesas”, conta Lissovsky, “em imensos campos, começaram a viver, em condições inteiramente especiais, insólitas, mais ou menos 10 mil soldados russos amotinados e armados, não tendo à frente deles nem um oficial e não aceitando, decididamente, submeterem-se a quem quer que fosse.” Kornilov, auxiliado por Poincaré e Ribot, que simpatizavam imensamente com ele, encontrou ocasião excepcional para aplicar seus métodos de saneamento. “O generalíssimo russo ordenou, por telegrama, que se submetessem” os homens de Courtine à obediência e de enviá-los para Salônica. Os motins, porém, não cediam. Lá para 1.º de setembro fizeram avançar a artilharia pesada e colocaram, no interior do campo, edital constante dos telegramas de admoestações de Kornilov. Mas, justamente nessa ocasião, surgia nova complicação na marcha dos acontecimentos: os jornais franceses publicaram notícias nas quais o próprio Kornilov era declarado traidor e contrarrevolucionário. Os soldados amotinados decidiram, então, que não havia razão alguma para que fossem morrer em Salônica e ainda mais por ordem de um general traidor. Vendidos em troca de munições, resolveram os operários e camponeses resistir resolutamente. Recusaram ter entendimentos com qualquer pessoa estranha. E soldado algum saiu mais do campo.

A 2.ª Brigada russa foi lançada contra a primeira. A artilharia ocupou posições nos declives das colinas vizinhas: a infantaria, segundo as regras da arte de engenharia, cavou trincheiras e construiu postos avançados dirigidos para Courtine. As imediações foram cercadas pelos caçadores alpinos, a fim de que nem um francês pudesse penetrar no teatro de guerra entre as duas brigadas russas. E foi assim que as autoridades militares

da França punham em cena, no território francês, uma guerra civil entre russos, após tê-los, com todas as precauções, cercado por uma barreira de baionetas. Era um ensaio geral. Mais tarde o governo da França organizou a guerra civil no próprio território russo, cercado-o com os fios de arame farpado do bloqueio.

“Sobre o acampamento foi aberto um bombardeio em regra e metódico.” Uma centena de soldados dispostos a se renderem saiu do campo. Receberam-nos e, imediatamente, a artilharia abriu fogo. Isso aconteceu 4 vezes, durante 24 horas. Os homens de Courtine rendiam-se em pequenos destacamentos. A 6 de setembro restavam apenas uns 200 homens que haviam resolvido não se renderem vivos. À frente deles achava-se um ucraniano chamado Globa, um batista, um fanático: na Rússia teriam-no chamado de bolchevique. Um verdadeiro assalto foi realizado sob os tiros de barragem dos canhões, das metralhadoras e dos fuzis que se confundiam com um estrondo uníssono. E, no final de tudo, os amotinados foram esmagados. O número de vítimas permaneceu ignorado. Em todo o caso, a ordem foi restabelecida. Mas, duas semanas mais tarde, a 2.^a Brigada, que havia aberto fogo contra a 1.^a Brigada, foi atacada da mesma doença...

Os soldados russos foram contagiados terrivelmente através dos mares, nos embornais de pano, das pregas das capas e no segredo das almas. Esse dramático episódio de Courtine, que representa, de qualquer modo uma experiência idealista, conscientemente realizada, quase sob a campânula de máquina pneumática, é importante para o estudo dos *processus* internos, preparados no exército russo, por todo o passado do país.

.....

Capítulo XII

MARÉ MONTANTE

O ENÉRGICO meio da calúnia revelou-se uma arma de dois gumes. Se os bolcheviques são espíões da Alemanha, por que, então, a notícia provém, exatamente, dos homens os mais odiados pelo povo? Por que a imprensa cadete que, a três por dois, atribui aos operários e aos soldados os mais baixos móveis, acusa, de modo tão espalhafatoso e tão resolutamente, os bolcheviques? Por que tal engenheiro ou tal chefe de oficina reacionário, que se escondia durante e depois da insurreição, retomou, agora, coragem e amaldiçoa abertamente os bolcheviques? Por que nos regimentos os oficiais mais reacionários ousaram novamente e por que, acusando Lenine e companhia, aproximam os punhos do nariz dos soldados como se os traidores fossem precisamente os soldados?

Cada usina tinha seus bolcheviques. “Será que eu me pareço com um espião alemão, hein, rapaz?”, perguntava o serralheiro ou o torneiro, dos quais a vida íntima era conhecida dos operários. Frequentemente os próprios conciliadores, ao combaterem o assalto da contrarrevolução, iam mais além do que desejavam e, contra a vontade, abriam caminho aos bolcheviques. O soldado Pireiko, conta como o major médico Markovich, partidário de Plekhanov, refutou, em um *meeting* de soldados, a acusação

de espião lançada contra Lenine, a fim de poder demolir, com mais precisão, as ideias políticas de Lenine, declarando-as inconsistentes e perigosas. Em vão! “Desde que Lenine é inteligente e não é um espião nem um traidor e que desejava concluir a paz, nós o seguimos”, diziam os soldados após a assembleia.

Temporariamente paralisado em seu crescimento, o bolchevismo recomeçava a abrir as asas com mais segurança. “O castigo não tardará”, escrevia Trotsky em meados de agosto. “Acuado, perseguido, caluniado, nosso partido jamais cresceu tão rapidamente quanto nos últimos tempos. E esses processos não tardarão em passar da capital para as províncias, das cidades para as aldeias e ao Exército... Todas as massas trabalhadoras do país aprenderão, em suas novas desgraças, a unir a própria sorte à sorte de nosso partido.”

Petrogrado prosseguia à frente. Parecia que uma vassoura poderosíssima trabalhava nas usinas, expulsando de todos os recantos a influência dos conciliadores. “As últimas fortalezas da defesa nacional desmoronam...”, comunicava o jornal bolchevique. “Faz muito tempo que esses senhores da defesa nacional reinavam sem partilha na imensa usina Obukhovsky?... Agora não podem sequer aparecer.” Nas eleições da дума municipal de Petrogrado, a 20 de agosto, o número de votos foi de aproximadamente 550.000, número muito menor do que o das eleições de julho para as dumas de distrito. Mesmo tendo perdido mais de 375.000 votos, os socialistas revolucionários, entretanto, conseguiram 200.000 votos, isto é, 37% do total. Os cadetes obtiveram apenas $\frac{1}{5}$. “A nossa lista menchevique”, escreve Sukhanov, “obteve apenas 23.000 miseráveis votos.” De modo absolutamente inesperado para todos, os bolcheviques conseguiram quase 200.000 sufrágios, mais ou menos um terço do total.

Na conferência regional dos sindicatos do Ural, que reuniu 150.000 operários e foi realizada em meados de agosto, quase todas as resoluções apresentavam caráter bolchevista. Em Kiev, na conferência dos comitês de fábricas e de usinas, a 20 de agosto, a proposta dos bolcheviques foi adotada por maioria de 161 votos, contra 35 e 13 abstenções. Para as eleições democráticas da дума municipal de Ivonov-Voznesensk, exatamente no momento do levante de Kornilov, os bolcheviques obtiveram 58 das 102 cadeiras, enquanto que os socialistas revolucionários obtiveram

apenas 24 e os mencheviques 4. O bolchevique Brekman foi eleito presidente do soviete de Kronstadt e o bolchevique Pokrovsky foi eleito prefeito. Mesmo que a progressão não tenha sido por toda parte tão sensível, se aqui e ali verificamos um atraso, o bolchevismo sobe, entretanto, durante o decorrer do mês de agosto, em quase toda a extensão do país.

O levante de Kornilov provoca nas massas um poderoso impulso para a radicalização. A esse respeito lembrou Slutsky as palavras de Marx. A Revolução tem necessidade, às vezes, de ser estimulada pela contrarrevolução. O perigo acordava não somente a energia, mas também a perspicácia. O pensamento coletivo começou a trabalhar sob alta tensão. Não faltavam materiais úteis às deduções. Declarara-se que a coligação era indispensável à vitória da Revolução; ora, o aliado, na coligação, passou a ser partidário da contrarrevolução. A Conferência de Moscou foi anunciada como sendo uma demonstração da unidade nacional. Apenas o comitê central dos bolcheviques dera este aviso: “A conferência... transformar-se-á, inevitavelmente, em órgão de conclusão da contrarrevolução.” Os acontecimentos trouxeram a confirmação. Agora o próprio Kerensky declarava: “A Conferência de Moscou... foi o prólogo do 27 de agosto... Ali as forças foram contadas... Ali, pela primeira vez, foi apresentado à Rússia o futuro ditador, Kornilov...” Como se não fosse o próprio Kerensky o iniciador, o organizador, o presidente da conferência, e como se não fosse ele quem apresentou Kornilov como “primeiro soldado” da Revolução! Como se não fosse o Governo Provisório quem armou Kornilov, dando-lhe o recurso da pena de morte contra os soldados, e como se os avisos dos bolcheviques não tivessem sido declarados demagógicos!

Lembrava-se a guarnição de Petrogrado, além do mais, que, dois dias antes do levante de Kornilov, tinham os bolcheviques manifestado desconfiança, em uma sessão de soldados, perguntando se os regimentos de vanguarda não teriam sido evacuados da capital com intenções contrarrevolucionárias. Os representantes dos mencheviques e dos socialistas revolucionários responderam por meio de exigências cominatórias: não pôr em discussão as ordens de combate do general Kornilov. Neste sentido foi adotada uma resolução. “Vê-se que os bolcheviques não semeiam com qualquer vento!” – eis o que daí por diante deveria dizer quer o operário, quer o soldado sem partido.

Se os generais conspiradores, segundo a acusação tardia dos conciliadores, eram culpados não somente da rendição de Riga, mas também da brecha de julho, por que, então, acusavam os bolcheviques e fuzilavam os soldados? Se os provocadores militares tentaram, a 27 de agosto, fazer com que os operários e os soldados saíssem às ruas, por que, então, não teriam desempenhado um papel nos conflitos sangrentos de 4 de julho? Qual seria, então, o lugar de Kerensky em toda essa história? Contra quem chamara ele o 3º Corpo de Cavalaria? Por que nomeara Savinkov governador-geral e Filonenko vice-governador? E quem será esse Filonenko, candidato ao diretório? De modo inesperado estourou a resposta da divisão dos carros blindados: Filonenko, que servira nesse corpo como tenente, submetia os soldados às piores humilhações e vexações. De onde saíra o covarde homem de negócios Zavoiko? Que significa, em termos gerais, esta seleção de aventureiros nas mais altas camadas?

Os fatos eram simples, claros, rememoráveis por muitos, acessíveis a todos, incontestáveis e acabrunhantes. Os esquadrões da divisão selvagem os trilhos que fizeram saltar, as recíprocas acusações do Palácio de Inverno e do quartel-general, os depoimentos de Savinkov e de Kerensky, tudo isso falava por si mesmo. Que ato de irrefutável acusação contra os conciliadores e o regime deles! O sentido das perseguições orientadas contra os bolcheviques tornou-se claro: nelas havia um elemento indispensável para os preparativos do golpe de Estado.

Os operários e os soldados, cujos olhos foram descerrados, foram possuídos por um vivo sentimento de vergonha deles mesmos. Então, Lenine escondia-se apenas porque fora covardemente caluniado? Então, outros estavam encarcerados apenas para satisfazer os cadetes, os generais, os banqueiros, os diplomatas da Entente? Então os bolcheviques não correm atrás de algumas sinecuras e são detestados pelos que estão em cima precisamente porque não desejam aderir à sociedade por ações que se chama coligação! Eis o que, enfim, compreenderam os trabalhadores, a gente simples, os oprimidos. E dessas disposições de espírito, com um sentimento de culpa contra os bolcheviques, nasceu um incoercível devotamento ao partido e a fé em seus líderes.

Até os últimos dias, os velhos soldados, os elementos do quadro do Exército, os artilheiros, os corpos de suboficiais tentaram manter-se

tanto quanto podiam. Não desejavam eles colocar uma cruz sobre os trabalhos que realizaram os feitos, os sacrifícios de combatentes: seria possível que tudo isso fosse esbanjado em pura perda? Mas, assim que o último apoio foi destruído sob seus pés, voltaram-se bruscamente – para a esquerda, para a esquerda! – para os bolcheviques. Doravante eles pertenciam completamente à Revolução, com os galões de suboficiais, com a têmpera de velhos soldados e cerrando os queixos: eles perderam a partida na guerra, mas dessa vez, levariam o trabalho até as últimas consequências.

Nos relatórios das autoridades locais, militares e civis, o bolchevismo, nesse ínterim, se transforma em sinônimo de qualquer ação de massas em geral, de reivindicações audaciosas, de resistência à exploração, de movimento para frente, em uma palavra, é o outro nome da Revolução. “Então, é isso o bolchevismo?”, perguntam os grevistas, os marinheiros que protestam, as mulheres de soldados descontentes, os mujiques revoltados. As massas foram como que constrangidas pelos dirigentes a identificar os próprios pensamentos íntimos e suas reivindicações, com as palavras de ordem do bolchevismo. E era assim que a Revolução apossava-se, para dela se servir, da arma contra ela dirigida. Na História não somente o racional torna-se absurdo, mas também, e quando isso é necessário à marcha da evolução, o absurdo se transforma em racional.

A modificação da atmosfera política manifestou-se claramente na sessão unificada dos comitês executivos, a 30 de agosto, quando os delegados de Kronstadt exigiram que lhes dessem lugar nessa alta instituição. Seria concebível? Aqui, onde os arrebatados homens de Kronstadt só tinham conhecido censuras e excomunhões, terão assento, doravante, os representantes deles? Mas, como recusar? Ontem ainda os soldados e os marinheiros de Kronstadt vieram em defesa de Petrogrado. Os marinheiros do *Aurora* montam guarda no Palácio de Inverno. Após haverem tramado contra eles, os líderes propuseram aos homens de Kronstadt quatro cadeiras com voz deliberativa. A concessão foi aceita secamente, sem efusões de gratidão.

“Após o levante de Kornilov”, conta Chinenov, soldado da guarnição de Moscou, “todos os efetivos tinham tomado as cores do bolchevismo... Todos estavam espantados por verem de que forma se tinham realizado as previsões dos bolcheviques... anunciando que o general Kornilov em breve estaria junto aos muros de Petrogrado”. Mitrevich, soldado da

divisão dos carros blindados, rememora as heroicas lendas que passavam de boca em boca, após a vitória sobre os generais rebeldes: “Só se falava em bravuras e proezas e diziam que, se tão grande era a bravura, poderiam bater-se contra o mundo inteiro.” Os bolcheviques retomaram alento.

Posto em liberdade, após os dias da campanha de Kornilov, Antonov-Ovsenko partiu imediatamente para Helsingfors. “Produziu-se na massa uma formidável reviravolta.” No Congresso regional dos soviets da Finlândia, os socialistas revolucionários da direita encontraram-se em quantidade insignificante, a direção provinha dos bolcheviques coligados com os socialistas revolucionários de esquerda. Para presidente do comitê regional dos soviets foi eleito Smilga que, apesar de sua extrema juventude, era membro do comitê central dos bolcheviques, pendia fortemente para a esquerda e manifestara, desde as Jornadas de Abril, inclinação para abalar o Governo Provisório. Para presidente do Soviete de Helsingfors, apoiando-se na guarnição e nos operários russos, foi eleito o bolchevique Scheineman, futuro diretor do Banco de Estado dos Sovietes, homem circunspecto e de natureza burocrática, mas que, naquela época, marchava juntamente com os demais dirigentes. O Governo Provisório proibiu aos finlandeses a convocação do Seim por ele dissolvida. O comitê regional convidou o Seim a se reunir, encarregando-se de assegurar a proteção dele. Quanto às ordens do Governo Provisório, a respeito da volta dos contingentes militares que se encontravam na Finlândia, o comitê recusou cumpri-las. Na realidade os bolcheviques haviam estabelecido na Finlândia a ditadura dos soviets.

Um jornal bolchevique escreveu em princípios de setembro: “Temos conhecimento de numerosas cidades russas nas quais as organizações de nosso Partido, no último período, cresceram fortemente. Mas o que é de maior importância é a elevação de nossa influência nas grandes massas democráticas de operários e de soldados.” “Mesmo nas empresas, onde, de início, não nos queriam ouvir”, escreve Averin, bolchevique de Ekaterinoslav, “os operários, durante as jornadas kornilovianas, voltaram-se para o nosso lado.” “Assim que se espalhou o rumor de que Kaledin mobilizava os cossacos contra Tsaritsyne e Saratov”, escreve Antonov, um dos dirigentes bolcheviques de Saratov, “e quando os rumores foram confirmados e reforçados pelo levante do general Kornilov, a massa, em poucos dias, eliminou todos os velhos preconceitos”.

A 19 de setembro, o jornal bolchevique de Kiev comunica: “Nas recentes eleições dos representantes do arsenal ao Soviete foram eleitos doze camaradas – todos bolcheviques. Todos os candidatos mencheviques foram rejeitados; o mesmo acontece em grande número de outras usinas.” Informações da mesma natureza são encontradas, desde então, em toda a imprensa operária; os jornais hostis esforçam-se em vão para silenciar ou depreciar o crescimento do bolchevismo. As massas despertadas esforçam-se por ganhar o tempo perdido em hesitações, em tropeços e em recuos temporários. Sobe um fluxo geral, obstinado, irresistível.

Barzara-Yakovleva, membro do comitê central dos bolcheviques e que nos revelou, em julho-agosto, o imenso enfraquecimento dos bolcheviques em toda a região de Moscou, testemunha agora uma brusca reviravolta. “Durante a segunda quinzena de setembro”, conta ela perante a conferência, “os militares do birô regional percorreram a região... A imprensa deles foi absolutamente idêntica. Em toda parte, em todos os distritos, processava-se uma bolchevização integral das massas. E todos, igualmente, notavam que a aldeia reclamava o bolchevismo...” Nos lugares onde, após as Jornadas de Julho, as organizações do Partido se dissolveram, elas voltam à vida e crescem rapidamente. Nos bairros onde os bolcheviques não eram admitidos surgem, espontaneamente, células bolcheviques. Mesmo nas atrasadas províncias de Tambov e Riazan, nessas cidadelas dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, onde os bolcheviques, durante as viagens precedentes, apareciam raramente, nada esperando, realizou-se uma verdadeira mudança: a influência dos bolcheviques afirma-se de dia para dia enquanto que as organizações dos conciliadores desmoramam.

Dos relatórios dos delegados à conferência bolchevique da região moscovita, um mês após o levante de Kornilov e um mês antes da insurreição bolchevique, emanam a segurança e o entusiasmo. Em Nizhni-Novgorod, após dois meses de esmorecimento, o partido recomeçou a viver vida plena. Os operários socialistas revolucionários passam, às centenas, para as fileiras bolcheviques. No Tver, somente após as jornadas kornilovianas é que se desencadeou uma grande agitação do partido. Os conciliadores são passados para trás, ninguém os escuta mais, expulsam-nos. No distrito de Vladimir os bolcheviques fortificaram-se de tal forma que, no congresso regional dos soviets, apresentaram-se apenas cinco mencheviques e três

socialistas revolucionários. Em Ivanovo-Voznessensk, a Manchester russa, os bolcheviques, na qualidade de senhores investidos de plenos poderes, assumiram todo o trabalho dos soviets, da Duma e do *zemstvo*.

As organizações do Partido multiplicam-se, mas o crescimento de sua força de atração é infinitamente mais rápido. A falta de correlação entre os recursos técnicos dos bolcheviques e o peso da densidade política dos mesmos exprime-se, nitidamente, pelo número relativamente pequeno dos membros do Partido, diante da maré grandiosa de sua influência. Os acontecimentos arrastam, em seu turbilhão, tão rápida e tão imperiosamente as massas, que os operários e os soldados não têm tempo de organizar-se em partido. Nem mesmo têm folga para compreender a necessidade de organização especial de Partido. Embebem-se com as palavras de ordem do bolchevismo, com a mesma naturalidade com que respiram. Que o Partido seja uma espécie de laboratório complicado, no qual se elaboram aquelas palavras de ordem ditadas pela experiência coletiva, não é claro para eles. Por detrás dos soviets mantêm-se mais de 20 milhões de almas. O Partido, que mesmo às vésperas da insurreição de outubro não contava nas fileiras deles senão com 240.000 membros, no máximo arrasta, por intermédio dos sindicatos, dos comitês de usinas e dos soviets, cada vez com segurança maior, milhões de homens.

No imensurável país revolucionado até o âmago, com a inesgotável diversidade de condições locais e de níveis políticos, realizam-se eleições, quotidianamente: para as dumas, para os *zemstvos*, para os soviets, para os comitês de usinas, para os sindicatos e para os comitês militares ou agrários. É por meio de todas essas eleições que se exprime, constantemente, o mesmo e invariável fato: a ascensão dos bolcheviques. As eleições para as dumas de bairros de Moscou chocaram, particularmente, o país, em virtude da brusca reviravolta do estado de espírito das massas. O “ex-grande” partido dos socialistas revolucionários, apenas conseguiu conservar, em fins de setembro, 54.000 dos 375.000 sufrágios obtidos em junho. Os mencheviques, de 76.000 votos, caíram a 16.000. Os cadetes obtiveram 101.000 votos, tendo, por conseguinte, perdido somente cerca de 8.000 votos. Em compensação, os bolcheviques, elevaram-se de 75.000 a 198.000 votos. Se, em junho, os socialistas revolucionários atingiram 58% dos votos, em setembro, os bolcheviques conseguiram 52% dos votos, aproximadamente. 90% da

guarnição votou pelos bolcheviques, sendo que, em alguns efetivos, a maioria bolchevique alcançou os 95%: nas oficinas de artilharia pesada, de 2.347 votos, os bolcheviques conseguiram 2.286. O elevado número de abstenções de eleitores alcançava principalmente a classe média das cidades, as quais, inebriadas pelas primeiras ilusões, haviam aderido aos conciliadores, para dentro de pouco tempo voltarem ao nada. Os mencheviques dissolveram-se completamente. Os socialistas revolucionários conseguiram a metade da votação dos cadetes. E os cadetes, duas vezes menos do que os bolcheviques. Os sufrágios obtidos, em setembro, pelos bolcheviques tinham sido conquistados após luta acerbada contra todos os outros partidos. Eram votos de grande solidez. Podia-se contar com eles. A erosão dos grupos intermediários, a estabilidade considerável do campo burguês e o crescimento gigantesco do mais detestado e do mais perseguido partido proletário – tudo isso apresentava os sintomas infalíveis da crise revolucionária. “Sim, os bolcheviques trabalhavam com zelo e infatigavelmente”, escreve Sukhanov, membro do derrotado partido dos mencheviques, “estavam sempre entre a massa, nas fábricas, quotidianamente, persistentemente... Passaram a ser considerados como deles, porque estavam sempre presentes, dirigindo, tanto nos detalhes pequenos como nas coisas importantes, toda a vida da usina e da caserna... A massa vivia e respirava com os bolcheviques. Ela estava nas mãos do partido de Lenine e de Trotsky.”

O panorama político do *front* distinguia-se pela extrema heterogeneidade. Havia regimentos e divisões que ainda não tinham ouvido nem visto um só bolchevique; e, por conseguinte, inúmeros eram os que, sinceramente, se espantavam quando se viam acusados de bolchevismo. Por outro lado, existiam contingentes que tomavam decisões anárquicas próprias, com uma vaga tonalidade de espírito cem-negro, como se se tratasse da mais pura expressão do bolchevismo. O estado de opinião do *front* plantava-se na mesma direção. Mas, na grandiosa torrente política que tinha por leito as trincheiras intervinham, frequentemente, torrentes contrárias, remoinhos, e não poucas perturbações.

Em setembro, os bolcheviques romperam o cordão e obtiveram acesso ao *front*, do qual haviam sido expulsos, seriamente, durante dois meses. A interdição ainda não fora oficialmente revogada. Os comitês conciliadores faziam todo o possível para impedir que os bolcheviques pene-

trassem nos destacamentos; mas todos os esforços revelavam-se inúteis. De tal maneira já haviam os soldados ouvido falar do próprio bolchevismo deles, que todos, sem exceção, se mostravam ávidos por ver e por ouvir um bolchevique em carne e osso. Os obstáculos puramente formais, retardamentos e embaraços, suscitados pelos membros dos comitês, eram varridos pela pressão dos soldados, a partir do momento em que pressentiam a chegada de qualquer bolchevique. Efgenia Boch, velha revolucionária, que trabalhara valiosamente na Ucrânia, deixou lembranças vivas de suas audaciosas excursões pelos acampamentos primitivos dos soldados. As alarmantes advertências dos amigos, falsos ou sinceros, eram sempre rejeitadas. Numa divisão caracterizada como sendo furiosamente hostil aos bolcheviques, a oradora, abordando com muita prudência os assuntos, constatava, dentro em pouco tempo, a solidariedade da opinião dos ouvintes. “Nem tosse, nem um simples pigarro; ninguém se assoava”, e estes são os primeiros sinais de fadiga de qualquer auditório de soldados, “silêncio completo e ordem.” A assembleia terminou por uma ruidosa ovação em homenagem à audaciosa agitadora. De um modo geral, toda a *tournee* de Efgenia Boch, pela retaguarda do *front*, foi, no gênero, marcha triunfal. Menos heroicamente, com menor efeito, mas, no fundo, de maneira idêntica, a tarefa foi levada avante pelos agitadores de menor calibre.

Ideias, palavras de ordem, generalizações, novas ou então convincentes pela nova técnica, irrompiam pela vida estagnante das trincheiras. Milhões de cabeças de soldados peneiravam os acontecimentos, estabeleciam o balanço da própria experiência política. “Estimados camaradas operários e soldados”, escreve um homem do *front* à redação do jornal, “não permitais que ninguém escreva esta maligna letra *K* que lançou o mundo inteiro numa carnificina sangrenta. É a letra do primeiro massacrador, Kolka (Nicolau II), Kerensky, Kornilov, Kaledin, os *Kadetes*. Também os *Kossacos* se escrevem com *K*, e são pessoas perigosas para nós... (assinado): Sidor Nicolaiev”. Não se deve tomar esse fato como superstição: porque não há senão um processo eficaz de mnemônica política.

A sublevação partida do quartel-general não podia deixar de pôr em vibração todas as fibras dos soldados. A disciplina exterior, para cujo restabelecimento tantos esforços foram despendidos, e tantas vítimas fez, relaxava-se, de novo, e rebentava por todos os lados. O comissário militar

do *front* oeste, Jdanov, comunica: “O estado de espírito, em geral, é o do nervosismo... da suspeita contra os oficiais, e da expectativa; a recusa de obedecer às ordens explica-se pelo fato de que se transmitem aos soldados as ordens de Kornilov que não devem ser executadas.” No mesmo espírito, Stankevich, que substituiu Filonenko no posto de alto comissário, escreve: “A massa dos soldados... percebeu que estava completamente cercada pela traição... Todo aquele que procurasse dissuadi-la dessa ideia parecia-lhe, também, traidor.”

Para os oficiais de carreira, o desmoronamento da aventura korniloviana significava o desmoronamento das últimas esperanças. Mesmo antes disso, o comando, em seu foro íntimo, absolutamente não se sentia em posição brilhante. Ao fim do mês de agosto, observamos os militares conspiradores em Petrogrado, todos ébrios, fanfarrões, desmoralizados. Atualmente, o corpo de oficiais percebia que estava definitivamente desonrado e condenado. “Aquele ódio, aquela perseguição”, escreve um deles, “estado de absoluta desocupação, e a expectativa perpétua de prisão ou de morte ignominiosa, tangiam os oficiais para os restaurantes, para os reservados, e para as casas de tolerância... Foi naquele ambiente de embriaguez asfíxiante que soçobraram os oficiais.” Os soldados e os marinheiros, ao contrário, viviam sóbrios como jamais o foram: agarravam-se a uma nova esperança.

Segundo Stankevich, os bolcheviques “reergueram a cabeça e se sentiram absolutamente senhores do Exército... Os comitês da base começaram a transformar-se em células bolcheviques. Todas as eleições realizadas no Exército mostraram um crescimento espantoso dos votos bolcheviques. Além disso, não se pode evitar de assinalar que o melhor Exército, o mais disciplinado, não somente no *front* norte, senão possivelmente em todo o *front* russo, isto é, o 5º, foi o primeiro a formar um comitê bolchevique do Exército”.

De maneira ainda mais gritante, nítida e colorida, a esquadra se bolchevizava. A 8 de setembro os marinheiros do Báltico içaram, em todos os vasos de guerra, os pavilhões de combate, a fim de mostrarem que estavam prontos a lutar pela transmissão do poder ao proletariado e ao campesinato. A frota exigia trégua imediata em todos os *fronts*, a entrega das terras à discricção dos comitês camponeses e o estabelecimento de um controle operário sobre a produção. Três dias após, o comitê central

da esquadra do mar Negro, mais atrasado e mais moderado, apoiou os homens do Báltico, ao formular a palavra de ordem da entrega do poder aos soviets. A favor da mesma palavra de ordem, em meados de setembro, manifestaram-se 23 regimentos de infantaria, siberianos e letões, do 12º Exército. Por detrás deles enfileiravam-se, constantemente, novos efetivos. A reivindicação do poder aos soviets não mais desaparecia das ordens do dia do Exército e da Esquadra.

“As assembleias de marinheiros”, conta Stankevich, “em seus 9/10 compunham-se exclusivamente de bolcheviques.” O novo comissário junto ao quartel-general foi obrigado a defender, diante dos marinheiros, em Reval, o Governo Provisório. Logo às primeiras palavras percebeu a total inutilidade da tentativa. À simples palavra de “governo”, o auditório retraía-se encolerizado: “Ondas de indignação, de ódio e desconfiança arrebentavam imediatamente sobre toda a multidão. Era magnífico, era forte, apaixonante, irresistível, e tudo isso fundia-se num clamor unânime: ‘Abaixo!’” Não se pode deixar de fazer justiça ao narrador que não esquece de assinalar a beleza da pressão de massas que lhe eram mortalmente hostis.

A questão da paz, soterrada durante dois meses, reverteu à superfície, agora com força decuplicada. Em uma sessão do Soviete de Petrogrado, Dubassov, oficial chegado do *front*, declarou: “Seja o que for dito aqui, os soldados não mais combaterão.” Houve exclamações: “Os próprios bolcheviques, entretanto, não dizem isso...!” O oficial, porém, que não era bolchevique, aparou o golpe: “Transmito-vos tudo aquilo que sei, e o que os soldados me encarregaram de dizer-vos.” Outro homem do *front*, soldado triste, envergando túnica cinzenta impregnada da sujeira e do mau cheiro das trincheiras, declarou, naqueles mesmos dias de setembro, aos soviets de Petrogrado, que os soldados necessitavam com urgência de paz, qualquer que fosse, “mesmo que fosse uma paz vergonhosa”. Estas palavras rudes de um soldado perturbaram o Soviete. Chegara-se a tal ponto! Os soldados no *front*, não eram moleques. Compreendiam perfeitamente que, com “o mapa da guerra” plantado diante deles, a paz não poderia deixar de ser um ato de violência. E foi, para traduzir semelhante opinião, que o delegado das trincheiras havia propositadamente escolhido a mais grosseira das palavras, que exprimia toda a violência de sua aversão para com a paz do Hohenzollern. Foi, entretanto, precisamente em virtude da nudez crua

de seu juízo, que o soldado forçou os seus ouvintes a compreenderem que já não mais havia outro caminho, que a guerra havia estiolado o Exército, que a paz era premente e indispensável, e a qualquer preço. As palavras do orador chegado das trincheiras foram reproduzidas, acompanhadas de sarcasmos, pela imprensa burguesa que as atribuiu aos bolcheviques. A frase sobre a paz “vergonhosa” não mais saiu da ordem do dia, como expressão característica da barbárie e da dissolução do povo!

Os conciliadores, via de regra, não estavam, de maneira alguma, dispostos – como se mostrava Stankevich, o político diletante – a admirar a magnificência da onda que crescia, ameaçando varrê-los da arena revolucionária. Estupefatos e espavoridos, quotidianamente constatavam que não dispunham de qualquer força de resistência. Em suma, sob a confiança das massas nos conciliadores, desde as primeiras horas da Revolução, ocultava-se um mal-entendido, historicamente inevitável, porém não duradouro: alguns poucos meses foram bastantes para evidenciá-lo. Os conciliadores viram-se obrigados a falar com os operários e com os soldados em tom completamente diferente daquele que tinham usado no Comitê Executivo e, particularmente, no Palácio de Inverno. Os líderes responsáveis dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, à medida que passavam as semanas, cada vez menos ousavam aparecer em praça pública. Os agitadores de segunda e de terceira categoria adaptavam-se ao radicalismo social do povo, graças à ajuda de fórmulas equívocas, ou então, sinceramente, deixavam-se empolgar pelo estado de espírito das usinas, das minas e das casernas, e passavam a falar a mesma língua dos últimos, desligando-se dos próprios partidos.

O marinheiro Khovrin mostrou, em suas memórias, a maneira pela qual os marinheiros que se declaravam partidários dos socialistas revolucionários lutavam, na realidade, pela plataforma bolchevista. Fato semelhante observava-se em todos os lugares. O povo sabia o que desejava, porém não sabia como batizar o que queria. O “mal-entendido” inerente à Revolução de Fevereiro afetava a massa, todo o povo, sobretudo nos campos, onde persistirá muito mais tempo do que na cidade. Somente por meio da experiência poder-se-ia estabelecer a ordem no caos. Os acontecimentos, tanto os grandes como os pequenos, abalavam incansavelmente os partidos de massas, forçando-os a se porem de acordo com a política, mas não com a bandeira deles.

Notável exemplo do quiproquó entre os conciliadores e as massas, fornece-o o juramento prestado, em princípios de julho, por 2.000 mineiros do Donetz, ajoelhados, cabeças descobertas, em presença de multidão de cerca de 5.000 pessoas coparticipantes: “Juramos sobre as cabeças de nossos filhos, perante Deus, perante o Céu, perante a Terra, junto com tudo o que para nós existe de mais sagrado sobre a Terra, que jamais deixaremos fugir a liberdade que conseguimos a 28 de fevereiro de 1917; acreditando nos socialistas revolucionários e nos mencheviques, juramos que jamais daremos ouvidos aos leninistas, porque estes, bolchevistas-leninistas, com a agitação que provocam, conduzem a Rússia à perdição, enquanto que os socialistas revolucionários e os mencheviques, juntos, como um só, dizem: a terra ao povo, a terra sem indenização, o regime capitalista deve desmoronar depois da guerra, e em lugar do capitalismo imperará um regime socialista... Juramos seguir esses partidos, marchando na vanguarda, sem recuar nem mesmo ante a morte.” O juramento dos mineiros, dirigido contra os bolcheviques, na realidade conduzia, diretamente, à insurreição bolchevista. A casca de Fevereiro e o caroço de Outubro aparecem neste estatuto ingênuo e entusiasta, com tal evidência que esgotam, à maneira deles, o problema da Revolução permanente.

Em setembro, os mineiros do Donetz, sem se renegarem a eles mesmos, nem ao juramento deles, já haviam voltado as costas aos conciliadores. Aconteceu a mesma coisa com os mais atrasados contingentes dos mineiros do Ural. O socialista revolucionário Ojegov, representante do Ural e membro do Comitê Executivo, visitou a usina de Ijevsky, em princípios de agosto: “Espantei-me”, escreve ele em seu relatório impregnado de aflição, “com as modificações bruscas produzidas durante a minha ausência: a organização do partido dos socialistas revolucionários, conhecida em toda a região do Ural em virtude do número (8.000 pessoas) e de sua atividade... achava-se em decomposição, enfraquecida, e reduzida a 500 pessoas, em consequência da intervenção de agitadores irresponsáveis.”

O relatório de Ojegov nada de imprevisto apresentou ao Comitê Executivo: quadro idêntico era observado em Petrogrado. Se, após o esmagamento de julho, os socialistas revolucionários nas usinas restabeleceram-se durante algum tempo, e, mesmo, aqui e acolá, conseguiram ampliar a própria influência, em compensação, o declínio deles foi mais irresistível

com o correr dos tempos. “É verdade, o governo de Kerensky saíra vencedor naquela ocasião”, escreveria mais tarde o socialista-revolucionário V. Zenzinov, “e os manifestantes bolcheviques foram dispersos e os líderes presos... Mas era uma vitória de Pirro.” Esta afirmativa é absolutamente justa: tal como o rei do Épiro, os conciliadores tinham alcançado a vitória, pagando-a com o próprio Exército. “Ao passo que algum tempo antes, até 3 a 5 de julho”, escreve um operário de Petrogrado, chamado Skorinko, “os mencheviques e os socialistas revolucionários podiam aparecer em alguns lugares, entre os operários, sem correr qualquer risco de vaia, agora não mais gozavam de semelhante garantia...” De um modo geral, já não lhes restavam garantias.

O partido dos socialistas revolucionários não apenas perdia influência, como também mudava de composição social. Os operários revolucionários, ou já haviam tido tempo de passar para os bolcheviques, ou, afastando-se, passavam por uma fase de crise íntima. Em compensação, emboscados nas usinas, durante a guerra, os filhos dos comerciantes, os culaques, e os pequenos funcionários, haviam chegado a persuadir-se de que o lugar deles era exatamente no partido socialista revolucionário. Em setembro, porém, nem mesmo eles ousavam denominarem-se socialistas revolucionários, ao menos em Petrogrado. O partido estava sendo abandonado pelos operários, pelos soldados, e, em certas províncias, até mesmo pelos camponeses; restavam-lhe somente os funcionários conservadores e as camadas da pequena burguesia.

Enquanto as massas despertadas pela insurreição depositaram confiança nos socialistas revolucionários e nos mencheviques, ambos os partidos não se cansavam de celebrar a elevada consciência do povo. Quando, porém, as massas, passando pela escola dos acontecimentos, começaram a voltar-se bruscamente em direção aos bolcheviques, os conciliadores passaram a atribuir a responsabilidade da própria derrocada à ignorância do povo. As massas, entretanto, não se conformavam com acreditar que haviam-se tornado ainda mais ignorantes; ao contrário, parecia-lhes que estavam compreendendo, no momento, coisas que, outrora, jamais haviam compreendido.

Em fase de muda, e em período de enfraquecimento, o partido socialista revolucionário rasgava-se, além disso, por todas as costuras so-

ciais, e seus membros eram jogados para os campos que se hostilizavam. Nos regimentos e nos campos ainda subsistiam aqueles socialistas revolucionários que, de acordo com os bolcheviques e, geralmente, sob direção deles, defendiam-se dos golpes assestados pelos socialistas revolucionários governamentais. O acirramento da luta das facções opostas determinou o nascimento de um pequeno grupo intermediário. Dirigido por Chernov, esse grupo tentava salvaguardar a união entre os perseguidores e os perseguidos, mas confundia-se, caía em contradições inextricáveis, e frequentemente ridículas, comprometendo cada vez mais o partido. Para que se lhes tornasse possível falar perante um auditório de massas, os oradores socialistas revolucionários viam-se obrigados a apresentar-se, com insistência, como “esquerdistas”, como internacionalistas, que nada tinham em comum com a camarilha dos “socialistas revolucionários de março”. Depois das Jornadas de Julho, os socialistas revolucionários de esquerda puseram-se em oposição declarada, ainda sem romper formalmente com o partido, mas se utilizando, se bem que tardiamente, dos argumentos e das palavras de ordem bolcheviques. A 21 de setembro, Trotsky, com segundas intenções pedagógicas, declarou na sessão do Soviete de Petrogrado que, para os bolcheviques, tornava-se “cada vez mais fácil um entendimento com os socialistas-revolucionários de esquerda”. Afinal, os últimos se destacaram formando partido independente para inscrever no livro da Revolução uma de suas páginas mais extravagantes. Foi a última deflagração do radicalismo intelectual independente e, alguns meses após outubro, dele nada mais restava que um montículo de cinzas.

A diferenciação atingiu com igual profundidade os mencheviques. A organização deles, em Petrogrado, achava-se em viva oposição ao comitê central. O núcleo principal, dirigido por Tseretelli, por não possuir, como os socialistas revolucionários possuíam, reservas camponesas, desagregava-se ainda mais rapidamente do que os últimos. Os grupos sociais democratas intermediários, que não haviam aderido às facções principais, tentavam ainda obter a unificação dos bolcheviques com os mencheviques: ainda conservavam vestígios das ilusões de março, quando o próprio Stalin achava desejável a união com Tseretelli e esperava que, “no interior do partido, nós conseguiríamos nos desembaraçar das pequenas dissensões”. Nas imediações de 20 de agosto teve lugar a fusão dos mencheviques com os

próprios unificadores. O grupo da ala direita, no congresso de unificação, obteve preponderância notável, e a resolução de Tseretelli a favor da guerra e da coligação com a burguesia foi aprovada por 117 votos contra 79. A vitória de Tseretelli no partido apressava a derrota do mesmo partido, no seio da classe operária. A organização dos operários mencheviques de Petrogrado, extremamente pouco numerosa, acompanhava Martov impelindo-o para a frente, irritando-se com a indecisão dele, e preparando-se para aderir aos bolcheviques. Perto de meados de setembro, a organização de Vassili-Ostrov passou quase que por inteiro para o partido bolchevique. Esse fato acelerou a fermentação nos outros bairros e nas províncias. Os líderes das diferentes correntes do menchevismo, em sessões comuns, acusavam-se furiosamente uns aos outros, como responsáveis pelo desmoronamento do partido. O jornal de Gorky, ligado ao flanco esquerdo dos mencheviques, comunicava, em fins de setembro, que a organização do partido, em Petrogrado, a qual, ainda recentemente, contava com cerca de 10.000 membros, “deixara de existir de fato... A última conferência da capital não pôde reunir-se por falta de *quorum*”.

Da direita, Plekhanov atacava os mencheviques: “Tseretelli e seus amigos, sem desejá-lo e, mesmo, sem o perceber, abriam o caminho para Lenine.” As tendências políticas do próprio Tseretelli, durante as jornadas da maré montante de setembro, são vivamente assinaladas nas memórias do cadete Nabokov: “O mais característico dos traços de seu estado de espírito de então era o medo diante do poder crescente do bolchevismo. Lembro-me bem da maneira pela qual, durante uma entrevista comigo, ele me dizia que os bolcheviques eram bem capazes de se apoderarem do poder: ‘É verdade’, dizia ele, ‘eles não poderão sustentar-se por mais de duas ou três semanas, porém imaginai apenas quais serão os estragos... É o que se deve evitar a todo custo.’ Sua voz apresentava um tom de ansiedade angustiante indubitável...” Diante de Outubro, Tseretelli passava pelos mesmos estados de ânimo que Nabokov muito bem conhecia desde as Jornadas de Fevereiro.

A arena em que os bolcheviques agiam, acotovelando-se com os socialistas revolucionários e com os mencheviques, se bem que em luta permanente contra eles, eram os soviets. As modificações das forças relativas dos partidos soviéticos, processando-se, não instantaneamente, porém

com atrasos inevitáveis e com adiamentos artificiais, encontravam expressão na composição dos sovietes e na função pública deles.

Mesmo antes das Jornadas de Julho, inúmeros sovietes de província constituíam órgãos do poder – em Ivanovo-Voznessensk, em Lugansk, em Tsaritsine, em Kerson, em Tómsky, em Vladivostok –, se não formalmente, pelo menos de fato; se não constantemente, pelo menos episodicamente. O soviete de Krasnoiarsk impôs, por iniciativa própria, o regime dos cartões de racionamento para os objetos de consumo individual. O soviete conciliador de Saratov foi obrigado a intervir nos conflitos econômicos, a levar a efeito a detenção de alguns empresários, a confiscar os bondes de uma companhia belga, a estabelecer o controle operário e a organizar a produção das usinas abandonadas. No Ural, onde, desde 1905, predominava a influência política do bolchevismo, os sovietes exerciam, frequentemente, a justiça e a repressão referentes aos cidadãos, criaram milícia própria em algumas usinas, utilizando-se para o pagamento dela fundos da caixa da usina; e organizaram o controle operário encarregado do fornecimento de matérias-primas e de combustível às empresas, cuidando, ao mesmo tempo, de fiscalizar o escoamento dos produtos manufaturados, e de estabelecer as tarifas. Em algumas regiões, os sovietes confiscaram as terras dos proprietários nobres, para entregá-las às coletividades de lavradores. Nas empresas mineradoras de Simsk, os sovietes organizaram uma direção usineira regional, à qual ficaram subordinados a administração, a caixa, a contabilidade, e o recebimento de encomendas. Esboçava-se, por meio desse ato, a nacionalização da região mineira de Simsk. “Nas usinas do Ural, desde o mês de julho”, escreve V. Eltsin, a quem tomamos de empréstimo esses dados, “não somente estava tudo em mãos dos bolcheviques, como também já eles ministravam lições práticas para a solução dos problemas políticos, agrários e econômicos”. Essas lições eram primitivas, não sistematizadas, não orientadas por teoria alguma, mas, em muitos pontos, elas predeterminavam os caminhos futuros.

Os acontecimentos de julho atingiram os sovietes muito mais de perto do que o partido, ou os sindicatos, porque, na luta daqueles dias, tratava-se, principalmente, da vida ou da morte dos sovietes. O Partido e os sindicatos tanto conservam a própria importância durante os períodos “pacíficos”, como durante uma reação violenta: mudam as tarefas e os mé-

todos, porém, jamais as funções essenciais. Os soviets, entretanto, só se mantêm sobre a base de uma situação revolucionária, e desaparecem com ela. Ao unificar a maioria da classe operária, eles colocam-na frente a frente com um encargo que ultrapassa todas as necessidades particulares, de grupos e corporações, acima de qualquer programa de remendos, de emendas, e de reformas em geral, porque é o problema da conquista do poder. A palavra de ordem “Todo poder aos soviets!” parecia, entretanto, ter sido destruída juntamente com a manifestação dos operários e dos soldados, em julho. A derrota, ao enfraquecer os bolcheviques dentro dos soviets, enfraqueceu, infinitamente mais, os soviets, dentro do Estado. O “governo de salvação” significava a volta da primavera para a independência da burocracia. Caso os soviets se recusassem a assumir o poder, teria sido para eles um rebaixamento perante os comissários, uma atrofia, um fenecimento.

O declínio da importância do Comitê Executivo Central teve sua repercussão externa: o governo intimou os conciliadores a evacuarem o Palácio de Táuride, porque, segundo parecia, estava a exigir reparos para acolher a Assembleia Constituinte. Na segunda quinzena de julho, destinaram aos soviets o edifício do Instituto Smolny, onde até então haviam sido educadas as mocinhas da alta nobreza. A imprensa burguesa escrevia, daí por diante, quando se referia à transferência para os soviets da casa das “patetinhas brancas”, usando quase que o mesmo tom que haviam empregado quando se referiram à tomada do Palácio de Kshesinskaia pelos bolcheviques. Diversas organizações revolucionárias, inclusive os sindicatos, que haviam requerido acomodações para instalar-se em alguns edifícios, sofreram, naquela mesma ocasião, ataques em virtude da ocupação dos imóveis. É que, em essência, tratava-se de expulsar a Revolução operária das acomodações excessivamente vastas das quais ela se apoderara, às expensas da sociedade burguesa. A imprensa dos cadetes não tinha limites para a indignação, a bem dizer tardia, perante as intromissões de um bando de vândalos nos direitos da propriedade particular e estatal. Em fins de julho, entretanto, descobriu-se um fato inesperado, por intermédio das tipografias: os partidos que se agrupavam em torno do famoso Comitê da Duma de Estado apoderaram-se, segundo parecia, há muito tempo, e para as necessidades particulares deles, da rica tipografia do Império, de serviços de expedição, e dos direitos à distribuição dos impressos. As brochuras de

agitação do Partido Cadete não só eram gratuitamente impressas, como também gratuitamente distribuídas, às toneladas, e rapidamente, por todo o país. O Comitê Executivo, ao ser obrigado a investigar a acusação, viu-se também forçado a confirmá-la. Claro estava que o Partido Cadete descobriria novo motivo de indignação: seria possível, ainda que por um só momento, colocar, no mesmo plano, o confisco dos estabelecimentos do Estado com finalidades destruidoras, e a utilização do material do Estado, com a finalidade da defesa dos valores superiores? Em resumo: se aqueles senhores roubavam um pouco o Estado, era no próprio interesse do Estado. Esse argumento, entretanto, não parecia bastante convincente. Os operários do estabelecimento obstinavam-se em acreditar que possuíam mais direitos a um local adequado ao funcionamento do sindicato deles do que os cadetes à imprensa oficial. Esta dissensão não se produzia por acaso: ela conduzia, na realidade, à segunda Revolução. Como quer que seja, os cadetes viram-se forçados a conter um pouco a própria língua.

Um dos instrutores do Comitê Executivo, tendo percorrido, na segunda quinzena de agosto, os sovietes do sul da Rússia, onde os bolcheviques eram consideravelmente mais fracos do que no norte, consignava do seguinte modo as pouco reconfortantes observações que fizera: “Modifica-se, notavelmente, o estado de espírito político... Nas altas camadas das massas acumula-se um sentimento revolucionário e observa-se frieza sensível frente do Governo Provisório... No meio da massa sente-se cansaço e indiferença para com a Revolução. Observa-se frieza sensível frente aos sovietes... As funções dos sovietes são, aos poucos, reduzidas.” Que as massas estivessem cansadas por verem as oscilações dos intermediários democratas, era absolutamente indiscutível. Entretanto, elas esfriavam não quanto à Revolução, mas frente aos socialistas revolucionários e aos mencheviques. A situação tornava-se particularmente intolerável nos lugares onde o poder, apesar de todos os programas, se concentrava nas mãos dos sovietes conciliadores: amarrados pela capitulação do Comitê Executivo perante a burocracia, não mais ousavam usar do poder que tinham e apenas comprometiam os sovietes perante as massas. Considerável parte do trabalho cotidiano, rotineiro, era, aliás, desviada dos sovietes para as municipalidades democráticas. Parte ainda mais considerável era desviada para os sindicatos e para os comitês de fábricas e de usinas. Tornava-se dia a dia

menos clara a possibilidade de saber se os soviets sobreviveriam e o que os aguardava no dia seguinte.

Durante os primeiros meses da existência dos soviets, tendo eles ultrapassado de muito todas as organizações, encarregaram-se da edificação dos sindicatos, dos comitês e das usinas, de clubes e da direção do trabalho de todas essas organizações. As organizações operárias, entretanto, ao encontrarem tempo para se afirmarem, passavam cada vez mais para a direção dos bolcheviques. “Os comitês de fábricas e de usinas...”, escrevia Trotsky em agosto, “não se criam por meio de *meetings* improvisados. A massa forma-os com aqueles que, nos locais de trabalho, na vida quotidiana, deram provas de firmeza, de diligência e de devotamento aos interesses operários. E eis que esses comitês de usinas... são, na esmagadora maioria, compostos de bolcheviques.” Não se podia mais tratar de uma tutela sobre os comitês de usinas e os sindicatos, exercida pelos soviets conciliadores: ao contrário, abria-se aqui o campo de uma luta encarniçada. Os soviets tornavam-se, dia a dia, menos capazes de fazer oposição aos sindicatos e aos comitês de usinas nas questões que mais vivamente atingiam os interesses das massas. Foi por isso que os sindicatos de Moscou levaram a efeito a greve geral apesar da decisão contrária do sovieta. De um modo menos berrante davam-se conflitos idênticos em todos os lugares e não eram os soviets que saíam ordinariamente vencedores.

Metidos em um impasse devido ao próprio modo de proceder, os conciliadores viram-se forçados a “imaginar” para os soviets ocupações acessórias, de fazê-los enveredar pelo caminho dos empreendimentos culturais, em resumo, distraí-los. Em vão: os soviets foram criados a fim de lutar pela conquista do poder; para os demais problemas existiam organizações mais adequadas. “Todo o trabalho que enveredava para o canal menchevique e socialista revolucionário”, escreve um bolchevique de Saratov, Antonov, “perdeu seu sentido próprio... Em uma sessão do Comitê Executivo bocejávamos de tédio até a inconsciência: a sessão era mesquinha e vazia, um bate-papo de socialistas revolucionários e mencheviques”.

Os soviets enfraquecidos tornavam-se, dia a dia, mais incapazes para servirem de apoio a Petrogrado, que era o centro. A correspondência entre o Smolny e as localidades estava decrescente: nada para escrever, nada para propor; não havia mais nem perspectivas nem tarefas. O isolamento

perante as massas assumiu a forma extremamente sensível de crise financeira. Os soviets conciliadores das localidades permaneciam sem fundos e não podiam subvencionar o Smolny, que era o estado-maior deles: os soviets de esquerda recusavam de modo expressivo a ajuda financeira ao Comitê Executivo, viciado devido à participação no trabalho de contrarrevolução.

O *processus* de depauperamento dos soviets cruzava-se com outro *processus* de natureza diferente e parcialmente contrário. Em longínquas regiões limítrofes, em distritos atrasados, em recantos perdidos, formavam-se soviets que nos primeiros tempos demonstravam ardor revolucionário, enquanto não caíam sob a influência corruptora do centro ou então sob a repressão do governo. O número total de soviets aumentava rapidamente. Lá para fins do mês de agosto o serviço de registro do Comitê Executivo contava até 600 soviets, atrás dos quais se agrupavam 23 milhões de eleitores. O sistema soviético oficial pairava acima do oceano humano que ondulava poderosamente e impelia suas vagas para a esquerda.

A renovação política dos soviets, coincidindo com a bolchevização deles, começou pela base. Em Petrogrado os bairros foram os primeiros a elevar a voz. A 21 de julho, a delegação da conferência intercantonal dos soviets apresentou ao Comitê Executivo uma lista de reivindicações: dissolução da Duma do Império; confirmação da imunidade das organizações do Exército, garantida por um decreto do governo; restituição da imprensa de esquerda; suspensão do desarmamento dos operários; supressão das detenções maciças; julgamento da imprensa da direita; suspensão das transferências de regimentos e abolição completa da pena de morte no *front*. A atenuação das exigências políticas, quando comparadas às das manifestações de julho, é absolutamente evidente; mas era apenas o primeiro passo de um convalescente. Ao restringirem as palavras de ordem, esforçavam-se os bairros por alargar a base. Os dirigentes do Comitê Executivo felicitaram diplomaticamente os soviets de bairros “pelo tato demonstrado”, porém reduziram o discurso à afirmativa de que todos os males provinham da insurreição de julho. Os partidos separaram-se cortesmente, porém com frieza.

Imponente foi a campanha que se abriu com o programa dos soviets de bairro. O *Izvestia* diariamente imprimia resoluções dos soviets, dos sindicatos, das usinas, dos navios de guerra, das tropas, a exigirem a

dissolução da Duma do Império, a suspensão das medidas tomadas contra os bolcheviques e a eliminação daqueles que favoreciam a contrarrevolução. Contrastando com este fundo essencial, elevavam-se vozes mais radicais. A 22 de julho, o Soviete da Província de Moscou, ultrapassando sensivelmente o próprio Soviete de Moscou, votou uma resolução que reclamava a entrega do poder aos soviets. A 26 de julho, o Soviete de Ivanovo-Vossnessensk “estigmatiza com seu desprezo” os métodos de luta empregados contra o partido dos bolcheviques, e envia saudações a Lenine, “glorioso líder do proletariado revolucionário”.

As novas eleições que se realizaram ao findar-se julho e na primeira quinzena de agosto trouxeram, via de regra, em numerosos pontos do país, reforço para as frações bolcheviques dos soviets. Em Kronstadt, que fora esmagada e vilipendiada perante a Rússia inteira, o novo soviete compunha-se de 100 bolcheviques, 75 socialistas revolucionários de esquerda, 12 mencheviques internacionalistas, 7 anarquistas, e mais de 90 sem partido, dos quais nem um único decidiu-se a confessar simpatias pelos conciliadores. No Congresso Regional dos Soviets do Ural, que se abriu a 18 de agosto, havia 86 bolcheviques, 40 socialistas revolucionários, 23 mencheviques. Em objeto do ódio particular da imprensa burguesa tornou-se Tzaritsin, onde não somente o soviete se tornara bolchevique, como também se elegeu para prefeito o líder dos bolcheviques da localidade, Minino. Contra Tzaritsin, verdadeiro grão de areia no olho de Kaledin, o atamã do Don, Kerensky enviou, sem qualquer pretexto sério, uma expedição punitiva com o fim único de destruir o ninho revolucionário. Em Petrogrado, em Moscou, em todos os bairros industriais, elevavam-se cada vez maior número de mãos que aprovavam as propostas bolcheviques.

O fim do mês de agosto levou os soviets a uma verificação. Sob a ameaça do perigo, o reagrupamento interno produziu-se com grande rapidez e com atritos relativamente pouco importantes. Tanto nas províncias como em Petrogrado, o primeiro plano foi ocupado pelos bolcheviques, herdeiros presuntivos do sistema soviético oficial. Mas, na composição mesma dos partidos conciliadores, os socialistas de “março”, os políticos das antecâmaras ministeriais e dos gabinetes eram temporariamente repelidos por elementos mais combativos temperados na luta clandestina. Foi necessária nova forma de organização para que se processasse um novo

reagrupamento das forças. Em parte alguma a direção da defesa revolucionária concentrou-se nas mãos dos comitês executivos: porque, tais como foram encontrados pela insurreição, mostravam-se pouco aptos a combater. Criavam-se por toda parte comitês especiais de defesa, comitês revolucionários e estados-maiores. Apoiavam-se nos soviets, prestavam-lhes contas, mas apresentavam nova seleção de elementos e novos métodos de ação, correlacionados com o caráter revolucionário das tarefas.

Tal como durante os dias da Conferência de Estado, o Soviete de Moscou constituiu um grupo de combate, composto de seis homens, únicos habilitados a dispor das forças armadas e a procederem a prisões. Instalado em fins de agosto, o Comitê regional de Kiev propôs aos soviets locais não hesitarem na destituição dos representantes pouco firmes no poder, tanto militares como civis, e a tomarem medidas de prisão imediata dos contrarrevolucionários, assim como para o armamento dos operários. Em Viatka, o comitê do soviete atribuiu a si próprio plenos poderes excepcionais, inclusive o poder de dispor da força armada. Em Tsaritsin o poder passou por inteiro ao estado-maior do soviete. Em Nizhni-Novgorod, o comitê revolucionário colocou seus homens de sentinela nos Correios e no Telégrafo. O soviete de Krasnoiarsk concentrou em suas mãos o poder civil e o militar.

Com alguns desvios, às vezes essenciais, este quadro reproduzia-se quase que por toda parte. E não era absolutamente uma imitação servil de Petrogrado: o caráter dos soviets, representantes de massas, fixava o determinismo extremo da evolução interior deles, provocando uma reação homogênea dos mesmos diante dos grandes acontecimentos. Enquanto existia entre os dois elementos da coligação a fronteira da guerra civil, os soviets reuniam efetivamente em torno deles todas as forças vivas nacionais. Ao quebrar-se de encontro àquela muralha, a ofensiva dos generais caiu desfeita em pó. Não era possível exigir-se lição mais demonstrativa. “Apesar de todos os esforços feitos pelo poder para afastar e privar de forças os soviets”, dizia a esse respeito uma declaração dos bolcheviques, “os soviets manifestaram a invencibilidade absoluta... da força e da iniciativa das massas populares, durante o período da repressão exercida contra a amotinação korniloviana... Após aquela prova que jamais coisa alguma apagará, na consciência dos operários, dos soldados e dos camponeses, o toque de reunir, lançado desde o

início da Revolução por nosso partido, “todo o poder aos soviets”, passou a ser a voz de todo o país revolucionário.

As dumas municipais, que haviam tentado competir com os soviets, eclipsaram-se durante os dias de perigo, e se apagaram. A Duma de Petrogrado enviava obsequiosamente uma delegação ao soviete “para elucidar a situação geral e estabelecer contato”. Poderia parecer que os soviets, eleitos por uma parte da população da cidade, deveriam ter menos influência e menos poder do que as dumas eleitas pela população inteira. Mas a dialética do *processus* revolucionário mostra que, em determinadas condições históricas, a parte é infinitamente maior do que o todo. Tal como ocorria no governo, os conciliadores na дума formavam bloco com os cadetes, contra os bolcheviques, e esse bloco paralisava tanto a дума como o governo. O soviete, ao contrário, revelou-se como a forma natural de colaboração defensiva entre conciliadores e bolcheviques contra a ofensiva da burguesia.

Após as jornadas kornilovianas, novo capítulo abriu-se para os soviets. Apesar de os conciliadores ficarem ainda com um número regular de “burgos podres”, sobretudo na guarnição, o Soviete de Petrogrado deu um tão forte golpe de direção para o lado bolchevique que ambos os campos, o de direita e o de esquerda, ficaram estarecidos. Na noite de 31 de agosto para 1 de setembro, ainda sob a presidência do próprio Cheidze, o soviete votou a favor da concessão do poder aos operários e aos camponeses. Os membros da base das frações conciliadoras apoiaram quase que unanimemente a resolução dos bolcheviques. A moção de Tseretelli, que concorria com a dos bolcheviques, obteve apenas uns 15 votos. O *presidium* conciliador não podia acreditar no que via. A direita exigiu votação nominal que se prolongou até 3 horas da madrugada. A fim de não votar abertamente contra os próprios partidos, muitos delegados retiraram-se. E, entretanto, apesar de todos os meios de pressão, a resolução dos bolcheviques obteve, na contagem final, 279 votos contra 115. Era fato de grande importância. Era o começo do fim. Atordoado, o *presidium* declarou que renunciava ao poder.

A 2 de setembro, durante a sessão unificada dos órgãos soviéticos russos na Finlândia, 700 votos contra 113, com 36 abstenções, adotaram a resolução pelo poder dos soviets. A 5 de setembro, o Soviete de Moscou enveredou pelo caminho de Petrogrado: por 355 sufrágios con-

tra 254, ele não somente exprimiu sua desconfiança para com o Governo Provisório, considerado como instrumento de contrarrevolução, como também condenou a política de coligação do Comitê Executivo. O *presidium*, à frente do qual se achava Kinchuk, declarou que se demitia. O Congresso dos Sovietes da Sibéria Central, inaugurado em Krasnoiarsk a 5 de setembro, decorreu inteiramente sob a bandeira do bolchevismo. A 8 de setembro, a resolução dos bolcheviques foi adotada pelo soviete dos deputados operários de Kiev, pela maioria de 130 votos contra 66, se bem que a fração bolchevique oficial não contasse com mais de 95 membros. No Congresso dos Sovietes da Finlândia, inaugurado a 10 de setembro, 150.000 marinheiros, soldados e operários russos eram representados por 69 bolcheviques, 48 socialistas revolucionários de esquerda e alguns sem partido. O soviete dos deputados camponeses da província de Petrogrado elegeu o bolchevique Sergueiev como delegado à conferência democrática. Mais uma vez ficou provado que, nos casos em que o partido era bem sucedido, por intermédio dos operários ou dos soldados, na tentativa de ligação direta com as aldeias, a classe camponesa se colocava espontaneamente sob a bandeira dele.

A preponderância do Partido Bolchevique no Soviete de Petrogrado foi confirmada de maneira dramática durante a sessão histórica de 9 de setembro. Todas as frações haviam lançado a convocação de todos os membros, sem exceção, “porque se tratava dos destinos do soviete”. A reunião congregou cerca de 1 milhão de deputados operários e soldados. Teria sido a votação de 1º de setembro um simples episódio engendrado pela composição acidental da Assembleia, ou então significaria ela a completa mudança da política do soviete? Era assim que estava formulada a questão. Temendo não conseguir maioria de votação contra o *presidium*, no qual entravam todos os líderes conciliadores: Cheidze, Tseretelli, Chernov, Gotz, Dan, Skobelev, a fração bolchevique propôs que se elegeisse um *presidium* em bases de votação proporcional: essa proposta, que até certo ponto disfarçava a acuidade do conflito de princípios e que por conseguinte provocou veemente censura de Lenine, teve a vantagem tática de garantir apoio aos elementos hesitantes. Tseretelli, entretanto, repeliu semelhante compromisso. O *presidium* deseja saber se o soviete efetivamente mudou de direção: “Não podemos aplicar a tática dos bolcheviques.” O projeto

de resolução apresentado pela direita rezava que a votação de primeiro de setembro não correspondia absolutamente à linha política do soviete que continuava a depositar confiança em seu *presidium*. O único recurso dos bolcheviques era aceitar o repto, e eles a isto procederam como homens inteiramente preparados. Trotsky, que aparecia no soviete pela primeira vez após sua libertação, e que fora acolhido fervorosamente por uma considerável parte da Assembleia (ambas as partes, no foro íntimo, avaliavam os aplausos: maioria, ou não maioria?), perguntou, antes da votação, à guisa de explicação: continuaria Kerensky a fazer parte do *presidium*? Após um minuto de hesitação o *presidium*, ao responder afirmativamente – ele que já estava pejado de pecados – soldou ao próprio pé um pesado grilhão. Era o de que precisava o adversário. “Estávamos profundamente persuadidos”, declarou Trotsky, “... de que Kerensky não podia fazer parte do *presidium*. Vemos agora que nos enganávamos. Atualmente, entre Dan e Cheidze, ergue-se o fantasma de Kerensky... Quando vos convidarem a aprovar a linha política do *presidium*, não vos esqueçais de que isso significa aprovar a política de Kerensky.” A sessão decorreu em ambiente de tensão quase além dos limites. A ordem foi mantida graças ao esforço de todos em geral, e de cada um em particular, a fim de que não se chegasse a uma explosão. Todo mundo desejava computar com a maior rapidez possível o número real dos amigos e dos adversários. Compreendiam todos que ali se decidia a questão do poder, da guerra e dos destinos da Revolução. Decidiu-se que a votação se faria saindo pela porta. Convidou-se a que saíssem aqueles que aceitavam a demissão do *presidium*: era mais fácil à minoria sair do que à maioria. Em todos os cantos da sala percebia-se uma agitação apaixonada, porém a meia-voz. O velho *presidium* ou o novo? A coligação ou o poder soviético? Muita gente se agrupara perante as portas e muitos votando pelo *presidium*. Os líderes dos bolcheviques verificam, por seu lado, que lhes faltariam mais ou menos 100 votos para conseguirem maioria: “E ainda será bom!”, diziam eles, consolando-se antecipadamente. Os operários e os soldados, em longas filas, alinham-se diante das portas. Rumor mal contido de vozes e com breves discussões. Dum lado parte o grito: “Kornilovianos!” E do outro: “Heróis de Julho!” A apuração prolonga-se durante aproximadamente uma hora. Os pratos da balança invisível oscilam. O *presidium*, num estado de emoção apenas contida, permanece durante

todo o tempo sobre o estrado. Enfim o escrutínio foi apurado e é anunciado: pelo *presidium* e pela coligação 414 votos, contra 519, abstenções 67! A nova maioria aplaude tempestuosamente, com exaltação e furor. Ela está no seu direito: a vitória custou caro. Boa parte do caminho fora percorrido.

Sem que tivessem tido tempo de se refazerem do golpe recebido, os líderes depostos descem do estrado com os rostos lívidos. Tseretelli não pode deixar de proferir profecia ameaçadora. “Descemos desta tribuna”, grita ele, “conscientes de haveremos, durante 6 meses, empunhado com altivez e dignidade a bandeira da Revolução. Esta bandeira agora passa às vossas mãos. Só podemos desejar que possais aguentá-la pelo menos durante a metade daquele prazo!” Tseretelli equivocou-se cruelmente, tanto quanto ao prazo como em todo o resto.

O Soviete de Petrogrado, ancestral de todos os demais, ficou, doravante, sob a direção dos bolcheviques, que eram, ontem ainda, “um insignificante punhado de demagogos”. Trotsky lembrou, do alto da tribuna do *presidium*, que os bolcheviques ainda não se tinham lavado da acusação de estar a serviço do Estado-Maior alemão. “Que os Guchkovs e os Miliukovs deem contas, dia por dia, dos atos da existência deles. Não o farão, mas nós, nós estamos prontos a dar conta de nossos atos dia a dia, pois nada temos a esconder do povo russo...” O Soviete de Petrogrado adotou uma resolução especial na qual estigmatizava com todo seu desprezo os autores, propagadores e auxiliares da calúnia.

Os bolcheviques entravam na posse dos seus direitos de sucessão. A herança que lhes coube mostrou-se ao mesmo tempo ser grandiosa e extremamente insignificante. O Comitê Executivo Central suprimira em tempo desejado os dois jornais que o Soviete de Petrogrado tinha criado, todos os serviços de direção, todos os recursos financeiros e técnicos compreendendo as máquinas de escrever e os tinteiros. Grande número de automóveis que desde as Jornadas de Fevereiro tinham sido colocados à disposição do Soviete foram, sem exceção, entregues ao Olimpo conciliador. Os novos dirigentes não tinham mais nem caixa, nem jornal, nem objetos de secretaria, nem meios de transporte, nem canetas, nem lápis. Nada além das paredes nuas e a ardente confiança dos soldados e dos operários. E isso era perfeitamente suficiente.

Após a radical reviravolta na política do soviete, as fileiras dos conciliadores começaram a se fundir ainda mais rapidamente. A 11 de

setembro, quando Dan, perante o Soviete de Petrogrado defendia a coligação, quando Trotsky pronunciava-se em favor do poder dos soviets, foi a coligação rejeitada por todos os votos contra 10 e 7 abstenções! No mesmo dia, o Soviete de Moscou condenava unanimemente as medidas de repressão contra os bolcheviques. Viram-se os conciliadores bem cedo relegados a um estreitíssimo setor da direita, semelhante àquele que os bolcheviques ocuparam no início da Revolução, mas à esquerda. Que diferença, entretanto! Os bolcheviques tinham sempre sido mais fortes entre as massas do que nos soviets. Contrariamente, os conciliadores conservavam ainda nos soviets maior lugar do que entre as massas. No período de fraqueza, tinham os bolcheviques, por si, o porvir. Restava aos conciliadores apenas um passado do que não se poderiam orgulhar.

Ao modificar seu curso o Soviete de Petrogrado mudou também de aspecto. Os líderes conciliadores desapareceram completamente nos horizontes, recolhendo-se ao Comitê Executivo; foram substituídos no soviete por estrelas de 2ª e 3ª grandezas. Com Tseretelli, Chernov, Avksentiev, Skobelev, os oficiais radicais e as senhoras, os escritores semissocialistas, as pessoas instruídas e de reputação deixaram de mostrar-se amigos e admiradores dos ministros democratas. O soviete tornou-se mais homogêneo, mais cinzento, mais melancólico, mais sério.

.....

Capítulo XIII

OS BOLCHEVIQUES E OS SOVIETES

OS RECURSOS E OS MEIOS DE AGITAÇÃO bolchevistas apresentavam-se, quando examinados de perto, não apenas sem correspondência com a influência política do bolchevismo, mas, também, surpreendentes pela insignificância. Até as Jornadas de Julho o Partido possuía 41 órgãos de imprensa, contando com os hebdomadários e os mensários, e com uma tiragem total de 330.000 exemplares; depois do esmagamento de julho, a tiragem foi reduzida à metade. Em fins de agosto, o órgão central do Partido circulava em número de 50.000 exemplares. Naqueles dias em que o Partido se apoderou dos soviets de Petrogrado e de Moscou, os fundos do Comitê Central, sem caixa, atingiam a mais ou menos 30.000 rublos.

Os intelectuais não convergiam, de modo algum, para o Partido. Grande camada dos chamados “velhos bolcheviques”, entre os quais estudantes que tinham aderido à Revolução de 1905, hoje transformados em engenheiros bem sucedidos na carreira, em médicos, em funcionários, mostravam, sem cerimônia, ao partido, as espinhas dorsais hostis. Mesmo em Petrogrado, a todo o momento, sentia-se a falta de jornalistas, oradores e agitadores. A província, então, encontrava-se totalmente desprovida deles. “Não existia um dirigente, nem homens que tivessem educação políti-

ca capaz de levá-los a explicar ao povo o que queriam os bolcheviques!” Tal queixa ressoava das centenas de recantos perdidos, e, sobretudo, do *front*. Nos campos, as células bolchevistas praticamente não existiam. As comunicações postais encontravam-se na mais completa anarquia: abandonadas a si mesmas, as organizações locais acusavam, frequentemente, e não sem razão, o comitê central de somente dirigir Petrogrado.

Como, então, com tão fraca aparelhagem e uma tiragem de jornais tão insignificante, as ideias e as palavras de ordem do bolchevismo puderam tomar conta do povo? O segredo do enigma é muito simples: as palavras de ordem que respondem à necessidade violenta de uma classe e de uma época criam, para uso delas, milhares de canais. O meio revolucionário, tornado incandescente, distingue-se pela elevada condutibilidade das ideias. Os jornais bolcheviques eram lidos em voz alta, relidos até ficarem em pedaços, os artigos mais importantes de cor, repetidos, recopiados e, onde e sempre que possível, reimpressos. “A imprensa do estado-maior”, conta Pireiko, “prestou grande serviço à causa da Revolução: quantos, em nossa impressora, reproduziram os artigos do *Pravda* e as pequenas brochuras, à altura dos soldados e a eles também acessíveis! “E tudo era, rapidamente, encaminhado para o *front*, pelo correio aéreo, pelos motoristas de caminhões e de motocicletas...” Simultaneamente, a imprensa burguesa, gratuitamente remetida ao *front* em milhões de exemplares, não encontrava leitores. Os pesados embrulhos não eram sequer desfeitos. O boicote da imprensa “patriótica” assumia, frequentemente, formas demonstrativas. Os representantes da 18ª Divisão siberiana resolveram convidar os partidos burgueses a suprimirem a expedição da literatura deles, uma vez que ela servia “apenas e muito mal para ferver a água do chá”. A imprensa bolchevique servia para fins diferentes. Daí o coeficiente da sua utilidade, ou melhor, se quisermos da sua nocividade, ser infinitamente mais elevado.

A explicação usual dos sucessos do bolchevismo limitava-se a evocar a “simplicidade” das palavras de ordem que iam ao encontro dos desejos das massas. Há nisso uma parte apenas da verdade. A consciência política dos bolcheviques era determinada pelo fato de que, contrariamente aos partidos “democráticos”, eles não levantavam ordens tácitas, ou formuladas pela metade, que se reduziam, afinal de contas, proteção da propriedade privada. Entretanto, essa diferença, apenas, não esgota por

si a questão. Se à direita dos bolcheviques estava a “democracia”, do lado esquerdo os anarquistas, os maximalistas, os socialistas revolucionários de esquerda tentavam fazer com que eles recuassem. Não obstante, tais grupos ainda não tinham saído do estado de incapacidade. O bolchevismo distinguia-se pelo fato de ter subordinado seu propósito – a defesa dos interesses das massas populares – às leis da Revolução, considerada como um *processus* objetivamente condicionado. A dedução científica dessas leis, primordialmente daquelas que governam o movimento das massas populares, a que constituía a base da estratégia bolchevista. Na luta que travam, os trabalhadores se regulam não apenas segundo as próprias necessidades, mas pela experiência que têm da vida. Ao bolchevismo é totalmente estranho o desprezo aristocrático pela experiência espontânea das massas. Ao contrário, os bolcheviques partiam dessa experiência e sobre elas construíam. E nisso residia um de seus maiores proveitos.

As revoluções são sempre prolixas e os bolcheviques não escaparam a essa lei. Ao passo que a agitação dos mencheviques e dos socialistas revolucionários se caracterizava pela dispersão, pela contradição, e era, muitas vezes, evasiva, a agitação dos bolcheviques distinguia-se pela natureza refletida e concentrada. Os conciliadores falavam demais para afastar as dificuldades, os bolcheviques iam ao encontro delas. A análise incessante da situação, a verificação das palavras de ordem após cada acontecimento, uma atitude séria em relação ao adversário, mesmo quando pouco sério, emprestava uma força peculiar, um vigor persuasivo, à agitação bolchevique.

A imprensa do Partido não exagerava os sucessos, não adulterava a relação de forças, não tentava de modo algum ultrapassá-la em altos brados. A escola de Lenine era a do realismo revolucionário. Os dados fornecidos pela imprensa bolchevista de 1917 revelaram-se, a luz dos documentos da época e da crítica histórica, infinitamente mais verídica do que as informações de todos os outros jornais. A veracidade provinha da força revolucionária dos bolcheviques, veracidade que, ao mesmo tempo, consolidava a força deles. O abandono dessa tradição transformou-se, depois, num dos traços mais perniciosos da conduta dos epígonos.

“Não somos charlatões”, dizia Lenine, logo após a sua volta, “devemo-nos basear, unicamente, na consciência das massas. Mesmo que devamos permanecer em minoria – pois bem, sim... não devemos ter medo

de ficar em minoria... Fazemos um trabalho de crítica para salvar as massas do engodo... Nossa linha se firmará como sendo a verdadeira. Para nós virão todos os oprimidos... Não haverá, para eles, outra saída.” Compreendida a fundo, a política bolchevista apresenta-se como o oposto da demagogia e do espírito aventureiro!

Lenine leva uma vida clandestina. Segue, com extrema atenção, os jornais, lê como sempre, nas entrelinhas, e, nas entrevistas pessoais, pouco numerosas, surpreende os ecos dos pensamentos inacabados e das intenções não manifestadas. Nas massas, refluxo. Martov, ao mesmo tempo que defende os bolcheviques contra as calúnias, ironiza angustiadamente o partido que “encontrou a melhor maneira” para infligir, a si próprio, uma derrota. Lenine adivinha – e em breve receberá, informações claras a respeito que, para um ou outro bolchevique, não são estranhos os tons do arrependimento, e que o impressionável Lunacharsky não é o único exemplar desse caso. Lenine escreve a respeito das jeremiadas dos pequenos burgueses, e da conduta de “renegados” de alguns bolcheviques que se mostraram benevolentes para com aquelas jeremiadas. Os bolcheviques, nos bairros e nas províncias, endossam as palavras severas de Lenine. Torna-se ainda maior a persuasão deles: “O velho não perderá a cabeça, nem a coragem, nem sucumbirá aos impulsos de humor ocasionais.”

Um membro do Comitê Central dos bolcheviques – não seria por acaso Sverdlov? – escreve, dirigindo-se à província: “Durante algum tempo ainda não teremos jornais próprios... A organização não foi destruída... O Congresso não foi adiado.” Lenine acompanha com atenção, tanto quanto lhe permite seu isolamento forçado, a preparação do Congresso do partido e esboça as resoluções essenciais: trata-se do plano da ofensiva ulterior. Antecipadamente, denomina-se Congresso unificador, porquanto está prevista a inclusão, no seio do partido, de certos grupos revolucionários autônomos, principalmente os da organização intercantonal de Petrogrado, à qual pertencem Trotsky, Joffé, Uritsky, Riazanov, Lunacharsky, Pokrovsky, Manuilsky, Karakhan, Urenev e muitos outros revolucionários conhecidos pelo próprio passado ou que ainda teriam que adquirir reputação.

A 2 de julho, justamente às vésperas da manifestação, realizava-se uma conferência intercantonal representativa de cerca de 4.000 operários.

“A grande maioria”, escreve Sukhanov, que assistia como expectador, “era totalmente desconhecida para mim, tanto operários como soldados... O trabalho foi conduzido febrilmente e a impressão geral era a de ser produtivo. Apenas uma coisa atrapalhava: em que pontos baseia-se a divergência com os bolcheviques, e por que razão não estais com eles?” A fim de apressar a unificação, que alguns dirigentes da organização se esforçavam por adiar, Trotsky publicou, no *Pravda*, a seguinte declaração: “Em minha opinião há, atualmente, divergência em questões de princípio, ou de tática, entre a organização intercantonal e a dos bolcheviques. Por conseguinte, não existem motivos que justifiquem a existência isolada dessas organizações.”

A 26 de julho, inaugurou-se o congresso de unificação, na realidade o 6º Congresso do Partido Bolchevique, que se processou semilegalmente, a dissimular-se, alternadamente, em 2 bairros operários. 175 delegados, inclusive 157 com voto deliberativo, representavam 112 organizações que agrupavam 176.750 membros. Em Petrogrado contavam com 41.000 membros: 36.000 na organização bolchevista, 4.000 nos intercantonais, e cerca de 1.000 na organização militar. Na região industrial de Moscou, o partido contava com 42.000 membros, com 25.000 no Ural e com cerca de 15.000 na bacia do Donetz. No Cáucaso, havia grandes organizações bolchevistas em Baku, em Grozny, e em Tíflis: as duas primeiras compunham-se, quase que exclusivamente, de operários; em Tíflis predominavam os soldados.

A composição do congresso representava o passado pré-revolucionário do partido. De 171 delegados que preencheram os boletins de inquérito, 110 haviam estado presos, com o tempo total de 245 anos de reclusão; 10 possuíam o total de 41 anos de trabalhos forçados; 24 totalizavam 73 anos de deportação; ao todo 55 banidos durante 127 anos em conjunto; 27 homens tinham passado ao todo 89 anos na emigração; 150 tinham sofrido detenções diversas, que se elevavam ao total de 549.

“Naquele Congresso”, dizia mais tarde, em suas memórias, Fiatnisky, um dos secretários atuais da Internacional comunista, “não estavam presentes nem Lenine, nem Trotsky, nem Zinoviev, nem Kamenev... Apesar de ter sido a questão do programa do partido retirada da ordem do dia, o congresso decorreu com atividade, e muito bem, apesar da ausência dos líderes...” Como base dos trabalhos colocaram-se as teses de Lenine. Como

relatores lá estavam Bukharin e Stalin. O relatório de Stalin não mede mal a distância percorrida pelo próprio relator, com todos os quadros do partido, em quatro meses, desde a chegada de Lenine. Teoricamente pouco seguro de si, porém politicamente resoluto, Stalin tenta enumerar os traços característicos que determinam “o caráter profundo da Revolução socialista, operária”. Salta logo aos olhos, em contraste com a conferência de abril, a unanimidade do Congresso.

A respeito das eleições do Comitê Central, as atas do Congresso comunicam: “Leem-se os nomes dos 4 membros do Comitê Central que obtiveram o maior número de votos: Lenine – 133 votos em 134; Zinoviev – 132; Kamenev – 131; Trotsky – 131; além desses foram eleitos para o Comitê Central: Nogin, Kollontai, Stalin, Sverdlov, Rykov, Bukharin, Artem, Joffé, Uritsky, Miliutin, Lomov.” Essa composição do comitê central deve ser bem gravada, porque sob a direção dela realizar-se-á a insurreição de outubro.

Martov cumprimentava o congresso em carta na qual exprimia, novamente, “sua profunda indignação diante da campanha de calúnias” mas sobre as questões essenciais, parava no limiar da ação. “Não se deve admitir”, escrevia ele, “a substituição do problema da conquista do poder pela maioria da democracia revolucionária, pelo problema da conquista do poder em luta com aquela maioria, e contra ela...” Martov continuava a compreender por maioria da democracia revolucionária a representação soviética oficial que perdia terreno. “Martov estava ligado aos sociais-patriotas, não por vã tradição fraccional”, escrevia então Trotsky, “mas por uma atitude profundamente oportunista, em relação à Revolução social, encarada como objetivo longínquo que não pode determinar o modo como devem ser formuladas as tarefas de hoje. E é isso mesmo que o separa de nós.”

Somente pequeno número de mencheviques de esquerda, com Larin à frente, aproximou-se, definitivamente, dos bolcheviques, naquele período. Urenev, futuro diplomata soviético, na qualidade de relator, perante o Congresso, da questão da unificação dos internacionalistas, chegou à conclusão de que era preciso unificar-se com “a minoria da minoria dos mencheviques...” O volumoso afluxo dos antigos mencheviques ao partido somente começou após a Insurreição de Outubro: aderindo, não ao levante proletário, mas ao poder que dele saíra, os mencheviques manifestavam o traço essencial do oportunismo: a obsequiosidade perante o poder

do dia. Lenine, que acompanhava extremamente atento a composição do partido, exigiu, logo depois, a exclusão de 99% dos mencheviques que ingressaram após a Insurreição de Outubro. Longe ficou ele de conseguir semelhante resultado. Com o tempo, abriram-se amplamente as portas aos mencheviques e aos socialistas revolucionários, e os antigos conciliadores passaram a constituir um dos sustentáculos do regime stalinista dentro do partido. Tudo isso, porém, liga-se a uma época ulterior.

Sverdlov, que, praticamente, organizara o congresso, dizia em seu relatório: “Trotsky, já, antes do congresso, entrou para a redação do nosso órgão, mas a prisão que sofreu impediu-o de participar efetivamente dos trabalhos.” Foi somente durante o congresso de julho que Trotsky entrou, formalmente, para o Partido bolchevique. Estava encerrado o balançete dos anos de dissensões e de luta fraccional. Trotsky aproximou-se de Lenine, como de um mestre e cuja importância ele compreendeu mais tarde do que muitos outros, porém, talvez de modo mais completo. Raskolnikov verá íntimas relações com Trotsky desde a chegada dele, Trotsky, do Canadá, e que, em seguida, passara junto com ele, ombro a ombro, algumas semanas de prisão, escrevia em suas memórias: “Trotsky respeitava imensamente Vladimir Ilich [Lenine]. Colocava-o mesmo acima de todos os contemporâneos que tivera a oportunidade de encontrar, quer na Rússia quer no estrangeiro. Pelo que Trotsky falava de Lenine, percebia-se o devotamento de discípulo: por aquela época, Lenine contava com 30 anos de militância a serviço do proletariado, ao passo que Trotsky acabava de completar seus 20 anos. Os ecos das antigas dissensões do período de pré-guerra estavam completamente apagados. Não existia diferença alguma entre as linhas táticas de Lenine e de Trotsky. “Essa aproximação, já esboçada ao tempo da guerra, determinou-se, nitidamente, no momento do regresso de Lyev Davidovych [Trotsky] à Rússia pós as primeiras manifestações de atividade de Trotsky, todos nós, velhos leninistas, percebemos que ele era um dos nossos”. Basta o simples número dos votos dados a Trotsky quando foi eleito para o comitê central, para mostrar que pessoa alguma, no meio bolchevique, o considerava, nem mesmo no momento de sua entrada para o partido, como intruso.

Invisivelmente presente ao congresso, Lenine insuflava nos da Assembleia o espírito de responsabilidade e de audácia e o educador do

partido não tolerava a negligência nem no terreno político. Sabia, muito bem, que uma fórmula econômica inexata, tanto quanto uma observação política superficial, vingam-se com crueldade nos momentos de ação. Ao defender o seu método de atenção chicaneira para cada texto do partido, mesmo que se tratasse de texto de importância secundária, por uma vez Lenine repetiu: “Não são ninharias, é necessário nosso agitador aprender tudo isto de cor e não será derrotado...” “Nosso partido é bom”, acrescentava ele, tendo em vista, até, esta atitude séria e exigente do agitador militante, a respeito de tudo aquilo que era preciso dizer, e do modo pelo qual deveria ser dito.

A audácia das palavras de ordem bolchevistas por mais de uma vez deu a impressão de ser fantasista: assim foram acolhidas [as teses de abril de Lenine]. Na realidade, em época revolucionária, o que existe de mais fantasista são as lutas mesquinhas; em compensação o realismo é inconcebível fora de uma política que olha bem longe. Não basta dizer-se que a fantasia era estranha ao bolchevismo: o partido de Lenine era o único partido de realismo político militando na Revolução.

Em junho, e em começo de julho, os operários bolcheviques, por mais de uma vez, declararam que, muito frequentemente, se viam obrigados a desempenhar o papel de mangueira contra incêndio em relação às massas, e que nem sempre eram bem sucedidos nas tentativas. Julho, com a derrota, trouxe experiência de preço muito alto. As massas tornaram-se muito mais atentas às advertências do partido, passando a perceber seus cálculos táticos. O congresso do partido, em julho, confirmou este fato: “O proletariado não se deve deixar levar pelas provocações da burguesia, muito desejosa, nesse momento, de atraí-lo a uma batalha prematura.” Todo o mês de agosto, sobretudo a segunda quinzena, está assinalado pelas constantes advertências do partido, aos operários e aos soldados: não sair às ruas. Os próprios líderes bolcheviques, frequentemente, gracejavam a meia-voz, a respeito da semelhança das advertências deles, com o *leitmotiv* político da velha social-democracia alemã, que continha as massas, afastando-as de qualquer luta séria, alegando, invariavelmente, o perigo da provocação e a necessidade da acumulação de forças. Na realidade a semelhança era apenas aparente. Os bolcheviques compreendiam, perfeitamente, que as forças se acumulam durante a luta, e nunca durante as abstenções passivas. O estudo da realidade era, para Lenine,

uma simples exploração teórica, no interesse da ação. Quando ele avaliava a situação, encarava sempre, no centro da mesma, o partido como força ativa. Considerava com particular hostilidade, ou, mais exatamente, conversando, o austro-marxismo (Otto Bauer, Hilferding, e outros), para quem a análise teórica não passa do comentário científico da passividade. A prudência é um freio, porém jamais um motor. Ninguém, até hoje, conseguiu viajar montado num freio, assim como ninguém, até hoje, conseguiu construir algo de grande fundamentado na prudência. Os bolcheviques, porém, sabiam, ao mesmo tempo e muito bem, que a luta reclama um cálculo das forças; e que é preciso ser prudente, para ter o direito de ser temerário.

A resolução do VI Congresso, ao mesmo tempo que evitava conflitos prematuros, indicava também a necessidade de aceitar o combate “no momento em que a crise com uma nação inteira e a profunda impulsão das massas criassem condições favoráveis à passagem dos elementos pobres da cidade e dos campos para o lado dos operários”. Pelo ritmo que apresentava a Revolução, não se tratava, de maneira alguma, de decênios, nem mesmo de anos, porém de alguns meses.

Colocando em ordem do dia a explicação às massas da necessidade de se prepararem para uma insurreição armada, o congresso decidia, ao mesmo tempo, suprimir a palavra de ordem central do período precedente: a entrega do poder aos soviets. Um fato decorria do outro. Lenine preparara a modificação das palavras de ordem, a custa de artigos, de cartas, e de entrevistas particulares.

A passagem do poder aos soviets teria determinado, diretamente, a passagem do poder aos conciliadores. Isso podia ser levado a efeito pacificamente, apenas com a retirada do governo burguês que se apoiava na boa vontade dos conciliadores, e em restos da confiança das massas. A ditadura dos operários e dos soldados era um fato, desde 27 de fevereiro. Mas os operários e os soldados não se apercebiam do fato como convinha. Confiaram o poder aos conciliadores, e esses, por sua vez, o transmitiram à burguesia. O cálculo dos bolcheviques, colimando o desenvolvimento pacífico da Revolução, fundamentava-se não sobre o fato de a burguesia entregar, de boa vontade, o poder aos operários e aos soldados, mas sobre o fato de os operários e os soldados estarem em condições de impedir, em tempo oportuno, que os conciliadores cedessem o poder à burguesia.

A concentração do poder nos soviets, sob o regime de democracia soviética, abria aos bolcheviques a possibilidade total de se tornarem maioria, no interior dos soviets, e, por conseguinte, de criarem um governo baseado no programa deles, bolcheviques. Para alcançar esse fim não havia necessidade alguma de insurreição armada. A substituição dos partidos no poder poderia ser efetivada pacificamente. Todos os esforços do partido, de abril a julho, tiveram como fim garantir o desenvolvimento pacífico da Revolução, por intermédio dos soviets. “Explicar pacientemente” – tal era a chave da política bolchevique.

As Jornadas de Julho modificaram, radicalmente, a situação. Dos soviets, o poder passou às mãos das camarilhas militares que estavam ligadas aos cadetes e às embaixadas, e que só toleraram Kerensky, durante algum tempo, a título de firma democrática. Se o Comitê Executivo tivesse sonhado, naquela ocasião, que o poder passaria às suas mãos, o resultado teria sido completamente diferente daquele que talvez fosse três dias antes: com toda a probabilidade o Palácio de Táuride teria sido invadido por um regimento de cossacos, com as escolas de *Junkers*, os quais, muito simplesmente, tentariam prender “os usurpadores”. A palavra de ordem, “o poder aos soviets”, daquele momento em diante, pressupunha a insurreição armada contra o governo e contra as camarilhas militares que se mantinham por detrás dele. Provocar, porém, uma insurreição, em nome do poder de soviets que não desejavam esse poder, seria absurdo evidente.

Por outro lado, tornava-se, desde então, duvidoso e alguns mesmo julgavam inverossímil – que os bolcheviques pudessem conquistar a maioria dentro classes soviets sem autoridade, por meio de novas eleições pacíficas: ligados pelo esmagamento dos operários e dos camponeses, em julho, os mencheviques e socialistas revolucionários acobertaram, bem entendido, daquele momento em diante, as violências exercidas contra os bolcheviques. Permanecendo na posição de conciliadores, os soviets transformar-se-ão em uma oposição débil, sob um poder contrarrevolucionário para, dentro em breve, deixar de existir.

Nessas condições, não se poderia pensar em passagem pacífica do poder para as mãos do proletariado. Para o Partido Bolchevique isso significava: é preciso que todos se preparem para a insurreição armada. Mas, sob qual palavra de ordem? Sob a palavra de ordem, já declarada, da

conquista do poder pelo proletariado e pelos camponeses pobres. Tornava-se necessário apresentar o problema revolucionário em plena nudez de suas formas. Das formas equívocas dos sovietes era preciso desprender o conteúdo de classe. Isso não significava renunciar aos sovietes, como tais. Após apoderar-se do poder, o proletariado deveria organizar o estado em moldes soviéticos. Seriam, entretanto, outros sovietes, desempenhando uma tarefa histórica, em tudo contrária à função preventiva dos sovietes conciliadores.

“A palavra de ordem da passagem do poder aos sovietes”, escrevia Lenine, logo aos primeiros fragores da perseguição e da calúnia, “teria agora um ar de quixotismo, ou de palhaçada.” Essa palavra de ordem, objetivamente, seria um embuste para o povo; sugerir-lhe-ia ilusões, como se bastasse agora aos sovietes desejar tomar o poder, ou então decidir que assim o fosse para consegui-lo – como se ainda fosse possível encontrar, nos sovietes, partidos que não estivessem manchados pelo auxílio que deram aos carrascos – como se fosse possível transformar o passado naquilo que ele não foi.

Mas renunciar à exigência da passagem do poder aos sovietes? Ao primeiro momento, semelhante ideia estremeceu o partido; ou, mais exatamente, seus quadros de agitadores que, durante os três meses precedentes, haviam de tal maneira assimilado a palavra de ordem popular, que com ela identificavam quase todo o conteúdo da Revolução. Nos círculos do partido abriu-se uma discussão. Muitos militantes em evidência no partido, tais como Manuïlsky, Urenev, e outros, procuravam demonstrar que, retirando a palavra de ordem “todo o poder aos sovietes”, criava-se certo perigo de isolamento do proletariado em relação ao campesinato. Essa objeção substituía as classes pelas instituições. O fetichismo da forma de organização representa, por mais estranho que pareça à primeira vista, uma enfermidade muito frequente, precisamente nos meios revolucionários. “Na medida em que permanecemos como partes componentes desses sovietes”, escrevia Trotsky, “nós nos esforçaremos por obter com que os sovietes, que refletem o ontem da Revolução, consigam elevar-se à altura das tarefas de amanhã. Por mais importante que seja, todavia, a questão do papel e do destino desses sovietes, ela, para nós, está subordinada, totalmente, à questão da luta do proletariado

e das massas semiproletárias das cidades, do exército, e das aldeias, pelo poder político, e pela ditadura revolucionária.

A questão de saber-se que tipo de organização de massas seria conveniente ao partido para dirigir a insurreição não admitia solução *a priori*, nem, muito menos, solução categórica. Os órgãos aptos para a insurreição tanto podiam ser os comitês de usinas e os sindicatos, que já se achavam sob direção dos bolcheviques, como os soviets, em certos casos e na medida em que escapassem ao jugo dos conciliadores. Lenine, por exemplo, dizia a Ordjonikdze: “É-nos indispensável transferir o centro de gravidade para os comitês de fábricas e de usinas. Os órgãos da insurreição devem ser os comitês de fábricas e de usinas.”

Depois que as massas esbarraram, em julho, nos soviets, primeiro como se fosse num adversário passivo, e, depois, como se num inimigo ativo, a mudança das palavras de ordem encontrou, na consciência deles, um terreno adrede preparado. A preocupação constante de Lenine era: exprimir, com a maior simplicidade possível, tudo aquilo que, por um lado, decorre das condições objetivas, e, por outro lado, constitui a experiência subjetiva das massas. Não mais cabia, agora, oferecer o poder aos soviets de Tseretelli – assim o compreendiam os operários e os soldados adiantados – basta simplesmente que nós o conquistemos pelas nossas próprias mãos!

A manifestação de grevistas em Moscou, contra a Conferência de Estado, não somente se desenvolveu contra a vontade do Soviete, como não formulou a reivindicação do poder aos soviets. As massas já tinham compreendido a lição que os acontecimentos lhes dera e Lenine a analisara. Simultaneamente, os bolcheviques de Moscou nem por um minuto hesitaram em ocupar as posições de combate, tão logo se manifestou o perigo de uma contrarrevolução que tentava esmagar os soviets de conciliadores. A política bolchevista sempre combinava a intransigência revolucionária com a mais extrema flexibilidade, e, precisamente, nessa combinação, encontrava toda a sua força.

Os acontecimentos no teatro da guerra submeteram, sem demora, a política do partido a uma prova muito séria, do ponto de vista do internacionalismo. Após a queda de Riga, o destino de Petrogrado empolgou, vivamente, os operários e os soldados O menchevique Mazurenko, oficial

que, pouco antes, dirigira o desarmamento dos operários de Petrogrado, apresentou, à reunião dos comitês de fabricas e de usinas no Smolny, um relatório sobre o perigo que ameaçava a capital, e propôs questões práticas de defesa. “Sobre que assunto desejais conversar conosco”, exclamou um dos oradores bolcheviques. “Nossos líderes estão presos e, entretanto, vós nos chamais a discutir problemas que se referem à defesa da capital.” Na qualidade de operários de indústria, e de cidadãos da república burguesa, os proletários do bairro de Vyborg não se mostravam, de modo algum, dispostos a sabotar a defesa da capital revolucionária. Mas, na qualidade de bolcheviques e de membros do partido, nem por um segundo desejavam compartilhar, com os dirigentes, da responsabilidade da guerra, perante o povo russo e perante os povos dos outros países. Temendo que o espírito de defensiva se transformasse em política de defesa nacional, Lenine escrevia: “Nós só nos tornaremos partidários da defesa nacional após a passagem do poder ao proletariado... nem a tomada de Riga, nem a conquista de Piter [Petrogrado] poderão transformar-nos em partidários da defesa nacional: até o momento presente, empenhamo-nos na Revolução proletária, somos contra a guerra, não somos partidários da defesa nacional.” “A queda de Riga”, escrevia Trotsky da prisão, “é um rude golpe. A queda de Petrogrado seria uma calamidade. Mas a queda da política internacional do proletariado mesmo russo, seria uma catástrofe.” Doutrinário de fanáticos? Naqueles mesmos dias, porém, em que os caçadores bolcheviques e os marinheiros caíam em defesa de Riga, o governo selecionava tropas para esmagar os bolcheviques; e o generalíssimo preparava-se para guerrear contra o governo. A favor da política no *front*, como na retaguarda; a favor da defensiva, como pela ofensiva, os bolcheviques não podiam, nem desejavam assumir uma sombra que fosse de responsabilidade. Caso de conduzissem de outro modo, não seriam bolcheviques.

Kerensky e Kornilov constituíam duas variantes dum só e mesmo perigo; essas variantes, uma insinuante, outra aguda, em fins de agosto ficaram em posição irreduzível, uma contra a outra. Era preciso, antes de mais nada, repelir o perigo agudo, para, em seguida, liquidar com o perigo insinuante. Os bolcheviques não só entraram para o Comitê de Defesa – se bem que estivessem condenados a ocupar ali apenas a posição de pequena minoria – como declararam que, na luta contra Kornilov, estavam prontos

a concluir “uma aliança militarmente técnica”, mesmo que fosse com um Diretório. Sukhanov, a esse respeito, escreve: “Os bolcheviques demonstraram grande sabedoria política... É bem verdade que, ao partirem para um compromisso que não correspondia à natureza deles, os bolcheviques perseguiam certos fins particulares, imprevisíveis até para seus aliados. Nessa questão, entretanto, a sabedoria deles revelou-se ainda mais.” “Nada havia de não específico para o bolchevismo em semelhante política: ao contrário, ela correspondia da melhor maneira possível ao caráter do partido. Os bolcheviques eram revolucionários de ação e não de gestos; de essência e não de forma.” A política deles era determinada pelo agrupamento real das forças, não pelas simpatias ou pelas antipatias. Acuado pelos socialistas revolucionários e pelos mencheviques, Lenine escrevia: “Seria erro profundo julgar que o proletariado revolucionário, procurando, por assim dizer, ‘vingar-se’ dos socialistas revolucionários e dos mencheviques, que apoiaram o esmagamento dos bolcheviques, as execuções no *front* e o desarmamento dos operários, fosse capaz de recusar-se a ‘apoiados’ em se tratando da contrarrevolução.”

Dar apoio técnico, porém não apoio político. Contra o apoio político, Lenine advertia, resolutamente, a todos, em uma carta ao Comitê Central: “Nem mesmo no momento presente devemos dar apoio ao governo de Kerensky. Seria falta de princípios. Certo é que perguntarão: mas não é preciso combater-se contra Kornilov? Claro que sim! Mas não é a mesma coisa e mesmo assim há um limite; esse limite está sendo ultrapassado por alguns bolcheviques que descarnam para o ‘espírito conciliador’, ao deixarem-se arrastar pela torrente dos acontecimentos.”

Lenine sabia pegar no ar os matizes dos movimentos de opinião política. A 29 de agosto, durante a sessão da Duma municipal de Kiev, G. Piatakov, um dos dirigentes bolcheviques locais, declara: “Neste momento de perigo devemos esquecer todas as velhas dissensões... Unir-nos a todos os partidos revolucionários que se esforçam por combater, resolutamente, a contrarrevolução. Lanço um apoio à unidade”, etc. Era, justamente, contra esse falso tom político que Lenine advertia para que todos se acautelassem. “Esquecer-se as velhas dissensões” era o mesmo que abrir novos créditos aos candidatos à bancarrota. “Guerrearemos, guerrearemos contra Kornilov”, escrevia Lenine, “porém não apoiamos Kerensky e denunciemos a

fraqueza dele. Há nisso certa diferença... As frases... formuladas a respeito do apoio a ser dado ao Governo, etc., etc., devem ser combatidas impiedosamente, precisamente como frases.”

Os operários não se iludiam quanto ao caráter do “bloco” formado com o Palácio de Inverno. “Lutando contra Kornilov, o proletariado combaterá, não a favor da ditadura de Kerensky, porém a favor de todas as conquistas da Revolução”, assim se expressavam as usinas, uma após outra, em Petrogrado, em Moscou, nas províncias. Por não fazerem as menores concessões políticas aos conciliadores; por não confundirem, nem as organizações, nem as bandeiras, os bolcheviques estavam, como sempre estiveram, prontos a combinar as ações deles com as de qualquer adversário ou inimigo, toda vez que isso trouxesse a possibilidade de assestarem um golpe contra outro inimigo, mais perigoso no momento presente.

Na luta contra Kornilov, os bolcheviques perseguiram “fins particulares”. Sukhanov demonstra, com essas palavras, que já naquele momento os bolcheviques se impunham como tarefa a transformação do Comitê de Defesa em instrumento que favorecesse a insurreição proletária. Que os comitês revolucionários das jornadas kornilovianas se tornaram, até certo ponto, a prefiguração dos órgãos que dirigiram, mais tarde, o levante do proletariado, é indiscutível, mas Sukhanov, sem dúvida, confere aos bolcheviques um excesso de perspicácia, ao julgar que eles tivessem previsto esse detalhe na organização. Os “fins particulares” consistiam em esmagar a contrarrevolução, separar, caso o conseguissem, os cadetes dos conciliadores, agrupar, tanto quanto possível, as massas sob direção bolchevista e em armar o maior número que pudessem de operários revolucionários. Os bolcheviques não faziam mistério algum em torno desses desígnios. O partido perseguido acorria em socorro de um governo de repressão e de calúnia; mas ele apenas o salvava de uma derrocada militar, para matá-lo, de modo mais seguro, no terreno político.

Os últimos dias do mês de agosto produziram, novamente, um deslocamento súbito nas relações de forças, dessa vez da direita para a esquerda. As massas, chamadas à luta, restabeleceram, sem esforço, a situação de que os soviets desfrutavam antes da crise de julho. Doravante, o destino dos soviets estava, novamente, nas próprias mãos deles. O poder podia ser tomado pelos soviets sem combate. Os conciliadores, para tan-

to, precisavam, apenas, consolidar o que de fato já estava formado. A questão se resume, toda ela, em saber se eles o querem... Era um momento de impulsividade, os conciliadores declararam que a coligação com os cadetes não era mais concebível. Se é assim, então é inconcebível de um modo geral. Contestar a coligação só pode, porém, significar a passagem do poder aos conciliadores.

Lenine apreendeu, imediatamente, a essência da nova situação, e dela tirou as deduções indispensáveis. A 3 de setembro, redigiu seu notável artigo *sobre os compromissos*. Modificou-se, novamente, o papel dos soviets, constata ele: em princípios de julho, eram órgãos de luta contra o proletariado; em fins de agosto, tornaram-se órgãos de luta contra a burguesia. Os soviets tornaram a encontrar as tropas à disposição deles. A História entreabre, ainda uma vez, a possibilidade de um desenvolvimento pacífico da Revolução. É uma possibilidade excepcionalmente rara e preciosa: é preciso que se faça uma tentativa de realizá-la. Lenine troça, de passagem, com os fraseadores que julgam inadmissíveis os compromissos, quaisquer que sejam: o problema consiste em, “através de todos os compromissos, na medida que forem inevitáveis, realizar-se os próprios fins e as tarefas próprias. “Para nós, o compromisso”, diz ele, “é nossa volta à reivindicação de antes de julho: todo o poder aos soviets, um governo de socialistas revolucionários e de mencheviques responsáveis perante os soviets. Agora, e somente agora, talvez, no máximo, durante alguns dias, ou então uma ou duas semanas, tal governo poder-se-á constituir e consolidar-se de modo absolutamente pacífico.” O curto prazo fixado devia caracterizar toda a gravidade da situação: os conciliadores têm os dias contados a fim de escolher entre a burguesia e o proletariado.

Apressaram-se os conciliadores em afastar a proposta leninista como se fosse um pérfido ardil. Na verdade a proposta não continha uma sombra sequer de malícia: persuadido de que seu partido era chamado a assumir a direção do país, Lenine fez uma franca tentativa para atenuar a luta, enfraquecendo a resistência dos adversários que ele colocava perante o inevitável.

As audaciosas evoluções de Lenine, que procedem sempre da modificação na situação mesma e conservam, invariavelmente, a unidade da concepção estratégica, constituem importante escola de estratégia

revolucionária. A proposta do compromisso tinha o sentido de uma lição de coisas, e, sobretudo, para o próprio Partido Bolchevique. Ela demonstra que, apesar da experiência adquirida com Kornilov, não restava mais aos conciliadores uma só curva no caminho da Revolução. Depois disso o partido dos bolcheviques sentiu-se, definitivamente, como sendo o único partido da Revolução.

Os conciliadores negaram-se a desempenhar o papel de intermediários passando o poder das mãos da burguesia para as do proletariado, assim como, em março, desempenhara esse mesmo papel de intermediário ao passar o poder das mãos do proletariado às mãos da burguesia. E, por esta razão, a palavra de ordem “O poder aos soviets” teve que permanecer, novamente, em suspenso, mas não por muito tempo: alguns dias depois os bolcheviques obtiveram maioria no Soviete de Petrogrado e, a seguir, em muitos outros soviets. A palavra de ordem “O poder aos soviets” não foi, por conseguinte, retirada uma segunda vez da ordem do dia, mas tomou um novo sentido: todo o poder aos soviets *bolcheviques*. Sob esse aspecto a palavra de ordem deixava, definitivamente, de ser a de uma evolução pacífica. O partido penetra no caminho da insurreição armada através dos soviets e em nome dos soviets.

Para que se compreenda o desenvolvimento ulterior torna-se indispensável apresentar uma pergunta: de que modo os soviets conciliadores recuperaram, em começos de setembro, o poder que perderam em julho? Através das resoluções do VI Congresso manifesta-se, claramente, a ideia constante de que, com o resultado dos acontecimentos de julho, a dualidade de poderes fora liquidada, sendo substituída pela ditadura da burguesia. Os últimos historiadores soviéticos transmitem de livro em livro o mesmo pensamento, sem que tivessem, ao menos, tentado fazer nova apreciação à luz dos acontecimentos que se seguiram. Além disso, não se faz sequer a seguinte pergunta: se, em julho, o poder tinha passado inteiramente às mãos de uma camarilha militar, por que então essa mesma camarilha precisou, em agosto, recorrer à insurreição? Não é aquele que está na posse do poder que se empenha pelos caminhos arriscados de uma conspiração, mas sim aquele que do poder se quer apoderar.

A fórmula do VI Congresso era, quando menos, inexata. Se denominamos dualidade de poderes o regime sob o qual encontrava-se entre

as mãos do governo oficial uma ficção de poder enquanto que a força real pertencia ao soviete, não há motivo algum para afirmar que a dualidade de poderes estava liquidada a partir do momento em que parte do poder real passara do soviete à burguesia. Do ponto de vista das tarefas de combate do momento, podia-se e devia-se subestimar a concentração do poder nas mãos da contrarrevolução. A política não é a matemática. Praticamente era mais perigoso subestimar a significação da mudança sobrevida do que exagerá-la. Mas a análise histórica não necessita dos exageros da agitação.

Stalin, simplificando o pensamento de Lenine, dizia ao congresso: a situação é clara. Agora ninguém mais fala em dualidade de poderes. Se, anteriormente, os sovietes representavam uma força real, agora significam apenas órgãos de agrupamento de massas sem poder algum. Alguns delegados replicaram que, em julho, foi a reação que triunfou e não a contrarrevolução que foi vencida. Stalin respondeu a isso por meio de um inesperado aforismo: “Em tempo de Revolução não existe reação.” Na verdade a Revolução só consegue a vitória através de uma série de reações alternadas: de, sempre um passo para trás após ter dado dois para frente. A relação existente entre a reação e a contrarrevolução é a mesma que existe entre a reforma e a insurreição. Pode-se chamar vitória da reação as modificações do regime que o aproximam das necessidades da classe contrarrevolucionária sem que, entretanto, seja substituído o detentor do poder. Mas a vitória da contrarrevolução não é concebível sem que haja a passagem do poder às mãos de outra classe. Essa passagem decisiva não se realizou em julho.

“Se o levante de julho foi uma semi-insurreição”, escrevia muito justamente, alguns meses depois, Bukharin, que não soube, entretanto, tirar de suas próprias palavras as deduções necessárias, “a vitória da contrarrevolução foi, em certo grau, meia-vitória.” Mas meia-vitória, não poderia dar o poder à burguesia. A dualidade de poderes reconstruiu-se sobre outras bases, transformou-se, mas não desapareceu absolutamente. Como anteriormente, nada havia a fazer na usina contra a vontade dos operários. Os camponeses conservavam o poder ao ponto de negarem aos proprietários nobres o uso dos direitos de propriedade deles. Os chefes de exército não se sentiam muito seguros perante os soldados. Mas o que é o poder senão a possibilidade material de dispor da força militar e da propriedade? A 13 de agosto escrevia Trotsky a respeito dos movimentos que se produ-

ziram: “A questão não consiste apenas no fato de que, ao lado do governo, mantinha-se o soviete que desempenhou grande número de funções governamentais... O essencial estava em que, por detrás do soviete e do governo, levantavam-se dois regimes diferentes que se apoiavam em classes diversas... Um implantado de cima, o regime da república capitalista, outro, de baixo, o regime da democracia operária; paralisavam-se entre si.”

É absolutamente indiscutível que o Comitê Executivo Central, de sua importância, perdeu a parte do leão. Mas seria erro acreditar que a burguesia tivesse obtido tudo aquilo que as cúpulas conciliadoras perderam. Os últimos perdiam não apenas à direita, mas também à esquerda, não apenas em proveito das camarilhas militares, mas em proveito, também, das usinas e dos regimentos. O poder descentralizava-se, parcialmente sumia na terra como as armas que os operários tinham escondido após a derrota de julho. A dualidade de poderes deixou de ser “pacífica”, de manter o seu ponto de contato e sua regra. Tornou-se mais clandestina, mais descentralizada, mais polarizada, mais explosiva. Em fins de agosto a dualidade de poderes dissimulada transformou-se, novamente, em dualidade ativa, veremos qual a importância adquirida por esse fato em outubro.

.....

Capítulo XIV

A ÚLTIMA COLIGAÇÃO

FIEL À TRADIÇÃO – não resistir a nenhum choque sério – o Governo Provisório desmoronou-se, como devemos lembrar, na noite de 26 de agosto. Saíram os cadetes a fim de facilitar o trabalho de Kornilov. Saíram os socialistas para facilitar o trabalho de Kerensky. Abriu-se nova crise governamental. Antes de tudo formulou-se a pergunta a respeito do próprio Kerensky: o chefe do Governo era cúmplice da conspiração. A indignação contra ele era tão grande que ao simples enunciar de seu nome os líderes conciliadores recorriam, cada vez mais, ao vocabulário bolchevique. Chernov, que acabava de saltar do trem ministerial em plena marcha, escrevia no órgão central do seu partido a respeito “da confusão na qual não se conseguia compreender onde acabava Kornilov e começavam Filonenko e Savinkov, onde acabava Savinkov e onde começavam o Governo Provisório, como governo”. A alusão era suficientemente clara: “O Governo Provisório como governo” – era, em verdade, Kerensky que pertencia ao mesmo partido de Chernov.

Mas, aliviando a alma com palavras pesadas, os conciliadores decidiram que não poderiam se desfazer de Kerensky. Se impediram que Kerensky anistiasse Kornilov, apressavam-se eles próprios em anistiar Ke-

rensky. À guisa de compensação este aceitou fazer uma concessão relativamente ao modo de governo da Rússia. Ainda na véspera achava-se que tal questão só poderia ser decidida pela Assembleia Constituinte. Agora os obstáculos jurídicos eram afastados de repente. A destituição de Kornilov foi explicada, na declaração do governo, pela necessidade “de salvar a pátria, a liberdade e o regime republicano”. Essa esmola, puramente verbal e, aliás, tardia, feita à esquerda, não consolidava de modo algum, é claro, a autoridade do governo tanto mais quanto o próprio Kornilov, que também se declarava republicano.

A 30 de agosto Kerensky foi obrigado a despedir Savinkov, que, alguns dias mais tarde, foi excluído também do Partido Socialista Revolucionário, tão acolhedor. Nomeou-se, entretanto, Palchinsky para o posto de governador-geral – que politicamente valia tanto quanto Savinkov – o qual começou por interditar o jornal dos bolcheviques. Os Comitês Executivos protestaram. O *Izvestia* denominou esse ato “grosseira provocação”. Palchinsky teve que ser varrido em três dias. Vemos quão pouco dispunha-se Kerensky, de modo geral, a mudar o curso da política que seguia porque, já no dia 31, formava novo governo com a participação dos cadetes. Os próprios socialistas revolucionários não puderam aceitar tal coisa: ameaçaram chamar, novamente, seus representantes. A nova receita governamental foi encontrada por Tseretelli: “Conservar a ideia da coligação e se desembaraçar de todos os elementos que pesavam, demasiadamente, sobre o governo.” “A ideia da coligação fortificou-se”, cantava, fazendo coro, Skobelev, “mas na composição do governo não pode haver lugar para o partido que está ligado à conspiração de Kornilov.” Kerensky não estava de acordo com tal limitação e, no seu estilo, tinha razão.

A coligação com a burguesia, mas com a exclusão do partido burguês dirigente, era um evidente absurdo. Foi o que esclareceu Kamelev, que, em uma sessão unificada dos Comitês Executivos, com aquele tom de sermão que lhe era peculiar, tirava conclusões dos acontecimentos recentes: “Quereis lançar-nos no caminho ainda mais perigoso de uma coligação com grupos irresponsáveis. Mas haveis esquecido a coligação formada e consolidada pelos perigosos acontecimentos desses últimos dias – a coligação entre o proletariado revolucionário, o campesinato e o exército revolucionário.” O orador bolchevique lembrou as palavras pronuncia-

das por Trotsky, a 26 de maio, ao defender os marinheiros de Kronstadt contra as acusações de Tseretelli: “Assim que um general contrarrevolucionário tentar passar o laço em torno do pescoço da Revolução, os cadetes ensaboarão a corda, mas os marinheiros de Cronstadt aparecerão para lutar e morrer conosco.” Esse apelo tocava no ponto sensível da situação. Diante das palavras sobre “a unidade da democracia”, e sobre “a coligação honesta”, respondia Kamenev: “A unidade da democracia depende de saber-se se entrareis ou não numa coligação com o bairro de Vyborg... Qualquer outra coligação é desonesta.” O discurso de Kamenev produziu, indubitavelmente, uma impressão que Sukhanov registrou nos seguintes termos: “Kamenev falou com muita inteligência e tato.” O caso, porém, não ultrapassou os limites de uma impressão. Os votos das duas partes estavam predeterminados.

A ruptura dos conciliadores com os cadetes apresentava, em suma, desde o início, um caráter apenas demonstrativo. Os liberais kornilovianos compreendiam que, em breve, fariam melhor em permanecer à sombra. Decidiram, nos bastidores, após um acordo evidente com os cadetes, criar um governo a tal ponto acima de todas as forças reais da nação que seu caráter provisório não poderia ser duvidado por quem quer que fosse. Além de Kerensky, o Diretório composto de 5 membros compreendia o ministro dos Negócios Estrangeiros, Tereshchenko que já se havia tornado inamovível graças à sua ligação com a diplomacia da Entente; o comandante do corpo de exército de Moscou, Verkhovsky, promovido urgentemente, para tal fim, do posto de coronel ao de general; o almirante Verderevsky, para isso posto urgentemente em liberdade; enfim, o duvidoso menchevique Nikitin, que o próprio partido a que pertencia bem cedo considerou-o suficientemente maduro para ser excluído.

Depois de ter vencido Kornilov através de mãos alheias, Kerensky, parecia, preocupava-se apenas em aplicar o programa korniloviano. Desejava Kornilov unir o poder do generalíssimo ao de chefe do governo. Kerensky o realizou. Tinha Kornilov a intenção de dissimular uma ditadura pessoal sob as aparências de um Diretório de cinco membros. Kerensky o realizou. Chernov, cuja demissão era exigida pela burguesia, foi expulso, por Kerensky, do Palácio de Inverno. O general Alexeiev, herói do Partido Cadete e candidato desse partido ao posto de ministro presidente, foi

nomeado, por Kerensky, chefe do quartel-general, isto é, de fato, chefe do Exército. Em uma ordem do dia ao Exército e Marinha solicitava de Kerensky a cessação da luta política nas tropas, isto é, voltar ao ponto de partida. Lenine, do fundo de seu refúgio, caracterizava a situação nas cúpulas com a extrema simplicidade que lhe era própria: “Kerensky é um korniloviano que se desentendeu, por acaso, com Kornilov e que continua a manter a mais íntima ligação com os demais kornilovianos.” Uma única infelicidade: a vitória alcançada sobre a contrarrevolução é muito mais profunda do que seria necessária, para os planos pessoais de Kerensky.

Apressou-se o Diretório em fazer sair da prisão o antigo ministro da Guerra, Guchkov, considerado como um dos instigadores do complô. A justiça, em geral, não levantou o braço contra os instigadores cadetes. E, em tais condições, tornava-se dia a dia mais difícil manter, durante mais tempo, os bolcheviques na cadeia. Encontrou o governo uma saída: sem despronunciar os bolcheviques no processo de acusação, pô-los em liberdade sob caução. O Soviete sindical de Petrogrado tomou a seu cargo “a honra de pagar a caução pelo digno líder do proletariado revolucionário” e a 4 de setembro Trotsky foi posto em liberdade sob modesta caução, realmente fictícia, de 3.000 rublos. Em sua *História das perturbações na Rússia* escreve, pateticamente, o general Denikin: “A 19 de setembro o general Kornilov foi colocado sob aresto, porém, a 4 de setembro, o mesmo Governo Provisório restituiu a liberdade a Bronstein-Trotsky. Deve a Rússia recordar-se dessas duas datas.” A libertação dos bolcheviques, sob caução, continuou durante muitos dias. Os que saíram das prisões não perderam muito tempo: as massas chamavam e esperavam, o partido necessitava de homens.

No dia da libertação de Trotsky, Kerensky publicou uma ordem do dia na qual, reconhecendo que “os Comitês haviam assegurado um apoio essencial ao poder governamental”, ordenava que paralisassem a ação. O próprio *Izvestia* reconheceu que o autor da ordem do dia havia demonstrado “compreensão insignificante” das circunstâncias. A Conferência Intercantonal dos Sovietes, em Petrogrado, decidiu: “não dissolver as organizações revolucionárias destinadas a lutar em presença da contrarrevolução.” A pressão que vinha de baixo era tão forte que o comitê militar revolucionário, conciliador, resolveu não admitir as ordens de Kerensky e conclamou seus órgãos locais “devido à alarmante situação que subsistia, a

trabalhar com a energia e a perspectiva de outrora”. Kerensky calou-se: não lhe restava mais nada a fazer.

O todo-poderoso chefe do Diretório devia, a cada passo, constatar que a situação tinha mudado, que a resistência se tinha fortalecido e que era necessário mudar alguma coisa, pelo menos em palavras. A 7 de setembro, Verkhovsky declarou à imprensa que o programa de regeneração do exército, elaborado antes do levante de Kornilov, deveria ser, no momento ao menos, abandonado, porquanto “no estado psicológico atual do exército” ele só poderia provocar mais profunda degenerescência no mesmo. A fim de marcar a nova era, o ministro da Guerra compareceu perante o Comitê Executivo. Que ninguém se inquiete: o general Alexeiev sairá e, concomitantemente, sairão todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estiveram comprometidos com o levante korniloviano. É necessário introduzir no exército princípios sãos, “não por meio de chicotes ou metralhadoras, mas pela propagação das ideias do direito, da justiça, e de uma severa disciplina”. Isto cheirava inteiramente aos dias primaveris da Revolução. Mas, lá fora, era setembro e o outono se aproximava. Alexeiev foi efetivamente destituído alguns dias mais tarde e substituído pelo general Dukhonino: a vantagem desse general consistia no fato de não ser conhecido.

A título de vingança pelas concessões os ministros da Guerra e da Marinha exigiam do Comitê Executivo um auxílio imediato: os oficiais ficavam, assim, colocados sob a espada de Dâmocles e tudo ia mal, sobretudo para a frota do Báltico, sendo necessário conseguir a pacificação dos marinheiros. Após longos debates ficou decidido, como sempre, enviar à frota uma delegação, e os conciliadores insistiram para que fossem incluídos bolcheviques e, sobretudo, Trotsky: é somente assim que a delegação espera ser bem sucedida. “Rejeitamos resolutamente”, replicou Trotsky, “a forma de colaboração com o governo defendida por Tseretelli... O governo faz uma política radicalmente falsa, antipopular, descontrolada; e quando esta política entra em impasse ou cai numa catástrofe, às organizações revolucionárias ficam com o ingrato dever de remediar as consequências inevitáveis... Uma das tarefas desta delegação, segundo a vossa fórmula, é a de levar a termo um inquérito nas guarnições sobre “as forças obscuras”, isto é, sobre os provocadores e espiões... Haveis esquecido que eu próprio estou acusado perante a justiça, segundo o artigo 108 do Código?... Na

luta contra os linchamentos marchamos pelos nossos próprios caminhos... não de mãos dadas com o procurador e a contraespionagem, mas como partido revolucionário que persuade, organiza e educa.”

A convocação da Conferência Democrática fora decidida durante o levante korniloviano. Devia ela, ainda uma vez, demonstrar a força da democracia, inspirar, aos adversários de direita e de esquerda, respeito pela democracia, e – não era o menor dos problemas – refrear Kerensky, que tomara um novo ímpeto. Contavam os conciliadores submeter, seriamente, o governo a uma qualquer representação improvisada até a convocação da Assembleia Constituinte. A burguesia foi de antemão hostil à Conferência, vendo nela a tentativa para consolidar as posições que a democracia reconquistara após a vitória de Kornilov. “A intriga de Tseretelli”, escreve Miliukov em sua *História*, “era, em suma, completa capitulação diante dos planos de Lenine e de Trotsky.” Exatamente ao contrário: a intriga de Tseretelli visava paralisar a luta dos bolcheviques pelo poder dos soviets. A Conferência Democrática opunha-se ao congresso dos soviets. Os conciliadores desejavam criar, para eles, nova base tentando esmagar os soviets por meio de uma combinação artificial de todas as espécies de organização. Os democratas dividiam seus votos de acordo com os desejos de cada um, guiando-se apenas por uma única preocupação: assegurar-se maioria incontestável. As organizações da cúpula viram-se representadas de um modo incomparavelmente mais completo do que as da base. Os órgãos da administração autônoma, e neste número estão incluídos os *zemstvos* não democratizados, obtiveram formidável preponderância sobre os soviets. Os cooperadores¹ viram-se no papel de distribuidores dos destinos.

Os cooperadores, que, outrora, não tinham ocupado qualquer lugar na política, embrenharam-se pela primeira vez por esse terreno durante os dias da Conferência de Moscou e desde então começaram a figurar apenas como representantes de 20 milhões de seus membros ou então, mais simplesmente, em nome “da metade da população da Rússia”. Pelas suas raízes a cooperação implantava-se nos campos por meio das camadas superiores que aprovavam a “justa” expropriação dos proprietários

1. Pessoal oficial das cooperativas.

nobres na condição de que os lotes deles, cooperadores, frequentemente muito grandes, fossem objeto não apenas de proteção, mas de crescimento. Os líderes da cooperação eram recrutados entre os intelectuais liberais populistas, parcialmente liberais marxistas, que constituíam uma ponte natural entre os cadetes e os conciliadores. Em relação aos bolcheviques os cooperadores manifestavam um ódio análogo ao do culaque pelo diarista insubmisso. A fim de se fortificarem contra os bolcheviques, os conciliadores agarraram-se avidamente aos cooperadores que tinham tirado a máscara da neutralidade. Lenine estigmatizava cruelmente os cozinheiros do emprego democrático. “Dez soldados ou operários convictos de uma fábrica atrasada”, escrevia ele, “valem mil vezes mais do que centenas de delegados... adulterados.” Trotsky demonstrava ao Soviete de Petrogrado que os funcionários da cooperação exprimiam tão pouco a vontade política dos camponeses quanto um médico exprime a vontade política de seus clientes ou um empregado dos correios a opinião dos expedidores e dos destinatários das cartas. “Os cooperadores devem ser bons organizadores, comerciantes, contabilistas, mas, quanto à defesa dos direitos das classes, tanto os camponeses quanto os operários a entregam aos respectivos sovietes.” Tudo isto não impediu que os cooperativistas obtivessem 150 cadeiras e juntamente com os *zemstvos* reformados e demais organizações totalmente ilógicas conseguissem alterar, completamente, o caráter da representação das massas.

O Soviete de Petrogrado incluiu, na lista de seus delegados à Conferência, Lenine e Zinoviev. O governo ordenou que os prendessem a ambos logo à entrada do edifício do teatro, mas não dentro da sala das sessões: tal era, evidentemente, o compromisso entre os conciliadores e Kerensky. O caso, porém, limitou-se a uma manifestação política do Soviete: nem Lenine nem Zinoviev mostravam-se dispostos a comparecer à Conferência. Lenine julgava que os bolcheviques, ali, não tinham nada que fazer.

A Conferência foi aberta a 14 de setembro, um mês exatamente após a Conferência de Estado, na sala de espetáculos do teatro Alexandrina. O número de representantes credenciados elevou-se a 1.775. Aproximadamente, 1.200 compareceram à sessão de abertura.

É claro que os bolcheviques estavam em minoria. Mas, apesar de todos os subterfúgios do sistema eleitoral, representavam eles um grupo

bastante apreciável, o qual, em determinadas questões, reunia em torno de si mais de um terço da assistência.

Será digno de um governo forte comparecer perante qualquer conferência “particular”? Essa pergunta foi objeto de grandes tergiversações no Palácio de Inverno e repercutindo ou causando profundas emoções no teatro Alexandrina. Afinal de contas, o chefe do governo decidiu exhibir-se perante a democracia. “Acolhido em meio a aplausos,” conta Shliapnikov, relatando o aparecimento de Kerensky, “dirigiu-se ao *presidium* a fim de apertar as mãos dos que figuravam à mesa. A vez nos chegou, a nós, bolcheviques, que permanecíamos sentados a pouca distância um do outro. Trocamos um olhar e resolvemos, rapidamente, não apertar a mão. Num gesto teatral por sobre a mesa, desviei-me da mão que me era estendida, e Kerensky, com o braço também estendido, não encontrando nossas mãos, seguiu em frente.” O chefe do governo foi acolhido da mesma maneira no flanco oposto, pelos kornilovianos. Ora, excetuando bolcheviques e kornilovianos, não sobravam outras mais forças reais.

Constrangido, por todas as circunstâncias, a apresentar explicações a respeito de seu papel no complô, Kerensky ainda desta vez contou demasiadamente com sua capacidade de improvisação.

“Eu sei o que eles queriam”, essas palavras lhe escaparam, “porque, antes de procurar Kornilov, vieram eles procurar-me e propor-me esse caminho.” Gritam da esquerda: “Quem vinha?... Quem oferecia?” Aterrorado com a ressonância de suas próprias palavras, Kerensky já se tinha fechado em si mesmo. Mas os subterrâneos políticos do complô se descobriam até perante os olhos dos menos avisados. Um conciliador ucraniano, Porch, ao voltar, declarava à Rada¹ de Kiev: “Kerensky não conseguiu demonstrar que estava alheio à insurreição korniloviana.” Mas o chefe do governo deu nele, em seu discurso, outro golpe não menos duro. Quando, em resposta às frases das quais todos estavam cansados – “Na hora do perigo todos virão e se explicarão”, etc., gritavam-lhe: “E então, e a pena de morte?” – o orador, ao perder o equilíbrio de um modo absolutamente inesperado para todos e talvez para ele mesmo, respondeu: “Esperai pri-

1. Parlamento.

meiro que, pelo menos, uma sentença de morte seja assinada por mim, generalíssimo, e então vos permitirei maldizer-me.” Um soldado adianta-se até o estrado e grita-lhe em desespero: “Sois a desgraça do país.” Ora! Ora!, e ele, Kerensky, estava prestes a esquecer o alto posto que ocupava para explicar-se, na Conferência, na condição de um simples homem. “Mas todos aqui não compreendem o homem.” E em seguida passou a usar a linguagem do poder. “Qualquer um que ouse...” Ai! já haviam escutado isso em Moscou e, entretanto, Kornilov ousou.

“Se a pena de morte era indispensável”, perguntava Trotsky em seu discurso, “como então ele, Kerensky, resolve dizer que dela não fará uso? E se, por outro lado, ele crê possível comprometer-se perante a democracia a não aplicar a pena de morte... ele transforma o restabelecimento desta pena em um ato de leviandade que ultrapassa os limites da criminalidade.” Toda a sala estava de acordo sobre isso, uns em silêncio outros entusiasticamente. “Kerensky, com sua declaração, desacreditou-se, e não só a ele próprio, mas ao Governo Provisório, naquele memento,” declara seu colega e admirador Demianov, adjunto do ministro da Justiça.

Nenhum dos ministros pôde dizer o que o governo propriamente falando tinha feito além de resolver os problemas da própria existência. Medidas econômicas? Não se pode citar uma só. Política de paz? “Não sei – dizia o antigo ministro da Justiça, Zarudny, o mais franco de todos – se o Governo Provisório fez alguma coisa neste sentido, nada vi.” Queixava-se Zarudny, em tom de estupefação, por constatar que todo o poder se encontrara em mãos de um único homem “o qual, com um simples gesto, convocava ou dispensava os ministros.” Imprudentemente, Tseretelli retomou o seguinte tema: “Que a democracia se agarre a si mesma quando, lá em cima, seu representante sofre vertigens.” Mas justamente Tseretelli encarnava, mais que qualquer outro, esses traços da democracia que engendrava as tendências bonapartistas do poder. “Por que ocupou Kerensky o lugar que mantém hoje?”, replicava Trotsky: “O acesso de Kerensky deve-se à fraqueza e à irresolução da democracia... Não escutei aqui um só orador que tenha tomado a si o encargo pouco invejável de defender o Diretório ou o seu presidente...” Após uma explosão de protestos continua o orador: “Lamento bastante que esse ponto de vista que provocou, na sala, tão veemente expressão não tenha sido traduzido de maneira bastante clara nesta tribuna. Nem um só orador

subiu aqui para dizer-nos: “para que discutir com a antiga coligação, por que refletir sobre a coligação futura? Temos Kerensky e isto nos basta...” Mas a maneira bolchevique de apresentar a questão aproxima, quase automaticamente, Tseretelli de Zarudny e ambos de Kerensky. Escrevia a esse respeito Miliukov, e com justa razão: Zarudny podia queixar-se do autoritarismo de Kerensky. Tseretelli podia declarar que o chefe do governo sentia vertigens – “eram palavras”; mas quando Trotsky constatou que, na Conferência, ninguém se encarregara de defender Kerensky, “sentiu a assembleia, imediatamente, que aquele que falava era inimigo comum”.

Aqueles que representavam o poder dele só falavam como se fosse de um fardo ou de uma calamidade. A luta pelo poder? Pregava o ministro Poshekhonov: “O poder neste momento se apresenta com tal aspecto que todos dele se desviam, benzendo-se. Era assim, verdadeiramente? Kornilov não se desviava fazendo sinais da cruz. Mas a lição tão recente estava semiesquecida. Tseretelli indignava-se contra os bolcheviques que não tomavam o poder, mas que o empurravam para os soviets. O pensamento de Tseretelli foi adotado por outros. Sim, os bolcheviques devem tomar o poder, dizia-se, a meia-voz, no *bureau* do *presidium*. Avksentiev virou-se para Shliapnikov, que estava sentado não muito longe dele: “Tomai o poder, as massas vos seguirão.” Respondendo ao seu vizinho, no mesmo tom, propôs Shliapnikov que o poder fosse, primeiramente, colocado sobre *bureau* do *presidium*. Os desafios semi-irônicos que dirigiam aos bolcheviques, fosse nos discursos feitos na tribuna, fosse nas conversas dos corredores, eram, parcialmente, pilhérias parcialmente investigações. Que pensariam fazer, posteriormente, esses homens que tinham assumido a direção dos soviets de Petrogrado e de Moscou de numerosos soviets provinciais? Será possível que eles ousem, realmente, apoderar-se do poder? Não acreditavam nisso. Dois dias antes do discurso provocador de Tseretelli a *Rech*, escrevia que o melhor meio de se desfazerem do bolchevismo, por longos anos, seria confiar aos seus líderes os destinos do país; mas “esses tristes heróis do dia não se apressam em tomar o poder integralmente... praticamente a posição deles não pode ser tomada em consideração sob qualquer ponto de vista”. Esta arrogante conclusão era, quando menos, apressada.

A imensa vantagem dos bolcheviques, até aquele momento não apreciada convenientemente, consistia no fato de que eles compreendiam

perfeitamente os adversários e, podia-se dizer, viam o íntimo deles por transparência. Nisto eram eles ajudados pelo método materialista e pela escola leninista da clareza e da simplicidade e pela alta circunspeção de homens que tinham resolvido caminhar até o fim. Em contraposição os liberais e os conciliadores afiguravam-se aos bolcheviques como seguindo as necessidades do momento. Não poderia ser de outra forma: os partidos para os quais o desenvolvimento próprio não deixou uma saída jamais demonstraram capacidade para olhar a realidade de frente assim como um doente incurável não é capaz de olhar de frente a sua doença.

Mas, embora não acreditando no levante dos bolcheviques, os conciliadores o temiam. E foi o que Kerensky exprimiu melhor do que todos. “Não vos enganéis”, gritou subitamente em seu discurso, “não acrediteis que, se for acuado pelos bolcheviques, não se encontrem, atrás de mim, as forças da democracia. Não acrediteis que me falem pontos de apoio. Sabei que se empreenderdes alguma coisa as estradas de ferro ficarão paralisadas, os telegramas não serão transmitidos...” Parte da sala aplaudiu, parte ficou perturbada e calou-se, o grupo dos bolcheviques estrugiu em gargalhadas. É péssima a ditadura que se vê obrigada a demonstrar que não lhe falta ponto de apoio!

Aos desafios irônicos, às acusações de covardia, às absurdas ameaças, responderam os bolcheviques nas declarações que fizeram: “Lutando pela conquista de poder e visando a realização de seu programa, nosso Partido jamais tendeu e não tende a se apoderar do poder contra a vontade organizada da maioria das massas laboriosas do país.” Isso significava: tomaremos o poder na qualidade de partido da maioria soviética. Os termos concernentes à “vontade organizada dos trabalhadores” referiam-se ao próximo congresso dos soviets. “Dentre as decisões, as propostas da presente Conferência”, dizia a declaração, “podem encontrar as suas vias de realização apenas aquelas que serão admitidas pelo Congresso Pan-Russo dos Sovietes...”

No momento em que Trotsky lia a declaração dos bolcheviques, mencionando a necessidade de armar, imediatamente, os operários, romperam exclamações persistentes na bancada majoritária: “Para quê? Para quê?” Era sempre a mesma nota de alarma e de provocação. Para quê? “Para constituir, efetivamente, uma cidadela oposta à contrarrevolução”, responde o orador. Mas não somente para isso. “Digo-vos, em nome de

nosso Partido e das massas proletárias que o seguem, que os operários armados defenderão o país da Revolução contra as tropas imperialistas com um heroísmo tal como a História da Rússia jamais conheceu igual...” Tseretelli caracterizou esta promessa, que dividia nitidamente a sala, como sendo uma frase vazia de sentido. A história do Exército Vermelho, ulteriormente, refutou o que dizia Tseretelli.

As horas ardentes em que os líderes conciliadores afastavam a coligação com os cadetes tinham ficado muito longe, muito atrás: sem os cadetes a coligação tornou-se impossível. Não se iria, verdadeiramente, tomar o poder por si mesmo! “Poderíamos ter-nos apossado do poder desde 27 de fevereiro”, raciocinava Skobelev, “mas empregamos toda a virtude de nossa influência a ajudar os elementos burgueses a se refazerem da perturbação em que ficaram... para que viessem assumir o poder.” Por que então esses senhores impediram que os kornilovianos, refeitos da perturbação, se apoderassem do poder? Um poder puramente burguês, explicava Tseretelli, ainda é impossível: isto provocaria a guerra civil. Era necessário derrotar Kornilov a fim de que, pela façanha de aventureiro que empreendeu, não impedisse à burguesia chegar ao poder em poucas etapas. “Agora que a democracia revolucionária saiu vitoriosa, o momento é particularmente favorável a uma coligação.”

A filosofia política da coligação foi expressa pelo seu líder Berkenheim: “Queiramos nós, ou não, a burguesia é a classe a quem pertencerá o poder.” O velho revolucionário populista Minor suplicava à Conferência que se pronunciasse, unanimemente, pela coligação. De outra forma, “inútil nos iludirmos: seremos enforcados”. Quem?, gritavam das poltronas da esquerda. “Nos enforcaremos mutuamente”, terminou Minor, num silêncio sinistro. Mas, entretanto, segundo as ideias dos cadetes, o bloco governamental era necessário para a luta contra “a malandragem anárquica” dos bolcheviques: “nisto residia, propriamente, a ideia da coligação”, explicou Miliukov, absolutamente franco. Enquanto Minor esperava que a coligação impedisse o enforcamento mútuo, Miliukov, do outro lado, esperava firmemente que a coligação oferecesse a possibilidade de todas as forças reunidas estrangularem os bolcheviques.

Durante os debates sobre a coligação, Riazanov leu um editorial da *Rech* de 29 de agosto, que tinha sido retirado à última hora por Mi-

liukov, deixando no jornal uma coluna em branco: “Sim, não temos medo de dizer que o general Kornilov perseguia os mesmos fins que nós julgamos indispensáveis à salvação da pátria.” A citação foi impressionante. “Oh! sim, salvadora!” – essas palavras partem da esquerda da assembleia. Mas os cadetes têm defensores: porque, enfim, o editorial não foi publicado! E, além disso, todos os cadetes não ficaram com Kornilov, é necessário fazer diferença entre justos e pecadores.

“Diz-se não ser possível acusar o Partido Cadete de ter integralmente participado do levante korniloviano”, replicava Trotsky. “Aqui Znamensky nos disse, a nós bolcheviques, e não pela primeira vez: protestava porque responsabilizávamos todo vosso Partido pelos acontecimentos do 3-5 de julho; não deveis recair nos mesmos erros, não responsabilizeis todos os cadetes pelo levante de Kornilov. Mas, nessa comparação, a meu ver, há um pequeno lapso: quando acusavam os bolcheviques de terem provocado o movimento de 3-5 de julho tratava-se de convidá-los não a tomarem lugar num Ministério mas, contrariamente, na prisão de Kresty. Essa eu o espero, não será contestada por Zarudny (ministro da Justiça). Todos também o dizemos: se desejais enviar os cadetes à prisão pelo movimento korniloviano, não façais as coisas em grosso, mas examinai separadamente cada cadete, sob todos os seus aspectos. [*Risos; vozes: “Bravo!”*] Mas se se trata de fazer com que o Partido Cadete tome parte no Ministério, o ponto decisivo não é saber se tal ou qual cadete estava, nos bastidores, de acordo com Kornilov; de saber se Maklakov estava escutando quando Savinkov mantinha entendimentos telegráficos com Kornilov; de saber que Rodchev foi à província do Don e manteve entendimentos políticos com Kaledin; não, o caso não é esse; o fato consiste em que *toda* a imprensa burguesa ou aplaudiu, abertamente, a ação de Kornilov ou então guardou um silêncio prudente aguardando a vitória do mesmo... Eis por que eu digo que não tendes parceiros para a coligação!” No dia seguinte, um representante de Helsingfors e de Sveaborg, o marinheiro Shishkin, falava sobre o mesmo tema, de um modo mais breve e mais persuasivo: “O Ministério de coligação não desfrutará, entre os marinheiros da armada báltica e da guarnição da Finlândia, de confiança ou de apoio... Os marinheiros içaram a bandeira de combate contra a criação de um Ministério de coligação. Os argumentos da razão eram ineficientes. O marinheiro Shishkin usava o

argumento de peças de artilharia naval. Ele, inteiramente aprovado pelos demais marinheiros que montavam guarda nas saídas da sala das sessões. Contou, mais tarde, Bukhanin como os marinheiros colocados de sentinelas, por Kerensky, a fim de proteger a Conferência Democrática contra nós, bolcheviques, dirigiam-se a Trotsky e perguntavam-lhe fazendo tinir as baionetas: “Será que vamos, em breve, trabalhar com esse truque?” Isto não passava de repetição da pergunta que os marinheiros do *Aurora* haviam formulado na entrevista com os prisioneiros de Kresty. Agora, entretanto, os tempos estavam próximos.

Desprezando as nuances, fácil é de se estabelecer, na Conferência, três grupos: um centro, vasto, porém extremamente instável, que não ousa tomar o poder, que aceita a coligação, mas que não quer saber dos cadetes; uma ala direita, fraca, aferrada a Kerensky e à coligação com a burguesia sem limites; uma ala esquerda, duas vezes mais forte do que as outras, que se bate pelo poder dos soviets, ou então por um governo socialista. Na reunião dos delegados soviéticos da Conferência Democrática, Trotsky pronunciou-se favorável à transmissão do poder aos soviets, e Martov, por um Ministério socialista homogêneo. A primeira fórmula conseguiu 86 votos, e a segunda 97. Formalmente, apenas a metade dos soviets operários e soldados eram naquele momento encabeçados por bolcheviques; a outra metade hesitava entre os bolcheviques e os conciliadores. Os bolcheviques, porém, falavam em nome dos poderosos soviets dos centros mais industriais e mais cultos do país; nos soviets, eles eram infinitamente mais fortes do que na Conferência; e, no seio do proletariado e do exército, eles eram ainda mais fortes do que nos soviets. Os soviets mais atrasados esforçavam-se por alcançar os mais avançados.

A favor da coligação, votaram, na Conferência, 766 deputados contra 688, com 38 abstenções. Os dois campos quase se equilibravam! Uma emenda, que propunha a exclusão dos cadetes da coligação, conseguiu maioria: 595 votos contra 493, com 72 abstenções. Mas a eliminação dos cadetes tornava inoperante a coligação. Em consequência, a resolução, em conjunto, foi repelida pela maioria de 813 votos, isto é, por um bloco dos flancos extremos, partidários resolutos e adversários irreconciliáveis da coligação, contra o centro, cuja massa votando se havia dissolvido até chegar a 133 votos apenas, com 80 abstenções. Foi o mais bem agrupado de

todos os votos; foi, entretanto, tão estéril quanto a própria ideia da coligação com os cadetes, que ele repelia.

“Sobre a questão radicalmente essencial”, escreve justamente Miliukov, “a Conferência permaneceu sem opinião alguma e sem qualquer fórmula que fosse.”

Aos líderes, que restava fazer? Desprezar a vontade da “democracia” que repelira a vontade deles. Convocou-se um *presidium* de representantes dos partidos e dos grupos, para rever a questão já resolvida pelo *plenum*. Resultado: 50 votos a favor da coligação, 60 contra. E agora, parece, ficou bem claro. A questão da responsabilidade do governo perante o órgão permanente da Conferência Democrática foi igualmente homologada por unanimidade, pelo mesmo *presidium* ampliado. A favor da adjunção de representantes da burguesia àquele órgão, 56 mãos se levantaram contra 48, com 10 abstenções. Aparece então Kerensky, para declarar que recusa tomar parte em governo puramente socialista. Depois disso só faltava mandar embora, para casa, os membros daquela infeliz Conferência, e substituí-la por uma instituição na qual os partidários da coligação incondicional estivessem em maioria. Para chegar ao resultado desejado, basta que se conheçam as regras elementares da aritmética. Em nome do *presidium*, Tseretelli submeteu uma moção à Conferência, dizendo, em substância, que o órgão representativo era chamado “a colaborar na criação do poder”, e que o governo deve “sancionar esse órgão”: as sonhadas admoestações a Kerensky foram, assim, remetidas aos arquivos. Completado com representantes da burguesia, em proporção conveniente, o futuro Soviete da República, ou pré-parlamento, terá como tarefa sancionar um governo de coligação no qual entravam os cadetes. A resolução de Tseretelli significa, exatamente, o contrário, tanto daquilo que a Conferência desejava, quanto de tudo o que o *presidium* decidira. Mas a decomposição, o desmoronamento e a desmoralização são de tal monta que a assembleia adota a capitulação que lhe é proposta sob forma levemente disfarçada por 829 votos contra 106, com 69 abstenções. “Pois bem, vencestes momentaneamente, senhores conciliadores e senhores cadetes” – escreve o jornal dos bolcheviques. – “Fazei vosso jogo. Fazei nova experiência. Será a última, nós o garantimos.”

“A Conferência Democrática”, diz Stankevich, “chocou, mesmo os responsáveis pela iniciativa de sua instalação, pela extraordinária disper-

são do pensamento, que evidenciou.” Nos partidos conciliadores, “discórdia completa”; na direita, em pleno meio burguês, “resmungos, calúnias divulgadas a meia-voz, corrosão lenta dos últimos restos da autoridade governamental... Apenas à esquerda, consolidação das forças e do estado de espírito”. Eis o que diz um adversário, eis como testemunha um inimigo que, ainda em outubro, atirara contra os bolcheviques. A parada da democracia em Petrogrado foi, para os conciliadores, o que tinha sido, para Kerensky, em Moscou, a parada da união nacional: uma confissão pública de incapacidade, uma revista do marasmo político. Se a Conferência de estado dera impulso ao levante de Kornilov, a Conferência Democrática removeu, definitivamente, os obstáculos para a insurreição dos bolcheviques.

Antes de dissolver-se, a Conferência instituiu um órgão permanente, a ele delegando 15% do efetivo de cada grupo, com um total de cerca de 350 delegados. As instituições das classes possuidoras deviam, além disso, obter 120 lugares. O governo, por seu lado, acrescentou 20 lugares para os cossacos. O todo deveria constituir o Soviete da República, ou pré-parlamento, que devia representar a nação até a convocação da Assembleia Constituinte.

A atitude a ser tomada perante o Soviete da República salientou imediatamente, para os bolcheviques, grave problema de tática: ir-se-ia, ou não se iria? A boicotagem das instituições parlamentares, pelos anarquistas e pelos semianarquistas, é ditada pelo desejo de não submeter a própria impotência à verificação das massas e pela vontade de, assim, conservar seus direitos a uma atitude passivamente altaneira, que não enfraqueça os inimigos nem anime os amigos. Um partido revolucionário não tem o direito de voltar as costas ao Parlamento, a não ser quando colima a derrubada imediata do regime existente; durante os anos que se escoaram entre as duas revoluções, Lenine estudou de maneira muito penetrante os problemas do parlamentarismo revolucionário.

O próprio parlamento censitário pode revelar-se, e por mais de uma vez se revelou, na História, como a expressão de uma relação efetiva das classes: tais foram, por exemplo, as Dumas de Império, após a derrota da Revolução de 1905-1907. Boicotar semelhantes parlamentos é boicotar a relação efetiva das forças, em vez de modificá-la no sentido da Revolução. Mas o pré-parlamento de Tseretelli-Kerensky absolutamente não

correspondia, em qualquer medida, à relação das forças. Fora engendrado pela impotência e pela artimanha das cúpulas, pela credence na mística das instituições, pelo fetichismo da forma, e pela esperança de submeter a esse fetichismo um inimigo incomensuravelmente mais forte, e de, assim, discipliná-lo.

Para forçar a Revolução a ficar curvando a espinha dorsal e de cabeça baixa, sob o jugo do pré-parlamento, era preciso previamente, se não esmagar a Revolução, pelo menos infligir-lhe séria derrota. Na realidade, a derrota fora experimentada, três semanas antes, pela vanguarda da burguesia. A Revolução, ao contrário, recebia afluxo de forças. O objetivo da Revolução era, não uma república burguesa, mas uma república de operários e de camponeses, e não via motivo algum de ficar, rastejante, sob o jugo do pré-parlamento, justamente quando ela, cada vez mais amplamente, se desenvolvia, no interior dos sovietes.

A 20 de setembro, o comitê central dos bolcheviques convocou uma Conferência do Partido, composta dos delegados bolcheviques da Conferência Democrática, dos membros do Comitê Central e do Comitê de Petrogrado. Na qualidade de relator, em nome do Comitê Central, Trotsky propôs que se lançasse a palavra de ordem do boicote ao pré-parlamento. Esta proposta encontrou oposição resoluta de uns (Kamenev, Rikov, Riazanov) e a aprovação de outros (Sverdlov, Joffé, Stalin). O Comitê Central, por estar dividido em partes iguais, a respeito da questão litigiosa, viu-se forçado, a respeito dos estatutos e da tradição do Partido, a submeter a questão à decisão da Conferência. Dois relatores, Trotsky e Rikov, apresentaram-se para exprimir os pontos de vista opostos. Poderia parecer, e de fato parecia à maioria, que os ardentes debates tivessem caráter de pura tática. Na realidade, a discussão renovava as dissensões de abril e preparava as de outubro. A questão era saber se o Partido adaptaria suas tarefas ao desenvolvimento da república burguesa ou então se, verdadeiramente, ele se impunha, como objetivo, conquistar o poder. Por maioria de 77 votos contra 50 a Conferência do Partido afastou a palavra de ordem do boicote. A 22 de setembro, Riazanov encontrou a possibilidade de declarar à Conferência Democrática, em nome do Partido, que os bolcheviques enviavam delegados ao pré-parlamento a fim “de denunciar nessa nova fortaleza dos conciliadores todas as tentativas de nova coligação com a burguesia.” Isso

apresentava um tom radical. Mas, no fundo, significava que se substituía a política de ação revolucionária pela política de uma oposição acusadora.

As teses de abril, de Lenine, foram formalmente assimiladas por todo o Partido; todavia, a cada questão importante, emergiam os estados de espírito de março, ainda muito fortes nas camadas superiores do Partido que, em muitos pontos do país, começavam, apenas, a separar-se dos mencheviques. Lenine só pôde participar das discussões com atraso. A 23 de setembro escrevia ele: “É necessário boicotar o pré-parlamento. É necessário que se recolham aos soviets de operários, de soldados e de camponeses, aos sindicatos, enfim, ficar, em geral, com as massas. É preciso chamá-las à luta. É necessário dar-lhes uma palavra de ordem justa e clara: expulsar a horda bonapartista de Kerensky com seu insidioso pré-parlamento... Nem os mencheviques nem os socialistas revolucionários, mesmo após a aventura korniloviana, aceitaram nosso compromisso... Luta implacável contra eles. Que seja implacável a exclusão dos mesmos das organizações revolucionárias!... Trotsky estava com o boicote. Bravo, camarada Trotsky! A palavra de ordem do boicote foi vencida na fração dos bolcheviques reunida na Conferência Democrática. Mas longa vida para o boicote!”

Quanto mais profundamente a questão penetrava o Partido tanto mais definitivamente se modificava a relação de forças em favor do boicote. Em quase todas as organizações locais constituíam-se uma minoria e uma maioria. No comitê de Kiev, por exemplo, os partidários do boicote, tendo à frente Efígenia Boch, representavam fraca minoria, mas, alguns dias mais tarde, durante a conferência da cidade, maioria esmagadora votava uma resolução de boicote ao pré-parlamento: “Não se deve perder tempo tagarelando e semeando ilusões.” O partido apressava-se em corrigir a cúpula.

Durante esse tempo, debatendo-se contra as flácidas pretensões da democracia, Kerensky fazia tudo que podia a fim de demonstrar aos cadetes que tinha pulso forte. A 18 de setembro publicou uma ordem inesperada mandando dissolver o comitê central da marinha de guerra. Responderam os marinheiros: “Considerar a ordem de dissolver o Centrofлот como ilegal, logo não aplicável, e exigir que seja imediatamente revogada.” O Comitê Executivo imiscuiu-se no caso e proporcionou a Kerensky um pretexto a fim de que três dias mais tarde ele pudesse retirar a ordem. Em Tashkent, o Soviete, composto em maioria pelos socialistas revolucioná-

rios, tomara o poder entre as suas mãos, destituindo os velhos funcionários. Kerensky enviou ao general designado para reprimir o levante de Tashkent o seguinte telegrama: “Não entabular qualquer entendimento com os amotinados... são necessárias medidas as mais decisivas.” As tropas chegaram, ocuparam a cidade e puseram sob custódia os representantes do poder soviético. Estourou, imediatamente, uma greve geral com a participação de 40 sindicatos; durante oito dias os jornais não circularam e a guarnição entrou em estado de efervescência. E era assim que, ao perseguir o fantasma da ordem, o governo semeava a anarquia burocrática.

No mesmo dia em que a Conferência votara uma resolução contra a coligação com os cadetes, o Comitê Central do Partido Cadete convidou Konovalov e Kishkin a aceitarem o oferecimento de Kerensky a fim de que participassem do gabinete ministerial. A batuta do chefe de orquestra era, diziam, a de Buchanan. É necessário, provavelmente, não se interpretar isto ao pé da letra. Se não era o próprio Buchanan era, ao menos, a sombra dele que dirigia o concerto: era necessário organizar um governo aceitável para os aliados. Os industriais e os banqueiros de Moscou teimavam, procuravam fazer-se valer, apresentavam ultimatos. A Conferência Democrática esgotava-se com votações sucessivas, imaginando que tinham real significado. Na verdade a questão estava sendo decidida no Palácio de Inverno, nas sessões plenárias dos destroços do governo com os representantes dos partidos da Coligação. Os cadetes para ali enviavam os seus kornilovianos mais abertamente declarados. Todos tentavam persuadir-se, mutuamente, da necessidade de unidade. Tseretelli, inesgotável poço de lugares-comuns, descobriu que o principal obstáculo a um acordo “encontrava-se, até aquele momento, na desconfiança recíproca... Esta desconfiança deve ser eliminada”. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Tereshchenko, calculou que, dos 197 dias de existência do governo revolucionário, 56 foram gastos em crises. E não explicou em que os outros dias foram empregados.

Antes mesmo que a Conferência Democrática adotasse a resolução de Tseretelli, contrária aos desígnios dela, os correspondentes dos jornais ingleses e americanos comunicavam, pelo telégrafo, que a coligação com os cadetes estava garantida, e transmitiam, com segurança, os nomes dos novos ministros. Pelo seu lado, o Conselho moscovita das personali-

dades em evidência, sob a presidência do sempre ele mesmo Rodzianko, cumprimentava um de seus membros, Tretiakov, por ter sido convidado a participar do governo. A 9 de agosto esses senhores tinham enviado a Kornilov um telegrama: “Na hora temerária de uma dolorosa prova toda a Rússia que pensa volta, para vós, as suas esperanças e com toda a fé.”

Aceitou Kerensky, com condescendência, a existência de um pré-parlamento, sob a condição de que “se reconhecesse que a organização do governo e o recrutamento dos membros do governo pertenciam, unicamente, ao Governo Provisório”. Essa condição humilhante foi sugerida pelos cadetes. A burguesia não podia, bem entendido, deixar de compreender que a composição da Assembleia Constituinte seria, para ela, menos favorável do que a do pré-parlamento: “As eleições para a Assembleia Constituinte devem – segundo Miliukov – dar um resultado absolutamente acidental e, talvez, desastroso.” Se, entretanto, o Partido Cadete, que ainda ontem tentara subordinar o governo à Duma czarista, recusava, de modo categórico, reconhecer ao pré-parlamento direitos legislativos, era, só, e exclusivamente, porque ele não perdia a esperança de anular a Assembleia Constituinte.

“Ou Kornilov ou Lenine”, era assim que Miliukov colocava a alternativa. Lenine, por seu lado, escrevia: “Ou bem o poder dos soviets ou bem o kornilovismo. Não há meio-termo.” Era nesse ponto que Lenine e Miliukov coincidiam, em seus julgamentos, e não por acaso: “contrabalanchando com os heróis da fase conciliadora, são dois representantes sérios das classes fundamentais da sociedade. A Conferência de Estado, em Moscou, já tinha demonstrado, claramente, segundo as próprias palavras de Miliukov, que “o país se dividia em dois campos, entre os quais, no fundo, não podia existir nem conciliação nem acordo”. Mas quando entre dois campos da sociedade não pode existir acordo o caso se resolve pela guerra civil.

Entretanto, nem os cadetes nem os bolcheviques retiravam a palavra de ordem da Assembleia Constituinte. Para os cadetes ela era necessária como a mais alta instância de socorro contra as reformas sociais imediatas, contra os soviets, contra a Revolução. A sombra que a democracia projetava adiante de si, sob aparência de Assembleia Constituinte, a burguesia servia-se dela para opor-se à democracia ativa. A burguesia só poderia rejeitar abertamente a Assembleia Constituinte depois de esmagar

os bolcheviques. E ela estava ainda longe de conseguir. Na etapa referida, os cadetes esforçavam-se por garantir a independência do governo contra as organizações ligadas às massas, a fim de submetê-las, tanto mais segura e integralmente, a seguir.

Mas os bolcheviques, que também não viam uma saída através dos caminhos da democracia formal, ainda não renunciavam à ideia de uma Assembleia Constituinte. E só poderiam agir de outra forma afastando-se do realismo revolucionário. Se a marcha ulterior dos acontecimentos criariam condições para a vitória total do proletariado, não se podia prever com absoluta certeza. Mas, fora da ditadura dos soviets e até que se chegasse a essa ditadura, a Assembleia Constituinte impunha-se como a mais alta conquista da Revolução. Assim como os bolcheviques defendiam os soviets dos conciliadores e as municipalidades democráticas contra Kornilov, estavam eles prontos a defender, também, a Assembleia Constituinte contra os atentados da burguesia.

A crise de 30 dias terminou, enfim, com a criação de um novo governo. O principal papel, depois de Kerensky, recaiu em um dos mais ricos industriais de Moscou, Konovalov, que, no início da Revolução, financiava o jornal de Gorky, em seguida, fora membro do primeiro governo de coligação. Demitira-se, sob protesto, após o primeiro congresso dos soviets, entrara para o Partido Cadete quando este ficou amadurecido para o caso korniloviano e voltava, agora, ao governo na qualidade de vice-presidente e de ministro do Comércio e da Indústria. Além de Konovalov, os cargos ministeriais foram ocupados por Tretiakov, presidente do Comitê da Bolsa de Moscou, e por Smirnov, presidente do Comitê das Indústrias de Guerra de Moscou. O açucareiro de Kiev, Tereshchenko, permaneceu como ministro dos Negócios Estrangeiros. Os demais ministros, e entre eles os socialistas, não se destacavam pelas qualidades particulares, mas estavam todos dispostos a não quebrar a harmonia. A Entente podia ficar tanto mais satisfeita com o governo desde que deixaram, em Londres, o velho diplomata Nabokov; enviaram a Paris o cadete Markalov, aliado de Kornilov e de Savinkov, em Berna, o “progressista” Efremov: a luta em favor da paz democrática fora entregue a mãos seguras.

A declaração do novo governo era uma pérfida paródia da declaração da democracia em Moscou. O sentido da coligação, entretanto, não

estava incluído no programa das transformações; ele consistia em tentar completar a obra das Jornadas de Julho: decapitar a Revolução esmagando os bolcheviques. Mas aí o *Raborthi Put*^{*}, uma das metamorfoses do *Pravda*, lembrava, insolentemente, aos aliados o seguinte: “Esqueceste que os bolcheviques são, agora, os soviets dos deputados operários e soldados!” Essa advertência tocava, em cheio, no ponto doloroso. “A questão fatal se apresentava por si mesma” – reconhece Miliukov. – Não será demasiado tarde? Não será demasiado tarde para declarar guerra aos bolcheviques?”

Sim, provavelmente, muito tarde. No dia em que se formava o novo governo, com 6 ministros burgueses e 10 meio socialistas, terminava a formação do novo Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado, compreendendo 13 bolcheviques, 6 socialistas revolucionários e 3 mencheviques. A coligação governamental foi acolhida pelo Soviete através de uma resolução proposta por Trotsky, seu novo presidente. “O novo governo... entrará na história da Revolução como um governo da guerra civil... A notícia da formação de um novo poder receberá, de toda a democracia revolucionária, uma única resposta: Demissão! Apoiando-se neste consenso unânime da verdadeira democracia, o Congresso Pan-Russo dos soviets criará um poder verdadeiramente revolucionário.” Os adversários tinham muita vontade de não ver, naquela resolução, senão um simples voto comum de desconfiança. Mas, na realidade, tratava-se de um programa de insurreição. E faltava justamente um mês para que o programa fosse cumprido.

A curva econômica continuava a descer brutalmente. O governo, o Comitê Executivo Central, e o pré-parlamento dentro em breve reconstituído, registravam os fatos e os sintomas de declínio, como significando motivos contra a anarquia, contra os bolcheviques, e contra a Revolução. Não possuíam, porém, nem mesmo a sombra do plano econômico. O serviço existente junto ao governo, para a regulamentação da economia geral, não chegou a tomar uma só medida séria. Os industriais fechavam as empresas. O movimento ferroviário restringia-se em consequência da falta de carvão. Extinguiam-se, nas cidades, as centrais elétricas. A imprensa uivava ante o espectro da catástrofe. Os preços subiam. Os operários entravam em greve, categoria após categoria, apesar das advertências do

* *O Caminho do Operário*. [Nota da tradutora.]

Partido, dos sovietes e dos sindicatos. Somente as camadas da classe operária, que marchavam, totalmente, para a insurreição naquele momento, é que conseguiam evitar os conflitos. E, segundo parece, Petrogrado era que permanecia mais calma.

Em virtude da falta de atenção para com as massas, da indiferença leviana, para com as necessidades delas, das frases provocadoras em resposta aos protestos e aos gritos de desespero, o governo levantava todo mundo contra ele. Dir-se-ia que ele procurava, propositadamente, provocar conflitos. Os operários e os ferroviários, quase que imediatamente após a insurreição de fevereiro, começaram a reclamar aumento de salários. Succediam-se as comissões, ninguém respondia, e os ferroviários ficavam cada vez mais irritados. Os conciliadores acalmavam-nos. O Vizhjel impunha moderação. Mas, a 24 de setembro, deu-se uma explosão. Foi somente então que o governo despertou, fazendo algumas concessões aos ferroviários, e a greve, que já se alastrara por parte da rede, cessou a 27 de setembro.

Agosto e setembro tornaram-se os meses de um agravamento rápido da situação econômica. Já, durante as jornadas kornilovianas, a ração de pão fora reduzida, tanto em Moscou como em Petrogrado, para meia libra por dia. No distrito de Moscou passaram a fornecer apenas 2 libras por semana. As regiões do Volga, do Sul, do *front*, e da retaguarda mais próxima, assim como todas as regiões do país, passam por terrível crise de abastecimento. Na região têxtil, próxima de Moscou, determinadas fábricas começaram a morrer de fome no sentido literal da palavra. Os operários e as operárias da fábrica Smirnov – o proprietário fora investido, justamente naqueles dias, no cargo de controlador do estado, na nova coligação ministerial – realizavam manifestação na vizinha localidade do Orekhov-Zuyev, com cartazes: “Temos fome”, “Nossos filhos têm fome”. “Quem não estiver conosco, está contra nós”. Os operários de Orekhov e os soldados do hospital militar do lugarejo, dividiam com os manifestantes as miseráveis rações que lhes tocavam: era uma nova coligação que se levantava contra a do governo.

Os jornais, dia a dia, registravam novos e novos focos de conflitos e de revoltas. Os protestos partiam dos operários, dos soldados, do povo humilde das cidades. As mulheres dos soldados exigiam novos abonos, moradia e lenha para o inverno. A agitação dos cem-negros procurava

tomar alento graças à fome das massas. As *Russkie Vedomosti**, jornal cadete de Moscou, que outrora combinava o liberalismo com o populismo, considerava, agora, com ódio e com asco, o povo verdadeiro. “Espalhou-se sobre toda a Rússia uma grande vaga de desordens... – escreviam os professores liberais. – A violência dos elementos desencadeados e de estúpidos *pogroms*... embaraçam, mais do que tudo, a luta contra a onda... Recorrer às medidas de repressão, à colaboração da força armada... – Mas é precisamente essa força armada, na pessoa dos soldados das guarnições locais, que desempenha o papel principal na tragédia dos *pogroms*. A multidão desce às ruas e começa a perceber que é dona da situação.”

O procurador de Saratov comunicava ao ministro da Justiça, Mariantovich, o qual formara com os bolcheviques por ocasião da primeira Revolução: “A principal desgraça, contra a qual não há possibilidade de lutar, são os soldados... Os linchamentos, as prisões, as devassas arbitrárias, todas as requisições possíveis – tudo isto, na grande maioria dos casos, ou é efetuada exclusivamente pelos soldados, ou é levado a termo com a participação direta deles.” Mesmo em Saratov, nas principais cidades, nos burgos, “há deficiência completa de qualquer ajuda aos serviços judiciários”. O tribunal nem mesmo chega a registrar os crimes cometidos por todo o povo.

Os bolcheviques não se iludiam a respeito das dificuldades que os assaltariam com o poder. “Ao proclamar a palavra de ordem: ‘Todo o poder aos soviets!’ – dizia a nova presidente do Soviete de Petrogrado – bem sabemos que esta palavra de ordem não poderá cauterizar, instantaneamente, todas as úlceras. Precisamos de um poder constituído segundo o modelo da direção de um sindicato que dê aos grevistas tudo que lhes é possível dar, que não esconda coisa alguma, e que, quando não puder dar, tenha ao menos a franqueza de reconhecê-lo...”

Uma das primeiras sessões do governo foi consagrada à “anarquia” nas províncias, sobretudo nos campos. Reconheceu-se de novo como indispensável “não parar nem mesmo diante das mais resolutas medidas”. Entretanto, o governo descobria que a causa dos insucessos da luta contra as de-

* *Informações Russas*. [Nota da tradutora.]

sordens residia na “popularidade insuficiente” dos comissários governamentais no seio das massas da população camponesa. Para remediar a situação, decidiu-se organizar, com urgência, em todas as províncias alcançadas pelas desordens, “comitês extraordinários do Governo Provisório”. Desde então, o campesinato deveria acolher com aclamações as expedições punitivas.

Forças históricas irresistíveis arrastavam os dirigentes para a queda final. Ninguém acreditava, seriamente, no sucesso do novo governo. O isolamento de Kerensky era irreparável. As classes possuidoras não podiam esquecer-se de que ele tinha traído Kornilov. “Quem quer que estivesse pronto a combater contra os bolcheviques – escreve Kakliugin, oficial cosaco – não desejava fazê-lo nem pelo, nem em nome do Governo Provisório.” Se bem que agarrado ao poder, o próprio Kerensky já não mais sabia como utilizá-lo. A força crescente da resistência paralisava, totalmente, a vontade dele. Eludia todas as decisões e evitava o Palácio de Inverno, onde a situação o obrigava a agir. Quase que imediatamente após a formação do novo governo, passou sub-repticiamente a presidência a Konovalov, e partiu para o quartel-general, onde ninguém precisava dele. Só voltou a Petrogrado para presidir a instalação do pré-parlamento. Retido pelos ministros, nem mesmo assim deixou de voltar para o *front* no dia 14. Kerensky fugia de um destino que o perseguia.

Konovalov, o mais próximo colaborador de Kerensky, e seu substituto eventual, caía, segundo Nabokov, em desespero ao ver a inconstância de Kerensky e a absoluta impossibilidade de confiar na palavra dele. E os estados d’alma dos outros membros do gabinete pouco diferiam dos sentimentos do chefe. Os ministros perscrutavam com ansiedade, escutavam atentamente, esperavam, desembaraçavam-se com papelórios, e se ocupavam com ninharias. Conta Nabokov que Maliantovich, ministro da Justiça, extremamente preocupado quando soube que os senadores não quiseram receber Sokolov, novo colega deles, que vestia sobrecasaca preta. “Que pensais disto? Que é preciso fazer?”, perguntava Maliantovich, angustiado. Segundo um ritual estabelecido por Kerensky, e rigorosamente observado, os ministros interpelavam-se, um ao outro, não de acordo com o hábito russo pelo nome e pelo sobrenome, como o faziam os simples mortais, mas segundo a função – “senhor ministro disto ou daquilo” – como convém aos representantes de um poder forte. As memórias daque-

les que pertenceram ao governo, apresentam um ar satírico. A respeito de seu ministro da Guerra, o próprio Kerensky escrevia, tempos depois: “Foi a mais desastrosa de todos as nomeações: Verkovsky imprimiu, à atividade dele, algo de imperceptivelmente cômico.” A infelicidade, porém, residia no fato de se estender, por toda a atividade do Governo Provisório, um tênue matiz de comicidade involuntária: aquela gente não sabia nem o que devia fazer, nem como desempenhar as obrigações. Não governavam: brincavam de governadores, tal como escolares brincam de soldado – com a diferença, porém, de que o brinquedo aqui era muito menos divertido.

Falando como testemunha, Miliukov caracteriza, com traços muito nítidos, o estado de espírito do chefe do governo naquele período: “Sentindo que perdia pé, quanto mais a coisa durava, tanto mais Kerensky manifestava todos os sintomas de um estado patológico que se poderia denominar, em linguagem médica, ‘uma neurastenia psíquica’. O círculo dos amigos íntimos havia muito tempo que sabia que, após momentos de extrema excitação, no decorrer da manhã, Kerensky passava, no correr da segunda metade do dia, a extrema excitação, resultante dos produtos farmacêuticos que ele tomava.” Miliukov explica a influência particular do ministro cadete Kishkin psiquiatra de profissão, pela maneira com que tratava seu paciente. Deixamos essas informações sob inteira responsabilidade do historiador liberal que, a bem dizer, tinha todas as possibilidades de conhecer a verdade, mas que muito longe estava de escolher, sempre, a verdade como seu mais alto critério.

Os testemunhos de um Stankevich, tão íntimo de Kerensky, confirmam a característica, se não psiquiátrica, pelo menos psicológica, fornecida por Miliukov. “Kerensky produzia em mim”, escreve Stankevich, “a impressão de alguma coisa deserta, isolada em plena situação, e de uma calma estranha, inaudita. Junto dele, somente os seus inevitáveis pequenos ‘ajudantes de ordens’. Mas a multidão que outrora o circundava, as delegações, e os projetores, não mais existiam... Passou a ter ali estranhas horas de lazer, e eu desfrutei da rara possibilidade de conversar com ele, durante horas inteiras, no decorrer das quais ele evidenciava uma indolência estranha.”

Qualquer transformação nova do governo era levada a efeito em nome de um poder forte, e cada novo gabinete ministerial estreava em tom

maior, para, alguns dias após, cair em prostração. E ficava, em seguida, à espera de qualquer impulso exterior, para desmoronar. E de cada vez que isto acontecia, o impulso era dado pelo movimento das massas. A transformação do governo, rejeitadas as aparências enganadoras, produzia-se, a cada vez, em direção oposta ao movimento das massas. A passagem de um governo a outro era preenchida por uma crise que, de uma para outra, assumia caráter sempre mais persistente e mórbido. Cada crise desgastava parte do poder de Estado, enfraquecia a Revolução, desmoralizava os dirigentes. O Comitê Executivo, que funcionou nos dois primeiros meses, pôde fazer tudo, até mesmo chamar, nominalmente, ao poder, a burguesia. Nos dois meses que se seguiram, o Governo Provisório, juntamente com o Comitê Executivo, ainda tinha muita força, até mesmo para abrir uma ofensiva no *front*. O terceiro governo, com um Comitê Executivo enfraquecido, era capaz de tentar o esmagamento dos bolcheviques, mas não seria capaz de levá-lo a termo. O quarto governo, surgido depois da crise mais longa, não estava capacitado para coisa alguma. Tão logo nasceu, morreu, olhos bem abertos, à espera de seu coveiro.

.....
Índice onomástico
.....

A

ABRAMOVICH (líder judeu, conservador) – 46
AFANASSIEV – 67
ALEXANDRE II – 147, 229, 287
ALEXANDRE III – 24
ALEXANDROV (juiz) – 109, 119
ALEXANDROVICH, Mikhail (grão-duque) – 212
ALEXANDROVICH, Pavel (grão-duque) – 212
ALEXEIEV (general) – 142, 143, 144, 151, 166, 187, 192, 193, 233, 236, 237, 239, 252, 261, 262, 263, 264, 265, 343, 345
ALEXINSKY (caluniador) – 110, 111, 115, 273
ALEXINSKYS(os) – 115
ALLADIN – 165, 231, 264
ANDRUSHKIN – 187
ANET, Claude (jornalista) – 25, 243
ANSELMO (general francês) – 120
ANTONOV-OVSEENKO (oficial da Marinha, agitador, bolchevique) – 29, 298
APUSHKIN (general) – 214
ARONCHIK – 187
ARTEM – 327
ASTROV (cadete) – 191
AUERBACH – 285
AVERIN (corneteiro) – 57, 298
AVKSENTIEV (ministro) – 77, 147, 149, 154, 182, 264, 272, 321, 350
AZEF – 213

B

BAGRATION (príncipe e general) – 240, 241, 252, 254
BAKUNIN – 197
BARANOVSKY (coronel) – 263
BARKOVSKY (general) – 123
BARZARA-YAKOVLEVA – 299
BAUER, Otto – 330
BERKENHEIM – 352
BESSARABOV (procurador) – 110
BIELETSKY (general) – 122
BISMARCK – 100, 175, 176
BLEICHMAN (anarquista) – 32
BOCH, Efgenia – 302, 358
BOGAIOVSKY – 259
BOGDANOV – 80, 239
BONAPARTE – Ver NAPOLEÃO
BONCH-BRUEVICH (general) – 259
BRAMSON (advogado trabalhista) – 117
BREKMAN – 295
BROG (diretor de contraespionagem) – 121
BRONSTEIN – Ver TROTSKY, Leon
BRUSILOV (generalíssimo) – 141, 142, 144, 151, 163, 166, 185, 205
BUBLIKOV – 199, 200, 260
BUBNOV – 91
BUCHANAN, George (sir) (embaixador) – 58, 125, 129, 161, 177, 223, 237, 359
BUKHARIN – 327, 339, 354
BUNAKOV – 272

370 Leon Trotsky

BURSIN (operário) – 57
BURSTEIN, Z. – 109, 110, 111, 126

C

CAVAIGNAC – 99
CHAIKOVSKY – 135
CHAMIL – 254
CHEIDZE – 42, 43, 44, 65, 106, 108,
123, 124, 138, 186, 193, 194, 202,
203, 238, 252, 317, 318, 319
CHENKELI – 194
CHEREMISSOV (general) – 151
CHEREVANIN (economista) – 140
CHERNISHOVSKY – 154
CHERNOV, Victor (ministro) – 59, 60,
61, 77, 85, 124, 137, 140, 147, 160,
182, 185, 186, 191, 199, 288, 318,
321, 341
CHEVYREV – 187
CHINENOV – 297
CHUDIN (membro de comitê de bairro)
– 36
CORNEILLE – 213

D

DAN – 38, 45, 46, 62, 68, 111, 137,
139, 147, 173, 203, 245, 269, 271,
318, 319, 321
DANTON – 99
DAVIDOVICH, Lyev – Ver TROTSKY,
Leon
DAVIDOVSKY (artilheiro) – 91, 273, 283
DEGTIAREV – 276
DEMIANOV (subsecretário de Estado)
– 121, 349
DENIKIN (general) – 108, 142, 143,
144, 153, 154, 165, 166, 209, 223,
224, 258, 260, 261, 265, 266, 276,
344

DESMOULINS – 99
DIBENKO (presidente) – 73
DICKENS, Charles (romancista) – 16
DIMIKIN – 242
DUBASSOV – 304
DUCEMETIÈRE (coronel) – 242
DUDAREV (ministro) – 73, 74, 75, 76
DUKHONINO (general) – 345
DUPLAY – 99
DUTOV (coronel) – 226, 242
DYBENKO (presidente) – 73, 76, 158
DZERHINSKY – 281

E

EASTMAN, Max – 19
EBERT, Friederich – 218
EFIMOV (operário) – 36, 47
EFRAIM – 130
EFREMOV – 361
ELTSIN, V. – 310
ENGELS – 176
ERMOLENKO (subtenente) – 106,
107, 108, 109, 111, 125, 126, 127,
130, 132
EVREINOV – 273

F

FERSEN (conde de; embaixador) – 130
FIATNISKY – 326
FILONENKO (oficial de engenharia) –
145, 165, 184, 210, 214, 232, 296,
303, 341
FLAUCON – 100

G

GANETSKY – 109
GENERALOV – 187
GEORGE (rei) – 125

GLEBATHEV (general) – 108
GLOBA – 292
GOGOL, Nicolau (escritor) – 41
GOLOVIN (militar, bolchevique) – 32
GORKY – 76, 146, 188, 309, 361
GOTZ – 77, 318
GRACHEVSKY – 187
GREKOV (oficial cossaco) – 138, 170
GRIGOROVICH (ministro da Marinha)
– 123
GROHMAN (economista) – 148
GUCHKOV (industrial nacional-liberal)
– 122, 123, 134, 135, 157, 161, 163,
187, 188, 190, 191, 192, 211, 261,
344
GUCHKOV (os) – 211, 320
GUEORGUIEVICH, Lavr – 216
GUILHERME II – 40, 129, 206, 242

H

HEIMANN (coronel) – 223, 242
HELPHAND – Ver PARVUS
HERZBERG, H. (ministro prussiano) –
14, 130
HILFERDING – 330
HOFFMANN (tenete prussiano) – 128
HOHENZOLLERN – 106, 218, 304
HOHENZOLLERNS (os) – 129
HOMERO – 221
HUGO – 213

I

IANOV – 289
IGNATIUS IVANOV – 187
ILICH, Vladimir – Ver LENINE
IUVACHEV – 187
IVANOV (general) – 260
IZGOYEV (cadete) – 242

J

JDANOV – 303
JOÃO EVANGELISTA – 87
JOFFÉ – 325, 327, 357

K

KAKLIUGIN – 365
KALEDIN (general) – 185, 186, 187,
191, 200, 235, 259, 262, 266, 298,
302, 315, 353
KAMENEV – 43, 71, 114, 146, 326,
327, 342, 343, 357
KANTOROVICH (menchevique) – 56
KAPATSINSKY – 196
KARAKHAN – 188, 325
KARINSKY (procurador) – 119
KERENSKY, Sachem – 24, 25, 27, 29,
30, 37, 38, 53, 61, 68, 69, 71, 74,
77, 83, 92, 103, 108, 109, 110, 111,
113, 114, 120, 124, 126, 127, 129,
130, 131, 132, 137, 138, 139, 140,
141, 142, 143, 144, 145, 146, 147,
150, 151, 152, 154, 156, 157, 158,
159, 160, 161, 162, 164, 165, 166,
170, 171, 172, 173, 174, 177, 178,
179, 180, 181, 182, 183, 184, 185,
186, 188, 189, 192, 196, 199, 200,
201, 202, 206, 208, 209, 210, 211,
212, 213, 214, 215, 216, 217, 218,
219, 220, 221, 223, 224, 225, 226,
227, 228, 229, 230, 231, 232, 233,
234, 235, 236, 237, 238, 239, 240,
245, 247, 249, 250, 252, 253, 255,
256, 258, 261, 262, 263, 264, 266,
276, 295, 296, 302, 307, 315, 319,
331, 334, 335, 336, 341, 342, 343,
344, 345, 346, 347, 348, 349, 350,
351, 354, 355, 356, 358, 359, 360,
361, 365, 366
KHABALOV (general) – 260

372 Leon Trotsky

KHARKOV – 285
KHINCHUK – 92, 173, 274, 318
KHOVRIN – 305
KISHKIN (Dr.) – 160, 359, 366
KITCHENER (general) – 122
KLEBOVSKY (general) – 142, 143, 144, 205, 259
KLIMENKO – 187
KNOX (general) – 234
KOBYLINSKY (coronel) – 164
KOKOSHKIN (cadete) – 152, 237
KOLCHAK (almirante) – 158, 162, 266
KOLKA – Ver NICOLAU II
KOLLONTAI – 119, 150, 327
KONASHEVICH – 187
KONOVALOV (ministro) – 191, 359, 361, 365
KONSTANTINOV – 273
KORNILOV (general) – 141, 142, 144, 145, 150, 151, 152, 162, 163, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 187, 193, 194, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261-262, 263, 264, 265, 266, 286, 289, 291, 294, 295, 297, 298, 299, 302, 303, 334, 335, 336, 338, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 348, 349, 352, 353, 356, 360, 361, 365
KOROTKOV (operário) – 37
KOZLOVSKY – 109
KRAKOVETSKY (socialista revoluconário) – 93

KRASNOV (general) – 234, 242, 256, 257, 289
KROPOTKIN – 196, 197, 198, 199
KRYLENKO (tenente) – 146
KRYMOV (general) – 135, 219, 220, 224, 225, 233, 241, 242, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262
KSHESINSKA – Ver KSHESINSKAIA
KSHESINSKAIA (bailarina) – 34, 77, 78, 79, 80
KUCHIN (tenente) – 68, 193, 277
KURLOV (antigo diretor da polícia) – 120, 122
KUTHIN – 204
KUZMIN (socialista revolucionário) – 80

L

L. T. – Ver TROTSKY, Leon
LAFAYETTE – 98
LAMOUTRETTE (bispo) – 199
LARIN – 327
LASHEVICH (suboficial) – 30, 39
LASSALE – 71
LATSIS (agitador) – 28, 269
LEBEDEV – 274
LEDRU-ROLLIN – 100
LENINE – 25, 28, 34, 39, 50, 54, 66, 69, 70, 77, 78, 80, 84, 89, 95, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 125, 126, 127, 128, 129, 137, 146, 161, 180, 188, 191, 192, 198, 224, 269, 273, 293, 294, 296, 301, 309, 315, 318, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 332, 333, 334, 335, 337, 339, 344, 346, 347, 356, 358, 360
LEVINSON – 62
LIEBER (capitão) – 58, 71, 80, 113, 203

LIRBERS (capitão alemão) – 107
LIEBKNECHT, Karl – 115, 128, 157
LISSOVSKY – 290, 291
LIZDIN (operário) – 27
LLOYD GEORGE – 125, 197, 199
LOMOV – 327
LUDENDORFF (general alemão) – 116,
124, 128, 129, 130
LUKOMSKY (general) – 152, 193, 205,
209, 224, 231, 234, 243, 265
LUNACHARSKY – 30, 31, 54, 60, 119,
146, 150, 263, 325
LVOV (príncipe) – 24, 52, 72, 95, 121,
135, 136, 138, 139, 153, 191, 227,
228, 229, 231, 233, 242

M

MAKLAKOV (cadete) – 191, 353
MALIANTOVICH (ministro) – 365
MANUILSKY – 325, 332
MARAT – 161
MARCONI – 132
MARIANNE – 100
MARIANTOVICH (ministro) – 364
MARKALOV (cadete) – 361
MARKOVICH (major) – 293
MARTOV (menchevique) – 68, 128, 137,
180, 181, 271, 309, 325, 327, 354
MARTYNOV (general) – 162, 163, 165,
228, 241
MARX – 176, 295
MAZURENKO – 333
MEDVEVIEV – 62
METELEV – 36, 37, 56, 58, 67, 70, 102
MILIUKOV – 17, 31, 33, 44, 52, 59, 62,
70, 80, 86, 94, 96, 104, 122, 123,
124, 125, 126, 128, 129, 130, 131,
134, 138, 139, 145, 146, 147, 148,
152, 155, 159, 161, 162, 163, 164,

165, 169, 171, 172, 177, 178, 182,
183, 184, 187, 190, 191, 200, 201,
202, 206, 211, 213, 214, 215, 223,
225, 226, 228, 230, 231, 233, 235,
236, 237, 239, 253, 265, 266, 320,
346, 350, 352-353, 355, 360, 362,
366

MILIUKOV – 115
MILIUTIN – 327
MINAKOV – 187
MINICHEV – 247, 270, 272
MININO – 315
MINOR – 352
MIRONOV (socialista revolucionário) –
121, 128
MITREVICH – 272, 297
MOLTKE – 100
MOROSOVA – 170
MYSHKIN – 187

N

NABOKOV (embaixador) – 16, 37, 135,
309, 361, 365
NABOKOV (cadete) – 125, 126, 183
NAGAIEV – 200
NAPOLEÃO – 174, 175, 176, 177, 186
NAPOLEÃO III – 100, 175
NEKRASOV (ministro) – 111, 146,
229, 235, 237
NEVSKY (militar bolchevique) – 33, 39,
50
NEWTON – 132
NICHOLASHKA – 158
NICOLAIEV, Sidor – 302
NICOLAIEVICH, Nicolau (grão-du-
que) – 77
NICOLAU II – 77, 135, 192, 282, 302
NIKITIN – 343
NOGIN – 327

374 Leon Trotsky

NOULENS (embaixador da França) – 25
NOVOSILTSEV (cadete) – 207

O

OJEGOV – 306
OLSUFIEV (conde) – 153
ORANOVSKY (general) – 251
ORDJONIKDZE – 333
OSSIPANOV – 187
OZEROV – 195

P

PALCHINSKY – 140, 247, 342
PALÉOLOGUE (embaixador da França) – 24
PARSKY (general) – 203, 207
PARTCHEVSKY (Comissário do governo provisório) – 54
PARVUS (espião alemão na Suécia) – 109, 119
PASCAL – 132
PAUSÂNIAS – 221
PEDRO [o Grande] – Ver PEDRO I
PEDRO I – 155, 187
PEREVERZEV (ministro da Justiça) – 52, 110, 111, 112, 115, 121
PEREVERZEVS (os) – 115
PESHEKHONOV (ministro) – 140, 147, 148
PIATAKOV, G. – 335
PIATNITSKY – 169, 273
PIREIKO – 293, 323
PIRRO – 307
PLATÃO (bispo) – 185, 187
PLEKHANOV – 180, 196, 198, 293, 309
PLOVTSEV (general) – 72
PODBELSKY – 283

PODVOISKY (militar bolchevique) – 33, 39, 50, 51, 55, 67
POINCARÉ – 197, 199, 223, 291
POKHITONOV – 187
POKROVSKY, M. N. (historiador) – 13, 15, 295, 325
POLOVTSEV (general) – 52, 57, 61, 73, 77, 98
PÔNCIO PILATOS – 112
PORCH – 348
POSHEKHONOV (ministro) – 350
POTRESSOV – 167
PREZALSKI – 258
PRIGOROVOSKY (tenente) – 62, 63
PROKOPOVICH – 147
PROTOPOPOV – 56
PROUST, Marcel (romancista) – 11
PRUCHISKY – 269
PURISHKEVICH – 186
PUCHKIN, Alexandre (escritor) – 41, 188
PUTILOV – 265

R

RADEK – 118
RASKOLNIKOV (tenente) – 48, 49, 55, 60, 71, 72, 79, 139, 250, 252, 279, 328
RASPUTIN – 122, 126, 185
RATEKHINS – 273
RAVICH, Olga – 271, 279
RECH – 350
REED, John – 205, 206, 285
RENNEV (subtenente) – 139
RIABUSHINSKY (industrial) – 149, 151, 167
RIAZANOV – 48, 60, 199, 325, 352, 357
RIBOT (ministro) – 223, 291
RIKOV – 357

RIMSKY-KORSAKOV – 243, 266
RIZAZAN – 273
ROBESPIERRE – 99
ROBINS (coronel) – 235
RODCHEV – 353
RODIZCHEV (cadete) – 170, 195
RODZIANKO – 77, 95, 123, 124, 138,
152, 153, 154, 161, 163, 164, 167,
187, 188, 189, 220, 360
ROGACHEV – 187
ROLAND, Jean-Marie – 16
ROMANOVSKY – 142
ROMANOV, Nicolau (generalíssimo) –
Ver NICOLAU II – 213, 261
ROMANOV (os) – 77, 199, 243
ROSA LUXEMBURGO – 115
ROSHAL (estudante) – 53, 139
RUDNEY (prefeito) – 154
RUMCHEROD – 207, 208
RUZSKY (general) – 142, 143, 144, 205
RYKOV – 327

S

SAMARIN – 153
SATANKECH – 208, 211
SAVINKOV (ministro) – 141, 142, 144,
145, 150, 151, 165, 210, 213, 214,
216, 217, 218, 219, 220, 224, 225,
226, 227, 228, 230, 232, 233, 247,
255, 261, 262, 296, 341, 342, 353,
361
SAVITSKY – 259
SCHEINEMAN – 298
SEMASHKO (subtenente) – 33, 34
SERGUEIEV – 318
SHABLOVSKY – 265
SHAKESPEARE – 132
SHCHEDRIN – 187

SHERBACHEV (general) – 258, 286
SHIDITSKI (capitão alemão) – 107
SHIDLOVSKY – 171, 260
SHISHKIN – 353
SHLIAPNIKOV – 270, 348, 350
SHUKIN (diretor de contraespionagem)
– 121
SIDORIN (coronel) – 242
SISKO – 270
SKOBELEV (ministro) – 22, 77, 124,
137, 147, 155, 266, 285, 318, 321,
342, 352
SKORINKO – 307
SLUTSKY – 279, 295
SMILGA – 298
SMIRNOV (operário) – 70, 361
SOIA GINSBORG – 187
SOKOLNIKOV – 246
SOKOLOV – 272, 365
SOLMSEN (financista judeu) – 130
SPINOZA, Baruch (filósofo) – 15
SPIRIDOVICH (general da polícia mi-
litar) – 124
STALIN – 39, 80, 308, 327, 339, 357
STANKEVICH – 83, 94, 162, 164, 204,
205, 207, 217, 226, 236, 257, 259,
276, 286, 303, 304, 305, 355, 366
STEKLOV – 273
STOLYPIN (primeiro-ministro) – 120,
188
STRELKOV – 283
STROMBERG – 187
STRUVE, Peter von – 17, 123, 128
SUKHANOV – 31, 62, 64, 68, 70, 78,
82, 83, 97, 105, 112, 115, 116, 170,
180, 209, 246, 251, 252, 294, 301,
326, 335, 336, 343
SUKHOMLINOV (ministro da Guerra)
– 127

376 Leon Trotsky

SUVORIN (editor de poderoso jornal) – 106

SVATIKOV – 223

SVERDLOV (organizador do Partido Bolchevique) – 54, 281, 325, 327, 328, 357

T

TADEUSH – 244

TAINÉ, Hipolite – 59

TAMBOV – 273

TCHERNOV – 308

TERESHCHENKO (ministro) – 111, 142, 144, 147, 161, 233, 237, 343, 359, 361

THEMIS – 111

THOMAS, Albert – 24

TIKHONOVICH – 187

TOMSKY (operário bolchevique) – 38, 39, 97

TRETIAKOV (banqueiro) – 151, 360, 361

TROTSKY, Leon – 19, 25, 29, 30, 31, 44, 45, 48, 60, 61, 62, 69, 71, 83, 98, 109, 113, 114, 119, 125, 126, 127, 128, 130, 146, 150, 174, 188, 210, 225, 250, 252, 279, 294, 301, 308, 313, 319, 320, 321, 325, 326, 327, 328, 332, 334, 339, 343, 344, 345, 346, 347, 349, 350, 351, 353, 354, 357, 358, 362

TRUBETSKOY (príncipe) – 153, 229, 234, 244

TSERETELLI (ministro) – 16, 25, 38, 41, 45, 46, 52, 64, 100, 106, 108, 112, 116, 137, 138, 140, 145, 147, 160, 173, 182, 189, 190, 192, 195, 196, 199, 202, 203, 211, 238, 269, 271, 308, 309, 317, 318, 320, 321, 333, 342, 343, 345, 346, 349, 350, 352, 355, 356, 359

TURKESTANOV (príncipe) – 109

TYRKOV (almirante) – 282

TZARITSIN – 315

U

ULIANOV – 187

URENEV – 325, 327, 332

URITSKY – 325, 327

USTINOV (tabelião) – 120

V

VALUIEV (general) – 258

VEITINSKY – 207

VERDEREVSKY (almirante) – 73, 74-75, 76, 343

VERKHOVSKY (coronel e ministro) – 92, 165, 274, 343, 345, 366

VICHINEGRADSKY – 265

VINBERG – 241, 242

VOINOV – 76

VOITINSKY (menchevique) – 44, 75, 77, 203, 208, 257

VOLODARSKY – 39, 50, 279, 281

VON DITMAR – 196

W

WILSON (presidente) – 189

WINBERG – 226

Y

YAKOVLEVA, V. – 273

YAKUBOV (policial) – 108

YAMANDT – 286

YEFDOKIMOV – 279

Z

ZALEZHSKY – 79, 282

ZARUDNY (ministro) – 147, 349, 350,
353

ZAVADSKY (ex-procurador) – 122

ZAVOIKO – 165, 184, 223, 227, 296

ZENZINOV, V. – 307

ZHILIN (soldado) – 30

ZINOVIEV – 43, 48, 49, 64, 65, 66,
112, 113, 114, 115, 116, 119, 146,
273, 326, 327, 347

ZNAMENSKY – 353

A história da Revolução Russa,
de Leon Trotsky, em 3 volumes, foi composto em Garamond, corpo 12/14 e impresso em papel vergê 85g/m², nas oficinas da SEEP (Secretaria Especial de Editoração e Publicações), do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em junho de 2017, de acordo com o programa editorial e projeto gráfico do Conselho Editorial do Senado Federal.

Em 2017 celebra-se o primeiro centenário da Revolução Russa, que levou ao poder o bolchevismo e criou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um acontecimento que marcou profundamente o século XX e redefiniu o mapa ideológico das nações. Só este fato justificaria a publicação deste livro de Leon Trotsky, um dos protagonistas do evento que mudou a configuração política do Planeta.

O fundamental desta obra é seu caráter histórico. Conhecer a revolução mais extremada que durou do início até o findar do século, é matéria que interessa a todos, independentemente de sua preferência ideológica. Os ideais da revolução russa tomaram metade da Europa e Ásia, expandiram-se pelo Caribe e África e influenciaram corações e mentes de vários governos populares ao redor do mundo.

